



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem
Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo

CESAR AUGUSTO GOMES

LETRAMENTO MIDIÁTICO E INFORMACIONAL:
leitura de desinformação sobre vacinas na escola

CAMPINAS

2023

CESAR AUGUSTO GOMES

LETRAMENTO MIDIÁTICO E INFORMACIONAL:
leitura de desinformação sobre vacinas na escola

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Conde Caldas

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO CESAR
AUGUSTO GOMES E ORIENTADA
PELA Prof.^a Dr.^a. MARIA DAS
GRAÇAS CONDE CALDAS

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

G585L Gomes, Cesar Augusto, 1973-
Letramento midiático e informacional : leitura de desinformação sobre vacinas na escola / Cesar Augusto Gomes. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Maria das Graças Conde Caldas.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Comunicação. 2. Educação. 3. Letramento midiático. 4. Letramento informacional. 5. Vacinação. 6. Desinformação. I. Caldas, Maria das Graças Conde, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Media and Information Literacy : reading disinformation about vaccines at school

Palavras-chave em inglês:

Communication

Education

Media Literacy

Information literacy

Vaccination

Disinformation

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Maria das Graças Conde Caldas [Orientador]

Ana de Medeiros Arnt

Fabiano Ormaneze

Data de defesa: 12-01-2023

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3382-1633>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/1430535866275353>



BANCA EXAMINADORA

Maria das Graças Conde Caldas

Ana de Medeiros Arnt

Fabiano Ormaneze

**IEL/UNICAMP
2023**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

AGRADECIMENTOS

Durantes esses anos de Mestrado em que empreendi muito esforço e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que estiveram na minha vida e que foram fundamentais para a realização deste sonho de estudar e me formar numa das universidades mais importantes e mais respeitadas do mundo, a Unicamp. Ainda que eu tente expressar palavras para descrever sua importância, ela foi infinitamente maior, de modo que gostaria de humildemente citá-los para registro histórico, mas o meu carinho e respeito é indescritível. Primeiramente, agradeço aos meus pais João Batista Gomes (in memoriam) e Izabel do Nascimento Gomes, ambos, é importante frisar, foram trabalhadores terceirizados da Unicamp e algum momento de suas vidas e contribuíram à sua maneira para a construção desta universidade, trabalhadores braçais que eram. Sem o esforço deles, eu jamais teria me tornado o homem que sou e chegado neste momento podendo realizar esta pesquisa e escrever esta dissertação. Aos meus filhos Lieda Fernanda Gomes Stangherlin e Fabio Augusto Gomes sempre me apoiando e dispostos a ensaiar comigo as apresentações e entrevistas, apontando pontos positivos e negativos para a sua melhoria. À Daniella Aparecida de Freitas Valente pela compreensão e convivência, principalmente durante a pandemia mais mortal da história em que todos surtamos um pouco e a escrita da dissertação não podia parar. À minha orientadora Graça Caldas, não apenas pela fantástica orientação acadêmica, mas por sua dedicação no aspecto humano, que a fez, por muitas vezes, deixar de lado seus momentos de descanso aos finais de semana para me ajudar e me orientar. Obrigado por ter acreditado em mim e depositado sua confiança em momentos em que nem eu mesmo acreditava em mim. Aos professores e aos colegas de sala de aula do Labjor, com quem pude conviver e aprender muito, trocar, durante o cursar das disciplinas. À coordenação do Labjor, à Secretaria do Labjor representada pelas dedicadas Andressa Alejandra Fernandes Alday e Alessandra Carnauskas de Souza Alday. Aos professores da banca de Qualificação, Fabiano Ormaneze, Cláudia Wanderley e à professora Germana Fernanda Barata que substituiu a professora Graça na data em função de problemas de saúde. Por fim, agradeço à Universidade e à toda a comunidade estudantil. Com este trabalho de pesquisa, espero contribuir um pouco com o avanço do conhecimento na área de Divulgação Científica e Educação.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é verificar *se e como* alunos e professores das escolas selecionadas vivenciam o fenômeno da desinformação e do negacionismo científico em sala de aula e *se e como* os professores têm preparado seus estudantes para a leitura crítica da mídia, a partir da pesquisa de campo em escolas de Campinas/SP. De acordo com dados do Ministério da Saúde, desde 2016, o Brasil vem apresentando queda substancial na cobertura vacinal da população, chegando a 59% em 2021, quando o patamar preconizado é de 95%. Embora se saiba que a hesitação vacinal tem causas diversas, a disseminação de informações não factuais relacionando as vacinas a efeitos colaterais graves pode, além de levar a uma compreensão distorcida acerca de sua importância, contribuir para que o quadro de hesitação se agrave ainda mais. Há que se considerar ainda a existência de um Ecossistema da Desinformação, cuja tarefa tem sido a de produzir, adequar ao veículo e disseminar informações usadas para legitimar crenças, em detrimento de fatos científicos. Este estudo tem como *corpus* central a análise de testes objetivos sobre notícias factuais e não factuais acerca das vacinas e temas correlatos que circularam na mídia tradicional e nas mídias sociais, aplicados a 411 estudantes do Ensino Médio de uma escola da rede pública e uma da rede privada da cidade de Campinas/SP, Brasil. Para melhor compreensão dessa realidade, entrevistou 18 estudantes e 05 professores das duas unidades. A presente pesquisa se caracteriza como um Estudo Múltiplo de Caso (YIN, 2015), de natureza qualitativa, mas utiliza, de forma complementar, dados quantitativos. Está ancorada na Teoria dos Estudos Culturais (HALL et al., 1980) e na perspectiva da Educomunicação (SOARES, 2000a). Os testes são inspirados na pesquisa *Civic Online Reasoning*, realizada pelo *Stanford History Education Group* (Sheg), da Universidade de Stanford, o procedimento de checagem das notícias foi elaborado a partir das etiquetas da “Agência Lupa”, dos selos da plataforma “Aos Fatos”, do infográfico da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a análise dos resultados foi estruturada com base nos Sete Tipos de Desinformação, descritos por Wardle e Derakhshan (2017). Os resultados evidenciam que os estudantes dão maior credibilidade às informações sobre vacina que circulam na mídia tradicional do que às que circulam nas mídias sociais. Também há evidências de que as informações não factuais do gênero informativo produzidas na tipologia textual Notícia têm maior credibilidade do que as não factuais que se utilizam de outras tipologias textuais, ou seja, quanto mais a informação tem a aparência de notícia, maior a probabilidade de se acreditar nela. Na mesma linha, constatou que 80% dos estudantes não identificam conteúdos publicitários em formato de texto jornalístico resultado que se aproxima da pesquisa realizada pela Universidade de Stanford (DONALD, 2016). Tais resultados, entre outros, sugerem a reflexão acerca da importância da inclusão do Letramento Midiático e Informacional na Escola, ainda durante a formação básica do estudante para desenvolver um leitor competente, crítico e menos suscetível a informações não factuais.

Palavras-chave: Comunicação, Educação, Letramento Midiático, Letramento Informacional, Vacinação, Desinformação.

ABSTRACT

The main objective of this research is to verify if and how students and teachers from the selected schools experience the phenomenon of disinformation and scientific denialism in the classroom and if and how teachers have been preparing their students for the critical reading of the media, based on the research fieldwork in schools in Campinas/SP. According to data from the Ministry of Health, since 2016, Brazil has shown a substantial drop in vaccination coverage of the population, reaching 59% in 2021, when the recommended level is 95%. Although it is known that vaccine hesitancy has different causes, the dissemination of non-factual information relating vaccines to serious side effects can, in addition to leading to a distorted understanding of their importance, contribute to the hesitation situation getting even worse. It is also necessary to consider the existence of a Disinformation Ecosystem, whose task has been to produce, adapt to the vehicle and disseminate information used to legitimize beliefs, to the detriment of scientific facts. This study has as its central corpus the analysis of objective tests on factual and non-factual news about vaccines and related topics that circulated in the traditional media and on social media, applied to 411 high school students from a public school and a private school in the city of Campinas/SP, Brazil. For a better understanding of this reality, he interviewed 18 students and 05 professors from both units. The present research is characterized as a Multiple Case Study (YIN, 2015), of a qualitative nature, but uses, in a complementary way, quantitative data. It is anchored in the Theory of Cultural Studies (HALL et al., 1980) and in the perspective of Educommunication (SOARES, 2000a). The tests are inspired by the Civic Online Reasoning survey, carried out by the Stanford History Education Group (Sheg), from Stanford University, the procedure for checking the news was elaborated from the labels of “Agência Lupa”, of the seals of the platform “Aos Fatos”, from the infographic of the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) and the analysis of the results was structured based on the Seven Types of Disinformation, described by Wardle and Derakhshan (2017). The results show that students give greater credibility to information about vaccines circulating in traditional media than to those circulating in social media. There is also evidence that the non-factual information of the informative genre produced in the News textual typology has greater credibility than the non-factual ones that are used in other textual typologies, that is, the more the information has the appearance of news, the greater the probability of if you believe her. Along the same lines, it found that 80% of students do not identify advertising content in journalistic text format, a result that is close to the research carried out by Stanford University (DONALD, 2016). Such results, among others, suggest reflection on the importance of including Media and Information Literacy in school, even during the student's basic education, in order to develop a competent, critical reader who is less susceptible to non-factual information.

Keywords: Communication, Education, Media Literacy, Information Literacy, Vaccination, Disinformation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Raízes, ilustração da capa da Introdução.....	17
Figura 2: As diferentes "fases" (criação, produção e distribuição) e os "elementos" da desordem da informação.....	20
Figura 3: Captura de tela do site utilizado para sortear os estudantes para as entrevistas na Escola 02 (pública)	39
Figura 4: "Etiquetas" e "selos" das agências que inspiraram a produção da ficha de avaliação para os estudantes	42
Figura 5: Ficha de Apoio criada para que os estudantes pudessem avaliar a factualidade das informações	43
Figura 6: Captura de tela do gabarito para resposta sobre os textos do Caderno 1.....	44
Figura 7: Captura de tela dos testes para os estudantes	45
Figura 8: Captura de tela do gabarito dos estudantes para resposta sobre os textos do Caderno 2.	46
Figura 9: Captura de tela dos formulários online adaptados dos cadernos impressos	46
Figura 10: Captura de tela do texto 01, integrante do Caderno 01 de testes dos estudantes.....	47
Figura 11: Captura de tela do texto que substituiu a questão 01 do pré-teste.....	48
Figura 12: Armadilha, ilustração da capa do Capítulo I	52
Figura 13: A Ágora de Atenas e o Templo de Hefesto.....	53
Figura 14: Ilustração da estrutura do conceito de Bloco Hegemônico, descrito por Antonio Gramsci.....	66
Figura 15: Performance "Cegos", em frente ao prédio da Fiesp, na avenida Paulista, em 30/10/2016.....	68
Figura 16: Entrevista do Washington Post a Jeff Bezos; noticiário do Portal InfoMoney envolvendo sua proprietária, a corretora XP; e do portal Exame envolvendo seu dono, o Banco BTG Pactual.....	71
Figura 17: Meios de Comunicação por grupo. Grupos com mais de um veículo.	76
Figura 18: Alguns veículos de mídia do Grupo Globo com suas respectivas audiências (referentes a 2016)	77
Figura 19: A Imprensa Amarela: a ilustração de capa do Capítulo II mostra William Randolph Hearst como um bobo da corte, jogando jornais com manchetes como apelos à paixão, veneno, sensacionalismo, ataques a funcionários honestos, contendas, notícias distorcidas, queixas pessoais e deturpação	83
Figura 20: Homem de negócios vendado em meio a dúvidas: simboliza a situação do cidadão em meio à produção deliberada de desinformação	94
Figura 21: Capa da revista estadunidense Time: "A verdade está morta?" (em português).....	97
Figura 22: As diferentes "fases" e os "elementos" da desordem da informação	103
Figura 23: Captura de tela do portal de notícias Asione, com o relato da apreensão de chips de celulares.....	105
Figura 24: Bots atuando: perfis automatizados circulam desinformação sobre um homem que teria morrido pelo estouro de um pneu e o atestado teria sido fraudado para atestar Covid-19.....	106
Figura 25: "Como identificar notícias falsas": dicas para identificar notícias não factuais	117
Figura 26: Dicas para não cair em boatos e "notícias falsas"	118
Figura 27: Captura de tela de trecho de documento em que constam os projetos relacionados às "fake news"	124
Figura 28: A ilustração da capa do Capítulo III traz o frame de vídeo da performance "Cegos" do grupo artístico Desvio Coletivo.....	130
Figura 29: Na imagem superior à esquerda, o jornal O Estado de S. Paulo. Na imagem inferior, à direita, o site Curas Naturais (que já não está mais online) que divulgava conteúdos relacionados às vacinas.....	131
Figura 30: Charge satiriza a diferença entre método científico e o método criacionista	134

Figura 31: As pseudociências	137
Figura 32: O método científico	137
Figura 33: Hierarquia do Bloco Hegemônico de Gramsci.....	147
Figura 34: A Hierarquia do Bloco Histórico localiza o papel dos intelectuais, da mídia conservadora e dos políticos conservadores dentro da superestrutura	149
Figura 35: O professor Tom Aechtner demonstra, por meio de infográficos e gráficos, as nuances entre os que são totalmente favoráveis às vacinas e os antivacionistas convictos.....	155
Figura 36: Charge referente ao Movimento Antivacina	158
Figura 37: Jenner: a varíola foi controlada. Edward Jenner, médico rural inglês, realiza a primeira vacinação contra a varíola em Berkeley, em 1796.....	161
Figura 38: Os passos dados por Edward Jenner para criar a primeira vacina contra a varíola	162
Figura 39: “The Cow-Pock or The Wonderful Effects of the New Inoculation!” (O Cow-Pock ou os maravilhosos efeitos da nova inoculação, em português): caricatura que ironiza os efeitos colaterais da vacina contra a varíola.....	163
Figura 40: Fases de teste e monitoramento pós-licenciamento durante todo o ciclo de vida da vacina	165
Figura 41: O prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio, declara obrigatória a vacina de sarampo em vários bairros da cidade para tentar controlar a proliferação da doença	170
Figura 42: Charge critica as vacinas, os médicos e a indústria farmacêutica	176
Figura 43: À esquerda, banner do projeto desenvolvido no Ensino Médio. À direita, captura de tela das páginas das reportagens que motivaram o projeto	182
Figura 44: Linha do tempo da legislação sobre Vacina, no Reino Unido entre 1840 a 1907	186
Figura 45: Charge, publicada na imprensa da época, mostra a resistência de parte da população às forças de vacinação obrigatórias, conduzidas por Oswaldo Cruz	189
Figura 46: Captura de tela de trechos do filme comercial do medicamento Vioxx, veiculado no ano de 2000.....	190
Figura 47: “#Não termina aqui” diz a frase no cartaz empunhado durante protesto contra a vacinação	192
Figura 48: Paint the Future. Ilustração da capa do Capítulo IV.....	195
Figura 49: Estudantes assistem à aula de “calligraphia” na Escola Caetano de Campos, em 1895...	199
Figura 50: Linha de produção na Educação.....	200
Figura 51: Captura de tela de vídeo publicado no YouTube exibe imagem do Jornal Correio Popular, de Campinas/SP, que retrata degradação de escola: “Pichador é mestre na escola de ninguém”.	205
Figura 52: Captura de tela do e-mail do curso sobre Guerra Cultural e dos diálogos no grupo de WhatsApp.....	210
Figura 53: Captura de tela dos diálogos no grupo de WhatsApp do curso: sem chance para o contraditório	211
Figura 54: Carta publicada no jornal por estudante de Valinhos/SP, após trabalho com jornal em sala de aula. Captura de tela de página do Blog da escola, administrado por este pesquisador, à época, participante do projeto.....	227
Figura 55: Os objetivos e as funções da Educomunicação	230
Figura 56: Os novos letramentos, sob a perspectiva de autores diversos	233
Figura 57: Objetivo da Educação Midiática, na concepção de Buckingham.....	234
Figura 58: Educação, Letramento e Mídia, na concepção de Buckingham	235
Figura 59: Captura de tela da página na web da AASCU.....	242
Figura 60: Ilustração da capa do Capítulo V.....	249
Figura 61: Captura de tela das quatro questões do Caderno 02	257
Figura 62: Abaixo o funil: educação pública e gratuita para todos já!	260

Figura 63: Infográfico sobre os tipos de informações da avaliação relacionados aos testes.....	289
Figura 64: Captura de tela do texto 06, retirada dos testes dos estudantes	292
Figura 65: Captura de tela do texto 10, retirada dos testes dos estudantes	293
Figura 66: Captura de tela do texto 02, retirada dos testes dos estudantes	299
Figura 67: Captura de tela do texto 04, retirada dos testes dos estudantes	301
Figura 68: Captura de tela do texto 07, retirada dos testes dos estudantes	304
Figura 69: Captura de tela do texto 08, retirada dos testes dos estudantes	306
Figura 70: Captura de tela do texto 01, retirada dos testes dos estudantes	320
Figura 71: Captura de tela do texto 03, retirada dos testes dos estudantes	323
Figura 72: Captura de tela do texto 05, retirada dos testes dos estudantes	328
Figura 73: Montagem das páginas dos jornais O Globo, O Povo, Jornal do Commercio, O Estado de Minas e Folha de S. Paulo (em sentido horário) com o manifesto a favor do tratamento precoce	334
Figura 74: Captura de tela do texto 09, retirada dos testes dos estudantes	335

Sumário

INTRODUÇÃO	16
I. A internet e a desinformação	18
II. Justificativa do tema e da dissertação	23
a. Um panorama da Educação no Brasil	24
b. Maior acesso à informação.....	26
c. Desinformação, Vacinas e Alfabetização Midiática	29
III. Objetivos	32
a. Objetivo Geral.....	32
b. Objetivos Específicos.....	32
IV. Metodologia	33
a. Pesquisa de Campo.....	37
b. Modelo de testes para estudantes	38
c. Alteração ocorrida entre o pré-teste e os testes	47
V. Estrutura dos Capítulos	49
1. CAPÍTULO I – POR QUE MANIPULAR A INFORMAÇÃO?	51
1.1. Platão e a informação	55
1.2. Distorção das sombras da realidade	58
1.2.1. Espaço público e Esfera pública.....	59
1.2.2. Tecnosfera e Psicosfera.....	62
1.2.3. O Bloco Hegemônico de Gramsci.....	65
1.2.4. Consenso Fabricado	68
1.3. Luz sobre os editores da realidade	75
1.3.1. O filtro analógico	75
1.3.2. O filtro digital.....	78
1.4. Afinal, por que é preciso manipular a informação?	80
2. CAPÍTULO II - POR QUE AS “FAKE NEWS” ESTÃO QUASE VENCENDO A GUERRA?	82
2.1. Manipulação e Desinformação	85
2.2. O velho	88
2.2.1. A manipulação para mudar a história.....	89
2.2.2. Mídia tradicional: a ficção e a dura realidade	90
2.2.3. Agendamento e Padrões de Manipulação	92
2.2.4. Agnotologia: o estudo da produção intencional da desinformação.....	94
2.3. O novo	96
2.3.1. A verdade da pós-verdade	96

2.3.2.	O mercado da desinformação	99
2.3.3.	O Ecossistema da Desinformação	101
2.3.4.	Robôs e Inteligência Artificial no Ecossistema da Desinformação.....	105
2.4.	Como tem sido o combate às “fake news”	108
2.4.1.	A Checagem de Fatos.....	108
2.4.2.	Monitoramento interno das próprias Plataformas de mídias sociais	109
2.4.3.	Monitoramento externo das mídias sociais: ferramentas e Inteligência Artificial	114
2.4.4.	Os projetos de formação “fast-food”	117
2.4.5.	A gamificação contra a desinformação	120
2.4.6.	Legislação: A linha tênue entre a regulação e a censura	121
2.5.	Por que as “fake news” estão quase vencendo a guerra?.....	127
3.	CAPÍTULO III: POR QUE NEGAR A CIÊNCIA E A VACINA?.....	129
3.1.	Senso comum, ciência e pseudociência	133
3.1.1.	Percepção da ciência pelo jovem brasileiro	138
3.2.	Negação da Ciência	139
3.2.1.	Negacionismo.....	139
3.2.2.	Tipos de negacionistas	141
3.2.3.	Mercado da Negação e Ideologia.....	144
3.2.4.	O Papel dos Intelectuais	146
3.3.	Negação da Vacina	150
3.3.1.	Uma ameaça à saúde global	150
3.3.2.	Antivacinaçãoismo, Hesitação e Reducionismo	152
3.3.3.	As questões antivacinaçãoistas	158
3.4.	Afinal, por que negar a ciência e a vacina?.....	191
4.	CAPÍTULO IV: POR QUE A EDUCAÇÃO MUDIÁTICA É UMA DAS SAÍDAS?.....	194
4.1.	Começo de conversa	196
4.2.	Escola e tecnologia: os objetivos e o que se vende à sociedade.....	197
4.3.	Escola: a que eu trabalho e a que eu quero.....	204
4.4.	Os limites da Educação no combate à desinformação	208
4.4.1.	Quando os fatos e os dados atrapalham.....	208
4.4.2.	Necessidade de pertencimento e hiperpartidarismo	209
4.4.3.	Hostilidade à mídia e defesa da identidade	212
4.4.4.	A checagem em xeque.....	215
4.4.5.	Quando a confiança na Ciência atrapalha... a Ciência	217
4.5.	Comunicação e Educação	218
4.5.1.	As contribuições dos primeiros autores.....	218

4.5.2.	Contribuições da Europa, EUA, América Latina e Brasil	220
4.5.2.1.	Europa	220
4.5.2.2.	Estados Unidos	222
4.5.2.3.	América Latina	223
4.5.2.4.	Brasil	225
4.5.3.	A contribuição da Educomunicação	228
4.6.	A educação para a mídia: conceitos, obstáculos e possibilidades	230
4.6.1.	Os “novos” Letramentos	230
4.6.2.	O que é a Educação Midiática?	233
4.6.3.	Obstáculos para implementação da Educação Midiática	236
4.6.4.	Projetos de Educação Midiática no Mundo e no Brasil	239
4.7.	Por que a Educação Midiática é uma das saídas?	245
5.	CAPÍTULO V: RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISE	248
5.1.	Pré-teste	250
5.1.1.	Perfil da escola pública de aplicação do pré-teste	250
5.1.2.	Aplicação do pré-teste	251
5.1.3.	Resultados do Pré-teste	254
5.2.	Aplicação da Pesquisa	258
5.2.1.	Perfil das escolas de aplicação da pesquisa	258
5.2.2.	Perfil dos professores	261
5.2.3.	Perfil dos estudantes	262
5.2.4.	O que pensam e como trabalham esses professores?	267
5.2.4.1.	Educação crítica e cidadã	268
5.2.4.2.	Percepção sobre <i>Fake News</i> : fatos e não fatos	272
5.2.4.3.	Visão científica / Negação da ciência	273
5.2.4.4.	Vacinação: crenças e evidências	275
5.2.5.	O que pensam os estudantes?	277
5.2.5.1.	Educação crítica e cidadã	278
5.2.5.2.	Percepção sobre <i>Fake News</i> : fatos e não fatos	279
5.2.5.3.	Visão científica / Negação da ciência	284
5.2.5.4.	Vacinação: crenças e evidências	285
5.3.	Resultados e Análise da Pesquisa	288
5.3.1.	Distribuição dos textos por categoria para fins de análise	288
5.3.2.	Notícias factuais na mídia tradicional	290
5.3.2.1.	Comparativo pública x privada e justificativas das respostas	294
5.3.2.2.	Análise dos resultados sobre notícias factuais	297

5.3.2.3.	Notícias com dados imprecisos e/ou insustentáveis nas mídias sociais, mídia alternativa e tradicional ²⁹⁸	
5.3.2.4.	Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:	308
5.3.2.5.	Análise dos resultados sobre notícias Imprecisas e/ou Insustentáveis	314
5.3.3.	Desnotícia.....	319
5.3.3.1.	Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:	324
5.3.3.2.	Análise dos resultados sobre Desnotícias.....	326
5.3.4.	Notícias 100% fabricadas em aplicativos mensageiros.....	328
5.3.4.1.	Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:	330
5.3.4.2.	Análise dos resultados sobre notícias 100% fabricadas	331
5.3.5.	Conteúdo Patrocinado	333
5.3.5.1.	Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:	336
5.3.5.2.	Análise dos resultados sobre Conteúdo Patrocinado.....	338
CONSIDERAÇÕES FINAIS		340
REFERÊNCIAS		362
ANEXOS		394
1.	Pré-Teste	394
1.1.	Caderno 1	394
1.2.	Caderno 02	405
1.3.	Formulário do gabarito do Caderno 1	408
1.4.	Formulário do gabarito do Caderno 2	409
1.5.	Amostra de Gabarito corrigido Caderno 1	410
1.6.	Amostra de Gabarito corrigido Caderno 2	411
1.7.	Amostra da tabulação manual feita no Pré-teste	412
2.	Testes.....	413
2.1.	Página dos testes da Escola 02 (pública).....	413
2.2.	Página dos testes da Escola 03 (privada).....	414
3.	Entrevistas	415
3.1.	Página da entrevista para os professores	415
1.1.	Página da entrevista para os alunos	416
2.	Questionário Sociocultural.....	417
2.1.	Página do questionário para os professores.....	417
2.2.	Página do questionário para os alunos	418
3.	Amostra de tabulação das justificativas	419
4.	Documentos.....	421
4.1.	Anuência do Labjor para a realização da pesquisa – 11 set. 2019	421

4.2. Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – ago. 2020.....	423
5. Material de Apoio.....	431
5.1. Folder de Apresentação nas escolas – 01 out. 2019	431
NOTAS DE FIM DE DOCUMENTO	433

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

POR QUE PESQUISAR A ESCOLA ?

UM PANORAMA DA DESINFORMAÇÃO E A METODOLOGIA



*“Tem gente que jura que a vida é virtude
Tem gente que faz o bem por falsidade
Não há no universo uma força que mude
O dom da mentira, o som da verdade
A língua do sábio, a arma do rude
São Deus e o Diabo unidos na prece”*

**Sá & Guarabyra
Verdades e Mentiras (1985)**

Figura 1: Raízes, ilustração da capa da Introdução



Fonte: Angel Boligan (2018)

I. A internet e a desinformação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que caracterizam a Cultura Digital¹ (ou Cibercultura) trouxeram um novo tempo. *Pierre Lévy* (RATIER, 2013) destaca a Revolução Virtual, como sendo a 4ª. Revolução da Comunicação Humana. Para o filósofo e sociólogo francês, o momento é revolucionário porque, pela primeira vez, toda a memória da humanidade está reunida virtualmente e todos os elementos desse conhecimento podem ser interconectados e acessados de qualquer lugar. Além disso, segundo o autor, não somos mais espectadores passivos desse processo, mas, protagonistas ativos. As mídias sociais² nos dão a possibilidade de, não apenas, termos acesso a tal conteúdo, mas também, de produzirmos, publicarmos e (ao menos em tese) sermos lidos por milhares de pessoas.

Nessa época, ainda sob uma visão romântica da tecnologia, Lévy (1999) defende que a cibercultura é herdeira da filosofia iluminista do século XVIII, uma vez que ela incentiva o debate e a argumentação, retomando e aprofundando os antigos ideais de emancipação e exaltação do humano:

Em contraste com a ideia pós-moderna do declínio das ideias do iluminismo, acho que a cibercultura pode ser vista como herdeira legítima (embora distante) do projeto progressista dos filósofos do século 17. De fato, ela valoriza a participação das pessoas em comunidades de debate e argumentação. Na linha reta das morais da igualdade, ela incentiva uma forma de reciprocidade essencial nas relações humanas. Desenvolveu-se a partir de uma prática assídua de trocas de informações e conhecimentos, coisa que os filósofos do iluminismo viam como principal motor do progresso. (LÉVY, 1998:03)

O grande entusiasmo desmesurado da época se justifica porque havia muitas possibilidades de que a internet, por ser uma rede descentralizada, não hierarquizada e espontânea, pudesse de fato criar uma sociedade mais equitativa, próspera e democrática, pois, seus nós³ estariam igualmente empoderados e as trocas poderiam ser realizadas de forma direta sem a necessidade de mediação.

Para o sociólogo Manuel Castells (1999), após o advento da internet, nós passamos de um capitalismo industrial para um capitalismo informacional, no qual as TIC têm grande

¹ Pode ser definido como o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atividades, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999:17).

² Utilizamos MARGETTS et al. (2015) que as define como plataformas baseadas na Internet que permitem a criação e a troca de conteúdo gerado pelo usuário, geralmente usando tecnologias móveis ou baseadas na web.

³ Em redes de comunicação, um nodo ou nó é um ponto de conexão, isto é, um terminal ou outro ponto em uma rede de computadores onde uma mensagem pode ser criada, recebida ou transmitida. (MSN.ENCARTA)

influência nas relações de trabalho e na produção. O autor discorre sobre os “novos” espaços em que as relações vão se dar a partir da evolução desse “novo” capitalismo, o espaço de fluxos:

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. (CASTELLS, 1999:501)

Ainda para o autor, o poder dos fluxos é mais importante do que os fluxos de poder, porque quem está nas redes tem o poder de exercer uma função direcional em torno das quais o espaço é articulado. Então, as elites hegemônicas (que têm poder material) vão se organizar nesse espaço de fluxo para gerenciar o todo da sociedade:

O espaço de fluxos não é a única lógica espacial de nossas sociedades. É, contudo, a lógica espacial dominante porque é a lógica espacial dos interesses/funções dominantes em nossa sociedade. Mas essa dominação não é apenas estrutural. É estabelecida, na verdade, concebida, decidida e implementada por atores sociais. Portanto, a elite empresarial tecnocrática e financeira que ocupa as posições de liderança em nossas sociedades também terá exigências espaciais específicas relativas ao suporte material/espacial de seus interesses e práticas. A manifestação espacial da elite informacional constitui outra dimensão fundamental do espaço de fluxos (Ibidem:504).

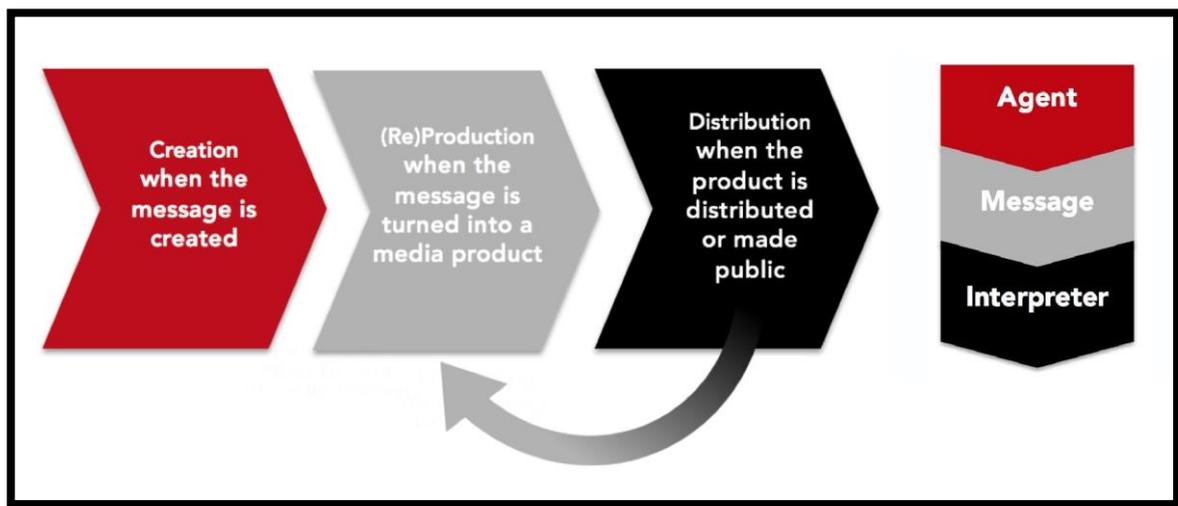
Com o passar do tempo e pelos rumos que as coisas tomaram, a predominância do poder dos fluxos em que a elite hegemônica está organizada desembocou na não democratização da internet. É o que constatam Srinivasan e Fish (2017:05) ponderando que “o mito de que a internet torna as pessoas mais iguais ao redor do mundo e a superação da desigualdade geográfica foi refutada por realidades preocupantes que mostram como as economias digitais trazem riqueza desproporcional para poucos”. Além disso, a internet tem contribuído para disseminar o que Pierre Dardot e Christian Laval (2017) chamam de Cosmocapitalismo:

Disso resultou um novo sistema de normas que se apropria das atividades de trabalho, dos comportamentos e das próprias mentes. Esse novo sistema estabelece uma concorrência generalizada, regula a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros segundo a lógica da superação e do desempenho infinito. (...) Estamos na época do *cosmocapitalismo*, no qual, muito além da esfera do trabalho, as instituições, as atividades, os tempos de vida são submetidos a uma lógica normativa geral que os remodela conforme os ritmos e objetivos de acumulação de capital. É esse sistema de normas que hoje alimenta a guerra econômica generalizada, que sustenta o poder da finança de mercado, que gera as desigualdades crescentes e a vulnerabilidade social da maioria, e acelera nossa saída da democracia. (DARDOT e LAVAL, 2017: 02-03)

Segundo Benjamin Loveluck (2018), por conta de sua imensa capacidade de gerar um grande número de dados, com fluxos de informação cada vez mais velozes, a internet deu adeus à pretensão de desintermediar as trocas. As constantes evoluções da tecnologia digital impuseram a necessidade (entre outras coisas) da simplificação dos procedimentos e da triagem

da informação, tarefa assumida pelas grandes corporações de tecnologia, as chamadas Big Techs, que se posicionaram de maneira estratégica no ecossistema informacional de maneira a captar os fluxos de informação e a filtrá-los, passando a extrair deles uma utilidade social, além de um valor econômico. Esse modelo de governança, segundo Loveluck promoveu uma recentralização das redes, uma vez que se passou a ter intermediadores (essas Big Techs) para quase todas as trocas que acabaram por estabelecer o controle algorítmico dessas trocas.

Figura 2: As diferentes "fases" (criação, produção e distribuição) e os "elementos" da desordem da informação



Fonte: (WARDLE e DERAKHSHAN, 2017:22/23)

Esses grupos constroem um Ecossistema da Desinformação. Conforme mostra a Figura 2 (acima) a produção da desinformação não é algo tão espontâneo quanto as mensagens fazem parecer. Existe uma cadeia de produção, um verdadeiro ecossistema interligado em que a 1ª fase é a Criação (quando a mensagem é criada); a 2ª fase é (Re)Produção (quando a mensagem é transformada em produto de mídia); e a 3ª fase é a Distribuição (quando o produto é distribuído ou tornado público) num círculo que se retroalimenta. Além disso, é preciso considerar que uma parte do conteúdo pode efetivamente influenciar quem não o acessa nas redes. Essa ocorrência é um fenômeno denominado Remediação, que pode ser caracterizado por uma espécie de contaminação, em que uma plataforma influencia a outra. Esse pensamento é baseado em McLuhan (1964), para quem o conteúdo de um meio é sempre outro meio:

O "conteúdo" de qualquer meio é sempre outro meio. O conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é o conteúdo da impressão, e a impressão é o conteúdo do telégrafo. Se for perguntado: "Qual é o conteúdo da fala?", É necessário dizer: "É um processo real de pensamento, que em si mesmo não é verbal". Uma pintura abstrata representa a manifestação direta dos processos de pensamento criativo como eles podem aparecer em projetos de computador. (MCLUHAN:1964:08)

Bolter e Grusin (2000) enfatizam que uma nova mídia renova outra existente, proporcionando novos usos. A remediação é, portanto, uma das principais características das mídias digitais, pois se apropriam das propriedades dos meios existentes, dinamizando-os:

Oferecemos esta definição simples: meio é aquele que remedia, que corrige. Isto é aquele que se apropria das técnicas, formas e significado social de outras mídias e tenta rivalizá-las ou remodelá-las em nome do real. Um meio em nossa cultura nunca pode operar isoladamente, porque deve estabelecer relações de respeito e rivalidade com outros meios de comunicação. Pode haver ou pode ter havido culturas nas quais uma única forma de representação (talvez pintura ou música) exista com pouca ou nenhuma referência a outras mídias. Tal isolamento não parece possível para nós hoje, quando não podemos nem mesmo reconhecer o poder representacional de um meio, exceto com referência a outras mídias (BOLTER e GRUSIN, 2000: 65)

Nesse sentido, o conteúdo de uma conversa é conteúdo de uma mídia, ou seja, aquilo que o sujeito leu, ouviu ou assistiu. O que significa que é possível que uma notícia (factual ou não) muito repercutida na mídia tradicional e/ou nas mídias sociais torne-se tema de rodas de conversas em bares, festas e outros locais de interação social, levando esse conteúdo para pessoas que, a princípio, não tiveram contato direto com essas fontes, mas de alguma forma acabam por ter contato com a informação. É isso que talvez torne o problema das informações não factuais⁴ mais grave ainda porque, como diz o ditado popular “quem conta um conto, aumenta um ponto” e a (des)informação original vai se distorcendo ainda mais dando origem a novas versões por cada um de seus emissores.

Pesquisa do *Pew Research Center*⁵ (BARTHEL et al., 2016), durante as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (EUA), mostra que 64% dos americanos relataram contato via mídias sociais com histórias inventadas que causaram grandes confusões a respeito de fatos básicos. Dentre eles, 23% disseram ter compartilhado informações não factuais em suas redes, sendo que 14% fizeram-no mesmo sabendo a natureza da notícia em questão. No Capítulo II, faço uma discussão para tentar compreender o que leva tantas pessoas (muitas delas com elevado grau de instrução) a acreditar ou não nesse tipo de conteúdo e, mesmo conscientes, compartilhá-lo, não só nos EUA, mas também no Brasil e em outras partes do mundo.

⁴ Por entender, assim como Wardle e Derakhshan (2017), que o termo *fake news* não dá conta de descrever o fenômeno da desinformação atual, embora utilizado em vários momentos desta dissertação e nos testes com alunos, dada sua popularidade, neste texto adotarei o termo “**informações não factuais**”. Utilizarei *fake news* apenas quando tiver menção a um tipo textual específico, que será caracterizado no Capítulo II.

⁵ O Pew Research Center é um *think tank* localizado que fornece informações sobre questões, atitudes e tendências que estão moldando os EUA e o mundo. É uma organização que (aparentemente) não defende causas.

Dado esse contexto, constata-se que na web o difícil não é falar, mas sim, ser ouvido. Para isso, é preciso muitas vezes lançar mão de estratégias que podem ou não ser legais⁶, éticas e/ou morais. Um desses intermediários do ecossistema informacional hoje são as já mencionadas mídias sociais que, em função de sua configuração (algoritmos⁷ e compartilhamento para conhecidos), transformaram-se nas grandes vilãs mundiais, pois seus usuários são os responsáveis pela proliferação exponencial de desinformação, uma vez que diversas organizações ligadas a diferentes grupos de interesses e tendências políticas (mas, não apenas), dominaram sua gramática de funcionamento e delas têm se utilizado como meio de comunicação de massa, dentro de um Ecossistema da Desinformação⁸.

Diante desse cenário, o mundo se mobiliza para combater a desinformação criando múltiplas estratégias para identificar tais produções e sua disseminação, cujos efeitos no comportamento das pessoas são preocupantes. O *Facebook*, a rede social⁹ com maior número de usuários no mundo – chegou a 1,96 bilhões de usuários ativos diários em todo o mundo¹⁰ – lançou um manual em 2017 e uma ferramenta em 2018 para identificar informações não factuais. Tais medidas vieram após o site se transformar na principal plataforma digital distribuidora de desinformação, com manipulações e consequências imensuráveis. Entre as mais conhecidas estão as praticadas pela produtora da campanha do político Donald Trump que, segundo o jornal *Folha de S. Paulo* (2018) por meios não convencionais, direcionou conteúdos não factuais a usuários/eleitores indecisos, o que teria causado desequilíbrio no pleito, influenciando diretamente sua vitória sobre a candidata democrata, Hilary Clinton.

No Brasil, a apreensão é a mesma. Em janeiro de 2018, preocupado com os efeitos da disseminação da desinformação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou um conteúdo em sua página do *Facebook* explicando como os internautas podem identificar uma informação

⁶ Legalidade, do ponto de vista do Direito.

⁷ O algoritmo “é o conceito unificador de todas as atividades em que os cientistas da computação participam”. Provisoriamente, uma “descrição do método pelo qual uma tarefa deve ser realizada”, o algoritmo é a entidade fundamental com a qual os cientistas da computação operam. (GOFFEY, 2008, p.15).

⁸ Cujas caracterização e funcionamento será mais bem abordada no Capítulo II.

⁹ Embora eu saiba que o conceito de Rede Social seja anterior à internet e que neste caso se trata de uma rede social digital, aqui vou usar a definição de rede social digital dada por Boyd e Ellison (2007:211): “Serviços baseados na *Web* que permitem que os indivíduos (1) construam um perfil público ou semipúblico em um sistema limitado, (2) articulem uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão e (3) visualizem e percorram a lista de conexões e as feitas por outras pessoas no sistema. A natureza e a nomenclatura dessas conexões podem variar de site para site”.

¹⁰ Dados do primeiro trimestre de 2022. Disponíveis em: <https://www.statista.com/statistics/346167/facebook-global-dau/> Acesso em 23 jul. 2022.

não factual ou factual. A imprensa tradicional tem pautado com frequência os cuidados que o leitor deve ter ao ler uma notícia nas mídias sociais. Coletivamente, em 2017, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) levou a discussão da desinformação a seu 12º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, numa sessão especial intitulada “Pós-verdade, credibilidade e inteligência digital: o jornalismo no fogo cruzado”.

A partir desses fatos, podemos deduzir que, embora boatos e mentiras, com viés político ou não, sempre tenham existido, há um problema novo trazido pela popularização do acesso aos meios digitais e produção da informação, antes restrita a profissionais e empresas de mídia. Nesse novo contexto, o combate à desinformação não pode ficar restrito a refutar ou desmentir as informações não factuais depois que elas já circularam, porque, conforme mostrarei nos capítulos posteriores, esse desmentido além de não atingir as mesmas pessoas que tiveram acesso à desinformação inicial, chega a um número de leitores que é infinitamente menor. Daí a minha hipótese de que o combate à desinformação, no médio prazo, diga-se, deve se iniciar na escola, onde é possível, por meio da leitura crítica da mídia, preparar o olhar desse leitor para que se torne não só um consumidor de informações mais atento, mas também um produtor de conteúdo cidadão, finalidade da internet idealizada pelos intelectuais em seu início.

II. Justificativa do tema e da dissertação

Se na política e na economia os efeitos da desinformação e da manipulação da informação têm se revelado devastadores, na área da saúde a situação é ainda mais preocupante, pois, pode representar a diferença entre a vida e a morte. Esse é o caso do tema das vacinas, que vêm recebendo questionamentos sobre sua eficácia por negacionistas da ciência que, motivados por fatores religiosos e/ou econômicos, tentam agendar uma falsa controvérsia para a sociedade, levando muitas pessoas a compartilharem informações distorcidas, enganosas e não factuais, com consequências que vêm causando um profundo impacto na saúde pública, não apenas no Brasil, mas no mundo todo.

Assim, o tema de pesquisa desta dissertação “Letramento Midiático e Informacional: leitura de desinformação sobre vacinas na escola” se justifica pois, embora, sob a perspectiva da Comunicação o tema da desinformação venha sendo estudado, ainda há muito por fazer na perspectiva da Educação e da Educomunicação¹¹. Embora a leitura crítica da mídia já esteja presente em maior ou menor grau na área da educação escolar – considerando o baixo

¹¹ A Educomunicação é um campo teórico-prático que propõe uma intervenção a partir de algumas linhas básicas como: educação para a mídia, uso das mídias na educação, produção de conteúdo educativo, gestão democrática das mídias e prática epistemológica e experimental do conceito.

índice de letramento dos brasileiros – por meio da alfabetização midiática, a escola pode (e deve) interferir para que as redes sociais se tornem uma arena democrática de debate, mais um espaço de exercício da cidadania, o que hoje, por conta da manipulação, não se configura.

a. Um panorama da Educação no Brasil

Importante lembrar que, apesar de o analfabetismo¹² no Brasil ter tido números bem piores na década de 1990 (19,2 milhões de pessoas ou 20% da população acima de 14 anos), eles ainda são expressivos. Dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o país ainda tem cerca de 11 milhões de pessoas (ou 6,6% da população de 15 anos ou mais) que não conseguem ler nem escrever (IBGE, 2020a). Some-se a isso a baixa escolarização: 35,2% dos brasileiros com 14 anos ou mais não têm instrução ou não completaram o Ensino Fundamental (EF) – que corresponde do 1º ao 9º ano; 17% têm o EF completo ou o Ensino Médio (EM) incompleto; 33,3% têm o EM completo ou o Superior incompleto; e apenas 14,5% completaram o Ensino Superior (IBGE, 2020b). Em relação à leitura, os números não são melhores: a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil¹³ (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016), em sua 4ª edição, mostra que apenas 56% dos respondentes são leitores assíduos, números quase idênticos aos de 2007 (2ª edição), que era de 55% e de 2011 (3ª edição), de 50%. Em termos quantitativos, significa que o brasileiro lê em média 2,43 livros por ano. Na França essa média é de 21 livros por ano¹⁴.

No entanto, a questão fundamental não reside no índice de analfabetismo, na escolarização ou na quantidade de livros que se lê, mas sim, na dificuldade que grande parte da população apresenta na leitura crítica, em diferentes níveis de escolaridade, que se estende, por vezes, à universidade. É o que constatamos numa leitura do Inaf Brasil 2018, pesquisa que mensura os níveis de Alfabetismo¹⁵ da população brasileira entre 15 e 64 anos, realizada pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela Organização Não Governamental (ONG) Ação Educativa. Com base no Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)¹, o estudo mostra que apenas 12% dos brasileiros podem ser considerados proficientes em leitura; 25% têm leitura

¹² O IBGE considera para calcular a taxa de analfabetismo o percentual de pessoas de determinada faixa etária que não sabe ler nem escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhece, dentro do total de pessoas dessa mesma faixa etária. (SIDRA.IBGE.GOV.BR,2020)

¹³ Pesquisa realizada com 5.012 entrevistados, em todos os Estados brasileiros, considerando a população com 5 anos de idade ou mais, que leu, ao menos, um livro nos três meses anteriores à pesquisa.

¹⁴ Inseri esse dado a título de informação, mas é importante registrar que essa pesquisa na França leva em conta os livros lidos no período de um ano. Portanto, não se pode traçar um paralelo direto.

¹⁵ Esse conceito será devidamente aprofundado no capítulo IV, sobre Educação Midiática.

intermediária; 34%, elementar; 22%, rudimentar e 8% são considerados analfabetos (AÇÃO EDUCATIVA; IPM, 2018). Nesse sentido, a Educomunicação tem um papel central para ajudar as pessoas a entenderem o que leem e poderem se posicionar sobre temas importantes para sua vida, exercendo, assim, sua autonomia e cidadania.

Ratifica esse cenário a voz do poder público que admite o fracasso da implementação de suas políticas educacionais. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, José Roberto Nalini, então Secretário da Educação do Estado de São Paulo, ao responder sobre desempenho nas avaliações externas, revelou que “A avaliação que se faz é uma prova de aferição da capacidade mnemônica [técnicas para auxiliar a memorização]. Nós (as escolas estaduais) adestramos crianças. E depois, como avaliamos? Vemos se elas memorizaram esse conteúdo” (SALDAÑA, 2018). Memorizar em lugar de aprender, repetir conceitos em lugar de refletir sobre eles e entender seus significados e usos para a vida. Ou seja, ninguém vai estudar para o que não será avaliado. Se o aluno sabe o que o governo avalia é para isso que se preparam, assim como os professores vão planejar as suas aulas buscando atender a esses objetivos.

Mas o Brasil não está sozinho. Corrobora essa posição, a historiadora da educação Diane Ravitch – ex-secretária-adjunta de Educação dos EUA, na administração de George Bush – que em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* (IWASSO, 2010) afirma que, após 20 anos mudou de ideia e que o sistema (que ela mesma ajudou a criar) ao invés de melhorar a educação estadunidense estava formando apenas alunos treinados para fazer uma avaliação. Ela foi defensora da reforma educacional, baseada em metas, testes padronizados, responsabilização do professor pelo desempenho do aluno e fechamento de escolas mal avaliadas. Modelo que serviu de inspiração para vários países, inclusive para o Brasil, programas como o *No Child Left Behind* e *Accountability* tinham como proposta usar práticas corporativas, baseadas em medição e mérito, para melhorar a educação. No entanto, a historiadora relata que as evidências ao longo dos anos indicam que o ensino não melhorou e foram identificadas inúmeras fraudes no processo, além de ter levado a uma redução do currículo, associando avaliações de habilidades básicas em leitura e matemática a recompensas e punições.

Isso é basicamente o que se faz há mais de duas décadas nas escolas públicas geridas pelo governo do Estado de São Paulo, para quem trabalho, nas quais as notas tiradas pelos estudantes, numa avaliação anual chamada Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), são referência para o recebimento de um bônus em dinheiro (uma espécie de 14º salário) pelo professor no ano seguinte. Com base no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp) as escolas que não atingem determinada pontuação

– que leva em conta não apenas o desempenho do aluno, mas também a evasão escolar, cuja responsabilidade não é do professor – são ranqueadas e submetidas a um linchamento social que põe em xeque o trabalho do corpo docente e dos gestores pedagógicos daquela unidade, uma vez que ficam rotuladas como as “piores escolas” de determinado lugar. Não bastasse a humilhação, seguem-se uma série de medidas visando a “melhora dos índices”, no entanto, nenhuma delas inclui um maciço investimento na infraestrutura das escolas (notadamente localizadas nas periferias das grandes cidades) ou na remuneração dos profissionais, que para terem o mínimo de dignidade, lecionam em dois ou três períodos.

Apesar das Reformas que ocorreram na Educação brasileira – desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que defendia uma escola pública, universal e gratuita, em que a educação nacional deveria ser proporcionada a todos com a mesma qualidade até a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – infelizmente, pouca coisa mudou no que tange à efetiva melhora do aprendizado das crianças. Como se percebe, ainda estamos longe daquilo que Paulo Freire propõe, ainda em 1975, como sendo uma educação afastada da mecanicidade, que daria espaço à uma reflexão sobre seu contexto social e à utilidade dessa aprendizagem: “Não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa em seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho¹⁶” (GADOTTI, 2002:280).

b. Maior acesso à informação

Esse quadro de baixo letramento se contrapõe ao uso, cada vez mais frequente, da internet por pessoas nem sempre preparadas para digerir a quantidade de informações que recebem. Segundo a PnadC 2019 (IBGE, 2021), 78,3% dos brasileiros acima de 10 anos de idade estão conectados à internet, dos quais 98,6% dizem acessá-la por meio de um telefone móvel celular. Não por acaso, o número de aparelhos habilitados era de 148,4 milhões (81% dessa faixa etária), embora se saiba que uma mesma pessoa pode possuir mais de um aparelho. 95,7% dizem acessar a rede para a troca de mensagens (de texto, voz ou imagens); 91,2% para conversas ou chamada de voz e vídeo; 88,4% para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes; e 61,5% para enviar ou receber e-mail.

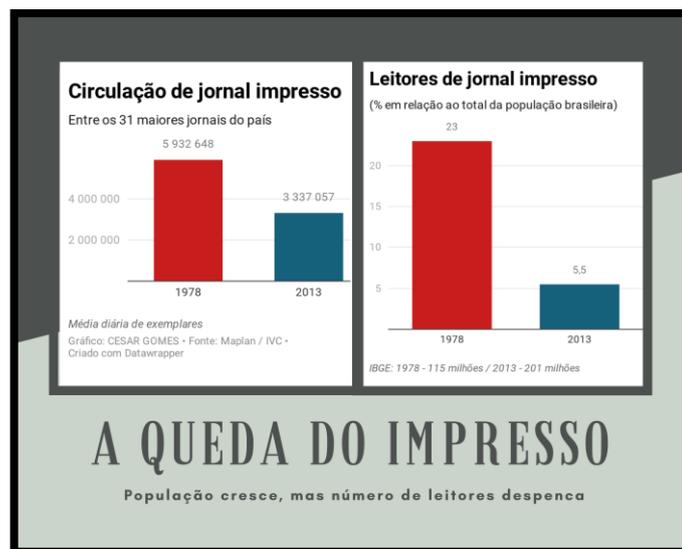
Se a leitura de livros é baixa no país, a de veículos de comunicação impresso vem caindo. Para se ter uma dimensão do fenômeno, a professora de jornalismo da Universidade

¹⁶ Parte final do discurso de Paulo Freire no Simpósio Internacional para a Alfabetização, em Persépolis, no Irã, em setembro de 1975, que foi reproduzida no livro *História das Ideias Pedagógicas*, de Moacir Gadotti, professor da USP e presidente de honra do Instituto Paulo Freire.

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marialva Barbosa (2007:198), informa que em 1978 o Instituto Maplan e o Instituto de Verificação de Circulação (IVC) estimavam a tiragem impressa dos 31 maiores jornais do país em 5.932.648 exemplares. Ela considera que estatisticamente à época havia uma média de 4.6 leitores por exemplar, concluindo, pois, haver pouco mais de 27 milhões de leitores de jornal no país ou 23% da população.

Em 2013, observando os 31 jornais de maior circulação no país, contabiliza-se uma circulação média de 3.337.057 exemplares (BELÉM, 2014)¹⁷ e se constata que houve um recuo de 43% em 35 anos. Considerando-se ainda a média de 3,3 leitores por exemplar¹⁸, chega-se a 11 milhões de leitores de jornal impresso, o que significa 5,5% da população¹⁹ (veja o Gráfico 1, abaixo). O site Poder 360 (2019) aponta que a circulação média dos 10 jornais diários (que ele considera mais relevantes) tiveram em 5 anos (2014 a 2019) uma redução de 51,7% em sua circulação, caindo de uma tiragem somada de 1,2 milhões de exemplares impressos para 588,6 mil. Além disso, estima que a venda de assinatura digital ainda é modesta, na casa de 11%.

Gráfico 1: A queda na circulação do jornal impresso



Fontes: Cesar Gomes (2020). Produzido a partir de dados de Maplan e IVC de 1978, in: Barbosa (2007:198); E do IVC de 2013, in: (BELÉM, 2014)

¹⁷ Busquei levantamentos mais recentes, no entanto, como o banco de dados do IVC não é público, essa é a única fonte que traz dados com os 50 jornais de maior circulação no país. Desse período para cá houve também alterações na metodologia de aferição.

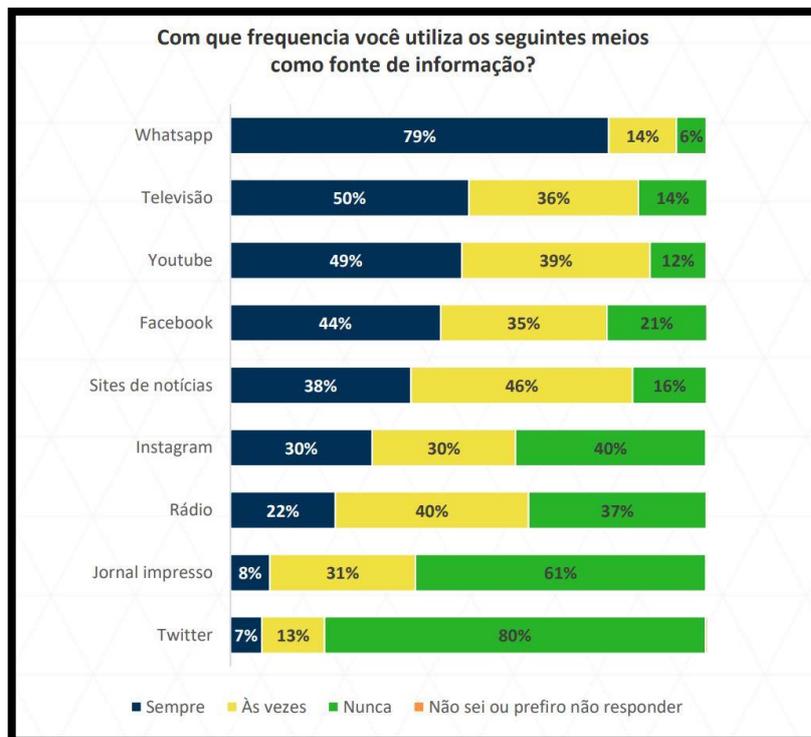
¹⁸ Um estudo realizado pela Scarborough Research em parceria com a Newspaper National Network LP (NNN) em 2009, mostra que o número de leitores adultos por exemplar é de 3,30. (BARBOSA, 2020)

¹⁹ Nas duas aferições sobre o percentual da população leitora de jornal (1978 / 2013) levou-se em conta a população total de aproximadamente 115 milhões / 201 milhões de brasileiros respectivamente, segundo levantamentos do IBGE, porque os dados de 1978, em relação à quantia de pessoas com 10 anos de idade ou mais, não são precisos.

Com raras exceções, o jornal impresso vem com sucesso sempre substituído por sua versão digital, como é o caso do *The New York Times*, nos EUA, que sozinho atingiu 3,1 milhões de assinantes no formato digital, em 2018, que somadas às assinaturas impressas chegam a 4 milhões de assinantes (THE NEW YORK TIMES, 2018). Segundo o jornal, no 3º trimestre daquele ano a empresa conseguiu adicionar à sua carteira 203 mil assinaturas líquidas (já subtraídos os cancelamentos), aumentando em 8% sua receita total em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em contraposição à queda na tiragem e fechamento de jornais e revistas mundo afora, assiste-se à ascensão das redes sociais como fontes de acesso à informação, especialmente entre os jovens. No entanto, é preciso levar em consideração que após a Pandemia da Covid-19 (ou talvez em função dela), o número de pessoas que se informam pelas redes sociais vem caindo, mas está longe de ser irrelevante. Nos EUA, pesquisa da *Pew Research Center* (BARTHEL et al., 2015) revela que o *Facebook* e o *Twitter* eram a principal fonte de informação para 63% de seu total de usuários. Em 2020, 54% dos usuários do *Facebook* declaravam se informar por ele, número que caiu para 47% em 2021. Em relação ao *Twitter*, em 2020 59% de seus usuários declaravam utilizá-lo para ver notícias, número que também caiu em 2021 para 55% (WALKER e MATSA, 2021).

Gráfico 2: Resultados do levantamento realizado pelo DataSenado



Fonte: DataSenado (2019). Disponível em <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em 21 jun. 2020.

No Brasil, embora existam várias empresas de marketing monitorando isso, o levantamento mais confiável sobre o tema é do DataSenado²⁰ (Gráfico 2, acima) realizado em parceria com as ouvidorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ele mostra que 93% dos brasileiros utilizam o aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp* como fonte de informação; 88%, o *YouTube*; 79%, o *Facebook*; e apenas 39%, o jornal impresso. Sites noticiosos (não se sabe quais nem a qualidade deles) foram citados por 84% dos entrevistados.

O que se percebe é que no Brasil, o *Twitter* é ainda menos utilizado como fonte de informação do que nos EUA. O público brasileiro recebe muitas informações via *WhatsApp*, *YouTube* e *Facebook*. Conforme discuto nos capítulos I, II e IV, isso tem feito um grande estrago em termos de acesso a informações factuais, porque esses veículos são alimentados por pessoas comuns, o que deveria ser uma virtude, no entanto, grupos políticos se apropriaram deles e trabalham de forma profissional criando conteúdos que favorecem a seus interesses, não necessariamente pautados nos fatos.

Diante disso, não se sabe como a escola tem lidado com essa mudança de perfil de leitura de informações de uma população que já tem uma baixa proficiência de leitura. O que se sabe é que a leitura do impresso favorecia uma maior concentração e cognição, em contraposição à leitura em suportes multiplataformas, com textos quase sempre superficiais elaborados para leituras rápidas, trazendo, assim, inevitáveis dispersões e pouca oportunidade de aprofundamento e reflexão. É fato que a população hoje lê muito mais do que no século passado, porém, sem uma leitura crítica estão à mercê dos produtores de desinformação, o que pode trazer problemas sérios para a sociedade.

c. Desinformação, Vacinas e Alfabetização Midiática

Esse é o caso do gravíssimo problema da desinformação em Saúde, pois, ela pode provocar excesso de demanda nos Sistemas de Saúde com exames desnecessários, motivados por alarmismo, levar pessoas a comportamentos extremos, a deixarem de realizar tratamentos necessários, de usar remédios essenciais para sua vida, enfim, no limite, a desinformação pode matar. Uma possível consequência do fenômeno pode ser sentida mais claramente no âmbito da vacinação, tema desta pesquisa, uma vez que, apesar das intensas campanhas de divulgação na mídia, as autoridades de Saúde não estão conseguindo cumprir as metas de vacinação, informa o jornal *Correio Braziliense*:

²⁰ A pesquisa entrevistou 2.400 cidadãos que têm acesso à internet, em todas as unidades da federação, por meio de ligações para telefones fixos e móveis. O DataSenado é um instituto de pesquisa vinculado à Secretaria de Transparência do Senado Federal.

As vacinas que protegem contra o sarampo tiveram queda. A tríplice viral passou de 96% de cobertura da população em 2015, para 83,87% no ano passado. A tetra viral saiu de 77,37% para 70,6% no mesmo período. O mesmo aconteceu com a tetra viral, poliomielite, BCG, Rotavírus humano, Meningocócica C, Pentavalente e Pneumocócica. (AUGUSTO, 2018)

Qual seria, então, o papel da disseminação de informações não factuais nesse processo? Há indícios bastante fortes de que essa queda na imunização pode estar sendo impulsionada pela onda de disseminação de conteúdos não factuais relacionados, principalmente, às vacinas, cujo resultado pode vir a ser a volta de doenças já erradicadas. O Brasil perdeu em abril de 2019 o certificado – que detinha desde 2016 – de erradicação do Sarampo, concedido pela Organização Pan-Americana de Saúde / Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS) quando o país passa 12 meses sem casos. Outra doença que não apresenta um único caso desde 1989, a Poliomielite, cujo certificado foi concedido em 1994, também pode voltar. A desinformação pode envolver sintomas, diagnósticos e tratamentos; estatísticas falsas e enganosas; tentativas de desacreditar jornalistas e meios de comunicação credíveis; e, principalmente, a politização do assunto.

Apesar de se constituírem como a geração mais familiarizada com as novas tecnologias de comunicação, os Nativos Digitais (PRENSKY, 2001), 80% dos jovens são inábeis em diferenciar notícias patrocinadas na internet, das com interesse público, conforme mostram dados de um estudo da Universidade de Stanford de 2016. O Civic Online Reasoning (DONALD, 2016) realizado pelo Stanford History Education Group (Sheg), da Universidade de Stanford, foi um estudo que avaliou a capacidade dos alunos estadunidenses de julgar a credibilidade das informações digitais sobre questões sociais e políticas. Foi realizado entre janeiro de 2015 e novembro de 2016 por meio de testes com 7.804 estudantes de instituições de ensinos fundamental, médio e faculdades ao longo de 18 meses, em 12 Estados daquele país.

Segundo informações publicadas no site da universidade de Stanford, os pesquisadores abordaram a questão do raciocínio cívico online por duas razões: havia poucas maneiras de se verificar como os alunos avaliavam informações online e para identificar abordagens para se ensinar as habilidades necessárias para distinguir fontes confiáveis de fontes não confiáveis. Segundo a instituição os autores temiam que a democracia fosse ameaçada pela facilidade com que a desinformação sobre questões cívicas pode se espalhar e florescer.

Diante desse cenário, a questão que emerge é: a escola vem cumprindo seu papel de preparar a pessoa para o pleno exercício da cidadania? Ou tem se limitado a depositar nos alunos conteúdos que vão “cair no Vestibular”? Ao se referir à formação dos alunos na

sociedade do espetáculo²¹, Maria Luiza Belloni (2001:64) acredita que essa instituição está perdendo sua importância no processo de formação e se especializando na transmissão de conhecimentos e técnicas ligadas, principalmente, ao mundo do trabalho, da produção.

A BNCC, homologada no final de 2017, trouxe recomendações específicas sobre a questão. Na abordagem que faz da língua portuguesa em relação às práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades, o texto destaca:

A questão da confiabilidade da informação, da proliferação de fake news, da manipulação de fatos e opiniões tem destaque e muitas das habilidades se relacionam com a comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, com análise de sites e serviços checadores de notícias e com o exercício da curadoria, estando previsto o uso de ferramentas digitais de curadoria (BRASIL, 2017:136).

Além disso, o enfrentamento do fenômeno da Pós-verdade, dos discursos de ódio e outros problemas amplificados pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) são objetivos claros do documento: “Promover uma formação que faça frente a fenômenos como o da pós-verdade, o efeito bolha e proliferação de discursos de ódio, que possa promover uma sensibilidade para com os fatos que afetam drasticamente a vida de pessoas e prever um trato ético com o debate de ideias” (Ibidem:137). Reflexo dessa relevância, Pós-verdade foi um dos temas da Proposta de Redação do Vestibular 2018 da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Conforme se deduz, educar para a mídia é uma tarefa urgente da escola. Alfabetização midiática, contudo, não significa apenas levar as mídias para a aula. Conforme Caldas (2006: 122) para realizar a leitura crítica da mídia é preciso “aprender sobre o mundo editado pela mídia, a ler além das suas aparências, a compreender a polifonia presente nos enunciados da narrativa jornalística (...) capacitar professores e alunos para entender os sentidos, o significado do implícito no discurso da imprensa”.

Portanto, investigar *se* e *como* professores e estudantes vêm trabalhando a alfabetização para a mídia e o desafio da leitura crítica no ambiente digital contribui, não só para apontar possíveis ruídos de comunicação e manipulações surgidos com a proliferação das informações não factuais, mas também, para trazer luz ao debate sobre as formas de produção, de disseminação e de consumo das notícias no mundo atual. Uma reflexão que permita apontar caminhos para transformar as redes sociais na *Ágora Moderna*, tornando-as, de fato,

²¹ “Sociedade do Espetáculo” é um conceito criado pelo escritor francês Guy Debord (1931-1994) que definiu o espetáculo como o conjunto das relações sociais mediadas pelas imagens.

ferramentas da Tecnodemocracia²², essenciais numa sociedade democrática para a formação de uma cidadania ativa e plena.

III. Objetivos

a. Objetivo Geral

Investigar *se e como* professores e estudantes das escolas selecionadas vivenciam o fenômeno da desinformação e do negacionismo científico em sala de aula e *se e como* os professores têm preparado seus estudantes para a leitura crítica da mídia é o objetivo central desta pesquisa. Esse estudo é necessário para poder refletir sobre as informações não factuais no processo de aprendizado e comportamento das pessoas na área de saúde, particularmente no uso das vacinas.

b. Objetivos Específicos

- A. Historiar as práticas de leitura crítica da mídia, sob a perspectiva da Educomunicação;
- B. Examinar o fenômeno da desinformação numa perspectiva histórica;
- C. Delinear um panorama das estratégias e elencar as principais propostas pedagógicas que têm sido desenvolvidas para a formação de professores e de alunos em leitura crítica da mídia em escolas brasileiras e estrangeiras que atentem especialmente para o contexto da atual necessidade de combater o Ecossistema da Desinformação na compreensão leitora;
- D. Examinar *se e como* os professores das escolas selecionadas enxergam a democratização do acesso à internet, o uso de mídia na sala de aula e a Educação Midiática;
- E. Traçar um perfil sociocultural do professor das escolas selecionadas e examinar a sua visão sobre fenômeno da desinformação, da pós-verdade e do negacionismo científico.
- F. Traçar um perfil sociocultural dos estudantes do Ensino Médio das escolas selecionadas e verificar qual a sua compreensão sobre as controvérsias que envolvem a disseminação de informações não factuais sobre Saúde, particularmente no âmbito das vacinas;
- G. Examinar *se e como* os alunos das escolas selecionadas, objeto deste estudo, ao ler uma informação, avaliam a factualidade ou não da mesma, a credibilidade dessa fonte, quais ferramentas utilizam para isso e como justificam suas escolhas.

²² Uma nova formação política em que os meios técnicos viabilizariam o desenvolvimento de comunidades inteligentes, capazes de se autogerir, em que todas as vozes poderiam ser ouvidas levando todos à inclusão social (BRASIL, 2013).

IV. Metodologia

A presente pesquisa se caracteriza como um Estudo de Casos Múltiplos (YIN, 2015), de natureza exploratória e qualitativa e está ancorada na Teoria dos Estudos Culturais (HALL et al., 1980) e na perspectiva da Educomunicação (SOARES, 2000a). Os testes, que consideram notícias sobre vacina e saúde pública, no Brasil, utiliza, como metodologia central de avaliação, testes inspirados no Civic Online Reasoning, realizado pelo Sheg. Como método de checagem das notícias, objeto dos testes, utiliza as etiquetas da Agência Lupa, os “selos” da plataforma Aos Fatos e o infográfico da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), que têm como base os princípios estabelecidos pela International Fact-Checking Network (IFCN). Além dos Sete Tipos de Desinformação, a partir dos critérios de Wardle e Derakhshan (2017).

Os Estudos Culturais, campo de investigação de caráter interdisciplinar, explora as formas de produção ou criação de significados e de difusão deles nas sociedades atuais. Surgidos no final dos anos 1950 do século XX na Inglaterra, os Estudos Culturais não configuram “uma ‘disciplina’, mas uma área em que diferentes disciplinas se cruzam no estudo dos aspectos culturais da sociedade” (Hall et al., 1980: VI)^{II}. De acordo com o sociólogo Renato Ortiz, os Estudos Culturais caracterizam-se por sua dimensão multidisciplinar, mas alternativas como a transdisciplinaridade podem ser exploradas e “nesse caso, os horizontes disciplinares surgem não como um entrave a ser abolido, mas como ponto de partida para uma ‘viagem’ entre saberes compartimentados” (ORTIZ, 2004:121-122).

Para o sociólogo Chris Barker (2008:27 apud BAPTISTA, 2009:453), os Estudos Culturais são um corpo de teoria construída por investigadores que olham a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Em sua opinião, o conhecimento não é nunca neutro ou um mero fenômeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objetivos fala. O antropólogo Eric Wolf corrobora esse posicionamento quando enfatiza a importância dos Estudos Culturais:

Os estudos culturais fizeram duas coisas importantes. Uma é mostrar a cultura enquanto construção, não se trata mais de um espírito interior que movimenta a todos – essa é uma tendência geral que, na verdade, não se restringe aos estudos culturais. A outra é que, rapidamente, se levantam questões sobre hegemonia: quem impõe essas ideias a quem, quem está inventando os cânones, as regras que definem os jogos, existem contrajogos? Feminismo, os afro-americanos, qualquer que seja o tipo de afirmação. Assim, os estudos culturais focalizaram nos pontos fracos do conceito antropológico de cultura (WOLF, 1998:157).

Ao especificar a relação entre os Estudos Culturais e a disseminação de informações não factuais manipuladas e/ou enganosas, proponho com este estudo olhar para o momento em

que elas passam a circular com mais força e seus significados a partir do advento da internet. Nesse sentido, passamos a considerá-la como meio de difusão em massa de informações somando-se à TV, ao rádio e aos jornais e revistas impressos. Essa relação entre Estudos Culturais e meios de comunicação de massa é explicada pelo sociólogo Mauro Wolf (2003):

O interesse dos *cultural studies* tende sobretudo a analisar a forma específica de processo social, relativa à atribuição de sentido à realidade, ao desenvolvimento de uma cultura de práticas sociais compartilhadas, de uma área comum de significados [...]. No conceito de cultura cabem tanto os *significados* e os *valores* que surgem e se difundem nas classes e grupos sociais, quanto as *práticas* efetivamente realizadas, por meio das quais valores e significados são expressos e nas quais estão contidos. Com respeito a tais definições e modos de vida - entendidos como construções coletivas -, os meios de comunicação de massa desenvolvem uma função importante, uma vez que agem como elementos ativos dessas construções (WOLF, 2003:102-103 apud DALMÁZ, 2012:164).

Adicionalmente e não menos importante, ao contexto político, cultural e social em que se desenvolve a pesquisa, recorro à Educomunicação, campo teórico-prático que propõe uma intervenção a partir de algumas linhas básicas como: educação para a mídia; uso das mídias na educação; produção de conteúdo educativo; gestão democrática das mídias; e prática epistemológica e experimental do conceito. É um campo integrador, cujo eixo construtor é a polifonia discursiva como seu elemento estruturante. Não é apenas uma nova disciplina a ser acrescentada nos currículos escolares. Conforme defende Soares (2000a:22): “Ao contrário, ela está inaugurando um novo paradigma discursivo transversal, constituído por conceitos transdisciplinares (...) a interdiscursividade, vale dizer, o diálogo com outros discursos, é a garantia da sobrevivência do novo campo e de cada uma das áreas de intervenção”. Este conceito será devidamente aprofundado no capítulo IV.

Quanto ao método de pesquisa utilizado, o Estudo de Casos Múltiplos, Robert Yin (2015:04), considera utilizar essa metodologia quando se deseja compreender fenômenos sociais complexos, pois, esse método permite o enfoque em “um ‘caso’ e retenha uma perspectiva holística e do mundo real”. O autor define o Estudo de Caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (YIN, 2015:17). O Estudo de Casos Múltiplos, por sua vez, possui a vantagem de que a evidência “é muitas vezes, considerada mais vigorosa e o estudo, em geral, é, por essa razão, visto como mais robusto” (HERRIOTT & FIRESTONE, 1983 apud YIN, 2015:60).

Convém destacar que o Estudo de Casos não deve ser utilizado para avaliar a incidência de fenômenos, mas sim, tem que tratar tanto do fenômeno de interesse quanto de seu

contexto. Por isso, a pesquisa de natureza exploratória e qualitativa não tem a finalidade de “contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER e GASKELL, 2002:68). Conseqüentemente, os números, as opiniões e as experiências dos entrevistados não têm a pretensão de suscitar uma generalização a uma população maior, como é o caso da “amostra do levantamento, onde a amostra probabilística pode ser aplicada à maioria dos casos” (ibid.:70). A lógica de amostragem – utilizada com frequência em levantamentos de dados – pressupõe número de respondentes que “represente” um grupo maior, de forma que também que os dados de um número menor de pessoas representem os dados de um grupo inteiro, caso estivéssemos interessados em verificar a prevalência ou a frequência de determinado fenômeno particular.

Este trabalho recorre à entrevista qualitativa empírica, uma metodologia de coleta de dados empregada nas Ciências Sociais. Robert Farr (1982 apud BAUER & GASKELL, 2002:65) escreve que ela é “essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista”. Quanto ao número de entrevistados, Bauer & Gaskell (2002:70/71) ressaltam que “mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade ou levam necessariamente a uma compreensão mais detalhada” do fenômeno pesquisado.

Além disso, os autores, citando Becker e Geer (1997 apud BAUER & GASKELL, 2002:72), apontam três limitações da entrevista qualitativa: a) o fato de o entrevistador se apoiar nas informações do entrevistado, o que pode levar à não compreensão plena daquilo que foi informado; b) o entrevistado pode, por diversas razões, omitir detalhes importantes, como algo que lhe pareça óbvio, que tenha dificuldade de traduzir em palavras ou que cause desconforto a uma das partes; c) o entrevistado pode ver situações através de “lentes distorcidas” e fornecer uma versão enganadora e impossível de ser testada ou verificada. Apesar dessas limitações, os autores reconhecem que por razões de praticidade e economia, ela pode ser um método útil.

Optei também pela entrevista semiestruturada – aquelas que combinam perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade – em algumas questões, de discorrer sobre o tema proposto. A entrevista estruturada, por sua vez, aquela em que as perguntas são previamente formuladas, em oposição à entrevista aberta em que o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido.

Recorri, ainda, à pesquisa bibliográfica e documental, considerando um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema da desinformação e educação

mediática na escola, nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict).

Corpus

Quanto à seleção intencional do *corpus* da pesquisa, ele foi inicialmente pensado para ser realizado em 04 (quatro) unidades escolares, sendo duas públicas, uma do centro da cidade de Campinas/SP e outra da periferia (fora da região central ou bairros chamados “nobres”), e duas instituições privadas, com as mesmas localizações. Utilizei como critério inicial para abordar as escolas o ranking do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2017, o último disponível, antes de o Ministério da Educação (MEC) vetar a divulgação de rankings. O segundo critério foi a aceitação em participar da pesquisa das respectivas equipes gestoras²³ (que aqui chamarei de “corpo diretivo”) das unidades escolares. Não foram incluídas, neste processo, as escolas técnicas. Havia optado por turmas do 1º ano do Ensino Médio das escolas selecionadas, por representar os alunos que concluíram recentemente o ensino fundamental, o que inicialmente totalizaria um universo de 600 alunos e 32 professores das disciplinas de Língua Portuguesa e de Biologia.

A intenção era, com esses critérios, ter um espectro diverso que olhasse para alunos do centro e da periferia da cidade, de escolas públicas e privadas, que possuam bom desempenho em leitura em contraposição aos que não tenham um desempenho tão positivo assim, verificando inclusive se esses rankings de fato refletem na realidade a qualidade da educação, uma vez que são questionáveis, sob vários aspectos, pelos educadores. Nas instituições selecionadas, também de forma intencional, foram escolhidos grupos de alunos e de professores para a aplicação da pesquisa. Segundo Bauer & Gaskell (2002:70) “não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas”, motivo pelo qual sua seleção não segue os critérios de uma pesquisa quantitativa, uma vez que se precisam alargar ao máximo as oportunidades de compreender os diferentes pontos de vista sobre o tema.

Entretanto, em 2020, com a ocorrência da Pandemia da Covid-19 (que obrigou ao fechamento de todas as escolas do país para contenção da transmissão do vírus) todas as escolas selecionadas – inclusive com a carta de anuência para a pesquisa assinada – declinaram da

²³ A equipe gestora da escola é composta pelos seguintes profissionais: 1) o Diretor, responsável legal, judicial e pedagógico pela instituição; 2) o coordenador pedagógico, profissional que responde pela formação dos professores; 3) o supervisor de ensino, representante da secretaria de Educação que dá apoio técnico, administrativo e pedagógico às escolas. (GESTAOESCOLAR.ORG.BR) Acesso em 27 out. 2019. Este pesquisador prefere utilizar o termo “corpo diretivo”, por entender que a palavra “gestão” remete a empresa, administração e gerenciamento, visão da educação à qual sou antagônico.

aceitação concedida antes da crise sanitária, sem maiores explicações. Deduzo que seus corpos diretivos se ocuparam de tentar mitigar os problemas causados pela necessidade de ministrar aulas remotas e não puderam atender ao que haviam combinado com este pesquisador. Tal fato causou um atraso de, pelo menos, 18 meses, obrigando-me a recorrer a contatos em determinadas escolas, dentre as quais duas (uma pública e uma privada) aceitaram, no segundo semestre de 2021, permitir que seus estudantes e professores participassem dos testes.

a. Pesquisa de Campo

Diante da realidade – a demora de retorno das atividades presenciais nas escolas – foi necessário reconfigurar a pesquisa de campo, uma vez que não era possível cumprir o cronograma inicial. Assim, a pesquisa de campo com estudantes e professores do Ensino Médio foi realizada em duas etapas: um pré-teste presencial em 2019 e um teste, uma entrevista e um questionário sociocultural aplicados no formato online em 2021 (em meio à pandemia).

A abordagem das escolas selecionadas ainda em 2019 obedeceu às seguintes etapas:

- ✓ A 1.^a etapa, realizada em três escolas (duas públicas e uma privada) foi a abordagem ao corpo diretivo da unidade escolar – Diretor(a), Coordenador(es) Pedagógico(s) e outros atores – na qual foram explicados o objetivo e as justificativas da pesquisa, além dos procedimentos dela. Nessa oportunidade estabelecemos uma agenda para as etapas da pesquisa, adequada para não atrapalhar as atividades da unidade.
- ✓ A 2.^a etapa, realizada em três escolas (duas públicas e uma privada), foi feita com professores das unidades, na qual houve a aplicação do questionário sociocultural para conhecer o perfil dos professores das unidades.
- ✓ Na 3.^a etapa, realizada em apenas uma escola pública, foram aplicados testes²⁴ para verificar a capacidade de avaliar a credibilidade das fontes e de identificar a ocorrência de informações não factuais.
- ✓ Na 4.^a e última etapa, ocorrida no dia 17 de novembro de 2020, com a participação do Coordenador Pedagógico e professores, numa reunião online em que eu participei de uma reunião pedagógica da escola em que fiz a devolutiva dos resultados da pesquisa. Em função da Pandemia da Covid-19, não foi possível realizar uma palestra com alunos, conforme havia sido previamente acertado.

Conforme explicado anteriormente, somente em 2021 consegui a anuência de uma escola privada e de uma pública para a realização da pesquisa de campo. Como ainda havia a suspensão parcial das atividades presenciais, tive que alterar a forma de aplicação da pesquisa – de presencial para online – para que os estudantes pudessem realizá-la em casa. Em função

²⁴ Os resultados desse pré-teste com a escola pública localizada na periferia de Campinas, podem ser observados no capítulo V e nos anexos desta dissertação.

dessa realidade, a abordagem e execução da pesquisa de campo – realizada com duas escolas (uma pública e uma privada) – deu-se da seguinte forma:

- ✓ A 1.^a etapa, foi a abordagem ao corpo diretivo da unidade escolar – Diretor(a), Coordenador(es) Pedagógico(s) – por meio de mensagem por e-mail (no caso da escola privada) e pessoalmente, no caso da escola pública) na qual foram explicados o objetivo e as justificativas da pesquisa, além dos procedimentos dela. Com a anuência da escola, estabelecemos uma agenda para as etapas da pesquisa, adequando à realidade das escolas;
- ✓ A 2.^a etapa foi o envio dos links dos formulários do questionário sociocultural para estudantes e professores. Ficou ao cargo das escolas reenviar esses links para que o público-alvo tivesse acesso a eles;
- ✓ Na 3.^a etapa, foi o envio dos links dos formulários dos testes que foram aplicados para os estudantes a fim de verificar sua capacidade de avaliar a credibilidade das fontes e de identificar a ocorrência de informações não factuais. Esse formato funcionou muito bem na escola privada em que houve uma participação de pelo menos 323 estudantes ou em torno de 30% dos quase 1 mil alunos do Ensino Médio daquela instituição. No entanto, na escola pública esse formato não obteve êxito imediato, dado que os estudantes selecionados não realizaram a proposta em suas casas, remotamente. Diante dessa dificuldade, a solução foi aguardar a autorização dos governos para o retorno presencial parcial dos alunos das escolas públicas (ainda que escalonados, por meio de revezamento de dias da semana e turmas) a partir de agosto de 2021, quando conseguimos algum sucesso na aplicação. Ocorre que na escola pública em questão nem todos retornaram presencialmente (uma vez que não era obrigatório) sendo o comparecimento na ordem de 30% dos estudantes matriculados. Então, quando aceitavam participar da pesquisa, esses estudantes eram direcionados ao laboratório de informática da escola e realizavam as atividades no formulário online. Por isso, a aplicação das três atividades (questionário sociocultural, testes objetivos e entrevistas) demorou cerca de quatro meses (entre agosto e novembro de 2021). Participaram na escola pública 88 estudantes;
- ✓ Na 4.^a e última etapa, a devolutiva dos resultados da pesquisa foi realizada por e-mail enviando os resultados para o Diretor da escola e não foi possível realizar uma palestra com alunos, conforme havia sido previamente acertado. Enquanto na escola pública os resultados foram apresentados presencialmente;

b. Modelo de testes para estudantes

Os testes para os alunos, inspirados na metodologia de avaliação do Sheg, estão focados nas turmas do 1º ao 3º ano do EM das escolas selecionadas, totalizando um universo de 330 estudantes da escola privada²⁵ (07 dos quais acessaram o formulário, mas optaram por não o responder) e 92 da escola pública²⁶ (04 dos quais acessaram o formulário, mas optaram por não o responder). A comparação feita nos resultados, embora não siga o rigor estatístico,

²⁵ Foram 89 estudantes do 1º ano, 79 do 2º ano e 162 do 3º ano do EM.

²⁶ Foram 44 estudantes do 1º ano, 23 do 2º ano e 25 do 3º ano do EM.

stricto sensu – uma vez que o número de estudantes da escola pública era muito inferior ao da escola privada – ainda assim decidimos manter os números encontrados, que neste caso é utilizado como uma amostra probabilística, a título de exemplo.

Quanto ao questionário sociocultural, responderam 301 estudantes da escola privada e 68, da escola pública, 01 professor da escola privada e 04, da escola pública. Responderam online as perguntas da entrevista professores de disciplinas que trabalharam com o tema de vacinas ou da desinformação: 03 da escola privada e 02 da escola pública.

Já as entrevistas semiestruturadas direcionadas a 10% dos alunos do 1º ano do EM foram respondidas por 13 estudantes da escola privada (04 dos quais acessaram o formulário e optaram por não o responder) e 09 estudantes da escola pública (01 dos quais acessou o formulário e optou por não o responder²⁷). Quanto à escolha dos alunos, esse sorteio ficou ao cargo da equipe pedagógica da escola privada, uma vez que eu não tive como estar presente nestes momentos. Na escola pública em que presenciei as entrevistas, optei por utilizar um site (Figura 3, abaixo) que realiza o sorteio de acordo com o intervalo de números colocados. Assim, com o número de estudantes da sala, realizava o sorteio e verificava na sala de aula se estavam presentes e aceitavam participar voluntariamente da entrevista (conforme normas estabelecidas pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Unicamp). Caso o estudante não estivesse presente ou não quisesse participar da entrevista, outros números eram sorteados.

Figura 3: Captura de tela do site utilizado para sortear os estudantes para as entrevistas na Escola 02 (pública)



Fonte: site <sorteador.com.br>. Acessos entre agosto e novembro de 2021

²⁷ Na Escola 02 (Pública) o número de estudantes matriculados era de 92 e na Escola 03 (Privada), 282. A adesão na escola privada foi bem abaixo do esperado. No entanto, a Direção me informou que fez o sorteio e que solicitou aos estudantes que participassem, de modo que a não adesão dos estudantes é parte do processo da pesquisa.

Para a avaliação dos resultados do trabalho de campo, cujas etapas são descritas a seguir, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo (AC), especificamente o proposto pela pesquisadora francesa Laurence Bardin (2011). Em concepção ampla, a AC se refere a um método das Ciências Humanas e Sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. A análise funciona por desmembramento do texto em unidades, por categorias segundo agrupamentos analógicos. Essas categorias analíticas foram construídas a partir da pesquisa de campo. Foram examinadas as seguintes categorias dos respondentes, em consonância com os objetivos desta investigação:

- A. Visão científica e cultural
- B. Percepção sobre *Fake News*: fatos e não fatos
- C. Vacinação: crenças e evidências
- D. Educação crítica e cidadã

Inicialmente, foram confeccionados dois cadernos de questões (ver íntegra nos anexos) que foram utilizados no pré-teste com a escola pública: o primeiro abordando a credibilidade e a factualidade das informações e o segundo credibilidade das fontes. O Caderno 1, com 10 (dez) questões, procura não só, perceber a capacidade de julgamento da credibilidade e da factualidade das informações, mas também, adaptando à realidade local, abrir uma vertente não colocada no COR pelos pesquisadores americanos, tomando como base as 05 (cinco) habilidades de leitura requeridas pela BNCC para a disciplina de Língua Portuguesa, descritas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Descrição das Habilidades da BNCC do Ensino Médio

ENSINO MÉDIO				
CÓDIGO BNCC	DESCRIÇÃO DA HABILIDADE	PRÁTICA DE LINGUAGEM	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS ^{III}	CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL
EM13LP11	Fazer curadoria de informação, tendo em vista diferentes propósitos e projetos discursivos.	Leitura	7	Todos
EM13LP12	Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.	Leitura e Produção de Textos	1 e 7	Todos

EM13LP39	Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e sites checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (fake news).	Leitura	7	Jornalístico-midiático
EM13LP40	Analisar o fenômeno da pós-verdade – discutindo as condições e os mecanismos de disseminação de fake news e também exemplos, causas e consequências desse fenômeno e da prevalência de crenças e opiniões sobre fatos –, de forma a adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contradisserem.	Leitura	2 e 7	Jornalístico-midiático
EM13LP41	Analisar os processos humanos e automáticos de curadoria que operam nas redes sociais e outros domínios da internet, comparando os feeds de diferentes páginas de redes sociais e discutindo os efeitos desses modelos de curadoria, de forma a ampliar as possibilidades de trato com o diferente e minimizar o efeito bolha e a manipulação de terceiros.	Leitura	7	Jornalístico-midiático

Fonte: BRASIL (2017:508 / 521)

A opção pelo gênero notícia se dá por ele ser entendido como um texto no qual se divulga um fato ou acontecimento, veiculado principalmente por jornais, revistas, rádios, impressos, eletrônicos ou televisivos e mídias sociais. Por ser um gênero massivo de comunicação atinge a todas as camadas da população, trazendo informações e contribuindo para a formação de opinião. Assim, foram selecionados e apresentados aos alunos textos noticiosos trazendo informações factuais e não factuais (de sites apócrifos), textos satíricos (de sites de humor), posts²⁸ das mídias sociais *Facebook* e *Twitter*, mensagem do aplicativo multiplataforma de conversação instantânea *WhatsApp* e conteúdo patrocinado, sobre a área da Saúde, tendo a maioria das questões o foco principal na temática da vacinação. Tentou-se reproduzir o ambiente (fonte/formato/plataforma/linguagem) de recepção das notícias e mensagens que o aluno encontra na internet. As avaliações impressas é um formato similar às avaliações a que normalmente os estudantes são expostos.

²⁸ Abreviação de postagem. É uma mensagem, texto, imagem, ou qualquer outro conteúdo, publicado numa página na Internet. Originária do inglês “post”.

Figura 4: “Etiquetas” e “selos” das agências que inspiraram a produção da ficha de avaliação para os estudantes



Fonte: Cesar Gomes (2020) a partir de 1. EQUIPE LUPA (2015); 2. AOS FATOS (2015); 3. WARDLE e DERAKHSHAN (2017); 4. IFLA (2017)

A Figura 4 (acima) mostra (no sentido horário): 1. As etiquetas de checagem da Agência Lupa; 2. Os “selos” da plataforma Aos Fatos; 3. O infográfico da IFLA, que tem como base os princípios estabelecidos pela IFCN; 4. Os Sete Tipos de Desinformação a partir dos critérios de Wardle e Derakhshan (2017). A partir dessas referências – os métodos de checagem das agências de *fact-checking*²⁹ – criei Etiquetas de Checagem³⁰ que estão organizadas na Ficha de Apoio (Figura 5, abaixo), usada pelos estudantes para classificar os tipos de (des)informação constantes nas questões do Caderno 1, do pré-teste. Abaixo de cada uma das etiquetas, uma explicação resumida do tipo de (des)informação constante, colocadas ali partindo do pressuposto de que os estudantes não tiveram essa aula sobre esse conteúdo e que, portanto, sem essa explicação tenderiam a cravar simplesmente “verdadeiro” ou “falso”, tendência da dicotomia que vive o ser humano.

Logicamente, é sabido que é difícil para um estudante, que nunca teve uma aula sobre esses Tipos de Desinformação, saber até mesmo o que é desinformação, na acepção que eu entendo hoje depois de muito ler sobre o assunto. Por outro lado, com um pouco de boa

²⁹ A verificação de fatos (ou *fact-checking* em inglês), em jornalismo, refere-se ao trabalho de confirmar e comprovar fatos e dados usados em discursos (sobretudo políticos) nos meios de comunicação e outras publicações. Seu propósito é detectar erros, imprecisões e mentiras. (Agência Pública, APUBLICA.ORG).

³⁰ Diferentemente, a etiqueta “Conteúdo Patrocinado” foi criada especificamente a partir da avaliação de Stanford de que os alunos têm dificuldade de identificar tal tipo de publicação, conforme já colocado anteriormente.

vontade e leitura, o estudante consegue se apropriar do conteúdo da ficha e responder às questões com relativa tranquilidade.

Figura 5: Ficha de Apoio criada para que os estudantes pudessem avaliar a factualidade das informações



Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir das etiquetas de checagem da Agência Lupa, selos da plataforma Aos Fatos, Infográfico da IFLA e os Sete Tipos de Desinformação descritos por Wardle e Derakhshan (2017).

Os respondentes não puderam assinalar os cadernos de questões, visto que por uma questão de custos, foram utilizados os mesmos para várias turmas. Receberam, por isso, cada estudante, um gabarito individual para poder assinalar ali suas respostas, conforme mostra a Figura 6 (abaixo). Além disso, havia no gabarito, espaço para que pudessem justificar suas escolhas, porém, nós professores sabemos que nem todo aluno gosta de justificar suas respostas, então, essa possibilidade foi facultativa, para não prejudicar a realização dos testes, gerando uma recusa prévia de realização.

Figura 6: Captura de tela do gabarito para resposta sobre os textos do Caderno 1

Texto	Veracidade da informação	Justificativa
01		
02		
03		
04		
05		

Fonte: Cesar Gomes (2019)

O Caderno 2 – que foi utilizado no pré-teste, mas descartado para os testes da pesquisa – tem 04 (quatro) questões (Figura 7, abaixo) procura verificar a capacidade de julgamento do educando acerca da autenticidade das fontes emissoras, ao se deparar com um perfil numa rede social (no caso o *Twitter*) e anotar as respostas no gabarito (Figura 8, abaixo, p.45). Importante esclarecer assim que um perfil verificado informa às pessoas que uma conta de interesse público é autêntica. Tais contas são identificadas na rede social *Twitter* com um selo de verificação³¹, o “selo azul”. As contas que não possuem este selo podem ter sido criadas por pessoas que não correspondam àquele sujeito que diz ser quem é. Isso em absoluto significa que uma conta autêntica não pode publicar informações não factuais nem vice-versa. Significa apenas que discernir se uma fonte é autêntica ou não é um primeiro

³¹ Sobre contas verificadas no *Twitter*, informação completa está disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/about-twitter-verified-accounts>>, acesso em 26 fev. 2020

e básico passo para verificar a autenticidade ou intencionalidade do que está se falando, para quem está se falando, de onde está se falando – o lugar de fala³² – daquele emissor.

Figura 7: Captura de tela dos testes para os estudantes



Fonte: Cesar Gomes (2020). Retirado de G1 (05 set. 2014) e *Facebook/contravacinaehpv*. (19 ago. 2015)

Na pesquisa de Stanford, em que os estudantes foram expostos a contas verificadas tanto no *Twitter* quanto no *Facebook*, apenas 25% deles reconheceram e explicaram a importância da marca de identificação e mais de 30% disseram que a conta falsa era mais confiável do que a verdadeira, resultados, no mínimo, inquietantes. Segundo o Sheg, os resultados foram preocupantes, pois podem indicar que os alunos se concentraram mais no conteúdo das postagens de mídia social do que em suas fontes. E, como sabemos, a identificação de fontes confiáveis é fundamental no processo de leitura crítica.

A escolha da rede social digital *Twitter* se deu pela sua popularidade (à época) entre os jovens e por sua utilização por autoridades relevantes nacionais e internacionais, gerando sua citação em boa parte dos debates nacionais. O *Twitter* é um site de rede social e um microblogue, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos em textos de até 280 caracteres, conhecidos como “*tweets*”. Sua relevância tem sido muito grande desde que Barack Obama o utilizou como ferramenta na campanha presidencial dos EUA, em 2008. Foi também a primeira rede a alertar para a questão das *fake news* nos posts do (então) presidente estadunidense Donald Trump (DEUTSCHE WELLE, 2020).

³² Como afirmou Rosane Borges, pensar num lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017:44).

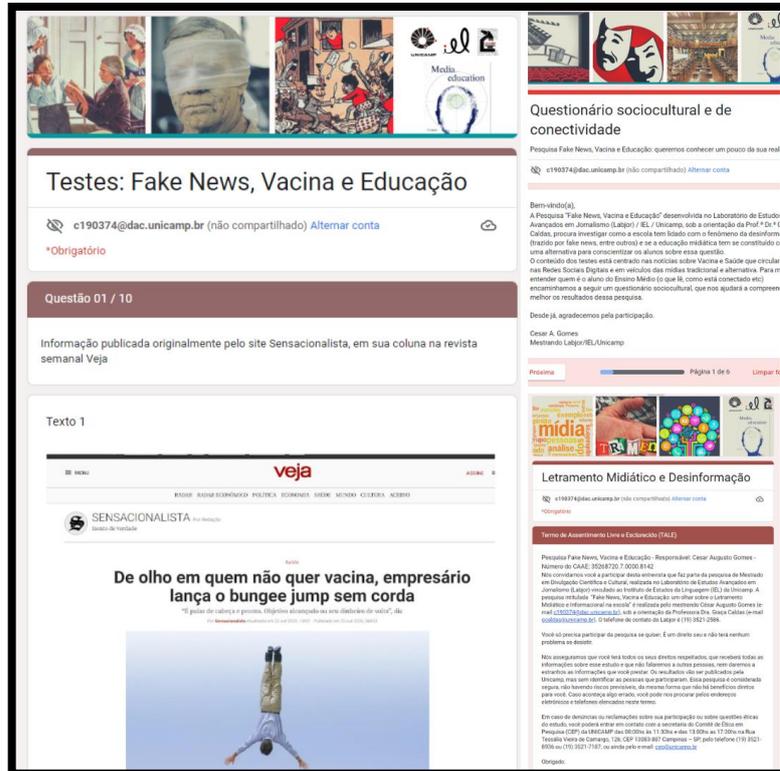
Figura 8: Captura de tela do gabarito dos estudantes para resposta sobre os textos do Caderno 2.



Fonte: Cesar Gomes (2020)

Como já relatado, em função da Pandemia da Covid-19, houve a necessidade de adaptar esses testes para o formato online, inclusive as entrevistas, utilizando o Google Formulários. Assim, os cadernos criados para impressão foram adaptados, conforme a Figura 9 (abaixo):

Figura 9: Captura de tela dos formulários online adaptados dos cadernos impressos

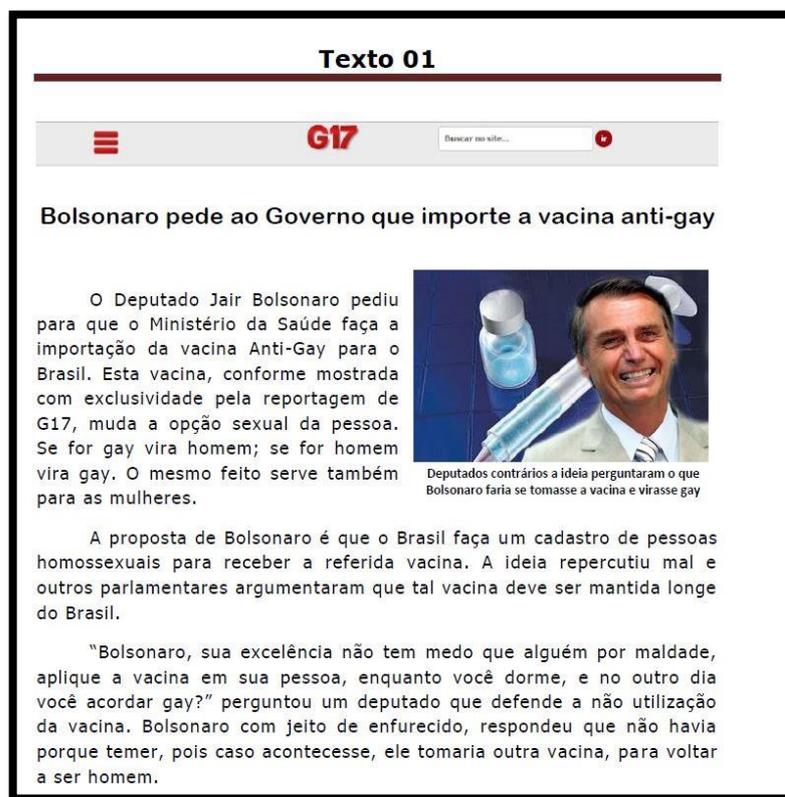


Fonte: Cesar Gomes (2021)

c. Alteração ocorrida entre o pré-teste e os testes

Em 2019, quando ingressei no Mestrado no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), o momento político era tenso, em função das eleições do ano anterior e do modo como o processo se deu, muito se temia pelo que estaria por vir. Mesmo assim, eu não vi problema em colocar uma sátira política na pesquisa, porque ela tinha relação com o tema e porque tratando-se do referido personagem e queria testar minha hipótese se ela seria compreendida ou não pelos estudantes. De modo que o texto 1 da pesquisa, inicialmente era o que mostra a Figura 10 (abaixo).

Figura 10: Captura de tela do texto 01, integrante do Caderno 01 de testes dos estudantes



Fonte: Site G17 (2016)

Com a ocorrência da Pandemia da Covid-19 e diante da atuação desastrosa e irresponsável desse mesmo personagem, em conversa com a orientadora, achei por bem alterar o texto da questão por dois motivos: 1. Para não gerar uma indisposição com os estudantes participantes dos testes que eventualmente tivessem apreço pelo personagem e que poderiam se sentir ofendidos pela inclusão dele; 2. Para evitar (principalmente na escola privada) um movimento de revolta de pais ao serem comunicados de que na escola havia tido um texto satírico citando seu político de coração, conseqüentemente prejudicando a imagem da escola, responsabilidade que não queríamos para nós.

Cabe explicar que essa questão 01 do pré-teste trazia um texto do gênero notícia, publicada pelo site G17³³, que satiriza os portais de notícias brasileiros (G1 e R7) com informações fictícias, fantasiosas e que, segundo o próprio site, “não devem ser levadas a sério, assim como os políticos”. O texto informa que, o então deputado federal, Jair Bolsonaro, pediu para que o Ministério da Saúde fizesse a importação da vacina Anti-Gay para o Brasil. Esta vacina, conforme mostrada com exclusividade pela reportagem de G17, muda a opção sexual³⁴ da pessoa. Se for gay vira homem; se for homem vira gay. O mesmo feito serve também para as mulheres. Ainda segundo o texto, o Governo Federal até a data ainda não havia se pronunciado sobre a decisão de importar a vacina que muda a opção sexual das pessoas.

Em 2021, pelo momento político que o país já vivia, antes da aplicação da pesquisa, tomamos a decisão de substituir a questão por um assunto não político-partidário, conforme mostra a Figura 11 (abaixo):

Figura 11: Captura de tela do texto que substituiu a questão 01 do pré-teste.



Fonte: SENSACIONALISTA / Revista Veja (2020)

³³ A notícia já não está mais online desde 28 set. 2020.

³⁴ O termo “opção sexual” é trazido pelo site. Sabe-se que atualmente o termo mais apropriado é “orientação sexual” porque a opção indica que uma pessoa pode escolher sua forma de desejo. Além disso, embora não haja consenso, a psicologia indica que a orientação sexual não pode ser mudada com terapia, reivindicação de parte da ala conservadora da sociedade.

V. Estrutura dos Capítulos

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, com a seguinte estrutura: no Capítulo I, Por que manipular a informação? Eu traço um panorama histórico da divulgação da informação que vem desde a Grécia Antiga até os dias de hoje. Para compreender que a informação transmitida pode não ser a informação factual trago o exemplo da Caverna de Platão, onde as pessoas dentro da caverna reproduziam aquilo que viam nas sombras. Em seguida passo a discutir o papel do cidadão no debate público que nunca foi o de protagonista, trazendo essa disputa de poder que existe entre os interesses vigentes na sociedade, descrita por Milton Santos (1926 – 2001) com o conceito de Tecnosfera. Em seguida, trago o conceito de Bloco Hegemônico (de Gramsci) e o de Consenso Fabricado (de Chomsky & Herman) para dizer que as informações que circulam na sociedade podem não ser aquelas que interessam ao cidadão comum, mas a grupos que detêm o poder. Por fim, jogo luz sobre o papel da imprensa na sociedade contemporânea, cujos filtros também visam a atender interesses que quase nunca estão atrelados ao bem comum.

No Capítulo II, Por que as fake news estão quase vencendo a guerra? eu procuro fazer a distinção entre manipulação e desinformação, cujas raízes residem no passado. Para isso, faço uma distinção entre o que é velho na manipulação da informação e o que é novo. Em seguida faço um panorama de como tem sido o combate às *fake news* – de cujo termo discordo – do ponto de vista da checagem de fatos, do monitoramento, dos projetos de formação, da gamificação e da legislação para concluir em que estágio estamos no combate da atual onda de desinformação e o que precisamos fazer para vencer essa guerra.

No Capítulo III, Por que negar a Ciência e a Vacina? começo traçando uma distinção entre senso comum, ciência e pseudociência para estabelecer as bases da discussão sobre a questão do negacionismo da ciência, que trato logo em seguida, trazendo os tipos de negacionistas³⁵, o mercado da negação e qual tem sido o papel dos intelectuais nesse processo. Num terceiro e último momento, passo a tratar especificamente da negação da vacina, trazendo um panorama histórico do problema, aprofundando a questão da hesitação vacinal e seus motivos (que transcendem o negacionismo e tem a ver com o papel da divulgação da ciência) para finalmente tentar entender por que afinal parte da sociedade precisa negar a ciência e a vacina?

³⁵ Definições que fizeram parte do artigo "A COVID-19 e o negacionismo", do Especial Covid, do Blogs Unicamp e que também figuraram numa questão do Vestibular de Vagas Remanescentes 2021, da Unicamp.

No Capítulo IV, Por que o Letramento Midiático é uma das saídas? eu trago muito de minha experiência profissional de mais de 20 anos como professor da escola pública, trabalhando com adolescentes do Ensino Fundamental a partir do 6º ano até o Ensino Médio. Além dessa vivência, eu busco trazer num segundo momento os conceitos que circundam a questão da leitura crítica da mídia na escola como Alfabetização Digital, Letramento Midiático, Redes e Mídias Sociais, Mídia Tradicional etc. Num terceiro momento procuro traçar um panorama histórico da relação comunicação-educação desde Célestin Freinet até os dias atuais, passando pelas contribuições de autores europeus, estadunidenses e latino-americanos. Por fim, traço um panorama das dificuldades da implantação da Educação Midiática na escola - não apenas do Brasil – e delinheio alguns projetos de inclusão da Educação Midiática nos currículos de algumas escolas nos EUA e no Brasil, para apontar um caminho para a superação do atual problema da desinformação.

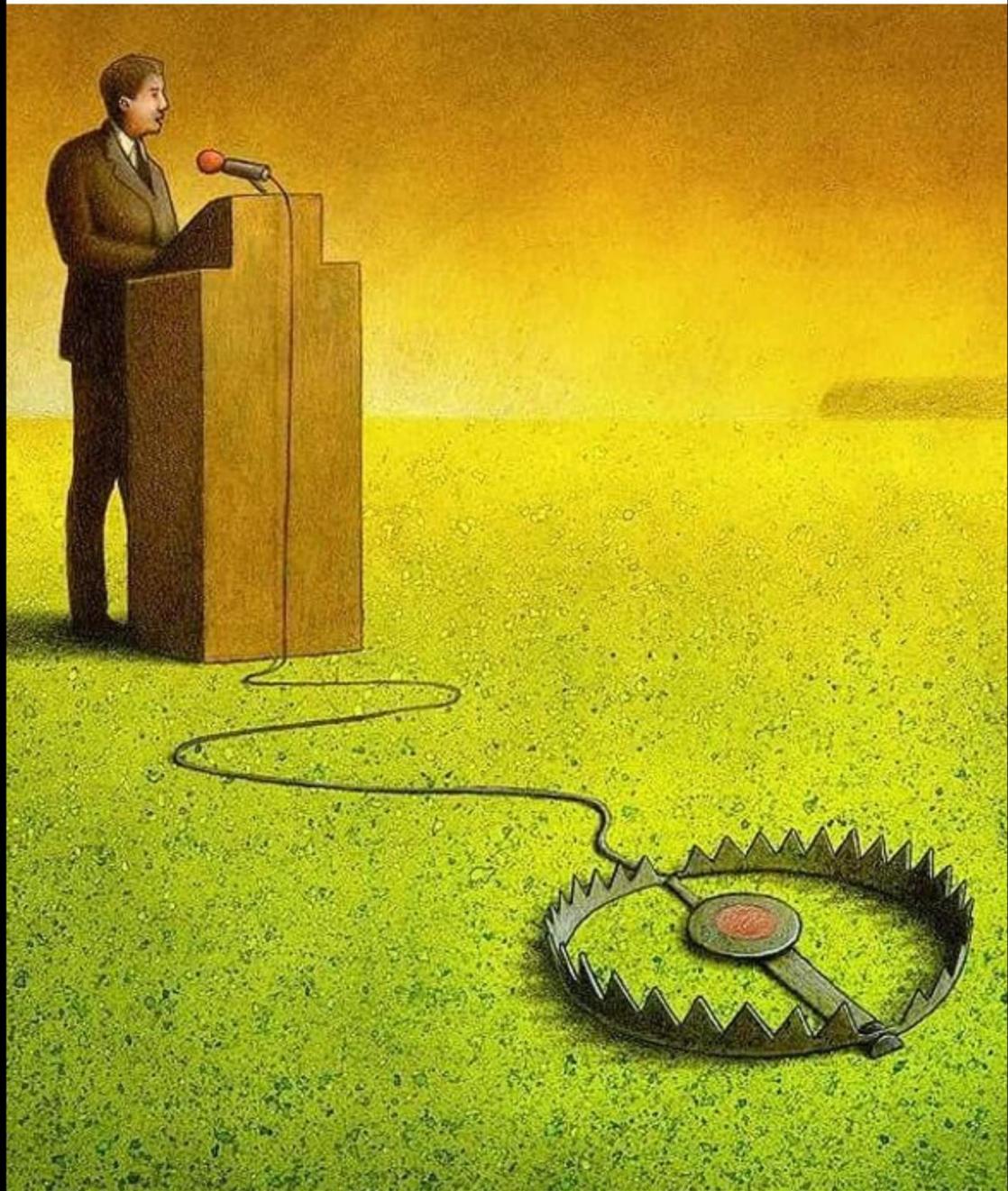
Por fim, no Capítulo V, Resultados da Pesquisa e Análise descrevo primeiramente a experiência do pré-teste aplicado na escola pública em 2019, alguns resultados colhidos e a contribuição dele para a aplicação da pesquisa em si. Num segundo momento traço um perfil das escolas selecionadas para a pesquisa, seus estudantes e do corpo docente participante dos questionários e da entrevista qualitativa. Num terceiro momento passo a tratar da aplicação da pesquisa, suas questões e dos resultados com análises sobre cada bloco de questões, primeiramente do ponto de vista geral das respostas e em seguida divididos entre escola pública e escola privada.

1. CAPÍTULO I – POR QUE MANIPULAR A INFORMAÇÃO?

CAPÍTULO I

POR QUE MANIPULAR
A INFORMAÇÃO?

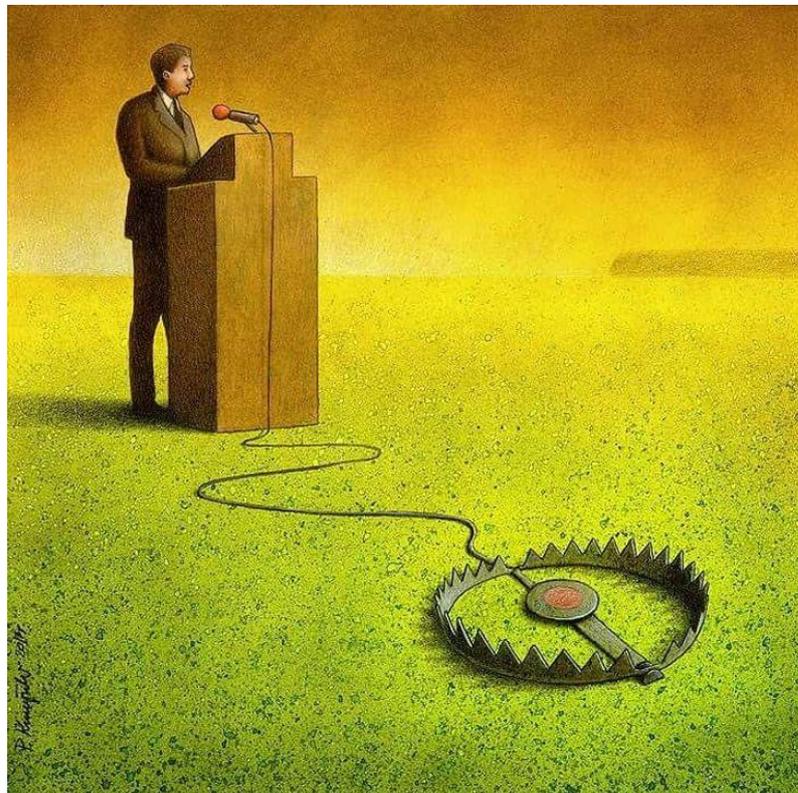
A ÁGORA MODERNA VIRTUAL E A DISPUTA NA PSICOSFERA



*“Tem que saber curtir, tem que saber lidar
Em qual mentira vou acreditar?
A noite é assim mesmo,
então... deixa rolar”*

**Racionais MC's
Qual Mentira Vou Acreditar? (1997)**

Figura 12: Armadilha, ilustração da capa do Capítulo I



Fonte: Pawel Kuczynski (2018)

Figura 13: A Ágora de Atenas e o Templo de Hefesto



Fonte: Spyros Kamilalis (CC BY-NC-AS), 30 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.worldhistory.org/image/6810/agora-of-athens-and-the-temple-of-hephaestus/>> Acesso em 05 nov. 2021

A Ágora, segundo Smith (1884), é designada pelo poeta grego Homero (928 – 898 a.C.) como sendo a assembleia geral do povo, geralmente convocada pelo rei, mas ocasionalmente por algum chefe ilustre, como, por exemplo, Aquiles³⁶ antes de Tróia. Relatos históricos consideram-na como uma parte essencial da constituição dos primeiros estados gregos e como sinônimo da democracia na Grécia Antiga. Embora tenha sido o princípio de tudo, é preciso registrar que naquela democracia o povo não tinha uma participação tão ativa quanto supõe o senso comum:

O rei ocupava a cadeira mais importante nessas assembleias, e perto dele sentavam-se os nobres, enquanto o povo ficava de pé ou em círculo ao redor deles. O povo parecia não ter o direito de falar ou votar nessas assembleias, mas simplesmente de ter sido convocado para ouvir o que já havia sido acordado no conselho dos nobres e para expressar seus sentimentos como um corpo. (SMITH, 1884: 15)

O nome Ágora foi logo transferido da própria assembleia para o lugar em que ela era realizada (ilustrada na Figura 13, acima), passando assim a ser usado para o comércio, onde produtos de todas as descrições eram comprados e vendidos. Inúmeras fontes descrevem esse espaço público como sendo o local onde o cidadão ateniense convivia para trocar coisas e fazer discussões políticas e onde ocorriam os tribunais populares.

³⁶ Na mitologia grega, Aquiles era filho de Peleu (rei da Ftia) e de Tétis (uma ninfa do mar). Foi um herói da Grécia que lutou na Guerra de Tróia e o protagonista e maior guerreiro da *Ilíada*, de Homero.

Na atualidade, as mídias sociais são uma espécie de ágora moderna digital, pois nelas é possível realizar, à distância, ainda mais atividades do que as que aconteciam com o cidadão grego de outrora. No entanto, apesar de todo o avanço tecnológico (importante ressaltar), ainda há uma imensa brecha digital³⁷, principalmente nos países do Sul Global³⁸, que exclui o cidadão comum não só dessa ágora, mas traçando um paralelo, das vacinas contra a Covid-19³⁹ e do acesso às riquezas produzidas pelo mundo capitalista, para ficar nos exemplos mais dramáticos. Nesse sentido, inclusive os problemas que se apresentam no mundo presencial vão se replicar nessa ágora moderna digital, porque, embora mude o meio, o ser humano e as relações de poder permanecem, em essência, iguais ao longo do tempo.

Assim, a abordagem do tema da desinformação (ou das *fake news*) suscita uma importante discussão, não apenas no que tange à produção e à circulação da informação, mas também, à uma dominação construída por meio do convencimento e não pela força, isto é, à manutenção da hegemonia tem se dado pela imposição das ideias de uma elite, o que tem sufocado a pluralidade e as vozes dissonantes de tais ideologias, ponto essencial em uma sociedade democrática.

Diante disso, neste primeiro capítulo faço uma reflexão acerca dos conceitos de Espaço público, Esfera pública e Opinião pública (que se dá dentro da Esfera Pública); revisito os conceitos do jornalismo como o Agenda Setting, bem como o de Consenso Fabricado.

Avalio, ainda, o que considero uma ilusão de que temos pleno conhecimento do que está de fato acontecendo apenas por meio do noticiário veiculado pelos meios de comunicação, em diferentes plataformas. Em seguida, discuto sobre o porquê uma elite precisa controlar a informação abordando a questão do poder hegemônico e de como ele se impõe para que uma maioria aceite a dominação das ideias de um pequeno grupo. Observo qual tem sido o papel dos meios de comunicação tradicionais na implementação dessa dominação e quais são os

³⁷ Diferenças socioeconômicas entre aquelas comunidades que têm acesso às vantagens da sociedade da informação e aquelas que não. (ASSOCIAÇÃO CHICOS.NET, 2018:07).

³⁸ Uso o termo ‘Sul Global’ porque os termos usados pelas Nações Unidas – ‘países em desenvolvimento’, ‘países menos desenvolvidos’ ou ‘regiões menos desenvolvidas’ – parecem tão inadequados. (...) Reconhecemos que o termo “Sul Global” não é muito preciso geograficamente (muito do Sul Global está na verdade ao norte do equador). (...) O ‘Sul Global’ é considerado para incluir todas as nações classificadas pelo Banco Mundial como de baixa e média renda que estão na África, Ásia, América Latina e Caribe. Não inclui os países de renda baixa e média da Europa Oriental, incluindo a Federação Russa, embora estes tenham problemas sérios com a pobreza urbana. (MITLIN e SATTERTHWAITTE, 2013:13)

³⁹ **OPAS/OMS.** Com 14 países que ainda não vacinaram 40% de sua população, Américas continuam sendo região mais desigual do mundo na luta contra COVID-19. 02 fev. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-2-2022-com-14-paises-que-ainda-nao-vacinaram-40-sua-populacao-americas-continuam-sendo> Acesso em 06 jul. 2022

mecanismos utilizados para que a sociedade não se dê conta dessa engenharia. Para isto preciso voltar/retornar às origens do conceito de informação.

1.1. Platão e a informação

Discutindo a informação propriamente dita, ela é uma palavra que vem do latim (informãtio, ōnis) significando ação de formar, de fazer, fabricação etc. Na língua portuguesa pode ser definida entre outros como (2) Conjunto de conhecimentos acumulados sobre certo tema por meio de pesquisa ou instrução; (3) Explicação ou esclarecimento de um conhecimento, produto ou juízo; comunicação; (4) Notícia trazida ao conhecimento do público pelos meios de comunicação “notícia”, “conhecimento”, “ciência”.

Somos seres gregários. Vivemos numa sociedade e todo ser humano precisa de informação o tempo todo para entender o funcionamento dela, para resolver problemas ou responder a perguntas e principalmente para a tomada de decisões, seja no cotidiano ou em questões de fundo. Não se trata, muitas vezes, de decisões do dia a dia como se devo me casar ou ir morar junto num regime de união estável nem de uma decisão corriqueira sobre quais alimentos devo consumir para melhorar minha saúde e minha qualidade de vida. Muitas vezes, preciso tomar decisões sobre profissões, em que trabalhar ou mesmo em escolhas políticas-ideológicas, que podem determinar mudanças importantes não só na minha vida, como também na da sociedade em geral.

Para isso é preciso de informação. De muitas informações de diferentes fontes e veículos. E informações fundamentadas em evidências científicas e não apenas em opiniões. No caso específico de alimentos, se a informação estiver incorreta e não possuir as propriedades de que necessito, piorarei a minha saúde, contrariamente do que penso. Se a informação é um ingrediente essencial do nosso cotidiano para decidirmos coisas rotineiras, o que dizer de coisas fundamentais como as decisões sobre a escolha dos nossos governantes? O fato é que as informações circulam, sejam elas fidedignas ou não e precisamos sempre nos preocupar com as fontes e os veículos onde elas são divulgadas, seja por veículos de comunicação, nas relações sociais e ou podem ser decisões políticas, econômicas e ou socioculturais.

Chaves (2010a:10-13) discute a classificação das fontes de informações “de forma genérica e aproximada” em duas categorias, conforme a Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Resumo dos principais Tipos de Fontes de Informação

FONTE	DESCRIÇÃO
PRIMÁRIA	Nossa observação direta da realidade empírica, feita através de nosso mecanismo de percepção.
SECUNDÁRIA	Relatos de terceiros acerca de suas observações da realidade empírica, observações essas também concretas e particulares, mas feitas em tempos e espaços que não nos impedem de conferi-las ou de verificar a sua fidedignidade;
	Reflexões realizadas por nós mesmos sobre as observações particulares e concretas da realidade empírica, feitas por nós mesmos ou relatadas por terceiros, por vezes feitas através de experimentos diversos, com o intuito de chegar a algum conhecimento geral e abstrato acerca de aspectos da realidade que transcendem o empiricamente observável;
	Relatos de reflexões semelhantes realizadas por terceiros.

Fonte: CHAVES, 2010b:04-05.

O autor explica que nem todas as informações de que precisamos são obtidas por meio da percepção individual, uma vez que estamos limitados no espaço e no tempo, além do fato de que essas informações perceptuais são concretas e particulares, o que nos impede de obter informações abstratas e gerais como conceitos, fórmulas, princípios etc. Na prática, se precisarmos de uma informação de um ente que tenha falecido antes de nosso nascimento, teremos que recorrer a fontes secundárias de informações, como relatos (orais ou escritos) de parentes que conviveram com ele, documentos diversos, fotos, vídeos etc. Nesse exemplo, a informação do ente que nos chega é mediada, ou seja, foi obtida por meio de terceiros.

Essa informação mediada que nos chega não é o relato do fato observado, mas uma versão do fato que pode ser uma interpretação da realidade ou até mesmo de uma manipulação, como no caso das *fake news*. Quando não estamos presentes observando, participando do fato, existe sempre a percepção do outro, a objetividade possível, por mais ético que seja o mediador. Os jornalistas são historiadores do cotidiano (CALDAS, 2005:95). Mas a história real, muitas vezes é reescrita porque manipulada. O mesmo processo pode ser percebido quando se dá a necessidade da busca de um conceito histórico ou de qualquer área do conhecimento, pois, as reflexões mencionadas nas fontes de informações secundárias estão na base da história, da ciência e da filosofia, de modo que, estudar por meio dessas fontes implica em considerar que tais reflexões vêm (obviamente) a partir da percepção de um autor, de sua visão de mundo e de seu enquadramento ideológico, entre outros fatores.

Platão (427 – 347 a.C.), um dos maiores filósofos de todos os tempos, narra o diálogo entre Sócrates e Glauco, no qual o filósofo ateniense explica ao discípulo, Glauco, a importância da Educação, por meio da Alegoria da Caverna. Sem entrar propriamente em seu significado, quero refletir sobre a questão das sombras descrita pelas personagens:

SÓCRATES: (...) Imagina homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentados, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno muro (...) E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e dos seus companheiros, mais do que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica defronte? (...) Portanto, se pudessem se comunicar uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veriam? GLAUCO - É bem possível. SÓCRATES - E se a parede do fundo da prisão provocasse eco, sempre que um dos transportadores falasse, não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles? GLAUCO - Sim, por Zeus! SÓCRATES – Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados? (PLATÃO, 2005: 261-262).

Ora, qual a diferença das sombras da caverna de Platão para as notícias que lemos nos meios de comunicação? Quase nenhuma! Por acaso temos condições de saber se de fato as mortes de Osama bin Laden e de Saddam Hussein se deram da forma como nos foi contada pela imprensa que, por sua vez, foram relatadas por algumas fontes nem sempre verossímeis ou com interesses escusos? O que dizer sobre os relatos que nos foram contados sobre a escravidão no Brasil? Quais livros de história nos contam a verdade? E sobre quantas vezes pesquisas científicas foram utilizadas para justificar genocídios? Só recentemente os gestores da ciência, de financiamento público como Fapesp e CNPq têm se preocupado com a ética e criado regras sobre boas práticas na ciência, face ao crescente número de manipulações de dados e resultados de pesquisas para aumentar o número de publicações em diferentes áreas do conhecimento.

Assim como os habitantes acorrentados na caverna, estamos diante de uma parede observando a imagem projetada pelo fogo dos relatos, que em princípio, parece-nos a realidade (foi o que aprendemos na escola), mas que, na verdade, são apenas as sombras dessa realidade. E somos ensinados a acreditar nesses relatos porque eles seriam, porque parecem, a reprodução da verdade factual. Será?

Portanto, está equivocada a discussão dicotômica opondo quem produz “*fake news*” a quem dá informação factual. É preciso entender que, absolutamente, toda a informação mediada que chega à sociedade está influenciada pela percepção, visão de mundo, enquadramento ideológico e interesses de quem presenciou e decidiu nos contar um fato, seja uma pessoa ou uma empresa, por mais ética e profissional que sejam esses atores sociais. De

modo que a única forma de se proteger dessas versões e distorções é o leitor conhecer esse emissor (com as ferramentas que estiverem disponíveis) as fontes que neles atuam, suas histórias de vida, para compreender melhor o fato. Por esta razão é tão importante a educação e letramento midiático para leitura dos fatos pela leitura da vida e por múltiplas fontes de informação para a interpretação dos relatos, tomada de posição a partir dos interesses pessoais e não dos outros.

Mas alguém menos inconformado pode questionar: atualmente, mesmo quando eu estou assistindo a um evento transmitido em tempo real, como uma partida de futebol, eu estou sujeito a essas sombras? Sim, porque a empresa que transmite o evento vai posicionar suas câmeras de ângulos que privilegiam suas escolhas segundo aquilo que pretende evidenciar. Por exemplo, a câmera do impedimento, posicionada na linha do último homem da defesa, que repete três ou quatro vezes, frame por frame (em câmera lenta) movimentos realizados em centésimos de segundos pelos jogadores, pela comparação desleal com o olho humano, constrange o juiz da partida e evidencia seus possíveis erros, levando a torcida prejudicada a classificá-lo como ladrão. As mesmas escolhas acontecem na transmissão de uma manifestação ou de uma guerra em que é preciso escolher uma perspectiva, dentre inúmeras possíveis.

E não há nenhum demérito em dizer que temos acesso às sombras da realidade, tampouco estou afirmando que as empresas de comunicação e seus jornalistas estão fazendo algo de errado. Trata-se da minha leitura dos fatos, dos relatos, a partir de minha percepção dos meios e de seu funcionamento. É uma constatação que, enquanto público, educador e pesquisador, a única certeza que tenho, como já explicitado anteriormente, é a de que, caso não tenhamos presenciado a realidade de um acontecimento, estaremos diante de sombras que podem retratar a realidade factual de maneira mais próxima ou mais distante. No entanto, é fundamental entendermos que tudo é uma sombra da realidade.

1.2. Distorção das sombras da realidade

Primeiramente, cabe lembrar o historiador francês Paul Veyne (1930 – 2022), para quem desde a Antiguidade os homens constroem sua “verdade” como constroem sua história (VEYNE, 2014), do que se deduz ser a manipulação da realidade um fenômeno independente de conectividade ou aparato tecnológico. Em seguida, cabe questionar o que influencia para que esse relato da realidade (sombra da realidade) contado pelos homens esteja pouco ou muito distante da realidade factual? De outra forma: quais são os interesses que fazem com que alguns relatos sejam deliberadamente distorcidos ou seletivamente ocultados?

O professor José Paulo Netto⁴⁰ (2006:17), apoiado na teoria social de Marx⁴¹, escreve que a sociedade burguesa se utiliza da manipulação da realidade factual para legitimar seus fundamentos: a exploração e a opressão da maioria pela minoria (e nisso ela não se distingue de sociedades anteriores). Para o professor da UFRJ, essa sociedade engendra todo um ambiente psicossocial que dificulta ao proletariado a descoberta dos seus verdadeiros interesses, isto é, sua dinâmica produz, para legitimá-la minimamente, mecanismos que ocultam seus atributos de exploração e de opressão.

Nesse sentido, ainda segundo o autor, uma vez que a burguesia não pode existir sem eles, a alienação e a reificação, conectadas ao “fetichismo da mercadoria”, são mecanismos necessários que criam uma aparência coisificada da realidade social que mistifica os fenômenos sociais escondendo que eles são processos, mostrando-os sob a forma de coisas, alheias aos homens e às suas relações (por exemplo: o capital, que é uma relação social, aparece como dinheiro, equipamentos etc.). A contradição é real: a sociedade burguesa, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade para tomar o ser social tal como ele é (processo que tem regularidades próprias), bloqueia esta apreensão. Ou seja, simultaneamente à chance de uma teoria social verdadeira, que apanhe o caráter e a dinâmica da sociedade, coloca-se o conjunto de mecanismos que a obstaculizam.

A seguir, trago alguns conceitos para tentar compreender a necessidade de construção de uma realidade, princípio básico da produção de *fake news*.

1.2.1. Espaço público e Esfera pública

Uma vez que falei sobre *Ágora* no início do capítulo, quero retomar agora os conceitos de espaço público e de esfera pública. Há autores como Dominique Wolton (2004), que consideram o espaço público como sendo um espaço físico (como o da rua, da praça, do comércio e das trocas), mas que, a partir dos séculos XVI e XVII, tornou-se também “um espaço simbólico no qual se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais, que constituem uma sociedade” (WOLTON, 2004:511 apud PEREIRA e MESQUITA, 2011:05). Rémy Rieffel (2003) também

⁴⁰ José Paulo Netto é, além de escritor, professor emérito da UFRJ e um reconhecido intelectual marxista brasileiro.

⁴¹ O MARXISMO é referente ao conjunto de concepções elaboradas por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) que, baseadas na economia política inglesa do início do século XIX, na filosofia idealista alemã (esp. Hegel) e na tradição do pensamento socialista inglês e francês (esp. o chamado *socialismo utópico*), influenciaram profundamente a filosofia e as ciências humanas da Modernidade, além de servir de doutrina ideológica para os países socialistas.

considera o espaço público como simbólico, mas acrescenta que no mundo contemporâneo este necessita de uma estrutura, que ele denomina espaço material, do qual fazem parte os modernos meios e redes de comunicação, caracterizados principalmente pela imprensa tradicional e pelas mídias sociais que, segundo o autor, “constituem canais e filtros essenciais da troca de pontos de vista na contemporaneidade”. (RIEFFEL, 2003:46 apud PEREIRA e MESQUITA, 2011:06)

Já Luiz Martins Silva (2007) concorda que o espaço público é híbrido: pode ser físico (abrangendo desde as calçadas, vias e praças) e simbólico (a imprensa, que funcionaria como uma tribuna da sociedade). No entanto, acredita que o espaço público tem a “função e missão de hospedar a esfera pública, ou seja, as condições e o contexto para que existam discurso e polêmica, argumentatividade, debate e deliberação” (SILVA, 2007:85 apud PEREIRA e MESQUITA, 2011:06). Em 1962, Junger Habermas na sua obra “Mudança estrutural da esfera pública” identifica e descreve que a esfera pública na era moderna fora sequestrada pela burguesia para atender aos seus interesses privados em detrimento do interesse público:

A esfera pública burguesa pode ser concebida acima de tudo como a esfera de pessoas privadas que se reúnem como um público; eles logo reivindicaram a esfera pública regulada de cima contra as próprias autoridades públicas, para envolvê-los em um debate sobre as regras gerais que governam as relações na esfera basicamente privatizada, mas publicamente relevante, da troca de mercadorias e do trabalho social. (HABERMAS, 1984:42 apud PEREIRA e MESQUITA, 2011:03-04)

Uma das críticas que se faz à ideia de espaço público apresentada pelo autor é a de que ele exclui o povo da esfera pública ao declarar por exemplo que em meados do século XVII nos centros urbanos da Europa moderna “a nobreza e a grande-burguesia dos banqueiros e dos burocratas se encontravam com a ‘intelectualidade’ como que em pé de igualdade” (Ibidem: 04). Assim como na Grécia, os interesses do povo parecem bem pouco representados na esfera pública burguesa. Mas essa ainda não é a má notícia: o jornalista e professor da USP, Eugênio Bucci (2002) destaca que quando a imprensa se torna um meio de comunicação massivo, as pautas que vão emergir na esfera pública não são mais as de emergência de indivíduos da esfera privada, mas sim, os objetivos e as expectativas dos donos dos meios de comunicação:

O espaço público não é mais refletido na imprensa, ele é posto, como audiência, pelos meios. “Antes, a esfera pública era a força que gerava seus meios (a imprensa de opinião). Agora, os meios (de massa), expressão do capital na forma de força comunicacional, é quem gera a esfera pública” (BUCCI, 2002:65 apud PEREIRA e MESQUITA, 2011:07).

De forma que é assustadora a constatação de que durante todo esse tempo eu, assíduo leitor da mídia tradicional, supunha que estavam na esfera pública os temas mais relevantes para a sociedade, sem me dar conta de que, na verdade, estes eram relevantes para

uma elite dominante, da qual fazem parte os donos dos meios de comunicação. E essa constatação me faz pensar agora nos silenciamentos que sofrem algumas pautas, relevantes para a nação, mas que “estranhamente” nunca têm lugar na esfera pública ou, no dizer de Silva (2007), nessa tribuna da sociedade que é a imprensa tradicional.

Um exemplo emblemático dessa realidade foi relatado numa entrevista pelo professor Marcelo Freixo, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro (mandato 2019-2022). Ele conta que em 2007, eleito Deputado Estadual pela primeira vez, no seu 3º dia de mandato apresentou uma proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as milícias⁴² do Rio de Janeiro. Sendo alvo de chacota na ocasião, seu pedido foi engavetado por um ano até que em maio de 2008, um grupo de jornalistas do jornal carioca *O Dia*, ao produzir uma reportagem sobre milícias no Jardim Batan, favela encravada em Realengo, na Zona Oeste da cidade⁴³, foi preso e torturado durante 7 horas por milicianos do local.

A partir do fato, a imprensa fluminense como um todo (jornais *O Globo*, *O Dia*, *Extra*, *TV Globo – Jornal Nacional* e *Fantástico* – entre outros veículos e programas noticiosos) começou a pautar insistentemente o assunto e a exigir a abertura da CPI das Milícias. Ainda segundo Freixo, o presidente da Assembleia Legislativa da época teria lhe dito: “Não vai ter jeito, eu vou ter que abrir essa CPI! A pressão está muito grande!” (FREIXO, 2021: 01h48m30s). Após 7 meses de investigação, a comissão conseguiu (entre outras coisas) desvendar todo o organograma das milícias que atuam no Rio de Janeiro, além do indiciamento e a prisão de 240 milicianos.

Por que no início de 2007 a questão das milícias no Rio de Janeiro não era importante e um ano e meio depois passa a ser? O que foi que mudou? Não tivesse havido a tortura a jornalistas (que lamentavelmente ocorreu), os jornais (leia-se seus donos) teriam “exigido” a criação da CPI das Milícias engavetada fazia mais de um ano? Possivelmente não. Esse relato do deputado Freixo corrobora a fala de Bucci e nos responde o porquê de algumas

⁴² **REVISTA SUPERINTERESSANTE.** No contexto da criminalidade brasileira, milícia designa um *modus operandi* de organizações criminosas formadas em comunidades urbanas de baixa renda, como conjuntos habitacionais e favelas, inicialmente, e que a princípio efetuam práticas ilegais sob a alegação de combater o crime do narcotráfico. Tais grupos se mantêm com os recursos financeiros provenientes da extorsão da população e da exploração clandestina de gás, televisão a cabo, máquinas caça-níqueis, agiotagem, ágio sobre venda de imóveis etc. (*As milícias de verdade*, 31 out. 2016)

⁴³ **PORTAL IMPRENSA.** Equipe do jornal carioca *O Dia* é torturada por milícia em favela. 01 jun. 2008. Disponível em: https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/17787/equipe+do+jornal+carioca+io+dia+i+e+torturada+por+milicia+em+favela Acesso em 22 out. 2021

pautas serem recorrentes na imprensa tradicional e outras simplesmente inexistirem até serem de interesse de algumas pessoas ou grupos sociais.

Do ponto de vista da Análise do Discurso (AD), esse discurso político produz como efeito de sentido o silenciamento das pautas de interesse das camadas menos favorecidas da população. A linguista Eni Orlandi classifica esse silenciamento como silêncio constitutivo que se dá na medida em que ao dizer algo (“x”), outros sentidos se apagam, pois não se pode, ao mesmo tempo, dizer “y”: “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1992:75). Por isso o debate na esfera pública é tão importante, bem como as pautas que nele são colocadas.

1.2.2. Tecnosfera e Psicosfera

Uma perspectiva para observar as distorções nas sombras da realidade é a da geografia física e política. Isto porque nos permite entender os porquês de um debate que define os rumos de investimentos públicos, seja em segurança ou em outros setores da economia, privilegiar alguns discursos e silenciar outros. Trago novamente o exemplo da transmissão de uma partida de futebol: por que os veículos de comunicação posicionam suas câmeras onde posicionam? Para refletir sobre isso quero trazer o pensamento do geógrafo Milton Santos, crítico ao processo de ocupação territorial, segundo o qual a dinâmica dos espaços da globalização obedece à lógica do Mercado.

Recorro a seu exemplo da questão do meio ambiente, que sofre as primeiras agressões já no século XIX nas cidades inglesas e continentais (SANTOS, 2006:159). Segundo ele, essa situação demonstra que a luta da preservação ambiental vem de longa data, embora à época a degradação ambiental ocorresse em espaço limitado em poucos países e regiões de modo que seus efeitos (a poluição, por exemplo) não eram generalizados. Para o professor emérito da USP, hoje a busca pela mais-valia em nível global faz com que o impulso produtivo seja “apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais” (Ibidem:170). Por essa razão o capital global, para obter o lucro desejado, supõe uma adaptação permanente das formas geográficas (os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção) e das normas jurídicas financeiras e técnicas às necessidades mercadológicas, uma vez que é o comércio quem preside a introdução de meios técnicos no local e não a natureza, tampouco as condições preexistentes:

Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas. Assim, graças à competitividade, a tendência atual ao uso das técnicas e à implantação dos respectivos objetos, tende a ser ainda mais anárquica do que antes (SANTOS, 2006:170).

O autor pontua que, além dessa adaptação de normas, existe também a necessidade de uma “reinterpretação qualitativa” do investimento público para que ele venha a beneficiar algumas empresas e pessoas (que não são obrigatoriamente locais, preferencialmente investidores externos), de modo que na medida em que se degrada o meio ambiente em função da produção ocorre um crescimento econômico que, paradoxalmente, leva a sociedade local a se descapitalizar, visto que os lucros dessa empreitada são remetidos para fora da localidade. Por isso, vem a pergunta: como se convence uma sociedade local a ver seu ambiente dilapidado, a não obter ganhos econômicos com isso e, ainda assim, apoiar a chegada e a permanência desses “investidores”?

O geógrafo localiza após a Segunda Guerra Mundial o início do chamado período Técnico-científico que se caracteriza pela união entre técnica e ciência, também sob a égide do Mercado que, graças a estas, torna-se global, subordinando à sua lógica as questões ambientais. Santos denomina esse espaço como *meio técnico-científico-informacional* porque quando há referências às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata, mas sim, da informação, considerada energia principal de seu funcionamento. A partir deste período, os objetos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, uma vez que, graças à intencionalidade de sua produção e localização, eles já surgem como informação, presente não apenas nos objetos técnicos, mas também, na ação realizada sobre esses objetos. Por sua vez, os territórios são equipados para facilitar a circulação dessa informação, atendendo aos interesses hegemônicos da economia da cultura e da política (Ibidem:160). Nesse contexto, o que seria a tecnosfera, a psicofera e qual a importância desses conceitos?

A tecnosfera é a esfera técnico-científica, emprenhada na natureza, transformando a primeira natureza numa segunda natureza⁴⁴, e que nesta contemporaneidade age como infraestrutura que é fundamental para o avanço da produção e por consequência do mercado. Para Milton Santos, o espaço geográfico é um indissociável sistema de objetos e ações, como

⁴⁴ A primeira natureza consiste no espaço intocado pelo ser humano, espaço no qual não sofreu transformações. A segunda natureza consiste no espaço que sofreu alterações humanas, o que chamamos então de espaço artificial. (SANTOS, 1999, p. 51)

o que concorda o geólogo britânico Jan Zalasiewicz (2018) considerando que a tecnosfera engloba, não só todos os objetos tecnológicos produzidos pelos seres humanos, a exemplo das máquinas, mas também os humanos, assim como os sistemas profissionais e sociais por meio dos quais se interage com a tecnologia: fábricas, escolas, universidades, organizações sindicais, bancos, partidos políticos e a internet. Ele inclui, além disso, estradas, ferrovias, aeroportos, minas e pedreiras, campos de petróleo e gás, cidades, rios e reservatórios projetados.

Para Santos, embora a tecnosfera se adapte aos mandamentos da produção e do intercâmbio, ela é comandada pela psicofera, definida por ele como o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 2006: 172). Em síntese, a psicofera é a responsável pela configuração das mentes, para a aceitação das novas condições da existência, pela aceitação do padrão hegemônico estabelecido, pela imersão no consumo, ou seja, criar as condições sociais para a aceitação da tecnosfera. A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicofera é a esfera da ação. (Ibidem:173).

Chegamos, dessa forma, ao papel que exercem os meios de comunicação na transmissão dos fluxos informacionais:

A relação entre “a organização da estrutura produtiva do país, e a criação de uma base técnica e econômica dos processos modernos de comunicação” é identificada por Ana Clara T. Ribeiro (1991, p. 46), quando inclui o sistema moderno de comunicação “como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador dos mercados”. “Essa psicofera”, diz A. C. T. Ribeiro (1991, p. 48), consolida “a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” e é por isso mesmo que a psicofera “apoiar, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico” (SANTOS, 2006: 172).

Isso, certamente responde à pergunta formulada anteriormente a respeito da questão ambiental: como se convence uma sociedade local a ver seu ambiente dilapidado, não obter ganhos econômicos com isso e, ainda assim, apoiar a chegada e a permanência desses “investidores”? Você precisa de meios de comunicação que construam uma psicofera adequada a esse movimento, por meio de um noticiário construído de maneira, por vezes desvinculadas diretamente do tema central, que coloque a culpa pela crise econômica não nos verdadeiros culpados, mas em agentes específicos, pautando sempre que possível assuntos outros que não os de interesse dessas comunidades, enfim, fazendo o que se faz em parte da chamada imprensa tradicional da era contemporânea.

1.2.3.O Bloco Hegemônico de Gramsci

Numa segunda perspectiva, para compreender a distorção das sombras da realidade e os motivos que levam à manipulação da realidade factual, trago uma análise essencialmente gramsciana⁴⁵ da pesquisadora Fernanda Gastaldi (2018), que escreve a respeito do negacionismo climático estadunidense, discutindo os conceitos de Hegemonia, Bloco Hegemônico, Bloco Histórico e Bloco ideológico elaborados por Antônio Gramsci (1891 – 1937) e que nos ajudam a entender o papel e os diferentes motivos dos meios de comunicação na transmissão das informações que chegam ao público.

Hegemonia pode ser definida como a supremacia de um povo sobre outros, que pode se dar por meios militares ou pela introdução de sua cultura. Para Gramsci (1971), hegemonia é um tipo de dominação ideológica de uma classe sobre outra, especificamente da burguesia sobre o proletariado e outras classes de trabalhadores. No entanto, o pensador italiano descarta o domínio bruto de uma classe sobre as demais, excetuando-se durante regimes ditatoriais. Esse domínio é exercido por meios pacíficos e com consentimento dos dominados, conforme explica Dubois (2005):

Aqui está a questão fundamental do poder imperial. Embora os Estados Unidos continuem a exercer um poder político e militar sem paralelo, os acontecimentos recentes⁴⁶ demonstraram muito claramente os limites de sua capacidade ou de qualquer outro poder de impor sua vontade ao mundo. Ao mesmo tempo, a linguagem e os símbolos da política, economia e cultura permanecem em grande parte americanos, ou pelo menos ocidental, em sua origem (DUBOIS, 2005:114).

Por sua vez, o conceito de Bloco Hegemônico considera que o poder da classe dominante não advém de seu controle sobre os Aparelhos Repressivos do Estado⁴⁷, mas se dá principalmente pela hegemonia cultural através do controle do sistema educacional, das

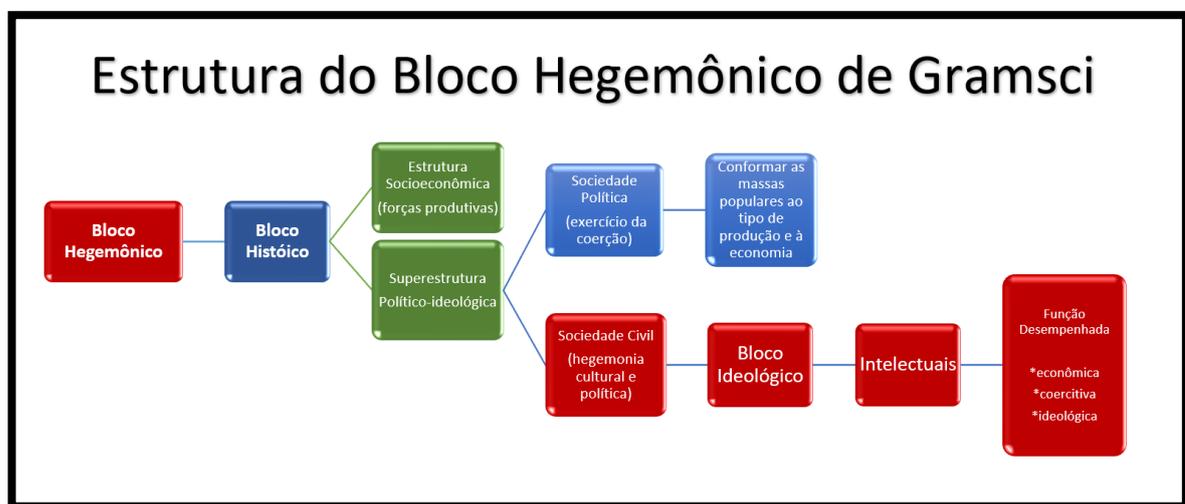
⁴⁵ Referente a pensamento de Antonio Gramsci (1891 - 1937), filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Foi membro-fundador, secretário-geral do Partido Comunista da Itália e deputado pelo distrito do Vêneto, sendo preso pelo regime fascista de Benito Mussolini (MARXISTS.ORG/ARCHIVE/GRAMSCI/).

⁴⁶ O texto de Dubois faz uma crítica ao imperialismo ocorrido no leste e sudeste da Ásia no século XIX. Para o autor, a ideia de “religião era central para a missão civilizadora do imperialismo” e que mesmo depois do período do imperialismo, os estados usavam a religião para engendrar a ética social legitimar o governo (DUBOIS, 2005:113)

⁴⁷ A tradição marxista é peremptória: o Estado é explicitamente concebido [...] como aparelho repressivo. O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia [...] o aparelho de Estado [...] compreende: não só o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos a partir das exigências da prática jurídica, isto é, a polícia – os tribunais – as prisões; mas também o exército [...] e acima deste conjunto o chefe de Estado, o governo e a administração [...] O aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva, “ao serviço das classes dominantes” [...] (ALTHUSSER, 1980:31-32, apud FERRARO, 2014:08-09)

instituições religiosas e dos meios de comunicação, por meio dos quais “educam” os dominados para que estes vejam a submissão àqueles como algo natural e conveniente, inibindo, assim, seu potencial revolucionário. Na prática, observamos isso quando em nome de Deus ou da pátria determinado grupo político cria no povo o sentimento de identificação contra um inimigo externo que atrasaria o desenvolvimento nacional e que deve ser combatido. Dessa forma, tenta homogeneizar toda a sociedade em torno do projeto da classe dominante, amansando os trabalhadores, fazendo-os aceitar seu destino de pobreza como sendo “bonito”, fruto de sua incompetência ou da vontade de Deus. Em suma, o poder do Bloco Hegemônico combina e articula a coerção e o consenso ou a força e o consentimento.

Figura 14: Ilustração da estrutura do conceito de Bloco Hegemônico, descrito por Antonio Gramsci



Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir da leitura de GASTALDI (2018).

Para Portelli (1977), para a compreensão da teoria de Gramsci é chave o conceito de Bloco Histórico (Figura 14, acima). Este é formado por duas esferas inter-relacionadas: uma estrutura socioeconômica, relacionada às forças produtivas, e uma superestrutura de natureza político-ideológica, não havendo primazia de uma esfera sobre a outra. Por sua vez, essa superestrutura é formada por duas esferas essenciais: a da sociedade política (que agrupa o conjunto das atividades que se relaciona ao exercício da coerção) e a da sociedade civil (que constitui a hegemonia cultural e política). Destaco aqui o papel da esfera da sociedade política que “está a cargo de conformar as massas populares ao tipo de produção e à economia de um determinado momento, assegurando a disciplina dos grupos sociais a fim de garantir o funcionamento do sistema produtivo” (PORTELLI, 1977:30-31 apud GASTALDI, 2018:04). Nesse sentido, a classe dirigente encontra-se em uma “situação de dupla preeminência: a nível

estrutural, porque é a classe fundamental no campo econômico; a nível superestrutural, porque tem a direção ideológica através do bloco ideológico” (GASTALDI, 2018:4-5).

Ainda para a autora, o bloco histórico vigente atualmente na maioria dos países⁴⁸ é o sistema capitalista neoliberal, que favorece a direção e a dominação por parte de uma classe fundamental específica, formada pelas grandes corporações do setor privado. Para Noam Chomsky (2017:85 apud GASTALDI, 2018:11) o triunfo ideológico das “doutrinas de livre mercado” possibilita que decisões políticas se traduzam em polpidos lucros pagos a altos executivos e suas empresas. O poder econômico resultante dessa grande concentração de renda a nível estrutural culmina no controle do aparelho estatal por parte dessa classe fundamental, no nível superestrutural.

Na prática, as grandes empresas que têm amplo poderio econômico, financiam campanhas eleitorais de atores políticos, de diferentes espectros ideológicos (diga-se), para que eles, uma vez eleitos e legitimados pelo voto popular (embora tenham prometido trabalhar em favor deste), possam ser representantes dos interesses dessas empresas, passando a legislar a seu favor, aqueles a que Chomsky (2017: 85-86 apud GASTALDI, 2018:12) vai chamar de “servos do capital privado”. Dessa forma, elas vão amealhar mais lucros e concentrar mais renda, fechando o círculo:

Atrás das guerras culturais e da mídia estão as corporações. Estas são protegidas pelos legisladores por teias intrincadas de arranjos de interesses especiais. As relações entre os legisladores e as corporações estão incrustadas no sistema de financiamento das campanhas eleitorais (PIETERSE, 2009:205 apud GASTALDI, 2018:12).

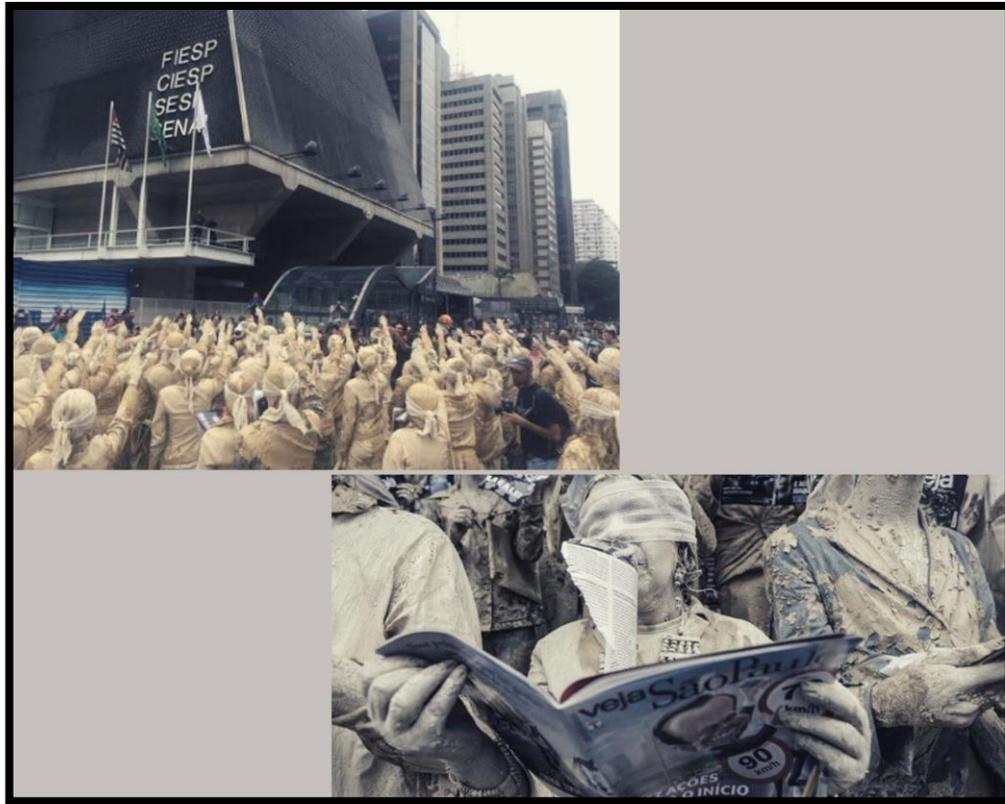
Assim, paralelamente às decisões em favor da classe fundamental, essas “guerras culturais”, de que fala Pieterse, são factoides⁴⁹ criados por esses “servos do capital privado” para ocupar espaço no debate público e distrair a opinião pública com assuntos com pouca ou nenhuma relevância para as questões econômicas e que pouco ou nada interferem na hegemonia dessa classe fundamental. A performance “Cegos” (Figura 15, abaixo), realizada pelo grupo Desvio Coletivo em outubro de 2016, ilustra artisticamente como os dominados estão colocados diante da realidade. Nela, esse grupo de artistas vestidos com roupas de executivos, portando maletas e bolsas, com olhos vendados e corpos cobertos de lama, faziam saudação nazista para o prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e levavam consigo exemplares das revistas *Veja* e *IstoÉ*, além de “comê-las” durante o trajeto. Na minha leitura,

⁴⁸ A autora usa o exemplo dos Estados Unidos, porém acredito que posso generalizar além do que trata originalmente Gastaldi, do negacionismo climático estadunidense.

⁴⁹ FACTOIDE é um fato ou uma notícia forjada com o intuito de atrair a atenção da opinião pública.

uma crítica antropofágica à mídia tradicional e às suas escolhas que distorcem a realidade, bem como aos empresários que em busca do lucro, abrem mão inclusive dos valores democráticos.

Figura 15: Performance “Cegos”, em frente ao prédio da Fiesp, na avenida Paulista, em 30/10/2016



Fontes: Alice Vergueiro (2016), Folhapress/banco de imagens; Mídia Ninja (2016), respectivamente.

Diante disso, constata-se que, a partir de determinados grupos sociais, quem lê as informações que chegam por meio da mídia tradicional está tendo contato com sombras da realidade distorcidas pelos interesses daquilo que se quer comunicar ao cidadão comum para lhe fazer se conformar com o sistema hegemônico imposto e consentir com a sua dominação. No caso dessas mídias, não há deliberadamente a invenção de fatos, porque ela é gerida por profissionais que (ao menos a maioria dos jornalistas) têm um nome a zelar. Agora as estratégias dessa comunicação é do que vou tratar nos próximos dois tópicos com o Consenso Fabricado e com o Padrão de Manipulação da Grande Imprensa, de Perseu Abramo (2016).

1.2.4. Consenso Fabricado

Retomando Gramsci, o poder hegemônico necessita de um controle social para que as atividades econômicas transcorram sem maiores percalços, na direção escolhida pela classe dirigente. Nas sociedades totalitárias, onde as pessoas são controladas pela força, o ditador da ocasião não submete a elas uma tomada de decisão, tampouco a justifica, não importando o que

ensem. No entanto, nas sociedades democráticas, nas quais as pessoas podem ser ouvidas e suas vozes podem se tornar um problema para os interesses dos dirigentes, esse controle precisa se dar por meios pacíficos, pelo consentimento dos dominados e as justificativas são sempre necessárias porque, em princípio, não se admite a coerção pela força. Coincide, assim, com a perspectiva de Milton Santos (2006) para quem o controle da psicosfera é parte das estratégias de controle do território.

Por sua vez, os meios de comunicação (em geral concessões públicas) não poderiam se conformar em meramente publicizar o mundo como os grupos dominantes desejam que ele seja percebido pelo cidadão comum, mas deveriam ser independentes e comprometidos em descobrir e divulgar os fatos o mais próximo da realidade possível, por um viés que atendesse aos interesses da maioria da sociedade que, afinal, é quem paga a conta. Apesar disso, Noam Chomsky & Edward S. Herman (2008), em seu *Manufacturing Consent* (Consenso Fabricado, em português), apresentam estudos que apontam na direção contrária e concluem que as empresas de comunicação de massa estadunidenses, uma sociedade democrática, desempenham esse papel de convencimento da população em direção aos objetivos determinados pela classe dirigente. Os autores fizeram várias análises, dentre as quais quero destacar a que compara a cobertura da mídia de seu país em dois eventos similares: os conflitos ocorridos no Camboja e no Timor Leste, na década de 1970.

No Camboja, entre 1970 e 1975, a mídia estadunidense silenciou o fato de que os EUA foram responsáveis por atrocidades que mataram diretamente mais de 600 mil pessoas entre civis e militares. Depois de o exército ianque sair do país asiático deixando um rastro de mais de um milhão de mortes, indiretamente causadas pela fome e/ou por doenças, parte de sua população passou a apoiar o comunista Pol Pot (Primeiro-Ministro, 1976-1979), que deu continuidade às atrocidades. Porém, a partir desse momento o genocídio passou a contar com a ampla cobertura dos meios estadunidenses e do mundo (que se pauta por essa mídia) porque (então) se tratava de um inimigo. Ainda segundo os autores, nesse período foram publicadas muitas mentiras, fotos falsas e artigos de indignação (seletiva, evidentemente).

O Timor Leste foi invadido e dominado pela Indonésia entre 1975 e 1999, tendo $\frac{1}{3}$ da sua população cruelmente assassinada. Até o início dos anos 1980, época em que ocorreu a maior parte das mortes, além dos EUA, que forneceram 90% das armas usadas pelo exército indonésio, investiram no país asiático Canadá, Inglaterra e Holanda. Chomsky e Herman (2008), observando o que publicaram os jornais estadunidenses da época, constataram que a imprensa cobriu o antes do conflito, no entanto, quando houve a invasão, ou seja, o próprio

conflito, deu apenas algumas notinhas e quando começou o genocídio, a cobertura cessou por completo. Nesse caso não se preocuparam com os Direitos Humanos dos timorenses (como se justificaram algumas invasões posteriores) em função de os EUA estarem tirando proveito econômico da situação. Em síntese, para os autores, ao não noticiar a tragédia a mídia estadunidense tornou-se cúmplice do genocídio porque a omissão impediu que se mobilizassem esforços para conter os indonésios, o que prolongou ainda mais o massacre. Publicizado nas manchetes, ele geraria protestos e pressão internacional, o que, lamentavelmente, só foi acontecer anos mais tarde.

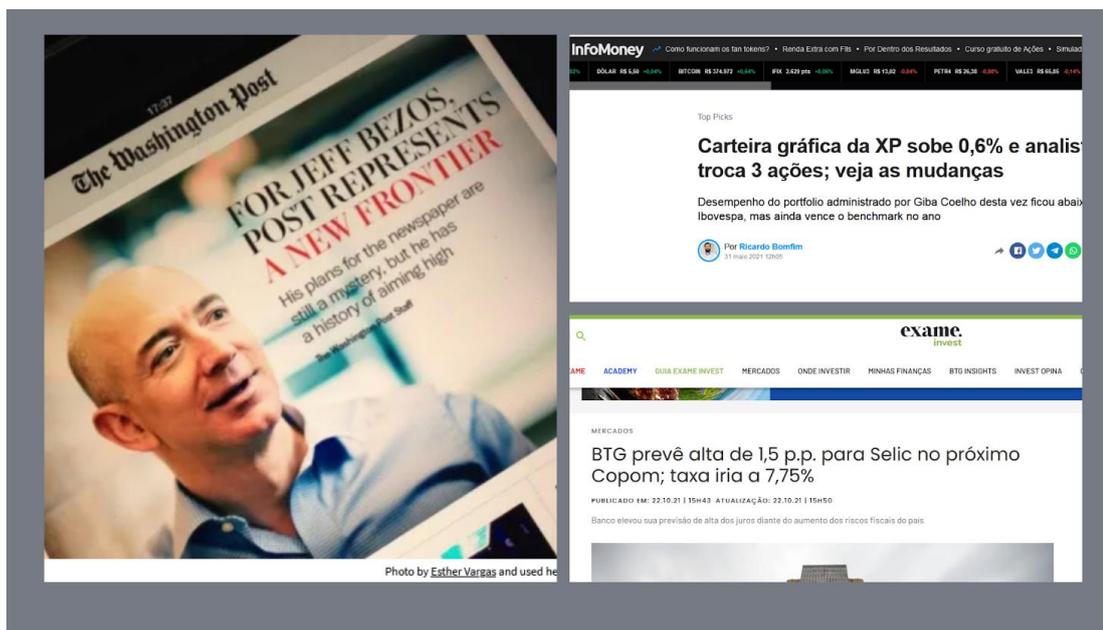
Apesar de os donos da mídia e seus trabalhadores, com o apoio de parte da intelectualidade, argumentarem que seus filtros baseiam-se em critérios estritamente profissionais, objetivos e imparciais, (como a seleção de tópicos, a distribuição dos assuntos, a ênfase e estrutura dos mesmos, a filtragem da informação e os debates com limites determinados) Chomsky e Herman constataram que esses “critérios” coincidentemente fazem com que as mensagens pretendidas pelo Estado e pela atividade privada sejam mais bem compreendidas e aceitas pela população. Ou seja, os objetivos que tais entes poderiam transmitir via propaganda, caracterizadas como tal, são transmitidos por meio do noticiário com o objetivo de que sejam percebidos como inescapáveis, fabricando um consenso. Esse “modelo de propaganda” já foi descrito por Walter Lippmann nos anos 1920 como essencial para o controle da ordem social nas democracias, naquilo que chamou de “fabricação do consentimento”.

Nesse contexto, uma imprensa com liberdade (ou com aparência de) é fundamental para conseguir um controle social de maneira muito mais convincente. Como o seu compromisso é com o Mercado, seu interesse é transmitir uma percepção de mundo que satisfaça aos interesses e às necessidades dos seus clientes: produtores, vendedores e compradores. As vozes dissonantes são cuidadosamente excluídas com o discurso de que uma vez que ela (em teoria) dá voz para todos os atores, quem não figura no debate é porque não teria relevância para tal. Isso ocorre porque nenhuma empresa deixaria prosperar em sua estrutura um mecanismo de autodestruição, por isso, essa mídia vai trabalhar para excluir, marginalizar ou eliminar as vozes dissidentes ou as perspectivas alternativas, porque elas representam uma disfunção para o próprio organismo.

Quando se dá uma rápida passada pelo mundo dos negócios envolvendo veículos de comunicação, tem-se uma ideia de quem são os donos da imprensa “livre” no mundo e no Brasil. Em 2013 o empresário estadunidense Jeff Bezos, proprietário da Amazon, adquiriu o

controle do jornal *The Washington Post*⁵⁰. No Brasil, em 2011 a corretora XP Investimentos comprou o portal financeiro *InfoMoney* e em 2019 a revista *Exame* foi arrematada pela Editora e Comércio Valongo, administrada pelo banco BTG Pactual. Numa época em que as empresas jornalísticas tentam se adaptar às mudanças impostas pelo avanço das TDIC, o que explica o risco que essas grandes corporações escolhem correr? O desejo de um mundo mais justo e democrático para todos? As manchetes (Figura 16, abaixo) talvez ajudem a explicar:

Figura 16: Entrevista do Washington Post a Jeff Bezos; noticiário do Portal InfoMoney envolvendo sua proprietária, a corretora XP; e do portal Exame envolvendo seu dono, o Banco BTG Pactual



Fonte: (WHORISKEY, 2013); (BONFIM, 2021); (QUESADA, 2021), em sentido horário, respectivamente.

O que acontece quando um grande conglomerado controla um grande jornal? O que se pode esperar da cobertura de temas sensíveis a esse conglomerado? O que esperar de um portal de informações financeiras controlado por uma corretora de investimentos? E de um banco controlando uma revista de economia? Mais à frente quero retornar essa questão dos proprietários da grande mídia, mas por ora cabe perguntar: por que é importante que os jornais determinem, selecionem, moldem, controlem e restrinjam o noticiário de forma a servir aos interesses das elites dominantes? Uma das hipóteses de Chomsky & Herman (2008) é a de que no futuro quando pesquisadores forem consultar os fatos, vão querer saber também a forma como eles foram retratados nos meios de comunicação. Por esse motivo é preciso ter registrada uma visão de uma elite sobre esses fatos, para que a história seja contada por meio da sua ótica,

⁵⁰ **PODER 360.** Segundo dados do site PressGazette, ao final de 2020, o jornal figurava como o 2º maior do mundo em língua inglesa, contando com 2,3 milhões de assinantes. **Washington Post cresce na pandemia e terá mais de 1.000 jornalistas em 2021** (24 dez. 2020).

“moldada” de forma adequada para que determinados fatos apareçam e outros não, que algumas perguntas sejam feitas e outras ignoradas. No documentário, Chomsky detalha seu posicionamento:

A moderna civilização industrial desenvolveu-se dentro de um sistema de mitos convenientes. A força motriz da civilização industrial tem sido o ganho material individual, que é aceito como legítimo e até valorizado com base na formação clássica de que as empresas privadas proporcionam benefícios públicos. Há muito tempo sabemos que uma sociedade com base nesses princípios se autodestruirá em um determinado tempo. Sua única chance de continuar com todo o sofrimento e a injustiça que causa é fingir que as forças destrutivas criadas pelos seres humanos são limitadas, que o mundo tem recursos infinitos e que a Terra é uma lata de lixo de capacidade ilimitada. (ACHBAR e WINTONICK, 1992: 02h43m43s)

Nesse sentido, a mídia tem o papel de enredar a sociedade numa teia de versões que justifiquem suas escolhas, por mais perversas que elas sejam, mas que ao menos façam sentido para a sociedade que é quem financia tais escolhas, que pouco ou nada lhes favorecem, confirmando a teoria marxiana e a constatação de Ana Clara T. Ribeiro (1991), citada anteriormente por Milton Santos, a respeito do papel dos meios de comunicação na construção de uma psicofera que favoreça aos objetivos mercadológicos.

1.2.4.1. *O papel do entretenimento*

Para Noam Chomsky (ACHBAR e WINTONICK, 1992), o “modelo de propaganda” utilizado pela grande mídia (descrito até agora) precisa atingir apenas os 20% da população de quem é crucial obter o consenso controlando o pensamento. A esse grupo ele denomina classe política: são professores, gerentes, diretores culturais, escritores e pessoas que têm alguma participação na vida social, política, cultural ou econômica do país, ou seja, alguma relevância no processo decisório e cuja opinião seja levada em conta. Os 80% restantes precisam ser distraídos, pois são apenas massa de manobra, cuja função é cumprir ordens, pagar os custos, não prestar atenção nem pensar em nada. Nesse caso, dirigido às camadas mais simples, o papel da mídia é reduzir sua capacidade de pensar oferecendo-lhe algo em que prestar atenção, criando para elas atrações que os mantenham ocupados e que desviem o foco daquilo que realmente importa: campeonatos de futebol, programas de entretenimento com assuntos exóticos, astrologia, jornalismo sensacionalista que explora a violência etc.

Para embasar seu pensamento, Chomsky cita o teólogo e moralista estadunidense Reinhold Niebuhr (1892-1971), comentarista de política e de assuntos públicos, altamente respeitado e que teve grande influência sobre os políticos contemporâneos. Ele formula a seguinte visão acerca da importância de se criar mitos para controlar as pessoas:

“A racionalidade é um atributo do observador imparcial. Porém, o homem comum é movido não pela razão, mas pela fé. O que requer algumas ilusões e simplificações emocionante poderosas. Elas só podem ser proporcionadas pelo criador de mitos, isso vai manter o homem comum sob controle” (ACHBAR e WINTONICK, 1992:024m02s)

Nesse aspecto, Chomsky chama a atenção para o papel psicológico do esporte na mente das pessoas distraídas, que pode ser facilmente observado olhando a realidade do futebol brasileiro. Tomemos o caso do Sport Club Corinthians Paulista, time para o qual torço, e da Associação Atlética Ponte Preta, time tradicional de Campinas (SP), cidade em que moro. Tomo como base a verba de transmissão de TV⁵¹ a que todos os clubes têm (ou deveriam ter) acesso igual, afinal de contas, ninguém joga futebol sem adversário. Segundo o levantamento da Pluri Consultoria⁵², baseado nos balanços financeiros divulgados pelas maiores agremiações do Brasil, entre 2010 e 2019, o time da capital paulista recebeu cerca de R\$1,45 bilhões enquanto o de Campinas apenas R\$209 milhões.

No mesmo período, o “Timão” ganhou 01 Título Mundial de Clubes da Fifa, 01 Tríplice Coroa Internacional, 01 Copa Libertadores da América, 01 Recopa Sul-Americana, 03 Campeonatos Brasileiros da série A e 04 Campeonatos Paulistas. Já a “Macaca” foi 2ª colocada na Copa Sul-Americana, 2º lugar no Campeonato Paulista, 2º lugar na série B do Campeonato Brasileiro e ganhou 4 Troféus do Interior (título simbólico para o time mais bem colocado do interior do Estado no Campeonato Paulista). Por esse comparativo, é possível observar que o time da capital (sem contar os demais meios de arrecadação) recebeu sete vezes mais do que o time do interior, vencendo, no período, 11 competições, enquanto a equipe campinense, o mais longe que chegou foi três vezes ao 2º lugar em três campeonatos diferentes, além do fato de ter sido rebaixada duas vezes para a segunda divisão do Campeonato Brasileiro (2013 e 2017), porque terminou entre os 4 piores times do país nas duas oportunidades. Mas, afinal, o que isso tem a ver com a Fabricação do Consenso? Chomsky explica:

É chocante ver a quantidade de inteligência que o cidadão comum canaliza para o esporte. (...) É claro que a imprensa tem a ver com isso. (...) É uma forma de construir, de submissão à autoridade, sentimento de grupo, camuflando elementos de liderança. (...) Observando com atenção, veremos que tem funções que justificam a quantidade de energia destinada a apoiá-los, estruturá-los. Essa é a razão para os anunciantes estarem dispostos a investir tanto neles. (Ibidem, 01h07m21s)

O dinheiro do Grupo Globo não cai do céu. Muito pelo contrário ele vem de muitas empresas terrenas interessadas em manter o futebol como mecanismo de distração para a

⁵¹ Considerando as verbas pagas pelo Grupo Globo, maior detentor dos direitos de transmissão de futebol no país.

⁵² Disponível em <https://static.poder360.com.br/2020/11/A-Evolucao-das-Receitas-no-Futebol-Brasileiro-PLURI-Consultoria.pdf> Acesso em 14 nov. 2021.

população brasileira. Não por acaso, apesar de perder o direito de exclusividade de vários campeonatos (Paulista e Libertadores da América) a empresa garantiu em 2022 o patrocínio de 7 empresas⁵³ num valor total de mais de R\$2 bilhões. Por outro lado, esportes importantes, mas que não mobilizam as massas, têm patrocínios pífios, como é o caso do atletismo.

Parece óbvio que o Time de Parque São Jorge consegue muito mais resultados positivos porque recebe um montante absurdamente maior do que os times (considerados) pequenos. Com estes recursos, consegue contratar melhores jogadores e montar uma melhor estrutura para que seu time possa disputar competitivamente os campeonatos. Apesar dessa distorção escancarada, pergunte a qualquer torcedor da equipe de Campinas, cidade do interior paulista, o motivo de seu time ir tão mal nos campeonatos? Alguns lhe dirão que a culpa é da arbitragem, outros que os jogadores são ruins, outros ainda culparão a gestão desastrosa das finanças do time (o que não deixa de ser verdade). No entanto, eu nunca encontrei alguém que culpasse a vergonhosa distribuição desigual de valores entre os times de futebol. A mesma situação ocorre com a distribuição de verbas publicitárias do poder público ou privado com as mídias tradicionais e independentes.

Qual a importância disso para o sistema hegemônico? Para o cidadão comum isso é mostrado pela aparência de uma disputa entre iguais, em que no campo são onze jogadores de um time contra onze do outro. E que vence o melhor! A questão da desigualdade fica sempre camuflada ou quando aparece ela é minimizada. Dessa forma, o futebol cumpre o papel de naturalizar a desigualdade, de fazer com que as pessoas tomem como normal o fato de que uns têm mais que os outros e que competem em pé de igualdade. Isso serve para que o sujeito aceite que, embora ele faça todo o trabalho de produção, o dono dos meios de produção possa ganhar 10 ou 20 vezes mais do que ele. Ou seja, se o Corinthians ganha sete vezes mais dinheiro, ele merece porque tem mais torcida e mais títulos. E tendo mais dinheiro vai investir mais em estrutura e jogadores e ganhar mais títulos e mais torcida, num círculo interminável. Da mesma forma, o capitalista ganhando 20 vezes mais que o trabalhador, é porque “merece”, é porque “trabalhou duro” e assim vai poder investir em mais empresas e ganhar mais dinheiro a partir da exploração do trabalho barato de mais pessoas, num círculo também interminável.

Eu, que sou fã de futebol, só me dei conta disso agora e estou indignado de como fui distraído durante pelo menos 40 anos de minha vida. No entanto, acredito que a maioria esmagadora da população brasileira vai morrer sem ter essa consciência.

⁵³ **MEIO & MENSAGEM.** Futebol 2022 da Globo garante sete patrocinadores. 11 nov. 2021.

1.3. Luz sobre os editores da realidade

Considerando desde quando o alemão Johannes Gutenberg (1400–1468) criou a prensa móvel no século XV, passando pelos folhetos que circulavam na França diariamente⁵⁴ no século XVII, chegando às grandes indústrias de mídia do século XX, em tempo nenhum as notícias circularam em tamanha quantidade e alcance de público quanto após a chegada da tecnologia digital. Apesar disso, em todas as épocas, só chegam ao público aquelas informações que determinadas pessoas (ou grupo de pessoas) permitam que cheguem, seja na Idade das Trevas, período em que os monges copistas detinham o poder de selecionar aquilo que seria ou não registrado, seja na redação de um grande jornal em Nova Iorque, em que o poder de seleção é dos jornalistas editores, de modo geral. Ou no Brasil, claro.

Engana-se porém quem acredita que essa é uma decisão pessoal do editor ou do jornal X ou Y. Conforme as teorias apresentadas anteriormente, as emergências das classes dominadas dificilmente vão frequentar a esfera pública e emergir ao debate público porque existe um poder hegemônico que controla essa dinâmica na psicosfera, transmitindo para a maior parte da sociedade a percepção de que aquilo que está sendo noticiado pelos meios é o que realmente tem de mais importante para ser discutido num determinado momento. Esse problema está presente na Grécia Antiga, onde o povo “parecia não ter o direito de falar ou votar” e apenas era “convocado para ouvir o que já havia sido acordado no conselho dos nobres” (SMITH, 1884: 15), permanece nos séculos XVI e XVII, época em que a burguesia impunha o interesse privado (entendendo tais interesses como sendo o de uma parcela mais abastada da sociedade) e permanece na época atual. Assim, caminhando para o final deste capítulo, interessa discutir um pouco dos mecanismos utilizados para executar as distorções que se apresentam nas sombras da realidade que são divulgadas pelos meios de comunicação.

1.3.1. O filtro analógico

Teorias como a da Ação Pessoal ou *Gatekeeper* (porteiro, em português), surgida nos anos 1950, aplicada ao jornalismo por Daniel Manning White, descrevem o processo em que a produção da informação era concebida como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tinha que passar por diversos *gates* (portões, em português) até a sua publicação, sendo o jornalista o *gatekeeper* (os editores, que fazem os filtros, as escolhas do que será publicado). No entanto, Traquina (2005) faz uma crítica à essa teoria argumentando que o jornalista exerce

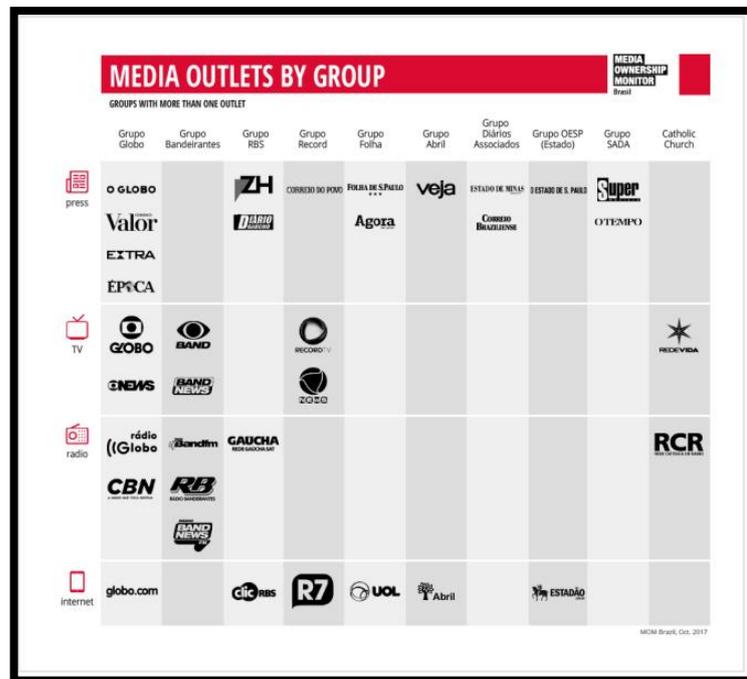
⁵⁴ Daí o nome *Journal*, que em francês, a princípio, significa diário.

sua liberdade dentro de uma latitude limitada, tomando decisões submetidas a uma estrutura de produção, a normas profissionais e não apenas por razões subjetivas ou motivações pessoais:

A teoria do *gatekeeper* analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. Assim, é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem microssociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macrossociológicos (...) individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização. (TRAQUINA, 2005:151)

Para exemplificar, na prática, do que se trata essa “organização” (a psicofera e a superestrutura) de que fala Traquina, trago alguns dados do relatório Monitoramento da Propriedade da Mídia⁵⁵, que constata a enorme concentração existente no Brasil, onde 50% dos veículos de comunicação com maior audiência estão nas mãos de apenas cinco famílias, conforme mostra a Figura 17 (abaixo):

Figura 17: Meios de Comunicação por grupo. Grupos com mais de um veículo.



Fonte: (Repórteres Sem Fronteiras / Intervezos, 2017)

O Grupo Globo, já citado na questão das verbas de transmissão de futebol, possui veículos ou redes centrais em todos os mercados de mídia:

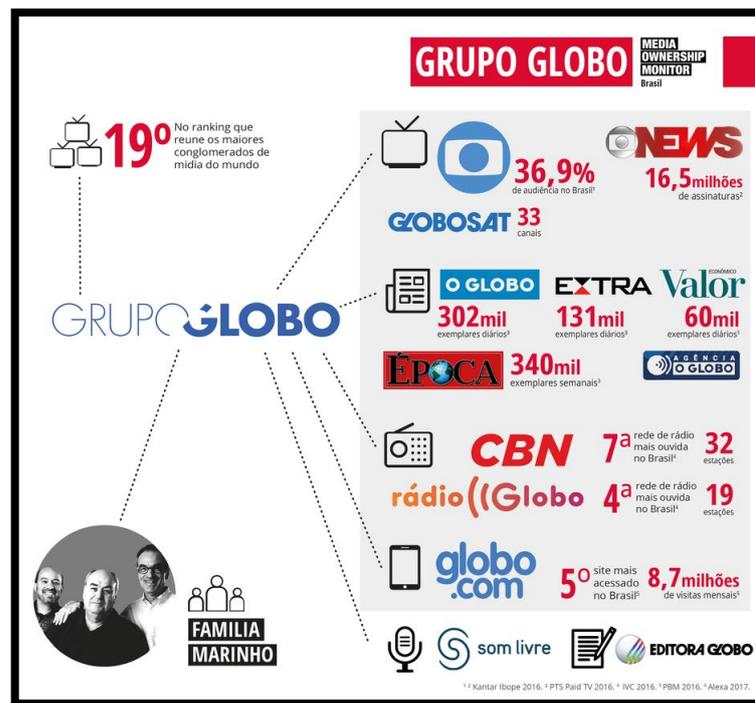
- **na TV aberta:** com a TV Globo;
- **na TV paga:** é proprietário da programadora Globosat, que produz conteúdos que incluem o canal de notícias 24 horas GloboNews e outros 30 canais;

⁵⁵ **REVISTA CARTA CAPITAL.** Cinco famílias controlam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência no Brasil. A conclusão é da pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM), financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto pela ONG brasileira Intervezos e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), baseada na França. **Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório** (31 out. 2017).

- **na Internet:** possui o portal de notícias G1.Globo.com;
- **no rádio:** tem a CBN e a Rádio Globo;
- **na mídia impressa:** é proprietário dos jornais O Globo, Extra, Valor Econômico e da revista Época (encerrada em 2021).
- **Outros:** O grupo atua, ainda, em mercados como o fonográfico, cinematográfico e editorial.

Segundo o Relatório, o grupo alcança sozinho uma audiência maior do que a soma das audiências do 2º, 3º, 4º e 5º maiores grupos brasileiros, atingindo mais de 100 milhões de brasileiros todos os dias (Figura 18, abaixo). Ao comparar os indicadores de riscos à pluralidade na mídia com outros dez países analisados, o Brasil apresenta o cenário mais grave de risco com elevadíssima concentração de audiência e propriedade cruzada de meios de comunicação. Significa dizer que com esse alcance os grupos de mídia brasileiros conseguem determinar à sociedade o que deve figurar no debate nacional com o viés que lhes interessa, o que fica em segundo plano e o que não deve ser debatido.

Figura 18: Alguns veículos de mídia do Grupo Globo com suas respectivas audiências (referentes a 2016)



Fonte: (Repórteres Sem Fronteiras / Intervezes, 2017).

A pluralidade de vozes é imprescindível para uma democracia efetiva no país e a ausência dela pode gerar distorções importantes, como a demonstrada por Eduardo Ferreira de Souza (2004) em sua dissertação “Do silêncio à satanização: o discurso da revista Veja e o MST”. Aliás, a visão que boa parte da sociedade brasileira tem do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) talvez seja uma das mais claras ilustrações de que alegoria de Platão faz todo o sentido. Do que se conclui que esse filtro analógico, esse *gatekeeper* (e não

me refiro aos jornalistas, frise-se), vem atuando há muito tempo, seja nos anos 1970 na mídia estadunidense, como demonstrou Chomsky, seja na pressão por uma CPI, como demonstrou o deputado Marcelo Freixo.

1.3.2.O filtro digital

Com o desenvolvimento da internet, considerada por Lévy a 4ª Revolução da Comunicação Humana (RATIER, 2013), com a evolução das TDIC e com a popularização do acesso aos dispositivos de comunicação digital, houve quem alimentasse a ilusão de que “tudo estava na internet” e poderia ser facilmente acessado. Se na era analógica estávamos subordinados aos *gatekeepers* da indústria da comunicação, a era digital trouxe a esperança de que essa informação seria democratizada e que todos teriam acesso a todas as informações sem passar por *gates*. Doce ilusão. Apesar dos avanços, os interesses da classe dirigente permanecem, assim como sua necessidade de ocupar o espaço público e a esfera pública, assim como a de pautar o debate público, pelos motivos já exaustivamente expostos.

A partir desse momento, o cidadão comum – que pode ser simultaneamente consumidor, produtor e distribuidor ativo de conteúdo – passa a competir com a mídia tradicional nas tarefas de agendar o debate na sociedade e de fabricar o consenso, tendo potencial para também manipular as informações, aumentando exponencialmente a desinformação já existente. Assim, inundada por um volume absurdo de informações, numa quantidade que seres humanos não têm condições de acompanhar e muito menos absorver, sob o risco de um caos informativo, tornou-se necessária a existência de filtros digitais, com critérios de seleção, ou seja, *gates* digitais, que vão mediar a informação que chega para mim.

No entanto, agora, não é mais uma pessoa que faz essa seleção, um profissional do jornalismo, mas um algoritmo. Ou seja, um código de computador passa a ter a importante função de fazer a curadoria dos conteúdos que cada pessoa vai ver ou não, seja numa busca de informação, num site de filmes ou no *feed* de notícias da rede social. Em síntese, é o algoritmo quem “decide”, exercendo o papel de um editor, um *gatekeeper* virtual. O problema se agrava porque, se antes no formato analógico os filtros já eram submetidos a uma estrutura de produção e interesses diversos – descritos anteriormente – agora não são mais os critérios jornalísticos de seleção das informações – como noticiabilidade, valores-notícia etc. – que passam pelos *gates*,

mas sim, os interesses das Big Techs, cujo modelo de negócio não se baseia em vendas de suas publicações, mas na Economia da Atenção⁵⁶.

Seus algoritmos privilegiam padrões de engajamento, isto é, os códigos são programados para viciar o público nas *timelines* (e apenas nelas) para maximizar o período de atenção de seus usuários em um conteúdo que faça com que permaneçam ali o maior tempo possível curtindo, compartilhando e comentando. Para isso, elas clusterizam os usuários, isto é, conecta-os a grupos de usuários que têm perfis semelhantes ao dele, o que tecnicamente se chama de *cluster*⁵⁷. Conforme explica Recuero (2012:02) “as redes sociais de cada ator tendem a constituir-se de outros atores semelhantes (por exemplo, com *backgrounds*, classes sociais, níveis econômicos semelhantes). É uma característica denominada homofilia (ROGERS, 1995)”.

Assim, toda a experiência de navegação na rede está mediada por algoritmos baseados nas características e *clusters* do usuário. Na prática, isso significa que cada usuário do *Facebook* poderia ver 1500 posts por dia, no entanto, só lhes são exibidos cerca de 300, com base em critérios pouco transparentes. Há muita nebulosidade em relação à governança algorítmica, isto é, à maneira como os algoritmos dessas plataformas são programados e funcionam, protegidos que são por segredo industrial. Entre os critérios – que podem ser divulgados – estão a localização do usuário, os assuntos de seu interesse, o idioma, a popularidade do conteúdo e o grau de interação com a pessoa que fez a postagem. Se os critérios jornalísticos e empresariais já não favoreciam as pautas dos dominados, não se vislumbra que esse modelo adotado pelas Big Techs o fará. Na verdade, o novo modelo digital de distribuição de informações contribui para o aprofundamento do problema de desinformação.

Se esse modelo é ideal para se ganhar dinheiro com publicidade, talvez a sociedade não tenha muito a comemorar com essa configuração, visto que os *clusters* têm possibilitado a formação das chamadas bolhas⁵⁸, um mundo virtual onde todas as pessoas, cercadas de gente

⁵⁶ Pelo modelo econômico vigente na internet, as plataformas de redes sociais digitais, por exemplo, medem a saúde do seu negócio pelo número de usuários que possuem e pelo tempo que eles passam dentro delas. Esse tempo é, posteriormente, oferecido a empresas que queiram anunciar produtos direcionados a determinados perfis de usuários, atingindo seu público com maior objetividade. Isso significa que, quanto maior a atenção do público, maior o potencial publicitário e maior a chance de se ganhar dinheiro. Dessa forma, quanto maior tempo do usuário dentro de uma plataforma de rede social, maior será a sua exposição a anúncios publicitários a ele direcionados.

⁵⁷ Um *cluster* (do inglês *cluster*: ‘grupo, aglomerado’) consiste em computadores fracamente ou fortemente ligados que trabalham em conjunto, de modo que, em muitos aspectos, podem ser considerados como um único sistema.

⁵⁸ A “bolha” deriva de Filtro Bolha, termo cunhado pelo ativista político americano Eli Pariser (2012), cujo livro *The Filter Bubble* tornou-se best-seller ao explicar o mecanismo da personalização de busca utilizada por

que pensa igual a elas, discutem os mesmos assuntos, têm as mesmas crenças, convicções e opiniões, dando-lhes razão para todas as suas ideias, por mais estapafúrdias que sejam. Esse novo paradigma já afeta os veículos da mídia tradicional, uma vez que, para serem “vistos” pelos algoritmos e para alavancar sua audiência na internet, cujo principal motor de impulsionamento são as redes sociais, tentam se sobressair aos concorrentes buscando estratégias como manchetes sensacionalistas ou ambíguas, matérias caça-cliques, entre outras.

Se por um lado é bom ter uma internet personalizada que, com base no seu histórico e preferências, agilize suas escolhas em sites de entretenimento como *YouTube*, *Netflix* e *Spotify*, que indique automaticamente quanto tempo se leva para chegar ao trabalho e se há algum acidente naquela rota, por outro lado, é perigoso para a cognição que um usuário fique preso em sua bolha de preferências e só tenha acesso a notícias que corroboram sua visão de mundo, sem espaço para o contraditório – como há na mídia tradicional, ainda que restrito – porque as plataformas permitem bloquear tudo aquilo que não confirma o seu viés de pensamento.

O fato de empresas como o *Google* e *Facebook* patrocinarem projetos de checagem de fatos, como o Projeto Comprova⁵⁹, pode ser visto como uma confissão de culpa e uma tentativa de “consertar a cerca depois que o bode invadiu o milharal”, pois, se por um lado, é elogiável o patrocínio desse tipo de iniciativa, por outro, é fato que foram essas mesmas empresas e sua política opaca em relação aos algoritmos que permitiram que se chegasse aos níveis estratosféricos de desinformação a que hoje se assiste.

1.4. Afinal, por que é preciso manipular a informação?

Chegamos à conclusão de que qualquer mediador da informação que nos chega tem o poder de distorcer ou não a realidade factual e pode nem ser por maldade. Primeiro porque nós não a presenciamos, segundo porque quem está nos contando o fato, relatando o acontecimento, o faz por meio de sua perspectiva, visão de mundo, enquadramento ideológico etc. Por meios das perspectivas de Milton Santos, Noam Chomsky e Edward Herman observamos que parte considerável da mídia estadunidense (e possivelmente da mundial, pautada por ela) sofre com a influência dos interesses do grande capital, do qual são aliados,

ferramentas modernas de pesquisa como *Google*, *Facebook* e *Yahoo* que filtram, através de um algoritmo, os resultados de busca de acordo com as informações dos usuários.

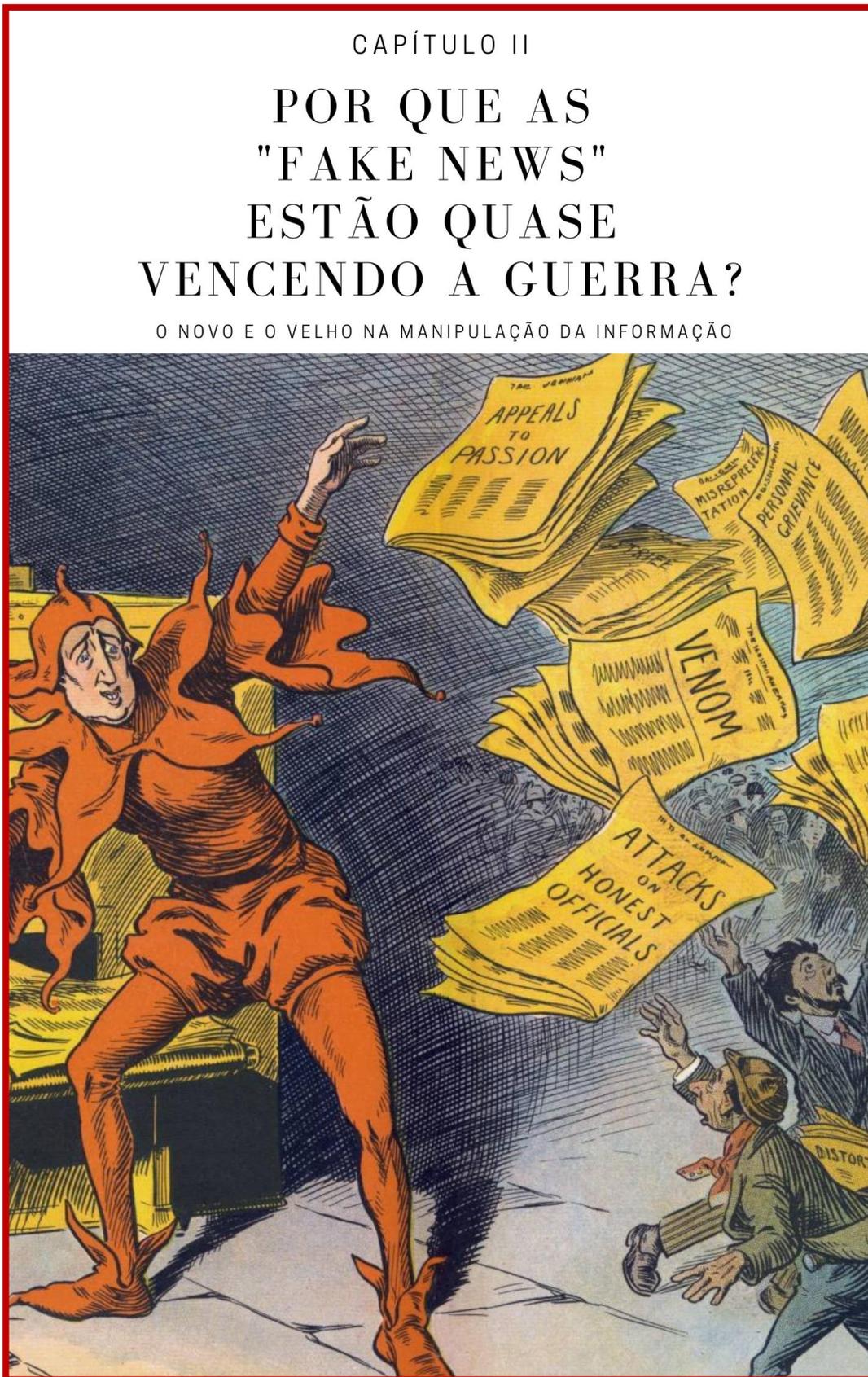
⁵⁹ O Google News Initiative e o Facebook Journalism Project deram apoio financeiro ao Comprova para ajudar a treinar os parceiros, contratar equipe de suporte administrativo e editorial e permitir que redações com menos recursos participem ativamente do projeto ("FAQs - Como o Comprova é financiado?", 2018).

refletindo isso em sua cobertura dos fatos, utilizando-se de sua aparente independência para legitimar os valores e ideias da classe dirigente para a classe dominada. Por isso, não é de hoje que na grande maioria das vezes a opinião pública não é a opinião do público, mas sim de uma elite de dirigentes.

Por fim, se mesmo a informação histórica (que equivocadamente alguns consideram “consensual”) é objeto de disputa, o que dizer das informações relacionadas à política, à economia, entre outras, cuja circulação interessa a grupos e indivíduos, quando não a nações? Nesse contexto, o que é desinformar? É divulgar uma versão não oficial dos fatos? É criar uma versão dos fatos? Quanto a revista *Veja* desinforma quando descreve os integrantes do MST como bandidos? Quanto o Grupo Globo desinforma quando normaliza a desigualdade para os mais pobres por meio da desigual verba para alguns clubes do futebol? Tentar qualificar como desinformação apenas a informação veiculada pelas novas mídias é uma estratégia (eficaz?) dos donos da mídia tradicional para se isentar de manipulações históricas, de seu papel fundamental na sustentação do sistema hegemônico atual e ainda se passar por heróis ao defender a sociedade dos “mentirosos da internet”.

É preciso combater a escalada da desinformação que assola o mundo, mas não se pode esquecer que o que está em disputa na psicosfera é a primazia de quem manipula os fatos em prol do sistema hegemônico vigente. A classe dominada não está no radar. Nunca esteve. Possivelmente, nunca estará. Na realidade, não existem heróis nem vilões. Mas uma mistura dos dois... A sociedade é diversa e contraditória. Por este motivo é importante a Educação e Letramento Midiático, a ser desenvolvido no capítulo IV, para melhor entendimento da realidade, numa perspectiva crítica e analítica.

2. CAPÍTULO II - POR QUE AS "FAKE NEWS" ESTÃO QUASE VENCENDO A GUERRA?

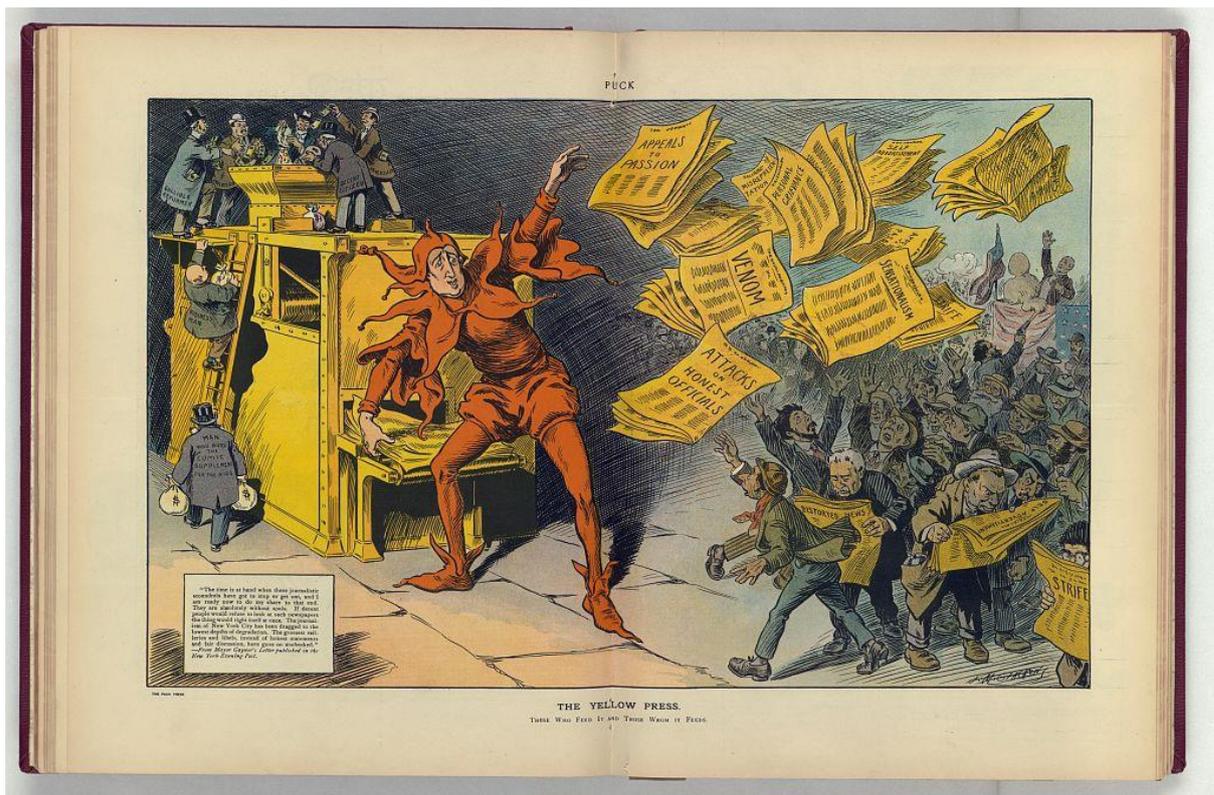


O sol⁶⁰ nas bancas de revista
 Me enche de alegria e preguiça
 Quem lê tanta notícia?

Eu vou
 Por entre fotos e nomes
 Os olhos cheios de cores
 O peito cheio de amores vãos

Caetano Veloso
 Alegria, Alegria (1967)

Figura 19: A Imprensa Amarela: a ilustração de capa do Capítulo II mostra William Randolph Hearst como um bobo da corte, jogando jornais com manchetes como apelos à paixão, veneno, sensacionalismo, ataques a funcionários honestos, contendas, notícias distorcidas, queixas pessoais e deturpação



Fonte: (GLACKENS, 1910). Publicado por Keppler & Schwarzmann. Biblioteca do Congresso dos EUA.

⁶⁰ Em uma crônica, Ruy Castro (2007) sugeriu que “o sol nas bancas de revista” poderia se referir ao jornal O Sol, periódico que circulou do Rio de Janeiro, em formato tabloide, entre setembro de 1967 e janeiro de 1968 sob o comando de Reynaldo Jardim e dos editores Zuenir Ventura e Ana Arruda Callado. Segundo o próprio jornalista, “Alegria, Alegria” foi lançada no Festival da Record de 1967, a 14 de outubro, porém a inscrição da canção para esse festival foi em 26 de julho daquele ano, data em que o jornal ainda não circulava.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009) relata numa palestra que aos 19 anos, quando se mudou para os EUA a fim de estudar, sua colega de quarto estadunidense teve dificuldade em compreender como ela falava tão bem o inglês (não sabia que essa era a língua oficial da Nigéria) e perguntava sobre sua cultura “tribal”, acreditando que ela não sabia usar um fogão. A autora conclui que a estudante sentiu piedade dela ou “um tipo de arrogância bem-intencionada” antes mesmo de conhecê-la porque percebia uma única história sobre a África, uma versão de catástrofes, com pessoas incompreensíveis que lutam guerras sem sentido, morrem de pobreza e AIDS, incapazes de falar por elas mesmas e esperando serem salvos por um estrangeiro branco e gentil⁶¹.

Ainda para Adichie, existe uma tradição de contar a história da África subsaariana como sendo um lugar negativo, de diferenças e de escuridão. Fazendo um paralelo, não seria esse o mesmo processo que leva parte da população a associar pessoas do Oriente Médio ao terrorismo? Ou pessoas oriundas do Nordeste brasileiro à miséria? Ou ainda, os negros brasileiros a profissões de baixa qualificação (na melhor das hipóteses) ou à delinquência (na pior)? Existiria uma estratégia de se (re)contar, repetidamente e por meio de diferentes fontes, a história de um povo como sendo uma coisa só, apesar de sua complexidade? A quem interessa a perspectiva única sobre os povos sem o reconhecimento natural de sua diversidade cultural?

São as estruturas de poder que definem quais, quantas, como serão contadas as histórias e quem as contará. Para ficar no continente africano, por exemplo, eu posso contar a história enfatizando o fracasso econômico do continente ou posso ter o foco na criação colonial do estado africano, na Partilha da África⁶². Não é uma escolha casual! Ela parte de um lugar de poder. Ou seria outro motivo de a história sobre aquele continente que hoje circula – em boa parte dos livros didáticos escolares nas escolas brasileiras – trazer uma perspectiva eurocentrista do negro, da África e das consequências escravagistas? Óbvio que é porque ela ainda é escrita por historiadores brancos europeus ou por seus descendentes brasileiros que leram historiadores brancos e europeus.

E essa abordagem negativa da africanidade é tão enraizada que não se consegue mudar nem com o peso de uma legislação. Falo especificamente da Lei Federal brasileira nº

⁶¹ O perigo de uma única história (*The danger of a single story*, original em inglês), palestra apresentada no Ted Global 2009, realizado em Oxford, no Reino Unido. A escritora é atualmente reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras da literatura africana e já publicou pelo menos seis livros (romances e não ficção), entre eles *Sejamos Todos Feministas* (2014) e *Para Educar Crianças Feministas – Um Manifesto* (2017).

⁶² Esse é o nome pelo qual ficou conhecida a divisão do continente africano durante o século XIX e que finalizou com a Conferência de Berlim (1884-1885).

10.639 de 2003⁶³ que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, ou seja, abordar a questão da africanidade a partir de outro lugar que não apenas o da escravização de seres humanos. Apesar dos avanços inequívocos conquistados como a formação de professores e a aquisição de novos materiais didáticos sobre a história da África e dos brasileiros afrodescendentes, há inúmeros entraves para que essa outra perspectiva histórica chegue de fato na sala de aula. Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*⁶⁴ informa que 18 anos depois de a lei federal entrar em vigor, ainda havia resistência de parte dos gestores de escolas (leia-se Secretários de Educação, Diretores de Escola etc.) para implementar nos currículos escolares o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. Alguém acredita que essa resistência é técnica ou administrativa? Alguém quer, de fato, combater os erros dessa história que não nos foi contada ou o foi de forma distorcida, sem considerar os pontos de vista dos vencedores e dos vencidos?

Neste segundo capítulo passo a discutir a efetividade do combate à desinformação: o que há de novo e o que há de velho no fenômeno da desinformação? O que tem sido feito para se combater o fenômeno? Apenas as “*fake news*” são um perigo para a Democracia e para a Saúde ou a manipulação histórica da informação deveria receber o mesmo status e ser combatida da mesma forma?

2.1. Manipulação e Desinformação

O historiador brasileiro Leandro Karnal entende que as chamadas “*fake news*” fazem parte de um exercício de busca pelo poder, pois, na maioria dos casos, estão envoltas por interesses políticos, culturais, de hegemonia e de controle da opinião das pessoas:

Mas agora nós vamos entrar num campo muito curioso, muito interessante que é a manipulação da fama, a manipulação de dados, a manipulação de fatos para produzir algo que tenha por objetivo direto a destruição de uma reputação de uma pessoa, de uma pretensão política. Então, *fake news*, em primeiro lugar, trata de um exercício de poder, de um exercício de busca de poder ou atacar quem está no poder ou justificar um grupo que pretende o poder e fazer vencer uma versão. Uma versão hoje bastante controlada, sistemática, na qual as pessoas querem fazer uma bomba direta contra seu inimigo político ou contra seu inimigo direto nesse jogo direto de controle das versões. Muito antigo, muito tradicional nas sociedades (KARNAL, 2019, de 5 min. 32 seg. a 7 min. 07 seg.).

Evidentemente, é legítimo o embate pelo domínio da psicosfera na disputa pelo poder, no entanto, para o bem da Democracia é importante que haja um debate “limpo”, ou seja,

⁶³ Alterada pela **Lei nº 11.645/2008** que incluiu a história e cultura do povo indígena.

⁶⁴ **FOLHA DE S. PAULO**. Lei de ensino da história africana faz 18 anos com desafios para sair do papel. 21 nov. 2020 (SIMÕES, 2020).

utilizando argumentos com informações factuais para embasar seu raciocínio. Mesmo que discordemos de uma opinião, se ela for dada com base em premissas verdadeiras, ela merece lugar na esfera pública. No entanto, o argumento falacioso é desonesto, porque parte de falsas premissas e, por isso, chega a conclusões lógicas, porém irreais.

No senso comum das mídias sociais, muito se fala que “Você tem que respeitar a minha opinião!”. No entanto, se a sua opinião partir de falsos conceitos, eu até posso respeitar, mas não darei o mínimo valor. Quando se está no sofá da sala, muitas vezes protegido pelo anonimato das mídias sociais, uma opinião infundada pode até ser uma grande bobagem e motivo de piada. O problema surge quando essa pessoa – que dá opinião com falsas premissas – é o Presidente da República e tem o poder de comprar ou não uma vacina que pode salvar milhares de vidas.

Eleita Palavra do Ano⁶⁵ pelo dicionário *Collins* (2017) que o define como “informações falsas, muitas vezes sensacionalistas, divulgadas sob o disfarce de notícias”, o termo *fake news* tem sido designado para caracterizar mentiras, boatos, desinformação, manipulação e até para atacar a liberdade de imprensa. Por isso, concordo com WARDLE e DERAKHSHAN (2017) para quem o termo “*fake news*” é inadequado, ambíguo e simplista para descrever o fenômeno da produção, difusão e consumo de uma gama variada de informações e não dá conta tanto da natureza quanto da escala do problema, como argumenta:

Neste relatório, evitamos usar o termo “*fake news*” por dois motivos. Primeiro, é lamentavelmente inadequada para descrever os complexos fenômenos da poluição da informação. O termo também começou a ser apropriado por políticos de todo o mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura eles acham desagradável. Desta forma, está se tornando um mecanismo pelo qual os poderosos podem reprimir, restringir, minar e contornar a liberdade de imprensa. (WARDLE e DERAKHSHAN, 2017:05)

Por sua vez, a OMS considera como *fake news* “uma informação falsa ou imprecisa cuja intenção deliberada é enganar” (OPAS, 2020:01). Há, no entanto, profissionais da comunicação, como a jornalista Ângela Pimenta, que defendem a ideia de que “se é *fake*, não é *news*”⁶⁶, explicando que a premissa de uma notícia é ela ser verdadeira, o que não aconteceria com as *fake news*, segundo sua leitura. Já o jornalista e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Rogério Christofoletti, vai entender *fake news* como toda uma cadeia

⁶⁵ BBC NEWS BRASIL. 'Fake News' é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico. 02 nov. 2017.

⁶⁶ Essa afirmação foi feita em vídeo do curso “Como desbancar Fake News e não chamá-las mais por esse nome”, de que participei em 2018. Ângela Pimenta foi presidenta do Projor - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, coordenadora-executiva do Projeto Credibilidade e coordenadora do projeto Atlas da Notícia.

de produção e distribuição da desinformação no meio digital, incluindo em sua definição o conceito de pós-verdade:

Fake News não são apenas notícias falsas, mas também plantadas, cultivadas e hipertrofiadas para que desorientem, confundam, enganem. Elas viralizam nas redes sociais, espalhadas por indivíduos desavisados ou interessados e por sistemas automatizados, como *bots* e algoritmos. Alimentam realidades alternativas, que simplesmente não reconhecem os fatos em detrimento de suas convicções e emoções. (CHRISTOFOLETTI, 2018: 62)

Diante desse emaranhado de conceitos e definições, é importante traçar alguns limites. O jornalista vai também admitir, ao formular o conceito de manipulação da informação, que esse é um conceito problemático e que pode ser tensionado tanto no plano da ética do jornalismo quanto no da crítica de mídia: “Manipular uma notícia é distorcer, não ser fiel ao fato de origem, enganar, omitir, inverter, mentir” (Ibidem:59). Para o autor, muitas vezes, parte-se do ultrapassado conceito de que o jornalismo é o espelho da realidade⁶⁷, isto é, que a informação está dada pela realidade e que a interferência é indício de manipulação.

Ora, qualquer um que já tenha pisado numa redação, sabe que uma das etapas do fazer jornalístico é justamente a seleção das notícias que serão publicadas ou não pelo veículo, ato que, por si só, não pode ser considerado manipulação, desde que haja critérios claros e equânimes para todos os cortes. Diante disso, o autor parte para definir mais assertivamente sua concepção de manipulação da informação:

Para Erbolato (1985), a manipulação da informação acontece quando a notícia tem um tratamento tendencioso ou objetiva mostrar tão somente alguns aspectos. Assim, o fazer jornalístico estaria sofrendo interferências de caráter político para atender interesses particulares em detrimento do interesse da coletividade. Isso sedimenta a ideia de que a manipulação é uma ação deliberada, planejada, premeditada ou resultado da convicção de que é preciso intervir. Não é um ato inadvertido. (CHRISTOFOLETTI, 2018: 60)

Esse conceito se aproxima daquele descrito por WARDLE e DERAKHSHAN (2017) que consideram a intencionalidade do produtor para classificar a Desordem da Informação em três grupos: *disinformation* (informação maliciosa), criação deliberada de mentiras para atingir um objetivo; *misinformation* (desinformação), o compartilhamento impensado de informação falsa ou não factual; e *malinformation* (má-informação) é uma informação verdadeira usada para prejudicar, seja movendo informações privadas para a arena pública ou usando as afiliações das pessoas, como sua religião, contra elas.

⁶⁷ Teoria do Espelho: Concebe o jornalismo como um contrapoder e o seu produto é apresentado como sendo uma transmissão não expurgada da realidade, um espelho, ou seja, as notícias refletem pura e simplesmente a realidade. (TRAQUINA, 2005:146)

Mas, será que podemos, a partir do que descrevem Chomsky e Herman (2008), classificar as informações que circularam nos veículos da mídia estadunidense como *disinformation* e os leitores que as distribuíram sem se dar conta das manipulações como *misinformation*? Ou será que tais rótulos servem apenas para veículos de mídias sociais e alternativas?

Portanto, considerando o referencial teórico utilizado, que não se limita aos autores aqui selecionados – para efeito deste trabalho – elaboro as seguintes definições: **Fake News** é uma informação não factual ou imprecisa com ou sem a intenção de enganar, produzida e disseminada por meio do texto jornalístico, utilizando o meio digital, impresso, radiofônico ou televisivo. A **Desinformação**, por sua vez, entendo que é todo processo intencional de influenciar o debate público e/ou amealhar vantagens, sejam elas econômicas, políticas ou de qualquer outra natureza, em favor de alguma ideia ou de um produto utilizando, para isso, informações não factuais.

Os veículos de comunicação, os da mídia alternativa⁶⁸ e os cidadãos nas mídias sociais (recentemente) que têm interesses em determinados temas que circulam no debate público e em vantagens comerciais e políticas diversas, **podem manipular as informações factuais** em favor desses interesses e em detrimento do interesse público, ou seja, podem desinformar. Essa prática é quase tão antiga quanto a própria humanidade com exemplos podendo ser encontrados tanto na história quanto na ficção. O que é velho e o que é novo no fenômeno da Desinformação? É o que passo a discutir de agora em diante.

2.2. O velho

Na Grécia Antiga (1300 – 146 a.C.) havia um grupo de professores itinerantes que percorriam as cidades ensinando, mediante pagamento⁶⁹, a arte da retórica e outros artifícios argumentativos às pessoas interessadas, com o objetivo de introduzi-las à vida política: os Sofistas, praticantes do Sofisma. O termo sofista não corresponde propriamente a uma escola

⁶⁸ Aqui eu considero mídia alternativa como a mídia contra-hegemônica, ou seja, aquela que não está ligada aos interesses ou às tendências políticas dominantes. Discordando, em parte, de Felipe Rodrigues (2019) para quem mídia alternativa é toda mídia que fuja dos meios tradicionais (cinema, jornal, rádio, revista e TV) e que dentro dela está a imprensa alternativa, em sua visão, composta de inúmeros jornais que circularam durante os anos de ditadura militar no Brasil e que se caracterizavam por noticiar os graves crimes praticados no país por aquele regime. Isto é, o que eu considero mídia alternativa ele chama de imprensa alternativa. (RODRIGUES, 2019: 149-150)

⁶⁹ Embora Anaxágoras tenha sido o filósofo oficial de Atenas na época do regime de Péricles, não havia um sistema público de ensino superior, então jovens que podiam pagar por instrução recorriam aos sofistas a fim de se prepararem para as dificuldades que enfrentariam na vida adulta (<https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/sofistas.htm>, acesso em 14 jun. 2022)

filosófica, mas sim a uma prática caracterizada pela defesa de argumentos em que a busca pela verdade não era o objetivo, até porque os sofistas a consideravam relativa, de acordo com o lugar e o tempo em que o homem está inserido.

Assim, o sofisma é uma forma de pensamento que se organiza como método de manipulação, por isso, tem uma conotação negativa dentro da filosofia. Diferentemente da lógica aristotélica – na qual para se chegar a uma conclusão verdadeira, a premissa deve ser verdadeira – o sofisma é intencionalmente construído de maneira equivocada, assimilando e reproduzindo ideias do senso comum, reduzindo o conhecimento à opinião e o bem à atitude. Desse modo, a prática sofista leva seus praticantes a renunciarem à verdade em favor da tentativa de manipular seu interlocutor.

Então, o raciocínio estruturado como sofisma tem uma aparência de verdade para atingir o seu objetivo, que é confundir o interlocutor menos atento e menos preparado⁷⁰. De forma que, como é possível perceber até agora, ainda estamos no século II antes de Cristo e toda a lógica usada para a construção das atuais *fake news* já está posta. Por uma questão de escolha, aqui vou me ater a alguns casos, porém é importante dizer que se tem relatos de notícias não factuais (ou manipuladas) desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e Moderna chegando à Contemporânea⁷¹.

2.2.1. A manipulação para mudar a história

Na história do Brasil, entre tantas histórias, em 1918, há o episódio das cartas falsamente atribuídas ao então candidato à presidência do país, Arthur Bernardes, fato que criou uma tensão importante com o exército. Em 1937, o fictício Plano Cohen, atribuído ao Partido Comunista Brasileiro, foi usado como instrumento político para a implantação de um regime ditatorial, o Estado Novo, sempre com ampla cobertura dos meios de comunicação. Já o escritor brasileiro Fernando de Moraes (2000), vencedor do Prêmio Jabuti em 2001, conta a verídica história de uma seita, a Shindo Renmei, a Liga do Caminho dos Súditos, composta por

⁷⁰ Com exceção dos indivíduos hiperpartidarizados, que já têm uma pré-disposição para a aceitação de um discurso e serão mais bem discutidos no capítulo IV sobre Educação.

⁷¹ São tantas as ocorrências de *fake news* na História que levaria algumas boas páginas desta dissertação. No entanto, deixo os veículos e as matérias correspondentes para quem tiver interesse em conhecer um pouco mais sobre o assunto. EL PAIS. A verdadeira história das notícias falsas. (30 ABR. 2017); EL PAIS. A longa história das notícias falsas (18 JUN. 2018); ENSINAR HISTÓRIA. 10 casos reais de “*fake news*” na história: por que, para que e para quem? (21 OUT. 2018).

imigrantes japoneses e descendentes, que espalhava a notícia da vitória do Japão na Segunda Guerra Mundial e assassinava a quem ousasse discordar dessa versão dos fatos.

O historiador Márcio Tavares D’Amaral, professor da UFRJ, especialista em história da filosofia e da religião, defendeu, em entrevista ao programa Sem Censura (TV BRASIL, 2018:19m 05s a 32m 52s), o conceito de Fake History. Para ele, essa formulação surge em decorrência (e em oposição, concluo) da teoria do Fim da História (defendida por alguns historiadores, filósofos e sociólogos após a queda do Muro de Berlim). A Fake History simula que ainda existe uma história, mas que (acredita o professor) essa simulação é uma mentira. Assim, não há mais uma história ou uma verdade oficial, mas sim, narrativas, pós-verdades, pós-fatos, fatos alternativos etc., cabendo a cada indivíduo construir suas próprias versões dos fatos para reforçar ou não determinadas relações de poder.

2.2.2. Mídia tradicional: a ficção e a dura realidade

A manipulação da informação pela mídia é um evento tão antigo que na literatura europeia do século XIX há obras contendo capítulos inteiros com narrativas descrevendo o uso da mídia para fins de manipular informações. Em *Ilusões Perdidas*, do francês Honoré de Balzac, publicado em 1836, no capítulo “As primeiras armas” (25 da parte II) o editor ensina ao protagonista como manipular um texto, no caso, uma crítica, de modo que os leitores amem ou odeiem um livro. Em *Os Maias*, do português Eça de Queirós, publicado em 1888, nos episódios “A Corneta do Diabo” e “A Tarde” (capítulo XV) os editores dos jornais são descritos como sendo corruptos e parciais, a ponto de publicarem ou deixarem de publicar matérias difamatórias ou críticas positivas, por dinheiro.

No livro *Sherlock Holmes - Um estudo em vermelho*⁷², publicado originalmente em 1887 e primeiro romance dessa personagem, o protagonista e Watson “repassam os diferentes jornais – *The Daily Telegraph*, *Daily News*, *Standard* – e todos contam uma versão falsa do crime que estão investigando, impulsionada por motivos políticos: uns culpam os europeus, outros os estrangeiros, ou os liberais. Nenhum cita uma pista confiável” (ALTARES, 2018).

Fora da ficção, na França do século XVII, surgiram os *Canards*, jornais impressos em formato standard, às vezes ilustrados com gravuras chamativas para atrair os mais crédulos, que circulavam cheios de boatos e notícias não factuais pela cidade de Paris. Sabe-se que durante a Revolução Francesa, a propaganda política disfarçada de notícia, deliberadamente

⁷² DOYLE, Arthur Conan. **Um estudo em vermelho**. FTD Educação, 1954.

falsa, veiculada pelos *Canards* inflou o ódio à família real. Por exemplo, em 1784 publicaram um parágrafo⁷³ sobre um prostituto que prestava seus serviços à Maria Antonieta, rainha da França, que acabou executada em 1793, não por esse motivo, mas pelo contexto histórico, para o qual os *Canards* deram grande contribuição.

Confirma essa passagem histórica o jornalista Heródoto Barbeiro (2017) contando que, durante a Revolução Francesa, a mídia acelerou o processo revolucionário com a derrubada da monarquia, utilizando “notícias verdadeiras ou não”. Ele cita o exemplo do periódico *L'Ami du Peuple* (O Amigo do Povo, em português) produzido por Jean Paul Marat, no qual nem toda publicação era verdadeira e nem se sabia se o autor era mesmo quem assinava o texto. Além disso, posteriormente, verificou-se que nem todas as falas atribuídas ao rei, à rainha, ou ao líder político adversário, tinham realmente saído de suas bocas. Embora parte da população francesa da época fosse analfabeta⁷⁴, as versões orais das informações veiculadas por aquela mídia se propagavam como “rastilho de pólvora”, acrescenta Barbeiro.

Na América, o empresário estadunidense do ramo de editoras, que chegou a ter uma enorme rede com 28 jornais diários e 18 revistas, William Randolph Hearst (1863-1951), cuja vida inspirou o filme *Cidadão Kane* (1941), é considerado o expoente da Imprensa Amarela⁷⁵. Segundo Altman (2014), o magnata era conhecido por usar suas publicações como armas políticas, abusando da manipulação de fatos e gerando escândalos para atingir seus objetivos comerciais e/ou políticos (Figura 19, na p.85). Foi eleito pelo Partido Democrata dos EUA para a Câmara de Representantes por dois mandatos e concorreu à prefeitura da cidade de Nova Iorque e ao governo do Estado de Nova Iorque, perdendo nas duas oportunidades.

⁷³ Em 1788, a cidade tinha 10 jornais diários, 8 que saíam três vezes por semana e 9 semanários, e as notícias que publicavam costumavam consistir em apenas um parágrafo. Os “homens do parágrafo” se inteiravam das fofocas nos cafés, escreviam algumas frases em um papel e o levavam aos impressores, que eram também editores e que normalmente o incluíam no primeiro buraco que tivessem disponível em alguma coluna da pedra litográfica. Alguns gazeteiros recebiam dinheiro pelos parágrafos; outros se conformavam em manipular a opinião pública a favor ou contra uma personalidade, uma obra de teatro ou um livro (DARNTON, 2017).

⁷⁴ Eu não acredito que a não alfabetização e o não letramento são causas primordiais para se acreditar ou não em “fake news”, uma vez que há inúmeros exemplos em contrário. Porém, é fato que a falta de uma leitura crítica acerca daquilo que se lê é um dos fatores para que parte dos leitores sejam manipulados, em todos os tempos.

⁷⁵ A Imprensa Amarela ou o Jornalismo Amarelo (do inglês “yellow press”) é uma expressão estadunidense que surgiu no final do século XIX a partir da concorrência entre os jornais *New York World* (de propriedade de Joseph Pulitzer) e *The New York Journal* (de propriedade de Hearst). Eles haviam entrado em guerra para ter em suas páginas as aventuras de Yellow Kid, a primeira tira em quadrinhos da história. A disputa nos bastidores foi tão pesada que o amarelo do cobiçado personagem acabou virando sinônimo de publicações sem escrúpulos, sensacionalistas e de veracidade duvidosa. Desde então, o termo passou a ser utilizado nos EUA para designar práticas jornalísticas de manipulação dos fatos. No Brasil esse tipo de jornalismo é denominado “Imprensa Marrom” (REVISTA SUPERINTERESSANTE, 2011).

Consta que sua interferência mais consequente nos rumos da história, por meio da manipulação jornalística dos fatos, foi a campanha que culminou na eclosão da Guerra Hispano-americana (1898), em meio à Guerra de Independência de Cuba (1895-1898):

De acordo com Francisco Bermesolo (1962, p.43), em 1896, ele enviou a Cuba um dos seus repórteres “de objetividade mais duvidosa”, Richard Harding Davis, para verificar o que estava acontecendo na ilha. A publicação de montagens com desenhos e fotografias se tornou, a partir de então, frequente, com o objetivo de ilustrar a ‘crueldade’ da dominação espanhola. Segundo Emery (1965, p.467), essas montagens pareciam autênticas e davam, aos leitores, a impressão de veracidade daquilo que os correspondentes noticiavam. As informações do *Journal* fizeram com que outros periódicos de mesma linha também enviassem correspondentes a Cuba, e, em poucos meses, a imprensa amarela criou, nos Estados Unidos, uma predisposição à guerra contra a Espanha, forçando o presidente William McKinley a declarar guerra, após a explosão do encouraçado Maine. O conflito ficou conhecido como a “guerra de Hearst”. (SANTOS, 2009:116-117)

O método “*I make news*” utilizado pelo editor e pela Imprensa Amarela pode ser mais uma vez exemplificado no episódio em que Frederic Remington, então correspondente do *The New York Journal* na ilha, telegrafou a Hearst dizendo que a paz reinava em Cuba, que não haveria guerra e que retornaria aos Estados Unidos. Em resposta, ele recebeu o seguinte telegrama: “Remington, Havana. Queira permanecer. Você enviará as fotos e eu farei a guerra. W. R. Hearst” (EMERY, 1965:467 apud SANTOS 2009:116).

À época, toda a Imprensa Amarela direcionou seu noticiário no sentido de convencer os seus leitores da necessidade da guerra, adotando esse viés na cobertura dos fatos, aproveitando-se da explosão (até então) inexplicada e seguida pelo afundamento do encouraçado Maine no porto de Havana para, sem provas, culpabilizar a Espanha pelo episódio, incitando a opinião pública e pressionando a administração do presidente republicano William McKinley para uma guerra que, segundo Benjamin Beede (1994:148), ele tinha a intenção de evitar. Treze anos mais tarde, uma investigação comprovou que a causa do naufrágio tinha sido uma explosão acidental na sala de máquinas do navio. É sempre bom lembrar que essa guerra trouxe inúmeros dividendos para os EUA, entre eles, o controle temporário sobre Cuba, a autoridade colonial por tempo indeterminado sobre Porto Rico, Guam e ilhas das Filipinas, antigas colônias da Espanha. Nesse sentido, para eles, a cobertura enviesada da mídia não foi de todo mal.

2.2.3. Agendamento e Padrões de Manipulação

A Hipótese do Agendamento, elaborada nos anos 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), sustenta que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística. Como

consequência disso, ela propõe a ideia de que a mídia tradicional pauta o debate público, ou seja, seleciona quais os temas mais relevantes a serem discutidos pela sociedade, relegando os demais a um segundo plano ou até ao esquecimento. Posteriormente, McCombs (2009) vai admitir a possibilidade da existência de um agendamento reverso, isto é, o público seria capaz de influenciar a mídia tradicional, assim como acontece atualmente nos casos em que os assuntos mais comentados nas redes sociais se tornam pauta nas redações. Além disso, a mídia tradicional, na medida em que por dever de ofício precisa cobrir o trabalho dos atores políticos⁷⁶, também pode ser pautada por eles. Portanto, na busca de estabelecer qual tema será debatido pela sociedade e qual será esquecido, há um embate de imposições de agendas entre a mídia tradicional, o público e os políticos.

Conforme discutido no capítulo anterior, Chomsky e Herman (2008), elaboram uma crítica aos meios de comunicação de massa (mídia tradicional), apontando que eles realizam escolhas, ênfases e omissões. Para os autores, no entanto, isto ocorre não por meio de técnicas jornalísticas, mas de propaganda com o objetivo de produzir na população a aceitação de temas inicialmente indesejados por ela, privilegiando determinados interesses, sejam do Estado, sejam de setores da atividade privada, produzindo o que esses intelectuais denominam Consenso Fabricado.

No Brasil, em 1988, Perseu Abramo escreveu um ensaio em que elenca cinco padrões de manipulações observáveis na, então, “grande” imprensa brasileira⁷⁷. O texto foi produzido no contexto das discussões da Assembleia Nacional Constituinte, que escreveu a Constituição Federal de 1988, pondo fim às normas da Ditadura Militar brasileira (1964–1985), época em que a sociedade debatia a democratização dos meios de comunicação, direitos da audiência e controle social da mídia. Assim, Abramo (2016) elenca, a partir de suas observações sobre o comportamento da mídia brasileira, padrões de manipulação, que eu descrevo a seguir, resumidamente:

- A. **Ocultação:** é o deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade;
- B. **Fragmentação:** implica em duas operações básicas: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato e sua descontextualização;
- C. **Inversão:** é o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes (é aplicado depois da fragmentação);

⁷⁶ Eu entendo que o trabalho dos políticos é propor mecanismos (por meio de leis) que criam um modelo de sociedade de acordo com sua ideologia político-partidária.

⁷⁷ O texto é intitulado Significado Político da Manipulação na Grande Imprensa, publicado apenas em 2003. O autor viria a falecer em 1996.

- D. **Indução:** o leitor é induzido a ver o mundo, não como ele é, mas sim como querem que ele o veja;
- E. **Global ou o padrão específico do jornalismo de televisão e rádio:** divide-se em três momentos: o fato é apresentado sob ângulos mais emocionais; há a necessidade de personagens (testemunhas); a autoridade anuncia as providências.

Nessa época, a internet comercial ainda nem existia – ela foi trazida para o Brasil em 1995 – e os sites de redes sociais sequer tinham sido inventados. Nesse sentido, penso que, guardadas as devidas proporções, os padrões podem ser aplicados para a análise da produção da informação que se faz nas mídias sociais. Isso tendo em vista que, parte dela, já é profissional.

2.2.4. Agnotologia: o estudo da produção intencional da desinformação

Figura 20: Homem de negócios vendado em meio a dúvidas: simboliza a situação do cidadão em meio à produção deliberada de desinformação



Fonte: SIphotography. Banco de imagens iStock. 13 mai. 2016. Acesso em 19 jun. 2022.

A desinformação é um mercado tão em ascensão, com uma estrutura tão organizada, que não é de hoje que desperta a atenção de cientistas. Já em 2005, o historiador estadunidense Robert N. Proctor, da Universidade de Stanford, nas diversas palestras que ministrou⁷⁸ e no livro **Agnotologia: a construção e a desconstrução da ignorância** (PROCTOR e SCHIEBINGER, 2008) propôs o neologismo *Agnotology* (Agnotologia), termo que se refere ao estudo dos fenômenos de produção política e cultural da ignorância (ou da desinformação). Proctor chegou a essa definição após analisar documentos⁷⁹ produzidos pela indústria do tabaco em que ela traçava estratégias para driblar os esforços antitabagistas de proibição da propaganda de cigarro nos anos 1960. Entre elas estão a intenção deliberada de produzir informação para

⁷⁸ Agnotology: The Cultural Production of Ignorance. October 7th and 8th, 2005. Stanford University. Disponível em: <https://web.stanford.edu/dept/HPST/AgnotologyConference.html> acesso em 19 jun. 2022.

⁷⁹ Smoking and Health Proposal. Collection: Brown & Williamson. 1969

confundir o público e gerar controvérsias, por meio do financiamento de especialistas e pesquisas.

Na atualidade, o assunto está mobilizando pesquisadores de três grandes universidades de três países diferentes. A Faculdade de Medicina, da USP, em parceria com a Columbia University (EUA) e com a University of Vienna (Áustria) tiveram um projeto selecionado em uma chamada lançada pelo Social Science Research Council of New York, em parceria com a Henry Luce Foundation. O *Viral Agnotology: COVID-19 denialism amidst the pandemic in Brazil, United Kingdom, and United States* (Agnotologia viral: negação da COVID-19 em meio à pandemia no Brasil, Reino Unido e Estados Unidos) vai investigar se o processo de institucionalização do negacionismo (isto é, a entrada das teorias da conspiração e do negacionismo no discurso oficial e nas políticas de Estado) comprometeu a eficácia das medidas de combate à pandemia em países como Brasil, EUA e Reino Unido.

Em entrevista à Agência Fapesp (TOLEDO, 2020), o pesquisador Renan Gonçalves Leonel da Silva, que participa do projeto a partir da USP, ponderou que a desinformação não é uma consequência das redes sociais, pois, a história mostra que em diferentes épocas existem atores e instituições interessadas em disseminar desinformação com o objetivo de legitimar uma determinada agenda de poder ou tirar o foco de algo que não lhes interessa. Ele enfatiza, no entanto, que a tecnologia digital acelera sua disseminação e eleva seu patamar de alcance, possibilitando hoje um impacto muito maior, com o que concordo e já afirmei na introdução desta dissertação.

Sem usar o termo Agnotologia, Naomi Oreskes e Erik Conway (2011), no livro *Merchants of Doubt* (Mercadores da Dúvida) falam sobre como grupos empresariais, desde os anos 1950, financiam cientistas para questionar evidências científicas. Por exemplo, a relação cigarro *versus* câncer de pulmão. Isto teria a finalidade de passar à sociedade a impressão de que há incertezas em relação às conclusões de inúmeras pesquisas. Ou seja, fazem parecer que há um debate aberto sobre o tema. Este livro foi adaptado como documentário pelo diretor Robert Kenner (2014).

Além disso, outra estratégia desses grupos é transformar o consenso científico em debate político, como fez nos anos 1980 o físico Fred Singer, professor de Ciências Ambientais na Universidade da Virgínia (EUA), que negou a destruição da camada de ozônio da atmosfera pelos gases chamados CFCs (clorofluorcarbonos) – descoberta premiada com o Nobel de

química em 1995⁸⁰ – e a relacionou a uma suposta defesa de posições políticas, negando seu caráter científico. O cientista escreveu que se tratava de uma “declaração política” e que a opinião pública sueca até mesmo apoiaria uma “hipotética taxa sobre o carbono para reverter um aquecimento do clima global que ainda não foi detectado (...). Sinteticamente, o país está tomado de uma histeria ambiental coletiva” (LEITE, 2014).

Todos sabemos que uma das características da ciência é estar aberta a mudanças, diante de novas evidências. No entanto, nem sempre sabemos como funcionam as estratégias dos mercadores da dúvida. Mas quais são elas?

- Primeiro é distorcer exatamente o natural grau de incerteza presente em todo estudo científico. Com isso, transforma-se a incerteza em uma grande dúvida que coloque em xeque a credibilidade do próprio estudo;
- Em seguida, trazer para o debate questões de natureza política. Isso faz com que as pessoas passem a aceitar ou a negar verdades científicas com base em suas crenças político-ideológicas. Com isso, incute-se nelas a ideia de que a ciência é uma questão de opinião ou de lado.

Conforme constataram Oreskes e Conway (2011), os questionamentos sobre a relação cigarro x câncer de pulmão e dos gases CFC x destruição da camada de ozônio não tinham como objetivo trazer evidências contraditórias aos achados científicos, mas sim, atrasar as ações governamentais para a resolução dos referidos problemas, o que efetivamente ocorreu e atendeu aos interesses dessas empresas. No caso da indústria do cigarro, isso funcionou porque atrasou a proibição da propaganda de cigarro em pelo menos 40 anos. Se trouxer esse método para os dias atuais, no contexto das mudanças climáticas ou da vacina contra a Covid-19, verifica-se que as personagens e as ferramentas mudaram, mas as estratégias permanecem as mesmas. Os mercadores da dúvida se multiplicaram exponencialmente, mas continuam a atender aos mesmos interesses. Portanto, conhecer toda essa estrutura e organização é fundamental para combater a produção da ignorância, que, apesar de pequena, é barulhenta.

2.3. O novo

2.3.1. A verdade da pós-verdade

O que se observa é não só a emersão de opiniões com base em premissas falsas, mas informações não factuais totalmente descoladas da realidade. Mas, por que isso funciona com uma parte da sociedade⁸¹? Por conta da eleição de Donald Trump nos EUA e da saída do

⁸⁰ Foram agraciados com o prêmio o engenheiro químico Mario Molina e Sherwood Rowland, pioneiros no estudo do tema.

⁸¹ A questão psicológica do porquê as pessoas acreditam em *fake news* será mais bem discutida no Capítulo IV, sobre Educação Midiática.

Reino Unido da União Europeia (o *Brexit*), ambas eleições marcadas pela produção e disseminação de informações não factuais, populariza-se a partir de 2016 o conceito de Pós-verdade (*post-truth*), eleita a palavra daquele ano pelo Dicionário Oxford e definida como “circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais”. O jornalista do Reino Unido, Matthew D’Ancona, que produziu um manifesto em defesa do Iluminismo, da Ciência e do Jornalismo, ameaçados pelo fenômeno da pós-verdade, escreveu um livro sobre o tema. Ele acredita que o que mudou foi a recepção do público em relação ao que dizem os políticos, especificamente:

As mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias. (D’ANCONA, 2018: 34)

A revista estadunidense *Time* produziu uma capa histórica ao perguntar se “A verdade está morta?” numa longa reportagem em que o jornalista Michael Scherer (2017) questiona no título se “O presidente Trump pode lidar com a verdade?”. Esta capa (Figura 21, abaixo) é uma releitura de outra capa histórica da própria revista publicada em 08 de abril de 1966 em que perguntava se “Deus está morto?”, numa discussão teológica sobre o Cristianismo.

Figura 21: Capa da revista estadunidense *Time*: “A verdade está morta?” (em português)



Fonte: Website da revista *Time Magazine* (2017)

No corpo, a matéria desmascara as estratégias do, então presidente dos EUA Donald Trump, afirmando que as inverdades contadas por ele, fosse em sua conta no *Twitter* (@realDonaldTrump, que está banida da rede social desde 08 de janeiro de 2021), fosse nas entrevistas coletivas que concedia na Casa Branca, dão todos os sinais de serem deliberadas e pensadas. A reportagem traz também o depoimento de Bill Adair, criador do site jornalístico de checagem de fatos *PolitiFact*, que ganhou o Prêmio Pulitzer. Para o jornalista, Trump emite conscientemente absurdos que jamais podem ser comprovados com o objetivo de pautar o noticiário, desviando a atenção da imprensa, dessa forma ocupando espaço no debate público e eliminando da esfera pública muitos outros assuntos (espinhosos para seu governo) que poderiam estar sendo discutidos.

Essa tática do político estadunidense, denominada *firehosing of falsehood* (fluxo de uma mangueira de incêndio de falsidades, em português), foi identificada no estudo *The Russian ‘Firehose of Falsehood’ Propaganda Model* (PAUL e MATTHEWS, 2016) sobre a estratégia de propaganda política de Vladimir Putin, atual presidente da Rússia. Resumidamente, consiste na disseminação de um fluxo constante de mensagens (como uma mangueira de incêndio) que impossibilita a defesa de outra perspectiva, a fim de afirmar posições políticas específicas. Fazem parte da estratégia a inserção de polêmicas efêmeras no debate público para confundir milhões de pessoas e de falsidades para consolidar crenças. Ela tem quatro características básicas: “1) alto volume de conteúdo; 2) produção rápida, contínua e repetitiva; 3) sem comprometimento com a realidade; e 4) sem consistência entre o que se diz entre um discurso e outro” (SIMÃO, 2019). Outro problema é que o processo de refutar essas mensagens falsas repetindo-as para poder negá-las, além de ter o efeito de retransmissão, não as enfraquece, muito pelo contrário, pode até reforçá-las, fenômeno que pesquisadores estão chamando de “Efeito Backfire”⁸².

E essa estratégia de mentir premeditadamente é admitida pela própria equipe de Trump, conforme confirma seu ex-assessor Roger Stone⁸³ à *Time*: “Ele entende como tornar algo um problema e elevar a discussão dizendo coisas contrárias, talvez até não comprovadas” (SCHERER, 2017). Ainda segundo a revista, o presidente descobriu algo sobre epistemologia no século 21: a verdade pode ser real, mas a falsidade geralmente funciona melhor. Com base

⁸² Em português, Efeito Tiro pela Culatra, conceito que será devidamente aprofundado no Capítulo IV sobre Educação, no item 4.4.1. “Quando os fatos e os dados atrapalham”.

⁸³ Há um documentário biográfico chamado “Get Me Roger Stone” de 2017, disponível na plataforma de streaming Netflix, que observa a ascensão, queda e renascimento do operador político, um player influente da equipe de Donald Trump há décadas, segundo sinopse da plataforma.

nisso, defendeu a produção de “fatos alternativos”, por exemplo, que qualquer veículo que criticasse sua gestão produzia *fake news* e que Barack Obama havia fundado o grupo terrorista Estado Islâmico.

Isto posto, é possível afirmar que o conceito de verdade está em disputa, como nunca na história. Para Carlos Eduardo Lins da Silva, o termo pós-verdade, que carrega uma “grande carga simbólica, talvez não seja o mais adequado para explicar o fenômeno que enfrentamos” (DA SILVA, 2017: 36). Para o jornalista, a palavra “verdade” tem um poder ideológico, até metafísico que desafia a compreensão humana e que o ideal seria a utilização da expressão “pós-fato” (*post-fact*), criada pelo sociólogo e jornalista Farhad Manjoo⁸⁴ (2008), no livro *True Enough: Learning to Live in a Post-Fact Society* em que o autor discute a necessidade de se aprender a viver numa sociedade que escolhe a realidade em que quer acreditar, uma sociedade pós-factual.

Embora eu tenda a concordar com Lins da Silva, nesta dissertação vou manter o uso de pós-verdade, porém vou adotar informação factual em lugar de “verdadeira” e informação não factual em lugar de “falsa”. Apesar disso, para os testes com os alunos, mantive notícia verdadeira e falsa, dado que uma mudança de termos acarretaria a explicação de seus conceitos, procedimento que carece de uma formação com os alunos, tempo de que não dispunha.

2.3.2. O mercado da desinformação

Conforme tratado no capítulo anterior (no item 1.3.2.), a Economia da Atenção é o modelo de negócio vigente para o mercado das Big Techs que, a despeito de se posicionarem como empresas de tecnologia, são, na prática, empresas de comunicação. Existe uma frase atribuída⁸⁵ ao jornalista americano Charles Anderson Dana (1819-1879) para definir o que é notícia: “Quando um cachorro morde uma pessoa, isto não é notícia. Mas quando uma pessoa morde um cachorro, isto é notícia” (BOAS, 2008:370). Esse conceito transportado para o contexto da era digital dos algoritmos faz com que os veículos de mídia, para alavancar sua audiência na internet, cujo principal motor de impulsionamento são as mídias sociais, tentem

⁸⁴ Farhad Manjoo, nascido na África do Sul (1978), é jornalista e autor norte-americano que foi redator da revista Slate (2008-2013), colunista de tecnologia no The Wall Street Journal (2013) e no The New York Times (desde 2014).

⁸⁵ Essa frase também é atribuída a Alfred Harmsworth, 1º visconde *Northcliffe* (1865-1922), um magnata do jornal britânico, e a John B. Bogart (1848-1921) editor do *New York Sun*.

se sobressair aos concorrentes buscando estratégias como manchetes sensacionalistas ou ambíguas, matérias *clickbait*⁸⁶, entre outras.

Por sua vez, o público sempre reage de maneira emocional às matérias extremas: os favoráveis vão achar engraçado e os opositores vão sentir ódio. Uma vez que os algoritmos premiam o engajamento e não qualificam as reações (positivas ou negativas), esses dois públicos vão alavancar sua popularidade na rede, pois, quem não gosta da matéria faz tanta propaganda para ela quanto quem gosta. O jornalista Marcelo Soares (2018) explica que o fato de os algoritmos premiarem o engajamento está ligado ao fenômeno de que nada engaja tanto quanto reações extremas, por isso, segundo ele, informações não factuais vão tão bem nas redes sociais pois, quem as escreve tem conhecimento desse componente emocional do público e conta com essa reação visceral, dado que, a qualquer fato que não o extremo, o público reage pouco e não se engaja.

Essa compreensão é ratificada por um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), publicada na revista americana *Science*, revelando que informações não factuais têm 70% mais chances de viralizar do que as factuais, uma vez que, em sua essência são mais sensacionalistas, polêmicas e mexem com a curiosidade das pessoas:

Enquanto histórias falsas inspiraram medo, repulsa e surpresa nas respostas, histórias verdadeiras inspiraram antecipação, tristeza, alegria e confiança. Ao contrário da sabedoria convencional, os robôs aceleraram a propagação de notícias verdadeiras e falsas na mesma proporção, implicando que as notícias falsas se espalham mais do que a verdade porque os seres humanos, não os robôs, têm maior probabilidade de espalhá-la. (VOSOUGHI et al., 2018:1146)

Diante disso, é possível deduzir que os conteúdos desinformativos tenham um alcance tão grande nas plataformas de mídias sociais porque esse paradigma esteja na mente dos programadores dos algoritmos, uma vez que estes mostram sempre “o homem mordendo o cachorro”.

Mas, por que esse mercado se tornou lucrativo? Sabe-se que o usuário de internet (na esmagadora maioria dos casos) não paga para consumir conteúdo online, que seus produtores precisam sobreviver economicamente dessa produção e que a quase totalidade de sua renda é proveniente de anúncios. Some-se a isso a enorme facilidade para se exibir essa publicidade, posto que, não é preciso aderir a contratos com empresas anunciantes, mas

⁸⁶ Termo em inglês que significa “isca de cliques” ou “caça-cliques”. Trata-se de uma forma de publicidade enganosa na internet que tem como objetivo central gerar cliques e alavancar a receita da divulgação online.

simplesmente instalar softwares, como o Google AdSense, que carregam automaticamente anúncios (de uma carteira de clientes da *Google*) que são exibidos e pagos (centavos de real) a cada vez que alguém acessa um conteúdo. Assim, se o site tiver milhares de visitantes, seu proprietário pode ganhar muito dinheiro, mesmo em situações em que recebe críticas negativas ao trabalho, pois, o que vale é a quantidade de visualizações e não a factualidade do conteúdo⁸⁷.

2.3.3.O Ecossistema da Desinformação

Conforme discutido no Capítulo I, no item 1.3.2 (O filtro digital), a internet deu escala a um fenômeno antigo que vem desde os sofistas: a manipulação na transmissão dos fatos para se obter vantagens diversas. O novo foi a chegada das mídias sociais com a possibilidade de qualquer pessoa produzir e disseminar uma informação, fazendo-a chegar a milhares de pessoas (algo que democratiza a informação e os vieses existentes), podendo-se dizer que o que está em disputa agora é o controle da narrativa, do debate público, antes monopolizado pela mídia tradicional.

O problema surge quando essas novas ferramentas passam a ser dominadas por grupos pouco interessados em democracia e ávidos por poder, tanto quanto os barões da mídia tradicional, com o agravante de que, por não serem empresas estabelecidas e reguladas por órgãos externos (ainda que se saiba que eles pouco podem fazer) ou pelo Estado, em nome da “liberdade de expressão”, a comunicação social virou um vale-tudo, um salve-se quem puder em que a maior vítima é o cidadão, aviltado em seu direito humano à comunicação.

Hoje, pode-se afirmar que existe um Ecossistema da Desinformação que é formado por uma ampla cadeia de produção e disseminação de desinformação, dependendo uns dos outros e interagindo entre si, cuja maior “virtude” é fazer parecer ao usuário comum que é natural e despreziosa, que é impulsionada pela “vontade” das pessoas comuns, que não é profissional nem milimetricamente pensada. Recentemente, a professora Leda Gitahy⁸⁸ também

⁸⁷ **UOL**. Alexandre Garcia lucrou quase R\$ 70 mil com fake news, diz relatório do *Google*. (Daniel Castro, 12 jun. 2021); **THE INTTERCEPT BRASIL**. Como o *YouTube* se tornou um celeiro da nova direita radical (Yasodara Córdova, 09 jan. 2019).

⁸⁸ Leda Gitahy é professora do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) Instituto de Geociências (IG) da Unicamp e uma das coordenadoras do Grupo de Estudo da Desinformação em Redes Sociais (EDReS),

se referiu a um Ecossistema da Desinformação, no contexto do combate à infodemia⁸⁹ da Covid-19:

Existe um ecossistema que usa a desordem da informação em seu favor e a provoca ativamente. Ele é intencional, organizado e tem muito dinheiro. (...) As mensagens que viralizam nas nossas redes sociais não têm a espontaneidade que aparentam. Elas são cuidadosamente construídas, usando estratégias de marketing e contam com uma base de lançamento estruturada, o que possibilita sua difusão rápida e articulada. Desde o início da pandemia este mecanismo tem se utilizado de narrativas de negação da doença, que minimizam sua capacidade de transmissão ou letalidade e prometem curas milagrosas.” (VILLEN, 2020).

A expressão tem sido usada no Brasil pelo Projeto Credibilidade⁹⁰, com base na publicação de Wardle e Derakhshan (2017), autores que analisam o fenômeno da desinformação em profundidade, desde a definição de conceitos à formulação de recomendações. Podemos falar em ecossistema porque, assim como naquele descrito por Tansley (1935), ele é um sistema em que vários agentes sobrevivem intrinsecamente ligados uns aos outros e dependentes entre si. A Figura 22 (abaixo), já citada na Introdução, ilustra os “elementos” que atuam em três diferentes “fases” de produção intencional da desinformação: 1. Criação (pelo agente): momento em que o conteúdo não factual é produzido com base em dados da realidade ou não; 2. (Re) Produção (da mensagem): momento em que a mensagem é adequada aos diversos tipos de mídia; 3. Distribuição (pelo intérprete): momento em que o conteúdo é distribuído (por pessoas ou bots⁹¹), não aleatoriamente, mas direcionando cada mensagem específica para um público, identificado por meio de microdados (caso Cambridge Analytica⁹²), de modo que essas mensagens, em seus diferentes formatos, sejam recebidas de modo a personificar a desinformação.

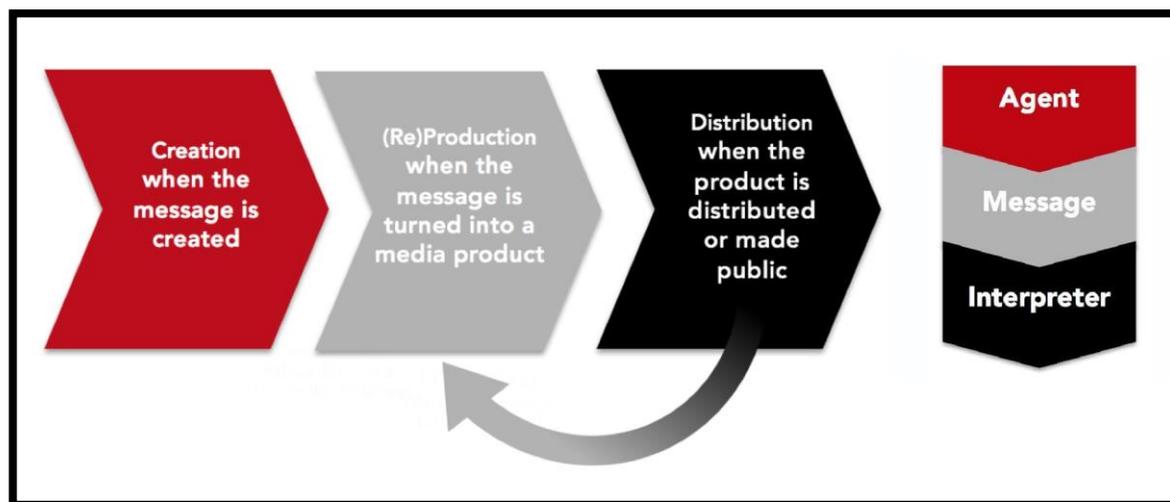
⁸⁹ Utilizamos aqui a terminologia da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) que entende a Infodemia como sendo um fenômeno em que há “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (OPAS, 2020, p.01).

⁹⁰ **CREDIBILIDADE.ORG.** O Projeto Credibilidade é o capítulo brasileiro do *The Trust Project*, iniciado nos Estados Unidos em 2014 pela premiada jornalista americana Sally Lehrman, ex-diretora do programa de ética em jornalismo da Universidade de Santa Clara no Markkula Center for Applied Ethics. No Brasil, é realizado por meio de uma parceria entre o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), sob coordenação dos jornalistas Francisco Rolfsen Belda, presidente do Projor e docente da Unesp, e Ângela Pimenta, diretora de operações do Projor.

⁹¹ Que serão mais bem discutidos no próximo item 2.3.4 sobre inteligência artificial.

⁹² **BBC NEWS BRASIL.** O caso Cambridge Analytica envolve a coleta de informações pessoalmente identificáveis de até 87 milhões de usuários do *Facebook* que a empresa Cambridge Analytica começou a recolher em 2014. Os dados foram utilizados para disparar fake news e influenciar a opinião de eleitores em vários países, como no EUA na eleição de Donald Trump e no Brexit, no Reino Unido, ambos em 2016. (**Facebook admite uso indevido de dados de 87 milhões de usuários, 443 mil no Brasil.** 04 abr. 2018).

Figura 22: As diferentes “fases” e os “elementos” da desordem da informação



Fonte: (WARDLE e DERAKHSHAN, 2017:22/23)

Um desses exemplos é o do publicitário americano Ryan Holiday (2012), no livro *Acredite, Estou Mentindo*, que descreve como ele influenciou a pauta dos veículos de maior prestígio no mundo plantando informações não factuais, controlando manchetes e espalhando boatos, por meio de sites de pouca credibilidade. Outro vem da Rússia, onde, em uma empresa criada em 2014, centenas de pessoas contratadas tinham a função de produzir e distribuir, via internet, boatos disfarçados de notícias favoráveis ao Kremlin (BONET, 2018).

No Brasil, em 2018, havia uma verdadeira fábrica de *fake news*, o *Notícias Brasil Online*, que controlava 02 sites e 20 páginas no *Facebook* com mais de 1,5 milhões de usuários, ficando em 3º lugar em um ranking⁹³ de acesso, perdendo apenas para o portal G1, do Grupo Globo, e para a *Veja*, do Grupo Abril, verdadeiros conglomerados de comunicação (CAESAR, 2018). A esses exemplos poderíamos somar outros tantos, porém, o importante aqui é ressaltar a existência de uma indústria da desinformação que ganha muito dinheiro com ela, seja na própria internet, seja vendendo produtos alternativos, como é o caso de sites que combatem as vacinas, mas que sempre têm um comprimido para oferecer ao usuário negacionista, além, é claro, dos dividendos políticos que se pode amealhar com tal prática.

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* (MARTINS, 2017), uma análise feita pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai)⁹⁴ da USP,

⁹³ O ranking – produzido pelo projeto de pesquisa Monitor do Debate Político no Meio Digital, coordenado pelo professor Pablo Ortellado – leva em conta o nº de vezes em que algum link do site tenha sido compartilhado nas quatro maiores plataformas de redes sociais: *Instagram*, *Twitter*, *YouTube* e *Facebook*.

⁹⁴ O Gpopai é um grupo criado em 2006 para pesquisar alguns âmbitos da interface digital e entender como as redes poderiam interferir na questão dos direitos autorais e na privacidade das pessoas. Atualmente, conta com 12

projetou que cerca de 12 milhões de pessoas difundem notícias não factuais sobre política no Brasil. O grupo da USP monitorou 500 páginas de conteúdo distorcido ou falso em junho daquele ano e, se considerada a média de 200 seguidores por usuário, o cientista político Pablo Ortellado, coordenador do grupo, argumenta que, em tese, o compartilhamento de desinformação pode alcançar toda a população brasileira (ou 207 milhões de pessoas, segundo dados de 2017 do IBGE), partindo do pressuposto que todos tivessem acesso à internet e às redes sociais, o que efetivamente não acontece.

Alexandre Botão (2019), em palestra no TEDx Porto, explica que existe todo um universo fake que alimenta as *fake news*. O jornalista denuncia a existência de sites gratuitos na internet em que se pode criar perfis falsos com uma imensa quantidade de detalhes, desde o CPF até o número do cartão de crédito. Esses perfis vão integrar as *click farms*⁹⁵ (ou fazenda de cliques, em português), cujas tarefas são vendidas para empresas e personalidades interessadas em inflar o número de curtidas em suas publicações, seguidores em seus perfis e páginas, comentários, visualizações no *YouTube* e até recomendações no *LinkedIn*. Esse exército *fake* pode, obviamente, disseminar notícias não factuais, dependendo da encomenda que for recebida e do valor acordado.

Em 2019, na Tailândia, a polícia desativou uma fazenda de cliques, prendeu três homens chineses e apreendeu 400 mil chips de celular (Figura 23, abaixo). Num local próximo à fronteira com o Camboja, havia cerca de 500 celulares conectados a um computador encarregados de gerar curtidas para produtos chineses nas redes sociais. “Os homens, com cerca de 20 e 30 anos, disseram aos policiais que foram contratados por empresas chinesas para aumentar as ‘curtidas’ de vários produtos, incluindo medicamentos fitoterápicos, doces e uma empresa de turismo” (ASIAONE, 2017).

pesquisadores de diversos institutos da USP e é o responsável pelo site Monitor do Debate Político no Meio Digital, projeto que busca mapear, mensurar e analisar o ecossistema de debate político no meio digital. Por seu escopo, tem sido o carro-chefe do grupo. (SANTANA, 2019)

⁹⁵ **Fazenda de cliques** ou **click farm** é um tipo de fraude virtual através da qual um grande grupo de pessoas são contratadas para clicarem em links de anúncios online para um fraudador de cliques, também conhecido como fazendeiro de cliques. Como eles não podem fazer isso com seu único perfil pessoal, criam-se perfis falsos com dados falsos, mas que fazem parecer pessoas reais.

Figura 23: Captura de tela do portal de notícias Asione, com o relato da apreensão de chips de celulares



Fonte: ASIAONE (2017)

Por fim, está posto que a complexidade do problema projeta um aprofundamento que não posso fazer neste momento. No entanto, cabe enfatizar que um debate que se dá a partir dos fatos e não de teorias da conspiração é uma das bases da democracia, uma vez que ideias surgidas a partir do não factual serão ideias falaciosas, mesmo que tenham lógica. Nesse sentido, o Ecosistema da Desinformação destrói as bases da Democracia porque tenta agendar debates que interessam às suas bolhas com vistas a amealhar dividendos políticos e econômicos. Como disse no fim do Capítulo I, existe uma disputa para pautar o debate público e sabe-se que os lados não têm interesses nobres, apesar disso, para a mídia tradicional e seus proprietários, a Democracia ainda é um valor a ser preservado, apesar dos problemas que esta apresenta. Não se pode dizer o mesmo dos integrantes do Ecosistema, cujo conteúdo (isso ficou claro nas Eleições brasileiras de 2022) tem levado não poucas pessoas a pedir o fim da Democracia, o que (na escala em que está se dando) é inédito, mas não surpreendente.

2.3.4. Robôs e Inteligência Artificial no Ecosistema da Desinformação

No ano de 2020, o mundo sofreu não só com a pandemia de um vírus desconhecido, o SARS-COV-2, mas com a infodemia que atrapalhou em muito a resposta da sociedade para controlar a transmissão do vírus. Quero citar uma atuação de algoritmos para exemplificar a

dimensão do problema que eles podem causar em termos de desinformação. A história gira em torno da morte de um primo de um porteiro do prédio do narrador, que teria falecido a partir de uma explosão de um pneu e o atestado de óbito teria sido adulterado para Covid-19. Sem entrar na história especificamente, fato é que surgiram vários perfis reproduzindo a mesma história como se fosse o autor original da conversa, conforme mostra a Figura 24 (abaixo).

Figura 24: Bots atuando: perfis automatizados circulam desinformação sobre um homem que teria morrido pelo estouro de um pneu e o atestado teria sido fraudado para atestar Covid-19



Fonte: Reprodução do site de rede social *Twitter*, em montagem produzida pelo site Brasil de Fato (SOUZA,2020)

Para o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Virgílio Almeida (2018), os *bots* (robôs, em português) são algoritmos programados para realizar tarefas na Internet, conforme a definição:

Os robôs, ou, como são conhecidos, os bots, são um tipo específico de programa de computador que realiza tarefas de forma autônoma, a partir de algoritmos. Eles são programados para executar uma série de funções, desde facilitar a navegação na internet até interagir com indivíduos. (...) eles são, na verdade, bem comuns na internet e essenciais para o seu funcionamento (LAGO e MASSARO, 2018:01).

Observando outro relatório produzido pela empresa de segurança cibernética Imperva, em 2013, é possível conhecer melhor a função dos *bots* na internet. Ele mostra que à época, dentre todo o tráfego da internet, apenas 38,5% eram operacionalizados por humanos e 61,5% por não-humanos, ou seja, por meio de *bots*. Dentre esses, 31% eram “*Good Bots*”, que são agentes certificados de software legítimo, como motores de busca e verificadores de versões

de software para atualização, e 30,5%, “*Malicious Bots*”, ou seja, *bots* que recolhem informações de marketing, roubam conteúdos e dados para fins de spam, degradam o consumo de largura de banda para prejudicar os sites ou tiram-nos dos mecanismos de busca, entre outros ataques (ZEIFMAN, 2013). Do que se pode concluir que o tráfego da internet depende do funcionamento dos algoritmos e que eles não são programados necessariamente para o bem ou para o mal, mas para atender aos interesses das empresas de tecnologia.

O estudo *Bots ou não? Um estudo preliminar sobre o perfil dos seguidores dos pré-candidatos à Presidência da República no Twitter* (LAGO e MASSARO, 2018) realizado pelo do Internetlab, produzido durante a pré-campanha eleitoral brasileira de 2018, mostra que, dentre os candidatos à presidência com potencial de voto no mês de junho daquele ano, o senador Álvaro Dias (do partido Podemos) era o candidato com maior percentual de robôs: cerca de 60% dos seus quase 410 mil seguidores eram perfis falsos automatizados. Em seguida aparecia Geraldo Alckmin (PSDB), com 45,8%, Marina Silva (Rede), 36%; Jair Bolsonaro (PSL), 34%; Ciro Gomes (PDT), 32%; Lula (PT), 22%; João Amoedo (Novo) 21%. O candidato com menor percentual de seguidores falsos era Guilherme Boulos (PSOL), com 14%.

Os *bots* podem ser utilizados pelo Ecosistema da Desinformação para automatizar contas e perfis falsos fazendo com que eles se passem por usuários reais nos sites de redes sociais online. Esse tipo de *bot* pode servir para inflar a quantidade de seguidores de determinado perfil e/ou alçar artificialmente um assunto nos *Trending Topics*⁹⁶. É possível ainda programar esses *bots* para seguir pessoas, interagir em debates, publicar e curtir conteúdos de forma orquestrada, conforme demonstrou o estudo “Como robôs podem se tornar pessoas influentes no Twitter?” (MESSIAS et al, 2018) em que os pesquisadores programaram um *bot* no *Twitter* que em 90 dias conseguiu se tornar quase tão influente quanto algumas das celebridades listadas no ranking de influenciadores⁹⁷ do jornal *The New York Times*. Isso pode implicar, por exemplo, em uma manipulação no que diz respeito à política:

No contexto de disputas político-eleitorais, os *bots* podem ser empregados dessa forma para distorcer a dimensão de movimentos políticos, manipular e radicalizar debates, e criar falsas percepções sobre disputas e consensos nas redes sociais. Eles podem fazer parecer que determinada figura é mais popular do que de fato é ou, ainda,

⁹⁶ **HUBSPOT.COM.** Os *trending topics* (TTs) são os assuntos mais comentados do momento na rede social *Twitter*. Eles são elencados a partir das palavras-chave usadas com mais frequência naquela rede social, em várias horas do dia. Seu objetivo é ajudar os usuários a entender o que está ocorrendo de importante no mundo instantaneamente. (CURVELO, Rakky. **Trending topics: o que são e como usar na sua estratégia no Twitter.** 14 out. 2022)

⁹⁷ Nesse ranking constam celebridades como o humorista brasileiro Rafinha Bastos, o rapper americano Snoop Dogg e o ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama.

serem utilizados para replicar discursos em série, fazendo parecer que há uma enorme adesão à uma causa quando não há (LAGO e MASSARO, 2018:01).

Além disso, por meio de Inteligência Artificial (IA) já é possível construir textos 100% falsos, como fez a instituição sem fins lucrativos OpenAI, com sede em San Francisco na Califórnia, que desenvolveu um algoritmo capaz de redigir textos de maneira autônoma, o GPT-2, que pode “gerar narrativas altamente verossímeis”, segundo o jornal *Valor Econômico*. A tecnologia está sendo chamada de “Deepfakes” (falsificações profundas) e considerada um novo marco na produção de “fake news”.

A título de demonstração, ele foi abastecido com as seguintes informações: “Um vagão de trem com material nuclear foi roubado em Cincinnati. Seu paradeiro é desconhecido”. A partir daí o software redigiu um artigo de sete parágrafos, que incluía até citações de representantes do governo. Tudo não passava de um devaneio de *bits* e *bytes*, mas crível. (...) De acordo com a OpenAI, o programa foi treinado com 10 milhões de textos, ou 40 GB de dados, o suficiente para armazenar 35 mil cópias de “Moby Dick” (RYDLEWSKI, 2019).

A IA elevou a montagem de fotos a outro patamar, deixando o Photoshop⁹⁸ para lá de obsoleto, pois, agora é possível formar retratos de pessoas que jamais existiram a partir da fusão de rostos reais. A montagem de vídeo também foi para outro nível: agora é possível criar vídeos falsos a partir de outras fotos e vídeos disponíveis da pessoa. Mesmo a voz que aparece nos vídeos pode ser dublada por um “ator” no método mais tradicional, porém, já existe um software que é capaz de imitar a voz do personagem original a partir do processamento de áudios anteriores proferidos pelo indivíduo. Ou seja, graças à ajuda da IA, a partir de agora, textos, áudios e vídeos podem ser fraudados num outro patamar. Daqui por diante, não será mais confiável dizer “vi com meus próprios olhos” ou “ouvi com meus próprios ouvidos”.

2.4. Como tem sido o combate às “fake news”

2.4.1.A Checagem de Fatos

Os esforços no combate à desinformação não são novos. Nos EUA, a primeira equipe especializada na verificação de fatos de que se tem notícia foi a *Ad Police*, criada em 1991 pelo jornalista Brooks Jackson, da rede *CNN*, cuja tarefa era checar a veracidade das falas dos candidatos à presidência dos Estados Unidos nos anúncios de TV. Em 2003, o mesmo jornalista criou o primeiro site independente de checagem de fatos, o *FactCheck.org*, com a ajuda da Universidade da Pensilvânia e do *Annenberg Public Policy Center*. Em 2007, o

⁹⁸ Adobe **Photoshop** é um *software* caracterizado como editor de imagens bidimensionais. Desenvolvido pela empresa Adobe Systems. É considerado o líder no mercado dos editores de imagem profissionais.

lançamento da seção *Politifact.com*, no *Tampa Bay Times*, deu ao jornalista Bill Adair, o prêmio Pulitzer de 2008. Ainda em 2007, o *Washington Post* lançou o *FactChecker*.

Desde 2015, a União Europeia tem, uma agência ligada ao serviço diplomático, composta por jornalistas e oficiais de governo, dedicada exclusivamente a combater a disseminação de “fake news”. Na Argentina o *Chequeado.com*, na rede desde 2010, é o primeiro site latino-americano dedicado à verificação de discursos e está entre as dez maiores organizações de checagem de fatos do mundo.

No Brasil, desde 2002, há muitos projetos que se dedicam à tarefa da verificação de informações. É o caso do blog *E-farsas.com*^{IV}, criado em 2002 e, mais recentemente, do *Boatos.org*^V, criado em 2013. Entre os veículos da imprensa tradicional, podem-se citar, em 2010, projetos pontuais, como o Mentirômetro e o Promessômetro, da *Folha de S. Paulo* e, nas eleições de 2014, os blogs Preto no Branco, do jornal *O Globo*, e Truco^{VI}, da *Agência Pública*^{VII}. Entre 2015 e 2016, em parceria com o *Congresso em Foco*, essa mesma agência produziu o Truco no Congresso^{VIII}. Há aproximadamente sete anos tem havido no país uma profissionalização maior na checagem de notícias, cujo sintoma é a multiplicação de empresas dedicadas à verificação dos fatos. Ilustram o atual momento o surgimento de agências como a *Lupa*^{IX}, de sites como *Aos Fatos*^X (ambos de 2015) e de editorias como o Uol Confere (2017)^{XI}, do site *Uol Notícias*, e Estadão Verifica (2018)^{XII}, do jornal *O Estado de S. Paulo*, além da continuidade do Truco. Ainda em 2018 o grupo *Globo* cria o Fato ou Fake e é lançado o Projeto Comprova, uma coalizão de 24 veículos, entre os quais, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Revista Veja*, *TV Bandeirantes*, *UOL* e *AFP*, visando a combater a disseminação de rumores e informações não factuais durante a campanha eleitoral daquele ano.

Apesar disso, é preciso ser bastante realista em relação ao papel desempenhado pela checagem de fatos no Ecosistema da Desinformação, conforme discutirei mais aprofundadamente no Capítulo IV sobre suas limitações.

2.4.2. Monitoramento interno das próprias Plataformas de mídias sociais

O fundador e presidente do *Facebook*, Mark Zuckerberg, afirma que os algoritmos da plataforma não classificam as informações em verdadeiro ou falso, mas sim, seus checadores contratados para isso⁹⁹. A plataforma possui checadores de fatos independentes, o “Third Party Fact-Checkers” em diversos países, entre eles, EUA, França, Itália, Filipinas e México, membros

⁹⁹ **TILT / UOL**. Zuck: “Facebook não diz se é verdadeiro ou falso, para isso há checadores”. 22 mai. 2018

da IFCN, que trabalham de forma semelhante, em seus territórios, responsáveis por checar fotos, textos e vídeos de denúncias sobre violência e ódio que circulam nessa rede social¹⁰⁰.

Uma reportagem da *BBC News Brasil* traz o relato de um ex-funcionário que, juntamente com “500 colegas do mundo inteiro passavam dias avaliando denúncias sobre pedofilia, nudez, necrofilia, suicídios, assassinatos, assédios, ameaças, armas, drogas e violência animal publicadas em mais de 10 idiomas” (SENRA, 2017). É interessante saber que as decisões desses moderadores “educam” os algoritmos da plataforma¹⁰¹ “que com o tempo repetem as respostas automaticamente, por meio de recursos avançados de identificação de rostos ou frases ofensivas. ‘Quanto mais ensinávamos o algoritmo, menos nos tornávamos necessários. Nosso trabalho era tornar o nosso trabalho obsoleto’, diz Sergio” (Ibidem).

No Brasil, a plataforma lançou ainda em 2018 a versão brasileira de seu Programa de Verificação de Notícias em parceria com as agências de checagem Aos Fatos e Lupa, a partir da qual elas passaram a ter acesso às notícias denunciadas como não factuais pela comunidade no *Facebook* para analisar sua veracidade. Segundo informações da Agência Lupa¹⁰², a partir daquele momento, os *feeds* de notícias e páginas, cujo conteúdo foi classificado como não factual e que repetidamente compartilhavam esse tipo de notícia, tiveram sua distribuição orgânica reduzida de forma significativa e tiveram todo o seu alcance diminuído.

Em relação ao *YouTube*, seu Diretor de Produto, Neal Mohan, informa que a plataforma remove cerca de 10 milhões de vídeos com conteúdo inadequado por trimestre. Ainda segundo ele, “os vídeos com conteúdo prejudicial representam uma pequena fração dos bilhões de vídeos assistidos no *YouTube* (entre 0,16% e 0,18% das visualizações totais são de conteúdo que viola nossas regras)” (MOHAN, 2021). Sobre as eleições americanas, o executivo afirma que 77% dos vídeos que acusavam fraude eleitoral foram removidos antes de atingir 100 visualizações. No entanto, pesquisas feitas por universidades brasileiras contrariam essas estatísticas, como mostra um estudo do Laboratório de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais (Midiars), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel):

¹⁰⁰ **FACEBOOK.COM.** Como o *Facebook* está lidando com as notícias falsas por meio de verificadores de fatos independentes? Disponível em: <https://www.facebook.com/help/1952307158131536?helpref=related> Acesso em 03 jul. 2022.

¹⁰¹ **ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA.** Referente ao Machine Learning (ou Aprendizado de Máquina, em português), em IA (um assunto dentro da Ciência da Computação), disciplina preocupada com a implementação de softwares de computador que desenvolvem o reconhecimento de padrões ou a capacidade de fazer previsões com base em dados, e então, fazer ajustes sem serem especificamente programados para isso.

¹⁰² **AGÊNCIA LUPA.** Lupa fecha parceria com *Facebook* e vai checar posts feitos na plataforma. 10 mai. 2018.

Ainda que o YouTube tenha anunciado ações para combater o espalhamento de conteúdo favorável a medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento de Covid-19¹⁰³, os nossos resultados mostram que a plataforma acabou favorecendo a propagação de vídeos pró-HCQ. Também analisamos quantos vídeos pró-HCQ seguem disponíveis no YouTube e descobrimos que o número é superior a 90%. Entre os que fazem parte do nosso *dataset*, apenas 20 vídeos pró-HCQ foram removidos por ferir as normas de conteúdo do YouTube e 12 vídeos pró-HCQ estão indisponíveis ou foram tornados privados. Juntos, estes vídeos foram assistidos mais de 4 milhões de vezes. Isto indica que as ações do YouTube foram tardias, já que os vídeos retirados do ar foram visualizados milhões de vezes, e tiveram pouca eficácia, já que a maioria dos vídeos pró-HCQ segue disponível (SOARES et al., 2021).

Outro estudo produzido pelo Grupo de Estudo da Desinformação em Redes Sociais (EDReS), da Unicamp (TOKOJIMA MACHADO et al., 2020), repercutido pela revista *Science*, sugere que o *YouTube* contribui para desconfiança sobre vacinas. A plataforma de vídeos vem sendo denunciada em função de seu sistema de recomendações que privilegia conteúdos extremos e negacionistas, como materiais de extrema-direita, terraplanismo, teorias da conspiração, dentre outros. A pesquisa utilizou uma amostra inicial que continha 158 vídeos, dentre os quais os pesquisadores identificaram 52 em 20 canais com desinformação sobre vacinas. Os resultados mostram ainda que esses canais lucram, apesar da desmonetização dos conteúdos, porque vendem cursos, livros e tratamentos alternativos, solicitam doações por meio de plataformas de arrecadação e depósitos em contas bancárias. Foram identificados ainda anúncios de 39 marcas em 13 vídeos. Entre elas, estão marcas globais como Mobil, Kia, Fiat, Philips, Spotify, Eucerin (Beiersdorf) e Buscopan (Boehringer Ingelheim), além de anúncios dos governos da Índia e do Japão. Do que se pode concluir que é falaciosa a propaganda da empresa de que estaria combatendo a desinformação sobre vacinas.

Já o microblog *Twitter* tem recebido inúmeras críticas de seus usuários por não combater adequadamente a desinformação em sua plataforma. Em janeiro de 2022, as campanhas #TwitterApoiaFakeNews e #TwitterOmisso – que acusam a empresa de conivência com conteúdo não factual relacionado à Pandemia da Covid-19 – receberam cerca de 90 mil menções (ELY, 2022) mobilizando influenciadores da comunidade científica e até envolvendo o Ministério Público Federal (MPF). O movimento teve início quando a plataforma verificou¹⁰⁴ uma blogueira da extrema-direita brasileira citada no inquérito do Tribunal

¹⁰³ CNN BRASIL. *YouTube* remove vídeos que indicam o uso de cloroquina e ivermectina contra Covid. 16 abr. 2021.

¹⁰⁴ O *Twitter* afirma que a verificação “informa às pessoas que uma conta de interesse público é autêntica”. Mas, para obtê-la, o usuário precisa cumprir uma série de requisitos, como respeitar as regras da plataforma (TWITTER.COM, sobre contas verificadas, acesso em 10 jul. 2022)

Superior Eleitoral (TSE) que apura a difusão de desinformação sobre o sistema eleitoral brasileiro, além de ter sido mencionada no relatório final da CPI da Covid-19.

Ao menos até sua compra pelo bilionário Elon Musk (que teria desistido de sua compra, segundo informações¹⁰⁵) a plataforma vinha tentando responder a essa demanda no sentido de combater a desinformação. Em janeiro de 2022 a empresa incluiu o Brasil nos testes de um botão de denúncia contra notícias não factuais, que já vinha sendo realizado desde agosto de 2021 nos EUA, Austrália e Coreia do Sul¹⁰⁶. O *Twitter* tem sido muito criticado pelos usuários pela forma com que tem lidado com o conteúdo não factual sobre a Covid-19 e as vacinas. Nos outros países a plataforma recebeu 3,73 milhões de denúncias referentes a 1,95 milhões de *tweets* publicados por 64 mil contas distintas, dentre os quais, sua apuração mostra que menos de 10% da amostra de *tweets* analisada pelas equipes correspondia a violações às suas políticas. Ainda segunda a empresa, mais de 50% do conteúdo que viola suas regras é identificado por sistemas automatizados (algoritmos) e a parcela restante, a partir do monitoramento contínuo das equipes internas ou do trabalho com parceiros externos.

Desenvolvido na China, o *TikTok* é uma plataforma de mídia social que permite aos seus usuários a criação de vídeos curtos (microvídeos) de 15 segundos a 03 minutos, possui funções de edição, permite a inserção de músicas, efeitos especiais e o compartilhamento com a comunidade. Dados de 2022 mostram que o aplicativo tem 970 milhões de usuários ativos e mais de um bilhão de downloads no mundo (KEMP, 2022). Assim como os demais sites de redes sociais, para manter o usuário engajado, a programação dos algoritmos acaba favorecendo os produtores de desinformação, conforme denúncia feita pela ONG Media Matters for America (LITTLE e RICHARDS, 2021), para quem os algoritmos da plataforma amplificam a desinformação sobre COVID-19 e vacinas.

A ONG estadunidense – que se autocalifica como “vigilante da mídia” – analisou 18 vídeos que totalizaram 57 milhões de visualizações. Dentre os quais havia um com 12,6 milhões de visualizações postado por um usuário com apenas 114 mil seguidores. Esses vídeos afirmam, entre outras coisas, que as vacinas “estão causando um aumento nos casos da Covid-19”, que são parte de um plano de “etiquetar todos os homens, mulheres e crianças do planeta”

¹⁰⁵ **BBC NEWS BRASIL.** Elon Musk desiste de comprar *Twitter* e retira oferta de US\$ 44 bilhões. 08 Jul. 2022.

¹⁰⁶ **BLOG.TWITTER.COM/PT.** Uma atualização sobre denúncias de potencial desinformação no *Twitter*. @TwitterSeguroBR. 17 jan. 2022. Disponível em: https://blog.twitter.com/pt_br/topics/company/2022/uma-atualizacao-sobre-denuncias-de-potencial-desinformacao-no-tw Acesso em 10 jul. 2022.

com microchips e que “crianças e idosos que não forem vacinados serão retirados de forma permanente de seu lar”.

Ainda em outubro de 2020, nos EUA, o *TikTok* informou em seu blog (BETTADAPUR, 2020) que deu início ao *Asia Pacific Fact-Checking Programme* (Programa de Verificação de Fatos da Ásia-Pacífico, em português) em parceria com as agências de checagem de fatos *Agence France-Presse* (AFP) e *Lead Stories* para verificar os conteúdos denunciados por usuários¹⁰⁷. A plataforma prometeu que a partir daquele momento as informações confirmadas como não factuais ou enganosas seriam removidas. No mesmo ano, anunciou que ampliaria suas parcerias com as agências de checagem de fatos estadunidenses *PolitiFact* e *Lead Stories* para verificar possíveis informações falsas sobre a eleição presidencial naquele país, além de permitir que usuários denunciem informações incorretas.

No Brasil, em julho de 2020, o *TikTok* removeu 29 mil vídeos com informações não factuais sobre a Covid-19 (TECMUNDO, 2021) e em 2021 anunciou uma parceria com agências de checagem de fato brasileiras para apurar a factualidade dos conteúdos compartilhados em sua plataforma (G1, 2021). Assim como nos outros países, quando fosse detectada a não factualidade, a postagem seria deletada e, nos casos em que não se chegasse a uma conclusão, o usuário receberia um aviso de que a informação não tinha sido verificada.

A pesquisa *Fake News: como as plataformas enfrentam a desinformação* (BARBOSA et al., 2020), realizada pela Intervozes traz conclusões interessantes para se analisar o trabalho dessas empresas no combate à desinformação. A primeira delas é a baixa transparência em relação às medidas que tomam em relação ao problema. Outra é de que as medidas existentes não são apresentadas de maneira organizada e as informações estão dispersas em diversas seções de seus sites. O levantamento também detectou a ausência de um balanço das ações realizadas pelas plataformas, o que dificulta compreender qual o impacto efetivo das medidas por elas tomadas. Em resumo, pode-se dizer que a Intervozes constatou que essas Big Techs:

- Não apresentam políticas e processos estruturados sobre o problema da desinformação e desenvolvem ações pontuais e reativas no combate ao fenômeno;
- Em geral, evitam a análise de conteúdo desinformativo, mas acabam por fazê-la;

¹⁰⁷ Segundo o *TikTok*, a parceria com a *AFP* cobriria mercados como Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Indonésia e Paquistão, enquanto a *Lead Stories* expandiria sua cobertura para Tailândia e Coreia (BETTADAPUR, 2020).

- Nenhuma das empresas relatou trabalhar com uma conceituação unificada sobre desinformação, pois, além de menções a ela, foi constatado o emprego de termos diversos, como notícias não factuais e informações enganosas;
- Nenhuma das empresas também relatou ter uma estrutura específica para abordar a questão da desinformação, o que pode dificultar a coordenação das iniciativas no âmbito de cada organização;
- Em relação à moderação de conteúdo desinformativo, a verificação de conteúdos, principalmente por agências externas, é prática presente em boa parte das plataformas;
- A moderação abrange também anúncios e conteúdos impulsionados;
- A redução do alcance, providência mais presente em casos de desinformação, acaba assumindo quase uma condição de exclusão e aparece como medida de alto impacto sobre os conteúdos, mas que não tem sua eficiência totalmente comprovada. (BARBOSA et al., 2020: 10 /11)

Por fim, a grande questão da desinformação fiscalizada pelas próprias plataformas não é o fato de elas terem que arbitrar sobre o que é “verdade” ou “mentira”, mas sim, o de descumprirem suas próprias regras estabelecidas em suas políticas de utilização pelos usuários. Como empresas comerciais (que visam ao lucro, portanto) interessa conteúdos que engajam e mantêm seus usuários dentro de seus domínios. Combater a desinformação implica em banir esse tipo de conteúdo, assim como seus produtores, o que pode ser ruim para os negócios. Não dá para acreditar, por isso, que deixar essa tarefa apenas para essas empresas vai surtir algum efeito para a resolução do problema.

2.4.3. Monitoramento externo das mídias sociais: ferramentas e Inteligência Artificial

Pelos motivos já expostos ao final do tópico anterior, não é possível deixar o monitoramento da desinformação para as Big Techs, diante do que essa tarefa recai sobre os profissionais da comunicação. É sempre bom lembrar que na maioria dos casos esses profissionais também estão submetidos a hierarquias dentro de suas empresas, de modo que também há interesses comerciais envolvidos, embora numa escala muito menor, porque a mídia tradicional perde com a desinformação (não obstante, em momentos da história parte dela tenha se utilizado da manipulação da informação, conforme discutido no capítulo anterior). Feita essa ressalva, está posto que o volume de informação que circula na rede é impossível de ser monitorado manualmente pelo ser humano.

Por esse motivo, as próprias Big Techs, as agências de checagem de fatos e as universidades têm desenvolvido inúmeras ferramentas e softwares a partir da IA capazes de aferir um volume cada vez maior de informação, apontando onde há indícios de desinformação. No entanto, há uma diferença entre saber o que se está monitorando e saber como se vai

monitorar, dado que as ferramentas que podem ser eficientes no monitoramento de uma rede social, podem não o ser para outra. Embora haja ferramentas pagas, aqui quero mencionar apenas ferramentas gratuitas, no entanto, existem algumas ferramentas pagas imensamente úteis, caso a Redação tenha orçamento para tal.

O Crowdtangle faz consultas de pesquisa, de grupos, de páginas e cria feeds sociais personalizados para *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Reddit*. A ferramenta – adquirida pela *Meta* (nova razão social do grupo *Facebook*) – foi disponibilizada gratuitamente. Ela cria uma seleção de postagens da plataforma escolhida e/ou de uma conta específica que o monitor quiser verificar a atividade. Apesar de o Crowdtangle também servir para monitorar o *Twitter*, essa rede social pode ser monitorada de maneira muito mais efetiva com a ferramenta TweetDeck, que consegue acompanhar os vários fluxos em tempo real, além de organizar um número ilimitado de *streams* em tempo real de *tweets* lado a lado em colunas e filtrar os feeds por engajamento, tipo de mídia (por exemplo, imagens ou vídeo) e idioma (DIAS, 2017).

As agências de checagem também entraram nesse esforço adotando ferramentas de IA que monitoram não apenas as mídias sociais, mas também aplicativos mensageiros, como o *WhatsApp* e *Telegram*. Em maio de 2020, a IFCN produziu um *chatbot*¹⁰⁸ que consegue checar notícias que circulam no *WhatsApp* e está disponível em mais de 70 países em inglês, espanhol e hindi. Em agosto de 2020, estreou a versão em português produzida em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio). O site *UOL* informa que inicialmente a ferramenta atendeu apenas a boatos relacionados à Covid-19, porém, no futuro vai suprir outros tipos de desinformação (TRINDADE, 2020). Ao entrar em contato com a conta do *chatbot* o usuário pode buscar por uma checagem específica, checagens mais recentes e receber dicas de como combater a desinformação.

A agência de checagem Aos Fatos, desde outubro de 2020 monitora grupos de *WhatsApp* (além do *Twitter* e do *YouTube*) por meio da sua ferramenta Radar. Trata-se de um sistema automatizado que rastreia em tempo real sites e redes sociais no Brasil em busca de conteúdo potencialmente enganoso. Segundo a agência, ela monitora cerca de 270 grupos de discussão política, que são públicos, o que permite a coleta e a análise semanal de mais de um milhão de mensagens do aplicativo.

¹⁰⁸ Um *Chatterbot* ou *Chatbot* (robô de conversas, em inglês) é um programa de computador ou algoritmo projetado para simular conversas com usuários humanos. Atualmente, são usados mais comumente no espaço de atendimento ao cliente, assumindo papéis tradicionalmente desempenhados por seres humanos como em reclamações, vendas e suporte técnico.

A universidade também tem feito parte desse esforço. O pós-doutorando do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp¹⁰⁹, Fernando Nobre Cavalcante, desenvolveu um software batizado como Qualichat com o objetivo de ser uma ferramenta de combate às *fake news*. Segundo o estudante, a ferramenta permite realizar análises de grupos do aplicativo mensageiro *WhatsApp*, de forma gratuita:

Por meio da análise de conversações, o Qualichat permite a obtenção de dados como notícias e temas mais compartilhados no grupo estudado, pessoas envolvidas, símbolos comumente utilizados e especificidades temporais da linguagem, explica Fernando. O pesquisador exemplifica a importância das funcionalidades do software a partir do contexto atual, de circulação de desinformações a respeito da pandemia. “Dados da Fiocruz revelam que 10,5% das notícias falsas sobre Covid-19 foram publicadas no Instagram, 15,8% no Facebook e 73,7% circuladas pelo WhatsApp. Nesse contexto, o Qualichat é uma ferramenta importante no combate à desinformação”, avalia (COLL, 2021).

Outra iniciativa, ainda na universidade, adota métodos mais discutíveis de detecção da desinformação. É o caso da iniciativa de um grupo de estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) que desenvolveram um aplicativo denominado Fake Off com o objetivo de combater os boatos e a desinformação no país. “Trata-se de uma plataforma comunitária e colaborativa onde os usuários compartilham as notícias e a própria comunidade verifica a autenticidade de cada link” (PESSOA, 2018). Há um questionário com critérios (se o texto foi publicado em um veículo de comunicação conhecido ou não, se a data da publicação é atual, se há indicação do autor e de fontes) que, segundo os autores, ajudam a identificar “o que é verdade e o que é mentira”. Os estudantes codificaram os algoritmos para (de acordo com essas respostas) classificar as reportagens como “verdadeiras, falsas ou tendenciosas”.

Embora a reportagem do *UOL* informe que a iniciativa foi elogiada pela ativista paquistanesa Malala Yousafzai, vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 2014, enxergo como temerário um sistema que classifique as informações com base nos critérios expostos, uma vez que há inúmeros textos desinformativos que atendem aos critérios de factualidade colocados pelos estudantes, conforme discutido anteriormente neste texto. Há que se considerar o esforço e o fato de não serem especialistas na área, no entanto, acredito que deve haver aprimoramento nesses critérios, sob risco de o aplicativo validar a desinformação que circula na rede.

O que se pode perceber com esses esforços é que é possível monitorar a desinformação que circula nas mídias sociais e sites diversos (incluindo os da mídia tradicional), desmascarar esses conteúdos e divulgar a correção daquilo que é não factual. No

¹⁰⁹ “O projeto também é resultado de debate com o Laboratório de História da Comunicação e Mudanças da Mídia da Universidade de Bremen, na Alemanha, e recebeu investimentos da Associação de Ciências Políticas dos Estados Unidos para os custos do desenvolvimento” (COLL, 2021).

entanto, fazer com que esse desmentido chegue a quem foi atingido pela desinformação é bem mais complicado, em função das chamadas “bolhas” criadas pelos algoritmos (citadas no item 1.3.2. O filtro Digital) e em função do viés de Raciocínio Motivado, que será mais bem discutido no capítulo IV. Nesse sentido, ganha importância, dentro do que expus neste tópico, o *chatbot* da IFCN, que apresenta os fatos verificados direto como mensagem e não com links – que na maioria das vezes não podem ser acessados em função do Zero Rating¹¹⁰ – para o desmentido da notícia. Ressaltando que todas as contribuições para combater o fenômeno da desinformação são válidas e devem ser integralmente apoiadas.

2.4.4. Os projetos de formação “fast-food”

Não é difícil encontrar, numa busca simples na Internet, conselhos e métodos para “não cair em *fake news*”, num exercício de “aprenda você mesmo”. Um exemplo é o da IFLA, (Figura 25, abaixo) produzido com base em KIELY e ROBERTSON (2016), o infográfico apresenta oito etapas para o leitor descobrir a factualidade de uma determinada notícia. Disponível em seu site em pelo menos 48 idiomas, entre os quais o português, serviu-me de inspiração – junto com outros materiais – para criar a Ficha de Apoio do aluno (Figuras 05, página 43) utilizada no pré-teste e na aplicação dos testes online nesta pesquisa.

Figura 25: “Como identificar notícias falsas”: dicas para identificar notícias não factuais



FONTE: IFLA (2017)

¹¹⁰ **TECHTUDO.COM.BR.** O Zero Rating é uma prática realizada pelas operadoras e algumas empresas de tecnologia que consiste em permitir o acesso de forma “gratuita”, ou sem cobrar o tráfego de dados móveis a alguns serviços online, como apps de rede sociais e mensagens (2015).

Em âmbito nacional, as dicas estão disseminadas por sites de agências e de editoriais de checagem de fatos, mas não só. As *fan pages*¹¹¹ tanto do CNJ quanto do Senado Federal no *Facebook* trouxeram em 2018 postagens com “dicas” para identificar informações não factuais, alertando para os perigos da manipulação da informação, conforme mostra abaixo, a Figura 26:

Figura 26: Dicas para não cair em boatos e “notícias falsas”



Fonte: Páginas da rede social *Facebook* do CNJ (2018) e do Senado Federal (2018).

Também em 2018, o canal *Futura* e a Agência Lupa, em parceria com o *Google*¹¹², lançaram o projeto “Fake ou News”, com foco na educação digital, que teve como objetivo auxiliar os jovens na checagem de informações e combater a desinformação. À época, o canal lançou 30 trilhas de conhecimento que conduziam por diversas etapas de aprofundamento sobre os assuntos, reunindo conteúdo sobre temas como “Por que checar antes de publicar ou compartilhar uma informação?”, “Será que essa informação está dentro do contexto?” e “Nem tudo que se vê (e se ouve) é real. E agora?”.

Ainda em 2018, foi lançado o curso online “Vaza, Falsiane” criado por iniciativa de três jornalistas e professores universitários: Rodrigo Ratier, Leonardo Sakamoto e Ivan Paganotti. Eles têm o apoio da ONG Repórter Brasil e venceram um edital de financiamento do *Facebook*. O curso gratuito é composto de 04 módulos, divididos em 18 etapas, com testes de conhecimento e concessão de um certificado de conclusão ao final. Os módulos têm o seguinte

¹¹¹ *Fan pages* são páginas criadas especialmente para a divulgação de marcas, empresas, pessoas famosas etc.

¹¹² O projeto também conta com o apoio do Instituto Votorantim, Fundação Bradesco, Itaú Social e Decod, projeto dos alunos de Direito da FGV.

conteúdo: 1. Informação e desinformação: principais conceitos; 2. Identificar e combater Fake News; 3. Fake News e política; 4. Desinformação na pandemia e além (atualizado recentemente).

Há também formações que oferecem, além do curso online, oficinas presenciais, como é o caso do Lupa Educação¹¹³, do Educação para a Informação¹¹⁴ e do EducaMídia¹¹⁵. Criado em 2017, o Lupa Educação – iniciativa da Agência Lupa para ensinar técnicas de checagem – é um projeto em que há palestras e oficinas com jornalistas da agência realizadas em empresas e instituições de ensino de todo o Brasil. Os participantes podem ter idades e formações diversas, desde estudantes do ensino médio até do ensino superior, em empresas e em órgãos públicos. O Educação para a Informação é parte do projeto MídiaMakers em parceria com as Chicas Poderosas e o Google Innovators. Eles disponibilizam em seu site uma gama de materiais didáticos no formato PDF para os professores trabalharem em sala de aula: são jogos, projetos, infográficos, cartazes, um guia para criar uma miniagência de checagem e vários jogos para se verificar a diferença entre informações e boatos em sala de aula. Segundo seu site, em 2018, o projeto ofereceu formações presenciais (16h divididas em 02 encontros) nas quais os participantes trabalharam em equipes multidisciplinares com educadores, designers e jornalistas para criar materiais gratuitos que apoiam o ensino de busca e avaliação da informação em salas de aula.

Já o EducaMídia, criado em 2019, é realizado pelo Instituto Palavra Aberta com o apoio do *Google.org* e da *Meta* – no qual os gigantes da tecnologia pretendiam investir cerca de R\$4 milhões ao longo de dois anos – com o objetivo de capacitar, via internet, professores e engajar a sociedade no processo de Educação Midiática dos jovens. O programa é bastante sólido em termos de conteúdo para formação. Eu, inclusive, participei de uma formação sobre Educação Midiática e BNCC em 2019 e aprendi muito com o que me foi apresentado. Eles trazem muita fundamentação teórica e minientrevistas com jornalistas reconhecidos, como o professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Eugênio Bucci. O curso ainda faz formações presenciais para professores, conforme descreve seu site.

¹¹³ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/educacao>>. Acesso em 11 jul. 2022.

¹¹⁴ Disponível em: <<https://sites.google.com/midimakers.org/eduinfo>>. Acesso em 11 jul. 2022. O projeto ainda conta com o apoio da BBC, Escola de Dados, Lupa Educação, Nexo/Edu, Nova Escola, entre outros.

¹¹⁵ Disponível em: <<https://educamidia.org.br>>. Acesso em 11 jul. 2022.

Em 2021, a Educação Midiática passou a ser preocupação também dos empresários. A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) lançou o Movimento Empresarial Contra a Desinformação, uma iniciativa coletiva de combate à desinformação no país, segundo a entidade. Para isso, ela convocou os líderes de comunicação das empresas associadas para que eles capacitassem seus funcionários em Educação Midiática para “fazer deles, além de pessoas mais adversas a *fake news*, agentes multiplicadores no combate à desinformação. A ideia é que ao tornar as organizações mais imunes a notícias falsas, a sociedade como um todo se torne igualmente mais imunizada” (ABERJE, 2021).

Em julho do mesmo ano (dois meses após o lançamento), foi divulgado o Manual Prático para Lidar com a Desinformação nas Empresas – um guia elaborado para ajudar as organizações a enfrentarem a questão das *fake news* no ambiente corporativo – que traz também um glossário dos principais termos sobre desinformação, uma lista com as principais agências de checagem no Brasil e uma relação de treinamentos gratuitos sobre *fake news*. A Associação não informa, porém, como deveriam ser essas formações nem quando, muito menos dá indicação de material a ser utilizado, dizendo simplesmente que a iniciativa é baseada no código de princípios da IFCN, o que não quer dizer muita coisa. A intenção é muito boa, no entanto, se não houver um planejamento e uma avaliação séria dos resultados essa será mais uma iniciativa de marketing do que outra coisa.

2.4.5. A gamificação contra a desinformação

Quando se fala de jovens adolescentes, o ideal é se utilizar de suas principais habilidades para que a aprendizagem seja mais significativa. Como se sabe, a Geração Z¹¹⁶ é adepta dos jogos eletrônicos, então, por que não utilizar dessa característica para ensinar? A gamificação¹¹⁷ de conteúdo é uma ótima opção, pois, alia essas habilidades “nativas” dessa geração com os objetivos daquilo que se quer ensinar. Sabendo disso, várias iniciativas têm surgido no sentido de disponibilizar para esse público (mas não apenas) games online que ensinam a identificar a maneira como a desinformação funciona, ou seja, como são criadas, disseminadas e por que as pessoas acreditam nelas. Cito, a seguir, algumas dessas iniciativas.

¹¹⁶ A GERAÇÃO Z foi a primeira que nasceu num ambiente completamente digital. São aqueles que nasceram entre o fim da década de 1990 e 2010. Essa geração não precisou, como as anteriores, fazer cursos de informática básica para lidar com computadores.

¹¹⁷ A GAMIFICAÇÃO se caracteriza como o uso de mecânicas e características dos jogos para engajar, motivar comportamentos e facilitar o aprendizado de pessoas em situações reais, tornando conteúdos densos em materiais mais acessíveis, normalmente não associado a jogos.

O jogo *Bad News*¹¹⁸ foi criado por um grupo de pesquisadores e jornalistas do Laboratório de Decisão Social da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. O nome do jogo em português significa “Más Notícias” e coloca seus jogadores no papel de criar desinformação e notícias não factuais em troca de recompensas, ou seja, quanto mais distorcerem a verdade e plantarem informações inverídicas, mais pontos eles recebem. O objetivo é fazer com que os participantes do jogo adquiram familiaridade com os métodos de produção de notícias não factuais e fiquem, portanto, imunes quando se depararem com elas na internet.

Outro jogo, também produzido em Cambridge, é o *Go Viral!*¹¹⁹ (“Viralize”, em tradução livre) que tem a duração de pouco mais de cinco minutos e o objetivo é o de proteger contra as informações incorretas sobre a Covid-19. Nele, o jogador assume o personagem de alguém que quer viralizar na internet a qualquer custo, colocando em prática as táticas mais usadas para disseminar desinformação e notícias não factuais.

O *Interland*¹²⁰ é um jogo que está disponível na plataforma *Google* e objetiva fazer com que os jogadores tomem decisões online inteligentes, ensinando conceitos básicos de segurança e cidadania digital. O jogo tem quatro etapas: 1. Reino da Bondade que procura ensinar a gentileza na internet; 2. Torre do Tesouro que ensina a proteger seus dados; 3. Montanha da Consciência que procura ensinar a compartilhar conteúdo com cuidado; e 4. Reino da Realidade que é um quiz que desafia o jogador a não cair em armadilhas online. No geral, o jogo é voltado para um público mais infantil, mas na etapa 4 qualquer adulto pode jogar e aprender. Uma atualização interessante nessa etapa seria acrescentar perguntas sobre redes sociais, pois a grande maioria das questões versam sobre e-mail, que essa geração pouco usa. Então, o professor, no caso, tem que fazer uma analogia para explicar ao aluno que aquelas questões também acontecem nas redes sociais.

2.4.6. Legislação: A linha tênue entre a regulação e a censura

Outra tentativa de enfrentar a questão da desinformação é por meio da legislação. Uma parcela da sociedade realmente acredita que pode resolver os problemas criminalizando-os. Mas, reflitamos: há quantos anos cometer um homicídio é crime? O medo dessa possibilidade de punição por si só levou à diminuição dos homicídios? Certamente que não. Por

¹¹⁸ Disponível em: <<https://www.getbadnewsportugal.com/>>. Acesso em 12 jul. 2022.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://www.goviralgame.com/pt>>. Acesso em 12 jul. 2022.

¹²⁰ Disponível em: <https://beinternetawesome.withgoogle.com/pt-br_br/interland>. Acesso em 12 jul. 2022.

isso, não me parece que pelo fato de estar no código penal, as pessoas estejam matando menos. É o mesmo raciocínio de quem defende a redução da maioridade penal como forma de diminuir a criminalidade na juventude, no entanto, todos os estudos mostram que isso só vai agravar o problema. Por que será que judicializar e criminalizar a produção e a disseminação de notícias não factuais resolveriam a questão da desinformação? Não é uma tentativa isolada do Brasil, pois o mundo vem enveredando por esse caminho.

Na Alemanha, desde 2017, a Lei para Melhorar a Aplicação da Lei nas Redes Sociais (Network Enforcement Act – NetzDG)¹²¹ criminaliza a publicação nas mídias sociais de conteúdo com discursos de ódio, propaganda de “organizações inconstitucionais” (grupos neonazistas ou terroristas, por exemplo), pornografia infantil, insulto, difamação de pessoas ou organizações religiosas, entre outros. Quando o conteúdo for claramente ilegal, as plataformas têm até 24 horas após o recebimento de uma denúncia para removê-lo ou bloqueá-lo. Quando essa ilegalidade não for tão explícita, o limite para análise e exclusão é de sete dias. Além disso, as empresas têm que produzir relatórios de transparência semestrais. Em caso de descumprimento as multas podem chegar a €\$50 milhões.

Na França, estão em discussão no parlamento três propostas com vistas a impedir “a manipulação da informação” durante o período eleitoral. Já a União Europeia também está elaborando regras para a circulação de conteúdo digital que valerão para todos os países membros. O Proposal for a Regulation on a Single Market For Digital Services (Digital Services Act)¹²² com previsão de entrada em vigor no máximo em 2024, estabelece responsabilidades dos utilizadores, das plataformas e das autoridades públicas no meio digital.

Na Malásia, desde 2018, é crime a propagação de informação parcial ou totalmente não factual com penas de até seis anos de prisão e multas de US\$ 130.000. No Quênia, também em 2018, tornou-se crime o cyberbullying e a disseminação de “*fake news*”. Quem for pego pode ter que pagar uma multa em torno de US\$ 50.000, ser encarcerado por até dois anos ou ambos. Na Austrália, o News Media and Digital Platforms Mandatory Bargaining Code¹²³, de

¹²¹ BUNDESAMT FÜR JUSTIZ. Gesetz zur Verbesserung der Rechtsdurchsetzung in sozialen Netzwerken (Netzwerkdurchsetzungsgesetz - NetzDG). Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/netzdg/BJNR335210017.html> Acesso em 13 jul. 2022.

¹²² COMISSÃO EUROPEIA. Regulamento Serviços Digitais: garantir um ambiente em linha seguro e responsável. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-services-act-ensuring-safe-and-accountable-online-environment_pt Acesso em 13 jul. 2022.

¹²³ FEDERAL REGISTER OF LEGISLATION. Treasury Laws Amendment (News Media and Digital Platforms Mandatory Bargaining Code) Act 2021. Disponível em: <https://www.legislation.gov.au/Details/C2021A00021> Acesso em 13 jul. 2022.

2021, legisla sobre os conteúdos jornalísticos em plataformas digitais. Nos EUA, a Seção 230 da Communications Decency Act¹²⁴ estabelece que as plataformas não são responsáveis por conteúdo postado por usuários e podem moderá-lo como acharem necessário.

Olhando para a América Latina¹²⁵, na Venezuela desde 2005 é crime “divulgar em qualquer meio informações falsas que causem pânico”. A pena pela transgressão é de até cinco anos de reclusão. Em 2017, a Assembleia Constituinte do país aprovou a “Lei contra o Ódio, pela Coexistência Pacífica e Tolerância” que estabelece punições, incluindo pena de prisão de até 20 anos para quem instigar o ódio ou a violência no rádio, na televisão ou nas redes sociais. Na Nicarágua, desde 2021, quem for pego roubando dados, espionando por meio digital, realizando hackeamento ou divulgando informações não factuais na internet, pode pegar de dois a cinco anos de prisão. Tramitam propostas semelhantes nos parlamentos da Colômbia, El Salvador, Panamá, Peru, Paraguai e Uruguai.

No Brasil, a primeira tentativa de legislar sobre a publicação de informações não factuais foi a Lei Federal nº 5.250/1967, conhecida como Lei Brasileira de Imprensa, que regulava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, promulgada na época da Ditadura Militar, diga-se. Revogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, ela trazia em seu Artigo 16 a seguinte redação:

Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem: I - perturbação da ordem pública ou alarma social; II - desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica; III - prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município; IV - sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro. Pena: De 1 (um) a 6 (seis) meses de detenção, quando se tratar do autor do escrito ou transmissão incriminada, e multa de 5 (cinco) a 10 (dez) salários-mínimos da região. Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, se o crime é culposo: Pena: Detenção, de 1 (um) a (três) meses, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região (BRASIL, 1967).

Constata-se que, no Brasil, a pretensão de aprisionar quem publica conteúdos não factuais não é nova e remonta aos Anos de Chumbo. Mais recentemente, desde 2014, o Artigo 19 da Lei Federal nº 12.965/2014 (BRASIL, 2014), o conhecido Marco Civil da Internet, traz uma menção à remoção de conteúdos considerados “infringentes” mediante autorização judicial

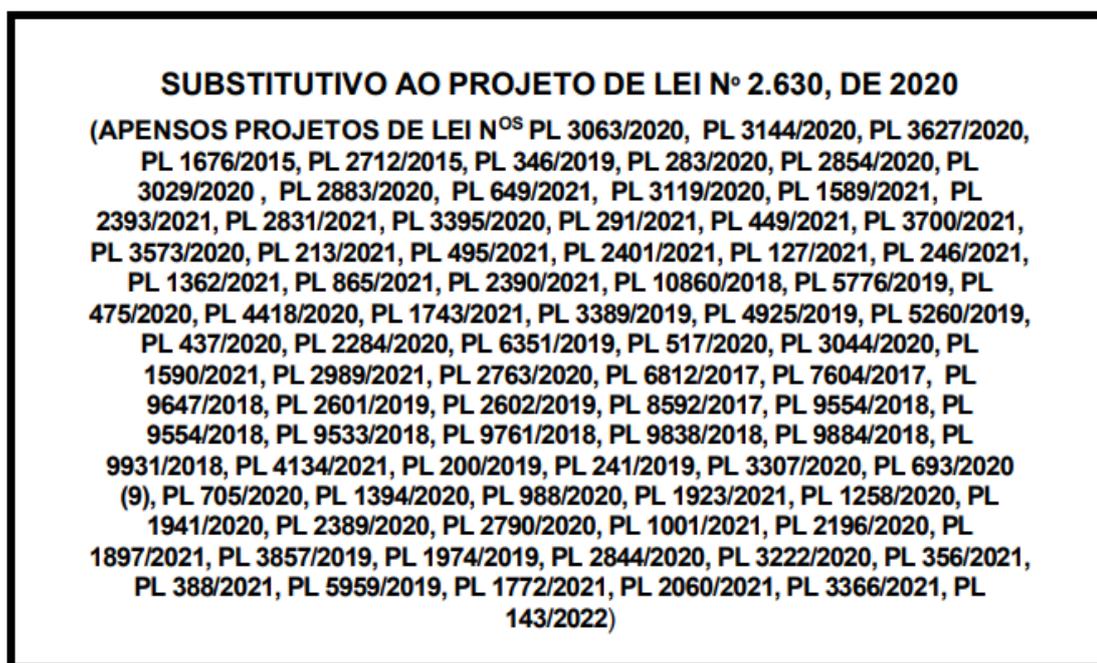
¹²⁴ LEGAL INFORMATION INSTITUTE. Protection for private blocking and screening of offensive material. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/47/230> Acesso em 13 jul. 2022.

¹²⁵ Com base em informações de Júlio Lubianco, do *LatAm Journalism Review*. 11 leis e projetos de lei contra desinformação na América Latina: penas de prisão e risco de censura. (Publicado em 16 dez. 2020). Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/leis-desinformacao-america-latina-prisao-censura/> Acesso em 13 jul. 2022.

com uma série de ressalvas à liberdade de expressão e à censura, com a possibilidade de responsabilização em caso de descumprimento.

Desde 2015, tramitam no Congresso Nacional quase uma centena de projetos de lei que tentam regulamentar a questão (Figura 27, abaixo). O PL 2.630/2020 (com nada menos do que 87 Projetos de Lei “em apenso”¹²⁶) é uma proposta legislativa que visa à regulação de plataformas de mídias. Batizado como Lei das Fake News, ele cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, tendo sido aprovado pelo Senado Federal em junho de 2020. Dali, seguiu para a Câmara dos Deputados que, desde então, criou um grupo de trabalho para discutir e implementar alterações no projeto. A proposta procura criar regras para encaminhamento de mensagens, rastreabilidade, transparência, remoção de conteúdo, posts patrocinados e estabelece sanções em caso de descumprimento.

Figura 27: Captura de tela de trecho de documento em que constam os projetos relacionados às “fake news”



Fonte: Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.630, de 2020. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/midias/file/2022/03/fake.pdf> Acesso em 13 jul. 2022.

¹²⁶ Apensar processos consiste no procedimento da Secretaria em unir os autos de uma ação ou incidente processual aos de outra(o), em razão de disposição legal, fazendo com que sua tramitação seja conjunta ou em apenso. (TJSE.JUS.BR)

A questão da desinformação não é o único tema tratado pelo projeto, que traz à tona outros problemas enfrentados no cotidiano dos usuários da rede. Entre suas principais mudanças¹²⁷:

- O Artigo 9º prevê que “os provedores de redes sociais e de serviços de mensageria instantânea devem produzir relatórios semestrais de transparência, disponibilizados em seus sítios eletrônicos, em português”. Por exemplo, as plataformas terão que apresentar, informações como o número de usuários no Brasil, dados sobre medidas aplicadas a contas e conteúdos por descumprir regras, pedidos de revisão e sanções revertidas;
- O Artigo 22 determina que perfis das redes sociais de detentores de mandatos eletivos e ocupantes do Poder Executivo são de interesse público e que, portanto, não se pode restringir o acesso de usuários a eles, ou seja, não podem bloquear usuários impedindo que acompanhem suas postagens;
- O parágrafo 8º do inciso VII, também do Artigo 22, prevê estender a imunidade parlamentar para as redes sociais, o que pode dificultar a moderação de conteúdos postados pelos detentores de mandatos eletivos;
- O artigo 36 prevê pena de reclusão, de um a três anos e multa para quem promover ou financiar “mensagens que contenha fato que sabe inverídico que seja capaz de comprometer a higidez do processo eleitoral ou que possa causar dano à integridade física e seja passível de sanção criminal”;
- No Artigo 38, o projeto determina que as plataformas remunerem empresas jornalísticas que publicam notícias nas redes, deixando de fora os produtores independentes, a menos que “produza conteúdo jornalístico original de forma regular, organizada, profissionalmente e que mantenha endereço físico e editor responsável no Brasil”;
- A comunicação via aplicativos de mensagens instantâneas também é alvo do projeto, principalmente em função da mudança recente introduzida pelo WhatsApp, que criou a função Comunidade, permitindo enviar conteúdo a até 5 mil usuários de uma única vez;
- O atual ministro da Justiça, Flávio Dino, defende a inserção no PL da obrigatoriedade de as plataformas serem mais rigorosas no combate a mensagens com ameaças à Democracia, isto é, a remoção compulsória de conteúdos com teor golpista.

A despeito de outras discussões, um problema que me parece premente é o fato de não existir (ainda) no texto do projeto uma definição clara do que o legislador entende ser “*fake news*” ou desinformação. O inciso X do Artigo 33, que resvala no tema, estabelece como uma das atribuições do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) a tarefa de “promover estudos e debates para aprofundar o entendimento sobre desinformação, e o seu combate, no contexto da internet e das redes sociais”. Da forma como está, um cidadão pode ser preso por publicar algo que não se tem claro o que é, porque, dependendo do viés ideológico de quem está analisando, fake news pode ser uma porção de coisa, inclusive reportagens de que não se gosta, como alertam Wardle e Derakhshan (2017).

¹²⁷ O projeto está em discussão, portanto, essas mudanças e as demais informações podem sofrer alterações após a escrita desta dissertação.

A Inter American Press Association (IAPA) apresentou uma resolução (IAPA, 2020) em que apela para que os Estados abandonem as legislações sobre vigilância digital porque elas criam barreiras à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão. Pede também que esses Estados adotem a Declaração de Salta sobre os Princípios da Liberdade de Expressão na Era Digital que em seu artigo décimo diz:

A disseminação maliciosa ou deliberada de desinformação por atores governamentais ou do setor privado pode afetar a confiança do público. A desinformação não deve ser combatida com mecanismos de censura ou sanções penais, mas sim com a adoção de políticas de notícias e alfabetização digital. Os intermediários tecnológicos devem adotar medidas de autorregulação para evitar a disseminação de desinformação deliberada (IAPA, 2018)

Diante de tudo isso, o que se percebe é um receio muito grande, vindo de todos os lados, de que, como diz o ditado popular, “jogue-se a água do banho com a criança dentro”. Isto é, o medo é de que, uma vez aprovada essa legislação, na ansiedade de se combater as *fake news* e a organizada estrutura do Ecossistema da Desinformação, os governos dela se utilizem para perseguir adversários políticos e todos aqueles que fiscalizam suas administrações, tendo como alvo principal a imprensa, restringindo assim a liberdade de expressão.

Eu vejo com bastante preocupação o fato de não se ter uma definição clara do que seja *fake news*, desinformação e termos relacionados, deixando para um conselho composto por sabe-se lá quem, indicados pelos próprios governos, como chegou a ser ventilado pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB – SP) a formação de um Conselho de Transparência e Responsabilidade composto por diversos policiais, políticos e apenas dois técnicos. E ainda que houvesse mais técnicos, o Brasil teve a triste experiência de contar na Pandemia da Covid-19 com um “Gabinete Paralelo” no Ministério da Saúde, composto por “técnicos” que “orientavam” o governo sobre quais medidas tomar e, entre outras coisas, indicaram o investimento em remédios sem eficácia comprovada para a doença, conforme concluiu a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema, a CPI da Covid.

Por esses motivos é preciso que a sociedade acredite na educação como forma de superar o problema, cabendo citar aqui o filósofo Pitágoras (570 – 490 a.C.), considerado pai do conceito de Justiça, norteadora do Direito, para quem se deve educar as crianças para não ser preciso punir os homens. A Educação Midiática surge nesse contexto como saída, conforme indicou a IAPA, porque a experiência de se julgar a produção da informação no Brasil não foi positiva na época da Ditadura em que foram perseguidos e mortos jornalistas, mas não apenas. Numa era de mídias sociais, a depender do governante de plantão, não haveria cadeia para todo mundo.

2.5. Por que as “*fake news*” estão quase vencendo a guerra?

Há pelo menos 2 mil anos, o ser humano inventa fatos, cria boatos e os dissemina, algumas vezes com o objetivo de destruir reputações e pretensões, obter ganho político e econômico, outras, para reafirmar sua crença cega, como se viu no caso da vacina contra a Covid-19. Sendo o “*know how*” da produção e disseminação da desinformação milenar, não há que se estranhar o fato de – com o advento da internet, estruturados nas plataformas digitais e de mídias sociais – os produtores de informações não factuais conseguirem ser adjuvantes no desmonte de blocos internacionais, abalar democracias e ameaçar processos eleitorais, como ocorreu no referendo do *Brexit* em 2016, nas eleições estadunidenses em 2020 e nos processos eleitorais brasileiro de 2018 e no de 2022.

A mídia tradicional tem parte de responsabilidade neste processo, porque durante séculos tem colocado seus interesses políticos e empresariais acima do interesse público, manipulando (de maneira sutil e artilosa) a informação que lhe interessa em favor deste ou daquele espectro político. E isso não começa com a internet, muito pelo contrário, surge na Europa do século XVIII, passa pela América do Norte do século XIX e desemboca no Brasil do século XX. O que as novas mídias trouxeram foi o modo desavergonhado de mentir, ser descoberto e brigar pelo direito de manipular a realidade, usando para isso, inclusive, parte da produção que circula na mídia tradicional.

Apesar disso, toda vez que se fala em “combate às *fake news*” me parece que há um consenso de que está se falando em combater o conteúdo dessas novas mídias e “esquecendo” que o combate à desinformação é mais complexo do que isso. Todo cursinho “*fast food*” ou método que, por exemplo, pede para “verificar a URL” pressupõe que se estiver ali o endereço eletrônico de uma gigante da comunicação, o texto é confiável. Isso não foi verdade nem durante a mortal pandemia da Covid-19 em que – rodeados de mortos por todos os lados – empresas da mídia tradicional deram espaço a negacionistas das vacinas com o argumento de que iriam “dar voz ao outro lado”. Imagina o que fizeram, fazem e farão num período menos agudo? Imagina as pautas que foram, são e serão capazes de levantar!

Fora a já discutida questão da checagem (que, em função da programação dos algoritmos, nunca vai atingir o mesmo público atingido pela desinformação), quando se fala na saída pela educação, não dá para acreditar seriamente que a percepção das pessoas sobre a desinformação pode ser mudada efetivamente com rápidos e rasos cursinhos online, formações esporádicas de uma ou outra ONG, com campanhas de empresas que não têm a mínima ideia sobre o que estão falando, com joguinhos online (até bem feitos) ou botando na cadeia o “tio

do zap”. São iniciativas importantes, claro, mas de longe insuficientes face às organizações criminosas e estruturadas que manipulam a informação e deseducam o povo. Em suma, o que estou dizendo (conforme ficará demonstrado no capítulo IV) é que, embora fundamental para fortalecer o processo de combate à desinformação, da forma como a questão está sendo conduzida, nem a Educação será capaz de nos salvar.

Portanto, as “*fake news*” estão quase ganhando essa guerra porque nós estamos brincando de combate à desinformação. Esse combate “para inglês ver” tem um motivo: a Educação Midiática vai ensinar a verificar não só a não factualidade das mídias sociais e alternativas, mas também, a da mídia tradicional. E esse é o grande problema. A quem isso interessa? A quem interessa ter um cidadão mais crítico do outro lado da tela? Como a Educação Midiática educa tanto o consumidor de mídia, quanto o produtor, a quem interessa um produtor de conteúdo crítico que pode, por exemplo, questionar o sistema econômico vigente? Eu gostaria de acreditar que ainda não fizemos a coisa certa por ignorância e incompetência, mas já perdi a inocência faz tempo.

3. CAPÍTULO III: POR QUE NEGAR A CIÊNCIA E A VACINA?

CAPÍTULO III

POR QUE NEGAR A
CIÊNCIA E A VACINA?

PSEUDOCIÊNCIA, MERCADO E HESITAÇÃO



*“Sei que a arte é irmã da ciência
Ambas filhas de um Deus fugaz
Que faz num momento
E no mesmo momento desfaz
Esse vago Deus por trás do mundo
Por detrás do detrás
Cântico dos cânticos
Quântico dos quânticos”*

**Gilberto Gil
Quanta (1997)**

Figura 28: A ilustração da capa do Capítulo III traz o frame de vídeo da performance “Cegos” do grupo artístico Desvio Coletivo



Fonte: Desvio Coletivo (2016: 04m 23s)

Quando informações sobre vacina e saúde são divulgadas por determinados sites ou mesmo pelas mídias sociais, a percepção do leitor incauto é a de que o “especialista” ali citado – a fonte especializada¹²⁸ – tem autoridade para recomendar produtos alternativos àquela enfermidade, ora criticada pela matéria. O site *Curas Naturais* (na montagem da Figura 29, abaixo) tinha como fonte especializada o Dr. Paulo Reis, que se intitulava “terapeuta” e que aparecia também como patrocinador do veículo. Oferecia alternativas para vacinas e outros “medicamentos horríveis” (segundo o site), cuja posologia deveria ser imediatamente interrompida.

Figura 29: Na imagem superior à esquerda, o jornal *O Estado de S. Paulo*. Na imagem inferior, à direita, o site *Curas Naturais* (que já não está mais online) que divulgava conteúdos relacionados às vacinas



Fonte: Cesar Gomes (2020). Montagem com captura das telas das páginas dos sites de *O Estado de S. Paulo* (CAMBRICOLI e FERNANDES, 2019) e *Curas Naturais* (2018). Acesso em 20 abr. 2020

Tal percepção é confirmada por uma investigação da ONG Avaaz, em parceria com a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) e noticiada por *O Estado de S. Paulo* no ano de

¹²⁸ Fonte Especializada é a pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente está relacionada a uma profissão, especialidade ou área de atuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos. (SCHMITZ, 2011:26)

2019. Segundo a reportagem, as instituições analisaram oito sites que ao todo divulgaram 1.613 notícias não factuais ou imprecisas sobre saúde entre 2014 e 2019, que teriam sido compartilhadas até 489 mil vezes no *Facebook*:

Entre as *fake news* disseminadas estão as que relacionam a vacina tríplice viral à ocorrência de autismo, textos que questionam a segurança da vacina contra o HPV, além de teorias conspiracionistas que defendem que a indústria farmacêutica atua para não encontrar uma cura para o câncer ou que usa seus produtos para o controle da população mundial. Todas essas informações não têm embasamento científico. Do total de sites analisados pela Avaaz e SBIm, dois foram os campeões de publicações: Notícias Naturais e Anti Nova Ordem Mundial. Juntos, eles foram responsáveis pela veiculação de 979 artigos, 60% do total. Em todas as publicações, observa-se como anunciante único do site a loja Tudo Saudável, com sede em Florianópolis e que vende produtos naturais em sua loja física e também pela internet (CAMBRICOLI e FERNANDES, 2019: A22).

Evidentemente, sites que se propõem a promover uma cura diversa daquela apresentada pela Ciência precisam municiar seus leitores (e potenciais clientes) com todo tipo de conteúdo que possa desencorajá-los de buscar um tratamento baseado na ciência e incentivá-los a gastar o seu rico dinheirinho com o patrocinador do site que (por coincidência) é a fonte especializada ouvida pelo próprio site, no caso do *Curas Naturais*. A partir desses dados não é difícil inferir que um dos motivos do aumento das notícias não factuais sobre vacinas e/ou relacionadas à saúde é o componente econômico-financeiro, pois esses divulgadores ou têm ligação com alguma empresa de venda de produtos ditos “alternativos” ou se beneficiam dos anúncios inseridos automaticamente pelo *Google*, cuja mecânica descrevi no capítulo II (item 2.3.2. O mercado da desinformação). No entanto, o mercado da desinformação está longe de ser apenas o ganha-pão de uns poucos espertos no mundo da internet, mas tem raízes na indústria tabagista, passa pela petrolífera e envolve até mesmo alguns cientistas e políticos a serviço de interesses privados, conforme descrevi no capítulo II (item 2.2.4. Agnotologia: o estudo da produção intencional da desinformação).

Para compreender tais questões, o presente capítulo está dividido em três tópicos, a saber: Em Ciência e Pseudociência discorro sobre os conceitos básicos da ciência e da pseudociência, à luz do referencial teórico de apoio. No segundo, A Negação da Ciência, buscando compreender se o negacionismo científico está ligado à falta de conhecimento sobre ciência ou se há outras questões subjacentes, não confessas, mas que subsidiam a prática, retomo uma discussão teórica em torno de conceitos de Antônio Gramsci (2000) e Noam Chomsky (2017), entre outros. Por último em A Negação da Vacina faço um debate sobre o Movimento Antivacina, seus argumentos e discorro sobre como historicamente colocar em

dúvida a eficácia e segurança das vacinas e negá-la é uma necessidade para determinados grupos, apesar das evidências científicas em contrário.

3.1. Senso comum, ciência e pseudociência

Para iniciar essa discussão, sabendo que boa parte dos sites e páginas de mídias sociais que divulgam a desinformação sobre vacinas o fazem a partir de um questionamento ao conhecimento científico, é preciso estabelecer a diferença entre senso comum, crenças, Ciência e pseudociência.

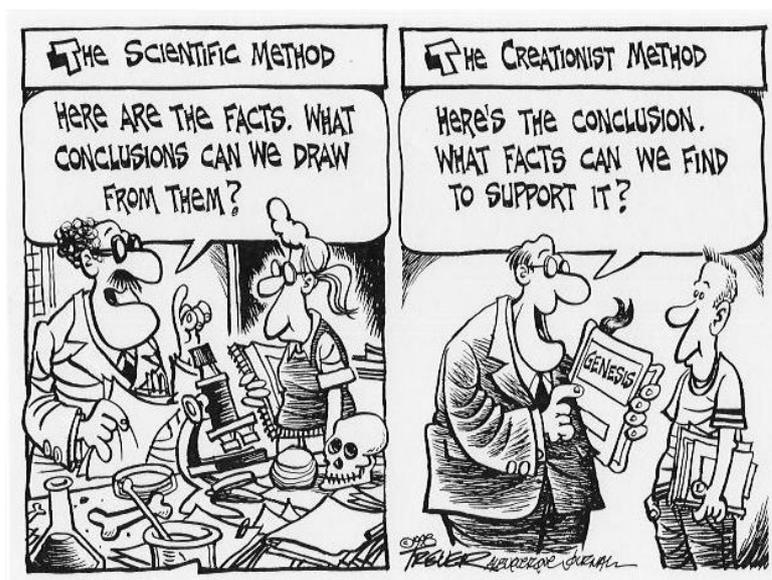
Senso comum é aquele também chamado ordinário, comum ou empírico que “surge como consequência das necessidades para resolver os problemas imediatos, que aparecem na vida prática e decorrem do contato direto com os fatos e fenômenos que vão acontecendo no dia a dia, percebidos principalmente por meio da percepção sensorial” (KÖCHE, 2016:24). Seus elaboradores não conhecem os fundamentos teóricos que embasam os procedimentos, muito menos estabelecem relações entre os fenômenos, apoiando-se principalmente nos resultados de suas utilizações, que “transformam-se em convicções, em crenças, que são repassadas de um indivíduo para outro, de uma geração para outra” (Ibid.:25).

Assim, ele se caracteriza por ser elaborado de forma espontânea e instintiva como todas as invenções surgidas das necessidades humanas como a roda, as armadilhas, a moeda, os remédios caseiros entre tantos outros. Por exemplo, embora haja divergências, admite-se que a agricultura surgiu a partir do momento que o homem – a partir da observação direta – percebeu que alguns grãos que eram coletados da natureza para a sua alimentação poderiam ser enterrados, a fim de produzir novas plantas iguais às que os originaram. Isso permitiu que ele se fixasse mais em alguns locais dando origem ao surgimento das cidades (MAZOYER e ROUDART, 2010: 111). Dessa forma, por ter uma baixa condição de ser testado e confrontado com possíveis erros, o conhecimento de senso comum é aceito por longos períodos, o que acaba contribuindo para a sua validação para uma parcela da sociedade. Isso não impede que, posteriormente, estabeleçam-se critérios científicos que venham a validar alguns deles. Aqui, é bom esclarecer, não se trata de desqualificar o conhecimento de senso comum, apenas de especificar a sua origem empírica, não-científica.

Por sua vez, as crenças são o resultado de comportamentos moldados e desenvolvidos gradativamente durante determinadas fases da vida de um indivíduo ou com base em experiências individuais de alguém conhecido e com alguma relação afetiva, cuja opinião é levada em consideração. Em contraposição, o conhecimento científico que é produto resultante

da investigação e de evidências científicas, surge da necessidade de o homem não apenas resolver seus problemas imediatos, mas também, de compreender, justificar e tentar prever fenômenos, deixando de ser um espectador passivo do mundo. Conforme mostra a charge da Figura 30 (abaixo), o método científico se apoia em fatos para chegar a conclusões a partir deles, ao contrário da pseudociência, que chega a conclusões e, somente então, vai buscar fatos que suportem as suas teorias.

Figura 30: Charge satiriza a diferença entre método científico e o método criacionista



Fonte: TREVER (1998)

A atividade científica tem como característica principal o método científico, que resumidamente, pode ser entendido como um conjunto de procedimentos por meio dos quais um cientista consegue propor um conjunto de explicações para fenômenos, constituição e formação de materiais. Ou como explica Köche:

O que se deve chamar de método científico, portanto, é aquele conjunto de procedimentos não padronizados adotados pelo investigador, orientados por postura e atitudes críticas e adequados à natureza de cada problema investigado. O que se aceita chamar de método científico é a forma crítica de produzir o conhecimento científico que consiste na proposição de hipóteses bem fundamentadas e estruturadas em sua coerência teórica (verdade sintática) e na possibilidade de serem submetidas a uma testagem crítica severa (verdade semântica) avaliada pela comunidade científica (verdade pragmática) (KÖCHE, 2016: 35-36).

As etapas desse método são a observação de um fenômeno, a formulação de uma hipótese, o experimento, que pode confirmar ou refutar a hipótese, e em caso de a hipótese não se confirmar, segue-se à reformulação da hipótese. Uma das virtudes da ciência é sua capacidade de ser questionada, de ser confrontada a cada momento:

Popper (1975, p. 94) propôs que as hipóteses devem ser submetidas a condições de falseabilidade através do método crítico. Esse método consiste em propor hipóteses ousadas que possam ser submetidas a testes cruciais, com o objetivo de oferecer as mais severas condições para a localização de possíveis erros (...). É o método da tentativa e erro. O seu uso permite identificar os erros da hipótese para posterior correção. Ela não imuniza a hipótese contra a rejeição, mas, ao contrário, oferece todas as condições para, se não for correta, que seja refutada. E é esse critério, segundo Popper, o da falseabilidade, que deve demarcar a ciência da não-ciência e que oferece maior segurança para os resultados alcançados. (Ibid.:74)

Assim, o erro não é um problema para a ciência, pois ao contrário do que pode transparecer ao público leigo, ela está constantemente tentando encontrar falhas em suas teorias, porque são elas que possibilitam o seu avanço. Esse é um conhecimento metódico, sistematizado, que possa ser testado, criticado e verificado empiricamente:

Popper (1975, p. 305) afirma que “a ciência não é um sistema de enunciados certos ou bem estabelecidos, (...) ela jamais pode proclamar haver atingido a verdade ou um substituto da verdade, como a probabilidade”. Para ele, há uma atitude crítica permanente na ciência, que consiste na atitude do cientista em adotar procedimentos que tentem localizar os possíveis erros de suas teorias, através de testes de falseabilidade e do confronto com outras teorias, para substituí-las por outras que não contenham os erros da anterior e com maior conteúdo informativo. Dessa forma, segundo Popper, a ciência progride pela permanente correção de seus erros e pela audácia de seus pesquisadores na formulação de novas hipóteses. (Ibid., 2016:77)

Por outro lado, as pseudociências, segundo Knobel e Orsi (2019), “são crenças que reivindicam, de modo ilegítimo, o mesmo grau de confiabilidade das ciências”, ou seja, são conhecimentos que não admitem os métodos da ciência, mas que reivindicam sua confiabilidade para validar suas conclusões e transmitir uma falsa sensação de comprovação científica. Carl Sagan (1934-1996), cientista estadunidense que durante a vida defendeu o ceticismo e uso do método científico, conhecido também por livros como *O mundo assombrado pelos demônios*, sobre a pseudociência, enfatiza que:

A ciência prospera com seus erros, eliminando-os um a um. [...] As hipóteses são formuladas de modo a poderem ser refutadas. [...] A pseudociência é exatamente o oposto. As hipóteses são formuladas de modo a ser tornar invulneráveis a qualquer experimento que ofereça uma perspectiva de refutação, para que em princípio não possam ser invalidadas. Os profissionais são defensivos e cautelosos. Faz-se oposição ao escrutínio cético. Quando a hipótese não consegue entusiasmar os cientistas, deduz-se que há conspiração para eliminá-la. (SAGAN, 1996:34)

Conforme Sagan, não há espaço na pseudociência para o erro e para a refutação, apenas para as crenças antecipadas de que uma hipótese é verdadeira, o que coloca a pseudociência no campo da emoção. Bunge (1989 apud LEE, 2002:66) considera a pseudociência “uma disciplina que se faz passar por ciência (ou por tecnologia) sem sê-lo”. Isto é, ela não utiliza os métodos científicos tradicionais para produzir seus experimentos, mas se vende como ciência, para tentar obter credibilidade junto ao público leigo. Assim, podemos caracterizar as pseudociências como aquelas que:

a) não utilizam métodos experimentais rigorosos em suas investigações; b) carecem de uma armação conceitual contrastável; c) afirmam ter alcançado resultados positivos, embora suas provas sejam altamente questionáveis, e suas generalizações não tenham sido corroboradas por investigadores imparciais (ARMENTIA, 2002: 561-562).

Sem menosprezar o conhecimento de senso comum nem a sabedoria popular, quando o assunto é saúde, a utilização de um método científico pode significar a diferença entre a vida e a morte de milhares de pessoas:

Antes do final do século XIX a febre puerperal levava à morte grande parte das mulheres após o parto, sendo que a criança órfã, contaminada no parto, adquiria em geral, a blenorragia, uma doença que as deixava cegas. Tudo isso, era resultado da falta de higiene durante o parto (DE MEIS, 2000). A higiene, até então, era desconsiderada como procedimento científico para se evitar contágio de doenças. Na época era muito comum acreditar que as transmissões das doenças, e a manutenção da saúde resultavam de interferências divinas (LEE, 2002:74-75).

É possível deduzir que não foram raras as vezes em que um procedimento adotado por gerações se mostrou ineficaz no sentido de salvar vidas e que após a observação, a hipótese, o experimento e a confirmação dessa hipótese alteraram aquilo que se pensava a respeito desse mesmo procedimento. Isso não significa a desvalorização do conhecimento de senso comum, mas sim, uma evolução a partir dele, uma vez que sem esse conhecimento prévio, talvez o método científico demorasse muito mais tempo para encontrar determinada resposta.

O que não se pode é confundi-los propositalmente para auferir vantagens, explorando assim a boa-fé das pessoas, pondo suas vidas em risco. Quem ganha com isso? Quem perde? Responder a essas questões é condição *sine qua non* para combater o Ecosistema da Desinformação. Elaborei dois infográficos que exemplificam a diferença entre as pseudociências (Figura 31, abaixo e à esquerda) e o método científico (Figura 32, abaixo e à direita):

Figura 31: As pseudociências

SCIENCE

PSEUDOCIÊNCIAS

Aplicando os métodos científicos, como respondem as pseudociências?

RESUMO

OBSERVAÇÃO



Base das hipóteses, as observações podem não corresponder à realidade objetiva do experimento. A Ciência é criteriosa em relação aos relatos de eventos relacionados a crenças muito arraigadas. Como eles tendem a reforçar essas crenças e a descartar as evidências contrárias, tais relatos são pouco confiáveis. Os mesmos controles não são implementados nas pseudociências.

HIPÓTESE

Para uma hipótese ser científica, é preciso que ela seja falsável, ou seja, é preciso ser possível conceber um teste para determinar a sua falsidade. Por exemplo, a lei da gravidade de Newton, prevê que uma bola ao ser chutada para cima, a gravidade deve atraí-la para o chão. Caso isso não aconteça, isso demonstra que a lei é falsa. Hipóteses pseudocientíficas são elaboradas de uma forma que dificilmente podem ser testadas por meio de experimentos.



PREVISÃO



Se uma hipótese for verdadeira, então as consequências deduzidas dessa hipótese também o serão. Deveria ser possível, a partir da lógica dedutiva, fazer previsões a partir de hipóteses pseudocientíficas. No entanto, como elas são muito vagas e gerais demais, levam a previsões com margens de erro tão grandes que não podem ser avaliadas.

EXPERIMENTO

Os experimentos pseudocientíficos são exercícios estereis de confirmação de ideias pré-concebidas, uma vez que, neles, impera a ausência de controles coletivos apropriados e a orientação das observações e experimentos é feita por crenças particulares.



REVISÃO



Quando experimentos pseudocientíficos não confirmam suas hipóteses, ao invés de reelaborá-la, seus produtores têm três comportamentos:

- Continuam acreditando dogmaticamente em sua veracidade;
- Apoiam-se na crença da verdade pela antiguidade, de que são teorias verdadeiras por serem teorias antigas ou milenares;
- Formulam teorias conspiratórias.

CESAR A. GOMES - UNICAMP / 2020

Infográfico inspirado em VICETE (2008)

Figura 32: O método científico

CIÊNCIA X PSEUDOCIÊNCIA

SCIENCE

Método Científico

EXEMPLO DE ETAPAS QUE GARANTEM A CIENTIFICIDADE DE UM EXPERIMENTO

1.) OBSERVAÇÃO



Você observa um barulho estranho no meio da noite. Pode ser interessante entender a causa do barulho para evitar surpresas desagradáveis.

2.) HIPÓTESES

Você pode supor que a causa do barulho é seu cachorro Tico-tico correndo atrás de seus gatos Bolão e Azeitona.



3.) EXPERIMENTO



Para ter certeza, você se levanta da cama, ascende algumas luzes e procura por evidência que confirmasse sua suposição: um abajur tombado na sala ou Bolão se escondendo embaixo da cama.

4.) CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE

Se o resultado do experimento concordar com sua previsão, você poderá aumentar sua confiança na hipótese. Isso não significa que você provou essa hipótese, uma vez que a mesma evidência poderia ter sido produzida, com probabilidade menor, por um ladrão que tivesse invadido sua casa e derrubado o abajur.



5.) REFORMULAÇÃO DA HIPÓTESE



Se o resultado do experimento não for o que você havia previsto (por exemplo, Tico-tico, Bolão e Azeitona estão dormindo sossegadamente), então seu entendimento, ou hipótese, é inadequado e você precisa reformular sua hipótese inicial.

CESAR A. GOMES - UNICAMP / 2020

Infográfico inspirado em VICENTE (2008)

Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir de Vicente (2008) Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir de Vicente (2008)

3.1.1. Percepção da ciência pelo jovem brasileiro

Diante dessa linha entre ciência, pseudociência, senso comum e crença, que parece tênue às pessoas mais leigas, é importante observar como o jovem brasileiro percebe a ciência e a tecnologia, até porque esta pesquisa tem como objeto testes e entrevistas respondidos por participantes dentro dessa faixa etária. A pesquisa mais recente e abrangente de que tenho notícia no Brasil é intitulada *O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia?*¹²⁹, realizada em 2019 pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), que avaliou a percepção de jovens sobre Ciência e Tecnologia (C&T). Ainda segundo a Agência Fiocruz, além da realização da *survey*, foram conduzidos grupos de discussão e entrevistas com jovens entre 18 e 24 anos, residentes nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Belém (PA).

Entre os principais resultados é possível verificar que, embora eles possuam uma imagem positiva da figura do cientista, a esmagadora maioria (93%) – mesmo os que estão frequentando cursos superiores – não consegue mencionar o nome de sequer uma instituição brasileira que faça pesquisa, nem de algum(a) cientista brasileiro(a) (87%). E vai piorando: os jovens manifestam dúvidas também sobre controvérsias sociais e políticas que atravessam a ciência hoje: 25% acreditam que vacinar as crianças pode ser perigoso; 54% concordam que os cientistas possam estar “exagerando” sobre os efeitos das mudanças climáticas; e 40% dizem não concordar com a afirmação de que os seres humanos evoluíram ao longo do tempo e descendem de outros animais.

Um dos aspectos analisados foi a forma como os jovens lidam com a desinformação relacionada à C&T. O estudo indica que esses jovens reclamam da dificuldade em identificar a veracidade das informações que circulam tanto na grande mídia como na internet. No entanto, os mais engajados politicamente, de maior escolaridade, de fortes hábitos culturais e que consomem mais frequentemente informação científica têm maior percepção de receber possíveis notícias não factuais em C&T e maior confiança em conseguir identificá-las do que os demais. Mostra também que 67% deles manifestam grande interesse para temas de C&T; 73% dizem acessar conteúdos de C&T pelo *YouTube*, 51% pelo *WhatsApp* e 50% pelo *Facebook*. Quanto aos hábitos culturais, apenas 6% visitaram algum museu de ciência ou

¹²⁹ **AGENCIA.FIOCRUZ.BR.** O estudo teve abrangência nacional e empregou a técnica de *survey*, para aplicação de questionário estruturado, presencial, junto à amostra da população brasileira de jovens entre 15 e 24 anos. A pesquisa quantitativa ouviu 2.206 pessoas e foi conduzida entre os dias 23 de março e 28 de abril de 2019. (Pesquisa avalia percepção de jovens sobre ciência e tecnologia. 26 jun. 2019).

centros de ciência e tecnologia nos 12 meses anteriores à pesquisa. Dentre os 94% que não visitaram, os motivos mais alegados foram: não existir um em sua região (26%); não ter tido tempo (17%); e não estarem interessados (11%).

3.2. Negação da Ciência

É muito complexo, atualmente abordar o negacionismo num trabalho científico, visto que, esses movimentos, conhecedores das técnicas de comunicação digital e do funcionamento dos algoritmos de busca na internet, usam da polêmica para se promover e crescer. Para os defensores do negacionismo científico, pouco importa estar certo ou errado, se suas teorias podem ser comprovadas ou não, mas, apenas estabelecer o embate e com ele ganhar projeção – seja nas redes sociais seja na mídia tradicional – e simpatia por quem compartilha de suas ideias (se é que assim podemos chamá-las).

Fato é que estamos diante de uma “escolha de Sofia¹³⁰”: ou falamos sobre eles e lhes damos a visibilidade de aparecer em um trabalho dedicado à ciência (campo por eles abominado) e de alguma forma lhes damos certa legitimidade ou os ignoramos e não falamos sobre eles. Mas assim, corremos o risco de não refletir sobre seus mecanismos de propagação e deixamos de informar a sociedade sobre seus métodos, permitindo que expandam suas ideias sem serem importunados, fator que tem sido decisivo para atingirem a proporção atual.

3.2.1. Negacionismo

Para Diethelm e McKee (2009) os cientistas em saúde pública devem estar cientes das características da negação e serem capazes de reconhecê-las e confrontá-las. Além disso, para o historiador francês Lucien Febvre (1878-1956), o tempo despendido na descoberta da origem de uma palavra nunca é perdido, por isso, convém nos atermos em alguns parágrafos para discutirmos as origens e os muitos sentidos que o negacionismo traz consigo.

O fenômeno do negacionismo remonta aos anos 1940 ligado ao espectro político da extrema-direita. Para Moraes (2004:757) o objetivo do projeto à época era, entre outras coisas,

¹³⁰ A origem da expressão é uma história de horror ocorrida nos campos de concentração do Nazismo, em Auschwitz, próxima à cidade polonesa de Cracóvia (1940-1945), relatada pelo escritor americano Willian Clark Styron num romance sob o título original *Sophie's Choice*, escrito em 1979. Nele o autor narra a tragédia vivida por Sophie Zawistowska, de origem polonesa, mãe de dois filhos, um menino e uma menina, Jan e Eva, presa pelo regime nazista, viu-se confrontada por uma proposta aterradora na qual um dos carrascos a coloca frente a uma escolha trágica: um dos filhos seria levado para ser morto na câmara de gás, sendo que ela deveria escolher qual dos dois seria poupado e qual seria condenado. Caso se negasse a escolher, os dois seriam mortos. (FONTE: GERACAOEDITORIAL.COM.BR/ESCOLHA-DE-SOFIA-A)

provar a ausência de culpa da Alemanha pela Segunda Guerra Mundial, banalizar, justificar ou mesmo negar a existência dos campos de extermínio e do holocausto, em síntese, fazer a defesa e a reabilitação de Adolf Hitler (1889–1945). Esse grupo nega a si o título de “negacionistas”, pois, considera sua obra como sendo um “revisão histórico”, autodenominando-se “intelectuais revisionistas”. Os críticos destes consideram o termo “revisão histórico” um equívoco, uma vez que seus métodos diferem da revisão histórica “legítima”. Merece destaque o trecho de uma nota publicada pelo Departamento de História da Universidade Duke nos EUA em resposta a um anúncio produzido pelo Comitê para o Debate Aberto sobre o Holocausto, fundado por Bradley R. Smith¹³¹:

É verdade que historiadores estão constantemente envolvidos em revisão histórico; no entanto, o que historiadores fazem é muito diferente do mostrado no anúncio. O revisionismo histórico de eventos importantes... não está preocupado com a realidade desses eventos; ao contrário, preocupa-se com sua interpretação histórica, suas causas e consequências em geral. Não há debate entre os historiadores sobre a realidade do Holocausto... não pode haver dúvida de que o estado nazista matou sistematicamente milhões de judeus, ciganos, radicais políticos e outras pessoas. David Oshinsky e Michael Curtis, da Rutgers University, escreveram: “Se um grupo anuncia que o Holocausto nunca aconteceu, outro pode comprar espaço para insistir que os negros americanos nunca foram escravizados. As apostas são altas porque os jornais universitários podem em breve ser inundados com anúncios que apresentam afirmações desacreditadas como se fossem parte de um debate histórico normal. Se o Holocausto não é um fato, então nada é um fato” (...) (DUKE UNIVERSITY, 2011).

Essa reação dura dos historiadores da Duke é o mínimo que se pode aceitar para não se criar um universo paralelo em que cada um acredite na história que quiser. Segundo Marcos Napolitano (PEREIRA, 2019), a diferença entre negacionistas e historiadores é que estes fazem a “revisão do passado diante de evidências, diante de novas questões, diante de novas demandas que são colocadas”, enquanto aqueles têm como marca a negação das evidências, ou seja, sua meta “não é a ampliação do conhecimento, mas a sua negação”. Sob uma perspectiva psicológica, o jornalista Michael Specter¹³² afirma que, para todos nós que já estivemos diante de verdades dolorosas, a negação parece ser a única forma de lidar com elas e que, nessas circunstâncias os fatos, por mais detalhados ou irrefutáveis, raramente fazem diferença. Para o escritor estadunidense, o Negacionismo “é negação em larga escala, quando um segmento inteiro da sociedade – muitas vezes lutando com o trauma da mudança – se afasta

¹³¹ Em 1987, Bradley R. Smith (1930-2016), um ex-diretor de mídia do Institute for Historical Review, fundou o Committee for Open Debate on the Holocaust (CODOH). Nos Estados Unidos, CODOH repetidamente tentou colocar anúncios questionando se o Holocausto aconteceu, especialmente em jornais de campus universitários.

¹³² Michael Specter é jornalista e escreve sobre ciência, tecnologia e saúde pública global para a *New Yorker*, onde é redator da equipe desde 1998. Recebeu duas vezes o Prêmio Excelência em Mídia do Conselho Global de Saúde, bem como o Prêmio de Jornalismo Científico da Associação Americana para o avanço da ciência.

da realidade em favor de uma mentira mais confortável” (SPECTER, 2009 apud MASLIN 2009).

Noutra perspectiva, do ponto de vista acadêmico, o historiador Paul O’Shea¹³³ define o negacionismo como “a recusa em aceitar uma realidade empiricamente verificável. É uma ação essencialmente irracional que prescinde de uma validação de uma experiência ou de evento histórico” (O’SHEA, 2011:5-6). Os irmãos Hoofnagle o definiram como o “emprego de argumentos retóricos para dar a aparência de um debate legítimo onde não há” (DIETHELM & MCKEE, 2009). Na ciência, uma definição encontrada é a de que o negacionismo “é a rejeição do consenso científico, muitas vezes a favor de um ponto de vista radical e controverso” (SCUDELLARI, 2010). Seja o caminho que se queira percorrer para explicar a negação, não se pode dissociá-la dos objetivos do negacionista, que na grande maioria das vezes explica o que, a princípio, parece irracional.

3.2.2. Tipos de negacionistas

Feita essa necessária exposição, como professor e para melhor compreensão, didaticamente crio uma classificação para categorizar os negacionistas em cinco grupos específicos: a) religiosos; b) geográficos; c) climáticos; d) medicinais; e) históricos.

Os negacionistas religiosos são aqueles que negam a validade da teoria científica da evolução proposta por Charles Darwin (1809–1882), consenso tanto na comunidade científica quanto na acadêmica. Trazendo de maneira muito forte o componente subjetivo da fé e respaldados por estudiosos do livro sagrado cristão de Gênesis, interpretam de maneira literal o mito da criação. Segundo Larson (2004:258) “Praticamente nenhum cientista secular aceitou as doutrinas da ciência da criação; mas isso não impediu os cientistas criacionistas de apresentarem argumentos científicos para sua posição”. São também chamados de criacionistas, sendo que alguns adeptos chamam a essa teoria de “Design Inteligente”, considerada uma hipótese pseudocientífica. A rigor, não se pode denominar os criacionistas de cientistas.

O fato de apresentarem suas teses, em princípio, para os adeptos de suas comunidades religiosas não os tornam menos perigosos para o todo da sociedade do que os demais tipos de negacionistas. O fenômeno da Remediação (BOLTER e GRUSIN, 2000), já exposto em minha introdução, faz com que um texto produzido originalmente numa mídia,

¹³³ Paul O’Shea é historiador e educador australiano, cuja pesquisa se concentrou no Papa Pio XII e nas respostas católicas ao Holocausto. Membro fundador do Instituto Australiano de Estudos sobre Holocausto e Genocídio, ele vive em Sydney e é o Coordenador Sênior de Educação Religiosa no St. Patrick’s College, Strathfield, Austrália.

passa a ser reproduzido e a circular em outras, influenciando setores da sociedade que não deveriam se pautar por crenças religiosas, como a área de Educação, mas que por uma fusão perigosa entre política e religião, acaba circulando. Cito como exemplo o caso ocorrido no Rio de Janeiro em 2004, cuja governadora da época, Rosinha Matheus, presbiteriana¹³⁴ decidiu introduzir o ensino do criacionismo nas escolas estaduais do Rio¹³⁵. Assim, como o discurso produzido na religião não fica apenas entre seus seguidores e adeptos, neste caso, o discurso saiu do púlpito, passou para a política e foi parar na sala de aula, lugar (até então) da ciência. Por analogia, é possível imaginar o estrago que esse discurso faria se, por exemplo, esses religiosos resolvessem negar a letalidade de um vírus, durante uma pandemia ou que a orientação sexual de uma pessoa passa pelo que está escrito num livro sagrado de determinada religião?

Os negacionistas geográficos, popularmente conhecidos por “terraplanistas”, sustentam a teoria de que o planeta Terra não teria a forma aproximadamente esférica, fato discutido desde o século VI a.C. pela filosofia grega, mas que deixou de ser controvérsia desde o século XVI quando Galileu Galilei (1564-1642) por meio de estudos concluiu pela esfericidade do planeta. Não sem antes ser perseguido, julgado, condenado e preso pela Igreja Católica por defender o heliocentrismo, ou seja, a teoria de que a Terra girava ao redor do Sol. Apesar das evidências científicas, no Brasil, em 2019, havia segundo pesquisa do Instituto Datafolha (GARCIA, 2019) 7% de brasileiros (ou 11 milhões de pessoas) que acreditavam que a Terra é plana. Ainda segundo o Instituto, quanto menor a escolaridade, maior a crença de que a Terra é plana. Parte desse grupo realizou em novembro de 2019 a primeira Convenção Nacional da Terra Plana, denominada por eles como FlatCon, em São Paulo, com cerca de 400 pagantes, cujos palestrantes eram, em sua maioria youtubers, informa o jornal *Folha de S. Paulo* (MOREIRA, 2019).

Há também os negacionistas climáticos: são aqueles que negam o fenômeno do Aquecimento Global contradizendo o consenso científico sobre as mudanças climáticas, negando inclusive que ela seja causada pelos seres humanos, bem como seus efeitos na natureza e na sociedade. No centro do debate está a quantidade de gás carbônico na atmosfera, responsável pela variação da temperatura que permite a vida no planeta. Estudos realizados pelo

¹³⁴ Presbiterianismo é um dos diversos segmentos ou denominação religiosa protestante, derivado do calvinismo e também chamado de Igreja Presbiteriana ou Reformada. Se identifica como movimento religioso protestante ou como ideologia sociocultural com raízes na Reforma Protestante de Calvino em Genebra (Por Armando A. Silvestre, INFOESCOLA.COM)

¹³⁵ **FOLHA DE S. PAULO.** Escolas do Rio vão ensinar criacionismo. 13 mai. 2004.

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹³⁶ revelam que a utilização de combustíveis fósseis pelo ser humano aumentou artificialmente a concentração de carbono no ar para mais de 400 ppm¹³⁷, fazendo com que mais calor seja retido, portanto, o que resultou no aumento de 1°C na temperatura média do planeta nos últimos 50 anos. Essas evidências são peremptoriamente refutadas pelos negacionistas climáticos e os motivos serão aprofundados no subitem 3.2.3. a seguir.

Já os negacionistas medicinais são aqueles que negam a existência de determinadas doenças, questionam suas causas e agentes causadores e propõem tratamentos “alternativos” com base em pseudociência. Pode-se observar como exemplo a atuação do Rethinking AIDS, um grupo ativista que embora reconheça a existência do vírus HIV, questiona a hipótese de que ele cause a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) propondo “que uma reavaliação completa das evidências existentes a favor e contra esta hipótese seja conduzida por um grupo independente adequado”¹³⁸. Seu ex-presidente, o bioquímico estadunidense David Rasnick, foi membro do Painel Consultivo da AIDS do presidente sul-africano Thabo Mbeki (que governou entre 1999 e 2008) e como parte de seu trabalho, sugeriu que o teste de HIV fosse proibido e que os medicamentos antirretrovirais não fossem mais usados no país. O mandatário aceitou a ideia e deixou de oferecer o tratamento à sua população, colhendo um resultado para lá de catastrófico:

Embora não ligando suas descobertas a Rasnick, dois estudos estimaram independentemente que mais de 330.000 vidas foram perdidas na África do Sul entre 2000 e 2005 por causa do uso tardio de anti-retrovirais (J. Acquir. Immune Defic. Syndr. 49, 410-415, 2008; Afr. Aff. 107, 157-176, 2008). (SCUDELLARI, 2010)

Como se pode constatar, não são propriamente uma novidade governantes que tomam decisões equivocadas e irresponsáveis em relação à saúde pública de seu país, tampouco a presença de charlatães próximos ao poder tentando vender teorias mirabolantes que custam a vida de centenas de milhares de pessoas. Outrossim, há quem trate esses indivíduos como desequilibrados mentais, no entanto, sua omissão no tratamento responsável da saúde pública é passível de punição como crime contra a humanidade. Por esse motivo, não podemos patologizá-los, sob o risco de não os punir com o devido rigor num tribunal. Pode-se ainda subdividir os negacionistas medicinais em vários grupos, até porque, atentos às oportunidades,

¹³⁶ IPCC: Sigla para Intergovernmental Panel on Climate Change, em inglês.

¹³⁷ Partes por milhão (ppm): Indica quantas partes de soluto (em massa ou em volume) existem em um milhão (1 000 000 ou 10⁶) de partes da solução (também em massa ou em volume). Fonte: manualdequimica.com

¹³⁸ Da página eletrônica do grupo Rethinking AIDS. Disponível em: <https://rethinkingaids.com/index.php/about/about-ra> Acesso em 13 out. 2021.

na atualidade, na pandemia da Covid-19, seguem negando a letalidade do Sars-CoV-2 e desestimulando, desde seu início, todas as medidas de combate a ela. Por tudo isso, como se pode deduzir, pertencem a este grupo todos os que negam a vacina e seus benefícios para a humanidade.

Por fim, os negacionistas da história, conforme já descrito anteriormente, são aqueles que buscam revisar a história por meio de uma lente ideológica, prescindindo de evidências e fontes ou distorcendo-as, a exemplo do inglês David Irving, negacionista do Holocausto, cuja vida foi dissecada na obra de Lipstadt (2006), na qual a estudiosa do Holocausto narra a própria história em que foi processada por Irving por meio de uma ação de difamação e nos tribunais comprovou que o britânico adulterava e distorcia fontes a fim de comprovar seus pontos de vista. O enredo foi adaptado para o filme *Denial* (2016), dirigido pelo inglês Mick Jackson. Abaixo, produzi um quadro (Tabela 3) dos tipos de negacionistas que sintetiza o que foi dito sobre eles até agora.

Tabela 3: Quadro sintético dos Tipos de Negacionistas



Fonte: Cesar Gomes (2020)

3.2.3. Mercado da Negação e Ideologia

O biólogo Átila Iamarino (2017) problematiza um aspecto importante em relação ao negacionismo: o fato de parte das pesquisas que questionaram o consenso científico terem sido financiadas por empresas que tinham interesse nos seus resultados, método descrito por

Oreskes e Conway (2011) sobre como, desde os anos 1950, grupos empresariais financiam cientistas para questionar evidências científicas. Em um dos casos, a indústria do tabaco – com a finalidade de passar à sociedade a impressão de que havia incertezas e falta de consenso sobre o assunto – financiou pesquisadores para questionar as evidências que ligavam o cigarro ao câncer de pulmão, conforme já descrito nesta dissertação no item 2.2.4. Agnotologia: o estudo da produção intencional da desinformação.

Por sua vez, o jornalismo, em nome da imparcialidade, mesmo com evidências claras sobre os riscos, precisava dar voz para os questionadores, fazendo parecer que havia um debate aberto sobre o tema, com dois lados, quando de fato não havia. Até porque mesmo estes pesquisadores também encontraram as mesmas evidências dos malefícios do fumo. Exitosa, a estratégia do “debate” adiou por décadas as medidas antifumo¹³⁹ que se têm atualmente, levando a óbito milhares de pessoas, mas assegurando o lucro dessas companhias. Conforme conclui Iamarino: “Numa questão científica, onde centenas de especialistas chegaram num consenso, dar o mesmo peso para o questionamento, não faz sentido!” (IAMARINO, 2017: 05m33s).

O mesmo estratagema foi utilizado por empresas do ramo do petróleo, que têm interesse em dissociar o aquecimento global da queima de combustível fóssil. Empresas, como a Exxon Mobil Corp. (multinacional de petróleo e gás estadunidense), financiaram pesquisas destinadas a contestar o consenso científico sobre o aquecimento global como parte de uma campanha para criar a aparência de incerteza e debate dentro da comunidade científica sobre o tema, quando na verdade esta é uma das mais fortes visões de consenso científico na história da ciência. A revista estadunidense Newsweek (2007) fez uma longa reportagem descrevendo o sistema de financiamento aos “negadores” por empresas como a petrolífera, que ofereceu aos cientistas US\$10.000 para escrever artigos minando o relatório de mudanças climáticas e os modelos climáticos baseados em computador.

Segundo a agência de notícias Associated Press, a ExxonMobil não negou ter feito as contribuições financeiras para as pesquisas: “O porta-voz da ExxonMobil, Gantt Walton, disse que o apoio financeiro da empresa para relatórios científicos não significa que influenciou o resultado desses estudos” (ASSOCIATED PRESS, 2007). O objetivo, assim como no caso da indústria do tabaco é desviar a atenção, buscar espaço na mídia, criar uma polêmica que não

¹³⁹ **REVISTA VEJA.** Brasil reduz em 40% o número de fumantes, revela OMS. 29 jul. 2019.

existe e, dessa forma, adiar a criação de alternativas à geração de energia que minimizaria os efeitos das mudanças climáticas, mas que, simultaneamente, poderia comprometer seus lucros.

Retomando Gramsci, Gastaldi (2018) explica que, como a hegemonia é diretamente dependente do Bloco Ideológico, o discurso negacionista vai operar na esfera da Superestrutura (conceitos discutidos no capítulo I), no nível da sociedade civil, sendo de fundamental importância para disseminar as ideias da classe dominante para obter o consentimento da sociedade em geral para a implementação de suas políticas:

O negacionismo pode ser classificado como uma ideologia orgânica constituinte do sistema hegemônico vigente. Isso se explica pelo fato de exercer papel necessário à estrutura, visto que influi diretamente sobre o modo de produção, pois a aceitação desta ideologia permite a operacionalização de um sistema produtivo menos sustentável (em termos ambientais) e mais coerente à valorização do capital. Na esfera da sociedade civil, o negacionismo atua como ideologia da classe dirigente, por exemplo, ao incorporar-se ao que é considerado ciência ou influir sobre o direito. Além disso, contribui à difusão da concepção de mundo, na medida em que sistematiza uma organização social e produtiva apropriada. Por fim, atua como direção ideológica da sociedade, pois além de abranger a ideologia em si, produz estrutura ideológica (organizações que criam e difundem a ideologia, como os *think tanks*¹⁴⁰) e material ideológico (instrumentos técnicos de difusão da ideologia, a exemplo da produção literária e midiática) (GASTALDI, 2018:12).

São três, portanto, os grupos de “funcionários” da superestrutura que atuam no Bloco Ideológico, responsáveis por difundir as ideias negacionistas na sociedade: a) uma parte da mídia conservadora (cujos interesses comerciais estão em consonância com os desse setor privado); b) os políticos financiados por esse setor privado; c) os *think tanks*, por meio de seus intelectuais. Os dois primeiros já foram discutidos no capítulo 1 desta dissertação, de modo que vou me ater agora ao papel dos intelectuais.

3.2.4.O Papel dos Intelectuais

O geógrafo Milton Santos em entrevista ao programa Roda Viva, em 31 de março de 1997, ao discorrer sobre o papel dos intelectuais enfatizou que:

O intelectual se caracteriza pela sua força crítica. E quem dotado de força crítica for jamais vai imaginar que há uma só perspectiva, uma só alternativa (...) eu não posso ser ao mesmo tempo intelectual e establishment. Quando os intelectuais decidem ser establishment eles abandonam a sua capacidade crítica e traem a sua missão (...) O intelectual existe para criar o desconforto, é o seu papel. E ele tem que ser forte o bastante sozinho para continuar exercendo esse papel (SANTOS, 2015:24 min.43s – 27 min.19s).

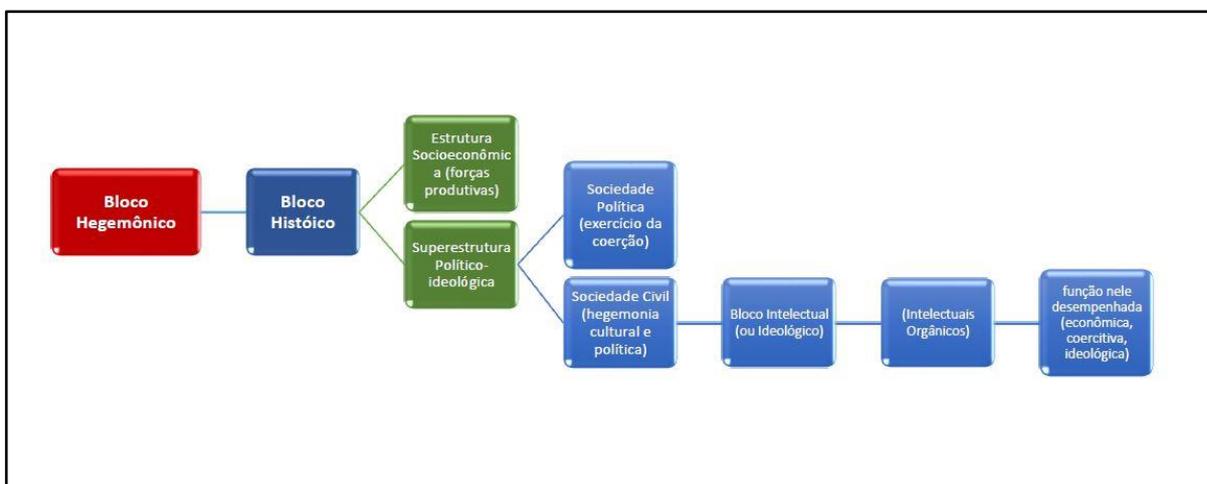
¹⁴⁰ THINK TANKS são instituições em que um grupo de especialistas fornecem conselhos e ideias sobre questões políticas, sociais ou econômicas, dedicando-se a produzir e difundir informações sobre temas específicos, cujos objetivos são influenciar ideias na sociedade e decisões na política.

Lamentavelmente, nem todos os intelectuais pensam como o falecido professor da USP e esse incômodo com tal postura vem de algum tempo. Paul Nizan (1932) em seu ensaio *Os Cães de Guarda* faz uma crítica à postura dos filósofos que não lutam para transformar o mundo real. E não lutar para transformar é o mesmo que contribuir para conservar as coisas como estão, isto é, o poder hegemônico nas mãos de uma classe dominante:

O que é que fazem os pensadores de ofício? Guardam o silêncio. Não alertam. Não denunciam. O fosso entre o seu pensamento e o universo de catástrofes que nos rodeia aumenta... eles não dão o alerta. A distância entre as suas promessas e a situação dos homens nunca foi tão escandalosa. E não se mexem. Ficam do mesmo lado da barricada, continuam nas suas assembleias e publicam os mesmos livros...” (NIZAN, 1932 apud PEQUENO, 2004:74)

O Bloco Intelectual (formado por intelectuais orgânicos e pelos não orgânicos¹⁴¹) é um subgrupo da esfera da sociedade civil que, por sua vez, é subgrupo da superestrutura político-ideológica (Figura 33, abaixo). O conceito de intelectual trazido por Gramsci “não se define pelas diferentes posições que os indivíduos ocupam no mundo produtivo, estejam eles desempenhando um ‘trabalho manual’ ou ‘não-manual’” (MARTINS, 2011:134), mas sim, pela função que desempenham no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades se encontram, no conjunto geral das relações sociais.

Figura 33: Hierarquia do Bloco Hegemônico de Gramsci



Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir da leitura de GASTALDI (2018)

Para Robert Cox (1993:56-57 apud GASTALDI, 2018:05), o Estado (sociedade política) precisa propagar uma cultura comum para o proletariado a fim de manter a coesão

¹⁴¹ Ou seja, os que foram cooptados pela classe dominante. Quando a classe dirigente agrega em torno de si os intelectuais de outros grupos sociais a fim de decapitar sua direção ideológica e política (PORTELLI, 1977:69 apud GASTALDI, 2018:05)

dentro do bloco, papel-chave desempenhado pelos intelectuais, por isso eles são tão importantes nesse organograma. Ou seja, os intelectuais são “os ‘emissários’ do grupo dominante para o exercício da hegemonia social e do governo político” (COX, 1993:57; PORTELLI, 1977:87 apud GASTALDI, 2018:05), uma vez que por meio de sua atuação, a sociedade é impregnada pelos valores culturais da classe dominante, consolidando assim, sua hegemonia.

Nesse contexto, entra o papel que têm desempenhado os *think tanks*, que geralmente são formados por grupo de especialistas de natureza investigativa e reflexiva e publicam artigos, estudos ou até esboçam legislações sobre assuntos específicos da política, economia, educação etc. Sendo que tais informações são prontamente usadas por governos, empresas, organizações de mídia, movimentos sociais ou outros grupos. Pelo fato de eles poderem ser financiados por doações de milionários, contribuições individuais, governos, corporações ou partidos políticos, sua credibilidade é bastante questionável, visto que seus pareceres e pesquisas podem encaminhar a defesa de perspectivas ligadas a seus beneméritos, como a história tem mostrado – nos episódios da indústria do tabaco e do aquecimento global – seu envolvimento em distorcer dados, atacar descobertas científicas ou propagandear realizações e ideias de determinados governos, conforme descrevi anteriormente.

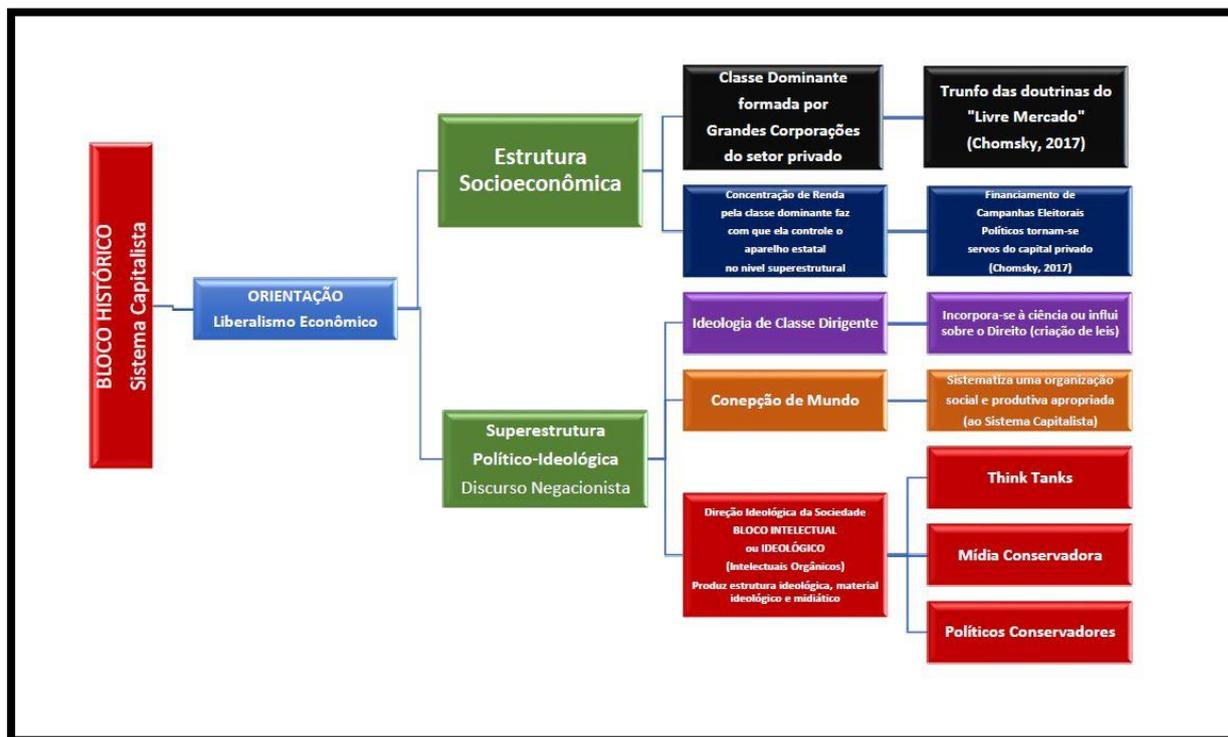
As companhias privadas desempenham papel crucial na formação e difusão das vertentes negacionistas por meio de financiamentos oferecidos aos *think tanks* conservadores como CATO Institute, Competitive Enterprise Institute, American Enterprise Institute, Heritage Foundation, Heartland Institute, Marshall Institute, entre outros, são exemplos desse tipo de organização:

Dunlap e Jacques (2013) examinaram uma quantidade de 108 livros com temáticas centradas na defesa do negacionismo climático, no intuito de delinear associações entre essas produções e os *think tanks* conservadores. A análise restringiu-se aos livros publicados em Língua Inglesa, em primeira edição, entre 1980 e 2010. Entre os livros avaliados, 66 deles são de origem estadunidense. E entre estes, o vínculo com algum *think tank* pôde ser comprovado em 43, isto é, 65% da quantidade total dos livros publicados nos Estados Unidos. Tais estatísticas evidenciam o significativo papel desempenhado pelos *think tanks* na elaboração e disseminação das vertentes negacionistas (DUNLAP e JACQUES, 2013: 702-709 apud GASTALDI, 20018:09).

Grupos de intelectuais patrocinados que se reúnem para produzir conhecimento não é novidade, uma vez que, no passado houve experiências similares nas academias humanistas e nas redes acadêmicas dos séculos XVI e XVII. A grande questão é que naquele contexto era sabido quem estava pagando pelos serviços, fosse o rei ou um mecenas aleatório, ao passo que hoje, em boa parte dos casos, os especialistas se vendem como instituições independentes, quando de fato têm compromisso com quem os financia. Assim, concordo com o professor Jacob Soll (2017) para quem “Os *think tanks* modernos podem servir aos interesses políticos e

corporativos. Mas, antes os leitores sabiam que Colbert estava pagando pela propaganda, hoje os interesses que norteiam as descobertas dos grupos de reflexão são frequentemente obscuros”. Na Figura 34 (abaixo), é possível observar a estrutura do Bloco Histórico, segundo Gramsci.

Figura 34: A Hierarquia do Bloco Histórico localiza o papel dos intelectuais, da mídia conservadora e dos políticos conservadores dentro da superestrutura



Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir de GASTALDI (2018)

Portanto, o negacionismo pode (e deve) ser analisado também sob o ponto de vista ideológico, pois outra estratégia desses grupos empresariais é transformar o consenso científico em debate político, pois “quanto mais ideológica a discussão mais as pessoas tendem a aceitar ou negar o que foi dito com base no grupo que defendem ao invés de fatos e evidências” (IAMARINO, 2017:06m07s). Assim como descrevi no Capítulo II (no item 2.2.4) sobre Agnotologia, as estratégias são variadas, mas todas elas têm o mesmo propósito. De forma que é preciso formar o leitor para que não caia nessas armadilhas, que não são novas na metodologia, mas que se renovam e se adequam ao seu tempo e espaço.

3.3. Negação da Vacina

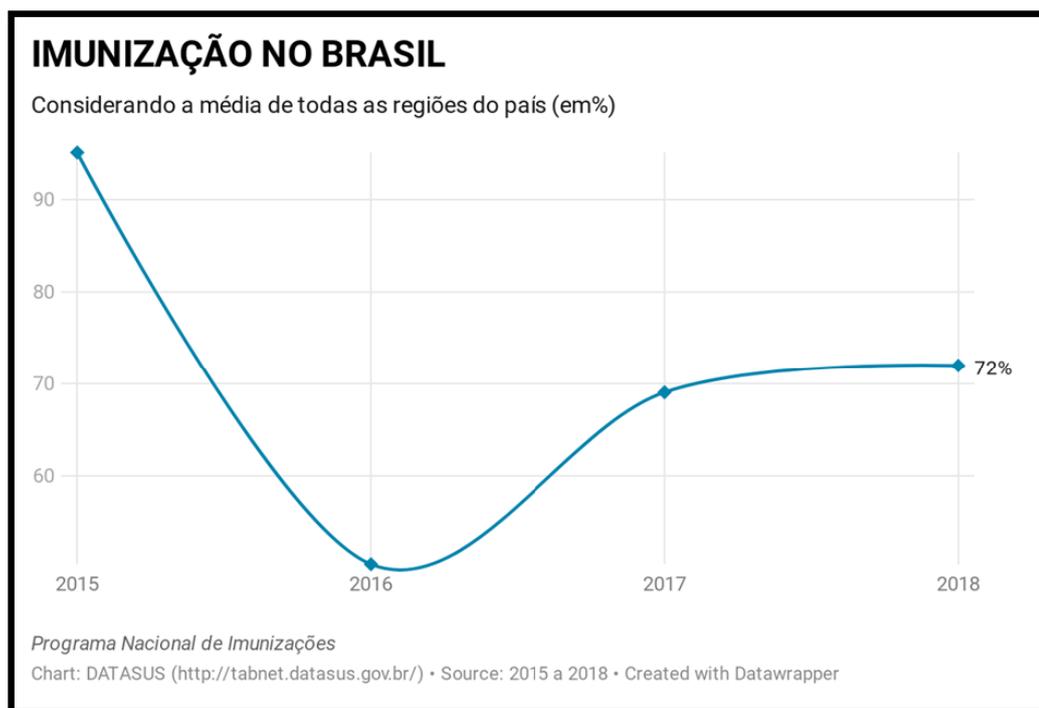
3.3.1. Uma ameaça à saúde global

O aumento de 30% nos casos de sarampo em todo o mundo no ano de 2018, levou a OMS a listar a Hesitação Vacinal¹⁴² entre as Dez Principais Ameaças à Saúde Global, em 2019. Devido à natureza comum das vacinas na atualidade, em princípio, esse anúncio pode ter causado estranheza, visto que a imunização por esse meio representa um dos mais eficazes avanços médicos e uma das maiores conquistas de saúde pública em toda a história da humanidade. Por isso, muitas vezes, parte da sociedade pode ignorar o impacto colossal que elas tiveram na saúde global e que salvam milhões de vidas todos os anos. Segundo a OMS (2019), a vacina é “uma das formas mais econômicas de evitar doenças – atualmente evita 2 a 3 milhões de mortes por ano, e mais 1,5 milhão poderiam ser evitadas se a cobertura global de vacinações melhorasse”.

No entanto, apesar das fartas evidências científicas, estudos têm demonstrado que há um percentual importante de pessoas que, por se preocuparem com a segurança e com a eficácia das vacinas, consideram a possibilidade de não se vacinar nem a seus familiares, ou seja, hesitam em se vacinar. É importante esclarecer que a maioria dos fatores que podem motivar a hesitação vacinal não serão discutidos neste texto porque fogem muito do objetivo central, como, por exemplo, a não adesão às vacinas por aqueles que têm medo de agulhas, por quem rejeita tratamentos médicos convencionais ou quem faz parte de comunidades nas quais não administrar vacinas é a norma social.

Restrita, minha discussão gira em torno da hesitação vacinal motivada pelo reforço às dúvidas sobre segurança e eficácia das vacinas trazidas por informações distorcidas e/ou de teorias da conspiração disseminadas por meio das mídias sociais, cujas configurações algorítmicas, aliadas à evolução, simplificação no uso e facilidade de acesso são os fatores novos que se verificam para justificar esse alerta da OMS, uma vez que, como veremos, as campanhas antivacinação existem há quase tanto tempo quanto as vacinas.

¹⁴² Hesitação Vacinal é a relutância ou recusa em vacinar apesar da disponibilidade de vacinas - ameaça reverter o progresso feito no combate às doenças evitáveis pela vacina (OMS, 2019).

Gráfico 3: Dados da cobertura vacinal no Brasil entre 2015 e 2018

Fonte: Produzido a partir de dados do Datasus. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br>

Coincidência ou não, após a cobertura vacinal despencar – conforme mostram dados do Ministério da Saúde no Gráfico 3 (acima) – em abril de 2019, o país perdeu o certificado de erradicação do Sarampo¹⁴³, que detinha desde 2016. Outra doença que não apresenta um único caso desde 1989, a Poliomielite, cujo certificado foi concedido em 1994, também pode voltar. A epidemiologista Laurence Cibrelus, chefe da Estratégia de Combate à Febre Amarela da OMS, afirmou em entrevista que as “fake news” podem ter influenciado as metas de vacinação no Brasil, citando como exemplo o boato de que uma receita natural (e não a vacina) poderia garantir proteção contra a doença (COSTA, 2018).

Em geral, a desinformação sobre Saúde pode envolver sintomas, diagnósticos e tratamentos; estatísticas falsas e enganosas; tentativas de desacreditar jornalistas e meios de comunicação credíveis; e, principalmente, a partidarização¹⁴⁴ do assunto. Assim, como pesquisador e profissional da educação, compreender a gênese dessa produção deliberada de contrainformação sobre as vacinas é fundamental para vislumbrar se e quais contribuições a

¹⁴³ O selo de País Livre do Sarampo (ou outra doença) é concedido pela OMS quando o país passa no mínimo 12 meses sem casos de determinada doença evitável por vacina.

¹⁴⁴ Aqui, eu vou considerar a partidarização, não a participação de partidos políticos na discussão sobre saúde pública, o que é legítimo, mas sim, a tendência de acolher ou refutar uma evidência (científica ou não) levando em conta apenas objetivos partidários e eleitorais de curto prazo, em detrimento de outros que beneficiem toda uma sociedade.

Educação Midiática pode trazer para instruir e formar o leitor, alvo das peças desinformativas, sabendo de antemão que a questão é complexa e que há outros aspectos que também precisam ser trabalhados.

Neste tópico sobre o Negacionismo da Vacina procuro traçar um histórico das controvérsias sobre a vacinação, que se iniciam no século XVIII, suas motivações e elencar os principais argumentos dos antivacionistas sobre os quais a desinformação sobre vacina é produzida. Esse entendimento pode apontar caminhos educacionais para que por meio da leitura crítica da mídia os educandos desenvolvam a capacidade de identificar a manipulação da informação (que é histórica e não está relacionada apenas à temática das vacinas, diga-se), o que contribui para o exercício de sua cidadania em todos os campos da sociedade.

3.3.2. Antivacionismo, Hesitação e Reducionismo

Formado em Letras e não tendo formação básica em Ciências Biológicas procurei nesses três anos de Mestrado aprender ao máximo o conteúdo das disciplinas obrigatórias que cursei, além de buscar fora da grade curricular formação complementar que permitisse falar sobre vacinas. Por esse motivo participei da formação *Antivaccination and Vaccine Hesitancy!*¹⁴⁵ (na modalidade online), oferecido pela Universidade de Queensland, da Austrália, entre julho e agosto de 2021. Assim, para responder à questão proposta pelo capítulo, quero introduzir o assunto fundamentado na literatura e nas aulas a que assisti ministradas pelo instrutor do curso, o professor doutor Tom Aechtner¹⁴⁶.

Em primeiro lugar, é preciso enfatizar que os termos “antivacinação” junto a “antivacionista” geralmente se referem a uma negação veemente da vacina e/ou a uma recusa em ser vacinado, isto é, a uma rejeição ativa acerca do consenso científico sobre as vacinas. Apesar disso, tais expressões não descrevem adequadamente o comportamento de parte das pessoas que podem simplesmente ter dúvidas ou preocupações sobre as vacinas. É possível encontrar muitas pessoas que têm questionamentos acerca da matéria-prima das vacinas e outras que têm reservas sobre sua obrigatoriedade (num “viés político” do tema), no

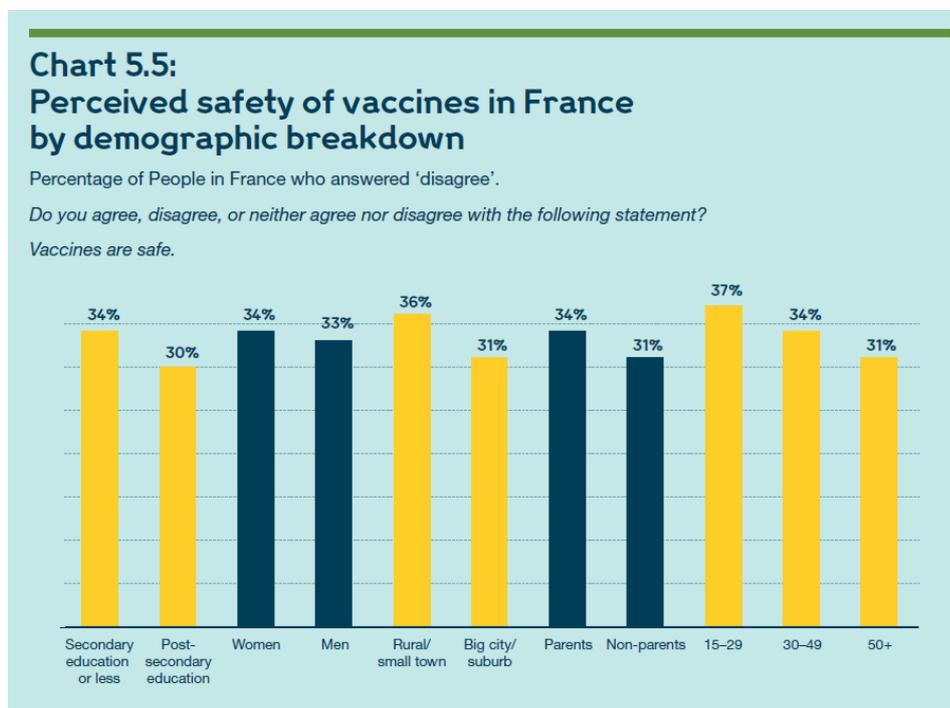
¹⁴⁵ Composto por seis módulos, o curso se propunha a: 1) Examinar a ciência das vacinas, incluindo a segurança e eficácia da vacinação; 2) Reconhecer porque algumas pessoas hesitam em relação às vacinas; 3) Identificar doze mitos sobre vacinas e sete estratégias de persuasão antivacinação; 4) Reconhecer o que não fazer ao tentar dissipar os mitos da vacina; e 5) Investigar maneiras de responder eficazmente a indivíduos hesitantes com a vacina.

¹⁴⁶ Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais daquela universidade, o professor examina o ceticismo científico, a mídia de massa, a persuasão e as percepções do público sobre a ciência. Além disso, é consultor técnico do Departamento de Comunicações Estratégicas de Queensland Health, membro da Australian Vaccine Response Alliance e projetou o site Vaccination Choice da UQ. O livro mais recente de Tom é *Media and Science-Religion Conflict: Mass Persuasion in the Evolution Wars* (2020).

entanto, será que tais posicionamentos podem tornar alguém antivacinationista? Além disso, em virtude da profusão de possibilidades que se apresenta, é preciso ter muito cuidado ao tentar traçar um perfil definitivo com as características dos indivíduos que hesitam em vacinar, do “antivacinationista” ou do “negacionista da vacina”, porque indivíduos que têm ansiedade e dúvidas sobre a vacinação podem vir de uma variedade de origens e podem transmitir hesitações distintas para vacinas distintas.

Em uma enquete mundial realizada pelo instituto de opinião Gallup¹⁴⁷ (2019), quando perguntados se concordam ou discordam de que as vacinas são seguras, Bangladesh e Egito (97%), além de Etiópia, Libéria e Tanzânia (96%) estão entre os países que mais confiam na segurança das vacinas. Por outro lado, no Top-5 dos países que mais desconfiam das vacinas temos: França (33%), Gabão (26%), Togo (25%), Rússia (24%) e Suíça (22%). Uma explicação possível para os franceses figurarem entre os mais céticos do mundo quando o assunto é segurança das vacinas pode estar no seu passado de falhas na comunicação de crise em relação a eventos adversos com as vacinas. O Gráfico 4 (abaixo) mostra o perfil da sociedade francesa em relação à segurança das vacinas.

Gráfico 4: Segurança percebida das vacinas na França: discriminação demográfica mostra o percentual de pessoas que disseram discordar da pergunta “As vacinas são seguras?”



FONTE: Wellcome Global Monitor (GALLUP, 2019:115), parte do levantamento Gallup World Poll 2018.

¹⁴⁷ A Wellcome Global Monitor, parte da Gallup World Poll 2018, foi uma enquete mundial que procurou saber como o mundo se sente em relação à ciência e à saúde.

É possível perceber, pelo gráfico acima, que há pouca variação nos resultados, seja nos diferentes níveis de escolaridade, homens e mulheres, moradores dos grandes centros ou das zonas rurais, em diferentes faixas etárias. Ainda assim, são números preocupantes, pois não precisam nem 30%, mas é suficiente que 10% das pessoas não sejam vacinadas contra o sarampo, por exemplo, para permitir que uma infecção se espalhe e cause surtos perigosos.

A origem dessa desconfiança entre os franceses pode estar ligada à associação entre a vacina contra a Hepatite B e a esclerose múltipla, ocorrida nos anos 1990, há quase três décadas, quando a “discrepância entre as conclusões dos estudos de segurança e a interrupção da vacinação nas escolas criou confusão na mídia, no público e na comunidade médica, levando à queda na cobertura vacinal contra hepatite B” (MARTINS e MAIA, 2003:817), embora diversos estudos posteriores não tenham encontrado evidências de tal associação. Desse modo, não chega a surpreender o fato de que em julho de 2021 apenas 64% dos profissionais de saúde daquele país estivessem vacinados contra a Covid-19, embora houvesse vacina à disposição (RFI, 2021), o que forçou o governo francês a impor a obrigatoriedade da vacina para esses profissionais (DURÃO, 2021). É possível classificar parte dos franceses como antivacionistas ou pode-se dizer que eles apenas hesitam em se vacinar?

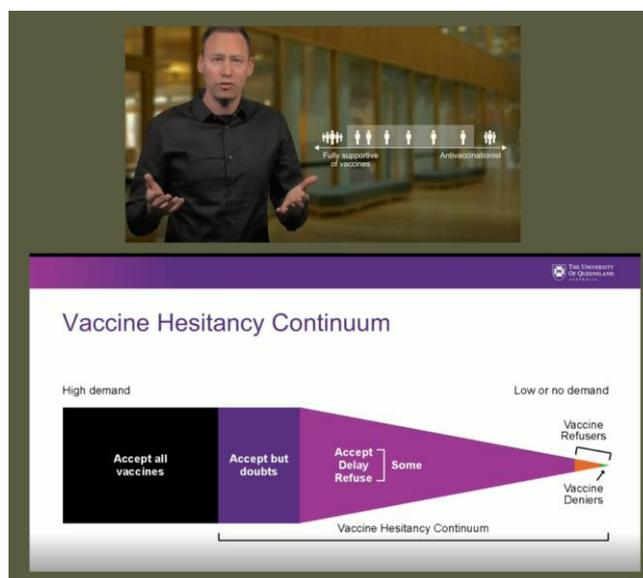
Criado por pesquisadores, Hesitação Vacinal é um termo que despolariza a questão e reconhece a complexidade da percepção das pessoas acerca das vacinas, não aderindo cegamente à redução excessiva do que sugere o “Antivacionismo”. Refere-se, por isso, aos motivos pelos quais alguém pode questionar, atrasar ou recusar as vacinas no contexto de um processo de tomada de decisão em torno da vacinação. O termo inclui vários graus de preocupação com as vacinas, sua segurança e dúvidas sobre sua necessidade, bem como diversos comportamentos em resposta a essas preocupações. Para a OMS, a hesitação da vacina é a relutância ou recusa em vacinar ou em ter seus filhos vacinados contra doenças contagiosas, apesar da disponibilidade de vacinas. Conforme descrevi no início deste tópico, a agência classificou o Movimento Antivacina como uma das “Dez ameaças à saúde global em 2019”, citando como efeito da ação dos grupos o aumento de 30% nos casos de sarampo em todo o mundo, em 2018, considerando, no entanto, complexas as razões pelas quais as pessoas deixam de se vacinar:

As razões para esse aumento são complexas e nem todos esses casos se devem à hesitação da vacina. No entanto, alguns países que estavam perto de eliminar a doença tiveram um ressurgimento. As razões pelas quais as pessoas optam por não vacinar são complexas; um grupo consultivo de vacinas da OMS identificou complacência, inconveniência no acesso às vacinas e falta de confiança são as principais razões para a hesitação. (OMS, 2019).

Assim, conforme a citação anterior, o grupo consultivo sobre vacinas – formado por conceituados profissionais do meio acadêmico, comunidade médica, prática clínica, institutos de investigação e organismos governamentais – identificou e qualificou três principais motivos: I) **Complacência**¹⁴⁸ (baixa percepção dos riscos das doenças preveníveis por vacinas e da importância das vacinas); II) **Inconveniência no acesso às vacinas** (disponibilidade e acessibilidade das vacinas e dos serviços de saúde) e; III). **Falta de confiança** (nos profissionais de saúde, nas vacinas e em sua eficácia). Ou seja, a Hesitação Vacinal pode ser moldada por uma série de fatores, que podem incluir a confiança na segurança das vacinas, no sistema médico e nos profissionais de saúde, nas empresas farmacêuticas e até nos governos.

Além disso, entram nessa avaliação as experiências positivas e/ou negativas que essas pessoas tiveram no passado com as vacinas, bem como os relatos que lhe chegam de pessoas que tiveram tais experiências. Por fim, pode-se considerar as crenças sociais e culturais compartilhadas entre famílias e amigos, juntamente com influências políticas e da mídia em geral. A Hesitação Vacinal é, portanto, um espectro de atitudes e comportamentos, não podendo, diante disso, classificar tais pessoas em simplificações superficiais como “negacionista de vacina” ou “antivacina”.

Figura 35: O professor Tom Aechtner demonstra, por meio de infográficos e gráficos, as nuances entre os que são totalmente favoráveis às vacinas e os antivacinaçãoistas convictos



FONTE: Captura de tela de aula do curso “Antivaccination and Vaccine Hesitancy!”, realizado pela Universidade de Queensland em 2021

¹⁴⁸ Grifo meu.

Conforme mostra a Figura 35 (acima), em uma extremidade do espectro estão as pessoas que aceitam todas as vacinas, por acreditarem na ciência, sem expressar quaisquer incertezas sobre a vacinação e no espectro oposto, as pessoas que recusam todas as vacinas, que podem ser negadores convictos desse tipo de imunização e devotos antivacionistas. Muitos estudiosos, como o professor Aechtner, defendem a ideia de que há muitos matizes entre essas duas opções. Entre os dois grupos, há também aqueles que receberam todas as vacinas, recomendam-nas e tiveram familiares vacinados, no entanto, ainda têm algumas dúvidas sobre a segurança e eficácia das vacinas. A seguir pode-se identificar pessoas que podem aceitar algumas, mas nem todas as vacinas, junto com indivíduos que optam por adiar certas vacinas para seus filhos. De forma que, as atitudes em relação à vacinação devem ser vistas em um *continuum*¹⁴⁹ que vai desde a demanda ativa por vacinas até a recusa total de todas as vacinas (DUBÉ et al., 2013:1764), ao qual o professor de Queensland chama de *Vaccine Hesitancy Continuum* (Continuum de Hesitação Vacinal, em português).

Os resultados de alguns estudos corroboram o pensamento descrito anteriormente, de que mesmo indivíduos vacinados podem ter dúvidas e preocupações importantes sobre as vacinas. Em 2011, um levantamento feito pela Agência de Saúde Pública do Canadá mostra que, embora nove em cada dez pais tenham vacinado seus filhos, 51% deles demonstravam a preocupação de que as vacinas desenvolvidas recentemente não fossem tão seguras quanto as vacinas mais antigas e 31% acreditavam que as crianças recebiam vacinas demais. (EKOS RESEARCH ASSOCIATES INC, 2011:39).

Diante de tais informações é possível deduzir que não há uma causa única para a hesitação vacinal, o que contraria a minha hipótese inicial, talvez simplificada, de que as pessoas estavam deixando de se vacinar em virtude da influência de informações não factuais (*fake news*). Além disso, numa sociedade polarizada, o termo “Antivacionismo”, muitas vezes, pode não descrever (assim como “*fake news*”) as nuances existentes entre a negação fervorosa de toda e qualquer vacina e as dúvidas que qualquer pessoa pode ter sobre quaisquer tratamentos médicos.

Por outro lado, é preciso desconstruir a percepção trazida pelas mídias sociais (por conta da configuração de seus algoritmos) de que o movimento antivacina é um movimento numeroso. Ele é, sim, barulhento, porque seus adeptos trabalham messianicamente, no entanto,

¹⁴⁹ Palavra trazida do latim *continuum*, que pode ser traduzida literalmente como “contínuo”. Representa uma série de acontecimentos sequenciais e ininterruptos, fazendo com que haja uma continuidade entre um ponto inicial e um final.

representam uma parcela pouco expressiva dentro da sociedade, conforme mostra a enquete do instituto Gallup (2019:120) já citada anteriormente: somente 6% dos entrevistados disseram que seus filhos não receberiam uma vacina que supostamente os impediria de pegar doenças infantis. O professor Aechtner acredita que o percentual de pessoas que podem realmente ser consideradas antivacinacionistas fervorosas é muito pequeno, representando apenas 2% ou 3% da população de um país. Embora esse pequeno percentual de pessoas possa ser genuinamente antivacinacionista, há uma proporção muito maior de pessoas (de origens, crenças, posicionamentos e experiências diferentes) que provavelmente têm alguma hesitação às vacinas.

Conforme escrevi em um texto para o Especial Covid-19, do Blogs de Ciências da Unicamp¹⁵⁰, os argumentos antivacinacionistas não são novos, mas agora são disseminados por meio das mídias sociais. Eles vão da suposta preocupação em violação das liberdades civis à “denúncia” de lucro exacerbado por parte da indústria farmacêutica, passando pelas reações adversas pós-vacinais, incluindo a hipersensibilidade, que nos casos mais agudos pode culminar num choque anafilático¹⁵¹. Ocorre que, apesar das intercorrências a que estão sujeitos todos os procedimentos médicos, há um esmagador consenso científico, com base em evidências de pesquisas, sobre a segurança e eficácia das vacinas, sendo, portanto, muito mais seguro para a saúde do ser humano vacinar-se. No entanto, essa falsa polêmica causada pelos movimentos tem desacreditado parte da população e tem levado – conforme a própria OMS expõe – à volta de doenças que estavam praticamente erradicadas.

Reconhecendo os limites de uma dissertação de mestrado, quero contribuir para esse diálogo, discutindo a hesitação vacinal que se origina da divulgação de informações distorcidas e não factuais sobre as vacinas, deixando as demais causas para os profissionais que têm lugar de fala sobre o assunto. Nesse sentido, importa discutir o que está submerso nas dúvidas daqueles que hesitam em se vacinar, dúvidas estas que muitas vezes são reforçadas pela mídia tradicional e pelas mídias sociais com interesses políticos e econômicos, como é plantada boa parte da desinformação que circula na sociedade.

¹⁵⁰ GOMES, C.A. **Obrigatoriedade da Vacina: discurso contrário vem do século XIX**. Especial Covid-19 – Blogs Unicamp. 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/obrigatoriedade-da-vacina-discurso-contrario-vem-do-seculo-xix/>. Acesso em 20 ago. 2021

¹⁵¹ É a forma mais grave de reação de hipersensibilidade (alergia), desencadeada por diversos agentes como drogas, alimentos e contrastes radiológicos. Os sinais e sintomas podem ter início após segundos à exposição ao agente ou até uma hora depois. A avaliação e o tratamento imediatos são fundamentais para evitar a morte. (Biblioteca Virtual em Saúde, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015)

3.3.3. As questões antivacinação

Figura 36: Charge referente ao Movimento Antivacina



Fonte: MONTANARO, 2019. Revista Galileu [online] 02 out. 2019

Muita gente acredita que os movimentos antivacinas, retratados na charge de João Montanaro (Figura 36, acima), são fenômenos recentes que se multiplicaram por conta do advento da internet e das mídias sociais digitais, no entanto, apesar dos comprovados resultados para a saúde, a oposição à vacina existe há quase tanto tempo quanto a sua descoberta. Os questionamentos têm mais de 200 anos e começam já no século XVIII contra a técnica da variação¹⁵², (originalmente chamada de Inoculação), que foi uma tentativa de combater as epidemias de varíola que assolavam tanto a Europa quanto os EUA. Uma pesquisa pelo site Google Ngram¹⁵³ mostra o percentual de livros que contêm a palavra “antivaccination” desde

¹⁵² Consiste na introdução deliberada de um líquido que abrigava o vírus causador da doença, extraído de crostas de varíola de um paciente infectado, na pele de indivíduos saudáveis. A doença se manifestava de maneira mais suave em uma pessoa variolada. Há variantes desse método (a depender do país que o utilizava), como por exemplo esfregar as crostas secas na pele da pessoa que deveria ser imunizada ou moer as crostas secas até reduzi-las a pó assoprado no nariz do indivíduo.

¹⁵³ O **Google Books Ngram Viewer** é um mecanismo de pesquisa on-line que mapeia as frequências de qualquer conjunto de cadeias de pesquisa delimitadas por vírgulas usando uma contagem anual de n-gramas encontrados em fontes impressas entre 1500 e 2008 nos corpora de texto do *Google* em inglês, chinês (simplificado), francês, alemão, hebraico, italiano, russo ou espanhol.

1800 até 2008. O Gráfico 5 (abaixo) mostra que ao longo dos anos, após décadas de queda, as citações voltaram a subir a partir dos anos 1990.

Gráfico 5: Percentual de livros que contém o termo “antivaccination”, entre 1800 e 2008, segundo o banco de dados do *Google*



FONTE: Google Books Ngram Viewer (Acesso em 21 mai. 2021)

Neste subitem, pontuo as dúvidas que pairam sobre as vacinas e que são alvo dos comunicadores antivacina. Tafuri et al. (2011) destaca que os princípios teóricos dos antivacionistas dos séculos XIX e XX eram: (a) a hipótese de que as vacinas causam doenças; (b) a presença de substâncias tóxicas na vacina; (c) a violação da liberdade pessoal e das pessoas; e (d) a ineficácia das vacinas. Por sua vez, Opel et al. (2011) desenvolveu um instrumento de pesquisa para medir diretamente o nível de hesitação da vacina entre os pais, em 4 domínios em relação à hesitação da vacina: (1) crenças sobre segurança e eficácia das vacinas; (2) confiança (nos profissionais de saúde); (3) atitudes sobre os mandatos e isenções de vacinas; e (4) comportamento de imunização. Partindo de questionamentos existentes, utilizo os domínios de Tafuri e Opel para discutir as motivações de tais hesitações, tentar encontrar respostas para elas e assim dar subsídio para a construção de comunicações mais eficazes que possam diminuir as dúvidas sobre as vacinas e conseqüentemente a hesitação vacinal.

3.3.3.1. Crenças sobre segurança e eficácia das vacinas

3.3.3.1.1. Questionamentos vêm do século XVIII

Como é possível observar, três dos argumentos antivacionistas dos séculos XIX e XX versam, não por acaso, sobre a segurança e eficácia das vacinas, assim como as dúvidas que circulam em posts de redes sociais na contemporaneidade. Essa preocupação não é nova

porque em diferentes momentos históricos surgiram (e surgem) epidemias, pandemias e um sem-número de doenças que desafiaram (e desafiam) a sobrevivência da humanidade.

Por ter uma relação direta com a vacina, trago o exemplo concreto da varíola¹⁵⁴, doença que, segundo a OMS, está erradicada desde 1980¹⁵⁵, mas que no século XVIII levou a óbito pelo menos 400 mil pessoas no mundo e estima-se que, pelo menos um terço do total de casos, tenham resultado em cegueira. Voltemos no tempo, precisamente ao século XVI no Brasil, que teve seu primeiro surto da doença ainda em meados dos anos 1500:

O primeiro surto de varíola ocorreu em 1555, quando a doença foi introduzida no estado do Maranhão por colonos franceses. Em 1560, ocorreu uma epidemia relacionada ao tráfico de escravos africanos e em 1562-63, a doença foi trazida pelos próprios portugueses. As populações nativas também foram duramente atingidas. A busca dos jesuítas pelas conversões de índios contribuiu para a interiorização e disseminação da doença. A varíola estabeleceu-se nas grandes cidades (portos), principalmente no Rio de Janeiro, assumindo caráter endêmico, como na Europa (TOLEDO JR, 2005:61).

Ainda segundo o autor, nos EUA entre 1617 e 1619 ocorreu a primeira epidemia de varíola na América do Norte, em Massachusetts. Já entre 1636 e 1698 ocorreram grandes epidemias, importadas da Europa, nos principais portos da costa leste, como Boston e Nova Iorque. E foi com a Corrida do Ouro, por volta de 1785, que a varíola atingiu a costa oeste dos EUA. Segundo o filósofo francês Voltaire (1694 – 1778), na Europa do século XVIII, 60% da população contraiu varíola, com uma taxa de mortalidade de 20% e uma incidência de 20% de cicatrizes graves. Segundo Williamson (2007:110), entre julho de 1837 e dezembro de 1840 a varíola epidêmica, na Inglaterra e no País de Gales, causou 41.644 mortes, principalmente entre bebês e crianças pequenas.

Diante do problema, os médicos da época empreenderam vários esforços para controlar a doença. Embora a prática da variolação¹⁵⁶ tivesse uma longa história na Índia (século VIII), na China (século X) e na Turquia (século XVII), ela foi usada pela primeira vez, tanto na América do Norte quanto na Inglaterra, somente em 1721, numa das vezes em que Londres foi atingida por uma epidemia. Na França, introduzida em 1763 por um médico italiano chamado Gatti, a variolação sofreu uma oposição considerável e foi proibida pelo Parlamento naquele

¹⁵⁴ Doença infecciosa aguda, contagiosa, de origem viral, em que ocorre a formação de pústulas, cujas crostas se desprendem originando cicatrizes escavadas. (DICONIÁRIO AUÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2010:773)

¹⁵⁵ A varíola tornou-se a primeira e única doença infecciosa humana a ser aniquilada pela intervenção da ciência médica.

¹⁵⁶ A variolização consistia na inoculação do material derivado das crostas da varíola em pessoas sãs, na tentativa de produzir doença mais branda que a natural. Baseava-se na observação de que os sobreviventes da doença não adoeciam novamente e de que pessoas infectadas por outras vias, como a cutânea, apresentavam doença mais branda. (TOLEDO JR, 2005:61)

mesmo ano. Voltaire, em suas *Letters on the English* escreveu uma crítica a seus compatriotas por se oporem à inoculação e por terem tão pouca consideração pelo bem-estar de seus filhos, concluindo que “se a inoculação tivesse sido praticada na França, ela salvaria a vida de milhares” (VOLTAIRE, 1910).

Sob o ponto de vista da segurança, no entanto, o método da variolação envolvia sérios riscos, pois os indivíduos variolados podiam transmitir a doença (devido ao fato de se tornarem portadores dela) e até morrer. Embora essa possibilidade fosse muito menor (1/100) do que a de uma pessoa infectada naturalmente pelo vírus, o grau de letalidade da doença (30/100) compensava o risco, naquele contexto. Isto posto, não se pode confundir a variolação (primeira tentativa de imunizar contra a varíola) com a vacinação, hoje utilizada globalmente para imunização das pessoas em várias doenças.

Figura 37: Jenner: a varíola foi controlada. Edward Jenner, médico rural inglês, realiza a primeira vacinação contra a varíola em Berkeley, em 1796



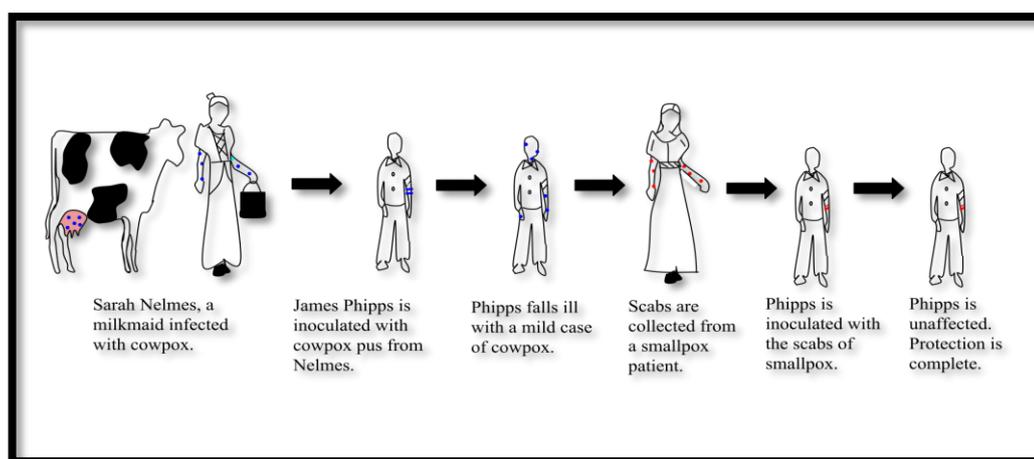
Fonte: THOM (1960). U.S. National Library of Medicine. Acesso em 11 abr. 2020

O conceito de vacinação¹⁵⁷ pode ser atribuído ao médico britânico Edward Jenner (1749-1823) que testou pela primeira vez a inoculação da varíola bovina em seres humanos (Figura 37, acima). O nome Vacina vem daí. Jenner a chamava de *Variolae vaccinae* (versão

¹⁵⁷ Em 1891, o cientista francês Louis Pasteur (1822 – 1895) propôs que os termos “vacina” e “vacinação” deveriam ser estendidos para incluir os novos procedimentos de proteção a serem desenvolvidos.

em latim para “Varíola da Vaca”). O médico observou que as ordenhadeiras que ficavam em contato com as mamas das vacas eram, geralmente, imunes à varíola, diante do que levantou a hipótese de que, provavelmente, elas eram imunes à varíola (*Smallpox*, em inglês) pelo pus das bolhas da varíola das vacas (*Cowpox*) que recebiam.

Figura 38: Os passos dados por Edward Jenner para criar a primeira vacina contra a varíola



Fonte: Srcyr16 (2017). Acesso em 11 set. 2020

Em 14 de maio de 1796, conforme mostra a Figura 38 (acima), Jenner testou sua hipótese em James Phipps, um garoto de oito anos, filho de seu jardineiro, raspando o pus de bolhas de varíola das mãos de Sarah Nelmes, uma ordenhadeira que havia apanhado a doença durante seu trabalho. Naquele dia, o garoto foi inoculado em ambos os braços, o que causou nele febre e algum desconforto, mas nenhuma infecção completa. Num segundo momento, o médico injetou no garoto o material da variolação, o método rotineiro de imunização da época e nenhuma doença se seguiu. Mais tarde, o garoto foi desafiado com material varioloso e novamente não mostrou sinais de infecção. O caso de Phipps foi descrito no primeiro artigo de Jenner sobre vacinação (JENNER, 1988).

Tais procedimentos (primeiro a variolação, depois a vacinação) foram introduzidos num contexto em que não havia métodos laboratoriais suficientemente desenvolvidos para controlar a sua qualidade, bem como, explicar suas possíveis falhas. As vacinas, por exemplo, foram ministradas inicialmente por transferência “braço a braço”¹⁵⁸ e, posteriormente, pela

¹⁵⁸ O “*arm to arm method*” envolvia vacinar um indivíduo e depois transferir o seu sangue para outro indivíduo assim que a pústula infecciosa se formava, depois para outro e assim por diante. Jonathan Tucker explica que o material da varíola bovina transportado por longas distâncias frequentemente perdia sua eficácia antes de chegar ao seu destino. Uma solução para esse problema era manter a vacina “viva”, transferindo-a de um receptor humano para outro, prática conhecida como técnica “braço a braço”. Primeiro, o indivíduo foi vacinado e, assim que uma

produção na pele dos animais, em que a esterilidade bacteriológica era impossível. Como não havia como identificar uma mostra de vacina que estivesse, por exemplo contaminada com alguma bactéria, vírus ou fungos, à época, identificou-se na literatura médica algumas doenças como erisipela, tuberculose, tétano e sífilis tendo sido causadas pelas vacinas.

Se por um lado havia por parte daquela sociedade preocupações legítimas a respeito da validade de se vacinar e da “aventura” que isso significava, por melhores que fossem as intenções, por outro, não faltavam os que, em detrimento das evidências e baseados em suas crenças a respeito dos fatos, disseminavam (des)informações sobre os efeitos colaterais das vacinas. Este cartum (Figura 39, abaixo) de 1802 do caricaturista inglês James Gillray (1756–1815) ilustra algumas das críticas que a vacinação recebeu na época, nas quais os oponentes da vacinação descreviam casos de vacinados desenvolvendo características bovinas, sugestão que é captada e exagerada pelo artista.

Figura 39: “The Cow-Pock or The Wonderful Effects of the New Inoculation!” (O Cow-Pock ou os maravilhosos efeitos da nova inoculação, em português): caricatura que ironiza os efeitos colaterais da vacina contra a varíola



Fonte: (GILLRAY, 1802). Wellcome Collection. Acesso em 11 set. 2020

Na caricatura, Gillray descreve um cenário identificado como o Hospital de Inoculação e Varíola de Londres, em St. Pancras (distrito ao norte da cidade), uma figura provavelmente representando o próprio Jenner é mostrada presidindo a cena e fazendo uma

pústula de varíola bovina apareceu em seu braço, o material da lesão foi usado para vacinar outros receptores. (TUCKER, 2002:29)

incisão no braço de uma jovem que se encolhe de medo, enquanto os recém-vacinados entram em pânico quando vacas em miniatura explodem de seus corpos. Embora possa parecer uma obra pré-surrealista, natural em um desenho satírico, Gillary inspirou sua obra nas teorias apresentadas pelo médico inglês Benjamin Moseley (1742 – 1819), um dos primeiros oponentes da nova prática de vacinação na Inglaterra que postulava terem as vacinas efeitos colaterais horríveis, como uma distorção no rosto a ponto de se assemelhar a um boi e o crescimento de pelos de vaca no corpo. Além de condenar colegas da medicina que adotavam a vacinação como forma de imunização, o médico disseminava suas dúvidas a respeito dos efeitos colaterais (que ele supunha serem reais) em panfletos, artigos de periódicos e até em livros:

Alguém pode dizer quais podem ser as consequências de introduzir o *lues bovilla* (ou varíola bovina), um humor bestial – na estrutura humana, após um longo lapso de anos? Quem sabe, além disso, que ideias podem surgir, no decorrer do tempo, de uma bruta / febre que despertou no cérebro suas impressões incongruentes? Quem sabe, também, se o caráter humano pode sofrer estranhas mutações de simpatia quadrúpede; e que alguns pasifais modernos podem rivalizar com as fábulas antigas. (MOSELEY, 1800: 183)

Nota-se que desde a época é utilizada a estratégia de levantar dúvidas sobre o procedimento, mas não apresentar evidência irrefutável de que ele não funciona ou que causa os efeitos colaterais sugeridos. Mas à frente vou me aprofundar nessa estratégia.

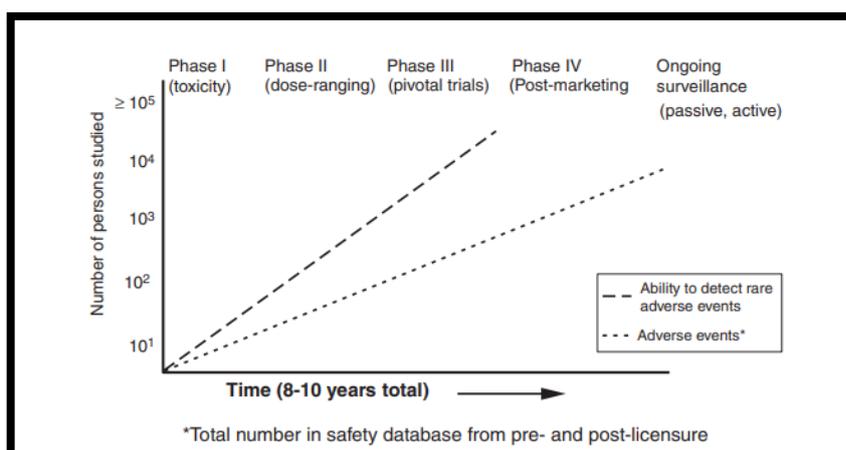
3.3.3.1.2. O que se sabe hoje sobre a segurança das vacinas?

Passados mais de 220 anos, a saúde conseguiu evoluir a ponto de criar vacinas com quase 100% de segurança. Segundo a Opas “A maioria das reações são geralmente pequenas e temporárias, como um braço dolorido ou uma febre ligeira. Eventos graves de saúde são extremamente raros e cuidadosamente monitorados e investigados” (OPAS, 2017).

Atualmente existem inúmeras organizações nacionais e internacionais de monitoramento da segurança das vacinas. Por exemplo, nos EUA, o primeiro nível de monitoramento é o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês para *Center for Disease Control and Prevention*) e a agência de Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA, na sigla em inglês para *Food and Drug Administration*), que observam as questões de segurança. As iniciativas de monitoramento incluem o Sistema de Notificação de Eventos Adversos de Vacinas (VAERS), o Vaccine Safety Datalink, estabelecido pelo CDC e o Projeto de Avaliação de Segurança de Imunização Clínica (CISA). Além deles, há sistemas globais de segurança de vacinas em vários países, que têm suas próprias agências de monitoramento de vacinas, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no Brasil. Além disso, a Iniciativa Global de Segurança de Vacinas da OMS mantém parcerias com diversas entidades, que fornecem dados sobre o monitoramento de segurança de vacinas.

Segundo Iskander et al. (2012:510) os testes de segurança das novas vacinas passam por 04 (quatro) fases em humanos, além de uma pré-fase em animais. Se os testes em animais forem bem-sucedidos, os testes humanos de fase I são realizados para procurar sinais de toxicidade grosseira em cerca de dez voluntários humanos. Os ensaios de Fase II são realizados em centenas de voluntários e avaliam a vacina quanto a eventos adversos mais comuns. Se os resultados da fase II forem aceitáveis, são realizados ensaios de fase III em 1.000 a 10.000 indivíduos. O ensaio de fase III pode precisar ser maior se uma preocupação de segurança foi demonstrada anteriormente. Se os ensaios de fase III demonstrarem a segurança e a eficácia da vacina, o FDA (no caso dos EUA) concede o licenciamento da vacina para permitir a venda e distribuição do produto. Os estudos de fase IV são conduzidos pela indústria e consistem no monitoramento pós-licenciamento da vacina. O ciclo de vida completo da segurança da vacina é ilustrado esquematicamente na Figura 40 (abaixo):

Figura 40: Fases de teste e monitoramento pós-licenciamento durante todo o ciclo de vida da vacina



Fonte: ISKANDER et al. (2012:511)

Vale lembrar que entre os diversos procedimentos de segurança pelos quais passam a aprovação de uma nova vacina, em algumas dessas fases são utilizados estudos de duplo-cego, nos quais um grupo de pessoas recebe uma dose de vacina e outro recebe placebo (uma substância que não tem nenhuma eficácia terapêutica). O objetivo desse tipo de estudo é evitar interferências (conscientes ou não quando são realizados experimentos com seres humanos) que podem prejudicar os resultados. Segundo a Opas, é muito mais provável que uma pessoa adoça gravemente por uma enfermidade evitável pela vacina do que pela própria vacina. De modo que o argumento sobre segurança das vacinas, fortemente defendido pelos movimentos antivacina e amplamente disseminado por meio de informações não factuais não tem qualquer respaldo em evidências científicas, não só no Brasil como no mundo todo.

Não obstante, parte do jornalismo profissional (e não apenas irresponsáveis / espertos nas mídias sociais) – em nome da imparcialidade, da necessidade de ouvir “o outro lado” e, evidentemente, em busca de mais audiência (retorno financeiro) – tem dado destaque a vozes dissonantes que contradizem as recomendações da OMS, da ciência e/ou da própria medicina. o que tem causado na sociedade uma sensação de que a eficácia e a segurança das vacinas ainda é um debate aberto, quando na verdade não é. O quadro se agrava num contexto em que as mídias sociais replicam essas vozes, elevando exponencialmente o seu alcance.

3.3.3.2. *Confiança nos profissionais de saúde*

A confiança nos profissionais de saúde está intrinsecamente mesclada com a questão da segurança e da eficácia das vacinas, porque desde os primórdios da imunização parte desses profissionais, com destaque para os médicos, posiciona-se contra o procedimento nem sempre levando em consideração evidências científicas para tal. Embora a primeira vacina tenha sido desenvolvida por um médico, concordo com a sentença dos professores Leandro Tessler e Luiz Fernando Tófoli¹⁵⁹ (2021), para quem “Médicos não são cientistas”. Conforme enfatizam, a autonomia do médico deve sempre estar norteada pelo consenso científico porque em sua prática diária com pacientes exerce ele um trabalho diferente dos pesquisadores, cuja tarefa é buscar evidências sobre determinadas hipóteses e, caso elas indiquem a efetividade de um tratamento, mudar o consenso. Assim a ciência evolui.

Apesar disso, o uso do discurso de médicos fundamentando os Argumentos de Autoridade¹⁶⁰ antivacionistas é recorrente seja porque de fato acreditam nele, seja por interesses não confessos. Engana-se, porém, quem acredita que esses personagens surgiram com o (então médico) inglês Andrew Wakefield ao relacionar vacina ao autismo em 1998, como reportam alguns veículos de mídia¹⁶¹. Muito pelo contrário, conforme mostro a seguir, eles não apenas atuavam anteriormente ao surgimento da própria vacina (nos movimentos anti-

¹⁵⁹ Os professores, ambos da Unicamp publicaram no Portal da Unicamp na internet um texto intitulado “O Conselho Federal de Medicina precisa respeitar a ciência” em resposta a um artigo publicado pelo presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), no jornal Folha de S. Paulo, no qual ele ataca os cientistas para defender uma suposta autonomia médica, numa tentativa de sustentar a prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19 (TESSLER e TÓFOLI, 2021).

¹⁶⁰ O argumento de autoridade consiste numa afirmação de um intelectual (literato, filósofo, líder político etc.) que pode funcionar como argumento em defesa de uma tese (...) No caso dos argumentos de natureza ideológica, outra observação é necessária: como as sociedades são em geral divididas, isto é, como em seu interior há grupos que adotam certas ideologias e grupos que adotam outras, deve-se levar em conta que certos argumentos só são considerados bons para quem acredita neles ou os defende (GARCEZ e CORRÊA, 2017:115).

¹⁶¹ Site Universa (DINIZ, 2017), Guia do Estudante (DI SPAGNA, 2019) e Revista Galileu, (FERRAZ, 2019).

inoculação), como também têm sido a vanguarda dos movimentos antivacina ao longo da história¹⁶².

Já no século XVIII, na América do Norte, encontramos a figura do Dr. William Douglas (1691-1752), um escocês formado em medicina pela Universidade de Edimburgo que em 1716 mudou-se para Boston (EUA) prestigiado pela formação e por cartas de recomendação. Quando em 1721 houve uma campanha de variação, Douglas, um dos únicos médicos da cidade que realmente possuía um diploma de medicina, fez uma oposição ferrenha ao método e liderou o movimento anti-inoculação. Seu principal argumento era o de que a inoculação não fora suficientemente testada e seria baseada em folclore.

Contudo, no início de 1722 os líderes da campanha, o médico Zabdiel Boylston (1679–1766) e o reverendo Cotton Mather (1663–1728), apresentaram dados que atestaram a eficácia do método: enquanto a taxa de mortalidade entre os não inoculados foi de 14,8%, entre os inoculados, foi de apenas 2% (NIEDERHUBER, 2014). Convém informar que nos EUA, entre 1721 e 1722, uma grande epidemia de varíola atingiu a cidade de Boston, à época com 11 mil habitantes, registrando mais de 6 mil casos e levando 850 pessoas a óbito.

No século XIX, na Inglaterra, além de Benjamin Moseley (já citado anteriormente embasando o cartum de James Gillray, página 165), temos Charles Creighton (1847-1927) que foi o expoente de um grupo antivacinationista que fundamentou sua rejeição ao método profilático em uma teoria anticontagionista de propagação de doenças (observem o tema da segurança presente novamente). O médico afirma no livro *A História Natural da Varíola Bovina e da Sífilis Vacinal*, (CREIGHTON, 1887), entre outras coisas, que a vacina em si é uma causa de sífilis, que a vacinação envenena o sangue com material contaminado e que, por isso, não pode fornecer proteção contra uma doença causada por eflúvios decorrentes de matéria orgânica em decomposição. Em outro livro, *Jenner e Vacinação: um capítulo estranho da história médica*, (CREIGHTON, 1889) o autor descreve Edward Jenner como sendo um pouco melhor do que um criminoso, um ganancioso que enganou o Parlamento e os mundos científico e médico para que acreditassem em seu “método mítico” (PORTER e PORTER, 1988).

Chegando ao século XX, precisamente em 1998, o então médico britânico Andrew Wakefield, consultor honorário em gastroenterologia experimental no London's Royal Free

¹⁶² Utilizando as informações desse trecho do capítulo, escrevi um texto para o Especial Covid-19, no Blog de Ciências da Unicamp, intitulado “Quando o médico desinforma: o caso das vacinas”, publicado em 01 de fev. 2021, disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/quando-o-medico-desinforma-o-caso-das-vacinas/> Acesso em 10 jan. 2022.

Hospital, publicou um artigo na conceituada revista médica *The Lancet* em que ilustrou um estudo de 20 pacientes e concluiu que a administração da vacina MMR¹⁶³ causava autismo e algumas formas de colite (inflamação do intestino grosso). Segundo Tafuri et al. (2011), quando o artigo foi revisado pelos pares, a conexão entre vacina e autismo não foi comprovada e a publicação foi desacreditada. No entanto, o estudo do britânico passou a ser utilizado por grupos antivacina como argumento para não vacinar os filhos, o que teria causado uma redução do cumprimento da vacinação anti-MMR no Reino Unido, resultando em menor cobertura e em novos surtos. Em 2004, a revista reconheceu que não deveria ter publicado o estudo de Wakefield e, em 2010, retirou-o de seus arquivos¹⁶⁴, enquanto o médico teve seu registro cassado no mesmo ano pelo Conselho Geral de Medicina do Reino Unido¹⁶⁵, acusado de agir de forma “desonesta, enganosa e irresponsável”.

Adentrando ao século XXI, em 2009, o médico e político alemão Wolfgang Wodarg, então presidente da Assembleia Parlamentar do Comitê de Saúde do Conselho da Europa, fez uma moção acusando a indústria farmacêutica de influenciar a OMS a declarar uma pandemia da Gripe A-H1N1. Porém, a entidade classificou suas alegações como “cientificamente erradas e irresponsáveis”. Em consonância, o Parlamento Europeu respondeu que “A Comissão desconhece a existência de dados indicativos de que a abordagem da pandemia de H1N1 de 2009 tenha sido negativamente influenciada em detrimento da saúde pública” (DALLI, 2010).

Como se pode constatar, não é de hoje que o lugar de fala dos profissionais de saúde vem sendo disputado por atores que (em teoria) têm notório saber específico sobre Medicina e Saúde, mas que confundem seus papéis com o dos cientistas e se utilizam da credibilidade obtida em suas áreas de atuação para disseminar suas ideias (por meio das mídias disponíveis em seu tempo), nem sempre norteadas pelo consenso científico. Na atualidade, no Brasil, isso aparece tragicamente ilustrado no episódio da falsa controvérsia entre o investimento em vacinas contra a Covid-19 versus remédios sem comprovação científica como a Cloroquina promovida pelo governo federal e defendida por um grupo de médicos, representados pelo presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), então criticados pelos professores da Unicamp, Leandro Tessler e Luiz Fernando Tófoli, conforme exposto no início deste tópico.

¹⁶³ A vacina tríplice viral tem a sigla MMR porque previne contra sarampo (*measles*), caxumba (*mumps*) e rubéola (*rubella*).

¹⁶⁴ **G1.GLOBO.COM.** Revista médica 'The Lancet' se retrata de estudo que ligava vacina a autismo. 02 fev. 2010.

¹⁶⁵ **G1.GLOBO.COM.** Médico britânico que ligou vacina a autismo perde registro. 24 mai. 2010.

Não há surpresa, portanto, nesse posicionamento do grupo de médicos brasileiros, como nos mostra a história. E qual a relação disso com a hesitação vacinal? Num primeiro momento eles podem influenciar as pessoas que já têm alguma dúvida ou receio sobre a vacina e, num segundo momento, potencializar a hostilidade a médicos que discordam de métodos “alternativos”¹⁶⁶. Diversos estudos apontam para o fato de que a confiança nos profissionais de saúde é um fator que aumenta a probabilidade de vacinação, assim, por uma questão estratégica, minar essa confiança utilizando como argumento os discursos de outros profissionais de saúde faz parecer que o consenso científico sobre a eficácia e a segurança das vacinas ainda é um debate aberto, o que efetivamente não é verdade.

3.3.3.3. *Atitudes sobre os mandatos e isenções de vacinas: o papel da religião na hesitação vacinal*

A discussão sobre a isenção religiosa se tornou bastante pertinente quando se fala em hesitação vacinal. Em 2003, o jornal *The New York Times* (NYT) reportou que organizações religiosas americanas estariam oferecendo isenções de vacina a pessoas que não tinham de fato uma “fé profundamente enraizada”, mas que simplesmente não queriam que seus filhos fossem vacinados e precisavam de um documento que legalizasse sua opção, de acordo com as leis estaduais de 47 estados estadunidenses – exceto *Arkansas*, *Mississippi* e *West Virginia* (MCNEIL JR, 2003).

O veículo cobriu uma instituição chamada Congregação da Sabedoria Universal, uma religião fundada em 1975 para “defender os quiropráticos diretos”, baseada na crença em ajustes da coluna vertebral e na Inteligência Universal. Ali, para se obter uma isenção religiosa das leis de imunização infantil basta uma carta de adesão e a anuência de seu líder, que lhe responde enviando uma cópia dos princípios da religião, enfatizando que “A Sabedoria Universal é o Mestre Supremo de todos os níveis da criação” e que “impor as mãos às vértebras deve ser o único meio de manter a força vital”. Logicamente, há uma “doação habitual”, que pode chegar a US\$ 75, e a emissão do certificado de membro.

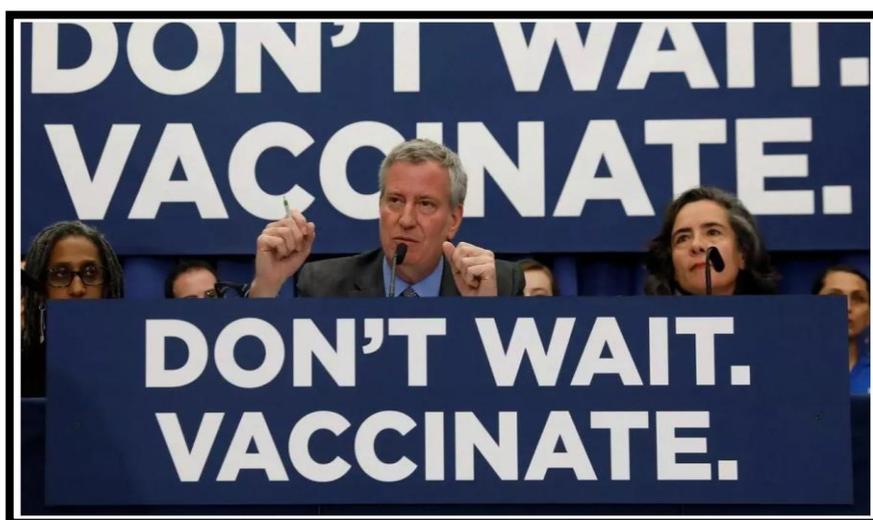
Ainda segundo o NYT, em Nova Jersey, esse certificado garante a isenção da exigência do estado de vacinação contra poliomielite, sarampo e uma dúzia de outras doenças infantis, sem nenhuma pergunta. A isenção religiosa é um direito dos pais, mas há consequências:

¹⁶⁶ **O ESTADO DE S. PAULO.** “Os médicos também reclamam de intimidação nas redes sociais quando descartam o uso desses remédios, em especial da cloroquina, cuja eficácia no combate à pandemia já foi amplamente desqualificada. Há quem relate ter sofrido até ameaças de morte, como o presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, Clóvis Arns” (O efeito do charlatanismo – Editorial, 28 jul. 2020).

As isenções religiosas têm consequências para a saúde pública. Os dois últimos surtos de pólio nos Estados Unidos ocorreram nas comunidades Amish e Menonita em 1979 e em uma escola de Ciência Cristã em Connecticut em 1972. O sarampo matou 3 estudantes de 125 infectados em uma escola de Ciência Cristã em 1985, e um surto de tamanho semelhante entre os Amish em 1987 e 1988 mataram 2 pessoas. Em 1991, 890 casos de rubéola, levando a mais de uma dúzia de crianças deformadas, atingiram áreas de Amish (MCNEIL JR, 2003: Acesso em 19 abr. 2020).

Em 2019, os EUA, que vivenciaram o pior surto de sarampo em 27 anos¹⁶⁷ com 1.282 casos registrados, atribuíram o recorde à desinformação sobre as vacinas. Com aproximadamente 550 casos reportados, Nova Iorque foi uma das cidades mais afetadas pela doença, sendo que a maioria dos casos se concentraram em duas comunidades judaicas ultraortodoxas¹⁶⁸, que vivem no distrito do Brooklyn (nos bairros de Williamsburg e Borough Park) e no condado de Rockland, onde parte dos membros são contrários à vacinação.

Figura 41: O prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio, declara obrigatória a vacina de sarampo em vários bairros da cidade para tentar controlar a proliferação da doença



Fonte: (STAPLETON, 2019). Reuters. 09 abr. 2019.

Diante desse fenômeno, segundo o jornal estadunidense *The Washington Post* (HORTON e SUN, 2019), em abril daquele ano a Prefeitura de Nova Iorque declarou emergência de saúde pública (Figura 41, acima) e ordenou a vacinação compulsória contra o sarampo nessas comunidades no Brooklyn, além de estabelecer uma multa de US\$ 1 mil para os pais que se recusassem a vacinar seus filhos. Em junho, as autoridades estaduais decidiram eliminar a isenção religiosa que permitia aos nova-iorquinos não se vacinarem por motivos

¹⁶⁷ **G1.GLOBO.COM/BEMESTAR.** EUA registram mais de mil casos de sarampo no pior surto desde 1992. 10 jun. 2019.

¹⁶⁸ Estes, em geral, são caracterizados por serem mais zelosos com as tradições judaicas, como vestimentas, costumes e rituais.

religiosos¹⁶⁹ e chegaram a fechar sete escolas judaicas naqueles bairros por descumprirem a ordem de não aceitar crianças não imunizadas, decisão tomada para tentar conter a expansão da doença.

Na religião judaica não há restrições contra vacinas e a maioria esmagadora dos judeus estadunidenses é vacinada, além do conhecido fato de que há várias linhas de pensamento, dentre as quais se pode destacar os Reformistas, os Conservadores, os Ortodoxos e os Ultraortodoxos. Especificamente os ultraortodoxos de Nova Iorque, envolvidos na polêmica, não se pronunciaram oficialmente sobre o tema, mas há indícios de que, de fato, existam ali pessoas contrárias à vacinação. Notícia do portal *UOL*¹⁷⁰ informa que um grupo de pais contrários à vacinação pertencentes à comunidade judaica entrou com um processo contra o Estado de Nova Iorque por lhes forçar a imunizar seus filhos contra o sarampo, afirmando que os governantes excederam suas funções e violaram crenças religiosas. A ação foi rejeitada porque seus “argumentos de que a vacina é ineficaz e perigosa não estão apoiados por estudos científicos, leis de literatura médica nem regulações” (EFE, 2019), disse o juiz em sentença.

Como não há dentro da religião normas ou mandamentos que proíbem as vacinas, é possível supor que a hesitação desse grupo é alimentada fortemente por informações não factuais, segundo outro trecho da reportagem do *Post*:

Além disso, uma campanha de informações erradas, incluindo telefonemas, correios de voz e panfletos, tem como alvo a comunidade, dizem autoridades de saúde e advogados de imunização. Um livreto amplamente distribuído não apenas cita rabinos que questionam a obrigação de vacinar crianças, mas também avança anedotas e estatísticas na tentativa de conectar a vacinação a danos físicos e morte. O surto “está sendo alimentado por um pequeno grupo de anti-vaxxers nesses bairros”, disse o comissário de saúde da cidade, Oxiris Barbot. “Eles estão espalhando informações desinibidas perigosas com base em ciência falsa”, acrescentou ela em comunicado anterior (HORTON e SUN, 2019).

Não é a primeira vez que os EUA derrubam a isenção legal para vacinas em razão do sarampo, uma vez que em 1991, um surto muito mais virulento (foram mais de 2 mil casos) varreu o país e a Filadélfia foi a cidade mais atingida. Embora houvesse uma lei que protegesse os pais que recusavam a vacinação por motivos religiosos, as autoridades de saúde receberam autorização judicial para forçar os pais de duas congregações a vacinarem seus filhos. Essa

¹⁶⁹ **G1.GLOBO.COM/BEMESTAR.** Nova York proíbe uso de religião como motivo para não se vacinar. 13 jun. 2019.

¹⁷⁰ **NOTICIAS.UOL.COM.BR.** Pais judeus processam Nova York por obrigar vacinação contra o sarampo. 15 abr. 2019.

vitória só foi possível porque em 1989 a Suprema Corte decidiu que os pais não podem negar tratamentos médicos que salvem a vida de seus filhos por razões religiosas.

O Dr. Robert Ross, que era vice-comissário de saúde da cidade à época, em entrevista à *National Public Radio* (NPR) disse que “O surto estava centrado na Congregação do Tabernáculo da Fé, na parte norte da cidade. Essa comunidade não acreditava em imunizações ou atendimento médico” (KELTO, 2015), porém, a referida igreja administrava uma escola com cerca de 1.000 crianças, nenhuma das quais haviam sido vacinadas. Apesar de muitas delas apresentarem os sintomas do sarampo, o pastor local não permitiu que as autoridades as examinassem nem imunizassem. Além disso, os pais também levantaram objeções a respeito da vacinação, alegando que sua fé curaria a enfermidade dos seus filhos. Como a autorização judicial levou algumas semanas para tramitar, quando finalmente ela foi concedida, o surto já estava diminuindo e apenas nove crianças da igreja foram vacinadas. Ao todo o sarampo matou nove crianças em toda a Filadélfia, seis das quais os pais frequentavam o Tabernáculo da Fé.

3.3.3.3.1. Religião pró-vacina

Apesar desse utilitarismo por parte de algumas instituições, historicamente não é possível afirmar que a religião sustenta os movimentos antivacina, porque embora os livros sagrados das diversas religiões venham sendo usados ao longo do tempo como argumento para proibir o acesso dos fiéis às vacinas, uma leitura mais acurada dos princípios religiosos dessas mesmas religiões não encontra subsídios para a não imunização, além de contradições evidentes. É o que mostra o pesquisador da indústria farmacêutica Merck Vaccines, John D. Grabenstein (2013), em artigo para a revista *Vaccine*, no qual reporta não ter encontrado, entre as principais religiões do mundo (segundo sua leitura) – budismo, cristianismo, hinduísmo, judaísmo e islamismo – proibições explícitas contra vacinas orais ou injetadas.

Uma vez que o preconceito nasce quando o senso comum toma como padrão uma ou outra atitude individual ou de pequenos grupos, não podemos nos esquecer de que a estrutura das religiões são plurais e que ao longo da história seus posicionamentos expressaram o pensamento de quem estava em sua liderança, embora dentro de seus templos houvesse correntes filosóficas com pensamento divergente, como é o caso da Teologia da Libertação dentro da Igreja Católica. Assim, quando me expresso com o termo “a Igreja x ou y” estou falando do posicionamento de seus líderes naquele momento histórico, tendo a consciência de que esse pode não ser o posicionamento de 100% de seus membros.

O objetivo deste tópico é fazer um levantamento histórico dos momentos em que as religiões se posicionaram em relação à vacinação intencionando que seus adeptos a seguissem. Por conseguinte, isso não significa que não tenha havido vozes contrárias não ouvidas ou que seus adeptos seguiram tais instruções cegamente, busca-se apenas uma compilação a fim de estabelecer as bases do discurso que nega a vacina, para o qual inegavelmente o discurso do “bloco religioso” contribui enormemente. Até porque, o posicionamento sobre a vacinação é muito diverso, fato que se pode observar no decorrer dos tempos.

Foi um líder religioso, o pregador protestante de Massachusetts, Cotton Mather, quem em 1721 introduziu a variação em larga escala nos EUA¹⁷¹, inoculando a si próprio e a mais de 200 membros de sua congregação, com a ajuda de um médico local, o Dr. Zabdiel Boylston (ALLEN, 2007). Rowland Hill (1744-1833), um popular pregador inglês, incentivou a vacinação das congregações a que visitou ou pregou, além de publicar, em 1806, um tratado sobre o assunto, numa época em que muitos médicos se recusavam a sancioná-lo (BAZIN, 2000). Em 1862, missionários católicos e anglicanos vacinaram nativos americanos da costa noroeste durante uma epidemia de varíola (BOYD, 1999).

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (popularmente conhecida como a Igreja Mórmon) reconhece a importância da vacinação desde 1978, sendo que em 2003, a fim de combater o sarampo e a rubéola, a igreja doou cerca de US\$ 3 milhões para várias organizações, incluindo a Cruz Vermelha Americana, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)¹⁷² e a OMS, iniciativa que forneceu vacinas para 200 milhões de crianças em 40 países africanos. A instituição tornou a vacinação uma iniciativa oficial em seu programa de assistência humanitária desde 2012¹⁷³. Anualmente a instituição contribui com US\$ 1,5 milhão para ajudar a financiar suprimentos de imunização, como seringas, além disso, solicita a seus membros que vacinem seus próprios filhos adequadamente.

O Islamismo, uma das religiões com proibições alimentares que consideram determinados animais como impuros, abre exceções para tratamentos médicos derivados desses animais. A OMS representada à época pelo seu Diretor Regional da Região Mediterrânea Oriental, o saudita, Dr. Hussein Abdel-Razzak Al Gezairy, solicitou aos líderes do islamismo a

¹⁷¹ Já citei seus resultados no item 2.4.2, sobre segurança das vacinas.

¹⁷² Acrônimo para a denominação na língua inglesa de United Nations Children's Fund.

¹⁷³ **CHURCHOFJESUSCHRIST.ORG.** Church Makes Immunizations an Official Initiative, Provides Social Mobilization. 13 Jun. 2012.

emissão de uma “opinião legal, a fim de aliviar todos os muçulmanos na nação, sejam adultos ou jovens, homens ou mulheres, pelo constrangimento que sentem ao tomar cápsulas gelatinosas de medicamentos e cápsulas gelatinosas semelhantes, como vitaminas” (GEZAIKY, 2001:02). Ou seja, um documento por escrito para que pudesse clarificar aos seus seguidores a posição da religião em relação às substâncias consideradas pela religião “puras” e “impuras” no que tange à produção de medicamentos e tratamentos (implícita a permissão às vacinas). Esse pedido e a resposta datam de 2001. Em um trecho versa o seguinte:

1. Todo muçulmano tem a obrigação de cumprir as decisões da sharia islâmica, (...) *Allah* Todo-Poderoso, por Sua Infinita Misericórdia e Providência, para facilitar a busca e observância de Sua Lei, concedeu-nos concessões em casos de necessidade terríveis e comuns que são reconhecidas pela *Shariah*¹⁷⁴. Isso inclui: “As necessidades anulam as proibições”. A indicação da necessidade comum para o status de extrema necessidade quando indicada. A regra básica é que todas as coisas são lícitas, a menos que seja especificamente proibida. Da mesma forma, todas as coisas são juridicamente limpas, exceto as que não foram especificadas. (...) 7. O tratamento da diabetes com insulina obtida de uma fonte de porco é permitido por causa da “necessidade”, uma vez que as regras e princípios relevantes da *Shariah* são observados. (GEZAIKY, 2001:03/04)

Diante disso, constata-se que a religião, por influenciar milhares de pessoas no mundo todo exerce esse papel crucial de apoiar a vacinação e contribuir para que milhares de pessoas continuem vivas. No entanto, há posicionamentos contrários, conforme mostro a seguir.

3.3.3.3.2. Religião antivacina

Noutro espectro, há líderes religiosos que atuaram para desestimular a imunização, usando como argumento questões transcendentais. Segundo Bazin (2001), o Reverendo inglês Edmund Massey (1690–1765) proferiu uma pregação no dia 8 de julho de 1722, na igreja St. Andrew's Holborn, em Londres, intitulada “Um sermão contra a prática perigosa e pecaminosa de inoculação” sustentando que as doenças eram fenômenos enviados por Deus para testar a fé das pessoas e para punir seus pecados. Para ele, inocular a si mesmo ou a crianças contra a varíola constituía uma prática perigosa e pecaminosa, além de ser uma operação diabólica, visto que, evidenciaria uma arrogante recusa da vontade de Deus e uma tentativa de impedir sua vontade, o que levaria ao castigo eterno (MASSEY, 1722:10). Importante ressaltar que, naquele momento histórico, havia o entendimento por uma parte da população que tanto a doença quanto sua cura se concentravam na intervenção divina.

¹⁷⁴ SHARIAH é uma lei canônica islâmica baseada nos ensinamentos do Alcorão e nas tradições do Profeta (Hadith e Sunna), prescrevendo deveres religiosos e seculares e, às vezes, penalidades retributivas por transgressão da lei. Em geral, tem sido complementado por legislação adaptada às condições da época, embora a maneira como deve ser aplicado nos Estados modernos seja um assunto de disputa entre os tradicionalistas muçulmanos e os reformistas.

Dando um salto para a primeira metade do século XX, as Testemunhas de Jeová¹⁷⁵ proibiram seus membros de receberem vacinas entre 1931 e 1952. A explicação, tanto para a proibição quanto para a sua reversão, encontra-se no desvendamento da biografia do ativista religioso americano Clayton J. Woodworth (1870-1951), que em 1894 foi pregador do grupo Estudantes da Bíblia, em 1912, membro da Sociedade Torre de Vigia, entidade jurídica das Testemunhas de Jeová, e em 1918, do seu Conselho, época em que foi preso, juntamente com oito membros da entidade, acusados de espionagem em favor da Alemanha (a Primeira Guerra Mundial estava em seu desfecho). Tendo sido condenados a 20 anos de prisão, foram soltos sob fiança em 1919 e tiveram a acusação retirada em 1920.

Woodworth foi o primeiro editor-chefe da revista *The Golden Age*¹⁷⁶ (*A Idade do Ouro*) e desempenhou essa função entre 1919 e 1946. Ferrenho opositor da vacinação, ao longo dos anos, coordenou a publicação de diversos artigos que ora condenavam a imunização ora desacreditavam-na. Devido a uma interpretação decorrente de sua leitura de alguns livros do Antigo Testamento da Bíblia cristã, considerava a vacinação ato semelhante ao de ingerir sangue, o que segundo os ensinamentos a que seguia, violaria as leis de Deus, conforme mostram alguns trechos da publicação comandada por ele:

É bem provável que exista alguma conexão entre a violação do sangue humano e a disseminação do demonismo (...) Isso sugere claramente que grande parte da frouxidão de nossos dias ao longo das linhas sexuais pode ser atribuída à violação fácil e contínua dos mandamentos divinos de manter o sangue humano e animal separados um do outro (...) A vacinação é uma violação direta da aliança eterna que Deus fez com Noé após o dilúvio (PATTILLO, 1931: 293).¹⁷⁷

Nessa época, e por conta desse argumento, a vacinação foi proibida e um dos temas mais controversos quando se fala em testemunhas de Jeová, a transfusão de sangue entre pessoas, foi permitida, conforme mostra outro argumento de *A Idade do Ouro*: “Todas as mentes racionais devem concluir que não era à ingestão de sangue que Deus se opunha, mas ao contato do sangue da besta com o sangue do homem” (Ibidem:294), entendendo que “sangue

¹⁷⁵ As TESTEMUNHAS DE JEOVÁ são uma denominação cristã milenarista e restauracionista com crenças não-trinitárias, que se diferem de grande parte de outras denominações cristãs. Elas emergiram dos Estudantes da Bíblia, grupo fundado no final da década de 1870 por Charles Taze Russell.

¹⁷⁶ A publicação é uma revista religiosa produzida pelas Testemunhas de Jeová, composta por 16 páginas e distribuída bimestralmente em mais de 208 idiomas com uma tiragem média de 78.282.000 exemplares, sendo a segunda revista mais distribuída do mundo. Juntamente com a revista *A Sentinela - Anunciando o Reino de Jeová* (a revista mais distribuída do mundo), constitui um dos mais importantes meios de divulgação das Testemunhas de Jeová. *A Idade do Ouro* teve seu nome alterado em 1937 para *Consolation (Consolação)* e em 1946 para *Awake! (Desperta!)*, nome que permanece até os dias de hoje. (Fonte: site TESTEMUNHAS DE JEOVÁ OFICIAL. Acesso em 16 abr. 2020)

¹⁷⁷ Tradução minha.

da besta” significa a matéria-prima, obtida a partir de animais inoculados, utilizada para a produção de muitas vacinas. Borges (2014:141), professor de História que atuou durante 20 anos como ministro religioso das Testemunhas de Jeová, cita o fato de a publicação da entidade em duas ocasiões ter se manifestado favorável à doação de sangue: em 1925 numa matéria em que elogiou a doação de sangue e em 1940 publicando o relato de um médico que doou sangue para salvar a vida de uma mulher.

Numa charge publicada em 1939 em uma revista da entidade (Figura 42, abaixo) há uma dura crítica às indústrias farmacêuticas. A imagem narra uma cena em que, no Bar da Vacinação e do Soro, as vacinas são apresentadas como um coquetel de pus (de vaca, de cavalo, de gato e de cão) sobre o balcão. O garçom, representando a Associação Médica Americana (AMA), serve a vítima (John Public), enquanto um ladrão (Serum Trust), representando os fabricantes de vacina, furta-lhe a carteira. No rodapé a expressão: “Envenenando, estupefazendo e roubando a humanidade”.

Figura 42: Charge crítica as vacinas, os médicos e a indústria farmacêutica



Fonte: (AJWRB, 2018). Originalmente publicada pela Revista *Consolation* (hoje denominada *Desperta!*) em 31 de maio de 1939. Acesso em 15 abr. 2020

A mudança de posição veio somente após a morte de Woodworth, segundo Borges (2014), em respeito a este e ao seu posicionamento irredutível em relação ao assunto. O reconhecimento formal veio, a princípio de forma tímida, na seção Perguntas dos Leitores de *A Sentinela*, no final de 1952, por meio da intervenção de um leitor da Carolina do Norte que pergunta se “A vacinação é uma violação da lei de Deus que proíbe a entrada de sangue no sistema?”. A resposta da publicação foi:

A questão da vacinação é para o indivíduo que precisa enfrentá-la para decidir por si mesmo. Cada indivíduo deve assumir as consequências de qualquer posição e ação que ele tome em relação a um caso de vacinação compulsória, fazendo isso de acordo com sua própria consciência e sua apreciação do que é para uma boa saúde e dos interesses de avançar na obra de Deus. E nossa Sociedade não pode se permitir ser legalmente envolvida no caso ou assumir a responsabilidade pela maneira como o caso se desenrola. Após consideração do assunto, não nos parece violar o pacto eterno feito com Noé, conforme estabelecido em Gênesis 9: 4, nem contraria ao mandamento relacionado de Deus em Levítico 17: 10-14. Certamente não é possível argumentar de maneira razoável ou bíblica e provar que, ao ser vacinada, a pessoa inoculada está comendo ou bebendo sangue e consumindo-o como alimento ou recebendo uma transfusão de sangue. A vacinação não tem qualquer relação ou semelhança com o casamento entre anjos “filhos de Deus” com as filhas dos homens, como descrito em Gênesis 6: 1-4. Nem pode ser colocado na mesma classe descrita em Levítico 18: 23-24, que proíbe a mistura de humanos com animais. Não tem nada a ver com relações sexuais. Consequentemente, toda objeção à vacinação com base nas Escrituras parece falha. (THE WATCHTOWER, 1952: 764).

A partir desse episódio, segundo Borges (2014:25), as publicações da entidade passaram a elogiar a redução de doenças por conta das vacinas (1965)¹⁷⁸, bem como o sucesso dos programas de vacinação (1996). Mais recentemente incentivou a vacinação entre seus membros para prevenir doenças como a tuberculose grave em crianças (1997). Paradoxalmente, o mesmo argumento que proibia a transfusão de sangue, passou a ser utilizado para justificar a postura contrária, que se mantém até os dias atuais dentro da corrente religiosa.

Não há estatísticas oficiais que demonstrem o número de pessoas que, entre os anos 1920 e 1950, ao deixarem de ser imunizadas, morreram ou adquiriram alguma deficiência seguindo as orientações da Sociedade Torre de Vigia. O que se sabe é que somente em 1921 contabilizaram-se cerca de 100 mil casos de varíola apenas nos EUA, com uma taxa de mortalidade que girava em torno de 40%. Para Borges (Ibidem:143) “Diante de tudo isso, é razoável perguntar: poder-se-iam eximir os editores de *A Idade do Ouro* da responsabilidade pelos danos em potencial à saúde que estes artigos promoveram?”

Ao observar os argumentos antivacionistas com base na religião, constata-se que eles não se fundamentam em nenhuma evidência científica, mas sim, em posições

¹⁷⁸ Revista Despertai! de 22 ago. 1965, p. 20

assumidamente teológicas, tomadas com a única finalidade de reforçar a sua doutrina e a crença de seus fiéis. O reverendo Massey argumentava que inocular-se era ir contra a vontade de Deus, sendo uma prática pecaminosa, uma operação diabólica. Em que medida esses argumentos chegaram até os dias de hoje? Quantas pessoas vão argumentar que se um filho vier a falecer, foi por vontade de Deus?

Por outro lado, reafirmo que não se pode negar a contribuição de religiosos no processo de imunização das pessoas, em muitos casos contrariando os médicos locais, numa clara evidência de que a relação antivacina-religião depende do fator liderança religiosa e não de doutrinas ou livros sagrados, visto que estes não têm recomendações expressas proibindo as vacinas. Fica demonstrado que conduzir os fiéis para o caminho da ciência (ou não) é uma decisão subjetiva. Não que isso seja melhor, mas, sem dúvida é muito mais produtivo enfrentar este ou aquele líder negacionista do que o Alcorão ou a Bíblia.

A partir dessa constatação, é possível deduzir que todas as mortes de pessoas que seguiam uma denominação religiosa e que vieram a falecer de doenças evitáveis por vacinas são responsabilidade direta dos líderes religiosos dessas denominações que, a partir de suas interpretações particulares dos textos sagrados, condenaram seus crédulos seguidores à morte.

3.3.3.3.3. Matéria-prima das vacinas

A partir da segunda metade do século XX, um dos argumentos utilizados pelos movimentos antivacina passou a ser a contrariedade ao uso de tecido fetal proveniente de aborto no desenvolvimento de vacinas. Isso porque algumas vacinas virais e o vírus da vacina contra a rubéola, por exemplo, são derivados de tecidos retirados de abortos terapêuticos realizados na década de 1960, o que, do ponto de vista de algumas religiões, levanta discussões morais em relação ao aborto. Esse tipo de desinformação deriva da confusão (proposital?) entre utilizar “células provenientes de fetos abortados” e utilizar “células provenientes da cultura celular de fetos abortados”, que são coisas bastante diferentes.

Cumpre, então, esclarecer que cultura celular (ou o cultivo de células) é o processo pelo qual células retiradas de um tecido vivo são cultivadas sob condições controladas, geralmente fora de seu ambiente natural. Depois que as células de interesse foram isoladas desse tecido, elas podem ser subsequentemente mantidas sob condições cuidadosamente controladas, conforme explica didaticamente a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹⁷⁹:

¹⁷⁹ O referido texto é um manual para fins educativos produzido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), criada em agosto de 1985, é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) / Ministério da Saúde (MS) responsável pela coordenação e execução de atividades de ensino, pesquisa,

A prática teve início no princípio do século XX com Harrison, em 1907, e Carrel, em 1912. Essa técnica foi desenvolvida como um método para estudar o comportamento de células animais fora do organismo, em um meio ambiente controlado (...) Uma aplicação importante da cultura de células em imunobiológicos se relaciona com a produção de vacinas. Para crescimento viral, é necessário o seu cultivo em células, pois os vírus se replicam em hospedeiros. A vacina de sarampo é produzida em culturas primárias de fibroblastos de embrião de galinha, enquanto a vacina de poliomielite, fabricada na França, em células de rim de macaco-verde africano (*Cercopithecus aethiops*) (ALVES e GUIMARÃES, 2010: 215/251)

Reportagem da *ABC News* informa que, de acordo com relatórios da FDA, sobre os ingredientes das vacinas, as células utilizadas para a produção de vacinas contra sarampo, caxumba e rubéola são cultivadas nos “fibroblastos pulmonares diploides humanos WI-38”¹⁸⁰ (NEPORENT, 2015). A companhia farmacêutica Merck reconheceu que essas células foram originalmente obtidas de um feto abortado eletivamente. Ainda de acordo com a agência federal, outras vacinas comuns, incluindo aquelas contra catapora, hepatite e raiva, também são propagadas em células originárias de fetos humanos abortados legalmente, há décadas, porém tais abortos não foram realizados com a intenção de produzir vacinas. Em artigo sobre a produção de vacinas virais, Bousada e Pereira (2017) explicam como se dá esse processo:

Dentre as células de mamíferos usadas para a produção de vacinas virais existem aquelas de origem humana, adquiridas a partir de abortos provocados (WADMAN, 2013; VAUGHAN, 2001; JACOBS et al., 1970). Podem ser citadas, dentre as já comercializadas, as células das linhagens WI-38 e MRC-5. Desde o início de sua produção em 1962, as células da linhagem WI-38, isoladas por Leonard Hayflick, já foram usadas para produção de vacinas contra várias doenças como rubéola, pólio, sarampo, dentre outras (WADMAN, 2013). (BOUSADA e PEREIRA, 2017: 334)

Diante disso, não é correto afirmar que as células utilizadas para a produção de vacinas são provenientes de fetos abortados nos anos 60, pois, aquelas já não existem há muito tempo, mas sim, que utilizam células que se reproduziram a partir daquelas. Essa sutil diferença de compreensão, acaba sendo utilizada por quem pretende distorcer essa informação e atrair aquele público mais sensível, principalmente religiosos contrários ao aborto.

Feito esse entendimento, é legítimo discordar da produção de vacinas que utiliza células provenientes da cultura celular de fetos abortados, como o faz a Igreja Católica, cuja posição sobre o tema é conhecida, condenando essa utilização. No entanto, em 2005, ela tomou uma importante decisão por meio da Academia Pontifícia para a Vida, pedindo o desenvolvimento de vacinas que pudessem ser feitas por meios alternativos ao tecido fetal (CHARO, 2015), porém, recomendando que os pais deveriam permitir que seus filhos

informação e comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica nas áreas de Educação Profissional em Saúde e em C&T e de Iniciação Científica no Ensino Médio.

¹⁸⁰ A linha celular WI-38 é usada como cultura para cultivar vírus vivos usados em vacinas.

recebessem vacinas feitas com a referida matéria-prima caso não houvesse alternativas similares. A razão, segundo o órgão do Vaticano, é que o risco para a saúde pública quando alguém opta por não vacinar supera a preocupação legítima sobre as origens da vacina:

No que diz respeito às vacinas sem alternativa, deve ser reafirmada a necessidade de contestar a preparação de outras pessoas, bem como a legalidade de utilizar a primeira enquanto isso for necessário para evitar um risco grave, não apenas para os filhos próprios, mas também, e talvez mais especificamente, para as condições de saúde da população como um todo - especialmente para mulheres grávidas; a legalidade do uso dessas vacinas não deve ser mal interpretada como uma declaração da legalidade de sua produção, comercialização e uso, mas deve ser entendida como uma cooperação material passiva e, no seu sentido mais suave e remoto, também ativa, moralmente justificado como uma razão extrema devido à necessidade de prover o bem dos filhos e das pessoas que entram em contato com os filhos; (...) esta é uma escolha alternativa injusta, que deve ser eliminada o mais rápido possível. (SGRECCIA, 2005).

Nota-se, neste caso, uma postura da Igreja Católica coerente com a ciência e com a preservação da vida e, conseqüentemente, com os Direitos Humanos, que é a que deveria ser adotada por todos os líderes religiosos.

3.3.3.3.4. A vacina como ferramenta do moralismo¹⁸¹

Ainda no campo religioso, não podemos deixar de lado os grupos de cristãos conservadores que se opõem à vacinação obrigatória contra doenças normalmente disseminadas por contato sexual, conhecidas como Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Por exemplo, o Human Papiloma Virus (HPV) é um vírus que ao infectar a pessoa pode se tornar a principal causa de câncer do colo do útero e/ou de garganta, pois, 99% das mulheres com câncer de colo do útero foram infectadas por esse vírus. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca), o percentual de mulheres atingidas pelo HPV durante toda a vida varia de 50% a 80%. No entanto, ele atinge aos homens também, como mostra o estudo Human Papillomavirus Infection in Men (SILVA et al., 2017), realizado com 1.118 homens entre 18 a 73 anos, de três países, entre julho de 2005 e junho de 2009: 72,3% dos brasileiros, 61,9% dos mexicanos e 61,3% dos estadunidenses apresentam HPV na região genital.

Nos EUA, conforme reportou o jornal britânico *The Independent*, o tema gerou acalorados debates, destacando-se o grupo Family Research Council¹⁸² que manifestou

¹⁸¹ Compreendido neste texto a partir da perspectiva do ministro do STF, Ricardo Lewandovski, para quem “o moralismo representa uma espécie de patologia da moral. (...) no moralismo alguns poucos buscam impor aos outros seus padrões morais singulares, circunscritos a certa época, religião, seita ou ideologia”. (FOLHA DE S. PAULO, 24 out. 2017)

¹⁸² O Family Research Council (Conselho de Pesquisa Familiar, em português) é um grupo ativista protestante fundamentalista americano, com uma organização de lobby afiliada. Sua missão declarada é “promover a fé, a família e a liberdade nas políticas públicas e na cultura a partir de uma cosmovisão bíblica”. Promove o que considera valores familiares, defendendo e fazendo lobby por políticas no governo (FRC.ORG/MISSION-STATEMENT. Acesso em out. 2020).

oposição à vacinação obrigatória contra o HPV alegando que a vacinação passaria uma mensagem de sexo seguro para crianças: “Nossa principal preocupação é com a mensagem que seria entregue a crianças de 09 a 12 anos com a administração das vacinas. É preciso ter cuidado para não comunicar que tal intervenção torne todo o sexo ‘seguro’” (FORTSON, 2006). O vice-presidente de política da entidade, Peter Sprigg, reforçou a mensagem, em texto publicado no *The Washington Post*:

A visão paternalista de que, apenas porque algo é bom para você, o governo deveria forçá-lo a fazê-lo, não é algo que a maioria das famílias americanas gostaria de receber, especialmente quando a transmissão do vírus pode ser evitada apenas por mudanças comportamentais. O avanço científico que a vacina contra o HPV representa não deve nos distrair da verdade primária de que a abstinência até o casamento e a fidelidade no casamento constituem a melhor fórmula para a saúde sexual. (SPRIGG, 2006)

Por conta desse debate, embora estudos demonstrem que a vacinação contra o HPV não resulta em aumento da atividade sexual, é possível que vários adeptos dessas igrejas tenham deixado de vacinar seus filhos e filhas com receio de que a “mensagem da vacina” seja mais perigosa do que a doença que ela protege, deixando-os vulneráveis. Sabendo que a vacina salva vidas e que nos livros sagrados proteger a vida humana é sempre a motivação da entidade divina, custa crer que alguns líderes consigam simultaneamente afrontar a legislação de saúde, a ciência, sua própria doutrina e, ainda assim, continuarem a ser seguidos por dezenas de milhares de fiéis.

No Brasil, nos últimos anos, foram realizadas campanhas para vacinação de jovens adolescentes contra o HPV. A vacina é oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2014 para meninas com idade entre 09 e 14 anos e meninos entre 11 e 14 anos. Para garantir a proteção, são necessárias duas doses da vacina, que devem ser aplicadas em um intervalo de seis meses (Opas/OMS, 2019). No ano de 2015, atuando como professor do Ensino Médio na escola pública, realizei um projeto sobre a questão da vacinação contra o HPV (Figura 43, abaixo) motivado pelo noticiário local (jornal *Correio Popular*, de Campinas), mostrando que a vacinação encontrava obstáculos devido à informação de que a vacina inspirava o início da vida sexual dos jovens.

Após a leitura de textos informativos sobre o Câncer de Colo de Útero e sobre o Vírus HPV, os alunos fizeram a análise de um cartaz da campanha publicitária produzida pelo Ministério da Saúde e foram desafiados a produzir um texto publicitário direcionado aos colegas daquela escola. Na culminância do projeto os alunos apresentaram *folders*, cartazes e até vídeos (incluído roteiro) com a utilização do celular. O encerramento do projeto se deu com

uma apresentação em que foram mostrados os cartazes produzidos pelos grupos e os vídeos produzidos, com a presença do Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Biologia, da Diretoria de Ensino Campinas Oeste. Mais importante, os alunos puderam refletir sobre os assuntos propostos e esclarecer as informações distorcidas que circulavam sobre a relação vacina-sexualidade.

Figura 43: À esquerda, banner do projeto desenvolvido no Ensino Médio. À direita, captura de tela das páginas das reportagens que motivaram o projeto



Fonte: Cesar Gomes (2020). Correio Popular, edições de 14 mar. e 18 mar. 2014

Com a realização desse trabalho pude experienciar na prática que é necessária a educação para a ciência e principalmente para a conscientização da importância das vacinas, uma vez que a sociedade no geral tem muitas dúvidas em relação ao assunto, fator do qual se aproveitam os produtores do Ecosistema da Desinformação. É preciso, portanto, levar esse tipo de reflexão para a sala de aula e, antes de tudo, formar o professor para isso. Caso contrário, continuaremos a lamentar os baixos índices de cobertura vacinal e, na pior das hipóteses, mortes, como tem acontecido na Pandemia da Covid-19.

3.3.3.4. Questões políticas

3.3.3.4.1. Violação da liberdade pessoal

Gráfico 6: Top 10 do sarampo: Brasil era o 7º país que registrou mais casos no ano de 2019, segundo a OMS



Fonte: MONTANARO, 2019. Revista Galileu [online] 02 out. 2019

Montanaro (2019) menciona, no Gráfico 6 (acima), o político italiano Massimiliano Fedriga que virou chacota global ao, ironicamente, ser internado com catapora¹⁸³, uma das doenças, cuja vacina o representante da extrema-direita e defensor do movimento antivacina, pede o fim da obrigatoriedade. Como parlamentar, ele tenta impedir o Estado de legislar sobre a obrigação de os pais vacinarem ou não seus filhos. Contraindo as consequências da não vacinação à liberdade individual, fica a polêmica questão se teria o Estado o direito de interferir na vida das pessoas.

Essa discussão começa no século XIX em função da (já mencionada) varíola epidêmica na Inglaterra e no País de Gales quando, segundo Ross (1967), o governo britânico promulgou a Lei de Vacinação Britânica de 1840, a primeira incursão do Estado, em nome da saúde pública, nas liberdades civis tradicionais, um dos pilares do Liberalismo. Por isso, cabe uma breve explicação sobre esse pensamento que vai embasar muitos dos argumentos dos antivacionistas, da época e de hoje.

¹⁸³ **RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL.** Político antivacinas da extrema direita italiana é internado com catapora. 19 mar. 2019. (G1.GLOBO.COM/CIENCIA-E-SAUDE) Acesso em 10 jul. 2020.

O liberalismo é uma corrente filosófica da economia política que começa a ter as bases teóricas delimitadas pelo filósofo inglês John Locke (1632–1704), cuja filosofia política se fundamenta na noção de governo consentido pelos governados, da autoridade constituída e pelo respeito ao direito natural do ser humano – à vida, à liberdade e à propriedade. É bom lembrar que o contexto dessa liberdade pregada por Locke (os séculos XVII e XVIII) é um Estado governado por reis absolutistas e uma burguesia ansiosa por ascender ao poder e se libertar do Estado no sentido de poder ter a sua propriedade assegurada (não correr riscos de confiscos) e a autonomia de realizar seus negócios expandindo-os para as colônias, podendo escolher livremente com quem comercializar e por quanto vender a sua mercadoria. No entanto, essa mesma liberdade não vai se estender às populações escravizadas, tampouco àquelas necessárias para fazer a engrenagem da economia girar sem onerar os seus custos, aumentando seus lucros.

Como o liberalismo prega, em princípio, a liberdade individual do cidadão, dissociado das decisões de eventuais grupos que se formem (sejam eles políticos ou religiosos), surge a discussão se o Estado pode interferir na vida do cidadão a ponto de definir se ele pode ou não vacinar o seu filho. O filósofo e economista inglês John Stuart Mill (1806–1873) fala sobre o Princípio do Dano que assegura a cada indivíduo o direito de agir como quiser, desde que suas ações não prejudiquem as outras pessoas, ou seja se a ação afeta diretamente apenas a pessoa que a está realizando. Então a sociedade não tem o direito de intervir, mesmo que se tenha a sensação de que o indivíduo esteja se prejudicando.

Na prática, um sujeito que fuma cigarro de tabaco tem a liberdade de fazê-lo, visto que, embora seja de conhecimento geral que o fumo cause diversas doenças, sua decisão prejudicará somente a si mesmo na eventualidade de ser acometido por um câncer de pulmão, por exemplo. Apesar disso, quando se pensa que todas as pessoas que adoecem no país deverão ser atendidas por um sistema público de saúde (no Brasil o SUS tem esse papel), o que acarreta gasto do dinheiro público, e que quanto mais sujeitos fumantes houver, mais leitos serão ocupados e maiores serão os gastos com pessoas que, em teoria, teriam a opção de não ficarem doentes por causa dos malefícios do cigarro. Nesse caso, em que a atitude do sujeito causa danos a toda uma sociedade, eu defendo que o Estado deve interferir na liberdade individual.

De volta aos séculos XIX e XX, entre 1840 e 1907, o Reino Unido conheceu realidades diversas em termos de interferência do Estado em relação à vacinação que vão da opção para vacinar os filhos, passando pela coerção com pena de multa e prisão, chegando à

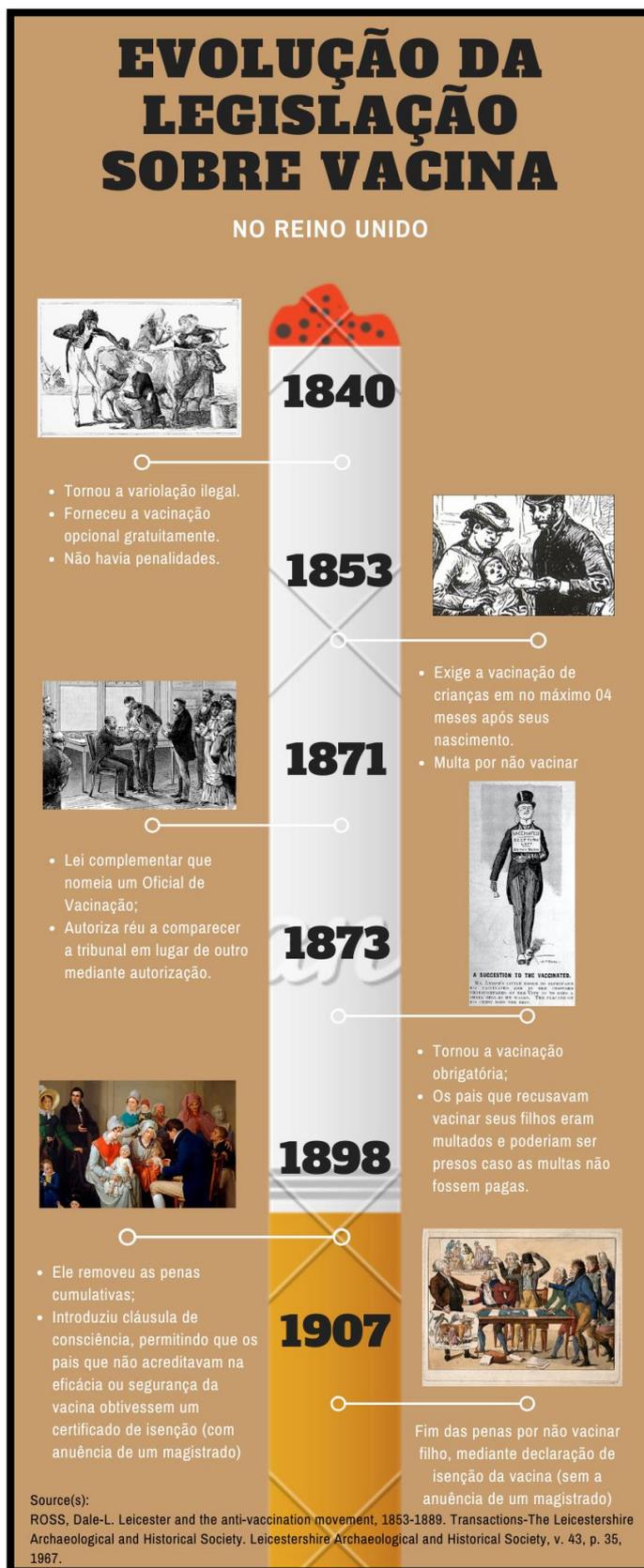
autorização de isenção da vacinação, mediante requerimento e autorização judicial. Houve quem elogiasse, mas também, muita oposição:

O sistema de vacinação, escreve Lambert, representou “um desenvolvimento extremo da interferência estatal: um serviço nacional de saúde gratuito e obrigatório em miniatura [que] merece, sob muitos aspectos, o orgulho de ser o pioneiro”. (...) Um projeto de lei que ampliava a vacinação compulsória de recém-nascidos para toda a população “infelizmente [...] encontrou resistência de um movimento antivacinação nascente agora se espalhando pelo país” e foi retirado. (...) Em 1857, Simon parece estar aconselhando que a compulsão não deve ser “aplicada de maneira opressiva e dogmática”, mas após a aprovação da Lei de Vacinação de 1867, com sua cláusula “surpreendente” 31 (“a mais desumana e severa em qualquer estatuto de saúde imposto a toda a população civil da Inglaterra”), os poderes adotados pela lei estão sendo exercidos com “um rigor sem precedentes na legislação sanitária inglesa”. (WILLIAMSON, 2007:136)

Essas legislações causaram indignação em parte da população porque ela se sentiu coagida a vacinar os filhos, podendo ir para a prisão em caso de não pagamento da multa. Isso, para os ideais liberais surgidos à época na Europa, era uma afronta e gerou hostilidade e um violento movimento de oposição culminando com os grupos antivacinação (ROSS,1967). Segundo Wolfe e Sharp (2002) a fundação da Anti-Vaccination League (Liga Antivacinação) em Londres, em 1853 criou um núcleo para os oponentes da vacinação e a Anti-Compulsory Vaccination League (Liga de Vacinação Anticompulsória) foi fundada em 1867 concentrando sua preocupação na violação da liberdade e escolha pessoais. Pode-se dizer que os movimentos antivacina que vieram subsequentemente são derivados destes que eclodiram no Reino Unido.

Nos EUA, os movimentos se oficializaram a partir de 1879 quando ocorreu a criação da Anti-Vaccination Society of America (Sociedade Antivacinação da América) incentivada pelo antivacinationista britânico William Tebb. Posteriormente, em 1882, houve a fundação da New England Anti-Compulsory Vaccination League (Liga de Vacinação Anticompulsória da Nova Inglaterra) e em 1885 é fundada a Anti-Vaccination League of New York City (Liga Antivacinação de Nova Iorque). Em 1908, John Pitcairn o rico fundador da Pittsburgh Plate Glass Company (hoje PPG Industries), emergiu como grande financiador e líder do movimento antivacinação estadunidense levando à criação da Liga Antivacinação da América, da qual se tornou seu primeiro presidente. A Figura 44 (abaixo) é um infográfico que resume as alterações da legislação sobre a obrigatoriedade da vacina no Reino Unido entre 1840 e 1907.

Figura 44: Linha do tempo da legislação sobre Vacina, no Reino Unido entre 1840 a 1907



Fonte: Cesar Gomes (2020) a partir de ROSS (1967)

No Brasil, a vacina contra a varíola chegou em 1804, em importação feita pelo marechal Caldeira Brand Pontes, o marquês de Barbacena, trazida pelo método braço a braço, utilizando negros escravizados para esse transporte no navio que veio de Lisboa:

Segundo documentos oficiais e estudos históricos, o transporte do vírus vacinal de Lisboa para a Bahia foi feito a partir do contágio de um negro escravizado para o outro, uma conservação da linfa braço a braço ao longo de quase 40 dias de navegação no Atlântico. Segundo o historiador Sidney Chalhoub¹⁸⁴, as cobaias eram sete crianças da propriedade do marquês, acompanhadas ao longo da viagem por um médico que aprendeu a técnica da vacinação e foi as infectando sucessivamente. (MAGENTA, 2020)

Quase 100 anos depois, o país – que passara há pouco tempo por mudanças políticas radicais, como a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) – ainda experimentava muita exclusão social e problemas estruturais no que tangia ao saneamento básico, o que resultava em surtos de diversas doenças como a varíola, a sífilis, a lepra e a febre amarela. No Rio de Janeiro, então capital da República, entre a população havia muito descontentamento, principalmente com o cenário econômico (desemprego e inflação) e com as medidas urbanísticas determinadas pelo governo. Nesse contexto, o presidente da época, Rodrigues Alves (1848–1919), convidou médico Oswaldo Cruz (1872–1917) para tentar sanar as questões sanitárias e introduzir um modelo de vacinação no país.

No primeiro trabalho que fez, Cruz já despertou a revolta de alguns setores da sociedade por conta de suas brigadas de mata-mosquito¹⁸⁵ que atuavam para combater a epidemia da febre amarela – doença também transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* – que assolava o país. Agindo de forma muitas vezes truculenta, essas brigadas empregavam um *modus operandi* totalmente militar, entrando nas casas (com ou sem autorização de seus moradores) levantando caixas d'água, jogando remédio em ralos e bueiros, limpando telhados e calhas, instalando redes de proteção e removendo qualquer possível local de desova dos mosquitos. Os contrários a essas incursões conseguiram *habeas corpus* para impedir a invasão sanitária, no entanto, o médico colocou suas brigadas para trabalhar de madrugada, surpreendendo esses moradores.

Quando precisou cuidar da epidemia de varíola, o sanitarista solicitou ao presidente que tornasse compulsória a vacinação contra a doença, medida que foi aprovada pelo Congresso

¹⁸⁴ Sidney Chalhoub, desde 2015 é professor dos departamentos de História e African and African American Studies da Universidade Harvard, é autor do livro *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial* ganhador do prêmio Jabuti, Em 1997.

¹⁸⁵ Grupos de agentes sanitários munidos de inseticidas capazes de eliminar focos de insetos.

Nacional¹⁸⁶, porém, com uma oposição muito forte de figuras como a do poeta Olavo Bilac (1865–1918) – republicano e nacionalista – e do Senador da República, Ruy Barbosa de Oliveira (1849–1923) – o Águia de Haia. Este alegava que a lei feria as liberdades individuais, além de classificar as vacinas como possíveis condutoras “da moléstia ou da morte”. É importante essa contextualização para ponderar que a Revolta da Vacina¹⁸⁷ não foi exatamente uma revolta contra a vacinação compulsória, apenas:

Na verdade, relatos históricos são unânimes ao apontar que a revolta não foi motivada apenas pelo medo da injeção, mas foi precedida por um longo processo de reorganização e distribuição do espaço urbano, que deu lugar à uma cidade com contornos nitidamente burgueses. Tal processo de expropriação já havia submetido a população de baixa renda ao Bota-Abaixo¹⁸⁸ da Reforma Pereira Passos. Não se pode olvidar, tampouco, o descontentamento de parte das elites nacionais com os rumos adotados pelo Novo Regime. Convém, também, ressaltar que, mesmo antes da regulamentação da Lei da Vacina, já havia sido encaminhada ao Congresso listas assinadas por 15 mil pessoas contra a obrigatoriedade da imunização. A regulamentação só veio incendiar ainda mais os ânimos já exaltados (FIGUEIREDO, 2019: 03).

Havia, portanto, muitas inquietações com as decisões políticas, que se somaram a aspectos religiosos-culturais importantes. Segundo Chalhoub, a resistência também se deu porque o procedimento era “doloroso e interferia em concepções religiosas de origem africana ou mesmo católicas, como a noção de que os flagelos eram punições de Deus que vinham para purificar a sociedade” (FELLET, 2020). Como é de se supor, não houve uma campanha de conscientização e funcionários da Saúde Pública vacinavam à força a população, com a ajuda da polícia. A charge de Leonidas Freire (Figura 45, abaixo) mostra o médico Oswaldo Cruz (apelidado de “Napoleão da Seringa e Lanceta”) lutando para conter a fúria da população contra a vacinação compulsória.

¹⁸⁶ Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904 que tornou obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revacinação contra a varíola (BRASIL, 1904).

¹⁸⁷ A REVOLTA DA VACINA foi um motim popular ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. O motim, que agregou a insatisfação popular com os serviços públicos, iniciou-se brigando pela revogação da vacinação obrigatória, no entanto, logo desandou para uma tentativa de golpe militar, resultando em 30 mortos, 110 feridos, 945 pessoas detidas, 461 delas deportados para o Acre, além de depredações de bondes, trilhos, calçamentos e postes de iluminação.

¹⁸⁸ BOTA-ABAIXO: Expressão criada para designar, ao mesmo tempo, o processo de reformas urbanas operado a partir de 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e o prefeito da cidade à época (entre 1902 e 1906), Francisco Pereira Passos. Nesse projeto foram demolidos cortiços, casas de cômodos, estalagens e velhos casarões para o alargamento e prolongamento de diversas vias urbanas.

Figura 45: Charge, publicada na imprensa da época, mostra a resistência de parte da população às forças de vacinação obrigatórias, conduzidas por Oswaldo Cruz



Fonte: FREIRE (1904:14). Revista *O Malho* de 29 de outubro de 1904, Edição nº. 111. Acervo da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz.

Em síntese, é possível concluir que a resistência à vacina historicamente tem um componente político muito forte, que começa com as primeiras legislações de obrigatoriedade da vacina na Inglaterra, ainda no século XIX, e se espalha por todo o mundo chegando ao Brasil no início do século XX, culminando com a Revolta da Vacina. Diante do que, não se pode alegar surpresa quando políticos se aproveitam do legítimo receio que muitas pessoas naturalmente apresentam sobre a segurança e eficácia das vacinas para capitalizar para agendar um debate sobre liberdades individuais e mobilizar para mudanças no campo da política.

3.3.3.4.2. Big Pharma: Teoria da Conspiração ou falta de transparência?

Neste tópico, quero citar apenas um caso que ilustra um cenário usado pelo movimento antivacina para justificar sua postura: a ganância da indústria farmacêutica pelos lucros. Embora ela busque, evidentemente, o lucro, será que esse argumento tem realmente algum fundamento?

Specter (2009) traz o caso do medicamento anti-inflamatório Vioxx (denominação comercial do Rofecoxib), pertencente à classe dos inibidores de uma enzima chamada Cox-2 (Ciclo-oxigenase-2), produzido pela companhia farmacêutica americana Merck & Co. Inc. utilizado para tratamento dos sinais e sintomas da osteoartrite (artrose) e da dismenorréia primária (cólica menstrual), com grande utilização também na odontologia. Pesquisas

divulgadas em 1999 pela Universidade da Pensilvânia (EUA), quando o Vioxx chegava ao mercado, sugeriam que o mecanismo desse remédio combatia a inflamação, mas bloqueava elementos capazes de prevenir problemas cardíacos.

Em 2004, a Merck retirou o Vioxx do mercado após um estudo interno mostrar que pacientes que o utilizavam por mais de 18 meses aumentavam significativamente suas chances de ocorrência de eventos cardiovasculares, como ataques cardíacos e Acidente Vascular Cerebral (AVC). O jornal *Folha de S. Paulo*¹⁸⁹ informa que entre 1999 e 2004 o medicamento foi receitado para 84 milhões de pessoas e que suas vendas mundiais somaram US\$ 2,5 bilhões, só em 2003. À época da suspensão, era o anti-inflamatório mais vendido no Brasil. Ao contrário do que sugerem as notícias veiculadas pela mídia à época, a retirada do Vioxx do mercado pela Merck não foi um processo de bom mocismo da empresa.

Specter descreve o tamanho da publicidade (Figura 46, abaixo) – de mais de US\$ 100 milhões por ano – e do lucro em torno do medicamento, bem como, os esforços da farmacêutica para abafar, desde 2001, estudos que questionavam os riscos do medicamento na questão cardiovascular para alguns pacientes. O cardiologista Eric Jeffrey Topol (2004) escreve que desde 2001 tanto a Merck quanto a FDA teriam agido de forma negligente, uma vez que foram informadas sobre os riscos cardiovasculares do remédio e orientadas a aprofundarem estudos nesse sentido, mas, não o fizeram: “Infelizmente, está claro para mim que o interesse comercial da Merck nas vendas de rofecoxib excedeu sua preocupação com a potencial toxicidade cardiovascular do medicamento” (TOPOL, 2004:1708).

Figura 46: Captura de tela de trechos do filme comercial do medicamento Vioxx, veiculado no ano de 2000



Fonte: Merck & Co. (2000)

¹⁸⁹ **FOLHA DE S. PAULO.** Medicamento Vioxx é recolhido em 80 países. 01 out. 2004.

Em novembro de 2005, o médico, para quem “tais estudos teriam salvado milhares de vidas”, foi vítima de uma estranha coincidência: logo após testemunhar numa ação coletiva contra a Merck, seu chefe, do Conselho da Cleveland Clinic, recebeu uma ligação da farmacêutica, e decidiu extinguir o cargo de diretor da instituição e lhe demitir do cargo de reitor da Cleveland Clinic Lerner College of Medicine, faculdade que havia fundado.

Uma vez que vivemos e dependemos do sistema capitalista, não parece difícil para qualquer pessoa sensata inferir que o interesse econômico guia as ações da produção farmacêutica e que nem sempre o interesse público vem em primeiro lugar. Essa lacuna permite que os movimentos antivacinas questionem a gana pelos lucros dessa indústria, seus problemas, levantem suspeições, coloquem em xeque a eficácia das vacinas (algo que cientificamente não existe) e se aproveitem para incentivar a hesitação vacinal, não por acaso, com tratamentos e produtos alternativos sempre à mão, oferecidos por seus patrocinadores, coincidentemente, médicos que se dizem “contra o sistema”.

Por outro lado, o fato de discordarmos de sistemas ou de legislações não nos dá o direito de descumpri-los. Tome-se o exemplo do cinto de segurança nos automóveis: há quem argumente que não é razoável multar o cidadão pelo seu não uso e que deveria haver apenas campanhas de conscientização nesse sentido. No entanto, comprovadamente, ele salva vidas e mesmo discordando da legislação e da filosofia de educação punitiva que embasa a lei, devemos utilizá-lo. Da mesma forma, embora tenhamos inúmeras críticas à indústria farmacêutica (e ao sistema capitalista como um todo), comprovadamente a vacina salva vidas e, enquanto não dispusermos de mecanismos (nem poder) para alterar o modo como as coisas são feitas, devemos continuar a vacinar os nossos filhos, não pela indústria (cujas finalidades sabidamente é lucrar), mas sim, pela saúde deles, que é o que realmente importa. De modo que essa relação de causalidade entre os que são contra a vacinação e o protesto contra a indústria farmacêutica não tem sustentação no princípio maior, que norteia o mais importante Direito Humano, que é a preservação da vida.

3.4. Afinal, por que negar a ciência e a vacina?

O negacionista da vacina não nasce em 1998, como afirmam várias publicações jornalísticas, mas quando a milenar técnica da variolação foi trazida para a Europa e para a América do Norte, no século XVIII, passando por questões religiosas, sanitárias e políticas, entre outras. De lá para cá, o mundo mudou, mas os argumentos utilizados pelos antivacionistas ainda são praticamente os mesmos.

A oposição à vacinação acontece num primeiro momento por pessoas muito bem formadas e informadas, principalmente profissionais ligados à medicina, mas, não raro, ela parte de intelectuais e outros sujeitos com lugar de fala privilegiados na sociedade, como religiosos, o que lhe confere autoridade. Utilizando-se, parte das vezes, da pseudociência e, em outras, adotando um falso discurso contra-hegemônico, um mercado alternativo às vacinas se estabelece para poder obter ganhos daqueles órfãos dos imunizantes que buscam alternativas “mais saudáveis” e “menos perigosas”. Eis o terreno no qual germina e floresce, nos dias de hoje, a desinformação sobre vacinas e Saúde.

Não se pode, contudo, desdenhar da legítima preocupação com os problemas apresentados pelos medicamentos vendidos pela indústria farmacêutica. No entanto, ignorar que a ciência (que pode e deve ser questionada, quando não apresentar evidências, pois essa é a razão de sua evolução) produz mais acertos do que equívocos e jogar parte da população (por conta de interesses políticos e / ou econômicos subjacentes) em mãos de verdadeiros charlatães me parece uma jogada desonesta e irresponsável. Por conta disso, notícias não factuais que vão circular contra a vacina vão, em sua grande maioria, versar sobre esses aspectos: combate ao sistema (não se sabe qual ao certo), contra à indústria farmacêutica e os perigos que os efeitos da vacinação representam.

Figura 47: “#Não termina aqui” diz a frase no cartaz empunhado durante protesto contra a vacinação



Fonte: (GRANATI, 2018). Revista Veja [online]. Praça Montecitorio, em Roma, em 2017.

Robert Wolfe e Lisa Sharp (2002) escrevem que os métodos de disseminação de informações mudaram desde o século XIX, mas as preocupações e atividades dos movimentos antivacinação no Reino Unido e suas contrapartes nos EUA mudaram pouco desde então.

A OMS considera o movimento antivacina (Figura 47, acima) uma ameaça à saúde mundial. Numa época em que nunca foi tão grande a circulação da informação, não é possível que não se consiga combater a rede de desinformação na qual se apoiam os movimentos antivacinaçãoistas na atualidade. É preciso responder às angústias dos pais que temem pelas vacinas, pois ignorar suas questões, tratá-los como loucos ou ignorantes, só vai aprofundar o abismo comunicacional existente na atualidade e vai jogá-los diretamente nos braços do mercado alternativo da Saúde, que nada de braçada neste momento vendendo seus tratamentos “naturais” e trazendo de volta, por consequência, doenças já erradicadas.

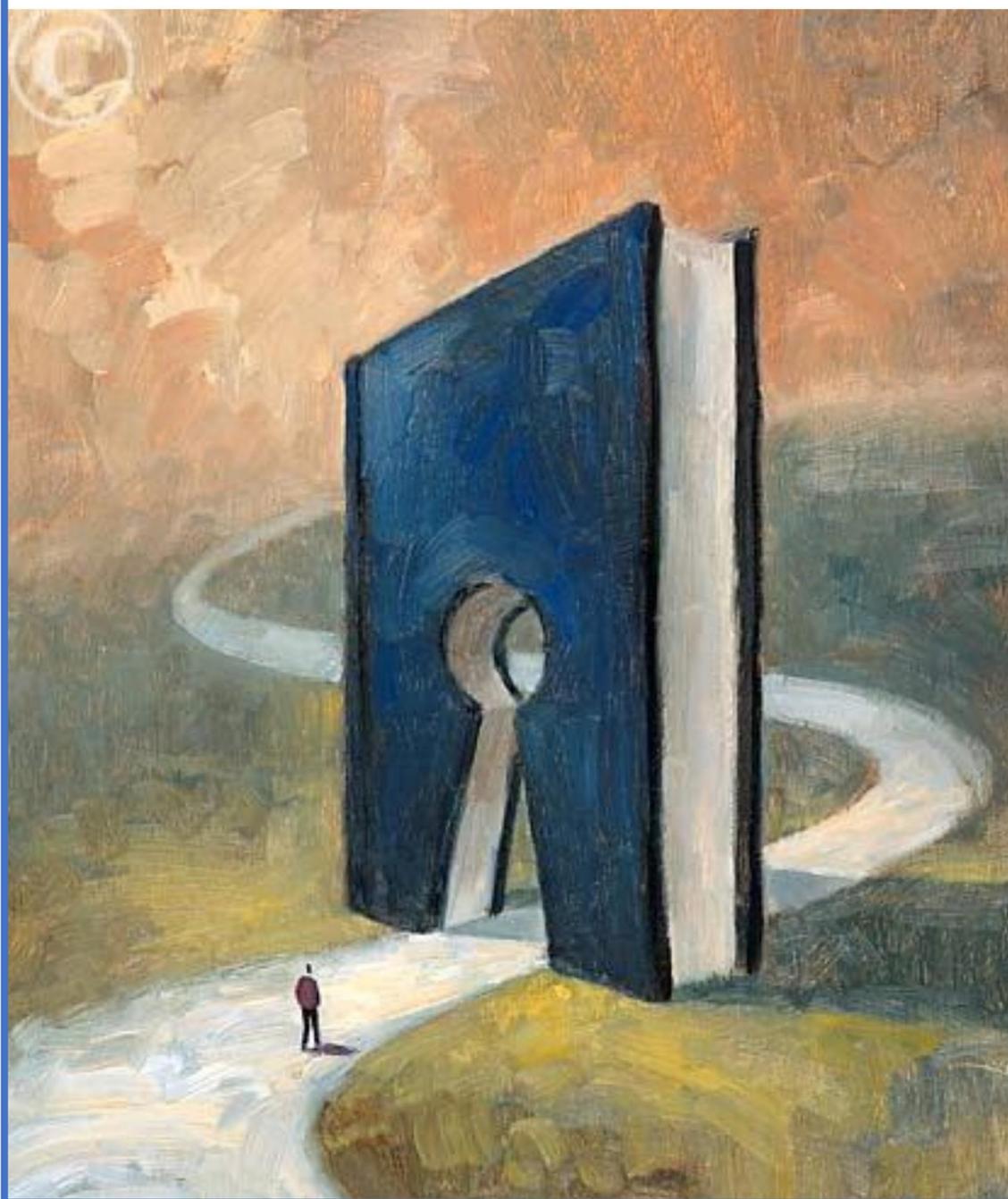
Fica demonstrado que é preciso negar a ciência e a vacina para lucrar financeira e/ou politicamente, no entanto, se a sociedade fizer a “lição de casa” e apostar na educação, é possível reduzir os antivacinaçãoistas ao grupo restrito de radicais que existe desde a variação. Nesse sentido, parece evidente que isso se fará com uma comunicação mais eficiente sobre as vacinas por meio de uma divulgação científica que atinja um número maior de pessoas leigas. Além disso, o letramento midiático e informacional e, obviamente, uma boa educação científica na escola podem ser bons remédios para combater o fenômeno, conforme discuto no capítulo a seguir.

4. CAPÍTULO IV: POR QUE A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA É UMA DAS SAÍDAS?

CAPÍTULO IV

POR QUE A
EDUCAÇÃO MIDIÁTICA
É UMA DAS SAÍDAS?

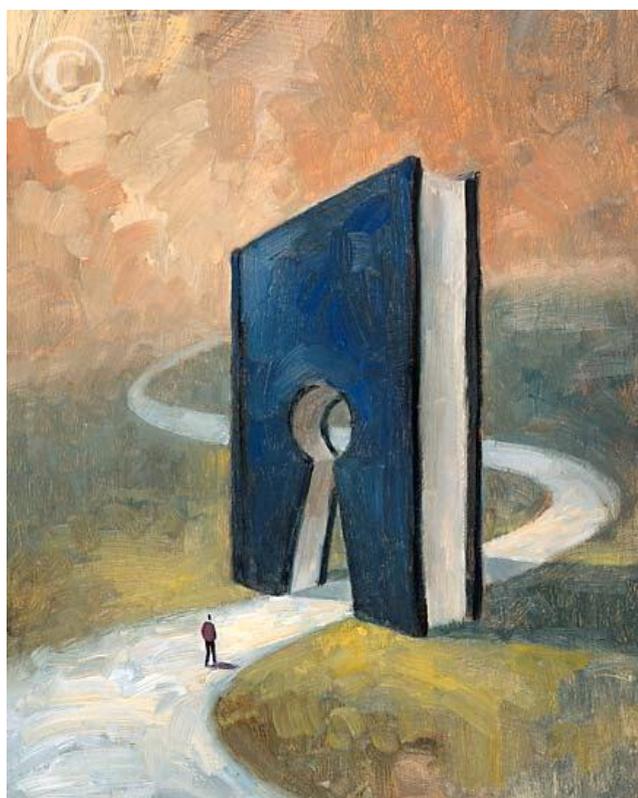
A ESCOLA, SEUS LIMITES E A FUGA DO IMEDIATISMO



*“Depois de 20 anos na escola
Não é difícil aprender
Todas as manhas do seu jogo sujo
Não é assim que tem que ser
Vamos fazer nosso dever de casa
E aí, então, vocês vão ver
Suas crianças derrubando reis
Fazer comédia no cinema com as suas leis”*

Renato Russo
Geração Coca-Cola (1985)

Figura 48: Paint the Future. Ilustração da capa do Capítulo IV.



4.1. Começo de conversa

Em primeiro lugar, temos que ter a consciência de que, desde sempre, quando se espalha um boato, dificilmente é possível reparar o seu estrago. O boato adquire vida própria e vai se metamorfoseando, à medida em que circula em diferentes grupos sociais. Mesmo que se peça desculpas, mesmo que se desminta, que se prove o contrário, é possível que permaneça na mente das pessoas a falsa história. Diz uma parábola que certa vez, num lugar distante, um jovem contou uma história repleta de meias verdades sobre uma pessoa. A conversa se espalhou rapidamente e prejudicou a vítima. Ao perceber os danos que sua maledicência causara, o jovem procurou um sábio para pedir orientação sobre como reparar seu erro. O sábio então lhe deu uma tarefa em duas etapas: na primeira, pediu que pegasse um travesseiro de penas, fosse até o alto de uma montanha, soltasse as penas ao vento e depois voltasse a falar com ele. O arrependido estranhou a facilidade do ato, mas decidiu fazê-lo sem questionar. No dia seguinte, ao retornar ao sábio para a segunda etapa da penitência, ouviu que deveria voltar à montanha e recolher todas as penas e colocá-las no travesseiro, trazendo-o de volta. No entanto, isso era humanamente impossível, replicou o caluniador, dado que as penas ao vento tinham ido cada uma para um lugar e seria impossível saber a localização de todas e as recolher. Exatamente isso, concluiu o sábio: quando se espalha uma mentira, por mais que se tente remediar, o estrago está feito e dificilmente pode ser reparado.

Dessa forma, quero iniciar este capítulo dizendo que, assim como não há como reparar o dano causado por boatos e mentiras, sejam elas profissionais ou pessoais, se é difícil mesurar o estrago de uma mentira em grupos pequenos, é praticamente impossível medir, por exemplo, a extensão de uma mentira espalhada via internet, nas redes sociais, uma vez que ganham vida própria. Na área da Saúde, a situação é ainda mais complexa. Quantas pessoas, durante a Pandemia da Covid-19, deixaram de tomar vacina e recorreram a tratamentos alternativos motivadas por boatos e teorias da conspiração? E quantas pessoas morreram por conta disso, da irresponsabilidade dos que espalham boatos contra as vacinas? Por sua vez, os caluniadores profissionais sabem de seu poder e pouco se importam com a vida, cegos que estão pelo poder e pelo dinheiro (não necessariamente nessa ordem), organizando-se numa rede muito bem articulada, já descrita no capítulo I em que discuti o Ecossistema da Desinformação. De modo que tudo o que for falado daqui para a frente são discussões que buscam mitigar o problema, oferecendo às pessoas ferramentas que possam ajudá-las a não se tornar mais um cliente no armazém de mentiras que se tornaram as mídias sociais, afirmação que faço com tristeza, visto que sempre fui entusiasta de seu poder educativo.

Portanto, a proposta de discutir neste capítulo a Educação Midiática como sendo uma das saídas (e não a única, frise-se) para mitigar o problema da desinformação na sociedade parte não só de minhas percepções acumuladas ao longo da carreira de mais de 20 anos como professor da escola pública ministrando aulas de Língua Portuguesa e suas Literaturas, mas também, do cruzamento de fatos e de relações entre o problema e o referencial teórico.

Assim, num primeiro momento, discuto a relação entre escola e tecnologia, a partir de minhas constatações e observações na sala de aula e nas escolas como professor, para em seguida me posicionar em relação à escola que eu trabalho e a escola que eu idealizo como educador. Em seguida discuto a limitação que tem a Educação para recolher “as penas ao vento” e a inocuidade de inúmeros mecanismos de desmascaramento de *fake news*, como o *fact-checking*, entre outros, que sem dúvida têm ajudado no processo de identificação das mentiras, entretanto, estão muito longe de resolver o problema em sua base, face à velocidade com que se multiplica nas redes sociais e seu poder de convencimento de parcela considerável da população. Num terceiro momento, apresento a contribuição histórica da Comunicação para a Educação, que tem atuado para reduzir o problema e debato o potencial da Educação Midiática. Contudo, enfatizo que é preciso reconhecer os limites dessa proposta, dado que as possíveis saídas para mitigar o problema da desinformação a curto e/ou a médio prazo são inócuas se não houver uma robusta política pública educacional e social que o enfrente de forma mais contundente e ágil. Necessário reconhecer que o mal da desinformação é algo que afeta a toda a sociedade, que precisa, também, ser educada e orientada para melhor entender este fenômeno das *fake news* na era da Internet, com a informação/ desinformação na palma de sua mão.

4.2. Escola¹⁹⁰ e tecnologia: os objetivos e o que se vende à sociedade

A educação, além de objetivar a aquisição de conhecimento e a evolução das pessoas, busca inseri-las na sociedade – com uma visão crítica e analítica de mundo – e no mercado de trabalho, que é parte importante de suas vidas. No Brasil, o papel da escola está ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) no parágrafo 2º do Artigo 1º¹⁹¹. O problema começa quando essa formação para o trabalho guia quase todas as ações da escola, porque, historicamente, nem sempre os interesses econômico-financeiros de alguns são positivos para a grande maioria da população. É essencial, também, formar as

¹⁹⁰ Entendido aqui a Escola como instituição, mas, evidentemente tem relação com a escola enquanto local de aprendizagem, pois dependendo do direcionamento institucional, o local se transformará para melhor ou pior.

¹⁹¹ **LEI 9394/96.** “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”

peessoas para que possam desenvolver relações sociais, culturais e políticas, para além das econômicas, de sobrevivência. Para Augusto Pinto (2008:64), atualmente a aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico (isso mundialmente falando) tem um caráter caótico porque está “submetida aos ditames da acumulação de capital, onde, na base do aumento da riqueza material da sociedade, está a miséria do homem que vive do trabalho”. Por isso, o autor acredita que “a escola pública não apenas foi concebida, como vem se tornando cada vez mais parte do processo de estruturação da sociedade capitalista” (Ibidem).

Para me posicionar sobre a relação entre educação e tecnologia e suas implicações sociais, retomo alguns conceitos que circulam no mundo corporativo e que têm aparecido nas formações de que participo em meu cotidiano de professor. Vejo tais teorias entrando com naturalidade na sala de aula, sem o necessário debate e reflexão, algo dado como inescapável. Para ficar em um único exemplo, trago a classificação da educação em etapas entre 1.0 e 4.0, que o administrador e educador Rui Fava¹⁹² (2014 apud PASSOS, 2019) detalha em livro¹⁹³.

A Educação 1.0, segundo o autor, é a etapa que se refere ao modelo de escolas que vai do século XII (Idade Média) ao início da Idade Contemporânea (Revolução Francesa). Nele, a Igreja era a responsável pela educação: a escola era dirigida por um clérigo, o mestre que em virtude de sua erudição era o centro do processo educacional, enquanto os estudantes apenas recebiam os ensinamentos passivamente:

As primeiras escolas, as chamadas Escolas Paroquiais, remontam ao século XII e limitavam-se à formação de eclesiásticos. Os mestres eram os sacerdotes encarregados de uma paróquia. Com base em uma educação estritamente cristã, as aulas aconteciam nas próprias igrejas e o ensino reduzia-se às lições das Escrituras, à leitura e ao estudo dos salmos (FAVA, 2014: 02 apud PASSOS, 2019).

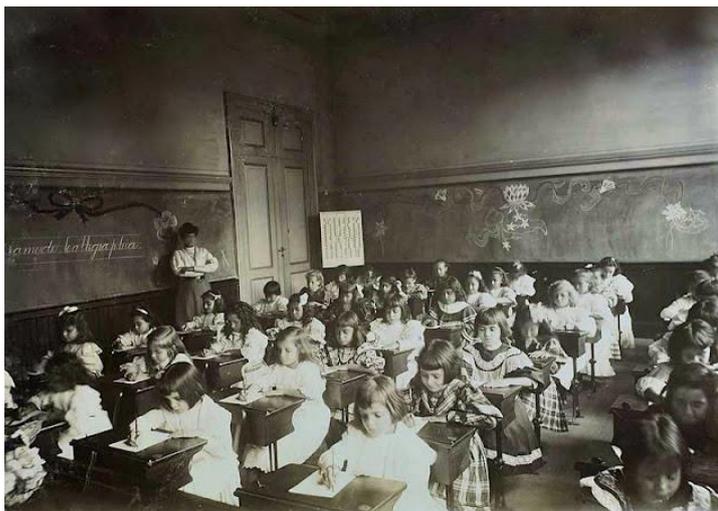
Já a Educação 2.0 é a etapa que tem seu marco temporal datado aproximadamente no final do século XVIII, com forte influência da Revolução Industrial que, conforme registra a História, provocou um grande impacto naquela sociedade, impulsionando o surgimento do Capitalismo, alterando as relações sociais e a estrutura do trabalho. Ao longo do tempo, não foram poucos os empresários que tentariam melhorar os processos de produção, a fim de economizar material e produzir mais, aumentando seus lucros. Um deles foi o estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915), cujo modo de organização do processo produtivo, o

¹⁹² Importante destacar que Rui Fava, tem trajetória na área empresarial: é bacharel em Administração de Empresas com MBA em Finanças e Gestão Estratégica pela FAE-PR, Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Católica de Santa Fé (UCSF), Argentina. Foi Reitor da Universidade de Cuiabá (UNIC) e da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Vice-Pres. Acadêmico da Kroton SA. É Sócio Fundador da Atmã Educar.

¹⁹³ Na verdade, ele discorre até a Educação 3.0, ficando o último tipo para outros autores.

Taylorismo¹⁹⁴, influenciou não só esses processos, mas posteriormente as metodologias de ensino e de aprendizagem na escola. Um dos primeiros princípios propostos pelo engenheiro mecânico, cujo foco era a eficiência e a eficácia operacional na administração industrial e comercial, foi a padronização, isto é “(...) produzir serviços similares, sem se importar com diferenças, contrastes, diversidades, é mais descomplicado e rápido” (Ibidem: 21).

Figura 49: Estudantes assistem à aula de “calligraphia” na Escola Caetano de Campos, em 1895.



Fonte: Acervo Arquivo Público de São Paulo. Disponível em: <http://www.caetanodecampos.com.br/historia-da-escola> Acesso em 16 out. 2021

Por esse princípio, a sala de aula tende a reproduzir modelo da fábrica, padronizada, sem se importar com as diferenças, contrastes e diversidades, sendo o conteúdo transmitido em massa, ou seja, todos devem aprender as mesmas coisas ao mesmo tempo, como mostra a Figura 49 (acima). Essa padronização, segundo Fava (2014 apud PASSOS, 2019), originou a especialização que refletiu na escola na forma de disciplinas e de professores especializados com seus conteúdos fragmentados, compartimentados, planejados individualmente, dificultando ao aluno o estabelecimento de qualquer relação entre eles. Como tem o objetivo de treinamento, a Educação 2.0 é baseada na aprendizagem informativa, na qual a memorização é privilegiada, o ensino ainda é centrado no professor e o estudante também recebe os ensinamentos passivamente. Esse é o modelo que vigora até os dias atuais em muitas (senão na maioria) das nossas escolas e habita o imaginário de muitos de nossos governantes, conforme demonstra este anúncio publicitário (Figura 50, abaixo), veiculado pela prefeitura da cidade do

¹⁹⁴ TAYLORISMO, também conhecido como Administração Científica, é um modo de organização do processo produtivo criado por Frederick Winslow Taylor no final do século XIX, em meio aos acontecimentos da Revolução Industrial. Com o objetivo de maximizar a produção, Taylor segmentou o processo produtivo, dando origem a uma forma de administração científica nas empresas, com uma nova organização do trabalho, focada na especialização dos trabalhadores e na função da gerência, criando então a chamada gerência científica.

Rio de Janeiro há pouco menos de dez anos, que ainda enxerga a sala de aula como uma linha de produção de uma fábrica.

Figura 50: Linha de produção na Educação



Fonte: Jornal O Globo, Rio de Janeiro (07 dez. 2014).

Por sua vez, a Educação 3.0 vai se desenhar a partir dos anos 1980, época em que a memorização de conteúdo passa a não mais atender às necessidades do Mercado. Isso ocorre porque o sistema taylorista/fordista de organização do trabalho começa a se tornar obsoleto e a dar lugar ao Toyotismo¹⁹⁵, que é caracterizado por uma progressiva “desespecialização” da mão de obra e da expansão das responsabilidades dos trabalhadores na linha de produção (CORIAT, 1994 apud AUGUSTO PINTO, 2008). Por exemplo, se no sistema anterior havia três trabalhadores diferentes para realizar as tarefas de manutenção de máquinas, controle de qualidade e produção, no Toyotismo tais tarefas são fundidas num único funcionário, tornando-o “polivalente” ou “multifuncional”. Essa mudança vai impactar a Educação da seguinte forma:

Esta nova organização passou a exigir dos trabalhadores novas qualificações profissionais, educacionais e mesmo comportamentais, as quais abrangem, por um lado, a maior experiência no exercício da função (o “conhecimento tácito”), e, por outro, capacidade em inovar no âmbito das atividades desempenhadas, de adaptar-se às variações dos objetivos e das tecnologias utilizadas (capacidade de “aprender a aprender”), de tomar decisões e prevenir desajustes operacionais, de selecionar e relacionar informações, de desenvolver conhecimento por simbolização, além das tradicionais habilidades manuais, que permitam o uso eficiente de equipamentos e instrumentos de trabalho de alta precisão técnica (BRUNO, 1996; JACOBI, 1996 apud AUGUSTO PINTO, 2008: 56).

¹⁹⁵ O sistema toyotista começou a ser desenvolvido pela Toyota Motor Company, em condições históricas particulares do Japão em meados dos anos 1950, nas quais, em função da Guerra da Coreia (1950-1953) tropas estadunidenses fizeram enormes encomendas, porém em pequenas séries de diferentes artigos, obrigando a empresa a aumentar vigorosamente sua capacidade produtiva, sem recorrer a admissão de novos trabalhadores (CORIAT, 1994:38 apud SABIA, 2014)

Diante disso, para atender às novas necessidades do sistema produtivo, as “novas propostas metodológicas” pretendem formar um estudante que selecione o importante, descarte o irrelevante, solucione problemas e não se atenha apenas à memorização e à reprodução da informação. Não porque ele deve ser mais crítico e consciente, mas porque isso deixou de fazer sentido para o Mercado. Na prática, o professor não deve mais pedir aos estudantes que decorem e repitam as informações, mas sim, que as encontrem, usem-nas e as tornem significativas. O currículo não deve mais ter disciplinas isoladas, mas organizadas de acordo com áreas do conhecimento, com conteúdo integrado, contexto em que o uso da tecnologia digital é meio que apoia a aprendizagem, como ferramenta, meio de produção e distribuição. Isso significa que o professor deixa de ser o centro do processo e o estudante passa a ser protagonista de sua aprendizagem, não porque o sistema capitalista espera que ele protagonize a luta por um mundo menos desigual, mas sim porque o tal protagonismo estudantil treina esse jovem para exercer no mercado de trabalho um papel polivalente, de tomada de decisões, necessário para a realidade da máquina produtiva.

Embora o modelo educacional 3.0 seja todo ele pensado para atender ao contexto descrito anteriormente, seus defensores vão “vendê-lo” como necessário para os tempos da comunicação digital pós-surgimento da internet. Por exemplo, Fava (2014:33 apud PASSOS, 2019) vai dizer que o relacionamento propiciado pela internet “gerou uma ânsia por trabalhar, compartilhar, interagir, comunicar, ensinar, estudar, aprender de qualquer lugar e, a qualquer hora, pelo uso de computadores interligados mundialmente, sem qualquer empecilho”. Não deixa de ser verdade, porém, em que medida a escola vai conseguir fazer com que os estudantes por meio das TDIC tenham mais cidadania e usem-nas para lutar por mais saúde e mais saneamento básico? Até o momento, o que se percebe é que a escola vai se limitando a oferecer uma formação para que as crianças sigam obedecendo, permitindo que tomem uma decisão aqui e ali, com alguma criatividade, sem exageros, porque é disso que o Mercado precisa¹⁹⁶.

A Educação 4.0, por fim, é também conhecida como Cultura *Maker* (Cultura Mão na Massa, traduzem alguns). Instituída no início do século XXI, seus defensores vendem-na como um caminho sem volta, pois, para eles é preciso atender às necessidades educacionais das novas gerações com o desenvolvimento constante de novas habilidades e conhecimentos. Esse

¹⁹⁶ E aqui, por incrível que pareça, estou criticando as “escolas modernas”, porque lamentavelmente ainda há escolas em que se encontra a memorização na prática de professores em aulas no estilo “Escolinha do Professor Raimundo”, o que demonstra o tamanho do problema que temos a enfrentar.

movimento propõe a utilização de linguagens computacionais, IA e *Big Data*¹⁹⁷, entre outras, como ferramentas de construção do conhecimento. Propõe ainda a utilização de metodologias ativas¹⁹⁸ no processo de aprendizagem, como a Aprendizagem Baseada em Problemas e a Aprendizagem Baseada em Projetos.

Apesar dessa euforia, é preciso pontuar que esta formação, ainda mais generalista, que pretende formar trabalhadores ainda mais polivalentes, é diametralmente oposta àquela formação educacional 2.0, do taylorismo/fordismo, voltada mais para a especialização, porque naquela época o trabalhador pouco iria trocar de emprego – e muito raramente de profissão – durante a vida toda, dado que o emprego era mais estável. Cláudio Salm (1998) argumenta que no subtexto da formação “generalista” se esconde um cenário de instabilidade para o trabalhador do capitalismo em crise do século XXI:

[...] além de preparar os jovens para os novos e poucos empregos que requerem capacidade de resolver problemas, espera-se que a educação também prepare os jovens para as várias formas de desemprego, [...] nas ideias de “aprender a aprender”, e “educação continuada”, pois está previsto que os jovens de hoje terão que mudar de “carreira” (não apenas de emprego) várias vezes ao longo de suas vidas. (SALM, 1998: 243 apud AUGUSTO PINTO, 2008: 65):

Em princípio, essa empolgação pela inserção da robótica e da automação nos currículos, incentivada pela própria BNCC¹⁹⁹, “vende” a ideia de que tais aprendizados vão tornar os estudantes (e por consequência os adultos) pessoas mais livres, autônomas, que poderão programar tarefas repetitivas e ter mais espaço para atividades mais criativas, que realmente importem em suas vidas. Em algum momento, pode até ser que isso aconteça, no entanto, é preciso desmistificar a verdadeira intencionalidade do sistema capitalista quando pretende incluir tais conteúdos no currículo escolar.

O sistema toyotista²⁰⁰ requer processos de automação frequentes para que as máquinas operem com o mínimo da intervenção humana. Para isso, elas passam a realizar

¹⁹⁷ BIG DATA são dados com maior variedade que chegam em volumes crescentes e com velocidade cada vez maior. Isso também é conhecido como os três Vs. Simplificando, big data é um conjunto de dados maior e mais complexo, especialmente de novas fontes de dados. Esses conjuntos de dados são tão volumosos que o software tradicional de processamento de dados simplesmente não consegue gerenciá-los. No entanto, esses grandes volumes de dados podem ser usados para resolver problemas de negócios que você não conseguiria resolver antes.

¹⁹⁸ Resumidamente, pode-se dizer que metodologias ativas são as muitas maneiras de trabalhar a aprendizagem com os estudantes de maneira ativa, ou seja, permitindo a eles serem agentes de sua própria formação.

¹⁹⁹ As discussões sobre robótica e automação vão aparecer como meta na habilidade EF07CI06, no 7º ano da disciplina de Ciências (p. 347); na discussão sobre Itinerários Formativos do Ensino Médio, dentro da matemática (p. 477); e na habilidade EM13CNT308, de Ciências da Natureza, no Ensino Médio (p. 560).

²⁰⁰ A flexibilidade interna atingida pelo sistema toyotista possibilita – e muitas vezes requer – processos de automação crescentes, como se pode constatar por uma de suas técnicas principais, a “autonomação”, que consiste no uso de dispositivos de controle nas máquinas que lhes permitam operar sem a intervenção humana direta,

tarefas até então exclusivamente humanas como, por exemplo, armazenamento de informação, cálculos, desenhos e raciocínio lógico, ficando os trabalhadores com intervenção restrita àquilo que os projetistas dessas instalações automatizadas consideram como necessária e suficiente. Ao se limitar à interpretação de informações geradas pela máquina e à vigia de seu pleno funcionamento, eles passam a ter uma compreensão limitada acerca dos processos, o que leva à desvalorização de seus conhecimentos historicamente acumulados.

Por isso, toda essa conversa de que é preciso desenvolver novas capacidades para aprender as necessidades impostas pelo século XXI (aprender a aprender, trabalho colaborativo, resolução de problemas) tendo como fundamento as necessidades do sistema produtivo capitalista vai, no fim das contas, fazer do trabalhador um mero cuidador de máquinas automatizadas, isso se (numa perspectiva bastante otimista) no futuro ainda houver emprego.

A professora Débora Garofalo²⁰¹ (2018), traça as exigências para o profissional que denomina “Professor 4.0”, cujos deveres são:

- ✓ Renovar suas práticas pedagógicas;
- ✓ Ter um olhar mais profundo sobre as diferentes práticas adotadas;
- ✓ Deixar de ser o detentor do saber e tornar-se um colaborador da aprendizagem discente;
- ✓ Dominar e usar computadores, projetores de multimídias, quadros interativos, tablets, smartphones e outros equipamentos tecnológicos tanto no seu dia a dia para estudar, quanto no processo de interação dos conteúdos das aulas;
- ✓ Ter percepção e flexibilidade para assumir diferentes papéis: aprendiz, mediador, orientador e pesquisador na busca de novas práticas.

Sem negar a importância das exigências elencadas acima, entendo que em primeiro lugar, o professor precisa tomar conhecimento e consciência dos estratagemas e dos discursos oriundos do sistema capitalista para então se posicionar criticamente frente ao que lhe é exigido. E são muitas as cobranças, principalmente sobre formação, que estão sendo feitas aos professores da atualidade, visto que em sua maioria foram formados em uma universidade que não abordou a questão das TDIC em seu currículo. Não estou advogando aqui que o professor deve negar a tecnologia, muito pelo contrário, deve aprender tudo o que lhe for possível, no entanto, com muita criticidade, sempre se perguntando: a quem interessa essa abordagem

produzindo quantidades exatas e parando automaticamente no caso de produção defeituosa (CORIAT, 1994, apud AUGUSTO PINTO, 2008:60).

²⁰¹ Débora Garofalo é professora da rede Municipal de Ensino de São Paulo, Formada em Letras e Pedagogia, Mestranda em Educação pela PUCSP, colunista de Tecnologias para o site da revista Nova Escola.

metodológica? Serve à emancipação do estudante? Serve apenas para formar mão de obra para (talvez um dia) a indústria? E com base nas respostas, dar o próximo passo.

4.3. Escola: a que eu trabalho e a que eu quero

Leciono na escola pública desde 1993, quando ainda estudante da Faculdade de Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp) fui contratado como professor substituto temporário da Escola Estadual Mario Natividade, no Jd. Londres, em Campinas / SP, para ministrar aulas de Língua Portuguesa no 6º ano (na época 5ª. série), ficando até 1994 lecionando nessa condição. Em 1995, sem condições de pagar as mensalidades e ajudar nas despesas da família, precisei abandonar a Faculdade no último ano e ir em busca de um salário maior. Assim, entre os anos de 1996 e 2000 trabalhei no departamento comercial do *Jornal Correio Popular*, de Campinas, momento em que pude vivenciar pela primeira vez um contato mais direto com o fazer jornalístico, embora não diretamente ligado à Redação.

Ainda no ano 2000 renegocieei minha dívida, retornei à Faculdade e concluí meu curso. Em 2001 após esse período fora do magistério, fui contratado novamente como substituto numa escola pública, localizada no bairro Jd. Satélite Iris II, na região norte da cidade de Campinas, com todas as demandas que as escolas da periferia normalmente têm. Preocupava-me, no entanto, o descolamento da realidade daqueles estudantes que não demonstravam ter informações sobre o que estava acontecendo ao seu redor. Embora todos tivessem televisão em casa, seus interesses giravam em torno de programas de diversão e lazer, mas não apresentavam qualquer interesse pelas notícias dos fatos cotidianos que influenciavam suas vidas. Lembro-me de uma atividade que levei para a sala sobre o debate acerca do referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições²⁰² em 2005.

No dizer de Saviani (1991:22) “A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. (...) a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado”. É papel dela, portanto, aproveitar-se dos temas que circulam no debate público, sistematizá-los e instrumentalizar os estudantes para que se apropriem deles. Descobri com essa atividade que, além de debater um tema que afetava os estudantes diretamente (vários me relataram que seus

²⁰² O Referendo não aprovou o artigo 35 do Estatuto do Desarmamento (Lei 10826 de 22 de dezembro de 2003), cujo questionamento era: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Os eleitores puderam optar pela resposta "sim" ou "não", pelo voto em branco ou pelo voto nulo. O resultado foi de 59.109.265 (63,94%) votos respondendo "não", enquanto 33.333.045 (36,06%) votaram pelo "sim". (O ESTADO DE S. PAULO. Maioria dos brasileiros diz “não” à proibição de armas. 24 out. 2005)

familiares tinham arma em casa ou interesse em ter uma) era necessário fornecer subsídios para uma discussão mais qualificada, a partir da leitura dos meios de comunicação com diferentes visões ideológicas, numa perspectiva comparativa e dos livros, quando fosse o caso. Leitura crítica era, portanto, essencial. Só assim, pudemos discutir os riscos e os supostos benefícios que traz a posse de uma arma de fogo. O mesmo ocorre com outros assuntos controversos.

Figura 51: Captura de tela de vídeo publicado no *YouTube* exibe imagem do Jornal *Correio Popular*, de Campinas/SP, que retrata degradação de escola: “Pichador é mestre na escola de ninguém”.



Fonte: Cesar Gomes (2009).

Anos mais tarde, em 2009, essa mesma escola foi destaque na capa do jornal *Correio Popular*, de Campinas (Figura 51, acima), não pela inovação e sucesso na aprendizagem dos estudantes, mas pelo vandalismo ao patrimônio, chegando a ser apelidada de “a Escola Pichada” dada a degradação a que chegou naquele período. E o que eu me pergunto até hoje é por que ela chegou àquela situação? Por que aqueles estudantes não se interessavam por debater os problemas da escola, das notícias sobre os problemas? É culpa deles? Ou será que o fracasso da escola pública é um projeto muito bem arquitetado? É essa escola, com essa postura, que pretende resolver a questão da desinformação? Como, com que ferramentas?

Nunca é demais lembrar que de acordo com o Censo Escolar de 2015, “apenas 4,5% das unidades de Educação Básica no Brasil oferecem acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário da rede pública, quadra esportiva, laboratório de ciências, biblioteca ou sala de leitura e acesso à internet de banda larga” (O ESTADO DE S. PAULO, 2016). O Censo de 2018 segundo reportagem do jornal O Globo, trouxe dados ainda

mais estarrecedores: 16% das escolas do país não contavam com banheiro dentro do prédio da escola; 49% não estavam ligadas à rede de esgoto e; 26% não possuíam acesso a água encanada²⁰³ (KAPA, 2019).

Um estudo de 2006 realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²⁰⁴ mostra que a infraestrutura das escolas é fator decisivo para melhorar a aprendizagem. Os resultados de testes de língua portuguesa ou espanhola e de matemática mostraram que nas unidades em que existem laboratórios de informática, de ciências, de biblioteca e sala de artes e música o desempenho dos estudantes é muito superior. Por exemplo, nas escolas com infraestrutura adequada, a média em língua portuguesa ou espanhola foi de 525 pontos, enquanto nas que não havia infraestrutura adequada foi de 506. Em matemática, a proporção foi de: 524 a 497 pontos (DUARTE et al., 2011). No geral, 64,9% não dispunham de laboratório de informática. Enquanto no Brasil esse número saltava para 67,1%.

Como não deve ser surpresa, falta muita coisa na escola pública brasileira e talvez por isso, quando se fala em uso da tecnologia, ou em equipar a escola com dispositivos de tecnologia, não é difícil alguém levar a questão de que seria melhor investir em coisas básicas, como giz, manutenção de lousas, pessoal de limpeza etc. Óbvio! Mas é triste ter que fazer essa escolha. Ainda sob o ponto de vista estrutural, Maria Luiza Belloni e Evelyne Bévort, com base em suas pesquisas, listaram os obstáculos que o uso da tecnologia na educação enfrenta:

I) ausência de preocupação com a formação das novas gerações para a apropriação crítica e criativa das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC); II) indefinição de políticas públicas e insuficiência de recursos para ações e pesquisas; III) confusões conceituais, práticas inadequadas, “receitas prontas” para a sala de aula, em lugar da reflexão sobre o tema na formação de educadores; IV) influência de abordagens baseadas nos efeitos negativos das mídias que tendem a bani-las da educação, em lugar da compreensão das implicações sociais, culturais e educacionais; V) integração das TIC à escola de modo meramente instrumental, sem a reflexão sobre mensagens e contextos de produção. (BÉVORT e BELLONI, 2009:1082-1083)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco²⁰⁵) realizou em 1982 o Simpósio Internacional de Educação em Mídia, em Grünwald, cidade da Alemanha, cujas discussões deram origem a um documento denominado Declaração de Grünwald, que fez, entre outras, quatro recomendações para os Estados nacionais:

²⁰³ Censo Escolar 2018 foi realizado pelo Inep analisando dados das 181,9 mil escolas da educação básica: ensino infantil, fundamental e médio.

²⁰⁴ Os dados são de 2006 e dizem respeito a três mil colégios com turmas de ensino fundamental nas séries iniciais, em 16 países da América Latina.

²⁰⁵ Acrônimo para United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

- I) Organizar e apoiar programas integrados de educação para as mídias, do nível pré-escolar à universidade e à educação de adultos;
- II) Desenvolver os cursos de formação destinados aos educadores;
- III) Estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento que interessam à Educação Midiática;
- IV) Apoiar e reforçar as ações empreendidas ou consideradas pela UNESCO que visam a encorajar a cooperação internacional no campo da Educação Midiática.

Segundo Bévort (Ibidem: 1095) a entidade constatou em 2007, na “comemoração” dos 25 anos do documento que, embora desde então tenha havido reais avanços, o trajeto percorrido deixava a todos insatisfeitos. Apesar de a mídia-educação ser uma realidade em alguns países como os EUA, ela ainda não havia penetrado na escola nem se tornado prioridade na sociedade, pois, nenhum sistema educativo a havia integrado oficialmente como uma prioridade ou conseguido difundir seu espírito e sua importância entre os educadores em geral. Embora existissem iniciativas interessantes, em geral elas eram paralelas, tinham caráter facultativo, fora do tempo escolar e dos programas obrigatórios, e dependiam da boa vontade de atores motivados: 25 anos depois de Grünwald, a mídia-educação continuava a ser, na maioria dos países, uma preocupação e uma prática de educadores e jornalistas “militantes”. E vamos admitir que a educação para a mídia não vai estar entre os interesses do capital, conforme explica Guiomar Namó Mello:

Os interesses do capital não aparecerão nunca como interesses e intenções subjetivamente explicitados do capitalista, da classe dominante ou de seus supostos sequazes: os diretores, os professores, os especialistas. Ao contrário, é no seu aparecer estritamente técnico que tais interesses desempenharão sua finalidade realmente política. É na função objetivamente política de excluir as crianças pobres da escola que as limitações técnicas do currículo inadequado, dos programas mal dosados e sequenciados, das exigências arbitrárias de avaliação, do despreparo do professor, precisam ser captadas. (MELLO, 1982:48 apud SAVIANI, 1991:38)

Eu complemento e adapto Mello para a questão do Letramento Midiático no século XXI: ao trazer a tecnologia digital para a educação, ao colocar competências e habilidades que privilegiam o protagonismo e a autonomia, ao implantar as ideias de “formação continuada” e de “aprendizado ao longo da vida”, os reais interesses do capital não aparecem. O que se quer na verdade é formar um trabalhador qualificado que deve se conformar com a instabilidade do mercado de trabalho e que assume a culpa por não ter formação para continuar empregado, quando na verdade essa instabilidade é parte da estratégia dos ganhos do capital. Ao contrário, o que aparece na superfície dos discursos é que “a modernidade do mundo atual pede...”, “o século XXI exige...” etc. Como se houvesse uma voz divina guiando-nos para um caminho inescapável, quando todos sabem (ou deveriam saber) que “Um outro mundo é possível”²⁰⁶.

²⁰⁶ Esse é o slogan do Fórum Social Mundial, um evento anual que ocorre desde 2001 (o primeiro foi em Porto Alegre / RS, Brasil) organizado por movimentos sociais de muitos continentes, com o objetivo de elaborar

Para que se possa ter a escola como espaço de combate à desinformação, ao negacionismo da ciência e outros atrasos que rondam a escola, é preciso que adotemos uma posição firme de crítica a todo tipo de inovação que, no final das contas, quase sempre visa a rebaixar o ser humano a mera peça da engrenagem capitalista que pode ser descartada de uma hora para outra quando perde a utilidade e lucratividade. Então, não se trata de ser contra um sistema, mas contra todos os sistemas que parasitam, sugam a vitalidade do hospedeiro ao extremo e, depois de saciados, tiram-lhe a vida. Para esse embate, concordo com o educador Paolo Nosella, que descreve as características do ato pedagógico de um professor comprometido politicamente nesta sociedade do século XXI:

Ele precisa ensinar a produzir, a criar coisas novas, não apenas a comercializar. Precisa ensinar também a priorizar o valor de uso e não apenas o valor de troca. Precisa ainda defender a escola como um sistema permanente, orgânico, cujos efeitos positivos são de longo alcance, superando a necessidade dos projetos especiais de caráter político-eleitoral (NOSELLA, 2005:235-236)

E acrescento: superando a necessidade de metodologias e novidades impostas pelos avanços tecnológicos, passageiros, que levam o ser humano a lugar nenhum. Essa escola tem um papel fundamental no combate à desinformação, a começar por aquela que passeia por seus corredores sob o manto de “inovação”, “modernidade” e “futuro”.

4.4. Os limites da Educação no combate à desinformação

Quando falo que a Educação Midiática é uma “das saídas” para combater a desinformação é porque tenho consciência de que o problema é complexo. E ele não vai ser resolvido sem políticas públicas adequadas não se resolvem com uma medida ou duas, mas com conjunto de ações em diversos campos do conhecimento. Por esse motivo, não tenho a ingenuidade de acreditar que apenas o investimento em Educação Midiática irá sanar a questão. Por isso, quero falar sobre a complexidade do problema e de que forma a Educação pode ajudar.

4.4.1. Quando os fatos e os dados atrapalham

Para muitas pessoas é muito natural pensar que os fatos podem convencer alguém de um posicionamento. No entanto, a própria Ciência tem demonstrado que por mais que se exponha um amontoado de fatos e dados a um indivíduo, se eles contradisserem sua perspectiva ideológica, ao invés de ser convencido do nosso ponto de vista, de aprender com tal exposição, muito pelo contrário, ele pode se tornar ainda mais fervoroso de suas crenças.

alternativas para uma transformação social global. Na origem, foi proposto como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que se realiza anualmente.

Um desses casos é o que alguns autores têm denominado de Efeito Backfire (ou Efeito de Tiro pela Culatra), observado pela primeira vez num estudo (NYHAN e REIFLER, 2010) em que pesquisadores conduziram quatro experimentos nos quais os participantes liam notícias simuladas que incluíam uma afirmação enganosa e uma correção. Os resultados indicam que as correções frequentemente não conseguem reduzir as percepções errôneas entre o grupo ideológico visado e que, em vários casos, elas aumentam as percepções errôneas entre o grupo em questão. Ou seja, oferecer mais informações para uma pessoa que já tem uma posição firmada sobre um assunto pode ser contraproducente, pois quanto mais conhecimento a pessoa tem, mais tendenciosa é a sua leitura da realidade em favor de suas posições.

Ainda segundo o estudo, esse efeito não seria fruto de ignorância ou falta de inteligência, mas de um fenômeno denominado Raciocínio Motivado²⁰⁷, que é “a seleção de evidências, a construção de um conjunto de narrativas ou de argumentos que nos agradam para embasar uma conclusão à qual já tínhamos chegado de antemão” (ORSI, 2014). Quando se recebe uma informação que contraria essa conclusão, o cérebro faz uma revisão nas razões que o levaram a ter essa crença e, no fim, isso acaba reforçando sua crença inicial. Outro nome para fenômeno é Viés de Confirmação, conhecido como a tendência pela qual o indivíduo busca e acredita em dados que apoiem seu ponto de vista, enquanto descarta os que não apoiam.

4.4.2. Necessidade de pertencimento e hiperpartidarismo²⁰⁸

O ser humano vive em sociedade e a formação de grupos em muitos momentos históricos foi questão de sobrevivência da própria humanidade. Baumeister e Leary (1995 apud GASTAL e PILATI, 2016:285) argumentam que os seres humanos possuem uma necessidade básica por pertencimento, o que motiva a busca por relações sociais profundas e positivas. Para os autores tal necessidade é fundamental, básica para uma vida saudável e satisfatória e está presente em todos os indivíduos. Por isso, os algoritmos fecham as pessoas em grupos (a discussão sobre as bolhas) e elas ficam muito felizes porque é confortável estar próximo de quem pensa como você e doloroso enfrentar quem pensa diferente. Por esse motivo, sempre

²⁰⁷ Conceito consolidado na década de 1990 pela psicóloga social Ziva Kunda. É um fenômeno psicológico associado a tomada de decisões ou formação de opiniões sobre assuntos emocionalmente carregados, relacionados a temas importantes para as pessoas, que fazem parte da formação de suas identidades, tais como questões morais, de associação ideológicas ou questões associadas a suas profissões ou áreas de estudo por exemplo (ROBSON, 2019).

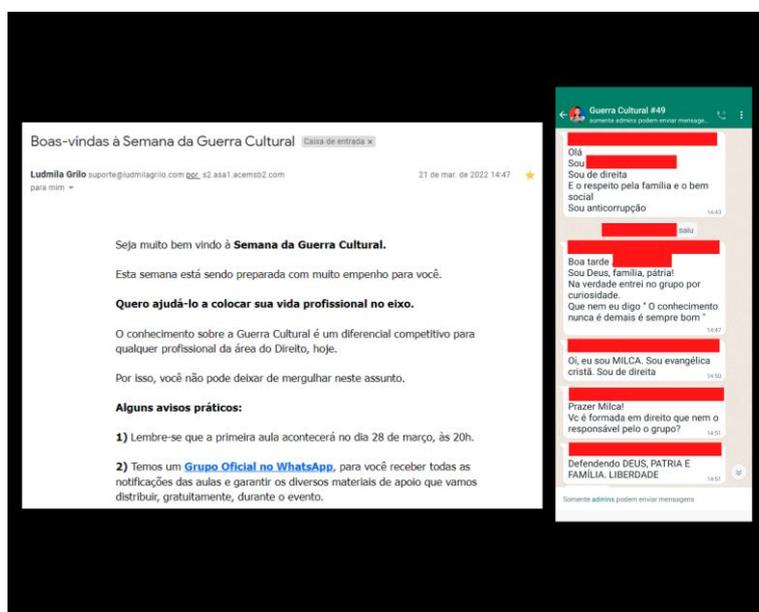
²⁰⁸ Questão muito ligada ao problema dos algoritmos discutida no capítulo III “Por que manipular a informação” no subitem 1.3.2. O filtro digital. Também escrevi em 2021 um texto para o Blogs Unicamp com o título **Covid-19, Infodemia e Hiperpartidarismo**, disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/covid-19-infodemia-e-hiperpartidarismo/> Acesso em 05 mai. 2022.

vamos abraçar algo que reforce nossa visão de mundo, nossa identidade com o grupo e rejeitar tudo aquilo que o contradiz.

O problema é que viver em sociedade requer uma dose de contraditório porque não é possível que estejamos sempre certos em todas as ocasiões. É aí que começam os problemas, pois, todo grupo é sustentado por premissas e valores comuns e a identificação / adesão ao grupo pressupõe a aceitação dessas premissas e valores. Isso altera o comportamento do indivíduo, que passa a reproduzir não as suas ideias, posturas e verdades, mas as do grupo, sendo automaticamente recompensado emocionalmente pelas verdades que circulam no grupo, onde todos se vangloriam e se orgulham de estarem sempre certos, a chamada lógica de grupo.

Nessa dinâmica, ninguém pode se atrever a falar mal das ideias ou emitir opinião que coloque em xeque as verdades do grupo, porque vai ferir o ciclo de recompensas emocionais que aquelas pessoas recebem. Quebrar esse circuito de compensações emocionais tem como penalidade a expulsão do grupo. Com o passar do tempo, como consequência, seus integrantes não têm mais a margem cognitiva e moral necessárias para colocar as próprias premissas em xeque, passando a ter um compromisso maior com a ideologia do grupo do que com a realidade. Talvez isso explique muitas das posturas durante a Pandemia da Covid-19.

Figura 52: Captura de tela do e-mail do curso sobre Guerra Cultural e dos diálogos no grupo de *WhatsApp*.



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Particularmente, passei por uma experiência pessoal nesse sentido. Em março de 2022, atraído por um anúncio de mídia social, inscrevi-me na “Semana da Guerra Cultural”, cujo mote era apresentar uma formação diferenciada e necessária para profissionais da área do

Direito. Mesmo não sendo da área, vi que ali estava um bom campo de observação para verificar algumas posturas. A semana seria composta de 04 aulas online, entre os dias 28 e 31 de março com o seguinte conteúdo: O Inimigo Oculto; A Armadura da Inteligência; O Arsenal para o Combate; e A Decisão Final, no qual a palestrante venderia um curso por módicos R\$2 mil.

A tal semana foi ministrada por Ludmila Lins Grilo, juíza de Direito que frequentou o noticiário em 2021 por incentivar aglomerações e ensinar a burlar o uso de máscaras²⁰⁹. Segundo o site Escavador.com, a magistrada é formada pela UFRJ e atualmente é Juíza de Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No Grupo de *WhatsApp* que participei por conta de receber informações sobre as “aulas” (Figura 52, acima) presenciei esse exemplo do sujeito que discorda do grupo, critica, é hostilizado e sem alternativa, deixa o grupo.

Figura 53: Captura de tela dos diálogos no grupo de *WhatsApp* do curso: sem chance para o contraditório



Fonte: Cesar Gomes (2022)

O grupo “Guerra Cultural #49” foi formado para passar informações sobre as “aulas” para as pessoas que se cadastravam para a semana. E, a julgar pelos assuntos postados por essas pessoas – Nova Ordem Mundial, George Soros é Illuminati, A família Bush é dona da Texaco, O dono do *Facebook* é comunista e certamente está envolvido com os illuminatis – tinham todos o mesmo viés político-ideológico. Conforme se observa na Figura 53 (acima), mesmo dentro desse grupo radicalizado, havia pessoas que não se identificavam totalmente com

²⁰⁹ **PODER 360.** Juíza que ensinou a burlar uso de máscara diz ao CNJ que mantém opinião. 28 JAN. 2021

tais questões. Quando expunham esse desconforto²¹⁰ eram imediatamente rechaçados e ou se calavam ou saíam do grupo porque não há lugar para discordância. Simples assim.

A prática de grupos, demonstrada nas atitudes e informações acima, leva-nos ao conceito de hiperpartidarismo, que é caracterizado por contextos em que “usuários mais radicalizados em suas posições políticas tendem a ser mais ativos no reforço de uma narrativa única e compartilham com suas redes apenas informações que confirmam esta narrativa” (RECUERO et al., 2021:05). Para esses indivíduos, os fatos e os argumentos racionais não são nada eficazes para alterar as suas crenças, por isso, não há como afirmar que uma aula sobre estrutura do texto jornalístico ou leitura de texto implícito faria com que elas deixassem de compartilhar teorias de conspiração sabidamente inverídicas. Nesse caso, a única saída é torcer para que fiquem presas dentro de suas bolhas e não consigam fazer com que suas ideias ganhem toda a sociedade. Além disso, em caso de cometimento de crimes, como na desinformação sobre as vacinas, baseada na manipulação de fatos e dados científicos, que atenta contra a saúde pública, podendo levar ao caos toda uma sociedade, urge a necessidade de denunciá-las à justiça para interromper tal prática criminosa.

4.4.3. Hostilidade à mídia e defesa da identidade

O que está em jogo quando se defende uma ideia? Durante muito tempo acreditei que era apenas o prazer de vencer um debate, porém hoje verifico que não é apenas isso. Muitas pessoas tomam suas decisões com base em outras questões, dentre as quais talvez, a razão seja a menos importante. Um estudo realizado há 37 anos mostra que as pessoas são hostis às publicações da mídia, independentemente do espectro ideológico em que estejam. Vallone et al. (1985) partiu da cobertura jornalística de um evento ocorrido em Beirute – ocupada por forças militares israelenses – no ano de 1982, em que morreram centenas de palestinos e xiitas libaneses, e que ficou conhecido como Massacre de Sabra e Chatila.

Os pesquisadores reuniram cerca de 240 estudantes da Universidade de Stanford (EUA) e dividiram-nos em três grupos: pró-Israel, pró-Palestina e neutros. Em seguida, apresentaram a eles reportagens com a cobertura dada pela imprensa da época. Para o grupo neutro as notícias foram imparciais e isentas, porém tanto os partidários pró-Israel quanto os pró-árabes classificaram-nas e aos seus produtores como sendo tendenciosas contra seu lado. Ou seja, a mesma reportagem foi vista como neutra e como favorecendo ao lado oposto,

²¹⁰ Houve outros momentos de discordância, mas contei apenas este exemplo para ilustrar meu ponto de vista e não me estender no assunto.

dependendo de quem analisava. Os pesquisadores classificaram o fenômeno como Efeito da Mídia Hostil, que se caracteriza quando grupos que já têm uma opinião formada podem interpretar a mesma notícia de formas diferentes. E isso posteriormente foi observado em outros assuntos.

Acusações de parcialidade da mídia, concluímos, podem refletir mais do que tentativas egoístas de garantir tratamento preferencial. Eles podem resultar da operação de mecanismos cognitivos e perceptivos básicos, mecanismos que devem ser relevantes para percepções de justiça ou objetividade em uma ampla gama de contextos de mediação e negociação. (VALLONE et al., 1985: 577)

Assim, essas operações de mecanismos cognitivos talvez explique o comportamento dos eleitores estadunidenses em relação à imprensa. Um levantamento realizado em 2016 pela empresa britânica YouGov²¹¹ a respeito do relacionamento do então presidente eleito Donald Trump (membro do Partido Republicano, dos EUA) com a imprensa estadunidense mostra que o julgamento das pessoas em relação às informações parece mais baseado em emoções do que em razão, como mostra a Tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Recorte de respostas que compara eleitores estadunidenses Republicanos e Democratas

Em geral, você acha que a cobertura da mídia de Donald Trump tem sido:	REPUBLICANOS	DEMOCRATAS
Muito positiva	7%	30%
Muito negativa	76%	20%
Razoável	8%	31%
Não tenho certeza	9%	19%
#####	#####	#####
Em geral, você acha que a maneira como Donald Trump trata os jornalistas é aceitável ou inaceitável?		
Aceitável	63%	11%
Inaceitável	18%	74%
Não tenho certeza	19%	16%
#####	#####	#####
Se um meio de comunicação nacional informasse que Donald Trump disse algo que não era verdade, você estaria mais inclinado a acreditar:		
Donald Trump	45%	4%
O meio de comunicação	5%	44%
Depende da história	44%	34%
Não tenho certeza	6%	18%

Fonte: YOUNGOV (2016).

Notem que as respostas em relação às atitudes de Trump têm vieses totalmente opostos para o público, a depender da sua coloração partidária, isto é, o eleitor do Partido

²¹¹ YouGov é uma empresa internacional de pesquisa de mercado baseada na internet, sediada no Reino Unido, com operações na Europa, América do Norte, Oriente Médio e Ásia-Pacífico.

Republicano tem uma imensa boa vontade com seu político, perdendo suas possíveis falhas, minimizando possíveis mentiras ditas por ele e enxergando críticas feitas a ele como mais injustas do que realmente o são. Levantamentos realizados em eleições anteriores sobre o eleitor Democrata demonstram a mesma percepção. Ora, a neurociência já estuda os vieses cognitivos do cérebro e já constatou que eles influenciam quase inconscientemente quando processamos uma informação. Por essa perspectiva, as pessoas tendem a acreditar em notícias que dão razão ao que elas já acreditam e a desqualificar o que nega suas crenças, lição que o próprio Trump se encarregou de ensinar rotulando as matérias que lhe eram desfavoráveis como “*fake news*”, deturpando o termo. O estudo *The brain adapts to dishonesty* publicado pela *Nature Neuroscience* mostra que o cérebro se adapta às nossas mentiras:

Usando ressonância magnética funcional, mostramos que a redução do sinal na amígdala é sensível à história de comportamento desonesto, consistente com a adaptação. Criticamente, a extensão da sensibilidade reduzida da amígdala à desonestidade em uma decisão atual em relação à anterior prediz a magnitude da escalada da desonestidade em benefício próprio na próxima decisão. As descobertas revelam um mecanismo biológico que sustenta uma 'ladeira escorregadia': o que começa como pequenos atos de desonestidade pode se transformar em transgressões maiores (GARRETT et al., 2016:1727)

Isso significa que temos que ter um esforço muito grande para duvidar de algo que agrada ao nosso ego e nos faz ter razão. Tudo que envolve paixão (e quase tudo nessa vida envolve paixão) está sujeito a esse julgamento enviesado e pode nos levar a buscar “fatos alternativos” muito utilizados pelo ex-presidente republicano. E por outros tantos, diga-se.

As preferências políticas muitas vezes são parte essencial da construção da identidade de uma pessoa. Ao desmentir uma informação transmitida por ela, isso pode ser entendido como um ataque pessoal à sua honra. E por isso ela vai defender essa informação com unhas e dentes, sendo essa informação factual ou não. Quando se vê na sociedade contemporânea um cidadão defendendo com afincos seu político de preferência, é preciso levar em conta que esse cidadão se vê representado e se identifica com ele, nas suas virtudes e muito provavelmente nos seus defeitos.

Por esse motivo, no curso sobre o movimento antivacina de que participei, a orientação foi para jamais entrar num embate com quem se opõe às vacinas, porque ela não está apenas sendo contra os imunizantes, mas defendendo sua identidade, que pode emergir por meio do discurso sobre liberdade de escolha, luta contra as farmacêuticas etc. Em todos esses casos, o grande conselho é acolher a fala dessa pessoa, tentar entender o seu ponto de vista e verificar se ela tem alguma margem de diálogo. Questionar a sua inteligência, por exemplo, só vai fazê-la se fechar mais em suas crenças, conforme já destaquei no item 4.4.1.

4.4.4. A checagem em xeque

Outra medida mais imediata que tem sido tomada como “salvadora” do problema da desinformação é a checagem de fatos. Mas algumas questões são importantes de serem levantadas para esclarecer o real poder de seu alcance e como e se efetivamente ela ajuda no combate à desinformação.

Primeiro, quero ressaltar a importância dessas agências e editorias de checagem, geralmente compostas por jornalistas que fazem um excelente trabalho. Contudo, conforme escrevi nos Cadernos de Linguística “o desmentido nunca atinge a mesma audiência da desinformação. Acreditar na checagem de fatos para resolver o problema das *fake news* funciona tanto quanto um pano para enxugar o gelo” (GOMES, 2021:14). Mas porque sou tão cético em relação à efetividade da checagem? Um dos fatores é a questão dos algoritmos (já discutido no Capítulo I) que formam *clusters*, (as bolhas de informações), fazendo com que o desmentido jamais atinja o público inicialmente afetado pela desinformação. Ou seja, quem vai ver o desmentido é, no máximo, 10% do público que deveria ser atingido e pessoas que não viram a postagem inicial e vão procurar saber do que se trata a matéria, o que pode ainda aumentar a visualização e o alcance da desinformação inicial, para fora da bolha dos produtores.

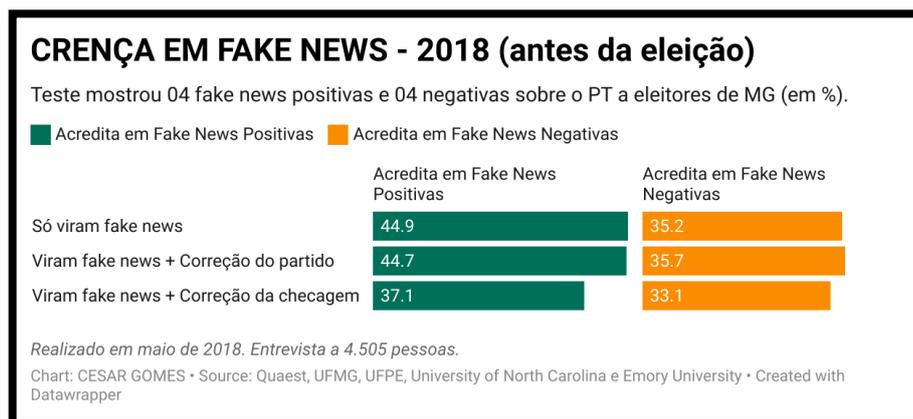
Corroborar essa descrença o fato de que estudos científicos já confirmam a pouca efetividade da checagem de fatos no sentido de demover as pessoas de suas convicções. Um estudo (WALTER et al., 2019) da Northwestern University, da Universidade de Haifa e da Temple University, publicado na *Political Communication*, sintetizou 30 estudos publicados e divulgados entre 2013 e 2018. Os resultados revelam, entre outras coisas, que os efeitos positivos da verificação de fatos se enfraquecem gradualmente ao se utilizar as “escalas de verdade” que refutam apenas partes de uma afirmação, como no caso do Conteúdo Enganoso (informações imprecisas e/ou insustentáveis). Segundo os pesquisadores, mensagens que têm elementos gráficos tendem a ser menos eficazes na correção de informações erradas do que aquelas que não apresentam. Quando a desinformação é sobre política, a capacidade de correção da checagem de fatos é diminuída em função da crença, da ideologia e dos conhecimentos preexistentes dos participantes. Ou seja, resolve pouco.

No Brasil, um estudo²¹² sobre o potencial das *fake news* nas eleições de 2018, divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo (LINHARES, 2018), revelou que as desmentir não

²¹² O experimento foi uma parceria realizada entre a consultoria Quaest, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a University of North Carolina e a Emory University. Foram entrevistadas 4.505 pessoas (maio) e 2.221 (outubro) no Estado de Minas Gerais.

abala a crença nelas. O estudo selecionou eleitores de um estado brasileiro, Minas Gerais (MG), e mostrou a eles notícias não factuais positivas e negativas sobre o Partido dos Trabalhadores (PT). Divididos em três grupos, 1/3 foi submetido apenas à *fake news*; 1/3 teve acesso à correção feita pelo partido ou alvo; e outro 1/3, à checagem. O Gráfico 7 (abaixo) mostra os resultados do primeiro experimento em maio de 2018:

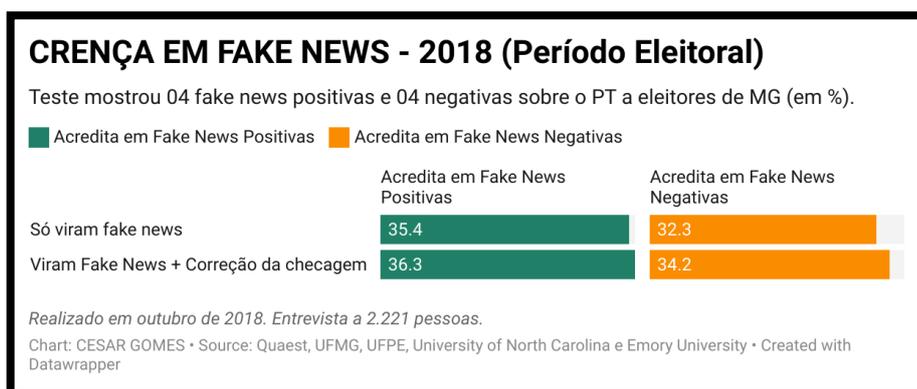
Gráfico 7: Percentual de pessoas que acreditam ou não em *fake news* positivas e negativas antes da eleição



Fonte: Consultoria Quaest, UFMG, UFPE, University of North Carolina e Emory University. Maio de 2018.

Em outubro do mesmo ano, o experimento foi repetido, no entanto, dessa vez (não está colocado o motivo) apenas com dois grupos, um que foi submetido apenas à *fake news* e outro que foi submetido apenas à checagem de fatos pelo Portal UOL. O Gráfico 8 (abaixo) mostra os resultados do segundo experimento em outubro de 2018:

Gráfico 8: Percentual de quem acredita ou não em *fake news* positivas e negativas durante o período eleitoral.



Fonte: Consultoria Quaest, UFMG, UFPE, University of North Carolina e Emory University. Outubro de 2018.

Como se observa, o número de pessoas que acreditam nas chamadas *fake news*, tanto positivas quanto negativas, não se altera muito entre os que viram apenas as notícias e os que viram o desmentido, seja pelo partido, seja pela checagem profissional, tendo nesse último

caso uma queda de aproximadamente 8 pontos percentuais. No entanto, quando o experimento é feito próximo à eleição, em outubro, o número dos que creem nas *fake news* (tanto positivas quanto negativas) aumenta, ou seja: entre os que acreditaram nas notícias, em maio a checagem teve pouco impacto; em outubro – quando o clima eleitoral se acirra e a emoção aparentemente toma o lugar da razão – não só a checagem não demoveu a crença na desinformação, como fez com que mais indivíduos acreditassem nelas, corroborando o que disse anteriormente sobre o Efeito Backfire. Esses resultados indicam que a checagem de fatos deve continuar existindo e fazendo esse trabalho jornalístico essencial para a democracia, no entanto, se quisermos trabalhar na perspectiva de resolução do problema, temos que ter a consciência de que a checagem “prega para convertidos”, pois, só nelas acredita quem já tem alguma predisposição para isso. Para os seguidores de determinada corrente ideológica, hiperpartidarizados, conforme discutido nos itens anteriores sobre o cérebro humano, ela pode servir inclusive para reforçar a crença de que os checadores são parte de uma rede de conspiração que trabalha para esconder a verdade.

4.4.5. Quando a confiança na Ciência atrapalha... a Ciência

Nem sempre as notícias boas são tão boas quanto parecem. No dia 10 de maio de 2022, o Jornal Nacional, da *TV Globo*, anunciou com orgulho que a “Confiança dos brasileiros na ciência é maior do que a média global, diz pesquisa”²¹³. Segundo a matéria, a 6ª edição da pesquisa internacional Índice do Estado da Ciência²¹⁴, realizada em 17 países pela empresa 3M, mostra que 92% dos brasileiros dizem confiar na ciência, média superior à mundial que é de 89%. A notícia, porém, não é tão boa quanto aparenta.

Isso porque, outro estudo (O'BRIEN et al., 2021) constatou que a confiança na ciência, embora desejável em muitos aspectos, torna as pessoas vulneráveis à pseudociência²¹⁵. Publicada no *Journal of Experimental Social Psychology*, a referida pesquisa consistiu na análise feita, por estadunidenses adultos, de artigos – escritos especialmente para o estudo – que intencionalmente faziam falsas alegações sobre dois tópicos: um vírus fictício criado como

²¹³ **G1.GLOBO.COM/JORNAL-NACIONAL**. Confiança dos brasileiros na ciência é maior do que a média global, diz pesquisa. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/10/confianca-dos-brasileiros-na-ciencia-e-maior-do-que-a-media-global-diz-pesquisa.ghtml> Acesso em 20 fev. 2022.

²¹⁴ Foram ouvidas 7 mil pessoas de 17 países das Américas, Europa, Ásia e Oceania, a fim de conhecer as atitudes globais em relação à ciência, tornando público o que as pessoas pensam e sentem sobre os diversos temas científicos e seu real impacto no mundo. No Brasil, 1.000 pessoas com mais de 18 anos participaram da pesquisa, que foi realizada online e presencialmente entre os meses de setembro e dezembro de 2021 (**FONTE:** <https://medicinasa.com.br/confianca-brasileiro-na-ciencia/>).

²¹⁵ Conceito discutido no capítulo III, item 3.1. Senso comum, ciência e pseudociência.

uma arma biológica ou os efeitos na saúde de organismos geneticamente modificados. Os resultados dão conta de que os participantes que indicaram ter níveis mais elevados de confiança na ciência eram mais propensos a acreditar na falsa alegação se ela contivesse referências científicas. Além disso, eram mais propensos a compartilhar histórias que destacam a pseudociência. Por outro lado, os indivíduos que demonstraram uma compreensão mais forte dos métodos científicos foram menos propensos a acreditar no que leram e na pseudociência, que na opinião deles não deveria ser compartilhada, independentemente de a informação ter sido atribuída a uma referência científica.

É possível perceber que essa informação conflita com todo o noticiário e até com o meio publicitário, que procuram exaltar e promover a “confiança na ciência” como forma de combate à desinformação, especialmente em época de pandemia. No entanto, apenas a confiança pura e simples na ciência parece insuficiente para resolver ou mitigar o problema, dado que a crença na pseudociência é também um grave problema da atual sociedade. Os pesquisadores concluem que desenvolver uma alfabetização científica (melhorando a compreensão dos métodos científicos) seria a melhor saída para que as pessoas leigas pudessem avaliar melhor as afirmações sobre ciência e pesquisa.

4.5. Comunicação e Educação

4.5.1. As contribuições dos primeiros autores

A inter-relação comunicação/educação não é propriamente uma novidade dos últimos 50 anos. O pedagogo francês Célestin Freinet (1896-1966) introduziu ainda nos anos 1920 em suas aulas a técnica do jornal escolar porque segundo ele “A própria escrita manuscrita tende a minimizar-se num mundo em que a máquina de escrever, a poligrafia, o disco, a rádio, o cinema, a televisão, o gravador, intensificam e aceleram a intercomunicação e as trocas” (FREINET, 1974:07). É importante destacar que seu entendimento da comunicação ultrapassa a questão do uso da mídia na aula, mas antecipa uma perspectiva teórica e metodológica, pois para ele “o ‘comunicar-se’ alinha-se ao ‘expressar-se’, ‘criar, agir e compreender’, ‘organizar-se’ e ‘avaliar-se’, de modo que a comunicação se constitui em um eixo e uma finalidade da obra freinetiana” (FONSECA e TOSTA, 2017: 629). Atualmente, projetos como o jornal em sala de aula, o jornal mural e a correspondência entre escolas são uma realidade no mundo todo.

O professor e jornalista argentino Mario Kaplún (1923-1998), relatado em seu livro *Uma Pedagogia de la Comunicacion*, inspirou-se em Freinet para pensar o que chama de *Comunicação Educativa*:

Como pode acontecer com o leitor, o autor deste livro conhecia e admirava as ideias pedagógicas de Freinet há muitos anos; mas quando releu recentemente na perspectiva da Comunicação, pode-se dizer que redescobriu o mestre da Provença e que a sua figura lhe foi revelada como a do visionário precursor ou fundador daquela nova dimensão que hoje chamamos de Comunicação Educativa (ou A Educação Comunicativa não seria ainda melhor?). (KAPLÚN, 1998:203)

Crítico da comunicação e ávido por outro modelo, o autor considera que “comunicar é impor comportamentos, obter conformidade” e que essa comunicação “serve ao emissor como instrumento de verificação e controle: pode ajustar as próximas mensagens, regulá-las, fazer as alterações formais necessárias para, agora, obter o efeito pré-estabelecido, a resposta desejada” (Ibidem: 41). O argentino cria o neologismo “Educomunicador”, ao denominar aquele que realiza essa comunicação educativa²¹⁶, embora, em alguns trechos do livro se refira a ele como “facilitador”:

Certamente, não é possível imaginar mensagens feitas por TODOS uma comunidade. Será sempre necessária uma equipa responsável, um grupo responsável que assuma a sua produção. Mas se essa equipa é criativa e, ao invés de se sentir um emissor exclusivo e privilegiado, se posiciona como um facilitador, como um animador e organizador da comunicação, pode encontrar meios e meios para que a mídia gere um diálogo cada vez mais compartilhado, e gradualmente se tornam mais e mais abertos à participação de seus destinatários. (KAPLÚN, 1998:67).

Kaplún relaciona sua proposta à concepção de educação libertadora elaborada por Paulo Freire, a partir da concepção de Educação Bancária na qual “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 1987:33), desenvolve o conceito de Comunicação Bancária:

Como existe uma educação “bancária”, existe uma comunicação “bancária”. Qual é o conceito de comunicação na modalidade de ensino que acabamos de caracterizar? Como você vê isso? Como transmissão de informações. Um remetente (E) que envia a sua mensagem (m) a um receptor (R): “O ato ou processo geralmente denominado comunicação consiste na transmissão de informação, ideias, emoções, habilidades, etc., através da utilização de signos e palavras” (Berelson e Steiner, 1964). O emissor é o educador que fala na frente de um aluno que deve escute passivamente. Ou é o comunicador que “sabe” ao transmitir sua mensagem (seu artigo de jornal, seu programa de rádio, sua impressão, seu vídeo etc.) de sua própria visão, com seu próprio conteúdo, a um leitor (ou ouvinte ou espectador) que Ele “não sabe” e a quem nenhum outro papel é reconhecido além do de receptor da informação. Seu meio de comunicação é, então, o MONÓLOGO. (KAPLÚN, 1998:25)

Essa concepção está apoiada em Freire (1985:46) para quem “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” e adverte para o equívoco de não atentarmos para a expressão do outro na comunicação educativa:

²¹⁶ O termo “Educomunicadores” aparece em pelo menos quatro menções nas páginas 81, 88, 158 e 221. (KAPLÚN, 1998)

Meios de comunicados às massas, através de cujas técnicas as massas são conduzidas e manipuladas, e, por isto mesmo, não se encontram comprometidas num processo educativo-libertador. Esta advertência que fazemos, é óbvio, só se dirige a quem se serve destes procedimentos equivocadamente e não por outras razões. (FREIRE, 1985:49)

Ainda para Freire (1987), uma educação dialógica começa na busca pelo conteúdo programático quando o educador se pergunta em torno do que vai dialogar com seus educandos, ao contrário do “educador bancário” que “na sua antialogicidade, a pergunta, obviamente, não é a propósito do conteúdo do diálogo, que para ele não existe, mas a respeito do programa sobre o qual dissertará a seus alunos. E a esta pergunta responderá ele mesmo, organizando seu programa” (FREIRE, 1985:47). Pierre Lévy (1993), por sua vez, discorre acerca do conceito de Ecologia Cognitiva, segundo a qual a inteligência ou a cognição são os resultados de redes complexas onde interagem muitos atores humanos, biológicos e técnicos:

As coletividades cognitivas se auto-organizam, se mantêm e se transformam através do envolvimento permanente dos indivíduos que as compõem. Mas estas coletividades não são constituídas apenas por seres humanos. Nós vimos que as técnicas de comunicação e de processamento das representações também desempenham, nelas, um papel igualmente essencial. É preciso ainda ampliar as coletividades cognitivas às outras técnicas, e mesmo a todos os elementos do universo físico que as ações humanas implicam. (LÉVY, 1993:144)

A partir dessa discussão, o colombiano Jesús Martín-Barbero (1937-2021), teórico da comunicação na América Latina, aborda ecossistema relacionando-o à comunicação e criticando a centralidade do sistema educacional no livro e na escola, numa época em que o conhecimento se fazia cada vez mais descentralizado. Estabelecendo conexões entre a complexidade do ecossistema ambiental ao da comunicação, defende que esta não pode mais ser conduzido com uma visão linear, Barbero explica:

O surgimento de um ecossistema comunicativo que está se tornando tão vital quanto o ecossistema verde e ambiental. A primeira manifestação e materialização do ecossistema da comunicação é a relação das novas tecnologias - do cartão que substitui ou dá acesso ao dinheiro às grandes avenidas da Internet - com novas sensibilidades, muito mais claramente visíveis entre os mais jovens: na maneira de relacionar com novas tecnologias, (...) Uma segunda dinâmica, que faz parte desse novo ecossistema em que vivemos, e que é uma dinâmica de comunicação, mas que vai além da esfera da grande mídia, é o ambiente educacional difuso e descentralizado em que estamos imersos. Um ambiente de informação e conhecimento múltiplo, descentralizado em relação ao sistema educacional que ainda nos governa, e que tem muito claro seus dois centros: a escola e o livro. (MARTÍN-BARBERO, 2000:36-37)

4.5.2. Contribuições da Europa, EUA, América Latina e Brasil

4.5.2.1. Europa

Para Soares (2013) o legado europeu no campo da relação comunicação-educação aponta para ricas contribuições que vão de estudiosos, como Célestin Freinet, a instituições,

como a Unesco, cujos estudos estabeleceram marcos importantes para *media education*²¹⁷. O autor inclui nessa contribuição a Igreja Católica que “com o incentivo dado pelo Papa Pio XI, na década de 1930, promoveu produção e difusão cinematográfica, exigindo que cada escola ou paróquia católica disponibilizasse um salão exibidor de filmes” (SOARES, 2013:173). Cita ainda o apoio de igrejas protestantes a projetos de *media education* na Europa, como o da World Association for Christian Communication (WACC), com sede em Londres.

Na Inglaterra merece destaque o projeto de análise de filmes, patrocinado a partir dos anos 1930 pela *British Film Institute* (BFI), a contribuição de Raymond Williams e de Stuart Hall representada pela corrente teórica denominada de Estudos Culturais, a partir de quando “fortaleceu-se o ponto de vista que reconhece um papel ativo para o receptor como construtor do sentido do que se veicula no processo comunicacional” (Ibidem:174). Por fim, Len Masterman representado pela renovação da pedagogia da *media education* que defende uma autonomia crítica não só na sala de aula, mas fora dela.

Na França, além de Freinet, cabe destaque a Antoine Vallet, criador do *Institut du Langage Total*, vinculado à Universidade Católica de Lyon (St. Etienne). Em 2007, o Ministério da Educação francês tornou obrigatórias a formação de docentes e a educação para os meios nos programas de ensino. Na Espanha, há programas de graduação e de pós-graduação destinados à formação de *profesores en médios*. Ao longo dos anos 1990, foram promovidos congressos sobre pedagogia da imagem e teve na revista *Comunicar*, de Huelva, na Andaluzia, uma janela para as reflexões e para as experiências do “coletivo andaluz para a educação em meios de comunicação” (Ibidem:175).

Na Suécia, desde 1998, uma instituição vinculada à Universidade de Göteborg, a The International Clearinghouse on Children, Youth and Media produz estudos periódicos sobre a relação entre infância, juventude e mídia, publicados com o apoio da Unesco. Na Itália, destacam-se pesquisadores do tema como Roberto Gianatelli, da Universidade Pontifícia Salesiana, de Roma, e de Pier Cesare Rivoltella, da Universidade Católica de Milão, que contribuíram para criar a Associação Italiana de Educação para os Meios (MED).

²¹⁷ Pode ser definida aqui como o estudo, ensino e aprendizagem de métodos modernos de comunicação e expressão considerados parte de uma disciplina específica e autônoma da teoria e prática pedagógicas, em oposição ao seu uso como auxiliares de ensino e aprendizagem em outras áreas do conhecimento, como matemática, ciências e geografia. (UNESCO, 1984:08)

4.5.2.2. Estados Unidos

Ainda para Soares (Ibidem:177) “a área dos estudos de recepção é, na verdade, muito rica em detalhes reveladores dos embates culturais em que o país viveu mergulhado nos últimos quarenta anos”. Os estudiosos do país denominam *media literacy* essa área que envolve além dos estudos de recepção, o uso sociopsicológico dos meios de comunicação por parte de suas audiências. Por isso, Soares chama a atenção para três grandes momentos ou fases do desenvolvimento desta área específica da inter-relação comunicação/educação em todo o país, conforme mostra a Tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Comparativo da evolução do debate sobre educação midiática nos EUA.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NOS EUA			
Fases	Quando	Características	Reflexos
deficit model (defensiva)	anos 1970	De caráter psico-moralista, adota um modelo de proteção dos receptores contra os “efeitos nefastos” dos meios.	A TV é responsável pela má qualidade da leitura, redução da capacidade de atenção e aumento da agressividade dos estudantes
Embotamento	anos 1980	Desautorização dos programas pelo Partido Republicano, que domina o cenário político norte-americano nos anos 1980	Eliminação de volumosas verbas destinadas às pesquisas e aos programas educativos nesta área, em todo o país.
acquisition model (aquisição de habilidades)	anos 1990	De caráter sócio-construtivista, deu novo alento à área a popularização do vídeo e o advento da internet	Impactaram a área a reforma educacional, que deu maior flexibilidade e independência aos professores e pesquisas sobre multiculturalismo e construtivismo na educação
			

Fonte: Cesar Gomes (2020). A partir de Soares (2000b:72 a 74)

Conforme mostra a tabela, o *deficit model* ainda está presente em muitos discursos que fazem a crítica à inserção da tecnologia na educação. Segundo Tyner (1998 apud Soares, 2013: 177-178) o que motivou tal abordagem foram “os resultados de pesquisas que apontavam para o aumento da violência na sociedade, supostamente causado pelos meios de comunicação”. No entanto, tais pesquisas não levavam em conta outros aspectos peculiares à cultura da violência nos EUA, tais como o fácil acesso às armas, o racismo e o sexismo institucionalizados, entre outros.

O direcionamento político sempre interfere nas políticas educacionais, conforme mostram os fatos dos anos 1980 em que a ascensão do Partido Republicano ao poder fez reduzir

as verbas destinadas às pesquisas nessa área, com conseqüente retrocesso das políticas educacionais; Recentemente identificou-se outra tendência com o *Citizenship model* (modelo de cidadania, em português) quando os objetivos dos educadores e educandos passaram a ir além da leitura crítica da mídia para pensar as relações de comunicação entre os sujeitos sociais. (SOARES, 2013:179)

Em 1996, o departamento de educação federal estadunidense solicitou a todos os Estados da Confederação uma revisão em seus parâmetros curriculares integrando o uso das tecnologias entre as metas prioritárias da Educação Fundamental e Média. Em sua pesquisa, Soares cita o Estado de Wisconsin (no centro-oeste do país) – que em 1998 implantou os Padrões Acadêmicos Modelo (*Model Academic Standards*) para as “áreas do conhecimento” que compõem os currículos das sucessivas séries escolares – chamando a atenção para o fato de a concepção sobre Comunicação/Informação ser avançada em relação às tradicionais:

O que, efetivamente, representa um avanço com relação às concepções mais tradicionais é o fato de que a Comunicação/Informação passa a ser entendida, nos standards de Wisconsin, tanto como um conjunto de recursos tecnológicos, que devem ser conhecidos e incorporados, quanto como uma postura filosófico-pragmática frente ao sistema de meios e frente às inter-relações dos indivíduos e grupos em sociedade. E é justamente nesta perspectiva contextualizadora da presença das tecnologias da informação e dos processos comunicativos que reside o conceito de “mediação tecnológica”, próprio do campo da Educomunicação. (SOARES, 2000b, p.71)

No final dos anos 1990, quase a totalidade dos estados estadunidenses (48 dentre os 50), desenvolviam algum tipo de trabalho pedagógico na área. Mas também cabe o destaque de que a mídia tradicional desenvolvia muitos projetos de *media literacy*:

O movimento da Media Literacy (nos EUA) envolve não apenas educadores ou instituições não governamentais, mas também empresários da comunicação, entre os quais é indispensável lembrar a revista Time, o jornal The New York Times, a CNN (com o projeto Newsroom e CNN Student Bureau), o Discovery Channel, a Disney Learning Partnership, a Viacom International Inc (responsável pela programação televisiva Nickelodeon, destinada exclusivamente às crianças e assistida por pedagogos e psicólogos).(SOARES, 2000b, p. 76)

4.5.2.3. América Latina

Os anos 1960 foram marcados pela teoria dos efeitos, voltada especificamente para a produção cinematográfica, com o predomínio do pensamento de estudiosos norte-americanos, como Harold Lasswell e Wilbur Schramm, para quem “a eficácia do processo comunicativo ficava garantida pela prevalência do emissor sobre o receptor, ponto de vista sustentado pela teoria da aprendizagem social, ou simplesmente teoria dos efeitos, de cunho comportamentalista” (SOARES:2013:180).

Nos anos 1970, em decorrência da contribuição de Paulo Freire, difundiu-se a “leitura crítica dos meios”, em que educadores, à margem dos sistemas educativos, promoveram a consciência crítica das audiências frente ao que, na época, se denominava como invasão cultural dos produtos do Hemisfério Norte, vinda por meio da televisão. Ainda nesta década merece destaque o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), com sede em Quito, Equador, que no campo dos estudos e da formação de especialistas é uma das instituições com maior legado à renovação do pensamento latino-americano, trazendo ênfase no planejamento participativo e que exerceu profunda incidência na construção do conceito da Educomunicação como gestão de processos comunicativos (ibidem).

Na década de 1980, proliferaram pelo continente projetos de educação para a televisão, formação da consciência crítica ou leitura crítica da comunicação, no entanto, houve um processo de deslegitimação do ideário defendido pela Unesco sobre o tema, o que desprestigiou “os defensores do uso comunitário dos meios e de sua leitura crítica por parte das audiências no continente” (Ibidem:183). Diante disso, os projetos que sobreviveram passaram a representar “praticamente uma instância de resistência cultural”.

Na década de 1990, apesar da permanência da tendência tradicional da cultura estadunidense, centrada na análise das formas de produção dos meios de comunicação, houve um reforço, a partir da prática social, das propostas de ação situadas na esfera cultural. A influência europeia de Raymond Williams e Stuart Hall “revisada na América Latina por Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco, descolava o objeto da análise de muitos dos projetos de educação para a mídia dos meios para os processos das mediações” (Ibidem:184). Em síntese, os Estudos Culturais contribuíram para fortalecer a perspectiva que reconhecia o papel ativo do consumidor de mídias enquanto um construtor de sentidos.

Por fim, entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, a América Latina vivenciou vários eventos com o tema da inter-relação educação comunicação/tecnologias da informação/comunicação: em 1999, na Colômbia, o Seminário Internacional sobre Comunicação e Educação estabeleceu um marco na definição dos parâmetros teóricos que aproximaram comunicação e educação na América Latina; em novembro do mesmo ano no Brasil, o MEC promoveu o Fórum sobre Mídia e Educação que reconheceu “a inter-relação entre comunicação e educação como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional, considerando que a informação é um fator fundamental para a educação” (SOARES, 2002:17); na Venezuela houve a criação de leis que previam educação para a

recepção crítica dos meios de comunicação; no Equador, mais de 1200 escolas Salesianas estabeleceram metas de implementação de práticas de gestão comunicativa.

4.5.2.4. Brasil

Neste tópico, traço um panorama histórico das influências brasileiras na inter-relação comunicação-educação a partir de dados selecionados por XAVIER e NASCIMENTO (2011:31-32). No Brasil, foi o rádio quem fez uma das primeiras incursões no terreno da comunicação e educação, primeiro com Roquette-Pinto em 1923 – quando este funda a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (atual Rádio MEC) com o objetivo de educar a sociedade e popularizar a cultura – e com Anísio Teixeira em 1934 – com a Rádio Escola Municipal, também na cidade do Rio de Janeiro. O cinema educativo teve lugar em 1929 quando o professor Fernando de Azevedo, então diretor da Instrução Pública, instituiu a sua utilização na rede de ensino primário do Rio de Janeiro, então capital do país. Em 1939, fundamentado nas propostas pedagógicas de Dewey e Freinet, o professor Guerino Casasanta lançou o livro “Jornais Escolares”.

Mais de duas décadas depois, em 1963, Paulo Freire e sua equipe divulgam na revista “Estudos Universitários” a fundamentação teórica e as diretrizes pedagógicas para o diálogo entre Educação e Comunicação. Em 1965, a professora Alfredina Paiva e Souza, do Instituto de Educação do Distrito Federal, publica o “Relatório da TV Escola”, com a finalidade de avaliar a experiência carioca de ensino pela televisão. No ano de 1967, Irene Tavares de Sá lança o livro “Cinema e educação”, que serviu de referência bibliográfica para professores de todo o país. Em 1970, Anísio Teixeira publica a resenha antológica “O pensamento precursor de McLuhan” na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Nesta resenha, Teixeira descreveu a forma com que McLuhan explicou o papel das tecnologias na variação de sentidos e na harmonização da percepção e do existir humanos.

Mais recentemente, posso citar o professor Ismar Soares, um dos precursores dos estudos de Educomunicação no Brasil (com livros publicados desde 1982), a professora Maria Aparecida Baccega (com artigos para a revista Escola de Comunicação e Artes da USP “Revista Comunicação & Educação”) e José Manuel Moran que em 1993 publicou, dentro de uma proposta educacional, o livro “Leitura dos Meios de comunicação”. Ainda segundo os pesquisadores da Universidade Estadual da Paraíba (UEBP) é importante lembrar do legado de José Marques de Melo, mas também de outros pesquisadores:

Um dos primeiros teóricos brasileiros a demonstrar interesse com práticas educacionais foi José Marques de Melo, especificamente com a leitura do jornal

na escola enquanto estímulo à cidadania. Podemos destacar, ainda no início da década de 80, o seu artigo “Presença do jornal na escola: iniciação ao exercício da cidadania”. A contribuição de José Marques de Melo serviu de base para outros estudiosos, dentre eles Maria Alice Faria e Gilberto Dimenstein. Ela, no início dos anos 90, publicou o livro “Como usar o jornal na sala de aula” – livro que em 2003 alcançou a sua 8ª edição. Ele, em 1999, lançou o livro “O cidadão de papel” que discute a função do jornal no contexto de práticas escolares e na formação de cidadãos. (XAVIER e NASCIMENTO, 2011:32)

Nesse sentido, a utilização de jornais ou revistas em sala de aula como ferramenta pedagógica também é um dos destaques da relação comunicação-educação no Brasil. Vários foram os projetos desenvolvidos por diferentes veículos de comunicação, televisão, rádio e impresso, nas escolas de todo o país, com o apoio da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Associação de Revistas (Aner) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ), para melhor entendimento do processo de produção da mídia em suas diferentes plataformas. Entretanto, esses projetos praticamente se limitavam a levar às salas de aula, o *modus operandi* da produção e circulação das notícias. De uma maneira geral, atuavam muito mais na conquista de novos leitores e para ampliar a audiência das emissoras de rádio e de televisão. Não havia a preocupação de formar leitores críticos com a análise comparativa das notícias veiculadas, considerando interesses empresariais e editoriais, como os projetos desenvolvidos sob a perspectiva da Educomunicação. Segundo Caldas (2006) o movimento de inserção do jornal em sala de aula como prática pedagógica no país – embora o projeto de *O Globo* tenha surgido em 1982 – ganhou força a partir da década de 1990, chegando a ter 48 programas ativos nas escolas, no ano de 2004.

Como professor da escola pública, participei, por volta do ano de 2012, do Projeto Correio Escola²¹⁸, desenvolvido pelo jornal *Correio Popular*, de Campinas/SP, que tinha como objetivo promover a leitura de textos midiáticos em sala de aula, em todos os níveis de ensino. Foi nessas oficinas que pude conhecer o fazer da mídia no contato com jornalistas, fotógrafos, chargistas e até pessoas da área comercial. Na escola, recebia diariamente 10 exemplares do jornal, que eram disputados pelos estudantes, ansiosos por saber das últimas notícias, numa época em que o acesso à internet e a dispositivos como o celular eram ainda mais limitados do que hoje. Estudantes que, inclusive, escreveram cartas para a Seção do Leitor do jornal e alguns

²¹⁸ Pioneiro no estado de São Paulo, o Correio Escola (que depois veio a se chamar Correio Escola Multimídia) surgiu em 1992, idealizado e coordenado pela professora Cecília Godoy Camargo Pavani, que fundou o Departamento de Educação do Grupo Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), empresa de mídia responsável pela publicação do Correio Popular. Em 21 anos, o projeto atendeu cerca de 5 mil professores, 300 mil alunos e praticamente 100% das escolas públicas e particulares das 19 cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC). (Fonte: CORREIO.RAC.COM.BR/HISTORICO)

deles as tiveram publicadas (Figura 54, abaixo), tornando-se motivo de orgulho para a comunidade escolar.

Figura 54: Carta publicada no jornal por estudante de Valinhos/SP, após trabalho com jornal em sala de aula. Captura de tela de página do Blog da escola, administrado por este pesquisador, à época, participante do projeto



Fonte: Jornal Correio Popular, Seção do Leitor (25 mai. 2011); Blog Escola Jerônimo (25 mai. 2011)²¹⁹

Projetos como esse (e outros já citados neste texto que ocorreram/ocorrem nos EUA) são muito importantes para a inserção do aluno/professor no mundo da comunicação, fazendo-o sair dos fragmentos que recebem no livro didático. Entretanto, apesar de apresentarem bons resultados sob o ponto de vista da formação de novos leitores e/ou ampliarem o número de consumidores desses veículos, eles têm limitações que fogem do âmbito da sala de aula e dos propósitos da educação midiática, pois, até por uma questão de sobrevivência no mercado, a empresa não pode oferecer aos estudantes o veículo concorrente, o que inviabiliza a comunicação comparada, isto é, o estudo comparativo entre dois ou mais meios de comunicação.

²¹⁹ Esta publicação está disponível em: <https://escolajeronymo.blogspot.com/2011/05/alunos-discutem-caso-sanasa.html> Acesso em 28 out. 2022.

Este, no entanto, é o papel da escola e dos professores. Conforme Caldas, esse exercício de leitura das linhas editoriais das empresas e de seus veículos, numa perspectiva comparativa da mídia é de extrema importância para a leitura crítica da mídia:

Sabe-se, que a aquisição do conhecimento e a formação crítica de leitores não se dá pela leitura única de um veículo, mas justamente pela comparação entre eles. É exatamente pelo acesso ao contraditório, à percepção e ao reconhecimento de diferentes visões e interpretações de um mesmo fato, pela polifonia das vozes, que é possível efetuar uma leitura do mundo que vá além da leitura das palavras. (CALDAS 2006:126-127)

Talvez esse seja um dos motivos pelos quais os projetos de educação midiática conduzidos por empresas de mídia, embora bem-vindos, não são suficientes para promover a leitura crítica da mídia, objetivo principal da Educomunicação, dado o contexto econômico a que estão inseridas tais empresas. É necessário, portanto, a existência de projetos elaborados por pesquisadores que identifiquem e mostrem a seleção das notícias, suas abordagens e as diferenças empresariais expressas em suas linhas editoriais nas salas de aula.

4.5.3. A contribuição da Educomunicação

O professor Ismar Soares afirmou que “a educomunicação vem surgindo desde a década de 1970 para representar todo esforço feito pela sociedade na defesa de causas como as dos indígenas” (CP GEOGRAFIA, 2009). O termo educomunicação, segundo relata, já era usado desde 1980 pela Unesco para indicar a leitura crítica dos meios quando, a partir de sua pesquisa²²⁰ na USP entre 1997 e 1999, foi ressemantizado e dado a ele um novo sentido, de gestão participativa, de processos dialógicos, por exemplo. Em outra entrevista, o professor da USP explica como se deu essa ressemantização do termo:

A prática educacional já estava na sociedade, ela já vinha sendo implementada desde a metade do século XX em diante pelo movimento social, com práticas chamadas alternativas, tanto de comunicação quanto de educação, a chamada Educação Popular, por exemplo, isso que é forte, mas que estavam fragmentadas, em experiências de um, de outro e de outro, experiências numerosíssimas, mas cada um dando um nome para essa experiência. O que aconteceu em 99 foi uma articulação dessas experiências a partir de um referencial teórico. Então, a pesquisa diz: faz-se na América Latina, no Brasil, tais tipos de práticas que tem tais fundamentos e produz tais consequências. E isso já é suficientemente forte, articulado e isso merece ter uma designação e merece ser considerado como um fato social novo. Então o que a USP fez, a pesquisa fez, do Núcleo de Comunicação e Educação, foi reconhecer uma realidade dada, difundir esse reconhecimento e permitir que as pessoas no país passassem a se encontrar já com essa denominação (de educadores). E aquilo que era fragmentado e isolado passou a ser articulado (SOARES, 2012: de 01m e 55s a 03m e 22s).

²²⁰ Foi uma pesquisa especial patrocinada pela FAPESP, voltada a identificar o que os especialistas imaginavam o que acontecia na interface comunicação e educação. A pergunta era o que acontecia de fato nessa interface? (CP GEOGRAFIA, 2009)

Ainda segundo Soares (2000a:18-19), Educação e Comunicação não podem ser consideradas um campo integrado porque perderiam sua identidade e razão de ser. Destaca, no entanto, que há os que defendem a existência de um campo integrador, cujo eixo construtor é a polifonia discursiva como elemento estruturante. Para o pesquisador da USP, a Educomunicação não pode ser entendida como sendo apenas uma nova disciplina a ser acrescentada nos currículos escolares:

Ao contrário, ela está inaugurando um novo paradigma discursivo transversal, constituído por conceitos transdisciplinares (...) a interdiscursividade, vale dizer, o diálogo com outros discursos, é a garantia da sobrevivência do novo campo e de cada uma das áreas de intervenção”. (Soares, 2000a:22)

Ainda para Soares (2000b), muitos autores como Renée Hobbs (1998) não conseguem pensar a relação comunicação e educação separadamente e defendem esse novo campo de inter-relações que vai se legitimar a partir da possibilidade que se abre de articular as ações através de uma competente gestão comunicativa dos recursos e dos processos comunicacionais. Esse novo campo tem como função “o planejamento e execução de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral a criação e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos mediados pelo uso da tecnologia da informação” (SOARES, 2000b:78). Assim podemos definir a Educomunicação como:

O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais (tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e rádio educativos, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros coordenadores de educação a distância ou “e-learning”²²¹, e outros....), assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. (SOARES, 2000b:63)

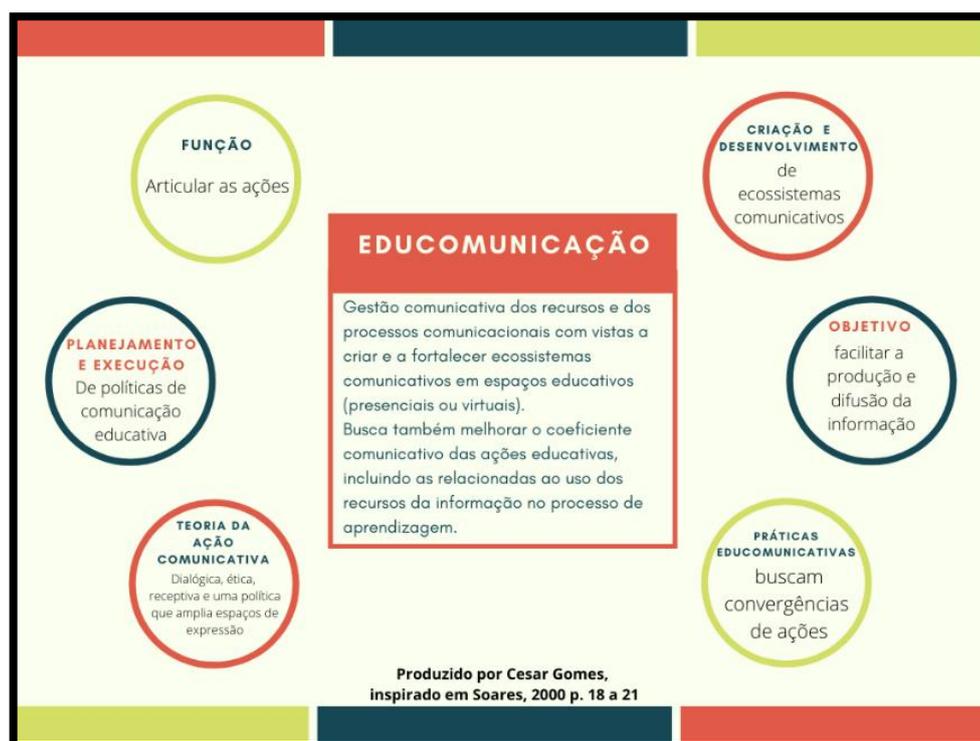
Em outro artigo, o precursor da Educomunicação informa que a área com maior destaque no campo educacional no início deste século era a mediação tecnológica na educação (que define como *Information Literacy*), ou seja, um campo de estudo que contempla “o estudo das mudanças decorrentes da incidência das inovações tecnológicas no cotidiano das pessoas e grupos sociais, assim como o uso das ferramentas da informação nos processos educativos, sejam os presenciais sejam os a distância” (SOARES, 2002:18). Ainda no campo educacional, a educação para a comunicação (que ele denomina *Media Education*) é descrita como uma área que:

²²¹ O *e-learning* (do inglês *electronic learning*, “aprendizagem eletrônica”) ou **ensino eletrônico** corresponde a um modelo de ensino não presencial apoiado em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). LEAL, David; AMARAL, Luís. (2004). Do Ensino em Sala ao e-Learning.

Alimenta-se dos estudos da recepção e volta-se para as reflexões em torno da relação entre os polos vivos do processo de comunicação (relação entre os produtores, o processo produtivo e a recepção das mensagens), assim como, no campo pedagógico, para os programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios. (SOARES, 2002:20/21)

Em suma, a Leitura crítica da Mídia (*media literacy*) para Soares está inserida na Educação para a Comunicação (*media education*). A Figura 55 (abaixo) resume a Educomunicação e suas funções e objetivos:

Figura 55: Os objetivos e as funções da Educomunicação



Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir de Soares (2000a: 18-21)

4.6. A educação para a mídia: conceitos, obstáculos e possibilidades

4.6.1. Os “novos” Letramentos

A pesquisadora da UFMG, Isabel Frade (2014) entende que na alfabetização digital entrecruzam-se “o uso do instrumento de registro, os usos sociais da escrita, os sistemas de representação (letras, sinais gráficos, ícones, cores, sonoridades, imagens fixas e em movimento) no mesmo suporte”. Chamo a atenção para “os usos sociais da escrita” nos dispositivos digitais, o que tem relação com o conceito de letramento, porém, ela não fala em letramento digital. Esse conceito na educação digital aparece com o norte-americano Jay Lemke, estudioso de semiótica e educação científica, ao enfatizar que as novas tecnologias impõem novas necessidades sociais e, por isso, novos letramentos:

Quais são os novos letramentos que as novas tecnologias da informação estão tornando tanto necessários quanto possíveis? Os letramentos genéricos da Era da Informação certamente incluirão (LEMKE, 1996): habilidades de autoria multimidiáticas, análise crítica multimidiática, estratégias de exploração do ciberespaço e habilidades de navegação no ciberespaço. (LEMKE, 2010:461)

Como todo termo que surge é rapidamente absorvido por diversas áreas, vai aparecer uma miríade de letramentos e não apenas relacionados ao digital, tampouco à leitura e escrita. Conforme exemplificou Ferreiro (2011: 428-429) “*Information literacy / Computer literacy / Digital literacy / Media literacy / Web literacy*”, mas também temos “*Environmental literacy / Cultural literacy / Health literacy*” além de “*Economic literacy / Financial literacy / Baseball literacy*”. Para Rojo e Moura (2012:13) esses novos letramentos são os Letramentos Múltiplos porque eles “apontam para a multiplicidade e variedade das práticas letradas valorizadas ou não nas sociedades em geral”. Conceito diferente da teoria dos Multiletramentos, também descrito por ela como aqueles que:

Apontam para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica. (...) Os estudos são unânimes em apontar algumas características importantes: (a) eles são interativos; mais que isso, eles são colaborativos; (b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedade (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos [verbais ou não]); (c) eles são híbridos, fronteirizos, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas). (ROJO e MOURA, 2012:22-23)

A perspectiva teórica dos Multiletramentos é a do Grupo de Nova Londres (*The New London Group*) que publicou em 1996 o artigo “A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures” por meio do qual, os alunos defendem uma pedagogia direcionada para os Multiletramentos. Tal defesa surgiu da constatação de que o letramento grafocêntrico não é mais suficiente para dar conta, na sociedade atual, das mudanças constantes, tanto local quanto globalmente, em função da presença cada vez maior das TDIC. Assim, chegamos à definição de Letramento Digital proposta por Coscarelli e Ribeiro:

Letramento digital diz respeito às práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais, isto é, ao uso de textos em ambientes propiciados pelo computador ou por dispositivos móveis, tais como celulares e tablets, em plataformas como e-mails, redes sociais na web, entre outras. Ser letrado digital implica saber se comunicar em diferentes situações, com propósitos variados, nesses ambientes, para fins pessoais ou profissionais. Uma situação seria a troca eletrônica de mensagens, via e-mail, sms, WhatsApp. A busca de informações na internet também implica saber encontrar textos e compreendê-los, o que pressupõe selecionar as informações pertinentes e avaliar sua credibilidade. (COSCARELLI e RIBEIRO, 2014)

Observa-se que as práticas sociais de leitura e produção de texto também aparecem aqui, assim como em Frade (2014) definindo Alfabetização Digital, de forma que é preciso tomar muito cuidado porque temos alguma controvérsia com termos como alfabetização,

letramento, alfabetismo funcional. Além disso, outras denominações vão surgir para caracterizar outros tipos de habilidades, como aquelas necessárias para organizar a quantidade absurda de informações que circula atualmente. Lemke propõe o que ele chama de Letramento Informático (*informatic literacies*), que seria a capacidade de organizar a informação no meio digital:

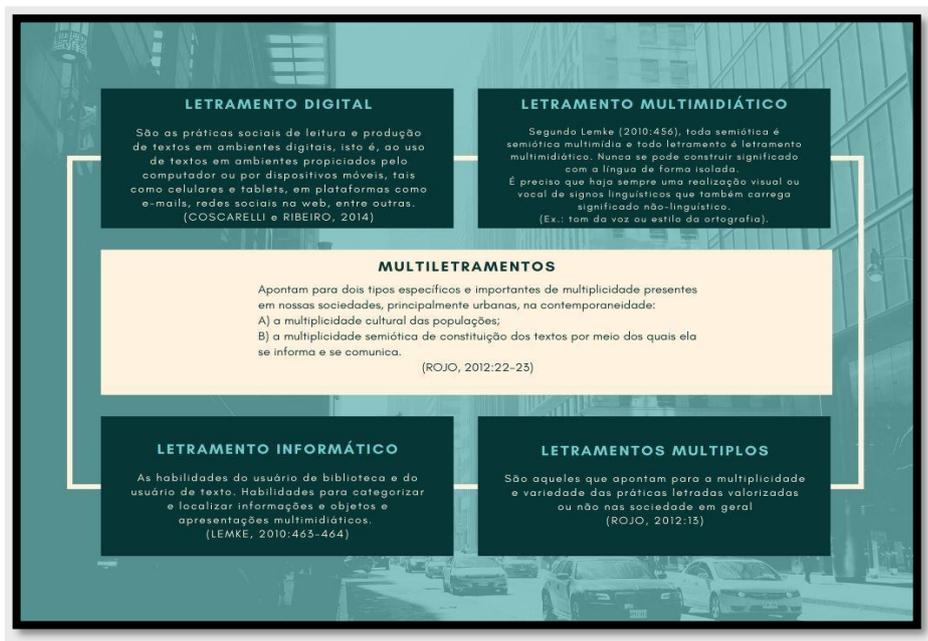
Os letramentos da Era da Informação não são apenas sobre fazer e usar a multimídia. Eles também incluem ‘letramentos informáticos’: as habilidades do usuário de biblioteca e do usuário de texto. Habilidades para categorizar e localizar informações e objetos e apresentações multimidiáticos. (...) Que estratégias são úteis para descobrir que tipos de conhecimentos existem no mundo? Como vasculhamos livrarias no ciberespaço? Uma vez definida uma área de interesse, como a exploramos sistematicamente? E uma vez que você decida aonde quer ir, o que você precisa saber para chegar lá? (LEMKE, 2010:463-464)

O autor discorre sobre o que se chama hoje de curadoria da informação, ou seja, a identificação prévia da importância de determinado conteúdo, a seleção de fontes, de autores, de notícias e até de plataformas, seguida ou não da disponibilização desses resultados em determinado repositório. Essas são habilidades que, adquiridas pelos estudantes, tornariam mais simples a vida dos *fact-checkers*, uma vez que determinado conteúdo poderia ser descartado logo na primeira leitura sem ser compartilhado, nem viralizaria, gerando a necessidade da checagem. Outro termo que está relacionado ao uso de dispositivos multimídia é o letramento multimidiático (*multimedia literacy*):

Todo letramento é letramento multimidiático: você nunca pode construir significado com a língua de forma isolada. É preciso que haja sempre uma realização visual ou vocal de signos linguísticos que também carrega significado não-linguístico (por ex.: tom da voz ou estilo da ortografia). Para funcionarem como signos, os signos devem ter alguma realidade material, mas toda forma material carrega, potencialmente, significados definidos por mais de um código. Toda semiótica é semiótica multimídia e todo letramento é letramento multimidiático. (LEMKE, 2010:456)

Aqui o autor problematiza o conceito de letramento acrescentando nele um caráter multimidiático intrínseco, sem o qual o letramento, assim como a semiótica, não se realiza. Então, como se observa, existe uma miríade de conceitos para o que podemos caracterizar a leitura crítica dos meios e o uso de tecnologia digital. Os novos letramentos não são tão novos assim. Para se falar sobre eles há referências de pelo menos 10 anos atrás, por isso, a Figura 56 (abaixo) reúne e sintetiza alguns dos conceitos, que descrevi anteriormente.

Figura 56: Os novos letramentos, sob a perspectiva de autores diversos



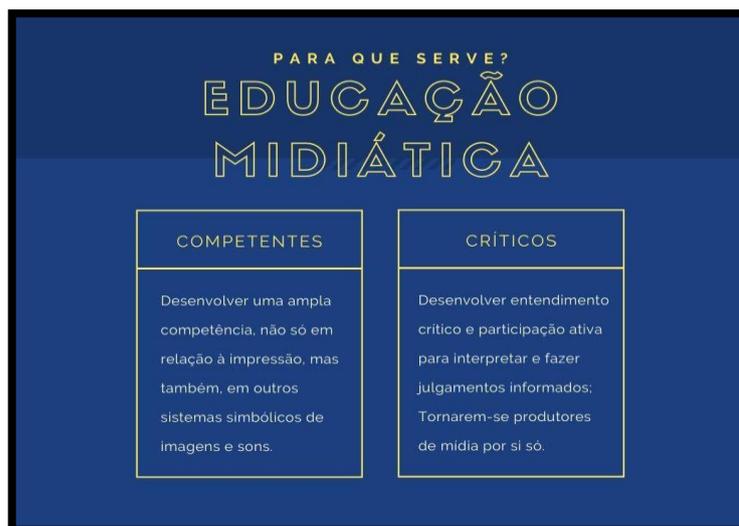
Fonte: Cesar Gomes (2020)

4.6.2. O que é a Educação Midiática?

Após discorrer sobre mídia e letramento, é hora de explicar a minha opção pela Educação Midiática. Em primeiro lugar, para Buckingham (2013) é preciso diferenciar “Educação para a mídia” (*media education*) - que aqui vou denominar Educação Midiática - de “Letramento midiático” (*media literacy*). Embora o senso comum possa enxergá-los apenas como terminologias diferentes para o mesmo fenômeno (como acontece muitas vezes com alfabetização e letramento) o especialista britânico esclarece que “a educação para a mídia é o processo de ensino e aprendizagem sobre a mídia enquanto o letramento midiático é o resultado - o conhecimento e as habilidades que os alunos adquirem” (BUCKINGHAM, 2013:04).

Para o autor, conforme mostra a Figura 57 (abaixo) o objetivo da educação midiática é desenvolver habilidades críticas e criativas dos jovens em duas frentes: por um lado, desenvolvendo uma competência ampla, não apenas em relação à impressão, mas também em outros sistemas simbólicos de imagens e sons; por outro, desenvolver um entendimento crítico e uma participação ativa que lhes permitam interpretar e fazer julgamentos informados como consumidores da mídia e tornarem-se produtores de mídia por si só. Trata-se, portanto, de não apenas letramento, mas de aquisição de uma cultura da mídia, numa perspectiva crítica e analítica.

Figura 57: Objetivo da Educação Midiática, na concepção de Buckingham



Fonte: Cesar Gomes (2020)

Voltando ao terreno dos conflitos de termos: o autor ressalta a importância de não se confundir “educação midiática” (*media education*) com “tecnologia educacional” (*educational technology*) ou com “mídia educacional” (*educational media*). Estes pressupõem o ensino por meio de ou com a mídia, por exemplo, o uso de televisão ou computadores como meio de ensino de ciências ou história. Observamos esse tipo de ensino quando um professor leva os alunos à sala de informática - ou quando pede que seus alunos usem o próprio dispositivo - e os direciona para um conteúdo específico que se encontra em um site hospedado na internet. Utilizam-se desse expediente a modalidade de Ensino à Distância (EaD). Tais exemplos demonstram, em sua visão, a utilização da tecnologia como auxiliar de ensino, utilizações estas que também devem ser discutidas criticamente quanto à sua suposta “neutralidade” e mero aparato instrumental.

Para Buckingham o letramento midiático é muito mais do que simplesmente um letramento funcional (*functional literacy*) - a capacidade de entender um programa de TV, por exemplo, ou operar uma câmera, não é uma espécie de 'kit de ferramentas' cognitivo que permite às pessoas entender e usar a mídia. Ele aprofunda na sua definição:

O letramento midiático é uma forma de letramento crítico. Envolve análise, avaliação e reflexão crítica. Isso implica a aquisição de uma ‘metalinguagem’ - isto é, um meio de descrever as formas e estruturas dos diferentes modos de comunicação; e envolve uma compreensão mais ampla dos contextos sociais, econômicos e institucionais da comunicação e como eles afetam as experiências e práticas das pessoas (Luke, 2000). O letramento midiático certamente inclui a capacidade de usar e interpretar mídias; mas também envolve um entendimento analítico muito mais amplo. (BUCKINGHAM, 2013:37-38)

Figura 58: Educação, Letramento e Mídia, na concepção de Buckingham



Fonte: Cesar Gomes (2020), a partir de Buckingham (2013)

A Figura 58 (acima) sintetiza os conceitos de Buckingham a respeito de Educação e Letramento Midiático, Mídia Educacional e Letramento Funcional. Tais concepções se aproximam mais e me parecem mais adequadas para a realidade da escola que eu idealizo como educador. Na leitura preliminar do referencial teórico da área, os vários autores estudados apontam basicamente para quatro objetivos da Educação Midiática, que interagem e se complementam:

- ✓ Usar ferramentas de tecnologia para aprender ou aprender por meio da mídia;
- ✓ Ensinar e aprender com e sobre a mídia;
- ✓ A leitura crítica dessa mídia e
- ✓ A capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e efetivamente criar, usar e comunicar informações.

O grande problema é que cada autor – incluindo aqui todos os documentos da Unesco – vão denominar de diferentes maneiras os mesmos fazeres, o que confunde em demasia qualquer estudo sobre o tema. Sem contar as traduções problemáticas de termos como “*literacy*” que ora é “alfabetização” ora é “competência”, porque no Brasil, alfabetização não é sinônimo de letramento, tampouco de competência. Então a dificuldade é não apenas ler o autor em língua portuguesa, mas buscar a versão na língua original para evitar traduções equivocadas. Por exemplo, nos EUA a concepção de educação midiática:

No caso específico dos Estados Unidos, observamos que o presumível campo da Educomunicação passa por duas áreas de intervenção sócio-político-cultural que abrangem fundamentalmente dois tópicos ou subáreas: as mediações tecnológicas nos espaços educativos, - que apontam para a necessidade de preparar professores e estudantes para usufruir dos novos recursos e usá-los adequadamente, tanto nos processos de ensino-aprendizagem quanto nas atividades voltadas a ampliar o campo da expressividade das novas gerações (*information literacy*) - e a denominada educação frente aos meios de comunicação, preocupada com o impacto do sistema de meios sobre crianças e adolescentes (*media literacy*), (SOARES, 2002:17/18)

Educar para a mídia ou utilizar a mídia para a educação não é algo recente na história da educação. É parte de uma discussão mais ampla que é a inter-relação Comunicação/Educação, que passo a refletir neste momento.

4.6.3. Obstáculos para implementação da Educação Midiática

A comunicação veiculada pela mídia também constitui um dos direitos humanos fundamentais, pois, ela serve como alicerce para que a sociedade, após a leitura crítica e contextualizada de seus conteúdos, tome suas decisões a respeito de seu presente e futuro, como por exemplo, numa crise de saúde pública ou numa escolha de um político em uma eleição. Quando os fatos são comunicados de maneira manipulada, distorcida ou omissa o prejuízo é de toda a sociedade e em última análise, da Democracia. Por isso, o debate sobre essa comunicação tem que estar nas escolas, para que os educandos sejam formados com a consciência do processo de construção e efeitos dos discursos veiculados pela mídia.

No entanto, afrontando todas as normativas – que vão das estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) à Constituição Federal do Brasil – esse direito é sistematicamente ignorado (e não apenas no Brasil, diga-se) como descreve a Unesco em seus documentos, a exemplo daquilo que consta nas Recomendações de Viena, de 1999:

Os relatos apontam também os obstáculos mais importantes ao pleno desenvolvimento da mídia-educação e sua integração aos sistemas educacionais formais: I) falta de vontade política e apoio insuficiente dos organismos oficiais, que dificulta, senão impossibilita, a integração nos espaços escolares de programas e ações de mídia-educação; II) ausência de políticas públicas e decorrente penúria de investimentos, fazendo com que a mídia-educação não consiga superar o estágio de movimento militante, mais ou menos marginalizado segundo os países e regiões; III) as próprias mídias não demonstram nenhuma boa vontade com ações de mídia-educação, particularmente quando os objetivos são estimular o pensamento crítico sobre as mídias e a participação democrática. (BÉVORT e BELLONI, 2009, p.1093-1094)

Diante desse quadro, não é de se supor que o Brasil, pertencente ao Sul Global, tivesse desempenho outro nessa questão senão o sofrível, pecando tanto na questão da inclusão quanto na da educação midiática, em que pese o fato de haver ações louváveis nesta direção, como descrito neste trabalho. Assim, o não engajamento na implementação da Educação

Midiática passa por quatro grandes obstáculos: a política, a mídia, a resistência da escola e a formação de professores.

Hoje, num mundo dominado pelas TDIC, a falta de letramento midiático e informacional das pessoas passou a ser um problema inclusive para a mídia tradicional, porque ela perde espaço exatamente para produtores avulsos, que passam a ganhar muito dinheiro sem ter um décimo do investimento, tanto em equipamentos quanto em formação. Além disso, as TDIC têm sido usadas para fraudar a democracia, como demonstrou o caso Cambridge Analytica, permitindo em alguns casos a ascensão ao poder de atores que ameaçam inclusive a liberdade de imprensa.

Talvez, se Bévort e Belloni escrevessem hoje (se já não o fizeram) apostariam que para mídia tradicional, a ignorância (se um dia foi estratégia) hoje não interessa mais, pois uma audiência que confere credibilidade semelhante tanto a um blogueiro de 16 anos (cujo mérito comunicacional é incontestável) quanto a um jornalista experiente tem a tendência de acreditar em qualquer coisa que lhe digam. Prova de que essa visão tem sido alterada, de que os veículos de mídia vêm cada vez mais apostando em projetos de checagem e (em menor volume) nos projetos de educação das audiências, como o Projeto Credibilidade, patrocinado por veículos como *Folha de S. Paulo*, *Poder 360* e *Nexo Jornal*. Afinal, mesmo sendo empresas jornalísticas, o negócio é a informação e a credibilidade fator preponderante para a “venda” de seu produto. Além disso, há o perigo de se privatizar a obrigação da educação midiática, como reconheceu o próprio MEC em 2013:

Caso contrário, se deixarmos que a cultura técnica se estabeleça a partir dos discursos publicitários predatórios dos meios de comunicação de massa, corremos sérios riscos de que a cultura tecnológica se construa a partir de interesses hegemônicos, capitalistas. Dito de forma simplista, estaríamos fomentando a superioridade do “ter” ao invés do cuidado para com o “ser”. (BRASIL, 2013:37)

Os obstáculos existem porque há interesses políticos envolvidos tanto na universalização do acesso à internet quanto na da informação. Como é sabido, existe um abismo entre o Norte e o Sul Global, ao qual o Brasil pertence. A quem interessa educar a população para que ela compreenda a informação veiculada pela mídia? Afinal, um povo educado, informado é sempre um povo questionador e defensor de seus direitos. É preciso compreender o contexto do neoliberalismo:

Cabe ressaltar que estes desenvolvimentos não são apenas resultado do avanço técnico, mas de forças e interesses econômicos, que podemos resumir com a velha fórmula da “indústria cultural”, agora potencializada pela globalização da economia segundo um modelo neoliberal, levando à invasão de todas as esferas da vida social

pela lógica comercial, em quase todos os países do planeta. (BÉVORT e BELLONI, 2009:1092)

Não são poucos os exemplos de invenções maravilhosas da humanidade que foram/estão sendo usadas para fins pouco nobres. As últimas são as redes sociais, que a despeito das críticas que se tem sobre a exposição e a futilidade que por vezes povoa esse ambiente, é inequívoco o seu valor para o debate público, para a democracia e para dar voz a atores sociais que raramente a tiveram na mídia tradicional. Por isso, agora, mais do que nunca, a educação midiática tornou-se imprescindível:

A importância cada vez maior da mídia-educação para lutar contra as desigualdades (sociais e regionais) de acesso às diferentes mídias e para a formação das competências necessárias ao domínio técnico e à compreensão crítica, não apenas das mensagens das mídias, como das forças político-econômicas que as estruturam. Competências estas indispensáveis para o exercício pleno da cidadania, ou seja, para estimular a participação ativa dos jovens baseada na valorização das diversidades culturais e identitárias (IBIDEM:1099).

Nesse sentido, conforme a Unesco estabelece em suas recomendações sobre Educação Midiática desde 1982, cabe aos governos estabelecerem normas para que a educação para os meios não seja apenas um projeto facultativo, realizado no contraturno escolar, por voluntários ou militantes da Alfabetização Midiática e Informacional²²² (AMI). A exemplo do que aconteceu no município de São Paulo – em que o projeto de Educomunicação foi implementado como lei, como política pública de educação – a política e os políticos precisam fazer a sua parte, com o que concorda o documento do MEC a seguir:

É um fato bastante triste que no mundo de hoje onde nunca tanta riqueza foi produzida – há tanto ou mais fome, doenças e injustiças se compararmos a tempos atrás. Logo, tanta tecnologia, por enquanto, não produziu os efeitos desejados. Está ficando bastante claro que a forma de uso que damos às TIC é determinante nas respostas dadas a todas as questões que apresentamos acima. De modo geral, pode-se dizer que as TIC abrem muitas possibilidades, mas a determinação do que - dentre o que é possível - vai se tornar realidade é no âmbito da política. (BRASIL, 2013:33)

A grande pergunta que fica é: teremos forças para conduzir esse movimento? Se o manancial de recomendações, diretrizes e até leis não foram levados a sério por governos dos mais variados espectros políticos, quem o fará? É preciso o desenvolvimento de uma cidadania plena a partir do acesso à informação e conhecimento dos direitos para que a sociedade possa, efetivamente, lutar pela conquista de liberdades individuais e de melhoria da Educação, Cultura, Saúde etc. Assim, a Educomunicação é sem dúvida alguma, uma ferramenta poderosa de mudança, desde que seja, efetivamente, implementada como política pública de Estado.

²²² Termo usado pela Unesco.

4.6.4. Projetos de Educação Midiática no Mundo e no Brasil

Em temas do que tem sido desenvolvido e aplicado em Educação Midiática, temos pesquisas realizadas com estudantes de diversos níveis escolares, projetos de letramento midiático desenvolvidos por entidades não governamentais para professores e estudantes e programas desenvolvidos pelas empresas de mídia.

Na área da pesquisa, nos EUA, o estudo *Além do cinismo: educação para a mídia e resultados da aprendizagem cívica na universidade*, realizado em 2009 por Paul Mihailidis²²³ (2009), utilizando uma amostra de 239 alunos de graduação da Universidade de Maryland (EUA) concluiu que os estudantes matriculados em um curso de alfabetização midiática aumentaram sua capacidade de compreender, avaliar e analisar mensagens de mídia impressa, formatos de vídeo e áudio. No entanto, quando as discussões diziam respeito à relevância e credibilidade da mídia, esses estudantes expressaram uma negatividade considerável sobre o papel da mídia na sociedade. Por isso, o autor sugere que os currículos e leituras de alfabetização midiática são um primeiro passo no ensino da alfabetização midiática, mas que ainda não são suficientes. Posto que esse experimento foi realizado na universidade, penso que o quanto antes introduzirmos os estudantes na Educação Midiática, melhor. Portanto, minha sugestão de iniciá-la no Ensino Médio ganha o respaldo desse estudo de Mihailidis.

Outra pesquisa publicada pelo *American Educational Research Journal* (KAHNE e BOWYER, 2017) realizada com jovens estadunidenses com inclinação partidária, entre 15 e 27 anos, solicitados a julgar a veracidade de determinadas informações online mostrou como a Educação Midiática pode ser uma saída para o atual contexto da desinformação. Para os pesquisadores, tanto a *Motivação Direcional*²²⁴ quanto a *Motivação de Precisão*²²⁵ afetam a forma como os indivíduos processam a informação e parecem ter um efeito substancial nos julgamentos de precisão. Um dos resultados mostra que 67% dos respondentes consideram verdadeira uma postagem alinhada com sua visão política, no entanto, quando essa visão é

²²³ O autor é professor de mídia cívica e jornalismo e reitor assistente na escola de comunicação do Emerson College, em Boston, MA.

²²⁴ Conceito semelhante ao definido anteriormente como *Raciocínio Motivado*. A *Motivação Direcional*, segundo os autores, seria o desejo de justificar as conclusões que se alinham com as crenças anteriores, ou seja, quando as informações que são consistentes com as preferências políticas do sujeito tendem a ser aceitas de forma acrítica e julgadas positivamente, enquanto as informações que contrariam os seus preconceitos são submetidas a um maior escrutínio e julgadas menos positivamente (Ditto, Scepansky, Munro, Apanovitch, & Lockhart, 1998). (KAHNE e BOWYER, 2017:06)

²²⁵ A *Motivação de Precisão* inclui exigir que os indivíduos justifiquem suas opiniões, incentivá-los a considerar perspectivas variadas e estimular a reflexão sobre o processo de raciocínio.

oposta, esse índice cai para 39%. Em todos os três tipos de argumentos listados pelos pesquisadores o resultado foi que a maioria dos participantes alinhados ideologicamente com o post concordou com as afirmações feitas nele, enquanto entre os não alinhados ideologicamente, a maioria discordou das afirmações.

Outro dado da pesquisa mostra que o efeito do conhecimento político é negativo, uma vez que aqueles com mais conhecimento são mais propensos do que outros a julgar as postagens que se alinham às suas crenças como precisas (independentemente da precisão real das postagens). Isso significa que, ainda que se espere que as pessoas com mais conhecimento tenham maior capacidade de reconhecer informações erradas, o fato de terem mais conhecimento (por conta de suas ideologias) não aumenta a probabilidade de classificar postagens com informações erradas como imprecisas.

Agora vem a boa notícia: há suporte para a previsão da hipótese de que a motivação da precisão terá uma influência maior sobre aqueles indivíduos que relataram ter tido mais oportunidades de aprendizado de alfabetização midiática:

Especificamente, há um efeito de interação positivo e estatisticamente significativo entre os relatos dos alunos sobre o aprendizado da alfabetização midiática e a visualização de uma postagem baseada em evidências (em relação à exibição de uma postagem com desinformação). Para os participantes que relataram não ter recebido treinamento em alfabetização midiática, não há diferença estatisticamente significativa entre os três tipos de argumentos empregados nas postagens. A presença de informações erradas em uma postagem não parece afetar seus julgamentos sobre a precisão da postagem. No entanto, entre os participantes que relataram mais experiências de aprendizagem de alfabetização midiática, há uma grande diferença estatisticamente significativa nas classificações de precisão entre aqueles expostos a um post que empregou desinformação e aqueles que viram um post baseado em evidências. (KAHNE e BOWYER, 2017:23)

Em termos de projetos desenvolvidos por organizações não governamentais, nos EUA temos o Projeto Olhar Afiado²²⁶ (tradução de *Project Look Sharp*), criado pela Ithaca College, de Nova Iorque, que desenvolve e provê planos de estudo, materiais, formação e apoio para a integração da alfabetização midiática no currículo escolar em todos os níveis educacionais. Iniciado em 1996, o projeto diz ter atendido a mais de 20 mil educadores em mais de 160 países por meio de aulas e atividades gratuitas em sua plataforma, tendo entre seus apoiadores o Departamento de Educação do Estado de Nova Iorque, a Biblioteca do Congresso, o Departamento de Estado dos EUA, o Conselho Nacional de Estudos Sociais e o Centro Einaudi de Estudos Internacionais da Universidade de Cornell. Alguns de seus materiais podem ser vistos no site do EducaMídia, traduzido e com a devida autorização da instituição.

²²⁶ Disponível em: <https://projectlooksharp.org/index.php>. Acesso em 19 set. 2022.

O Projeto de Alfabetização Jornalística (*News Literacy Project*²²⁷), desenvolvido pela organização de mesmo nome – sem fins lucrativos e que se afirma apartidária, fundada em 2008 por Alan C. Miller, um repórter investigativo vencedor do Prêmio Pulitzer trabalhando pelo *Los Angeles Times* — trabalha com educadores e jornalistas para ensinar estudantes estadunidenses secundaristas a distinguir fatos de ficções, buscando incorporar o que eles chamam de alfabetização jornalística nas salas de aula. Sua finalidade, segundo seu site, é construir “um movimento nacional para promover a prática da alfabetização jornalística em toda a sociedade americana, criando indivíduos mais informados, mais engajados e mais empoderados – e, finalmente, uma democracia mais forte” (NEWSLIT.ORG, acesso em 21 set. 2022).

Há também, dentro desse projeto, uma plataforma gratuita de *e-learning* chamada Checologia (*Checkology*), que traz lições sobre assuntos como viés da mídia de notícias, desinformação, pensamento conspiratório etc. Segundo os autores, com isso os estudantes “desenvolvem a capacidade de identificar informações confiáveis, buscar fontes confiáveis e aplicar habilidades de pensamento crítico para separar conteúdo baseado em fatos de falsidades” (CHECKOLOGY.ORG)²²⁸. Além disso traz recursos para educadores como atividades de prática, extensão e verificação de fatos para complementar as lições principais de um curso, um Centro de Verificação para aprender e praticar habilidades de verificação digital, entre outras coisas. Um aplicativo para celular chamado Informable[®], permite que usuários em todo o mundo testem seus conhecimentos de alfabetização jornalística. Resumidamente os jogadores podem testar seus conhecimentos brincando, distinguindo reportagens de artigos de opinião; declarações baseadas em fatos de declarações baseadas em opinião etc.

Ainda nos EUA, Associação Americana de Faculdades e Universidades Estaduais (AASCU)²²⁹, composta por 11 instituições²³⁰, que desenvolve o Projeto Democracia Americana, lançou em 2018 uma iniciativa chamada Polarização Digital: promovendo a alfabetização cívica on-line (Digipo)²³¹, conforme o site, Figura 59, (abaixo) com o objetivo

²²⁷ Disponível em <https://newslit.org/>. Acesso em 21 set. 2022.

²²⁸ Disponível em: <https://get.checkology.org/about/> Acesso em 21 set. 2022.

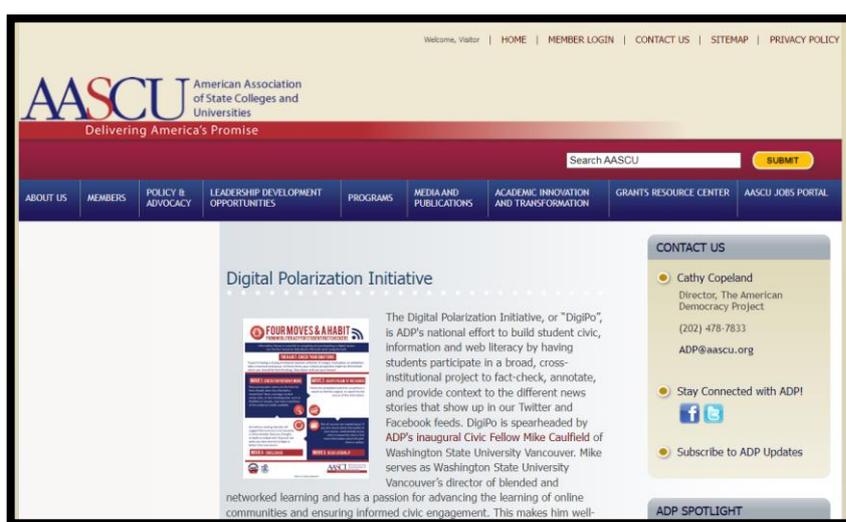
²²⁹ A sigla AASCU se refere à sigla em inglês para American Association of State Colleges and Universities.

²³⁰ São elas: Black Hills State University, CUNY College of Staten Island, Georgia College, Indiana University Kokomo, Metropolitan State University of Denver, Millersville University of Pennsylvania, San Jose State University, Texas A&M International University, Texas A&M University-Central Texas, University of North Carolina Charlotte, Washington State University Vancouver. (Disponível em: <https://www.aascu.org/AcademicAffairs/ADP/DigiPo/>. Acesso em 19 set. 2022)

²³¹ Acrônimo para o termo *Digital Polarization Initiative*, na língua inglesa.

de “equipar os estudantes universitários com as habilidades necessárias para o raciocínio cívico online e incentivá-los a fazer intervenções positivas nos ambientes de informação online em que habitam”. Resumidamente, os estudantes tornam-se checadores rastreando, verificando, catalogando e fornecendo contexto para as diferentes notícias que circulam nos feeds do *Facebook* e do *Twitter* e, simultaneamente, recebem aulas sobre polarização, economia da web e psicologia da teoria da conspiração.

Figura 59: Captura de tela da página na web da AASCU.



Fonte: Associação Americana de Faculdades e Universidades Estaduais. (Disponível em: <https://www.aascu.org/AcademicAffairs/ADP/DigiPo/> Acesso em 19 set. 2022)

O líder da iniciativa, Mike Caulfield, diretor de Aprendizagem Combinada e em Rede, da Washington State University Vancouver, escreveu em 2017 um livro didático chamado *Web Literacy for Student Fact-Checkers*, para ajudar a alfabetizar midiaticamente os estudantes. Os *campi* das universidades participantes, à época, deveriam desenvolver, adotar e avaliar um currículo online de alfabetização cívica focado especificamente na verificação das informações que os estudantes encontram online. Depois iriam incorporar a polarização digital e/ou alfabetização cívica da informação online em cursos novos e/ou existentes em uma variedade de disciplinas e em atividades extracurriculares. Além disso, a iniciativa previa divulgação para bibliotecas, palestrantes convidados, painéis comunitários, treinamentos de desenvolvimento profissional e/ou leituras comuns.

No Brasil, em 2001, na cidade de São Paulo, uma parceria entre o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da USP com a prefeitura de São Paulo, deu vida ao projeto *Educom.radio* em que se trabalha com a linguagem radiofônica e a elaboração, pelos

professores e alunos, conjuntamente, de projetos educocomunicativos solidários e integrados às práticas curriculares:

A Secretaria de Educação do Município deu início a um projeto denominado Educomunicação pelas ondas do rádio (*Educom.rádio*) que prevê a capacitação, em quatro anos, de aproximadamente nove mil docentes e membros das comunidades escolares de suas 455 escolas de nível fundamental, para o uso do rádio e de outros meios de informação nas atividades escolares. (SOARES, 2002:16)

A partir de 2004, por meio da Lei nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004 (popularmente conhecida como Lei Educom²³²) foi instituído o Programa EDUCOM: Educomunicação pelas ondas do rádio, no município de São Paulo, momento em que o projeto de governo (à época, a prefeita era Marta Suplicy) tornou-se uma política pública de Estado. Ainda em 2004, foi criada a rede Comunicação Educação e Participação (CEP) constituída por 12 organizações, que adotou a Educomunicação e começou a trabalhar a partir dela em todo o país, com forte atuação chegando a influenciar o MEC, que em 2007 adotou seus projetos dentro do Programa Mais Educação²³³, chegando a ter, no ano de 2012, cerca de 5.500 projetos em 3.500 escolas públicas de aproximadamente 500 municípios de todo o país, tendo como referência o manual de Educomunicação preparado pela rede CEP. Várias pesquisas elaboradas a partir desses projetos demonstraram que os alunos que participaram dessas atividades, ao adquirirem voz, tornavam-se sujeitos ativos no processo de compreensão da sociedade, com melhoras visíveis em seus desempenhos escolares.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente, que trabalha com educação não formal, adotou a Educomunicação para as aproximadamente 330 áreas de preservação ambiental do país, discutindo com as camadas populares esse conceito. Em 2012, três instituições no país ofereciam graduação em Educomunicação: um bacharelado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), instalado em 2010; uma licenciatura na USP instalada em 2011; e uma licenciatura à distância na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (SOARES, 2012).

Mais recentemente, em 2016, uma escola privada da cidade de São Paulo, o Colégio Bandeirantes, tornou-se o primeiro da América Latina a colocar a produção de comunicação

²³² Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13941-de-28-de-dezembro-de-2004>. Acesso em 22 de set. 2022.

²³³ O Programa Mais Educação visa a qualificar a experiência educativa das crianças e jovens das escolas públicas de ensino fundamental. Para isso, incentiva o ensino integral, especialmente junto às escolas com baixos índices de aprendizagem, oferecendo suporte técnico e financeiro para a inclusão no cotidiano do ensino, especialmente no período contraturno, de práticas interdisciplinares relacionadas (à época) a dez áreas ou macrocampos, entre eles, a Educomunicação. (SOARES, 2013:170)

dentro do currículo, a partir do primeiro ano do Ensino Médio (SANTOS, 2016). Naquele ano, os estudantes a cada semestre tiveram que produzir peças de comunicação, como podcasts sobre temas variados e campanhas publicitárias via rede sociais. Para a iniciativa, o colégio contou com a assessoria do Media Education Lab (MEL), uma ONG que desenvolve projetos de educação e mídia, pesquisas e serviços comunitários. Anteriormente a escola já havia desenvolvido durante treze anos o estudo e produção de comunicação como atividade extracurricular aplicando princípios da educomunicação como parte da disciplina de Língua Portuguesa. Pelo que mostra atualmente o site da instituição, as disciplinas sobre mídia entram no rol das eletivas²³⁴.

Em 2022, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), localizada no Rio Grande do Sul – com apoio da Embaixada e Consulado dos EUA no Brasil – realizou um programa on-line de educação midiática para professores, com a duração de 4h. O denominado Desafio Nuvem de Educação Midiática fez duas oficinas com especialistas do Brasil e dos Estados Unidos passando por temas como letramento midiático e digital, redes sociais e discurso de ódio, *fact-checking* e desinformação. A formação foi aberta a educadores de escolas públicas e privadas de todas as áreas de conhecimento no ensino fundamental e médio.

Por sua vez, os veículos de mídia têm sido protagonistas de boa parte dos projetos no âmbito da educação midiática existentes no mundo. Além dos projetos já citados anteriormente (na página 224), nos EUA o The Learning Network, do jornal *The New York Times*, existe desde 1998; Em Portugal, o projeto RTP Ensina, desenvolvido pela *Rádio e Televisão de Portugal* com o apoio da Direção-Geral da Educação, disponibiliza em seu site conteúdos audiovisuais diretamente ligados a diversas temáticas da área da Educação, inclusive sobre “Educação para os Media”. No Brasil, desde 2019, o Instituto Palavra Aberta e o *Google* desenvolvem o Programa de Educação Midiática (EducaMídia), no qual o gigante da tecnologia pretendia investir cerca de R\$ 4 milhões ao longo de dois anos.

Como já observado anteriormente, quando um veículo de mídia desenvolve um projeto nesse sentido, normalmente ele está focado principalmente, em novos leitores, em sua audiência, não tendo, portanto, nenhum interesse em trazer o debate das informações sobre um mesmo acontecimento em veículos concorrentes. Não se pode esquecer, por isso, que os veículos de comunicação, apesar do seu produto principal ser a informação, salvo exceções de

²³⁴ Disponível em: <https://colband.net.br/eletivas-e-complementares/eletivas-2-a-serie-do-ensino-medio> Acesso em 22 set. 2022.

comunicação pública, são negócios com interesses comerciais, conforme lembram Belloni e Bévort:

O fator principal da falta de empenho dos sistemas midiáticos em colaborar com ações de mídia-educação é óbvio: as mídias de massa, baseadas na publicidade comercial, precisam de audiências desavisadas, distraídas, embevecidas pelas aventuras dos heróis das ficções ou embaladas por informações fragmentadas, prontas a aceitar sem pensar os argumentos de mensagens publicitárias animadas, coloridas, envolventes. Os sistemas de mídia necessitam de públicos não-educados, acríticos, cujo tempo de cérebro suas mensagens preenchem. (BELLONI E BÉVORT, 2009:1094)

É possível que Bévort e Belloni tenham alguma razão dentro do contexto em que escreveram tais ponderações, ou seja, em alguns casos, parte da mídia pode apostar na ignorância do público para poder lhe vender mais, impor sua visão de mundo e o sistema político que mais lhe convenha, corroborando o pensamento de Noam Chomsky, que expus no Capítulo II. Então, não se pode deixar na mão desses atores o dever de educar, que pertence, por força da legislação constitucional, ao Estado.

4.7. Por que a Educação Midiática é uma das saídas?

Em primeiro lugar, é preciso fugir do imediatismo e das soluções ingênuas. Não há respostas prontas, tampouco fórmulas mágicas, até porque o que funciona num país pode não funcionar em outro. E isso vale para escolas diferentes, públicas e privadas, pois cada comunidade e instituição tem que debater e discutir suas necessidades, bem como suas possibilidades de implementar a Educação Midiática. Há uma gama de alternativas, no entanto, escolher quais serão aplicadas não pode ser uma decisão centralista, pois, dessa forma não se pode encontrar novas respostas para velhas perguntas. E fazer as coisas como sempre foram feitas é a fórmula (isso sim) para continuarem dando errado.

Por outro lado, temos que pensar qual educação midiática queremos. Vai apenas aprender a usar as ferramentas de tecnologia para consumir mais, fazendo girar a roda do consumo cultural de forma alienante ou para conscientizar a população das armadilhas do consumo? Vai se fazer educação midiática para que os políticos e seus partidos tenham mais um canal para fazer política e divulgar suas propostas ou para que o cidadão tenha mais uma ferramenta para que seus direitos sejam mais respeitados? Ou criaremos ferramentas que possam servir para que o cidadão participe conscientemente dos processos decisórios de interesse público e que ele também exija com mais veemência seus direitos? Conforme explica o teólogo Hugo Assmann:

Não basta educar a massa trabalhadora para alimentar a máquina produtiva, é preciso educar para provocar indignação frente a aceitação conformista da relação tecnologia X exclusão. É preciso formar cidadãos aptos a construir uma sociedade solidária, principalmente quando se considera que uma sociedade sensivelmente solidária precisa ser permanentemente reconstruída. Cada geração precisa aprender a dar valor à solidariedade. (...) Então, “a educação para a solidariedade persistente se perspectiva como a mais avançada tarefa social emancipatória” (ASSMANN, 1998:21 apud BRASIL, 2013:30).

Num mundo dominado pelo utilitarismo, em que governantes cobram “produtividade da ciência”, em que se pergunta “o que e quanto eu vou ganhar com isso” e não “o que eu vou aprender com isso”, as decisões implicam também reeducar os pais, professores e alunos a respeito de suas expectativas e práticas em relação à escola:

As expectativas dos alunos (norte-americanos) também parecem ter mudado. Hoje, boa parte deles não vê a escola como um espaço de reflexão, mas como uma assessoria qualificada. Para estes alunos, a relação com uma universidade não seria diferente da relação que mantêm com as empresas de prestação de serviços, supermercados ou bancos: a ênfase estaria na qualidade do produto, na utilidade e facilidade de seu uso e em sua aplicação prática imediata. (SOARES, 2000b:67)

Pensar a AMI, contudo, não significa apenas levar as mídias para a sala de aula. É um processo complexo, que envolve a formação de docentes para uma tarefa distante do que ocorre atualmente nas escolas que as utilizam como meio de sensibilizar sobre algum assunto ou para ter “um assunto da atualidade”. Conforme Caldas:

Como formar professores na leitura crítica da mídia para que os conteúdos noticiados pela imprensa sejam adequadamente interpretados e devidamente relativizados na construção do conhecimento? Discutir as tensões, os conflitos, os problemas éticos que envolvem a construção da notícia na sua relação com o mercado não é tarefa menos importante para dar a real dimensão do processo de produção da mídia e das contradições inerentes a este. Aprender sobre o mundo editado pela mídia, a ler além das aparências, a compreender a polifonia presente nos enunciados da narrativa jornalística, não é tarefa fácil, mas desejável para uma leitura crítica da mídia. Discutir a responsabilidade social da imprensa, do jornalista, compreender as intrincadas relações de poder que estão por trás da composição dos veículos; capacitar professores e alunos para entender os sentidos, o significado implícito no discurso da imprensa não são tarefas fáceis. (CALDAS, 2006: 122)

Isto posto, avalio que, apesar de avanços importantes no terreno da normatização, na prática pouca coisa tem sido feita. Diante disso, trazer o assunto para a pauta do dia é o começo para que algo de concreto comece a acontecer e que o país pare de uma vez por todas de transgredir o artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 determinando que “Todos os seres humanos têm direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (UNITED NATIONS, 1948).

Apesar disso, é também provável que a educação midiática e a alfabetização científica (de que não tratei nesta dissertação) ajudem no longo prazo. Não se trata apenas da

familiaridade com os fatos, as cifras e as técnicas científicas, mas também de conhecer o método científico e o pensamento analítico. Além disso, na questão metodológica, precisamos trabalhar com os estudantes a utilização de relatos narrativos para a transmissão do conhecimento, pois eles atraem as pessoas com muito mais força do que os diálogos argumentativos ou descritivos. Esse tipo de texto une a causa com o efeito, de modo que as conclusões que você quer mostrar parecem quase inevitáveis.

Por outro lado, é preciso fugir das fórmulas prontas, do “aprenda isso em 5 minutos”. Conforme ensina Paulo Freire, todo conhecimento deve ser construído a partir do diálogo entre estudantes e professores, para que estes, olhando para a necessidade de aprendizagem daqueles, module seus objetivos e conteúdo, sempre partindo do pressuposto que aquilo que eventualmente funciona numa realidade pode não funcionar em outra. Esse princípio vale não apenas para a Educação Midiática, mas para os ciclos de aprendizagem como um todo.

5. CAPÍTULO V: RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISE

CAPÍTULO V

RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISE

COMPARATIVO ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADA



*“Nada ficou no lugar
Eu quero entregar suas mentiras
Eu vou invadir sua aula
Queria falar sua língua*

*Eu vou publicar seus segredos
Eu vou mergulhar sua guia
Eu vou derramar nos seus planos
O resto da minha alegria”*

**Adriana Calcanhoto
Mentiras (1992)**

Figura 60: Ilustração²³⁵ da capa do Capítulo V



FONTE: WU (2020:88). Acesso em 25 set. 2020

²³⁵ O cartum (sem título) produzido especialmente para a Exposição de humor gráfico Fake News e Saúde, realizada por ocasião do Seminário Nacional “As Relações da Saúde Pública com a Imprensa: Fake News e Saúde, em 2019, na Fiocruz Brasília, no qual apresentei um trabalho.

Neste capítulo apresento os resultados e as análises da pesquisa de campo desenvolvida durante o trabalho, incluindo o pré-teste. No tópico sobre a aplicação da pesquisa detalho o perfil da escola pública e da escola privada que aceitaram participar da pesquisa, bem como o perfil de seus professores e estudantes, para entender o contexto em que trabalham e aprendem, respectivamente. Além disso, apresento suas respostas dadas nas entrevistas via formulário online, para observar o que pensam sobre educação crítica e cidadã, sua percepção sobre “fake news”, visão científica e crenças sobre as vacinas. Por fim, exponho e analiso os dados das respostas obtidas por meio dos testes realizados com os estudantes que aceitaram realizá-los, dividindo por tipos de desinformação, segundo especificado na Metodologia, comparando os dados da escola pública com os da escola privada.

5.1. Pré-teste

5.1.1. Perfil da escola pública de aplicação do pré-teste²³⁶

No ano de 2019, conforme já descrito na Metodologia, havia 04 escolas selecionadas para a pesquisa de campo, sendo duas públicas e duas privadas, localizadas no centro e periferia de Campinas. Dentre essas a única escola que autorizou a realização do pré-teste, ferramenta necessária para o aperfeiçoamento dos testes, foi a escola pública da rede estadual de Ensino Fundamental e Médio, da periferia, aqui denominada Escola 1. A aplicação ocorreu no início de novembro de 2019. Já as demais escolas, por meio de seus respectivos corpos diretivos, manifestaram algum tipo de objeção à realização desta pesquisa naquele momento (final do segundo semestre daquele ano), alegando não poderem interromper as aulas para atender ao meu cronograma inicial. Deixaram, porém, aberta a possibilidade para a aplicação dos testes no ano de 2020, fato que também não se concretizou devido à chegada da Pandemia da Covid-19 e ao inevitável fechamento das escolas, conforme já descrito anteriormente na Metodologia. Assim, foi necessário encontrar outras escolas para a realização do trabalho, o que implicou em atraso no desenvolvimento desta pesquisa.

A Escola 1 está localizada na região do Campo Grande (que é um distrito do município da cidade de Campinas, criado por plebiscito em 2015), com uma população de 190 mil pessoas e localizada a 15 km da região central da cidade. Ali o valor do metro quadrado varia entre R\$1,5 mil e R\$2 mil, segundo sites de imobiliárias da região.²³⁷ Possui um total de

²³⁶ Não houve condições para elaborar um perfil dos estudantes, em função da pouca disponibilidade de datas pela escola em questão.

²³⁷ Dados de 2020.

1.152 estudantes regularmente matriculados²³⁸, sendo 710 no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano do EF) e 442 no Ensino Médio. Participaram do Enem em 2019, 50 estudantes ou 28% daqueles aptos a realizá-lo²³⁹. A pontuação média geral conseguida por essa escola nessa avaliação foi de 472 pontos²⁴⁰, sendo 497 pontos em Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação) 441 em Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Química, Física e Biologia) e 472 em Redação²⁴¹.

5.1.2. Aplicação do pré-teste

Os testes foram aplicados nesta escola de forma presencial, utilizando material impresso (ver anexos), nas salas do 1º ano, turmas A e B do período matutino e turma C do período noturno, com um total de 76 respondentes. Conforme combinado com o corpo diretivo da unidade, no período da manhã, a aplicação foi realizada logo após o intervalo, no período das 10h às 11h40. As salas do 1º ano A e B estavam com falta do professor de língua portuguesa porque este havia desistido de ministrar aulas naquele mês.

Na turma A, os primeiros dez minutos da aula de 50 minutos foram utilizados para explicar o objetivo da pesquisa, aplicação dos testes e explanar sobre conceitos de “*fake news*” – que todos disseram saber do que se tratava. Em seguida, esclareci sobre os tipos de desinformação e distribuí a Ficha de Apoio (Figura 05, localizada na página 43 da Metodologia). Essa ficha foi criada por mim e trouxe a classificação da desinformação ou da factualidade da informação, para que os estudantes pudessem responder às questões formuladas, na Ficha de Respostas (Figura 06, localizada na página 44 da Metodologia). O Caderno 01 com os textos foi distribuído logo em seguida.

Durante a realização desses testes, parte dos alunos perguntou sobre a necessidade de justificar as respostas. Esclareci que a justificativa era importante para entender os motivos das escolhas, no entanto, se isso fosse incômodo, ela era facultativa. Observei ainda que parte dos estudantes respondeu rapidamente de maneira displicente para se livrar logo da obrigação do teste, comportamento corriqueiro que observo nas aulas em que ministro nas escolas públicas em que trabalho. Outros reclamaram da quantidade e da extensão dos textos: “Olha o tamanho

²³⁸ Dados do Censo Escolar 2019.

²³⁹ Os estudantes aptos a participar do Enem são aqueles concluintes da Educação Básica, isto é, do 3º ano do EM.

²⁴⁰ Todos os dados sobre o desempenho no Enem foram retirados do site QEdU.org.br. Acesso em jan. 2022.

²⁴¹ Para se ter um comparativo desse desempenho, uma das escolas com maior pontuação na cidade, o Colégio Progresso (privado) teve a participação de 74% de seus estudantes aptos (28) que performaram 619 pontos em Linguagens e Códigos, 622 em Ciências da Natureza e 860 em Redação. Sua média geral ficou em 667 pontos.

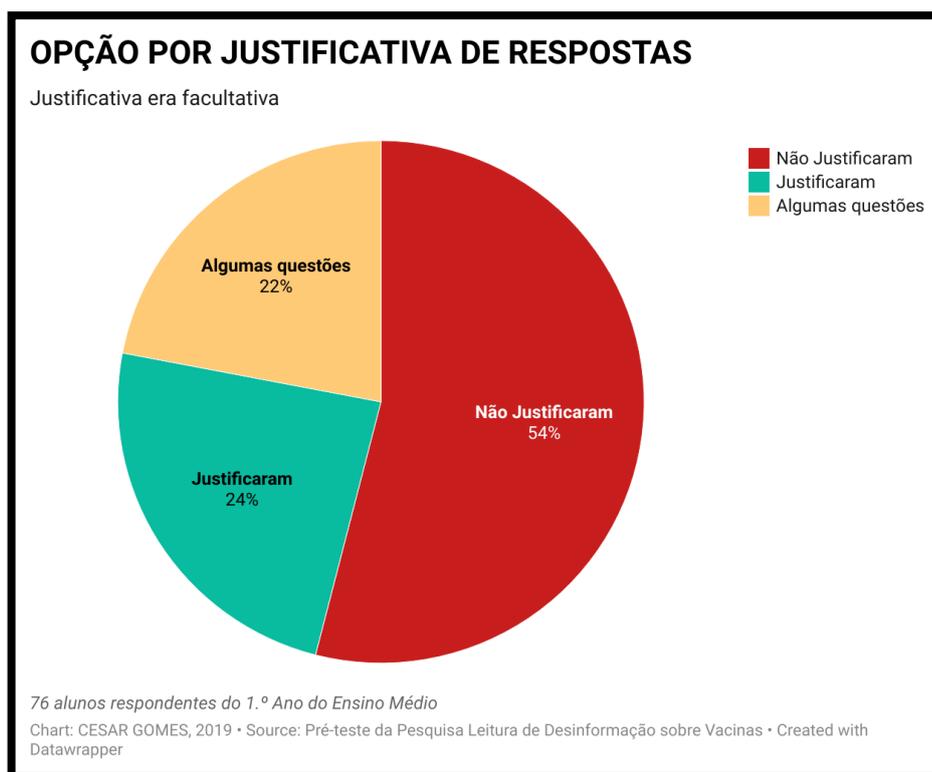
desses textos!”, diziam. Durante a aplicação observei que alguns ignoraram completamente a importância da Ficha de Apoio dada com os tipos de desinformação e responderam apenas Verdadeiro ou Falso, em prejuízo da proposta original, que buscava entender as escolhas dos estudantes. Ficam claros o estranhamento e a falta de interesse, cuja participação só se deu por determinação da coordenação pedagógica da escola, cujo apoio à pesquisa deixo claro. Os estudantes queriam fazer o mínimo e o mais rápido, em prejuízo do conhecimento a ser eventualmente adquirido durante o processo.

Tal comportamento eu (como professor da escola pública há mais de 20 anos) observo nos exames externos (como Saresp e Saeb²⁴² realizados na própria unidade escolar e que são aplicados por professores). Neles, boa parte dos estudantes não demonstram a menor motivação e respondem de qualquer jeito, sem nenhum compromisso com os resultados, em prejuízo da pontuação das escolas. Pela minha vivência, normalmente esse tipo de procedimento advém de uma cultura de realização de avaliações apenas em função da nota no boletim, em lugar de um acompanhamento contínuo da aprendizagem. Tanto que é costumeiro, nessas ocasiões, o corpo diretivo acenar aos estudantes “que levarem a sério” a prova, alguma compensação nas notas bimestrais, o que pouco funciona, diga-se, além de ser pedagogicamente não recomendável.

Conforme mostra o Gráfico 9 (abaixo), ao final da aula muitos não haviam justificado suas respostas, sendo que um estudante entregou a folha de respostas em branco dizendo não ter compreendido o que era para fazer, embora não tenha solicitado nenhuma explicação adicional após minha fala inicial. Apesar de todo o apoio dos professores, da coordenação pedagógica e da Direção da Escola 1, essa foi apenas mais uma constatação dessa falta de interesse e de motivação de alguns já descrita no parágrafo anterior (cujos motivos podem ser investigados em pesquisas futuras). É importante ressaltar que nenhum estudante era obrigado à participação na pesquisa, conforme esclareci aos mesmos logo no início da abordagem da sala, seguindo as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicamp.

²⁴² Sigla referente ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, realizada bianualmente pelo MEC.

Gráfico 9: Estatística dos estudantes que justificaram ou não as respostas do pré-teste



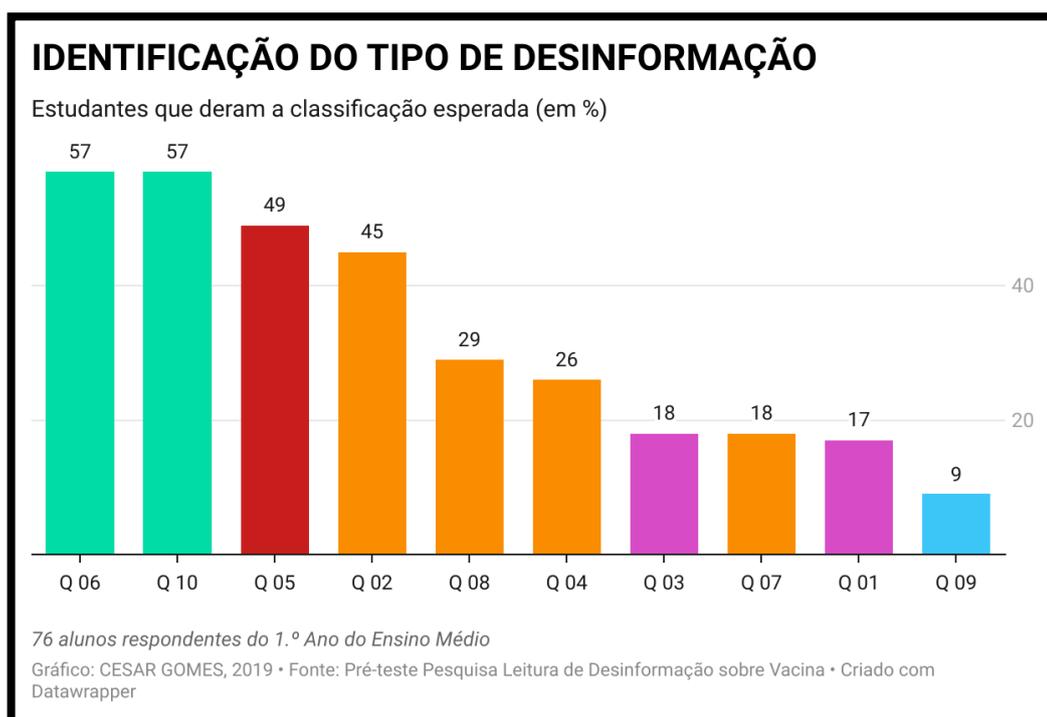
Fonte: Cesar Gomes (2019).

Já na Turma B, a aula era de Filosofia. O professor da sala – embora avisado pela coordenação pedagógica – não deu qualquer apoio à aplicação dos testes da pesquisa. Não interrompeu a atividade avaliativa que estava realizando naquele momento, orientando apenas aos estudantes que fossem terminando o trabalho regular, que poderiam participar de minha pesquisa. A falta de apoio era evidente, muito provavelmente ele estivesse desmotivado com o conhecido contexto de precariedade da educação pública e não tenha visto na pesquisa acadêmica esperança para dias melhores. Assim, parte dos alunos (cerca de 07) permaneceram realizando as atividades da disciplina, motivo pelo qual nesta sala apenas 19 estudantes de um total de 26, responderam aos testes. Resolvi, por esse motivo, aplicar apenas o Caderno 1 para não atrapalhar muito a aula, decisão que, acredito, não influenciou nos resultados do pré-teste, dado que as demais salas somariam mais de 75% dos alunos do 1º ano, uma amostra representativa do todo. Já a aplicação do pré-teste na Turma C (período noturno) se deu sem maiores intercorrências.

5.1.3. Resultados do Pré-teste²⁴³

Analisando primeiramente os resultados do Caderno 01 é bom frisar que, embora haja sim uma resposta considerada correta em um teste como esse, o objetivo fundamental aqui não é o de julgar se os estudantes a reconhecem ou não, mas sim, a partir de suas respostas refletir sobre qual o caminho a tomar para que eles possam estar mais bem preparados para identificar uma desinformação em qualquer veículo ou suporte.

Gráfico 10: Estatística dos estudantes que deram a resposta esperada para as questões do Caderno 01. A legenda do gráfico é a seguinte: em Verde: “Notícias verdadeiras”; em vermelho: “Notícias falsas”; em laranja: Conteúdo insustentável e Impreciso; em roxo: Desnotícias; em azul: Conteúdo Patrocinado



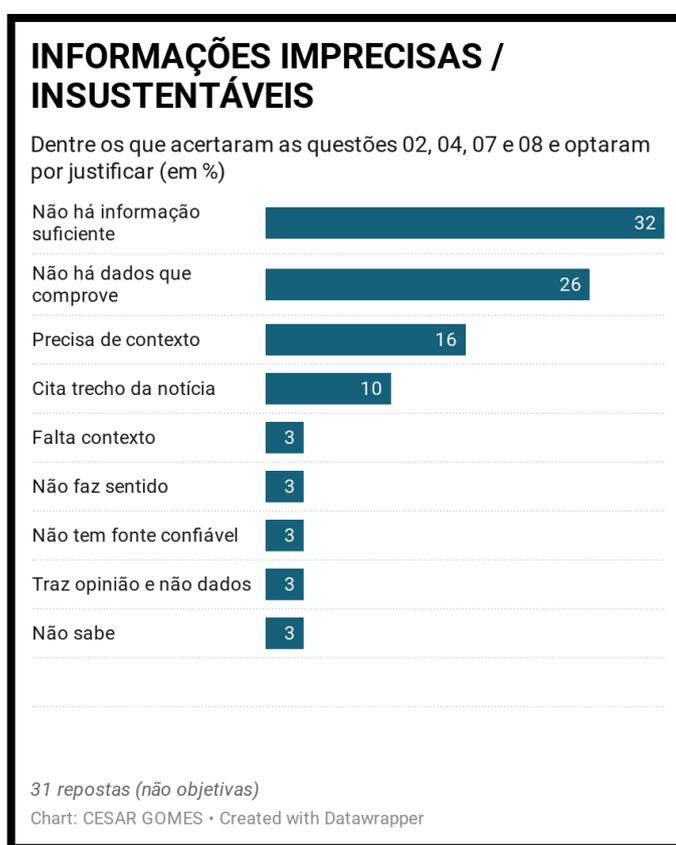
Fonte: Cesar Gomes (2019).

O Gráfico 10 (acima), mostra que as questões que mais geraram a identificação do tipo de desinformação foram os textos publicados em veículos da mídia tradicional com informação factual (questões 06 e 10), ambos com 57% de identificação. O texto 09, por sua vez, que também circulou num veículo da mídia tradicional não foi identificado como conteúdo patrocinado por 91% dos estudantes, menor índice entre todas as questões.

²⁴³ As questões postas no pré-teste foram, com exceção da questão 1, foram exatamente as mesmas utilizadas na aplicação da pesquisa e estão descritas no item 5.3. Resultado e Análise da Pesquisa.

A questão 02, cujo texto com Conteúdo Enganoso²⁴⁴ circulou no *Facebook*, e a questão 05, cujo texto não factual circulou no *WhatsApp*, foram identificadas por 45% e 49% dos estudantes, respectivamente. No entanto, questões com textos com conteúdo similar, mas que circularam em outros veículos como Blogs em formato de texto jornalístico foram muito menos identificados, como se observa com as questões 04 (26%), 07 (18%) e 08 (29%). Outra dedução deste pré-teste, a partir dos resultados encontrados, foi a dificuldade dos estudantes em identificar conteúdos satíricos, representados nas questões 01 e 03. Apenas 17% dos estudantes identificaram o conteúdo de humor no texto 01 e outros 18% o conteúdo irônico no texto 03.

Gráfico 11: Justificativa dos estudantes sobre informações Imprecisas / Insustentáveis



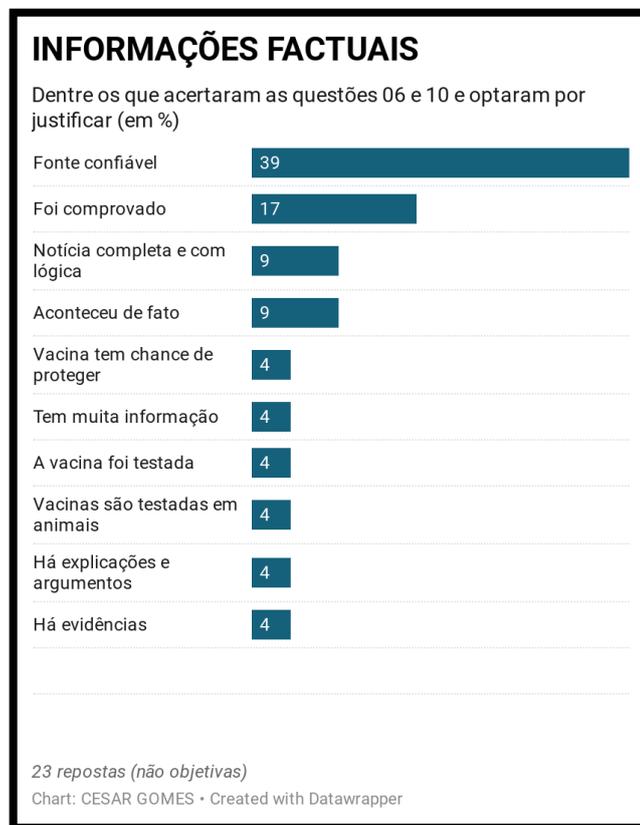
Fonte: Cesar Gomes (2019)

Conforme mostra o Gráfico 11 (acima), dentre os estudantes que acertaram as questões Imprecisas e Insustentáveis, (31 respostas) a maioria (32%) respondeu que não havia informações suficientes para indicar a informação como verdadeira; 26% citam a falta de dados que as comprove e 16% acreditam precisar de mais contexto para uma resposta mais precisa. Esses dados e informações insuficientes são aqueles que podem ser checados caso o leitor tenha

²⁴⁴ **Conteúdo Enganoso:** uso enganoso de informações para enquadrar uma questão ou um indivíduo. Será mais bem trabalhado a partir da p. 296, deste Capítulo V.

criticidade na leitura para fazê-lo, criticidade esta que só vai adquirir se for orientado para isso (não só, mas, principalmente) pela escola.

Gráfico 12: Justificativas dos estudantes sobre informações factuais



Fonte: Cesar Gomes (2019)

Dentre os que justificaram as questões factuais (Gráfico 12, acima), a maioria destacou a questão da “fonte confiável”, uma vez que elas circulavam em sites da mídia tradicional. 17% viram no texto elementos que comprovavam sua factualidade, 09% viram a notícia completa e lógica e outros 9% disseram que “aconteceu de fato”. Apenas 4% dessas respostas citam que há evidências científicas que comprovam a factualidade. Pode ser que falte aos estudantes vocabulário, mas é possível que falte também ferramentas de aprendizado para identificar essas evidências. Daí a importância do letramento midiático e informacional nas escolas e de uma metodologia para a leitura crítica da mídia e de informações em geral.

No Caderno 02, para o estudante reconhecer a autenticidade de uma fonte de informação no *Twitter*, ele precisava ter o conhecimento prévio do selo de autenticidade da plataforma, o “selo azul”, conforme descrito na Metodologia. Tendo essa informação, precisava ainda ter o cuidado de, ao acessar um conteúdo, verificar se aquele autor é o autêntico proprietário daquela conta ou se é um perfil *fake* (falso) ou até um perfil de humor.

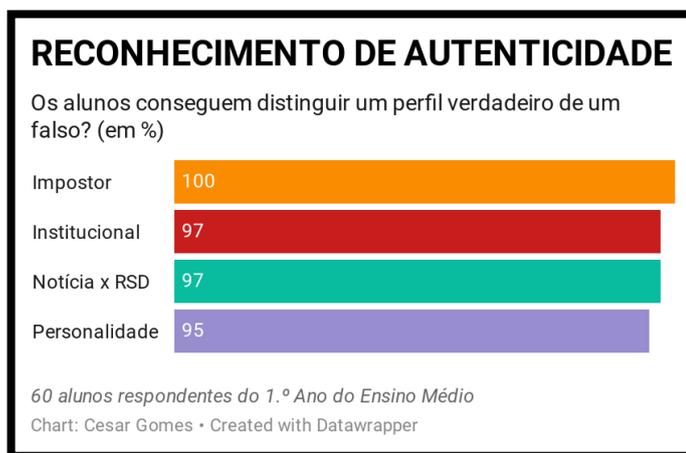
Figura 61: Captura de tela das quatro questões do Caderno 02



Fonte: Cesar Gomes (2019)

Os resultados do pré-teste do Caderno 02, cujas questões estão nos anexos, ilustrados pela Figura 61 (acima) e demonstrados no Gráfico 13 (abaixo), trouxeram a compreensão de que não era necessário aplicar um questionário específico sobre o *Twitter*. Inferi (na época) que a esmagadora maioria desses estudantes reconhecem quando um perfil no *Twitter* é autêntico ou não e que havia conhecimento sobre o funcionamento da plataforma.

Gráfico 13: Resultados dos testes do Caderno 2 sobre a autenticidade da fonte de informação no *Twitter*



Fonte: Cesar Gomes (2019)

Partindo da premissa de que não há necessidade de investigar o que já se sabe, não haveria motivo para seguir com a proposta, o que, evidentemente, não significa que esses jovens ao se depararem com uma desinformação saberiam identificá-la (competência investigada no

Caderno 01). Isso porque um perfil verificado com o selo azul pode também veicular informações não factuais, é sempre bom lembrar, isto é, nada impede que uma pessoa real nas redes sociais veicule uma desinformação, pois ninguém está isento desse problema.

5.2. Aplicação da Pesquisa

5.2.1. Perfil das escolas de aplicação da pesquisa

Com a desistência das 04 escolas que até então haviam firmado compromisso para a pesquisa, conforme relatado na Metodologia, foi necessário obter a participação de novas escolas, o que só ocorreu em meados de 2021. Em função da ampliação dos prazos de Defesa pela Universidade, foi possível concluir este trabalho dentro dos limites e das possibilidades oferecidas. Assim, os testes foram aplicados em duas escolas de Educação Básica de Campinas, para estudantes do Ensino Médio, sendo uma da rede privada e uma da rede pública de ensino.

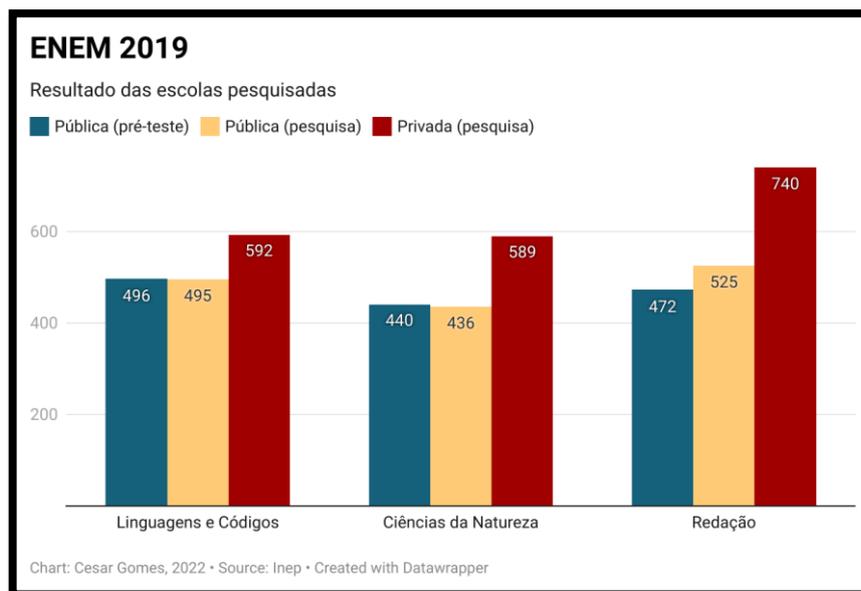
A nova escola pública selecionada, aqui denominada Escola 2, possui um total de 1.084 estudantes regularmente matriculados²⁴⁵, sendo 901 no Ensino Fundamental e 183 no Ensino Médio. Participaram do Enem 2019, apenas 8 estudantes ou 11% daqueles aptos a realizá-lo, diante do que não se pode ter uma amostra representativa da aprendizagem na escola com os testes externos. Apesar disso, a pontuação média alcançada foi de 495 pontos em Linguagens e Códigos, 436 em Ciências da Natureza e 525 em Redação. Localiza-se também na Região do Campo Grande (mesma da escola que realizou o pré-teste).

Já a escola da rede privada selecionada, aqui denominada Escola 3, possui um total de 1.184 estudantes regularmente matriculados²⁴⁶, sendo 489 no Ensino Fundamental e 695 no Ensino Médio. Participaram do Enem 2019, 147 estudantes ou 79% daqueles aptos a realizá-lo, conseguindo a pontuação média de 592 pontos em Linguagens e Códigos, 589 em Ciências da Natureza e 740 em Redação, resultados bem superiores aos da escola pública (conforme se verifica no Gráfico 14, abaixo). Está localizada entre a Zona Central e a Região Norte de Campinas, onde o valor do metro quadrado varia entre R\$4 mil e R\$5 mil, segundo levantamento em sites de imobiliárias da região, pesquisados em 2021.

A média nacional do Enem 2019 foi de 520,9 pontos em Linguagens e Códigos; 477,8 pontos em Ciências da Natureza; e 592,9 pontos em Redação. Por esse parâmetro, é possível constatar que, com base no Enem, as escolas públicas estão abaixo da média nacional.

²⁴⁵ Esses dados são do Censo Escolar 2020 foram retirados do site QEDu.org.br. (Acesso em jan. 2022).

²⁴⁶ Esses dados são do Censo Escolar 2020 foram retirados do site QEDu.org.br. (Acesso em jan. 2022).

Gráfico 14: Comparativos dos resultados do Enem 2019 das escolas pesquisadas

Fonte: Cesar Gomes (2022)

Observando os números²⁴⁷ dessa avaliação externa, é possível verificar (antes ainda de qualquer resultado desta pesquisa) que os resultados das escolas 1 e 2 (ambas públicas) são bastante similares, ao passo que os da Escola 3 (privada) reafirmam a histórica desigualdade educacional brasileira. Esse fenômeno começa tão logo na participação do Enem, facultativa e realizada fora das unidades escolares: naquele ano, enquanto na escola privada pesquisada a participação foi de 79% dos estudantes aptos a realizá-lo, nas escolas públicas participantes desta pesquisa, esse número foi bem inferior: Escola 1, 28% e Escola 2, 11%. Essa baixa adesão da escola pública não só inviabiliza a publicação de resultados das escolas pelo Inep, mas também não permite que se tenha um retrato fidedigno de como esses estudantes estão saindo do Ensino Médio.

Como professor do Ensino Médio de uma escola pública da periferia, esses dados não surpreendem, muito pelo contrário, a julgar pelas já conhecidas condições estruturais que o professor tem para trabalhar, pelo salário e pelas condições socioeconômicas dos estudantes (evidenciadas pelo questionário sociocultural respondidos por eles e descritas neste capítulo), considero-os até bastante satisfatórios. Para quem acredita que tais dificuldades residem apenas

²⁴⁷ Segundo o Inep, responsável pela elaboração da prova, no Enem não vale o critério de um ponto por questão acertada, mas sim, a Teoria de Resposta ao Item (TRI), segundo a qual deve haver uma coerência entre acertos em questões fáceis, médias e difíceis. Isto é, ao acertar as questões difíceis, mas errar as fáceis do mesmo grupo, o sistema entende que o estudante foi beneficiado pela sorte e concede uma pontuação menor a seu(s) acerto(s), por outro lado, quando os acertos acontecem de maneira coerente, ocorre uma bonificação. (FONTE: www.gov.br/inep/pt-br/. Acesso em 05 jan. 2022).

na compreensão do conteúdo e na demonstração dessa aprendizagem numa prova, tenho novidades: os estudantes não têm interesse para se inscrever no processo; aqueles que desejam fazê-lo têm dificuldade para preencher o formulário eletrônico (apesar de o senso comum acreditar que essa geração não tenha); falta-lhes motivação para sair de casa num domingo para realizar o 1º dia de prova com duração mínima de duas horas, com 90 questões mais uma redação; mais motivação ainda para voltar no 2º dia de prova, se ele julgar que foi mal no 1º dia, entre tantas outras questões.

Figura 62: Abaixo o funil: educação pública e gratuita para todos já!



Fonte: Ramirez (2012). Blog do Ramirez.

Os que conseguem passar por esse funil (Figura 62, acima) e ainda obter um resultado de 500 pontos, embora esteja abaixo da média nacional, podem ser considerados vencedores. Não quero aqui vitimizar os estudantes da escola pública, mas atentar para o fato de que não se pode olhar para essas avaliações (e até para o resultado da pesquisa que virá a seguir) acreditando que basta, por exemplo, melhorar o método de ensino, colocar mais dispositivos eletrônicos nas escolas (que é necessário e urgente), mas também é preciso olhar para as questões laterais que fazem com que esse estudante sequer consiga participar de um exame fora de seu ambiente escolar.

Mesmo dentro da escola, houve dificuldade para conseguir a atenção e o empenho desses estudantes. Durante a aplicação da pesquisa enfrentei obstáculos para trazê-los à sala de informática para responder ao teste online, ao questionário sociocultural e à entrevista, ao passo que os educandos da escola privada responderam em massa (embora não 100%) às proposições

deste pesquisador. Obviamente, nestes casos, o papel dos professores da escola privada (especialmente a de Redação, que inseriu a participação na pesquisa como parte da aula) para motivar os estudantes também foi fundamental.

5.2.2. Perfil dos professores

Para produzir este perfil, foi enviado aos docentes um link para um formulário online de um questionário sociocultural contendo 27 questões sobre: a) informações pessoais; b) conectividade; c) hábitos culturais; d) uso da mídia e tecnologia na escola. Esse formulário foi respondido por 05 professores, sendo 04 da escola pública e apenas 01 da escola privada.

Na Escola 02 (pública), 03 respondentes se declararam pertencentes ao gênero feminino e 01 ao gênero masculino. Na Escola 03 (privada), o respondente se declarou pertencente ao gênero masculino. Quanto à autodeclaração da cor da pele (raça) na escola pública temos 01 preto, 01 pardo, 01 branco e 01 amarelo. Na escola privada, 01 branco. Quanto à formação, os 04 respondentes da escola pública declararam ter concluído a graduação em suas áreas. O respondente da escola privada declarou ter Mestrado. Quanto à renda, 03 afirmaram receber entre 02 e 04 Salários Mínimos e 02, entre 04 e 10 salários. Quanto a dispositivos digitais de comunicação, todos têm celular smartphone, 04 possuem computador portátil (notebook), 03, computador de mesa, 03, TV Smart com acesso à internet e 01 possui tablet. Quanto à conectividade, todos declaram ter acesso à banda larga de internet em casa e pagar pacote de dados para seus celulares (pós-pago e/ou pré-pago).

Quanto aos aplicativos para comunicação, diariamente todos dizem utilizar o mensageiro WhatsApp (05 respondentes), o InstaMessage (02 respondentes) e o Telegram (01 respondente); algumas vezes na semana ou durante o mês o Messenger, do Facebook (02 respondentes); nenhum deles utiliza a Direct Message, do Twitter. Todos dizem participar de redes sociais, sendo o Facebook (04 respondentes) e o Instagram (02 respondentes) a plataforma acessada por eles várias vezes ao dia; 02 respondentes disseram acessar o LinkedIn e o Pinterest; nas demais redes dizem nem ser cadastrados. 01 respondente afirmou passar mais de 5h em sua rede social; 01 entre 3h e 5h por dia; 01 até 2h por dia; e 02 até 1h por dia.

Do ponto de vista cultural, 03 respondentes afirmaram ir com muita frequência ao cinema, sendo que o respondente da rede privada afirmou ir com frequência também a exposições e feiras de livros. 01 dos respondentes da rede pública afirmou ir com muita frequência a shows e ao teatro. O meio de comunicação que eles geralmente se informam várias vezes ao dia é o WhatsApp (03 respondentes), seguido pelo Facebook, sites de notícias, a

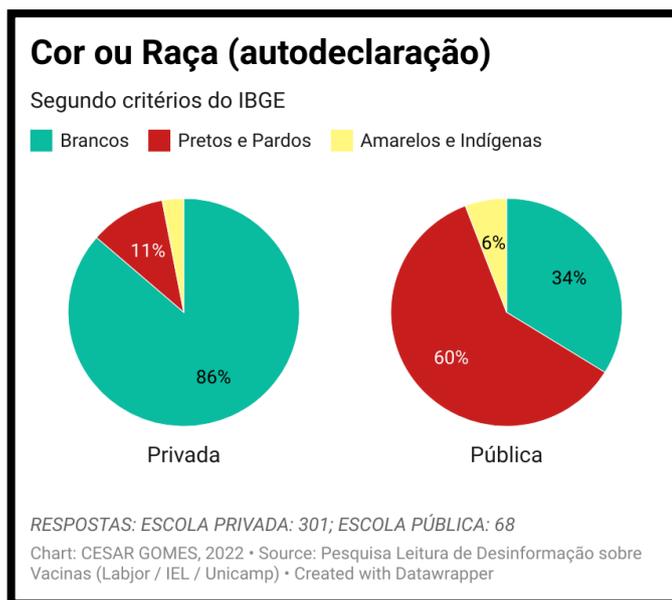
televisão e o rádio (02 respondentes cada). Quando o tema é confiança nos meios de comunicação, eles confiam em parte em todos os meios e apenas 01 respondente afirmou confiar sempre nos jornais (impressos e digitais) e no rádio; 03 respondentes da escola pública dizem não confiar em blogs alternativos e 01 diz não confiar no Facebook. No YouTube eles buscam conteúdo de Ciência (05), Clipes de música (05), Documentários (03), Filmes e Desenhos (03) e Curiosidades (02). Apenas 01 respondente afirmou buscar na plataforma conteúdo sobre Educação.

Quanto ao uso da mídia e tecnologia na escola todos os respondentes afirmaram ter sala de informática em suas unidades escolares, no entanto, apenas 02 deles afirmaram utilizá-la com frequência (toda semana), sendo que os demais afirmam utilizar algumas vezes durante o bimestre. Todos afirmaram utilizar o celular pedagogicamente em suas aulas, no entanto, apesar do uso direcionado, um dos docentes relata grande dificuldade de manter o foco e a concentração dos estudantes.

5.2.3. Perfil dos estudantes

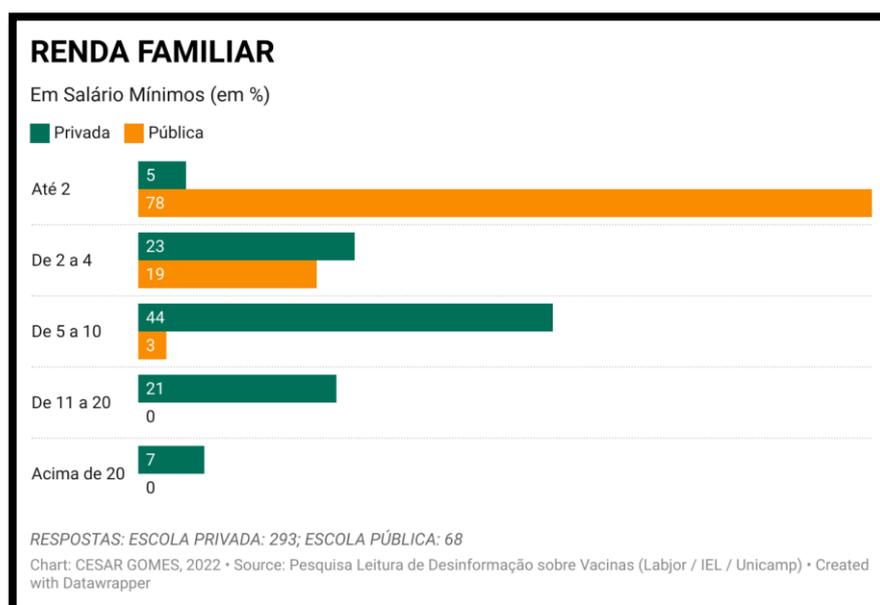
Para produzir esse perfil, foi enviado à gestão das escolas um link para um formulário online de um questionário sociocultural contendo 40 questões sobre: a) informações pessoais; b) conectividade; c) hábitos culturais; d) Informações sobre leitura; e) Leitura e conectividade na escola. Esse formulário foi respondido por 369 estudantes, sendo 68 da escola pública e 301 da escola privada.

Assim, o perfil desses estudantes é o seguinte: têm entre 14 e 19 anos, sendo que a maioria está na faixa etária entre 16 e 17 anos. Na escola privada os estudantes nessa faixa somam 74,1%, tendo 21,9% entre 14 e 15 anos e 3,6% entre 18 e 19 anos. A maioria estuda na 3ª série do Ensino Médio (57,8%) e os demais, na 2ª (20,9%) e na 1ª série (21,3%). 2/3 desses estudantes declararam pertencer ao gênero feminino (67,1%) e 1/3 ao masculino (32,2%). Na escola pública os estudantes entre 16 e 17 anos somam 73,5%, outros 10,3% têm 15 anos (nenhum de 14) e 16,2%, entre 18 e 19 anos. A maioria dos respondentes dessa escola estuda na 2ª série do Ensino Médio (42,6%) e os demais, na 3ª (30,9%) e na 1ª série (26,5%). 58,8% desses estudantes declararam pertencer ao gênero feminino e 41,2% ao masculino.

Gráfico 15: Percentual de estudantes por cor ou raça (autodeclaração)

Fonte: Cesar Gomes (2022)

Conforme mostra o Gráfico 15 (acima), quanto à cor da pele, seguindo os critérios do IBGE, na escola privada a maioria se declara branca (86,4%), enquanto os pretos e pardos são 10,6% e os amarelos e indígenas, 3%. Na escola pública, a maioria é de pretos e pardos (60,3%), sendo que os que se declaram brancos são 33,8% e os amarelos e indígenas, 5,8%. Os percentuais do gráfico acima foram arredondados para dar maior legibilidade.

Gráfico 16: Renda familiar declarada pelos estudantes, em número de Salários Mínimos

Fonte: Cesar Gomes (2022)

O Gráfico 16 (acima) mostra que, no que tange à renda familiar, como é de se esperar, os estudantes da escola privada demonstram um nível de vida bastante elevado em relação aos da escola pública: 42,9% têm renda entre 5 e 10 Salários Mínimos (SM); 19,9% entre 11 e 20 SM; e 7% dizem que a renda da família está acima dos 21 SM. Enquanto apenas 5% dos estudantes dessa escola afirmam que a família ganha até 2 SM, na escola pública esse número sobe para 77,9%, não tendo nenhum que declare renda acima de 11 SM.

Já em relação à conectividade, o acesso aos celulares e à banda larga é mais democrático. Tanto na escola privada quanto na pública o percentual gira em torno de 95% (privada 99% e pública 91%) enquanto o uso da banda larga é de 97% entre os estudantes da escola privada e 80% na escola pública. Porém, a desigualdade aparece com bastante força nos demais dados. Enquanto 92% dos estudantes da escola privada dizem ter notebook em casa, entre os da pública esse número é de apenas 09%. Quando se fala em computadores de mesa, esse número é de 50% contra 20%, respectivamente. Tablets, 60% x 09% e Smart TV, 90% x 49%. Embora quase todos os estudantes afirmem possuir um aparelho de celular, quando se fala em dados móveis esse número é bastante desigual: apenas 19% dos estudantes da escola pública dizem ter dados no sistema pós-pago (com conta mensal) e 12% no pré-pago (créditos carregados aleatoriamente diante da necessidade); na escola privada esse número é de 50% no pós-pago e 46% no pré-pago. Essa diferença de acesso a equipamentos eletrônicos e conectividade, em uma realidade de disponibilidade massiva de informações em formato digital, ajuda a explicar a diferença do ingresso ao conhecimento e talvez explique a falta de interesse e entendimento da importância desta pesquisa por alguns.

O mensageiro instantâneo mais utilizado pelos estudantes é o *Whatsapp* (96% na escola privada e 88% na escola pública), em segundo lugar vem a mensagem privada do *Instagram*, o *InstaMessage* (67% e 50%, respectivamente). Cabe destacar o abandono do *Messenger* (do *Facebook*) pelos estudantes da escola privada, pois, enquanto 31% dos estudantes da escola pública ainda o utilizam para mensagens privadas, apenas 1% da escola privada ainda faz uso desse aplicativo.

As redes sociais ainda são muito utilizadas pelos estudantes, pois, cerca de 90% deles participam delas. A rede mais utilizada por essa juventude é o *Instagram*, pois 77% dos estudantes da escola privada e 50% da escola pública, dizem ter um perfil ativo nesta rede. Nas demais redes sociais os números são bastante distintos: o *Twitter* é mais utilizado pelos estudantes da rede privada (41% x 09%), enquanto o *Facebook* pelos da rede pública (03% x 38%). Além disso, os estudantes das escolas pública e privada passam por dia um tempo

elevado nas redes sociais, considerando um estudo publicado no *Journal of Social and Clinical Psychology* (HUNT et al., 2018), segundo o qual o tempo ideal para permanecer nelas por dia é de 30 minutos, pois mais do que isso, causa ansiedade e depressão. Apenas 06% dos estudantes da escola privada e 18% da pública dizem passar até 1 hora por dia nas redes sociais. Por outro lado, 61% da escola privada e 48% da escola pública dizem passar nas redes sociais acima de 3h todos os dias.

Entre os cinco assuntos que mais despertam interesse, para os estudantes da escola privada estão Cultura (59%), Ciência, Tecnologia e Inovação (54%), Esporte e Moda (30% cada) e Política (28%). Na escola pública aparece Cultura (46%), Esporte (34%), Literatura (32%), Moda e Religião (28% cada), além de Ciência, Tecnologia e Inovação, também com 28%. O assunto que menos interessa aos estudantes da escola privada é a Religião (15%) enquanto na escola pública poucos ligam para Política (9%).

A frequência em atividades culturais (considerando o período pré-pandemia) também dão um pouco da dimensão da desigualdade entre os dois mundos. 50% dos estudantes da escola privada diziam frequentar o cinema ao menos uma vez por mês, enquanto entre os estudantes da escola pública esse número é de apenas 18%. Os demais números não são nada animadores, considerando os dois universos, pois são muito baixos mesmo: Visita a bibliotecas (07% privada x 01% pública); shows musicais (10% privada x 07% pública); ida a Feira de Livros (09% privada x 03% pública); Teatro (07% privada x 04% pública), entre outros resultados.

Uma característica desses estudantes é que eles costumam se informar pelas redes sociais. Na escola privada, 40% dos respondentes dizem se informar pelo *Twitter*, 32% pela televisão e 31% por sites de notícias. O mensageiro *WhatsApp* é fonte de informação para 26% desses estudantes e jornais / revistas digitais, para 24%. Na escola pública, o primeiro lugar em fonte de informação (56%) é o *WhatsApp*, seguido pela TV (41%) e pelo *Facebook* (32%). Só depois desses meios é que aparecem os sites de notícias como fonte para 21% e jornais / revistas digitais para 10%.

E o que eles veem no *YouTube*? Entre os estudantes da escola privada 76% assistem a canais voltados para o Humor, 73% para vídeos de músicas, 67% canais de curiosidades e o conteúdo voltado para a Ciência vem em quinto lugar com 45% das respostas. Entre os estudantes da escola pública a preferência maior é por vídeos de músicas (73%), filmes e desenhos animados (65%), canais de Humor (57%), curiosidades (56%) e, fechando o Top 5, vídeos de tutoriais que ensinam a fazer algo (48%). Canais que trazem algum **conteúdo sobre**

Ciência entre os estudantes da rede pública aparecem em **12º lugar, com 20% da preferência**, atrás de trollagem (43%), gameplay (41%) e esportes (25%).

Perguntei em que meios de comunicação eles mais confiam e em quais não. O meio de comunicação que esses estudantes mais confiam (para minha surpresa) ainda é a televisão: 41% de ambos os grupos disseram que a TV é o meio mais confiável para se obter informações. Os estudantes da escola privada ainda disseram que em segundo lugar vêm os jornais e revistas da mídia tradicional (tanto impressos quanto digitais) com a confiança de 37% (em ambos). Os sites de notícias (32%) e o rádio (16%) fecham a lista. Importante frisar que para esses estudantes o índice de confiança nos mensageiros e sites de redes sociais (que não chegam a ser exatamente meios de comunicação, mas na contemporaneidade são utilizados para distribuir conteúdo, mas não apenas). Apenas 6% deles confiam sempre no *Twitter*, 2% no *WhatsApp*, enquanto no *Facebook* a confiança inexistente (0,0%). Já para os estudantes da rede pública, o *WhatsApp* (21%) e o *Facebook* (16%) são respectivamente o segundo e o terceiro meios mais confiáveis. Sites noticiosos (da mídia tradicional) vêm em quarto lugar com a confiança de 15% e com 13% aparecem na sequência jornais e revistas impressos e o rádio e fecham a lista desse grupo.

Perguntei em seguida em que meio eles menos confiam. No ranking da desconfiança entre os estudantes da escola privada figura o *WhatsApp* (68%), quase com o mesmo percentual, o *Facebook* (67%), os Blogs Alternativos (36%), o *Twitter* (22%) e os Blogs da Mídia Tradicional (10%). Os veículos de comunicação da Mídia Tradicional aparecem com menor índice de desconfiança: rádio (8%), sites de notícias (7%), televisão (5%), jornais e revistas digitais (2%) e jornais e revistas impressos (1%). Entre os estudantes da escola pública, o *Facebook* aparece como menos confiável (31%), seguido dos sites de notícias da Mídia Tradicional (29%), do *WhatsApp* (28%) e dos Blogs Alternativos e do *Twitter* (ambos com 25% cada). Nesse público, a televisão é o meio que goza de menor desconfiança (12%), ficando os demais veículos da mídia tradicional com índices de desconfiança entre 18% e 24%.

Quanto à leitura, 57% dos estudantes da Escola 02 (pública) afirmaram ter lido algum livro nos últimos 3 meses (sem considerar os indicados pela escola). Na Escola 03 (privada) esse número foi de 72%. Quanto à principal motivação para ler um livro os números são bastante idênticos: em primeiro lugar está o conhecimento geral (47%); em segundo, atualização cultural (18% e 17%, respectivamente); e em terceiro, exigência do trabalho (7% e 6%). No fator que influencia mais a escolha por um livro, as respostas coincidem apenas no primeiro: o tema / assunto (50% e 77%). Na Escola 02 (pública) o título vem como

segundo fator (20%); e as redes sociais (10%) como terceiro. Na Escola 03 (privada) o segundo fator são as críticas e resenhas (5%) e as dicas de amigos e uma capa chamativa vêm em terceiro lugar (3%). Entre os que afirmam não ter lido nos últimos meses, a maioria diz que o principal motivo é a falta de tempo, a preferência por outras atividades e a falta de paciência para sentar e ler um livro. Outros afirmam ainda não gostar de ler e que ler é uma atividade cansativa.

Perguntados também sobre quais as principais dificuldades para se ler um livro, a maioria aponta a falta de concentração; outros acreditam que a linguagem é complexa e por esse motivo não compreendem o que leem; outros confessam não ter interesse no conteúdo dos livros (quaisquer que sejam eles). Os estudantes de ambas as escolas afirmam que elas possuem espaços de biblioteca (talvez não com esse nome), no entanto, constata-se o pouco uso que se faz desses espaços: na Escola 02 (pública) apenas 6% dos estudantes citam o uso frequente desse espaço pelos professores; 22% dizem que os professores nunca o utilizam; 24% com pouca frequência e 47%, raramente; já na Escola 03 (privada) apenas 2% dos estudantes classificam o uso do espaço de leitura como frequente; 15% dizem que os professores o utilizam com pouca frequência; 23% raramente e 59% dizem que o espaço de leitura nunca é utilizado pelos professores. Talvez o conteudismo dos currículos, crítica que vai aparecer nas entrevistas dos professores, pode ajudar a explicar o porquê desse pouco uso dos espaços de leitura como espaço de aula e nos dê pistas do motivo pelo qual o número de leitores no Brasil ainda está muito aquém do esperado, em que pese todos os esforços.

5.2.4. O que pensam e como trabalham esses professores?

Para saber o que pensam e como trabalham esses professores, recorri à entrevista qualitativa, conforme já descrito na Metodologia. Para isso, em função da Pandemia da Covid-19, optei por enviar um link para um formulário online contendo 43 perguntas sobre: a) formação, tecnologia e mídia na educação; b) percepção sobre o letramento midiático dos alunos; c) ciência e negacionismo; d) vacinas; e) educação midiática. A entrevista foi respondida por 05 professores, sendo 02 da escola pública e 03 da escola privada.

Na Escola 02 (pública), os dois professores que responderam à entrevista relataram ter formação superior em Letras, que trabalham com os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Para preservar suas identidades e gênero, vou dar o codinome PA01 para um que leciona há 18 anos; e PA02 para o outro que leciona há 10. Durante a graduação, eles afirmaram que não tiveram disciplinas ligadas à tecnologia, no entanto, PA02

disse que esse envolvimento com o tema se deu por meio da plataforma online da faculdade, realizando tarefas do curso. Em sua prática pedagógica, eles afirmaram usar notícias da mídia durante as aulas”, no entanto, nenhum participou de uma formação específica sobre uso de mídia (jornais / revistas / redes sociais) em sala de aula. Os dois declararam estar suficientemente capacitados para identificar uma desinformação, porém, apenas PA02 afirmou ter participado de uma formação específica sobre *fake news*.

Na Escola 03 (privada), para os três professores responderam à entrevista vou lhes dar os codinomes PB01, PB02 e PB03. Formado em Geografia, PB01 tem mestrado em Linguagens, Mídia e Arte, leciona há 11 anos e, na escola atual, trabalha com os componentes de Geografia e Atualidades; Formado em Biologia, PB02 tem pós-graduação em Biotecnologia e leciona há 24 anos, sendo que na escola atual trabalha com o componente de Ciências da Natureza; Formado em Ciências Sociais, PB03 tem mestrado em Sociologia, leciona há 09 anos e, nesta escola, trabalha com os componentes de História, Filosofia e Sociologia. Por terem estudado em épocas diferentes apenas PB01 (formado em 2015) informou ter cursado na faculdade disciplinas que tratam da tecnologia digital, citando o componente Licenciatura, no qual houve abordagem sobre tecnologias na educação. Conta ainda que fez uma Especialização ligada à área de tecnologia em “Algoritmização das Relações do Trabalho” e que no Mestrado pesquisou sobre o Ciberespaço na produção de conhecimentos geográficos. PB02 que se formou em 1997 afirmou que em sua época “não havia acesso às tecnologias atuais” e PB03 não se lembra de “haver alguma disciplina nas ciências sociais ligadas a esse tema”.

5.2.4.1. Educação crítica e cidadã

Sobre o conceito de Educação Midiática, apenas PB01 afirma conhecê-lo, no entanto, todos são unânimes em afirmar que é ela é importante para o momento atual: “Considero uma habilidade essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico do estudante, embora pouco trabalhada no ambiente escolar e, eventualmente, desencorajada pelas famílias que não aceitam que certas fontes, tabus, valores tradicionais e dogmas sejam questionados”. Os outros professores da Escola 03 (privada) não vêem essa prática como possível no Brasil: para PB02 “[conheço] Muito pouco, mas não vejo ainda como uma realidade”; para PB03 “[conheço] Pouca coisa, considero importante na educação, mas somos limitados (no Brasil) a estrutura desigual do processo, que ficou mais visível na pandemia”. Os professores da Escola 02 (pública) também têm ressalvas quanto à implantação da Educação Midiática, conforme responde PA02: “Está sendo bem positiva, mas ainda precisa melhorar muito”

A maioria dos professores entrevistados não se sente suficientemente informados ou conhecem superficialmente o que a BNCC propõe a respeito do uso da Tecnologia na Educação. Apenas PB01 diz que “A BNCC traz um direcionamento que considero pertinente diante do uso de Tecnologias na Educação, mas desconsidera o abismo diante de pessoas que não têm acesso à eletricidade, internet e dispositivos eletrônicos (...)”. Todos os professores avaliam que a grande dificuldade para se trabalhar com Educação Midiática nas escolas brasileiras é a falta de infraestrutura. PA02 e PB02 destacam a falta de formação para os professores, sendo que o último acredita que esse conteúdo deve ser inserido dentro da grade curricular. PB01 vai além e diz que além da falta de recursos, há “interferência do juízo moral dos familiares sobre determinadas fontes, temas e assuntos; disputa de poder com outras instituições, como as religiosas, o sensacionalismo e o marketing voraz dos meios de comunicação como entretenimento e espetacularização ou banalização da vida e dos acontecimentos”.

Em relação à defasagem na aprendizagem, os professores da Escola 02 (pública) são bastante econômicos na avaliação: PA01 culpa os estudantes e seus pais pelo fracasso escolar: “Para ser bem sucinta, penso que é a falta de perspectivas de vida dos nossos estudantes e de seus pais”; já PA02 culpa os políticos: “Como o resultado do descaso com a educação no país”. Na Escola 03 (privada) as análises foram um pouco mais complexas. Para PB01: “A lógica neocolonial no Brasil continua deslegitimando o papel central da Educação na sociedade. Para a exploração econômica neoliberal, quanto mais culturalmente alienada, socialmente fragmentada e intelectualmente limitada for a população, mais dependente e manipulável ela será pelo Estado e pelo Capital”. PB02 critica o conteudismo da educação brasileira: “Muito triste, a educação formal no Brasil tomou um rumo extremamente conteudista e com um cronograma apertado para cumprir todo esse conteúdo, logo estamos cada vez mais iniciando mais cedo alguns conteúdos e não conseguindo dar conta do básico”. PB03 avalia que esse é um problema difícil de resolver e que a importância da educação como meio de ascensão social está sendo substituído pelo “empreendedorismo”. Ele critica também o conteudismo da escola atual: “Às vezes penso se não falhamos com esse modelo conteudista que estruturamos”, diz.

Em termos de acesso à informação, nenhuma das duas escolas fazem assinatura de publicações como jornais, revistas impressos ou digitais e, como consequência, não se tem um trabalho com essas mídias na sala de aula. Esse tipo de texto é inserido por meio de livros didáticos, com textos trazidos pelos próprios professores com pouca frequência e raramente por meio de pesquisas dos próprios estudantes. Apesar disso, os docentes relatam terem feito nos

últimos anos algum trabalho prático envolvendo o entendimento da mídia (jornais, revistas, TV, cinema) ou criação de produtos de mídia (programas de rádio, vídeos para o *YouTube*, jornais escolares, Blog etc.). PA01 diz que “Sim, através mesmo de conteúdo da própria apostila que os estudantes recebem”; PA02 diz que “fizemos uma análise entre duas notícias semelhantes, sendo que uma envolvia jovens de uma comunidade pobre e a outra envolvia jovens de classe média”; e PB03 faz “quando possível peço uma análise escrita de algum filme ligado a temas específicos, como linguagem (os estudantes deveriam escolher entre os filmes: "Um conto chinês", "Ku kin dza dza" e "A chegada"), Política: entre o Estado e a sociedade civil”.

Todos os professores relatam terem inserido em suas aulas, nos anos anteriores a 2020, a discussão sobre o uso da tecnologia e suas consequências, bem como o uso crítico da mídia pelos estudantes. PA01 diz que “Sim, de forma bem sucinta. Houve boa participação dos alunos, reagiram bem”; PA02 relata que “Sim. Foi mais voltado para um debate. Alguns levaram mais a sério e outros na brincadeira”; PB01 informa que “Sim. Houve em diferentes ocasiões aulas interdisciplinares envolvendo geografia, filosofia, sociologia, artes e língua portuguesa para tratar de *fake news*, telecomunicações, pós-verdade, discursos políticos e narrativas”; PB02: “Sim, já discutimos muito principalmente com relação as trocas de mensagens, imagens pessoais, em bate papo, dinâmicas para explicar rastros e multiplicações digitais, a participação foi bem intensa, rodas de discussão, alunos contando casos etc.” e; PB03 “Sim, mesmo porque é um dos temas tratados em filosofia e sociologia. Por meio de autores como Pierre Lévy, Bauman, Laymert dos Santos, Harun Farocki, Habermas entre outros. Alguns alunos se interessam e participam, com um conhecimento técnico muitas vezes aprofundado, principalmente quando se trata de temas ligados a videogame”.

Todos os professores concordam que é possível nesse contexto, paralelamente, inserir a alfabetização digital e midiática e resolver os problemas básicos. PB01 considera “inclusive para que a alfabetização digital e midiática possa auxiliar no desenvolvimento de competências e habilidades contempladas pela educação e conteúdos programáticos tradicionais”. PB02 acredita que “Emergencialmente devemos inserir paralelamente. Mas devemos cuidar para sanar essa defasagem”. Cético, PB03 acredita que “difícilmente resolveremos o básico, mas não se deve descartar nenhum projeto de alfabetização que seja em letramento, matemática, nas ciências em geral e na alfabetização digital e midiática”.

Para esses docentes, o maior acesso à internet por meio de dispositivos, paradoxalmente, não trouxe o acesso à informação confiável. Para PB01 “O acesso a dados e informações sem a capacidade de leitura crítica e interpretação de contexto é insuficiente para

a produção de conhecimentos”. Para PB02 “A livre produção sem um caráter editorial permite gerar qualquer tipo de informação, opiniões, achismos muitos sem fundamento algum ou ainda de má fé”. Já PB03 torce “para que este seja um momento de libertação em relação a isso e com o tempo iremos aprender a lidar com responsabilidade, tanto para produzir informação, como para adquiri-las”.

Apesar de terem mais acesso à tecnologia, os estudantes não estão mais emancipados, politizados ou críticos. Na opinião de PA01 “para alguns alunos falta o interesse, talvez por não terem um projeto de vida”. Para PA02 “uma parte considerável está mais para despolitizado e acrítico, pois ainda falta responsabilidade e consciência para checar as informações através de pesquisas em fontes variadas”. Já os docentes da Escola 03 (privada), divergem sobre o tema: para PB01 “O acesso às informações não garante autonomia de pensamento e nem mesmo a interpretação de contextos e produção de conhecimento. O ciberespaço é, ao mesmo tempo, meio e dispositivo tanto para alienação quanto para ruptura de paradigmas hegemônicos, mas as habilidades para utilizá-lo estão muito além da utilização da internet ou de softwares e emuladores de realidade.”. Já PB02 percebe “um movimento para a politização, porém a desinformação e o imediatismo da atualidade dificultam um pensamento mais crítico de maneira embasada”. Para PB03 “depende muito de cada aluno, mas o que percebo é que há uma busca por reforço das próprias opiniões. Muitos deles estão antenados sim, tanto pela direita (MBL, anarco-capitalistas, Mises), como pela esquerda (Rita Von Hunty, Manuela d'Ávila), mas o discurso, às vezes, parece sem reflexão, um mimetismo, contudo considero que isso faz parte do processo de aprendizado.”.

Quase todos os docentes dizem adicionam estudantes entre os seus contatos nas redes sociais, sendo apenas PA01 a exceção. Há unanimidade entre os docentes da Escola 03 (privada) de que (nessas redes) o conteúdo postado pelo professor deve ser estritamente profissional. PB01 não faz publicações com conteúdo “particular, privado ou íntimo”; PB02 enfatiza que “a exposição/contéudo gerado pelo professor seja condizente com a idade dos seus seguidores, com uma separação clara entre seguidor e amigo”; enquanto PB03 afirma que “não compartilho da minha vida pessoal, nem de minhas opiniões políticas, simplesmente é um canal de comunicação, Messenger, caso o estudante tenha alguma dúvida, ou busque alguma referência para estudo”.

Sobre o uso de mídias (jornais / revistas / redes sociais) na sala de aula, embora todos afirmem essa inserção em sua prática pedagógica, apenas PB01 participou de uma formação específica sobre o tema: uma oficina sobre "Redes Digitais e Culturas Ativistas". Por

sua vez, PB03 afirmou que “o tempo de aula e o cumprimento do conteúdo dificulta um pouco” o trabalho com mídias em sala de aula. PB01 e PB03 informaram estar suficientemente capacitados para identificar uma desinformação: cruzando dados, fazendo uma leitura crítica considerando contexto da notícia e pesquisando em sites de checagem de notícias. Já PB02 afirmou que seus “conhecimentos específicos são baixos, mas uma análise crítica do texto e uma pesquisa sempre ajudam”. Em relação a formação específica sobre *fake news*, PB01 afirma ter ministrado um minicurso sobre pós-verdade e *fake news* na era informacional em 2019; PB02 assiste apenas a palestras, vídeos e outros conteúdos de formação informal e PB03 afirma não ter participado de nada sobre o assunto.

Quanto à tarefa de educar para o uso de dispositivos e mídias sociais, PA01, PA02 e PB01 concordam que é uma incumbência da escola, visto que “nem todos os pais teriam a sabedoria para tal tarefa. Assim a Escola teria a tarefa de orientar os alunos”, dado que “os familiares, sendo em sua maioria pertencentes a outras gerações, anteriores aos "nativos digitais", encontram dificuldade em "educar" para o uso de dispositivos e mídias sociais” (PB01). Ainda para esse professor “Cabe à Escola estimular a busca pelo senso crítico, autonomia de pensamento e embasamento científico sobre fatos, acontecimentos e estudos, estabelecendo limites claros entre tudo aquilo que se abriga na Ciência e tudo aquilo que está além – nas convicções e crenças pessoais, valores culturais, inclinações emocionais”. Por outro lado, dois professores acreditam que essa tarefa é das duas instituições: para PB02 “os pais com um controle sim dos acessos e a escola a divulgadora de informações, assim como os professores também não são nativos, mas tem um papel fundamental num contexto geral da educação, com mais facilidade que os pais nesse sentido”. Para PB03 “Os pais controlando o uso e mostrando que há uma vida fora destes dispositivos. Vejo a função da escola como um processo de alfabetização”.

5.2.4.2. Percepção sobre *Fake News*: fatos e não fatos

Em sua maioria, os professores das duas escolas dizem acompanhar por meio da mídia tradicional o noticiário a respeito do fenômeno das *fake news*, da pós-verdade e do negacionismo da ciência e da história. Além disso, PA02 acredita que “muitos desses veículos [da mídia tradicional] estão manipulando as informações de acordo com seus interesses pessoais, políticos e financeiros”; PB01 reclama que, na busca por engajamento nas redes, a mídia tradicional “muitas vezes se apoia no sensacionalismo e na polarização ideológica”. Por sua vez, PB03 se diz “das antigas” e prefere ler jornais impressos e livros; diferentemente dos

demais, PB02, além da mídia tradicional, segue “redes sociais de pensadores, professores e pesquisadores reconhecidos no meio acadêmico ou especializado”.

No geral, os docentes dizem ter abertura de sua direção pedagógica para trabalhar fatos do cotidiano (como *fake news* e boatos sobre Ciência) em sala de aula. PB03 não sente obstáculos em sala de aula para trabalhar com esses temas, “mesmo porque busco tratar de forma mais imparcial possível. Temos que ter também o entendimento que os negacionistas em sala de aula são barulhentos, mas poucos”, concordando comigo. PB01 trata de temas “envolvendo geografia política e econômica” e PA01 trabalha “fazendo a ligação do currículo com a realidade de cada comunidade escolar”. Os fatos controversos são, para PB02, oportunidade para explicar o conceito científico: “Em todo conteúdo trabalhado onde sei que existem fatos controversos eu acabo inserindo ou reforçando o que diz o conhecimento científico atual”.

5.2.4.3. Visão científica / Negação da ciência

Parte dos professores acreditam que o negacionismo científico está associado à religião e à política de movimentos e grupos sociais: PB01 acredita que a negação da Ciência está vinculada ao método de “fundamentar pensamentos, escolhas e ações não pela razão, mas pela emoção”, ou seja, de fundamentar pensamentos pela pós-verdade; para PB02, a linguagem é um fator importante na comunicação dos negacionistas: “Extremamente ligada [à religião e à política], e com um poder talvez pela linguagem simplista (diferente da divulgação da ciência) de conquistar adeptos as mais diversas teorias negacionistas”. Por sua vez, PB03 faz questão de associar a religião ao discurso político da Guerra Cultural. Quando questionados se o negacionismo contribui para tirar a credibilidade / autoridade da ciência, PB03 deu uma resposta tão completa, que merece ser colocada na íntegra, a seguir:

A segunda questão é importantíssima no momento em que vivemos. Acho interessante reformular a questão: como o nosso entendimento sobre o que é ciência contribui para o crescimento do negacionismo? Aprendemos na escola, nas aulas de física, química, entre outras matérias, que a ciência representa a Verdade do mundo e não que é um processo de construção do conhecimento, isso faz com que exista uma distância gigante entre teoria e mundo prático para as pessoas. A pandemia ajuda a perceber isso, sabemos que o vírus existe, mas não o vemos. Não entendemos de probabilidades: em média 3% dos infectados morrem, mas 97% sobrevivem, ficar em casa ajuda a não sobrecarregar o sistema de saúde, para um leigo isso é confuso. Dificilmente se aprende na escola que a ciência não tem resposta para tudo, que o tempo da ciência não é o do jornalismo, ela demanda anos de pesquisas, debates, progressos e retornos. E que as medidas que podemos oferecer para a sociedade devem começar pelo que temos de conhecimento adquirido, de bases anteriores, mas que podem falhar a cada novo caso (PB03).

No entendimento do professor acima, o ensinamento nas escolas e nos livros de que a ciência deve ser vista como conhecimento acabado, verdadeiro, sem discussão das controvérsias e falhas no processo de produção do conhecimento termina por afastar o conhecimento teórico do prático e contribui para o negacionismo científico. Assim, os negacionistas tripudiam sobre nossos equívocos ao ensinar ciência e divulgá-la, numa perspectiva mais humana e menos dogmática. Se não é fácil compreender as nuances e as controvérsias do conhecimento científico e de seu desenvolvimento, o Ecosistema da Desinformação, com uma linguagem simples, com lugares comuns e preconceitos tem tido algum sucesso para divulgar seus propósitos, ressalvado que, conforme já disse em capítulos anteriores, os negacionistas são um número muito pequeno ante a sociedade. No entanto, eles são organizados e barulhentos.

Diante disso, a maioria dos professores enxerga que o negacionismo é um perigo para o trabalho do professor, por diferentes motivos: para PB01 “uma vez que, deslegitimados os métodos de produção da ciência (baseados no cartesianismo, na razão, na sistematização epistemológica e na validação dos métodos pela experiência e comprovação), admite-se substituir, ou colocar no mesmo patamar, os conhecimentos científicos e os fatos históricos com crenças, tradições e convicções que dependem unicamente de argumentos emocionais, alegóricos, folclóricos, muitas vezes dissociados de evidências comprobatórias e contexto dos acontecimentos”; para PB03, o perigo não está no negacionismo em si, “mas pela pressão dos pais sobre a escola, que conflui com a mercantilização da educação. A escola é lugar de alfabetizar as pessoas em ciência, filosofia e artes e temos que nos lembrar disso sempre. Religião e senso comum devem ser evitados”, afirma. Por outro lado, PA02 não vê a questão como perigo, mas como um novo desafio “pois além de explicar um determinado conteúdo, o professor terá de convencer o aluno sobre algo que já foi provado cientificamente”.

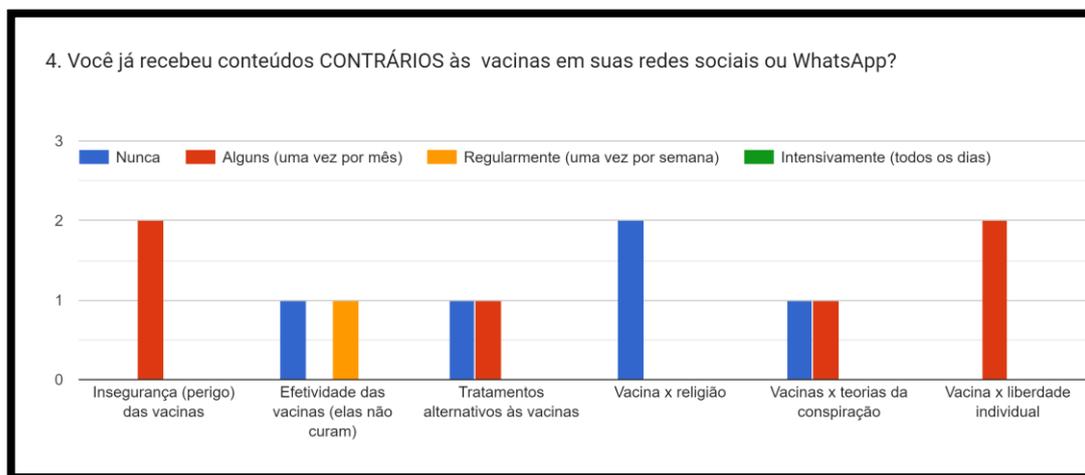
Todos os docentes (com exceção de PA02) já tiveram questionamentos sobre a validade da ciência, da história ou daquilo que estavam ensinando. Em alguns casos, eles mesmos trouxeram o questionamento, antecipando-se, como o caso de PA01 e PB03, em outros respondendo a questionamentos dos próprios estudantes, como foi o caso de PB01, que afirma ter sido questionado sobre “a idade geológica do planeta, a existência de dinossauros, a ida do ser humano à Lua, o formato esférico da Terra, a truculência da ditadura militar no Brasil; a suposição de uma conspiração comunista (ou do PT) para dominar o mundo etc.”; PB02 se deparou em sala com “filhos de médicos que nunca tomaram uma vacina, foi bem complicada a questão, no Brasil temos uma tendência a endeusar médicos ou pessoas em destaque

financeiro ou social, tornando a fala dessas pessoas com grande poder de impacto”. Nesse caso, o professor teve que “de uma maneira educada explicar para a sala que a atitude era um direito legal, porém poderia prejudicar aos próprios e de alguma forma as pessoas que convivem com a família”. Para PB01, esta “é uma batalha que está ficando cada vez mais dissociada da racionalidade e do pensamento crítico, lamentavelmente”.

5.2.4.4. Vacinação: crenças e evidências

Parte dos professores acreditam que os pais deixam de vacinar seus filhos por acreditarem em possíveis efeitos colaterais ou em conspirações envolvendo situações surreais, divulgadas massivamente em redes sociais e, principalmente, em aplicativos de conversa instantânea. Essa é a visão de PB01 e de PB02. Para eles, a “Ignorância de maneira geral e o grande número de informações não científicas ou *fake news*” contribuem para aumentar o problema. Já os demais professores citam outros fatores para a hesitação vacinal: PB03 culpa “a correria do dia a dia, a falta de campanha de vacinação, o caráter religioso e anticomunista (ligar ciência-ateísmo-comunismo) de alguns discursos”; PA01 aponta a “falta de mais esclarecimentos por parte dos profissionais da saúde. Deveriam deixar os pais mais confiantes” e; PA02 acredita que seja “por descuido, falta de conhecimento e de orientação”.

Gráfico 17: Professores da escola pública e a frequência e os tipos de desinformação sobre vacina que recebem

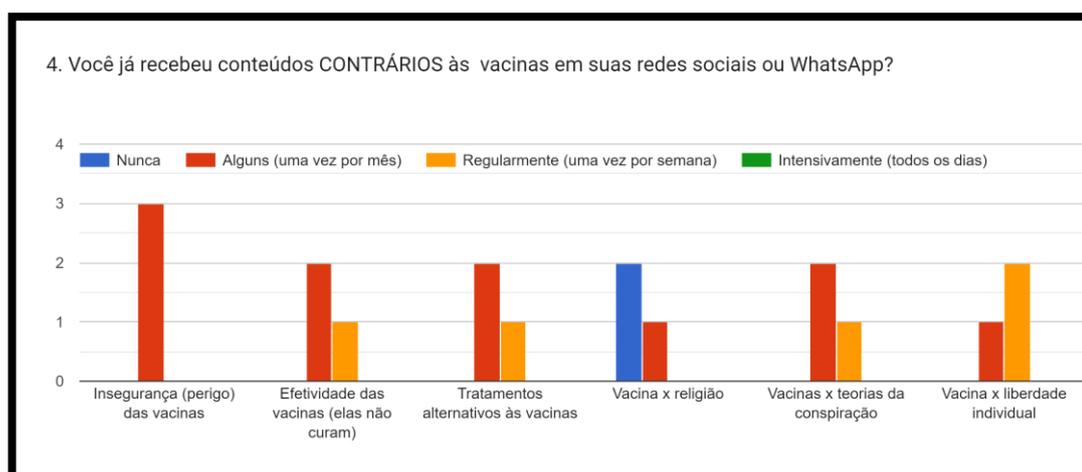


Fonte: Gráfico gerado pelo Google Formulários. Cesar Gomes (2022)

O Gráfico 17 (acima) mostra que os professores da Escola 02 (pública) recebem com alguma frequência (uma vez ao mês) informações sobre os perigos das vacinas, sobre vacina x liberdade individual, teorias da conspiração e tratamentos alternativos às vacinas. Com regularidade (uma vez por semana) um professor disse receber informações que questionam a efetividade das vacinas. Já o Gráfico 18 (abaixo) mostra que os professores da Escola 03

(privada) com alguma frequência (uma vez por mês, pelo menos) recebem todos os tipos de desinformação sobre vacinas. Com regularidade (uma vez por semana) recebem textos que questionam a efetividade das vacinas, tratamentos alternativos às vacinas, teorias da conspiração e informações que relacionam a não aceitação da vacina à liberdade individual.

Gráfico 18: Professores da escola privada e a frequência e os tipos de desinformação sobre vacina que recebem



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Formulários. Cesar Gomes (2022)

Ao receber esse tipo de desinformação, a maioria dos docentes afirma que denunciou ao site ou aplicativo, conversou com outros professores e com colegas para verificar o que pensavam daquela abordagem. Mas também houve professores que disseram fazer uma checagem para confirmar se era factual, que comentou criticando a pessoa que postou, que ignorou e que postou conteúdo divulgando informações corretas sobre o tema²⁴⁸.

Perguntados como agiriam se um de seus alunos fizesse uma postagem contendo uma informação não factual, sendo uma questão de grande relevância (saúde, por exemplo, ou algo que pudesse trazer problemas legais à pessoa), todos foram unânimes em afirmar que reagiriam. PB01 disse que não exporia publicamente o estudante, mas o chamaria no particular para instrução ou verificação da fonte compartilhada. Já PB03 “traria um exemplo parecido em sala de aula, mas provavelmente não o mesmo”; PA02 faria o mesmo: “sala de aula, pois é um excelente lugar para tirar dúvidas e compartilhar conhecimento”.

Quatro docentes (dos cinco entrevistados) trabalharam com os estudantes nos últimos anos algum conteúdo relacionado a vacinas, não por imposição do currículo nem por orientação da escola, mas por iniciativa própria. PA01 falou “sobre a importância das vacinas

²⁴⁸ Não tenho como nominar essas respostas porque foram respondidas numa pergunta de múltipla escolha em que cada respondente poderia assinalar mais de uma alternativa.

e aceitei um debate”; PA02 falou sobre “Poliomielite (paralisia infantil)” (ambos de Língua Portuguesa); PB02 (de Biologia) trabalhou o “funcionamento básico do sistema imune, origem da vacina e nesses últimos anos as novas técnicas de vacina” e; PB03 (de Ciências Sociais) trabalhou com as “Falácias”. Em todos os casos, os estudantes receberam bem as propostas e não houve polêmica, segundo contam os docentes.

Todos os professores concordam que a educação midiática pode ser uma estratégia para, no médio prazo, combater o negacionismo científico, a desinformação sobre as vacinas etc. PA01 concorda, mas reforça que “a educação midiática é de suma importância. Quanto às vacinas, deveria haver mais esclarecimentos pelos profissionais da saúde”; Para PA02 “Sim, desde que seja feito um trabalho de orientação e conscientização na utilização das mídias sociais”; PB01 acredita que “pode ser uma estratégia para combater a raiz do problema - ou seja, o negacionismo e o fortalecimento da pós-verdade - a partir da valorização do conhecimento histórico e científico como referências que transcendem a volatilidade da comunicação instantânea das infovias” e deixa o link de sua dissertação de mestrado para acesso e se põe à disposição para contribuições futuras; PB02 lembra que “os maiores divulgadores de *fake news* não estão mais na idade escolar. A proposta seria uma educação midiática de alguma forma envolvendo pais e alunos”. PB03 destaca novamente que “a [Educação Midiática] seja uma aposta, mas como disse, existem outros problemas que influenciam, como a percepção que temos de ciência e que já foi tratada anteriormente”.

5.2.5. O que pensam os estudantes?

Conforme descrito na Metodologia, a entrevista intencionava inquirir 10% dos estudantes matriculados no 1º ano do Ensino Médio das duas escolas, ou seja, 09 da pública e 28 da privada, escolhidos por sorteio. No entanto, somente 22 estudantes iniciaram o preenchimento do formulário da entrevista, 05 dos quais (01 da escola pública e 04 da escola privada) desistiram da participação ao assinalar a opção “Não desejo participar desta entrevista”, no início do formulário, após ler o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), exigência do Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp. Identifiquei, ainda na escola privada 02 estudantes que preencheram o formulário em duplicidade. Portanto, participaram efetivamente da entrevista 17 estudantes, sendo 08 da Escola 02 (pública) e 09 da Escola 03 (privada). Para manter o sigilo de suas participações aqui serão identificados com uma letra e com um número, dado pela sequência em que responderam ao formulário. Assim, os estudantes da escola pública serão nomeados como o aluno **AA01** até **AA08** e os da escola privada de **AB01** até **AB09**.

5.2.5.1. Educação crítica e cidadã

Perguntados se nas aulas os professores costumam discutir a questão do uso da tecnologia, a maioria dos estudantes respondeu afirmativamente. Na Escola 02 (pública), AA02 disse que “Sim. Discutimos sobre *fake news*, como elas afetam nossas vidas etc. Fizemos isso nas aulas de Projeto de Vida”. Na Escola 03 (privada), AB03 disse que os professores de diversas disciplinas “mostram o avanço dela [tecnologia], uns trazem exemplo, já a professora de Redação pede redações sobre o tema”; AB06 diz que “Sim, tratando do modo que o ser humano trata a vida social fora da internet. Normalmente a professora de Redação faz essa associação com a tecnologia e como o mundo mudou com essa evolução. Isso acontece na matéria de Redação”. AB08 disse que “Sim. Costuma-se discutir como a tecnologia está impactando no cotidiano. Geralmente tal assunto é discutido através de um slide feito pela professora de redação”; Já AB07 falou sobre o uso do celular na sala de aula: “É discutido, no sentido de que não é permitido o uso de celular na sala de aula, mas as vezes é necessário que alguém tire foto da lousa com o celular porque os alunos online não conseguem ver a lousa inteira”. AB09 disse que “Sim. Geralmente, em algumas aulas (...), discutimos a respeito da tecnologia. Há conversas e reflexões, durante as aulas, ou os professores criam "slides" e abordam temas relacionados”.

Quanto ao tipo de uso que se faz da tecnologia, os estudantes disseram que ele se limita a acessar o conteúdo. Na Escola 02 (pública), AA02 disse que “Utilizamos a tecnologia para realizar atividades, pesquisas, conteúdos para trabalhos etc. Não é utilizada a sala de aula invertida. Nas lições de casa a tecnologia é utilizada em pesquisas e formulários online”; AA05 contou que “sim só conteúdo de leitura”. Na Escola 03 (privada), AB02 falou que “há a utilização da sala de aula invertida, onde o professor disponibiliza o material da aula uma semana ou alguns dias antes da aula”; AB03 explica que “(...) Com a pandemia, está mais comum usarmos o celular para abrirmos ou lermos alguma lição ou matéria, de certa maneira acaba sim tornando a aula mais dinâmica, principalmente quando os professores usam o aplicativo kahoot.io, para que possamos comentar a matéria e ao mesmo tempo distrair, as lições são dadas remotamente e para quem está no presencial, leva na aula e é corrigida lá”; AB07 diz que “Em casos raros, nós alunos usamos a tecnologia como auxílio nas aulas de história da arte. O uso da tecnologia nessas aulas torna-as mais dinâmicas e ajuda na compreensão do conteúdo”.

Por fim, perguntados se educar para o uso da tecnologia digital de comunicação (dispositivos e funcionamento de sites de redes sociais, por exemplo) deve ser uma tarefa dos

pais, da escola ou de ambos, a maioria dos estudantes acreditam, ser de ambos. Na Escola 02 (pública), AA02 disse que “De ambos, pois somente os pais têm controle sobre o que os filhos consomem na internet, e ambos têm que conscientizar desde cedo os alunos sobre os prós e contras da internet”; e AA04: “tem que ser de ambos, pois a educação sobre a tecnologia é importante, ainda mais nos dias atuais”. Ninguém acredita que é uma tarefa somente dos pais, mas houve quem defendesse que é apenas da escola. Na Escola 03 (privada), AB04 disse que “De ambos. Pois antes mesmo da escola começar a oferecer uma educação de uso da tecnologia digital, os alunos já devem ter uma noção prévia de como lidar com essas tecnologias, podendo ser ensinado em casa”; para AB05 “Essa tarefa é de ambos devido ao fato de que a educação tecnológica os pais têm que conscientizar os filhos e a escola mostrar os riscos”. Para AB08: “Ambos, pois pode prevenir a privação caso os pais não concordem ou doutrinem o uso, além de tornar o conhecimento quanto à responsabilidade digital e os perigos da internet mais amplo graças às diferentes fontes”.

AB09 destaca a importância da escola para identificar “*fake news*”: “De ambos, pois os pais devem educar sobre comportamento na internet, o que deve fazer e que sites evitar, que atitudes tomar ou não, eles devem orientar o uso da internet. Já a escola deveria ensinar a usar as plataformas e interpretação de conteúdos, e assim ensinar sobre as *fake news* e como evitá-las”. Houve quem entendesse que é um papel apenas da escola, como AB03: “Eu acho que da escola, pois hoje em dia, tudo funciona ao redor da tecnologia, fazendo com que o uso dela seja fundamental e para isso precisamos saber usar e explorar por ela, então o ensinamento não vai ser em vão e sim fundamental.”; e AA06: “da escola, porque eles são obrigados a levar os alunos para informática para usar o uso da tecnologia do computador”.

5.2.5.2. Percepção sobre *Fake News*: fatos e não fatos

Partindo do pressuposto de que tiveram aulas sobre produção de notícias, perguntei sobre a importância de eles conhecerem como se dá essa produção para poderem distinguir um fato de uma opinião. Na escola 02 (pública), AA01 e AA03 disseram não saber opinar sobre o tema; AA04 disse não se lembrar de ter tido aulas sobre texto jornalístico na escola; já AA05 e AA06 afirmaram categoricamente que nunca tiveram aula sobre o assunto; apenas AA02 respondeu que “É importante pois se não soubermos como verificar se uma informação é verdadeira, não acreditaremos nem desacreditaremos de nada na internet”. Na escola 03 (privada), todos ressaltaram a importância desse aprendizado: AB08 afirmou que “quando você sabe como foi feito tem maior noção de quais informações são falsas e quais são verdadeiras, em que tipo de produto confiar ou não”; enquanto AB09 disse que “É importante

conhecer e distinguir os dois, porque os fatos são verdades e as opiniões são suposições feitas pelos indivíduos a partir do contato com situações dissemelhantes, em sua jornada, a partir disso, os indivíduos poderão distinguir fatos de opiniões”.

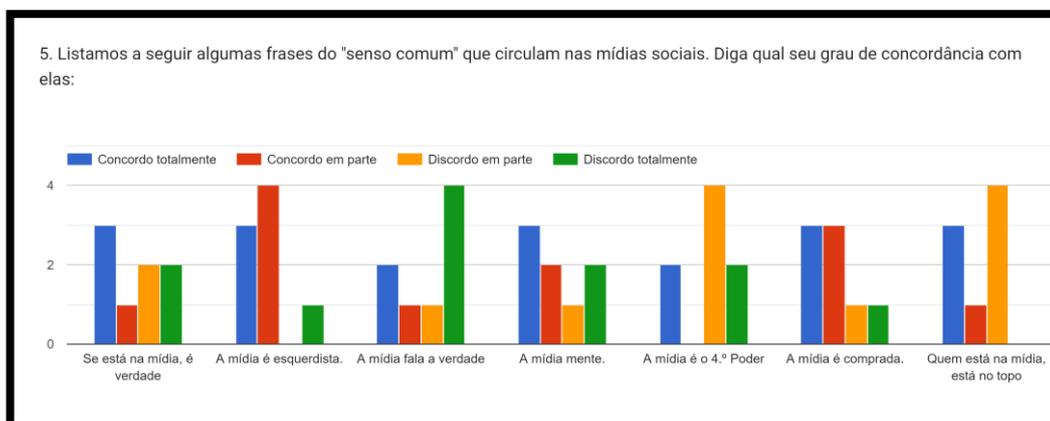
Perguntados se teriam lembrança de terem feito na escola nos últimos anos algum trabalho prático envolvendo o entendimento da mídia tradicional (jornais, revistas, TV, cinema) ou criação de produtos de mídia (programas de rádio, vídeos para o *YouTube*, jornais escolares, blogs, podcasts etc.), na Escola 02 (pública), todos foram categóricos em dizer que não houve nenhum trabalho nesse sentido; na Escola 03 (privada) AB03 e AB06 disseram não se lembrar de tais trabalhos; AB04, AB07 e AB09 disseram não ter havido trabalhos com esse objetivo; AB02 disse que “Através de pesquisas, de jogos, de debates, entre outros. Foi oferecido, em Geografia, Português, Redação”. AB05 afirmou que “Sim, tive de fazer uma redação como se fosse um jornal escolar. Acho muito interessante esse tipo de conteúdo e nos ajuda a entender o mundo real”; enquanto AB08: “Sim, achei uma experiência diferente, e importante apesar de não ser minha área de maior interesse, foi oferecido em Língua Portuguesa”.

Perguntados se seriam favoráveis a leis que regulamentassem as redes sociais para fins de tentar coibir a disseminação de *fake news*, na Escola 02 (pública), dois dos estudantes se disseram contrários: AA02 disse que “Não sou a favor, acredito que isso limitaria muito nossa expressão”; outros três se disseram favoráveis, sendo que AA04 disse “sou favorável à criação de leis sobre publicações jornalísticas apenas, em grande maioria ela que produz as *fake news*”. Na Escola 03 (privada) dois estudantes se disseram contrários: para AB02, “Seria necessário sim. Há disseminação de *fake news*, mas as redes sociais é aonde mais tem isso e principalmente aonde nós nos expressamos, acho que controle não seria, mas iria tirar a liberdade de muitos que estão ali para se expressar”. “Acho que não deveria fazer isso pois tira o direito de liberdade de expressão”, opina AB04. Dois estudantes se mostraram favoráveis, em parte, à regulamentação: “Diria que seria favorável, por se tratar de um assunto tão importante, mas como iria distinguir uma opinião de um espalhamento de notícias falsas? Acabaria com certeza diminuindo a liberdade de expressão”, acredita AB05; já para AB08 “(...) a liberdade de expressão deve respeitar os direitos humanos, mas deveria ser feito com cuidado, porque pode gerar uma restrição de liberdade se não for feito direito”.

Ainda na escola privada, outros 04 estudantes se mostraram favoráveis à leis que regulamentassem o uso das redes sociais: para AB03 “(...) Não seria nenhum risco à liberdade de expressão, pois isso não é se expressar, é a repercussão de uma mentira, que pode afetar toda

uma nação, trazendo consequências gravíssimas”; AB06 ressalta que informações que prejudicam a sociedade devem ser censuradas: “(...) Não vejo nenhum tipo de censura à liberdade de expressão, pois, o limite da liberdade de expressão é quando tal expressão prejudica alguém. Sendo assim, tais notícias devem ser censuradas sem preocupação alguma, já que prejudicam a sociedade; para AB09 “(...) não haveria risco à liberdade de expressão, pois isto conteria a propagação das notícias falsas e poderia ajudar as pessoas que são inocentes, em relação à tecnologia, a título de exemplo, pessoas idosas e crianças”.

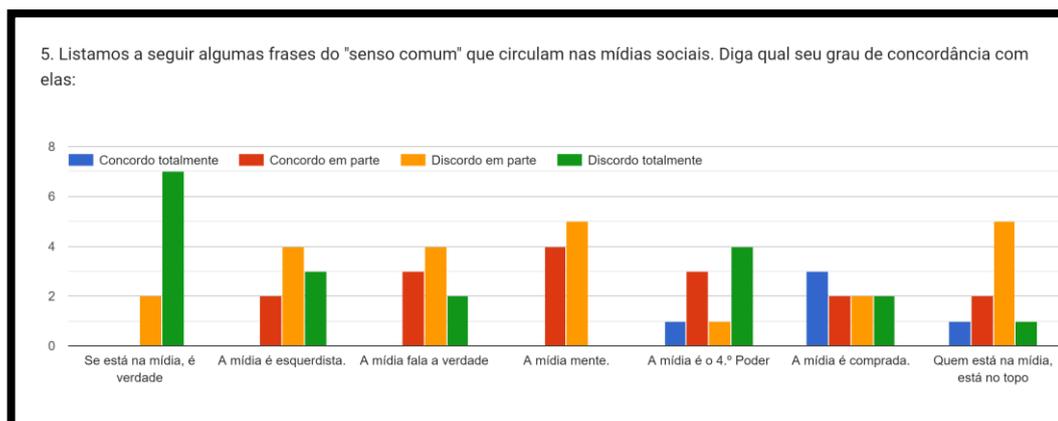
Gráfico 19: Como os estudantes da Escola 02 (pública) avaliam algumas frases do senso comum



Fonte: Cesar Gomes (2022)

O Gráfico 19 (acima) demonstra a avaliação dos estudantes da Escola 02 (pública) a respeito de frases que circulam na sociedade sobre a mídia e que fazem parte do senso comum. Como puderam assinalar mais de uma resposta por pergunta, não há um percentual a ser analisado, no entanto, é possível perceber as alternativas mais mencionadas. Em primeiro lugar, observa-se que 07 estudantes concordam (totalmente ou em parte) que “a mídia é esquerdista”; 06 concordam (totalmente ou em parte) que “a mídia é comprada”; 04 discordam totalmente de que “a mídia fala a verdade”; e 06 discordam (totalmente ou em parte) de que “a mídia é o 4º poder”; e 05, discordam (totalmente ou em parte) de que “quem está na mídia está no topo”.

Gráfico 20: Como os estudantes da Escola 03 (privada) avaliam algumas frases do senso comum



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Já o Gráfico 20 (acima), acerca das mesmas afirmações, agora sob o ponto de vista dos estudantes da Escola 03 (privada): 09 estudantes discordam (totalmente ou em parte) da afirmação “se está na mídia, é verdade”; 07 discordam (totalmente ou em parte) de que “a mídia é esquerdista”, 06 discordam (totalmente ou em parte) de que “a mídia fala a verdade”; e de que “quem está na mídia está no topo”; e 05 discordam em parte de que “a mídia mente”. Por outro lado, 05 estudantes concordam (totalmente ou em parte) com a afirmação de que “a mídia é comprada”; 04 concordam (totalmente ou em parte) que “a mídia é o 4º poder”. Observa-se que esses estudantes tendem, a não acreditar nesses lugares-comuns que circulam na sociedade.

Perguntados se nos últimos anos teriam participado de alguma formação ou aula sobre o tema *fake news*, 04 estudantes da Escola 02 (pública) responderam afirmativamente. AA02 respondeu que “sim, foi sobre quais as redes sociais/sites que mais são compartilhadas *fake news*”; AA05 e AA06 disseram que na escola tiveram uma aula sobre como identificar *fake news*: “sim na escola, foi sobre como identificar uma *fake news* e quais já haviam sido enviadas de outras pessoas para nós”. Já na Escola 03 (privada) todos afirmam ter tido algum tipo de formação sobre o tema. A maioria foi na aula de Redação em que fizeram um texto sobre *fake news*. Além disso, outras disciplinas, como Sociologia e Filosofia, trabalharam o tema, contam.

Perguntados como fazem para identificar uma *fake news* (conteúdo desinformativo) e se consideram a si bem-informados a esse respeito. Na Escola 02 (pública), 02 estudantes afirmaram não saber; AA03 considera-se bem-informado; AA02 se sente bem-informado e para identificar uma desinformação ele procura “verificar a fonte, o conteúdo, ver se outras mídias estão com a mesma informação etc.”; AA05 identifica “olhando a fonte, a credibilidade do site

etc.” e AA06 “antes de fazer qualquer coisa do tipo, procura-se, se informar e pesquisar na fonte correta sem compartilhar as notícias falsas”. Na Escola 03 (privada), a maioria dos estudantes dizem verificar as fontes da informação, antes de compartilhar aquele conteúdo: AB02 diz que “Quando eu recebo alguma coisa que seja interessante, eu procuro saber se realmente é verdade aquilo que está sendo dito, através de sites confiáveis ou pessoas confiáveis também (...)”; AB04 diz que “Quando vejo uma notícia em algum site não confiável tento procurar em sites mais confiáveis para eu ter mais de uma visão sobre o assunto”; o mesmo faz AB05: “Geralmente eu tento ver de onde foi tirada a informação e ver se outros sites falam a mesma coisa” e AB07: “Confirmo as fontes, procuro provas científicas de mais de um estudo e vejo se há neutralidade na escrita ou se existe uma tentativa de convencer os leitores a algo”.

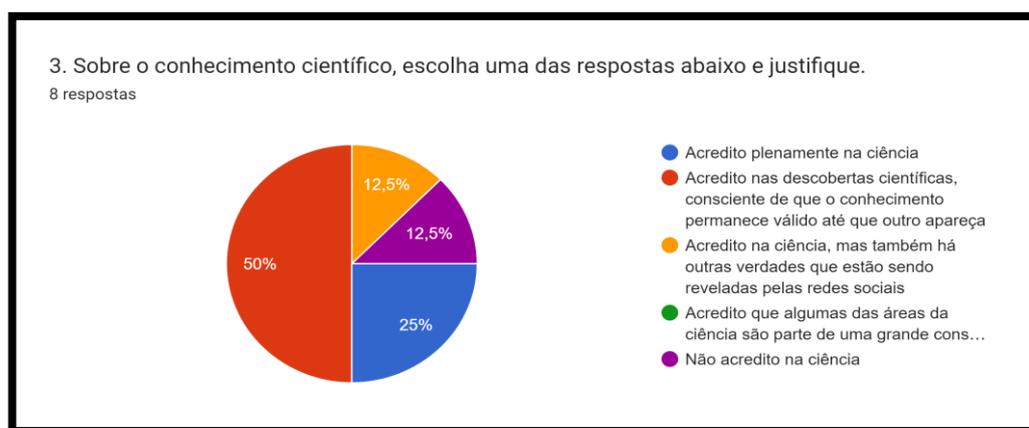
Por último, foram perguntados se o que mais impulsiona a disseminação de conteúdo desinformativo: a insuficiente formação dos leitores, a disputa política, a religião ou a busca por ganho financeiro? 03 estudantes da Escola 02 (pública) responderam que é a questão financeira, como citou AA04: “diversos fatores mais principalmente o dinheiro e a disputa sobre determinado assunto, exemplo: um político criar uma *fake news* denegrindo a imagem do concorrente assim criar outra mentindo sobre sua credibilidade, ocorrendo uma repercussão sobre ele ser melhor que o outro e assim ganhando sobre o concorrente”.

Já os estudantes da Escola 03 (privada) acreditam que é a questão política que impulsiona a desinformação: “A política é o conteúdo com maior índice de *fake news*. Pelo fato de que e o que as pessoas mais se interessam a procurar pela internet” (AB04); “Creio que a disputa política é o maior motivo do impulso desse conteúdo, já que apoiadores de algum político têm o hábito de compartilharem qualquer tipo de notícia sobre seu líder, sendo esta notícia real ou falsa” (AB06). Outros atribuem a disseminação de conteúdos desinformativos à insuficiente formação dos leitores: “Todos esses aspectos influenciam grandemente essa disseminação, mas principalmente a insuficiente formação dos leitores. A grande maioria das pessoas que fazem com que esse conteúdo seja repercutido são idosos ou pessoas com pouco acesso à informação, que acreditam em qualquer coisa que chegue até elas, e têm uma intenção boa geralmente, que é proteger suas famílias” (AB03); “a insuficiente formação dos leitores sem dúvida é um grande fator, as vezes a pessoa nem sabe que o que ela está dizendo e criando é falso, mas a busca por dinheiro também impulsiona muito esses conteúdos” (AB05).

5.2.5.3. Visão científica / Negação da ciência

Dentre os 08 estudantes da Escola 02 (pública), apenas um disse ter havido, durante as aulas, dúvidas em relação ao conhecimento científico, como se “a Terra é plana” ou “se o homem realmente pisou na Lua”. Já na Escola 03 (privada), dentre 09 respondentes, mais de 50% relataram já ter havido esse tipo de questionamento: “Houve uma única vez o questionamento de um aluno sobre o formato da Terra em um aula de Geografia e que houve um pequeno debate entre o professor e o aluno, mas no fim todos se contentaram com a explicação do professor” (AB03); “Na aula de Sociologia e Filosofia geralmente discutimos esse tipo de tema, mas não há controvérsias, todos se contentam com as respostas dadas” (AB05); “Houve debates sobre o terraplanismo em diversas aulas, de diferentes disciplinas, e todos da sala sempre chegaram a uma mesma opinião” (AB06); “Houve uma vez na qual, nas aulas de Literatura e de Geografia, os professores comentaram a respeito da falsa afirmação, mencionada pelos terraplanistas, de que a Terra é plana, mesmo sendo comprovado que a Terra é redonda. Não houve debate, todos se contentaram com a resposta dada” (AB09).

Gráfico 21: Estudantes da escola pública e a credibilidade do conhecimento científico

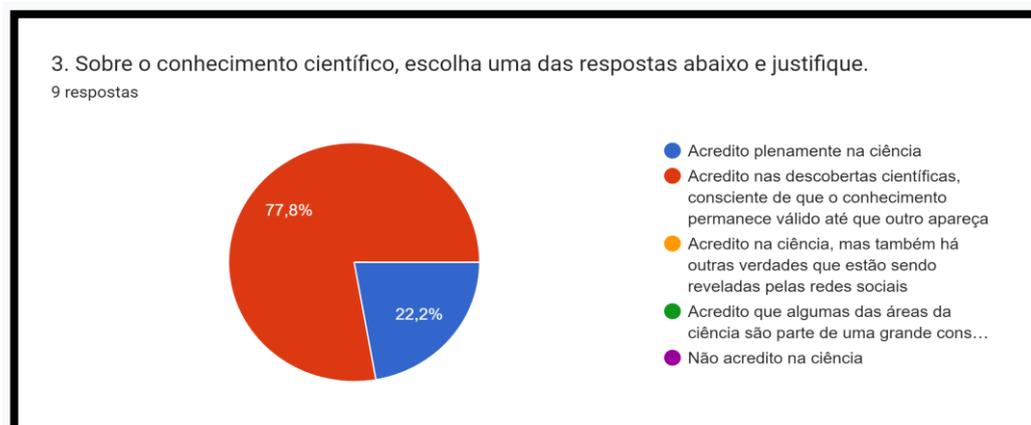


Fonte: Cesar Gomes (2022)

Conforme mostra o Gráfico 21 (acima), ao serem questionados sobre o grau de credibilidade que depositam no conhecimento científico, os estudantes da Escola 02 (pública) se dividiram bastante, tendo inclusive um estudante que assinalou a opção “Não acredito na ciência”. A justificativa era facultativa, assim os que se posicionaram condicionaram o conhecimento científico à comprovação, levantando a hipótese de que acreditam que pode haver esse tipo de conhecimento sem comprovação: para AA02, “fatos científicos comprovam coisas, porém não duvido de teorias entre outros, pois nós humanos ainda somos extremamente ignorantes”; Para AA04, “acredito somente se houver uma comprovação (cálculos,

justificativas, etc...), sem ela é apenas uma intuição e não uma afirmação”; na mesma linha de pensamento, AA05 diz que “acredito mas só com comprovação do fato!”.

Gráfico 22: Estudantes da escola privada e a credibilidade do conhecimento científico



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Conforme mostra o Gráfico 22 (acima), na Escola 03 (privada) houve menos divergência, pois 77,8% desses estudantes acreditam nas descobertas científicas, conscientes de que o conhecimento permanece válido até que outro apareça e 22,2% dizem acreditar plenamente na ciência. Ao justificar suas respostas eles foram quase unânimes em dizer que a evolução faz parte da ciência, como por exemplo AB01, que disse: “A ciência está sempre mudando, cada vez sabemos mais. A ciência está em constante evolução isso é um fato em que muitos acreditam e poucos (e sempre são ouvidos) não acreditam”; para AB03 “A ciência existe para ser testada, então, uma nova informação sobre uma descoberta científica antiga pode revolucionar a ciência, e talvez até a humanidade”; para AB05: “Acredito nas descobertas científicas que foram estudadas e tem fatos concretos explicando elas, porém sempre pode ser descobertos novos fatos por meio de pesquisas que podem acabar anulando as primeiras”.

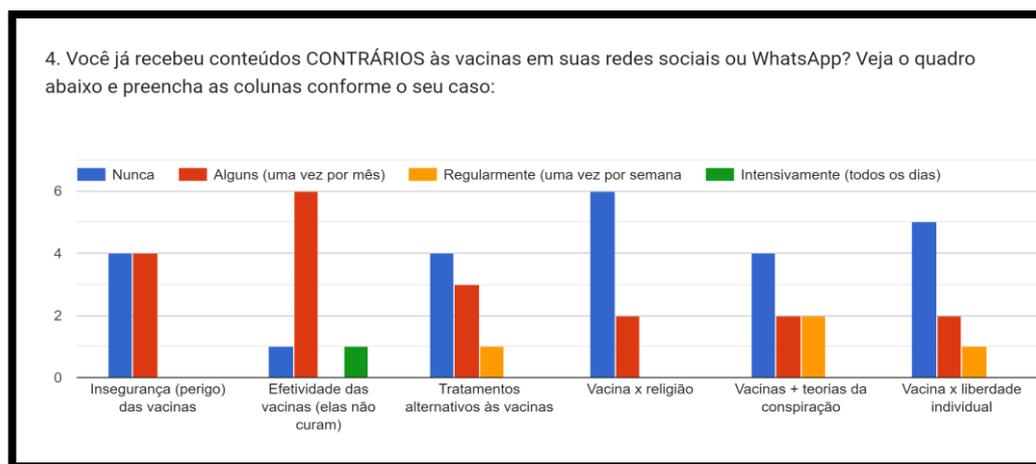
É importante frisar que essas respostas dialogam com a pesquisa O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia? (citada no Capítulo III, item 3.1.1.) realizada em 2019, cujos resultados mostram que os jovens têm uma imagem positiva do cientista, manifestam grande interesse para temas de C&T e acessam esse conteúdo nas mídias sociais.

5.2.5.4. Vacinação: crenças e evidências

Em relação às vacinas, os estudantes foram perguntados sobre os motivos pelos quais os pais deixam de vacinar seus filhos. Na Escola 02 (pública) três estudantes disseram que por medo de reações adversas e dos materiais dos quais são feitas as vacinas; dois disseram

que há ignorância dos pais em relação a isso e dois alegaram por influência de teorias da conspiração e desinformação. Na Escola 03 (privada) três estudantes acreditam que há influência dos movimentos antivacina e negacionista; três culpam a desinformação que circula sobre o assunto; dois atribuem ao fato de as pessoas mais velhas terem pouco conhecimento sobre o tema e; um acredita que é medo de reações adversas.

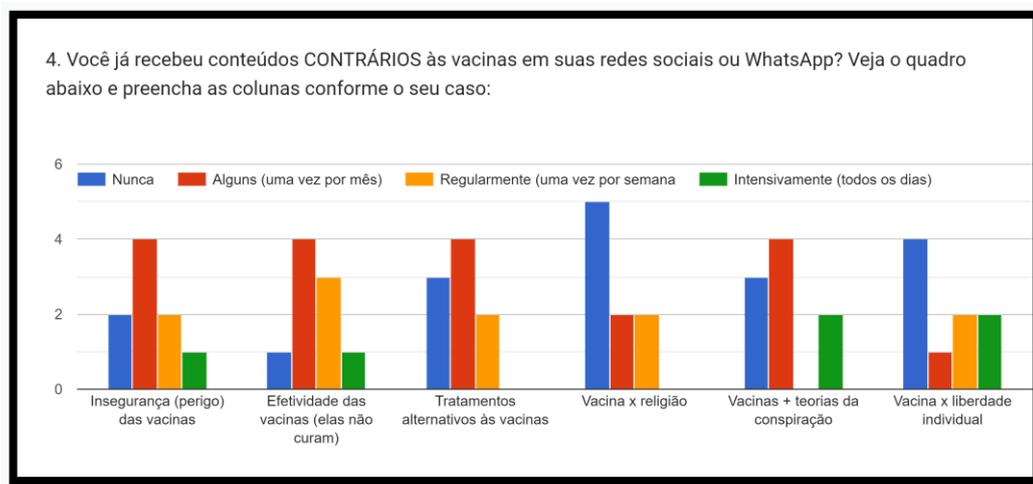
Gráfico 23: Frequência com que estudantes da escola pública receberam desinformação sobre vacinas



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Entre os estudantes da Escola 02 (pública) que já receberam conteúdos desinformativos sobre vacinas, conforme o Gráfico 23 (acima), a maioria diz ter ignorado a publicação e nada ter feito a respeito. Os demais dizem ter checado a afirmação, perguntado a professores, pais ou responsáveis sobre a veracidade do conteúdo ou ter feito checagem para confirmar a veracidade da informação.

Gráfico 24: Frequência com que estudantes da escola privada receberam desinformação sobre vacinas



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Entre os estudantes da Escola 03 (privada), conforme o Gráfico 24 (acima), a maioria diz ter feito checagem para confirmar a veracidade da informação, um número menor de estudantes diz ter conversado com colegas para ver o que pensavam da abordagem, denunciado a publicação no site ou aplicativo ou ignorado a publicação. Outros perguntaram a pais e responsáveis e a professores sobre o assunto e um estudante afirmou comentar na publicação que é contrário ao movimento antivacina.

Perguntados se tiveram aulas sobre conteúdo relacionado às vacinas nos últimos anos, na escola pública apenas um aluno respondeu positivamente, enquanto na escola privada 07 (dos 09 respondentes) disseram ter tido aulas sobre o assunto. O estudante da escola pública disse que na aula foi falado sobre a vacina contra a Covid-19 e que teve informações para se cadastrar para tomar a vacina. Na escola privada os estudantes disseram ter tido contato com o tema nas aulas de Redação, Biologia e Atualidades. Nas aulas de Biologia, especialmente nos últimos dois anos com a Pandemia da Covid-19, disseram que o professor trabalhou a importância das vacinas, não só da Covid-19, como todas as demais. Nas aulas de Redação estudantes produziram textos acerca das “*fake news* sobre as vacinas e como estava afetando a sociedade brasileira em meio à covid-19” (AB05) e movimento antivacina. Na aula de Atualidades “conversamos regularmente, na maioria das vezes sobre aqueles que não querem se vacinar e que isso pode causar mais mortes”, diz AB01.

Perguntados qual a opinião a respeito do conteúdo desinformativo sobre vacinas em geral e sobre a da Covid-19, que circula atualmente, os estudantes responderam da seguinte forma: Na Escola 02 (pública) um estudante disse não saber (AA03); outro afirmou que estamos regredindo (AA02); para AA04, “é extremamente perigoso pois as pessoas não tomam a vacina por conta de *fake news* e acabam ficando vulneráveis ao vírus, assim ocorrendo várias mortes”; AA06 afirmou que “ficar espalhando *fake news* é feio” e; para AA07 “hoje em dia tudo é *fake news*”. Já na Escola 03 (privada) três estudantes consideram esse tipo de conteúdo desnecessário e desconstrutivo; um estudante diz repudiar esse tipo de conteúdo; enquanto outro acredita que ele atrapalha a vacinação; por sua vez, AB05 fez uma dura crítica aos políticos que disseminam desinformação: “Acho um absurdo, principalmente o próprio presidente espalhar besteiras como a que tornaria as pessoas em jacaré. Deveríamos tentar minimizar as mortes por meio das vacinas, mas as *fake news* atrapalham esse processo”.

Três estudantes da Escola 02 (pública) dizem nunca ter ouvido falar em movimento antivacina ou de outros que pregam o negacionismo científico. AA07 avalia que já ouviu falar e que essa controvérsia é uma questão de opinião: “Sim, pra mim cada um tem sua opinião,

sendo a certa ou não”. Numa direção contrária, AA03 acredita que esses movimentos estão equivocados e acrescenta que a escola pouco o influenciou nesse tipo de conhecimento: “Sim, acredito que não há problema em duvidar de fatos, porém quando há diversas provas concretas científicas contra “argumentos” baseados em suposição, isso passa um pouco do ponto, mas não há problema nos debates. A maioria das coisas que aprendi sobre foram fora da escola”; e para AA04 “sem a comprovação [essa controvérsia] não passa de achismo”.

Na Escola 03 (privada) todos os 09 respondentes dizem ter ouvido falar de tais movimentos e se dizem contra eles, por diversas razões. Para AB01, “a ciência já salvou milhares de vidas com remédios, vacinas, etc.”; AB03 acredita que “as pessoas que propagam esse tipo de desinformação se baseiam muito em *fake news*, coisas que viram na internet ou em falsos relatos, é muito sensacionalismo por nada” e; AB08 acredita que “eles [os movimentos negacionistas] questionam conceitos que já foram provados e testados, e esses movimentos não têm base científica para seus questionamentos”. Percebi, pelas respostas, que os estudantes ainda têm a percepção de que as controvérsias provocadas pelos negacionistas são fruto de desconhecimento, como por exemplo, AB05 ao dizer que “se eles tivessem o mínimo de estudo básico sobre ciência não iriam pensar dessa forma”; Para AB09, “os indivíduos os quais realizam o movimento antivacina não apresentam maturidade suficiente para entender que estão incorretos em relação às vacinações, visto que as vacinas são eficazes”.

Por fim, pode-se observar que a maioria desses estudantes não têm uma postura de negar as vacinas ou a ciência. Isso se deve muito ao trabalho que a escola vem fazendo, permitindo que não sejam influenciados por boatos que circulam nas redes. Mas, e quando estão diante de uma desinformação, como a identificam? Quais as suas justificativas? É o que mostram os resultados da pesquisa, que passo a discorrer a partir do próximo item.

5.3. Resultados e Análise da Pesquisa

5.3.1. Distribuição dos textos por categoria para fins de análise

A Figura 63 (abaixo) mostra a distribuição das dez questões aplicadas aos estudantes das escolas pública e privada, sendo 02 questões de notícias factuais; 04 de notícias imprecisas e/ou insustentáveis; 02 de desnotícias (de sites de humor); 01 com informações não factuais e; 01 com conteúdo patrocinado. O detalhamento dessas notícias com as explicações conceituais, as respostas dos estudantes e minha análise dos resultados estão colocados a seguir, a partir do item 5.3.2. Importante informar que os testes foram respondidos por 411 estudantes, sendo 323 da escola privada e 88 da escola pública.

Figura 63: Infográfico sobre os tipos de informações da avaliação relacionados aos testes

CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS TESTES



1 FACTUAIS

informações factuais são aquelas que são produzidas com base em fatos. Nesta pesquisa foram selecionadas informações que circularam na mídia tradicional.



2 IMPRECISAS / INSUSTENTÁVEIS

São os textos que intencionalmente:

- a) alteram o contexto de uma notícia real;
- b) estabelecem conexões inexistentes entre as informações;
- c) distorcem informações factuais / dados de pesquisas científicas;
- d) manipulam imagens genuínas.



3 DESNOTÍCIAS

No Brasil, elas aparecem no campo do humor. Podem ser de dois tipos:

- a) informações em formato de sátira ou paródia;
- b) informações diagramadas em formato que imitam as fontes de publicações da mídia tradicional.



4 100% FABRICADAS

É aquela informação totalmente inverídica, elaborada com a clara intenção de enganar, fundamenta-se em teorias da conspiração e crenças individuais, sem nenhuma comprovação científica. Na pesquisa foi selecionada uma mensagem que circulou no aplicativo mensageiro WhatsApp



5 CONTEÚDO PATROCINADO

É aquele em que as empresas pagam para publicar uma publicidade em formato do gênero notícia em veículos da mídia tradicional como revistas, jornais, portais de notícias e outras mídias do setor, aproveitando-se de sua credibilidade.

Pesquisa Letramento Midiático e Informacional: leitura de desinformação sobre vacinas na escola - Cesar Gomes (2022)

Fonte: Cesar Gomes (2022)

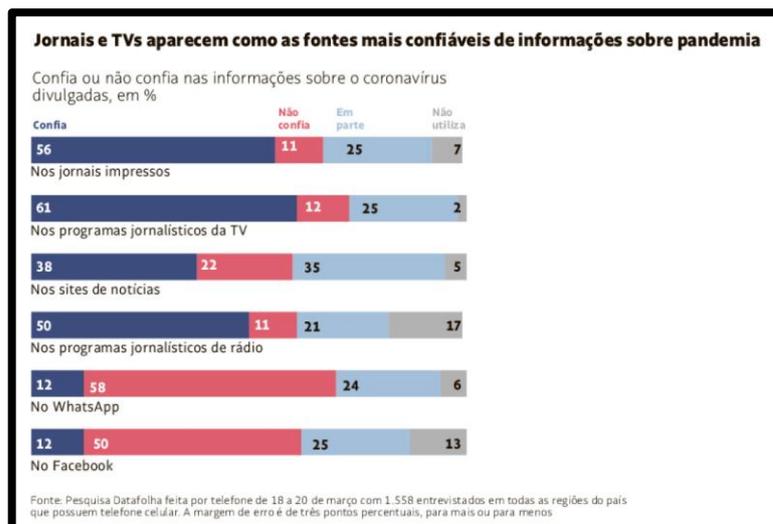
5.3.2. Notícias factuais na mídia tradicional

Conforme já discutido no Capítulo II, o conceito de notícia é o relato de um acontecimento de interesse público produzido (em texto, áudio ou vídeo) utilizando a estrutura do gênero, ou seja, o *lead* jornalístico²⁴⁹. Reitero que considero **informações factuais** (que alguns podem chamar apenas de notícias) aquelas que são produzidas com base nos fatos (acontecimentos) e **informações não factuais** aquelas que procuram distorcer os fatos ou mesmo inventá-los, com ou sem a intenção de enganar. Apesar disso, tenho o conhecimento de que o termo “**não factual**” também pode se referir (no jargão da redação dos jornais) a uma “pauta fria”, isto é, a uma reportagem que não tem urgência para ser publicada, sentido do qual eu não me utilizo.

Conforme discuti no mesmo capítulo, a produção e disseminação de desinformação não é novidade, tampouco privilégio dos veículos de mídia, sejam eles tradicionais, alternativos ou de mídias sociais. No caso específico dos veículos da mídia tradicional, a manipulação da informação sempre existiu, em menor ou maior grau, a depender de suas agendas, interesses e do que estiver em jogo num determinado momento histórico. No entanto, a desinformação prolifera com o advento da internet e, principalmente, das redes sociais. Assim, fica cada vez mais difícil se certificar da credibilidade das informações veiculadas em diferentes veículos e plataformas, razão pela qual as checagens de factualidade e a educação midiática são cada vez mais urgentes.

Isto posto, é preciso reconhecer, porém, que a mídia tradicional tem um papel essencial para o país, no processo de divulgação de notícias em geral (política, econômica, cultural, científica, social etc.). No caso específico da divulgação da ciência, como atestado por um levantamento do Instituto Datafolha de 2020 (Gráfico 25, abaixo), a credibilidade do veículo é sempre aspecto importante a ser considerado. Nesse sentido, é preciso diferenciar a desinformação sobre saúde, produzida intencionalmente – por alguns veículos e, principalmente, nas redes sociais – para enganar ou obter dividendos financeiros/políticos, do erro jornalístico ocorrido a partir de uma falha no processo de apuração, decorrente dos prazos que a rotina do trabalho impõe ou por uma deliberação editorial intencional. A sobrevivência do jornalismo profissional também está vinculada à sua credibilidade.

²⁴⁹ O lead jornalístico procura responder às perguntas a) O que aconteceu? b) Com quem? c) Quando? d) Como? e) Onde? f) Por quê?

Gráfico 25: Índice de confiança da população brasileira nas fontes de informações

Fonte: Instituto Datafolha. Pesquisa realizada por telefone entre 18 e 20 de março de 2020 (MARQUES, 2020)

Assim, é importante destacar que a mídia tradicional ocupa um espaço importante no imaginário social, como *prestige paper* ou jornalismo de referência, seja por sua atuação ao longo do tempo, com identidade própria, endereço e linha editorial definida, na elaboração de conteúdos noticiosos pendulares, seja pela prestação de serviços fundamentais em momentos históricos do país, como na Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), sob censura prévia e no processo de redemocratização do país. Apesar disso, tem oscilado nas pesquisas de opinião sobre credibilidade institucional, em função de decisões editoriais questionáveis ou não.

Apesar da grande mídia ter movimentos pendulares, diversos e até mesmo contraditórios ao longo da história nacional, é necessário reconhecer seu importante papel desempenhado durante a Pandemia da Covid-19, cuja credibilidade tem sido reconhecida em tempos de crises econômicas, políticas e institucionais, entre outros aspectos da vida nacional.

Dois textos fazem parte desta avaliação de notícias factuais apresentados aos alunos para esta pesquisa, sendo o primeiro publicado pelo portal *GI*, do grupo Globo, e o segundo publicado pelo jornal *O Estado de Minas*, do Grupo *Diários Associados*. A seguir apresento os *prints screen* (captura de tela) dos textos que aparecem nos testes respondidos pelos estudantes, os resumos deles e, em seguida, os resultados gerais e, separadamente, os das escolas pública e privada.

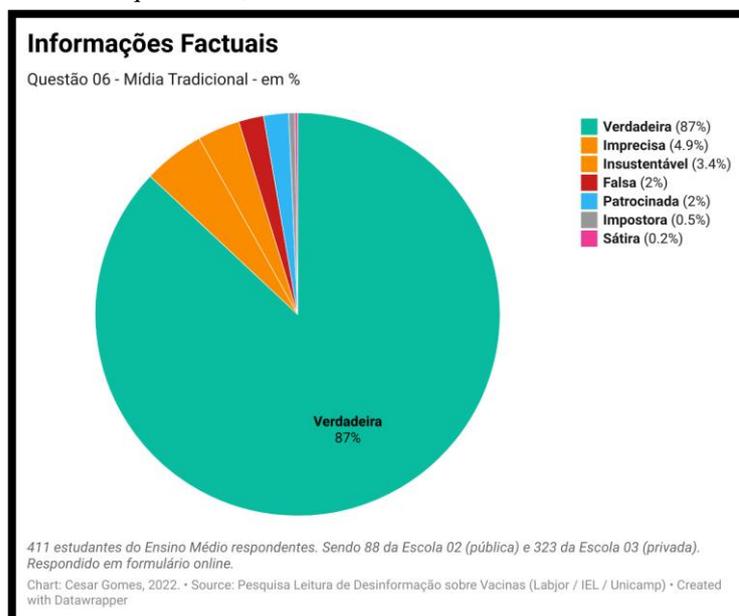
Figura 64: Captura de tela do texto 06, retirada dos testes dos estudantes



Fonte: (G1, 2018). Acesso em 20 out. 2019)

O texto 06 (Figura 64, acima) pertence ao gênero notícia e foi publicado em 06 de julho de 2018 pelo site *G1*, na editoria de Ciência e Saúde, em matéria não assinada. Informa que um estudo publicado pela revista científica britânica *The Lancet* traz resultados positivos para a proteção contra diferentes cepas do vírus HIV. Explica, ainda, que “uma equipe de pesquisadores de Israel avaliou a resposta de uma nova vacina em pacientes humanos e fizeram testes em macacos *rehsus* em cinco países: Ruanda, África do Sul, Tailândia, Uganda e EUA. No caso dos pacientes voluntários, a aplicação levou a ‘respostas imunes robustas’ contra o vírus” (G1, 2018). Os estudantes tinham nos testes o texto o texto completo e ao lê-lo avaliaram sua factualidade conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 26: Resultados da questão 06, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

O gráfico 26 (acima), mostra que 87% dos estudantes entenderam que a informação veiculada é verdadeira (resposta esperada); 4,9%, imprecisa; 3,4%, insustentável; 2%, conteúdo patrocinado; 0,5%, conteúdo impostor e; 0,2%, sátira. Observe agora o texto 10, parte do mesmo grupo de questões sobre notícias factuais na mídia tradicional.

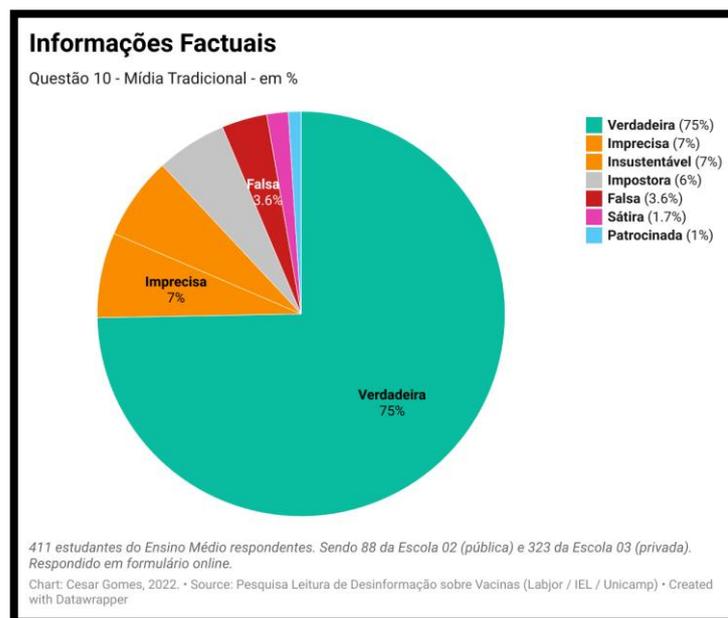
Figura 65: Captura de tela do texto 10, retirada dos testes dos estudantes



Fonte: (VALE, 2019). Acesso em 20 out. 2019

O texto 10 (Figura 65, acima) também pertence ao gênero notícia e foi publicado pelo site do jornal *O Estado de Minas*, com matéria assinada por João Henrique do Vale. Informa o aumento de casos de sarampo no estado de Minas Gerais, chegando a cinco confirmados até aquele momento. Segundo a matéria, havia mais cinco pacientes com confirmação preliminar, podendo elevar o número de casos a dez e ultrapassar o número de contaminações de 1999, último ano com casos autóctones – de transmissão ocorrida dentro do próprio território – quando houve nove casos registrados. O novo caso da doença foi registrado em Juiz de Fora, na Região da Zona da Mata. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, o paciente com a doença era um adolescente de 16 anos que tinha somente uma dose da vacina tríplice viral. Ele vivia no bairro Novo Horizonte (VALE, 2019). Ao ler os referidos textos, os estudantes avaliaram sua factualidade conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 27: Resultados da questão 10, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



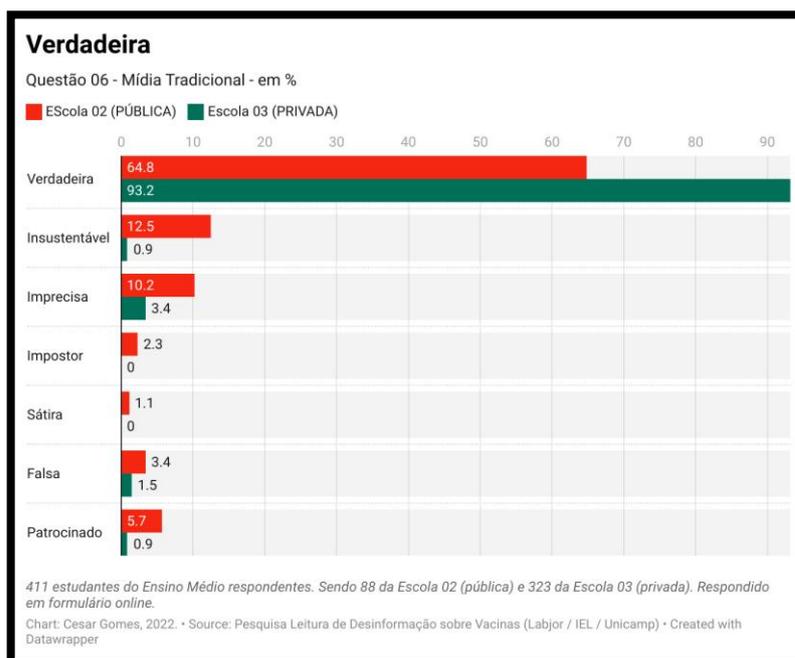
Fonte: Cesar Gomes (2022)

O gráfico 27 (acima) mostra que 75% dos estudantes entenderam que a informação veiculada é verdadeira (resposta esperada); 7% imprecisa; 7% insustentável; 6%. impostora; 3,6% falsa; 1,7% sátira e; 1% conteúdo patrocinado.

5.3.2.1. Comparativo pública x privada e justificativas das respostas

Observando os resultados das escolas pública e privada, temos o seguinte:

Gráfico 28: Comparativo de respostas da questão 06 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Na questão 06, o Gráfico 28 (acima) mostra que entre os estudantes da Escola 02 (pública) 64,8% entenderam que o texto é verdadeiro (a resposta esperada), enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 93,2%. Mais estudantes da rede pública consideraram o texto insustentável (12,5%) e impreciso (10,2%) do que os da rede privada (0,9% e 3,4%, respectivamente). Mais estudantes da escola pública consideraram o texto falso (3,4%) do que da escola privada (1,5%). Quanto ao conteúdo patrocinado, 5,7% da rede pública entenderam ser essa tipologia do texto, enquanto na rede privada esse número foi de apenas 0,9%. Quanto à Desnotícia²⁵⁰, 2,3% da rede pública consideraram-no como conteúdo impostor e 1,1% como sátira. Já na rede privada nenhum estudante considerou essas duas alternativas.

Quanto às justificativas²⁵¹, na Escola 02 (pública) apenas 13 estudantes justificaram suas escolhas (15% dos respondentes). Dentre os que consideraram a questão verdadeira, 08 entenderam que o veículo é confiável; e 02 disseram que os fatos são verídicos. Dentre os que classificaram como impreciso, 01 disse não saber o motivo; e 01 que não tem contexto. Na Escola 03 (privada) 144 estudantes justificaram suas escolhas (45% dos respondentes). Dentre os que classificaram a questão como verdadeira, 68 o fizeram por considerar o veículo da informação (G1, Globo.com) confiável; 26 entenderam que os dados ali colocados são confiáveis e 22, que a matéria foi escrita com base em dados científicos; outros 07 consideraram que ela apresenta evidências; e 06, acreditaram que as fontes são confiáveis. Dentre os que consideraram o texto impreciso ou insustentável, 04 justificaram tal escolha afirmando que a vacina não tem eficácia e outros 02 estudantes simplesmente reproduziram a alternativa que estava nos testes.

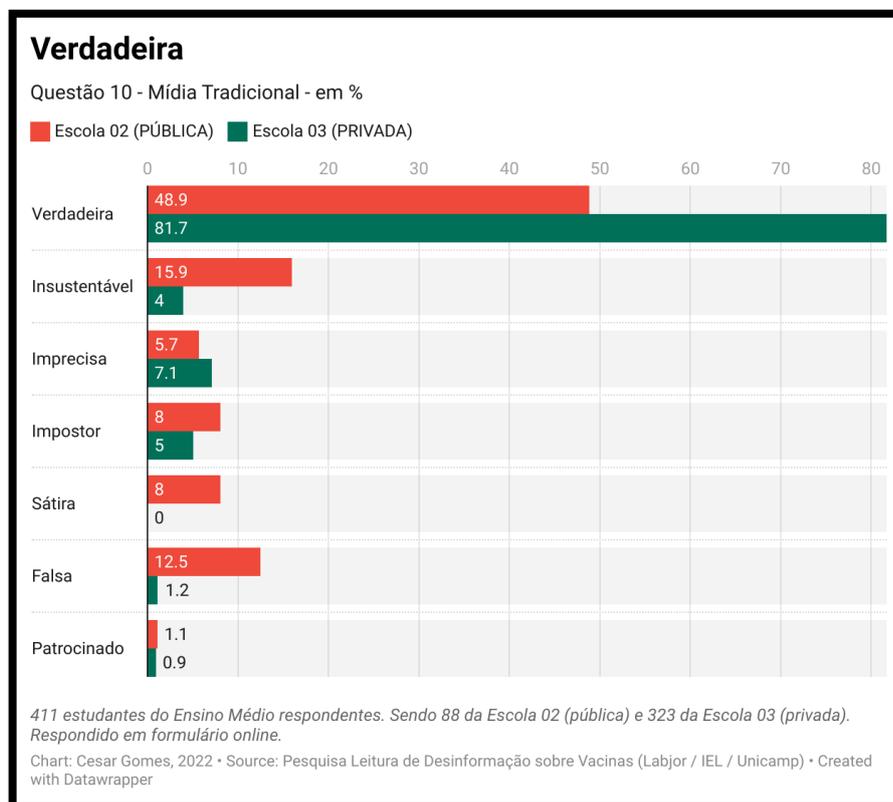
Na questão 10, o Gráfico 29 (abaixo) mostra que 48,9% dos estudantes da Escola 02 (pública) entenderam que o texto é verdadeiro (resposta esperada), enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 81,7%. Aqui também mais estudantes da rede pública consideraram o texto insustentável (15,9%) enquanto na rede privada esse número foi de 4%. Quanto a classificar o texto como impreciso, menos estudantes da escola pública o fizeram (5,7%), enquanto na escola privada esse percentual foi de 7,1%. Mais estudantes da escola pública consideraram o texto falso (12,5%) do que da escola privada (1,2%). Quanto ao conteúdo patrocinado, os números estiveram bem próximos: 1,1% da rede pública contra 0,9%

²⁵⁰ Conteúdos de humor que simulam textos jornalísticos. Essa tipologia será detalhada no item 5.3.4.

²⁵¹ Cabe explicar que matematicamente a somatória das justificativas não totalizarão 100%, dado que as justificativas com apenas uma citação na maioria dos casos foram omitidas da análise, cabendo destaque àquelas que apareceram com grande regularidade. No então, as tabelas criadas com essas justificativas estão nos anexos.

da rede privada. 8% da rede pública consideraram o texto como conteúdo impostor e 8% como sátira. Já na rede privada, 5% consideraram o texto como conteúdo impostor e nenhum como sátira.

Gráfico 29: Comparativo de respostas da questão 10 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Quanto às justificativas, na Escola 02 (pública), apenas 08 estudantes justificaram suas respostas (09% dos respondentes). Dentre os que apontaram a questão como verdadeira, 02 disseram que os dados são relevantes e verídicos; 01 disse ter pesquisado e verificado a veracidade da informação; 01 pontuou que o veículo não é confiável; e 01 repetiu a alternativa. Dentre os que consideraram o texto impreciso, impostor ou com conteúdo patrocinado, nenhum justificou sua escolha. Dentre os que consideraram as informações insustentáveis, apenas um deles justificou repetindo na explicação a resposta da alternativa. Dentre os que consideraram as informações falsas, apenas um justificou dizendo não ter notícia sobre a volta do Sarampo e 01 que assinalou sátira, disse não saber o motivo.

Ainda na questão 10, na Escola 03 (privada), 101 estudantes justificaram suas escolhas (31% dos respondentes). Dentre os que consideraram o texto de *O Estado de Minas* como verdadeiro, a maioria (84 estudantes) afirmou que os dados são verdadeiros; 17, que os

elementos textuais ali colocados comprovam a veracidade da matéria; e 10 disseram que o veículo é confiável, assim como as fontes (são confiáveis). Alguns falaram que a notícia é bem redigida (08) e que os fatos são verdadeiros (07). Dentre os que consideraram o texto impreciso e insustentável, 03 estudantes identificaram que faltam dados para comprovar a veracidade; 01, a falta de contexto; 01, dados imprecisos; 01 que a fonte não é confiável; 01 que não há casos confirmados; e 01 que faltam estudos de instituições confiáveis. Dentre os que consideraram o texto como impostor, 02 dizem que as fontes imitam o veículo; 01, que a notícia é incoerente; 01, que é cópia de *O Estado de Minas*; 01, que nunca ouviu falar desse veículo; 01, inconsistência na fonte; e 01, que a manchete foi alterada.

5.3.2.2. Análise dos resultados sobre notícias factuais

De maneira geral, é possível constatar que a maioria dos estudantes dá muita credibilidade à informação veiculada na mídia tradicional, apresentada no gênero textual notícia, conforme mostram os Gráficos 26 e 27 (87% e 75% respectivamente). Esse resultado dialoga com os dados nacionais sobre credibilidade da mídia divulgados pelo Instituto Datafolha (Gráfico 25, citado na página 291). Neles, o índice de confiança total na mídia tradicional gira em torno de 38% a 61%, sendo que sites de notícias de veículos tradicionais aparecem com 38%, programas jornalísticos de rádio têm um percentual de 50% e os jornais impressos têm 56% de confiança da população. Os jornalísticos com maior credibilidade, segundo o levantamento, são os da TV, com 61%. Esse dado se repete no questionário sociocultural respondido pelos estudantes sobre confiança na mídia (página 267) em que a TV aparece como o meio mais confiável entre os estudantes, com um percentual de 41%.

Tais resultados trazem dois lados: o lado bom é que, tendo vivenciado e lutado contra a desinformação sobre saúde durante dois anos de pandemia, causa-me alento saber que a maioria dos estudantes e da sociedade brasileira ainda enxergam a mídia tradicional como fonte confiável, dada a necessidade que temos de uma divulgação da ciência que tenha ética e compromisso com a saúde do público; o lado preocupante é que não se pode confiar cegamente numa informação apenas pelo fato de ela estar publicada num veículo da mídia tradicional. Durante a pandemia da Covid-19 pudemos vivenciar grupos midiáticos tradicionais do país dando espaço para negacionistas das vacinas sob o pretexto de “dar voz ao outro lado”.

Nesse sentido, um dos objetivos da escola deve ser o de formar o estudante para que desenvolva uma visão crítica, um certo ceticismo sobre a informação, esteja ela publicada num veículo da mídia tradicional ou não, bem como no gênero notícia ou não. De forma que é

importante pensarmos o letramento midiático e informacional com vistas a uma leitura crítica e autônoma dos fatos e depoimentos ali retratados, compreensão saudável para a democracia e para uma formação cidadã. E uma hipótese a ser investigada numa pesquisa futura é se a mesma informação (não factual ou factual) em formato característico de gênero jornalístico, circulando num veículo da mídia tradicional ou não, pode ou não ser percebida como tal pelo leitor.

5.3.2.3. Notícias com dados imprecisos e/ou insustentáveis nas mídias sociais, mídia alternativa e tradicional

As informações com dados imprecisos ou insustentáveis são as mais difíceis de serem identificadas porque estão situadas numa zona cinzenta entre a factualidade e a não factualidade, a se comprovar por meio de verificação de dados confiáveis, que na maioria das vezes não estão à mão do leitor ou, se estão, podem não se apresentar de maneira compreensível, a depender do seu grau de letramento. Deduz-se, então, que os integrantes do Ecossistema da Desinformação (mas não apenas eles) compreenderam esse fenômeno e dele se aproveitam para produzir e disseminar peças desinformativas.

Assim, estabelecendo relação com a terminologia de Wardle e Derakhshan (2017), pode-se enquadrar as informações imprecisas ou insustentáveis em quatro dos 7 tipos de desinformação²⁵²:

- I) **Falso Contexto:** quando o conteúdo genuíno é compartilhado com informação contextual falsa;
- II) **Falsa Conexão:** quando manchetes ilustrações ou legendas não confirmam o conteúdo;
- III) **Conteúdo Enganoso:** uso enganoso de informações para enquadrar uma questão ou um indivíduo; e
- IV) **Manipulação de Conteúdo:** quando a informação ou imagem genuína é manipulada para enganar.

Na avaliação, quatro textos integraram esse grupo e, embora na ficha de apoio (nas alternativas, na versão online dos testes) tais categorias apareçam separadamente, para fins de análise, os textos imprecisos e insustentáveis serão estudados conjuntamente porque sem os estudantes terem tido uma aula específica sobre os Tipos de Desinformação é bastante difícil diferenciar uma informação imprecisa de uma insustentável, embora nós como professores saibamos, é preciso entender que se trata de indivíduos em formação que provavelmente não estão pensando sob esse ponto de vista. Portanto, vou analisar as duas categorias conjuntamente pensando nesse possível desvio de compreensão.

²⁵² Ficaram de fora sátira, conteúdo impostor e conteúdo fabricado porque aqui só entra os que têm relação com os conteúdos imprecisos e insustentáveis.

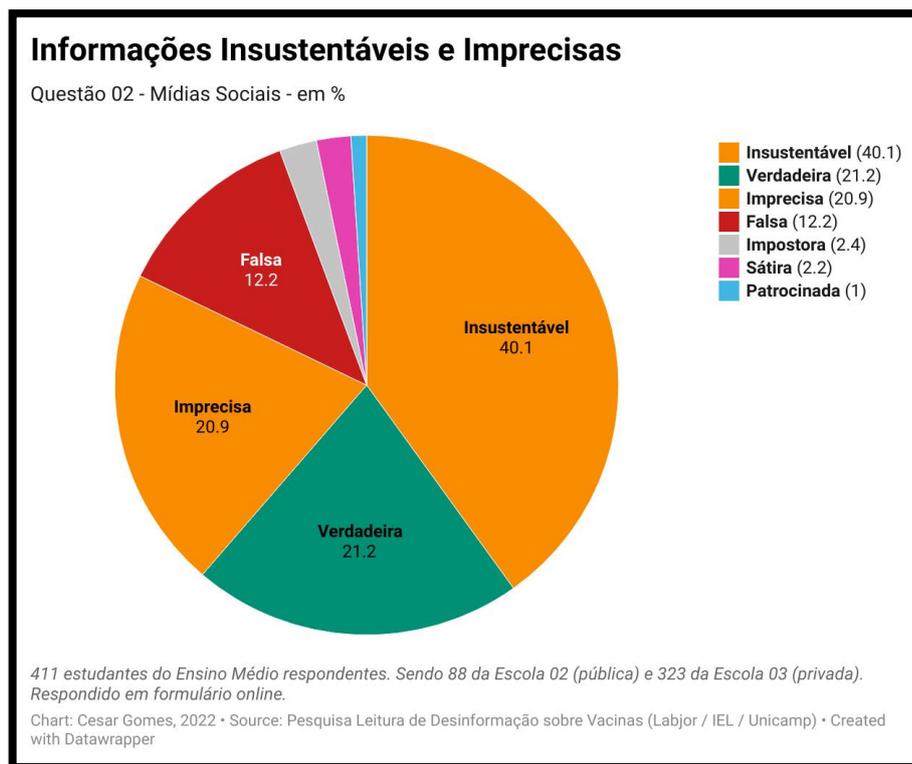
Figura 66: Captura de tela do texto 02, retirada dos testes dos estudantes



Fonte: Notícias de Brasília–DF (2016). Acesso em 12 nov. 2019.

O texto 02 (Figura 66, acima) é um post que circulou na rede social digital *Facebook* em maio de 2016 (antes das Olimpíadas do Rio de Janeiro). Foi produzido por uma página denominada Notícias de Brasília-DF. É possível considerar esse texto como um caso clássico de falso contexto, pois ele comunica que um homem teria morrido por falta de atendimento pelo SUS. No entanto, ao acessar o site de checagem de fatos Boatos.org (MATSUKI, 2016), fica claro que a notícia é verdadeira, porém ela se deu dois anos antes, em 2014 na Venezuela, tendo sido descontextualizada e publicizada dois anos depois, com interesses político-eleitorais. Assim, embora a postagem não aborde a temática da vacina, ela foi inserida por se referir ao tema da saúde pública e pela necessidade de constar na pesquisa esse tipo de desinformação. Ao ler o referido texto, os estudantes avaliaram sua factualidade conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 30: Resultados da questão 02, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

O Gráfico 30 (acima) mostra que a maioria dos estudantes (61%) assinalaram a compreensão esperada, a de que não há evidências suficientes para afirmar que a informação é factual: 40,1%, insustentável e 20,9% imprecisa; além desses, 21,2% dos estudantes consideraram verdadeira a informação dada pelo Notícias Brasília-DF; 12,2% consideraram o texto falso; 2,4% conteúdo impostor; 2,2% sátira e; 1% conteúdo patrocinado.

O texto 04 (Figura 67, abaixo) pertence ao gênero relato pessoal, publicado por um site chamado *Curas Naturais*²⁵³. A peça traz vários elementos de desinformação: a imagem ilustrativa (que nada tem a ver com o texto) é uma montagem fotográfica que retrata o empresário americano Bill Gates de forma pejorativa, uma vez que ele porta uma seringa com o símbolo “tóxico”, veste uma camiseta cuja estampa é um logo parecido com o da OMS e nela está colado um crachá com seu nome e as letras W.H.O (sigla em inglês para World Health Organization). Ao seu lado foram inseridas imagens de crianças de pele preta com fisionomia assustada, ambientadas aparentemente numa tribo.

²⁵³ O Curas Naturais neste momento não está mais disponível na internet e não se sabe o motivo. Consegui resgatar algumas informações, inclusive sobre as notícias veiculadas sobre vacina por meio do site *Internet Archive Wayback Machine*, ferramenta online que possibilita visualizar versões antigas de sites e blogs, mesmo aqueles que não estão mais online.

Figura 67: Captura de tela do texto 04, retirada dos testes dos estudantes

TEXTO 04

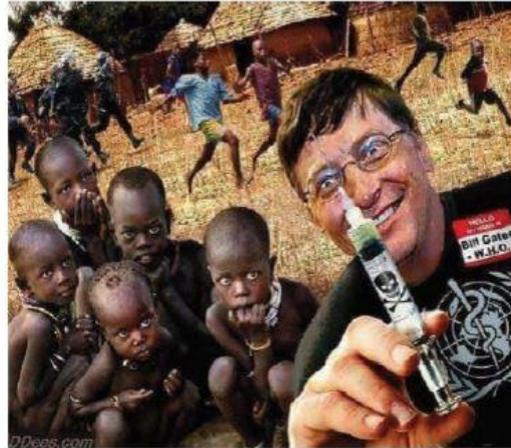
CURAS NATURAIS Saúde Auto-Cura
O Guia Natural
Atas Legais
Contatos







INÍCIO
TERAPIAS DO CÂNCER
TERAPIAS NATURAIS
PLANTAS MEDICINAIS
ALIMENTAÇÃO
NÍMEROS
Contatos



A FRAUDE DA FEBRE AMARELA – Relato de uma enfermeira que pensa
Deixem-me dizer o que eu penso sobre esse tal “surto” de febre amarela.

Estudei enfermagem há quase 20 anos e na literatura sempre falou que: a forma grave da febre amarela é raríssima. Trabalho há 17 anos em dois dos maiores hospitais de Belo Horizonte.

Não me lembro, em todos esses anos, de um só paciente internado pela forma grave da doença.

Pergunto: que história é essa de “surto” de febre amarela, na forma grave, pelo país??? **Porque ninguém fala sobre o que aconteceu para que a forma rara se tornasse tão ‘popular’?**

Eu faço minhas conclusões: **primeiro, não acredito nas estatísticas divulgadas pela mídia.**

Fonte: Curas Naturais (2018)

Sem entrar na questão da conotação racista da foto, na categoria boatos é corriqueira a associação do fundador da Microsoft a teorias conspiratórias sobre vacinas. Isso porque são inúmeras as peças que circulam na internet com esse conteúdo²⁵⁴. Assim, o autor, que se utiliza do recurso do sensacionalismo para atrair leitores para o seu texto, não tem a mínima preocupação em ilustrar o relato com uma imagem relacionada ao mesmo.

Dessa forma, o corpo do texto não traz nenhuma menção a respeito de Gates, tampouco a crianças pretas e pobres. Trata-se, pois, de um narrador feminino que se diz

²⁵⁴ **BBC NEWS BRASIL.** Coronavírus: Como Bill Gates virou alvo de teorias da conspiração sobre a pandemia. 06 jun. 2020.

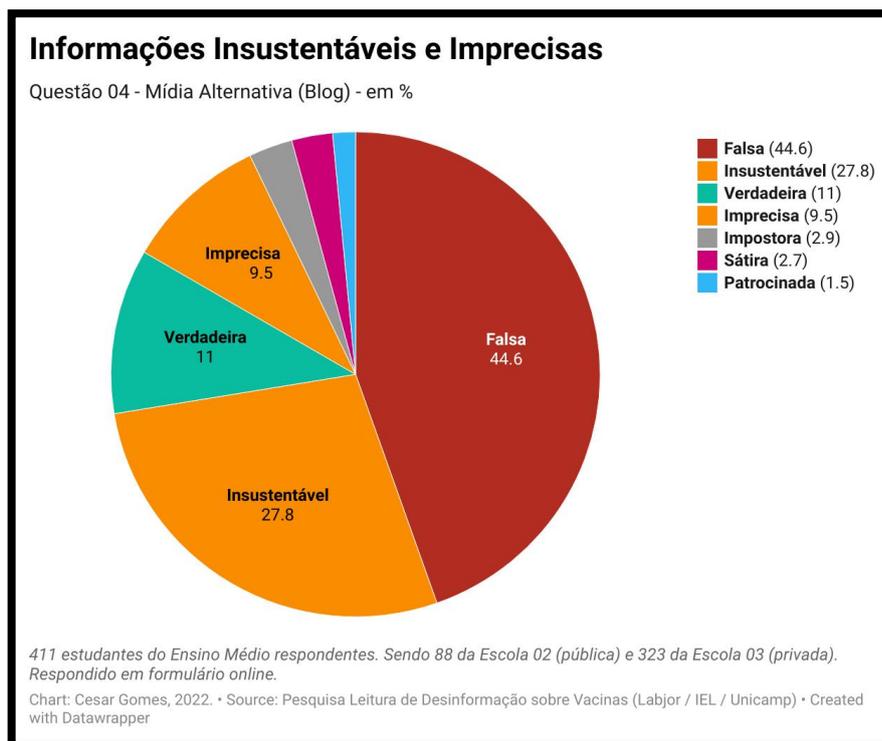
enfermeira “há 17 anos em dois dos maiores hospitais de Belo Horizonte” e afirma não acreditar num “surto de febre amarela, na forma grave, pelo país”. Ela não se lembra “em todos esses anos, de um só paciente internado pela forma grave da doença”. Diz ainda não confiar em médicos (mesmo sendo enfermeira!) e se coloca a explicar quem causa e quem transmite a doença, acusando a vacina de ter um percentual absurdo de mercúrio, um dos metais mais tóxicos que existem, segundo narra.

Apesar da informação da enfermeira, a checagem do Boatos.org (LIRA, 2018), Belo Horizonte registrou naquele mesmo ano, a morte em decorrência da Febre Amarela de uma pessoa relativamente conhecida, o compositor e presidente da Rede Minas, Flávio Henrique. A doença tem uma taxa de letalidade de cerca de 30%, que pode variar de ano a ano. A história de mercúrio em vacina é comum no mundo da boataria e a história de que o governo inventou o surto de febre amarela para vender vacina vencida, o site considera “uma bobagem absurda”, sem qualquer evidência científica. Classifico, pois, como falsa conexão e conteúdo enganoso simultaneamente.

O site *Curas Naturais* em sua autodescrição se propunha a propagar conhecimento sempre com base em recursos naturais de saúde, alimentos orgânicos, suplementos nutricionais, exercício físico, meditação e aprimoramento da consciência humana. Informava ainda que seu conteúdo trazia informações relacionadas a plantas, recursos naturais, ervas e terapias com base na natureza para ajudar o leitor a manter uma vida equilibrada e com muita saúde. Porém, efetivamente, quantas pessoas (que chegam ao site atraídas por uma notícia específica) têm a curiosidade de (ou o letramento para) saber quem produz o site e seus propósitos? Mais parece uma maneira de o site se isentar de responsabilidade sobre o uso das informações ali divulgadas do que uma efetiva preocupação com o leitor.

Além disso, na seção “Sobre” (que pouca gente visita) o site alertava para o fato de que as informações ali contidas não eram recomendadas como meio de diagnóstico, tratamento de doenças e não substituíam o acompanhamento de um médico ou profissional de saúde. Finalizava dizendo que os conhecimentos e textos ali fornecidos tinham apenas fins informativos e educacionais. Observe a seguir como os estudantes avaliaram a factualidade do texto 04:

Gráfico 31: Resultados da questão 04, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

O Gráfico 31 (acima) mostra que 44,6% dos estudantes consideraram a informação falsa, enquanto a compreensão esperada foi indicada por 37,3% deles (insustentável, 27,8%; e imprecisa, 9,5%). Uma minoria de 11% percebeu o texto como verdadeiro; enquanto 2,9% o consideraram conteúdo impostor; 2,7%, sátira e; 1,5%, conteúdo patrocinado.

O texto 07 (Figura 68, abaixo) pertence ao gênero notícia e foi publicado pelo site *Sempre Questione*²⁵⁵ que se autodefinia como um blog sem fins lucrativos. Seu objetivo era divulgar notícias e assuntos que não eram comuns nos meios de comunicação, tais como ufologia, paranormalidade, teorias da conspiração, entre outros. Sua página oficial na rede social digital *Facebook* – que em julho de 2019 tinha 32.186 seguidores e ainda estava online – propunha-se a discutir os mesmos temas.

A “matéria” está ancorada numa declaração que supostamente teria sido dada pelo então presidente dos EUA, Donald Trump, alegando que as vacinas são uma fraude. A checagem feita pelas editorias Estadão Verifica (BAUMGRATZ, 2019) e Uol Confere (MARTINS, 2019) informam que a publicação usa como fonte uma entrevista que Trump deu

²⁵⁵ O site *Sempre Questione* também não está mais disponível neste momento na internet. O resgate das mensagens se dá, conforme o caso anterior, por meio do site *Internet Archive Wayback Machine*.

em um programa de rádio apresentado por Gregg "Opie" Hughes e Jim Norton em 2015. Uma das características da desinformação sobre vacinas é a importação de notícias não factuais produzidas num país e traduzidas / adaptadas para outros.

Figura 68: Captura de tela do texto 07, retirada dos testes dos estudantes

TEXTO 07



Trump alerta: "Vacinas contra a gripe são a maior 'fraude' na história da medicina"

by Adm on 11:41 in Eua, Saúde

Segundo o presidente Trump, a vacina contra a gripe é a maior fraude na história da medicina, criada pela grande indústria farmacêutica para ganhar dinheiro com pessoas vulneráveis e deixá-las doentes.

Vacinas contra gripe são "totalmente ineficazes"
Em uma entrevista com Opie e Anthony em Sirius XM, Trump criticou as vacinas contra a gripe dizendo que elas são "totalmente ineficazes" e declarou que nunca tomou.

Sua citação exata
"Eu nunca me vacinei. E até agora eu nunca tive gripe. Eu não gosto da ideia de injetar coisas ruins em seu corpo. E isso é basicamente o que eles fazem. E esta (a mais recente vacina contra a gripe) não tem sido muito eficaz para começar". Disse durante entrevista à rádio.

Fonte: Sempre Questione (2018)

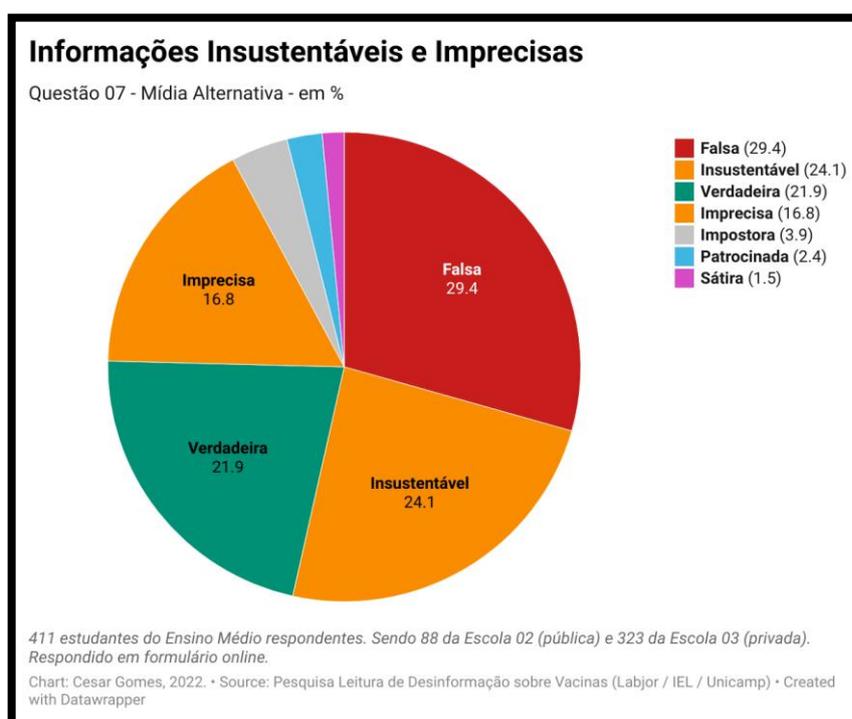
Conforme foi discutido em capítulos anteriores, a disseminação da desinformação em escala global e premeditada é uma realidade e esse texto é um exemplo dessa prática. Segundo o Uol Confere, Trump disse textualmente isso:

Eu nunca tomei (vacina contra gripe) e, até hoje, nunca peguei gripe. Eu não gosto da ideia de injetar coisas ruins no corpo, e isso é basicamente o que eles fazem. Para começo de conversa, esta última vacina não tem sido muito efetiva. [?] Eu tenho amigos que religiosamente tomam vacina contra gripe e depois pegam gripe. Isso me faz pensar 'Por que fazer isso?'. Também tenho visto vários relatórios dizendo que a última vacina é praticamente, totalmente ineficaz. Eu não tomei, mas isso não significa que as pessoas não devam tomar (MARTINS, 2019).

Apesar da declaração acima ser a oficial, a checagem de fatos verificou que o site Sempre Questione distorce seu conteúdo, omitindo trechos e acrescentando outros. Onde Trump diz “Eu tenho amigos que religiosamente tomam vacina contra gripe e depois pegam gripe”²⁵⁶ o site distorce para “Tenho amigos que religiosamente pegam gripe e depois melhoram”. A declaração final em que o americano diz “Eu não tomei, mas isso não significa que as pessoas não devam tomar” é cuidadosamente omitida, o que sinaliza mais uma distorção, do texto original, por supressão de partes, de forma deliberada. Em lugar disso, o texto repete o mantra presente em textos contra as vacinas sobre a presença do mercúrio que eles denominam como “coisas ruins”.

Portanto, é possível considerar o texto 07 como manipulação de conteúdo, pois, altera uma declaração que de fato foi dada por Donald Trump para adequá-la aos seus objetivos. A parte final do texto pode ser classificada como conteúdo enganoso na medida em que traz informações distorcidas a respeito dos componentes da vacina. Ao ler o referido texto, os estudantes avaliaram sua factualidade conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 32: Resultados da questão 07, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

²⁵⁶ Grifo meu.

O Gráfico 32 (acima) mostra que 40,9% dos estudantes deram a resposta esperada, ou seja, 24,1% consideraram o texto insustentável e 16,8%, impreciso. Além deles, 29,4% consideraram a publicação falsa; 3,9%, conteúdo impostor; 2,4%, conteúdo patrocinado e; 1,5%, sátira. Se por um lado, esses resultados são positivos, pois demonstram que a maioria identifica no texto alguma inconsistência, por outro, o fato de 21,9% considerarem-no verdadeiro, traz preocupação por ser (a meu ver) um número bastante elevado.

Figura 69: Captura de tela do texto 08, retirada dos testes dos estudantes



Fonte: Folha do Acre (2019)

O texto 08 (Figura 69, acima) pertence ao gênero notícia e foi publicado²⁵⁷ pelo site do jornal *Folha do Acre*. Informa – com erros em relação à norma padrão da língua – que “Os deputados acreano que compões (*sic*) a Comissão da Saúde da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac)” receberam a visita da médica Maria Emília Gadelha que, segundo o veículo, é uma “perita médica com verticaliza²⁵⁸ (*sic*) da vacina do HPV”, que veio conversar sobre as inúmeras denúncias de problemas de saúde enfrentados por adolescentes que tomaram a vacina no estado do Acre.

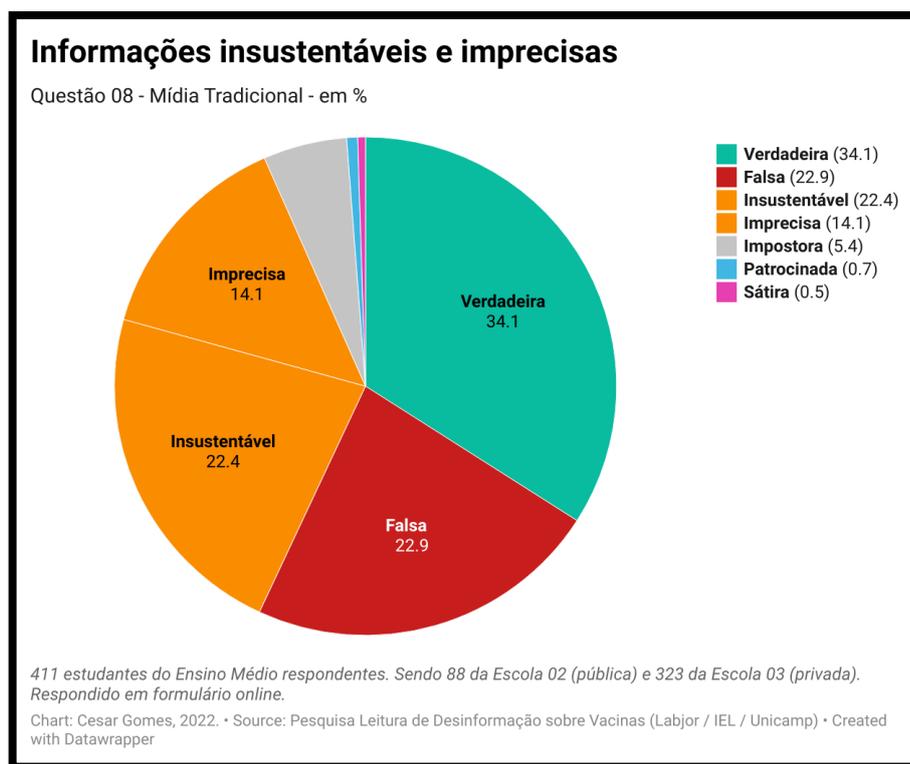
²⁵⁷ Publicado em outubro de 2019, na data da escrita desta análise em setembro de 2022, ele não estava mais online.

²⁵⁸ As expressões grifadas estão reproduzidas exatamente da mesma maneira em que aparecem no texto do site e pode se tratar de um erro de digitação. Em relação à profissão da médica, ou ela não existe ou é a única profissional a exercer tal cargo, uma vez que não consegui encontrá-la exercida por outro profissional.

Ainda segundo a publicação, “Maria Emília é especialista e apresentou estudos sobre eventos adversos das vacinas de HPV em todo o Brasil. Ela veio ao Acre para ajudar a descobrir se as sequelas causadas nas adolescentes foram motivadas pela vacinação” (FOLHA DO ACRE, 2019). A médica apresentou slides aos participantes da reunião mostrando que a vacina contra o HPV pode causar reações adversas nas adolescentes, chegando a afirmar que na China o uso da vacina foi proibido por decisão do governo, conclui a matéria.

O texto usa a fonte especializada como argumento de autoridade para disseminar uma dúvida sobre a vacina contra o HPV e induzir à hesitação vacinal. É bom informar que esta fonte, a Dra. Maria Emília Gadelha é defensora da ozonioterapia²⁵⁹, um tratamento ainda sem comprovação científica, motivo pelo qual respondeu a um processo por danos morais, movido pelo CFM em 2019, ao questionar sua isenção para avaliar essa técnica em tratamentos (BÉRGAMO, 2019). Ao ler o referido texto, os estudantes avaliaram sua factualidade conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 33: Resultados da questão 08, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

²⁵⁹ A terapia com ozônio é uma prática de caráter experimental no Brasil, não liberada para tratamentos clínicos, segundo o CFM. (BÉRGAMO, 2019)

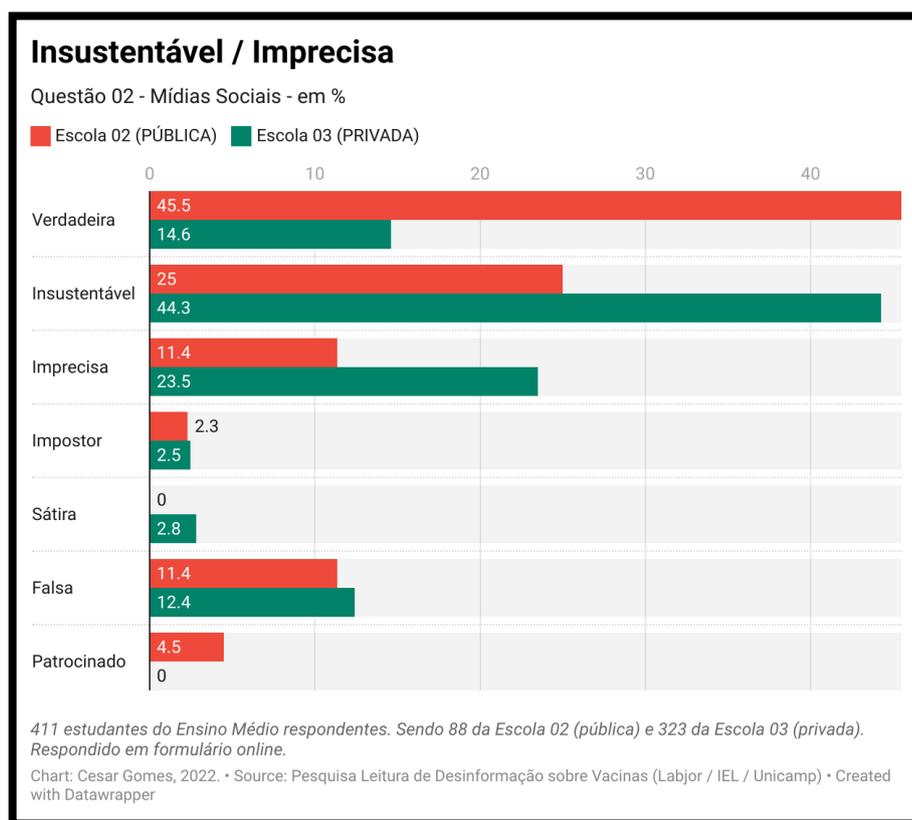
Os resultados do Gráfico 33 (acima) mostram que 36,5% dos estudantes deram a resposta esperada, ou seja, 22,4% insustentável e 14,1% impreciso; consideraram o texto verdadeiro 34,1% dos estudantes; 22,9%, indicam que a informação é falsa. Outras opções somaram 6,6%: conteúdo impostor 5,4%; conteúdo patrocinado 0,7% e; sátira 0,5%.

O índice de verdadeiro apresentado na questão é o maior dentre os quatro textos imprecisos e insustentáveis. Tal resultado aponta para a constatação de que, para esses estudantes, a credibilidade de um texto está ligada ao seu suporte. No caso, ele foi publicado por um veículo da mídia tradicional, o que remete à análise das notícias factuais (item 5.3.2.2.) em que os estudantes apontaram o veículo como motivo da factualidade do texto.

5.3.2.4. Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:

Observando os resultados das escolas pública e privada, temos o seguinte:

Gráfico 34: Comparativo de respostas da questão 02 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Na questão 02, o Gráfico 34 (acima) mostra que 36,4% dos estudantes da Escola 02 (pública) deram a resposta esperada (ou seja, 25% insustentável e 11% imprecisa) enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 67,8% (ou seja, 44,3% insustentável e 23,5% imprecisa);

45,5% da rede pública entenderam que o texto é verdadeiro, enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de apenas 14,6%; quanto aos que consideraram a notícia falsa, na rede pública esse número foi de 11,4% e na rede privada, de 12,4%; 2,3% da rede pública consideraram como conteúdo impostor e nenhum como sátira. Já na rede privada 2,5% consideraram como conteúdo impostor e 2,8% como sátira; quanto ao conteúdo patrocinado, 4,5% da rede pública entenderam ser essa tipologia do texto, enquanto nenhum estudante da rede privada considerou essa possibilidade.

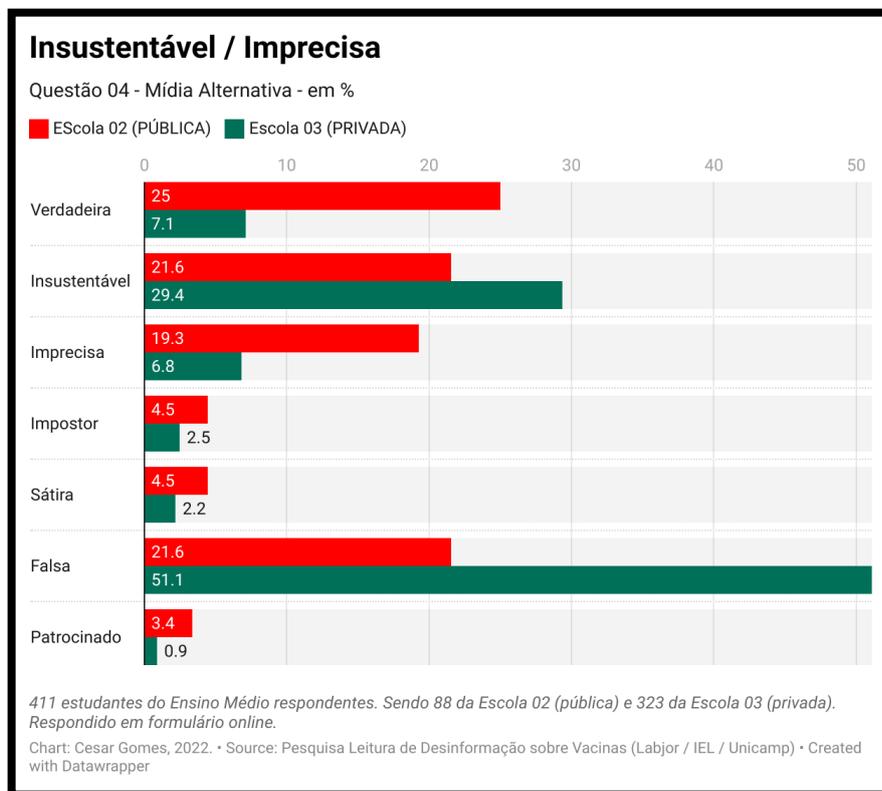
Quanto às justificativas, entre os estudantes da Escola 02 (pública), 26 justificaram suas respostas (30% dos respondentes). Dentre os que consideram a publicação imprecisa e insustentável, 06 explicaram que faltam dados; 01, que faltam evidências para dar veracidade ao texto; 01, que falta contexto, 01, que faz muito tempo que aconteceu; 01, que não tem sentido; e 01, que faltam argumentos. Para os que consideram as informações falsas, 01 disse que a data não confere; 01, porque ela foi compartilhada na internet; 01, que a fonte e os dados não são confiáveis; 01, pesquisou na internet e verificou a informação; e 01 disse não saber. Entre os que justificaram ter assinalado verdadeiras, 04 afirmaram que de fato a saúde é precária no Brasil; 01 disse que pesquisou; 01 disse ter assistido à reportagem sobre o fato no Programa do Ratinho; e 01, que a pessoa morreu de fato.

Ainda na questão 02, entre os estudantes da Escola 03 (privada), 171 justificaram suas respostas (53% dos respondentes). Entre os que assinalaram as alternativas imprecisa ou insustentável, 59 entenderam que faltam dados; 46, que o veículo (Página do *Facebook*) não é confiável e 16 que falta contexto para o texto ser factual. Entre os que consideram a publicação falsa, 04 apontaram a falta de dados; 04 a falta de confiabilidade no veículo, e outros 04 consideraram a linguagem do texto inadequada. Dentre os que consideraram a publicação verdadeira, 09 justificaram que ela tinha sim a “probabilidade de ser real”; para 02 estudantes a foto do post seria prova de que a informação é verdadeira.

Na questão 04, o Gráfico 35 (abaixo) mostra que 40,9% dos estudantes da Escola 02 (pública) deram a resposta esperada (ou seja, 21,6% insustentável e 19,3% imprecisa) enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 36,2% (ou seja, 29,4% insustentável e 6,8% imprecisa); 25% da rede pública entenderam que o texto é verdadeiro, enquanto na rede privada esse número foi de apenas 7,1%; quanto aos que consideraram a notícia falsa, na rede pública esse número foi de 21,6% e na rede privada, de 51,1%; na rede pública, 4,5% foi o percentual que considerou tanto conteúdo impostor quanto sátira. Já na rede privada 2,5% consideraram como conteúdo impostor e 2,2% como sátira; quanto ao conteúdo patrocinado, 3,4% da rede

pública entenderam ser essa tipologia do texto, enquanto na rede privada esse número foi de apenas 09%.

Gráfico 35: Comparativo de respostas da questão 04 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

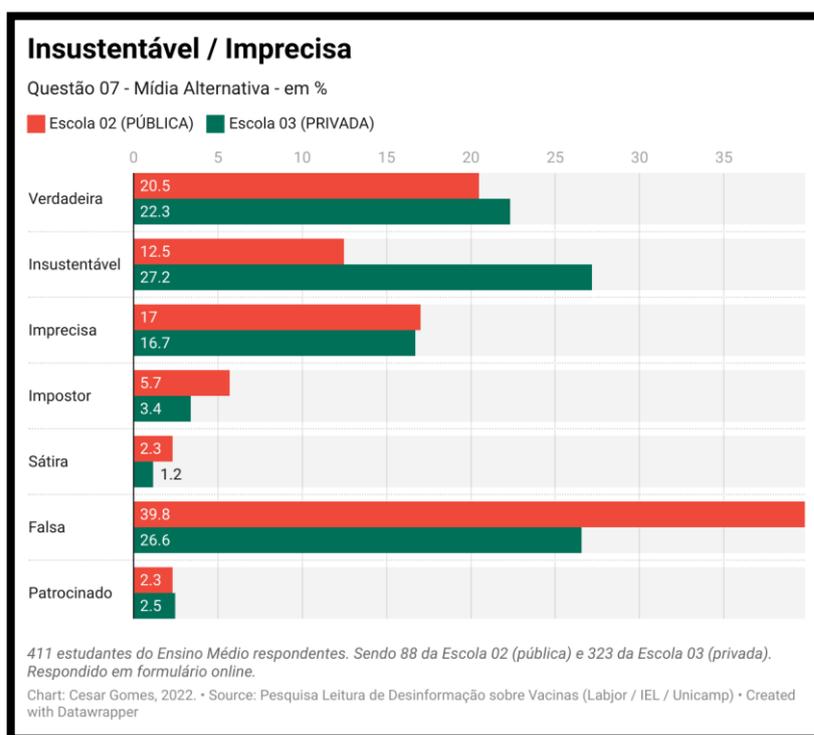
Quanto às justificativas, na Escola 02 (pública), 18 estudantes justificaram suas respostas (20% dos respondentes). Entre os que entenderam o texto ser impreciso ou insustentável, 03 disseram que ele retrata apenas a opinião de seu autor; 02, repetiram a própria alternativa (insustentável); 01, que faltam dados, 01, que as fontes não são confiáveis; e 01, que a enfermeira não tem credibilidade. Dentre os que consideraram a questão verdadeira, 01 afirmou que nunca houve surto de febre amarela; 01 afirmou ter “chutado” a resposta; 01 escreveu “porque sim” e outro disse que “sentiu verdade” no texto. Apenas 01 estudante justificou ter afirmado que a questão era falsa: para ele, o “Conjunto das informações indicam manipulação”.

Ainda na questão 04, na Escola 03 (privada), 148 estudantes justificaram suas respostas (46% dos respondentes). Dentre os que consideraram a informação imprecisa ou insustentável, 26 entenderam que o texto é apenas a opinião do autor; para 21 deles, faltam dados para as informações ali serem factuais; e 03 indicaram a não confiabilidade do veículo

(site *Curas Naturais*). Dentre os que consideraram a questão verdadeira, 04 estudantes disseram confiar na fonte; 02, que as informações são verdadeiras; 02 afirmaram que há elementos que comprovam o que foi dito; e 01 estudante considerou o veículo confiável.

Dentre os que consideraram o texto falso, a grande maioria das justificativas foi em relação à não confiabilidade do veículo (19); que o texto foi escrito sem base em fatos científicos (19); e aparece novamente a fala de que se trata apenas da opinião do autor (15). Alguns disseram que o texto foi criado para enganar (06), que Bill Gates aparece sem contexto (06), que faltam dados (05) e que o discurso é negacionista (04). Dentre os que consideraram o texto verídico, 04 disseram confiar na fonte, 02 que os elementos comprovam o que foi dito; 02 que a mídia mente; e 01 que o veículo é confiável.

Gráfico 36: Comparativo de respostas da questão 07 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Na questão 07, o Gráfico 36 (acima) mostra que 29,5% dos estudantes da Escola 02 (pública) deram a resposta esperada (ou seja, 12,5% insustentável e 17% imprecisa) enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 43,9% (ou seja, 27,2% insustentável e 16,7% imprecisa); 20,5% da rede pública entenderam que o texto é verdadeiro, enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 22,3%; quanto aos que consideraram a notícia falsa, na rede pública esse número foi de 39,8% e na rede privada, de 26,6%; 5,7% da rede pública

consideraram o texto como conteúdo impostor e 2,3% como sátira. Já na rede privada 3,4% consideraram como conteúdo impostor e 1,2% como sátira; quanto ao conteúdo patrocinado, 2,3% da rede pública entenderam ser essa a tipologia do texto, enquanto na rede privada esse número foi de 2,5%.

Quanto às justificativas, na Escola 02 (pública), apenas 13 estudantes optaram por justificar suas respostas (15% dos respondentes). Quem assinalou imprecisa ou insustentável (a resposta esperada) apontou que faltam dados (01); opinião da personagem (01) e; veículo não confiável (01). Dentre os que consideraram a questão falsa, 02 estudantes disseram conhecer a eficácia das vacinas e; 02 pesquisaram em sites de checagem para confirmar a história. Entre os que escolheram a alternativa verdadeira, 01 justificou como fonte confiável; 01, fatos verídicos; e 01 pesquisou em outros sites e confirmou a história.

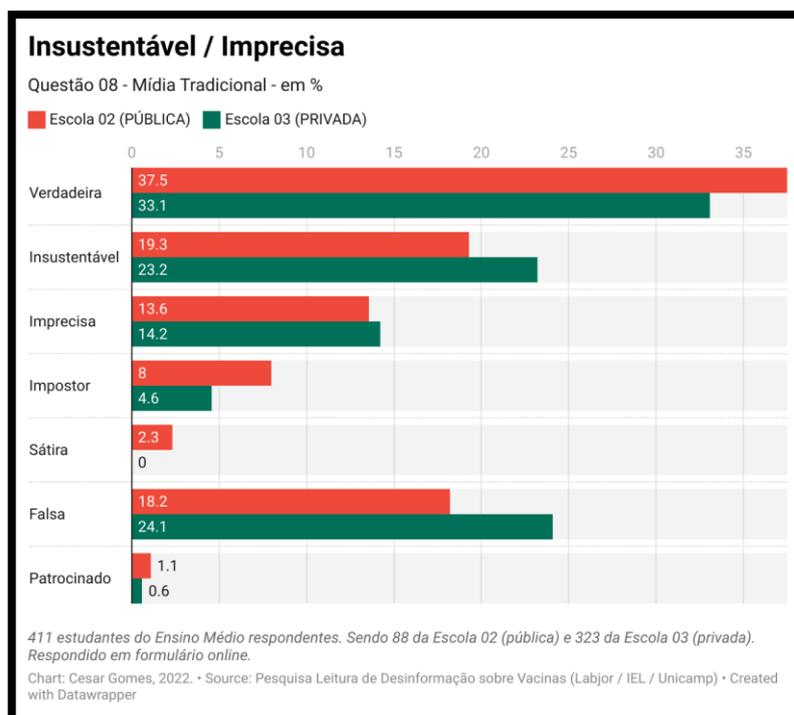
Ainda na questão 07, olhando para os resultados da Escola 03 (privada), um total de 128 estudantes apontaram a justificativas de suas respostas (40% dos respondentes). Entre os que apontaram ser o texto impreciso e insustentável, 22 disseram que faltam dados para o texto ser factual; 09 acreditam que ele é uma mera opinião de seu autor; 06 disseram que o texto foi produzido sem base em fatos científicos; 05, que não há contexto para compreender o que de fato houve; enquanto 04 classificaram o veículo (site *Sempre Questione*) como não confiável; e 03, que o texto foi criado para enganar.

Dentre os que consideraram a informação totalmente falsa, 09 acreditam que o texto foi escrito sem base em fatos científicos; 06 disseram que o veículo não é confiável; outros 06 afirmaram que é apenas a opinião da personagem (no caso, o presidente Donald Trump); e 04, que o texto é uma *fake news* do próprio presidente americano. Por outro lado, dentre os que consideraram a questão verdadeira, 12 disseram que o texto apresenta fontes confiáveis; 05 que é a opinião da personagem (a mesma justificativa de alguns que assinalaram falso); e 03 disseram que as informações ali são verídicas, entre outras justificativas.

Na questão 08, o Gráfico 37 (abaixo) mostra que 32,9% dos estudantes da Escola 02 (pública) deram a resposta esperada (ou seja, 19,3% insustentável e 13,6% imprecisa) enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 37,4% (ou seja, 23,2% insustentável e 14,2% imprecisa); 37,5% da rede pública entenderam que o texto é verdadeiro, enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 33,1%; consideraram a notícia falsa, na rede pública, 18,2% e na rede privada, de 24,1%; 8% da rede pública consideraram o texto como conteúdo impostor e 2,3% como sátira. Já na rede privada 4,6% consideraram como conteúdo impostor

e nenhum como sátira; quanto ao conteúdo patrocinado, 1,1% da rede pública entenderam ser essa tipologia do texto, enquanto na rede privada esse número foi de 0,6%.

Gráfico 37: Comparativo de respostas da questão 08 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Quanto às justificativas, na Escola 02 (pública), 12 estudantes justificaram suas escolhas (14% dos respondentes). Entre os que consideraram o texto impreciso ou insustentável (resposta esperada), 02 dizem que faltam dados; 02, que faltam informações sobre as reações das vacinas; 01, que há poucos casos para avaliar; 01 que tomou a vacina e que não teve reações; 01 que o texto culpa indevidamente a vacina pelas mortes; 01, que não se pode tirar conclusão com poucos casos. Dentre os que assinalaram que a informação era falsa, apenas um justificou dizendo que o texto não trouxe nenhuma comprovação sobre as acusações que faz. Dentre os estudantes que entenderam o texto trazer informações verdadeiras, 01 disse que o texto apresentou fatos e fontes com link (na verdade o link foi colocado por mim); 01 disse que o texto falou diretamente como verdade; e 01 disse não saber explicar.

Entre os estudantes da Escola 03 (privada), 119 justificaram suas respostas (37% dos respondentes). Dentre os que optaram pelas alternativas imprecisa ou insustentável, 16 acreditam que faltam dados para validar o texto como factual; 04 disseram que a informação não tem base em fatos científicos; 04 acreditam que é preciso pesquisar mais; 03, que a notícia

está mal redigida; 03, que o veículo não é confiável; 03, que não há evidências; e 02, que ele foi criado para enganar, entre outras respostas citadas apenas uma vez.

Dentre os que justificaram como falsa, 08 o fizeram porque a notícia está mal redigida; 05 acreditam que ela foi criada para enganar; 03 que se trata de um discurso negacionista; 02, que os dados estão manipulados; 02, que o veículo não é confiável; e 02, que foi criada sem base em fatos científicos, além de outras respostas com apenas uma menção. Já dentre os que justificaram a escolha da alternativa verdadeira, 08 afirmaram que os dados expressos na matéria podem ser comprovados, 07 que as informações são verídicas e 06 que o veículo é confiável; 03, que o texto apresenta dados e estudos; 03, que as fontes são confiáveis; e 02, que o texto foi criado com base em dados científicos.

5.3.2.5. Análise dos resultados sobre notícias Imprecisas e/ou Insustentáveis

Começo a análise destes tipos de desinformação ressaltando que, pelas limitações das condições da aplicação dos testes (em sala de aula ou online, no ambiente de aprendizagem) os textos não se encontram em seu suporte em que originalmente circularam²⁶⁰, embora eu tenha feito uma tentativa de simular esses suportes. A diferença é que, por exemplo, no caso específico das redes sociais (e em quase toda a experiência de navegação na internet, é bom que se diga), o acesso do sujeito a essas publicações é mediado por algoritmos que identificam seu comportamento – a partir de suas curtidas e compartilhamentos – conforme discutido no Capítulo II, entregando-lhe aquilo que ele gosta, para mantê-lo engajado.

Diante disso, é possível que uma informação contrária ou favorável às vacinas fora desse ambiente somente apareça para quem segue a página produtora ou similares a ela e que, portanto, tem predisposição em acreditar nesse tipo de conteúdo. Do que se pode deduzir que fora do ambiente escolar, em função do viés de confirmação e do hiperpartidarismo, esse número de pessoas que vão considerar a publicação como factual deve ser bastante superior.

Feita essa ressalva, uma primeira reflexão que faço é que, tanto durante a aplicação do pré-teste ainda em 2019, quanto nos testes da escola pública, já em 2021, ouvi dos estudantes comentários de que não iam ficar “pensando” a respeito daqueles tipos todos de desinformação e que iriam assinalar apenas verdadeiro ou falso. Com isso, foi possível perceber que (parte

²⁶⁰ Essa crítica também é feita em relação aos textos que são colocados no livro didático e nos materiais didáticos em geral.

deles) além de não perceberem as nuances e múltiplas interpretações que envolvem a desinformação, muitos não se importam se um texto é sátira, enganoso, falso contexto etc.

O que suscita outra reflexão no que tange à terminologia das alternativas que utilizei nos testes. É evidente que o problema da desinformação (não apenas sobre vacinas) não é uma questão de terminologia, isto é, eu não acredito mais (após cursar as disciplinas do Mestrado e realizado algumas apresentações e debates acerca do problema da desinformação²⁶¹) que se o leitor souber o tipo de desinformação que está presente naquele texto, ele não vai repassá-lo, conforme discuti no Capítulo IV. Vai sim! Aprendi ao longo do desenvolvimento deste trabalho e de meu amadurecimento intelectual, que existem outras questões que vão afetar essa leitura. No entanto, a terminologia e a classificação aqui utilizadas refletem o projeto inicial submetido aos estudantes durante esse processo, porque embora insuficiente, eu acredito (isso sim) que estar municiado do repertório usado na checagem de fatos é fator importante para “não cair em *fake news*”, como dizem popularmente.

Por outro lado, a escola tem necessidade de sistematizar e encontrar alguns padrões (não só a escola, diga-se) para poder ensinar melhor, método em que os alunos estão submetidos desde a alfabetização. Isso reforça a necessidade da implementação da educação midiática na escola, para que eles passem a refletir sobre tais questões, do contrário sempre haverá a discussão superficial e bipolar existente na sociedade brasileira contemporânea entre verdadeiro x falso, esquerda x direita, heróis x vilões etc.

Importante lembrar que os estudantes foram apresentados a tais critérios na hora do teste (podendo utilizar a Ficha de Avaliação, ressalvado que na própria alternativa aparece sua significação – veja **Figura 05** na página 43 – o que não significa que todos tenham se atentado para isso ou tenham querido se dedicar a esse aprendizado na hora do teste). Enfim, por essa falta de repertório ou por impaciência, é possível que muitos dos estudantes tenham optado por marcar simplesmente verdadeiro ou falso na questão, para essa classificação. É preciso lembrar ainda que esses estudantes podem, de fato, não ter aprendido a diferenciar o real significado entre falso e sátira etc., o que não quer dizer que o professor não tenha ministrado esse conteúdo (é possível que sim), no entanto, entre ter aula sobre um conteúdo e aprendê-lo de fato é uma outra discussão relevante, a ser debatida em outros trabalhos, que também exigem pesquisa de campo para uma avaliação adequada.

²⁶¹ Participei juntamente com a professora Graça Caldas e demais convidados da live “ABI rumos da comunicação debate hoje fake news, vacina e educação”, promovida pela Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em <https://youtu.be/hCl6wCPoDik> em 03 fev. 2022.

Gráfico 38: Compilado dos resultados dos estudantes comparando o suporte em que o texto circula

Fonte: Cesar Gomes (2022)

O Gráfico 38 (acima) mostra o percentual de respostas nas alternativas verdadeira, insustentável/imprecisa e falsa, nas quatro questões em que intencionalmente inseri textos insustentáveis / imprecisos. Embora eles tenham o mesmo problema de falta de dados que comprovem suas informações, são diferentes entre si no que tange aos assuntos: Morte no SUS (texto 02), Vacina da Febre Amarela (texto 04), Vacina da Gripe (texto 07) e Vacina contra o HPV (texto 08). São diferentes também no suporte em que são apresentados. E aqui levanto uma observação que esta pesquisa (pela sua natureza) não dê conta de responder, mas que inclusive foi apontada no Exame de Qualificação: em que medida o suporte do texto e a sua formatação influenciam na percepção das pessoas em identificar ou não uma desinformação?

Ao comparar a indicação de veracidade nos textos do bloco, constata-se que os estudantes vão optando por ela na medida em que o formato do texto vai se aproximando do formato de texto jornalístico veiculado pela mídia tradicional, sendo que o texto com maior percentual de verdadeiro dentre os quatro é exatamente um texto da mídia tradicional (34,1%), embora não de um veículo dos grandes centros. Essa observação corrobora o entendimento de que os estudantes (e os leitores em geral) tendem a dar mais credibilidade ao que é publicado pelos veículos de comunicação estabelecidos, a mídia tradicional.

Observando apenas os índices dos que apontaram esses textos insustentáveis e imprecisos como verdadeiros, temos em média um índice de 22% de estudantes que consideram esses textos como factuais. Em que pese o fato de a pesquisa não poder estender seus resultados para o todo da sociedade, é bom saber que esses números vão ao encontro de outros mais

abrangentes. Um estudo realizado recentemente pela Fiocruz²⁶² (LIMA, 2022) aponta que entre 12% e 16% de pais estão hesitantes em vacinar seus filhos até 11 anos²⁶³. Outro levantamento do Instituto Datafolha (TAVARES, 2022) mostra que 17% dos brasileiros acreditam sempre em tudo que diz (o então presidente) Jair Bolsonaro, um político conhecido internacionalmente por seu negacionismo da Pandemia da Covid-19, pelo posicionamento contrário às vacinas e por ser contumaz disseminador de desinformação sobre esses temas. Do que se pode deduzir que existe uma parcela da população, situada na casa dos 15% a 20%, que tende a acreditar em “fatos alternativos”, cujas razões eu elenco no item 4.4 (p. 208). Além disso, é preciso compreender que o uso das redes sociais como fonte confiável de informação é uma realidade para parte da população, conforme a já menciona a pesquisa do DataSenado (2019), na p. 28.

Uma das justificativas apresentadas para a veracidade desses textos (especialmente quando se enquadram nas categorias impreciso ou insustentável) é a de que os textos apresentam dados e estudos. Sim, podem apresentar dados, mas quais dados? São confiáveis? Qual a fonte deles? Isso é um problema, porque, em princípio, é uma dificuldade até para os professores, pois determinar a confiabilidade de uma fonte científica não é tarefa das mais simples. De modo que se o produtor do texto desinformativo inventar dados ou distorcê-los (o que é mais comum) dificilmente num primeiro momento alguém será capaz de contestá-los, uma vez que temos exemplos de pesquisas (algumas que chegaram a ser publicadas por revistas científicas de renome) que trouxeram dados enganosos e que obrigaram a publicação a se retratar ao descobrir o erro.

Quando se observa a escolha pelas alternativas insustentável / imprecisa, o maior percentual se concentra no texto que circulou num site de rede social (texto 02, com 61%) e o menor, o da mídia tradicional (texto 08, com 36,5%). Para além da questão do suporte, quero levantar uma outra discussão: em muitos casos, como o do texto 04, essa peça é produzida (seja em áudio, texto escrito ou vídeo) na forma de relato pessoal, o que faz com que tenhamos empatia natural pela história. Esse componente emocional está ligado ao fato de que a desinformação ou o link para ela normalmente são compartilhados por alguém da nossa confiança, via mídias sociais, conforme escrevi recentemente:

²⁶² O estudo foi realizado entre 17/11/2021 e 14/12/2021 por meio de questionário on-line com 15.297 participantes de todo o Brasil. Os dados apontam hesitação de 16,4% de pais de crianças entre 0 e 4 anos, 14,9% de pais de adolescentes e 12,8% de pais de crianças entre 5 e 11 anos.

²⁶³ Feita a ressalva de que a hesitação vacinal depende de mais fatores além da desinformação, conforme apontado no Capítulo III desta dissertação, item 3.3.2. (página 153).

Tendo como base a Teoria dos Laços, é possível deduzir que tais fatores colaboram muito para a disseminação das *fake news*, visto que, quando se recebe uma postagem de alguém mais próximo, existem dois caminhos: a) não se acredita na informação, mas, ainda assim, existe dificuldade de contestar a postagem, constranger a pessoa e causar uma desavença, como tem ocorrido com amigos de décadas se desfazendo; b) acredita-se na informação simplesmente porque ela é de alguém afetivamente próximo, tem credibilidade e não iria compartilhar algo que não fosse verdade. (GOMES, 2021)

Assim, sabendo que se confia em seus contatos ou que não se quer brigar com eles, os produtores de desinformação apostam que o leitor ubíquo²⁶⁴ não irá consultar as fontes nem se aprofundar na leitura, contentando-se com a “informação” oferecida no suporte veiculado.

Em segundo lugar, vamos supor que esse leitor duvidasse de seu conteúdo e quisesse checar a veracidade daquele post que recebeu no grupo da família. No Brasil, o percentual de cidadãos com condições financeiras de acessar a internet fora das redes sociais é extremamente baixo, em especial entre as pessoas de baixa renda. A grande maioria é adepta do *zero rating* (já discutido no Capítulo II). Como essa prática impacta na questão da desinformação? Caso o cidadão receba um conteúdo nas mídias sociais e queira clicar no *link* da matéria para conhecer seu inteiro teor e não apenas a manchete, não conseguirá. Caso queira ainda acessar uma agência de checagem ou um site de sua confiança para verificar a factualidade do que lhe foi enviado, ele não tem essa possibilidade porque seu pacote de dados não o permite. Por isso, uma das medidas necessárias ao combate à desinformação passa por rediscutir o formato de negócio das operadoras para que se possa democratizar o acesso à internet de maneira equânime e não apenas às mídias sociais.

Por fim, numa terceira hipótese, sendo o leitor um rebelde do grupo da família e tendo dinheiro para pagar a conta da internet, teria ele competência para selecionar a quantidade de informações disponíveis na rede e compreendê-la? Isso porque, embora esses dados estejam por aí, é difícil fazer uma curadoria daquilo que realmente tem relevância²⁶⁵ e, tendo feito esse caminho, entender essa informação, uma vez que pode estar disponível de maneira complexa. Por exemplo, um sujeito compara número de vacinados entre Brasil e Portugal considerando números absolutos, desinforma, uma vez que nesse caso é preciso considerar o número de vacinados por milhão de habitantes. Num país como o Brasil, em que menos de 50% de

²⁶⁴ Segundo Lúcia Santaella (2013), é aquele leitor que pode acessar e ler conteúdos diversos, por meio de dispositivos móveis, de qualquer lugar. A palavra ubiquidade se refere a princípio àquele que está presente em todos os lugares ao mesmo tempo.

²⁶⁵ Lembrando que os algoritmos que mediam a nossa navegação na internet com base em nosso comportamento já fazem essa curadoria, no entanto, nem sempre ela pode ser confiança, pois nos resultados de busca aparecem publicidade (sites que pagam para aparecer em primeiro lugar) e sites que usam estratégias para aparecer em primeiro, mas podem não ter seriedade e compromisso com os fatos.

cidadãos acima dos 18 anos completaram no máximo o Ensino Fundamental, dá para esperar esse tipo de discernimento? Como tenho frisado, a Educação é um das saídas no combate à desinformação, no médio prazo. Mas, o que fazer com esse cidadão que já não está mais na escola? Por isso, é preciso pensar também em um método de letramento pós-escolarização.

5.3.3. Desnotícia

a) Desnotícia 1: Informações em formato de sátira na mídia tradicional

O humorismo, com sagacidade e usando o repertório que circula no imaginário da sociedade, usa há muito tempo a sátira e a paródia não só para divertir, mas também para chamar a atenção a aspectos que pretende fazer a sociedade refletir, como também acontece no caso de charges. Engana-se quem acredita que a produção de notícias satíricas como elemento de humor e ironia começa com a internet e com as redes sociais a partir da década de 1990.

Na verdade, elas são parte inerente do processo comunicacional em geral. Por exemplo, a revista *Casseta Popular* (paródia da *Gazeta Popular*) que foi criada em 1978, por estudantes de engenharia da UFRJ, e o jornal *Planeta Diário*, em 1984 – que chegou a alcançar a tiragem mensal de 100 mil exemplares – inauguraram um tipo de humor tendo como conteúdo paródias e “notícias falsas baseadas em fatos reais”, conforme relata Reinaldo Figueiredo²⁶⁶, um dos fundadores da publicação. A união das duas redações deu origem em 1992 ao programa televisivo *Casseta & Planeta*, que ficou no ar pela *TV Globo* até 2010, tendo como lema o “Jornalismo mentira, humorismo verdade”.

Ocorre que, naqueles suportes – impresso e TV – havia condições de identificar o objetivo das publicações e a não veracidade das “notícias” publicadas. Com a chegada das mídias digitais, no sentido que Rojo e Moura (2012) lhe atribuem²⁶⁷, houve a migração desse tipo de humor para as plataformas de mídias sociais, o que tornou a vida do leitor muito difícil para – no afã de consumir o grande volume de informações que lhe chega a todo momento em seus dispositivos – diferenciar uma piada/sátira, com ares de verdade de uma notícia factual, produzida pela mídia ou por algumas mídias.

²⁶⁶ **SUPER.ABRILCOM.BR.** Casseta Popular e Planeta Diário. 31 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/casseta-popular-e-planeta-diario/> Acesso em 10 out. 2020.

²⁶⁷ “A mídia digital, por sua própria natureza “tradutora” de outras linguagens para a linguagem dos dígitos binários e por sua concepção fundante em rede (web), permite que o usuário (ou o leitor/produtor de textos humano) interaja em vários níveis e com vários interlocutores (interface, ferramentas, outros usuários, textos/discursos etc.)” (ROJO e MOURA, 2012:23)

Embora Wardle e Derakhshan (2017) classifiquem o gênero como *misinformation* (o compartilhamento impensado de informação falsa ou não factual), gostaria de ressaltar que: toda notícia satírica é não factual, mas não é necessariamente desinformação. A diferença, a meu ver, está na intencionalidade de quem a dissemina (com o objetivo de enganar) omitindo o seu contexto original vinculado ao humor, isto é, elas podem ser usadas como desinformação fora de seu contexto original. Isso porque uma pessoa que acessa um site de humor sabe ou ao menos deveria saber que os fatos ali colocados são ou podem ser distorcidos, caricaturizados numa perspectiva crítica ou de deboche, para chamar a atenção. De forma que, uma mensagem recortada, descontextualizada e compartilhada nas mídias sociais pode causar confusão.

Do ponto de vista teórico, esse tipo de texto também é conhecido como Desnotícia. Filipo Figueira (2020) explica que, embora o gênero empregue a forma estrutural da notícia (como a pirâmide invertida e alguns critérios estilísticos), pode subverter o princípio da objetividade: “Baseando-me na definição de Hutcheon (1989), é possível dizer, enfim, que as desnotícias, para provocar o riso, jogam com o dissenso sobre a objetividade e com a possibilidade de adequar-se plenamente à norma de objetividade, conforme supõe o campo jornalístico.” (FIGUEIRA, 2020:18). Claro que não se pode esquecer de que o campo da objetividade é também questionável, uma vez que estamos falando da objetividade possível.

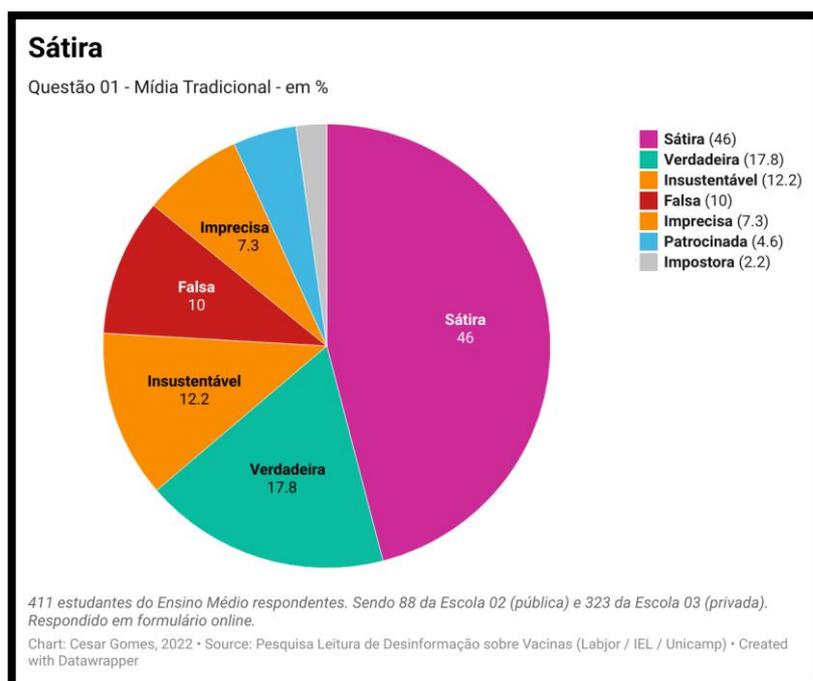
Figura 70: Captura de tela do texto 01, retirada dos testes dos estudantes



Fonte: SENSACIONALISTA / Revista Veja (2020)

O texto 01 (Figura 70, acima) pertence ao gênero notícia e foi publicado pelo site da Revista *Veja*, veículo conhecido da mídia tradicional brasileira. Ocorre que entre fevereiro de 2017 e maio de 2021, o site humorístico eletrônico Sensacionalista²⁶⁸ integrou a equipe de colunistas da revista, tendo um espaço privilegiado para colocar suas notícias em forma de sátira. Publicado em outubro de 2020²⁶⁹, o texto se utiliza da estrutura e da estilística do gênero jornalístico para fazer uma piada em relação às pessoas que sinalizam não querer tomar a vacina contra a Covid-19, no auge da pandemia. E faz uma analogia com um bungee jump sem corda, para criticar os negacionistas que começaram a despontar no país. Ao ler o texto, os estudantes avaliaram sua factualidade conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 39: Resultados da questão 01, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

O Gráfico 39 (acima) mostra que quase a metade dos estudantes (46%) identificaram o texto como sendo uma sátira (a resposta esperada), o que é animador. Porém, que 17,8% classificaram-no como verdadeiro, além de 12,2% que consideraram a publicação

²⁶⁸ Fundado em 2009, o site tem como lema é “Um jornal isento de verdade”, que faz um jogo de palavras com as palavras isenção e verdade. Atualmente, o Sensacionalista tem uma coluna no jornal O Globo.

²⁶⁹ Este texto foi o único inserido em 2020, porque substituiu o texto satírico utilizado no pré-teste que trazia como personagem o presidente Jair Bolsonaro, para evitar interpretações equivocadas sobre os objetivos da pesquisa, conforme já explicitado na Metodologia (p. 47)

insustentável e 7,3%, como imprecisa, o que é preocupante; outros 10% assinalaram que a publicação é falsa; 4,6% disseram que é conteúdo patrocinado e; 2,2% conteúdo impostor.

b) Desnotícia 2: Informações em formato que imita a mídia tradicional

Ainda no campo da Desnotícia, o Conteúdo Impostor é caracterizado por veículos que falsificam e imitam o formato e as fontes de publicações da mídia tradicional e que também trazem textos fictícios no gênero notícia. Observei que, no Brasil, esse formato é utilizado apenas por sites de humor, como o *Falha de S. Paulo* (<www.falhadespaulo.com.br>, não mais disponível para acesso), paródia do jornal paulistano *Folha de S. Paulo*, e o *G17*, brincadeira do que seria uma união entre o portal *G1* (Grupo Globo) e *R7* (Grupo Record).

Importante contextualizar que a *Falha de S. Paulo* acusa o jornal *Folha de S. Paulo* de não declarar sua preferência editorial/política, diferentemente do que fazem no Brasil o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Carta Capital* (KAISER, 2012). Como prenúncio de uma discussão que tomou recentemente o debate público, entre os limites do humor e o da liberdade de expressão, segundo o portal de notícias *R7* (2010), o site sofreu um processo judicial movido pelo jornal paulistano por uso indevido da marca, uma vez que literalmente copiava o projeto gráfico (a fonte e o logo da publicação) e a identidade do veículo.

Por sua vez, os criadores do site acusaram a *Folha* de censura e receberam apoio de diversas organizações e personalidades internacionais, como Julian Assange, fundador do grupo *WikiLeaks*, que em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* (CHADE, 2010) afirmou entender “que há um grande escândalo em relação ao blog *Falha de S. Paulo*, que é uma sátira ao nome do jornal com o qual temos uma parceria no Brasil”. Em 2017, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) liberou a publicação do blog sem utilizar o logo e as fontes que lembrem a *Folha* ou algo que caracterize seu projeto gráfico.

Diante da não ocorrência de textos do gênero tratando das vacinas (assim como ocorreu na questão 02), por acreditar ser importante verificar se os estudantes o identificam, decidi incluí-lo com um tema ligado à saúde: a alimentação. Assim, o texto 03 (Figura 71, acima) pertence ao gênero notícia e foi publicado por um perfil pessoal da rede social Twitter (@Flavio_Bottini), cuja publicação original ocorreu no site *Falha de S. Paulo* (que não está mais disponível online). Idealmente, para entender a paródia colocada, o respondente precisa ter o conhecimento prévio de que existe um jornal chamado *Folha de S. Paulo* (@folha, no *Twitter*) e que há (havia) um humorístico chamado *Falha de S. Paulo* (@folha_sp, no *Twitter*, ainda ativo), que o imita.

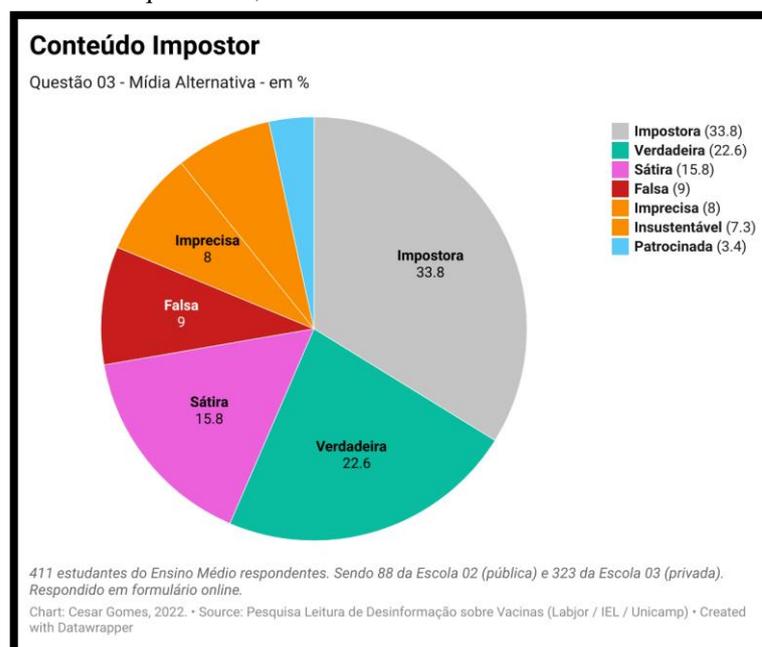
Figura 71: Captura de tela do texto 03, retirada dos testes dos estudantes



Fonte: Flávio Bottini (2018)

Observa-se que no Gráfico 40 (abaixo) 33,8% dos estudantes identificaram a publicação como conteúdo impostor (a resposta esperada), enquanto 15,8% a consideraram uma sátira, o que até certo ponto pode ser considerado correto porque o conteúdo impostor aparece necessariamente em veículos satíricos, pelo menos no Brasil. Uma vez que o texto está ilegível, com destaque para a identificação do veículo e manchete, é possível supor que os 50,3% que deram outras respostas (verdadeiras, 22,6%; falsa, 9%; imprecisa, 8%; insustentável, 7,3%; e patrocinada, 3,4%) não compreenderam a proposta e tenham se concentrado no conteúdo e não na forma apresentada, habilidade que pode ser desenvolvida com a Educação Midiática.

Gráfico 40: Resultados da questão 03, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



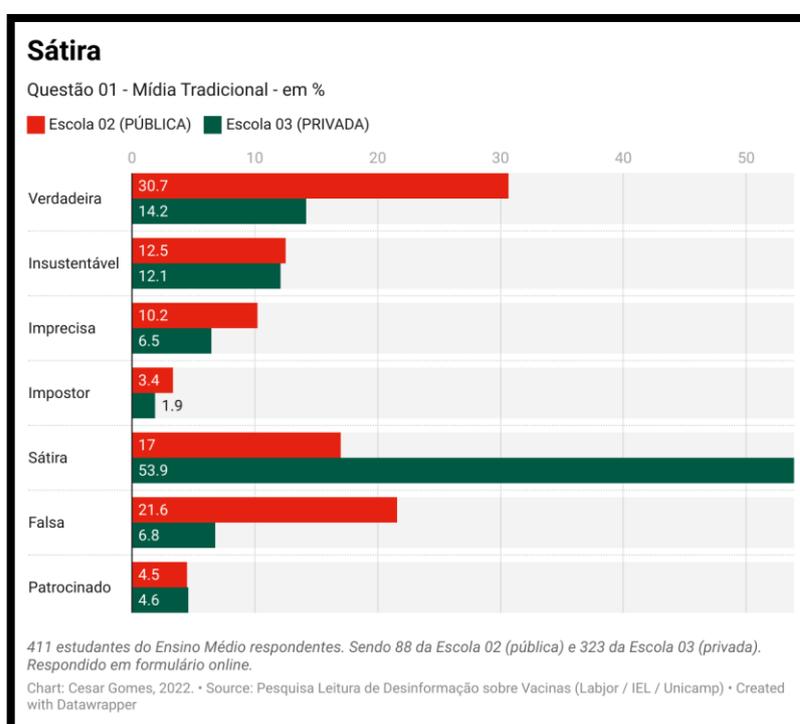
Fonte: Cesar Gomes (2022)

Interessante observar que, no pré-teste em que avaliamos a autenticidade das fontes no *Twitter*, 100% dos estudantes souberam identificar o Conteúdo Impostor quando colocado lado a lado *Folha de S. Paulo* e *Falha de S. Paulo* (Figura 61, imagem 3, página 258). Essa facilidade de identificação melhor de autenticidade no *Twitter*, pode ser atribuída à maior familiaridade dos adolescentes com essa plataforma digital.

5.3.3.1. Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:

Observando os resultados das escolas pública e privada, temos o seguinte:

Gráfico 41: Comparativo de respostas da questão 01 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

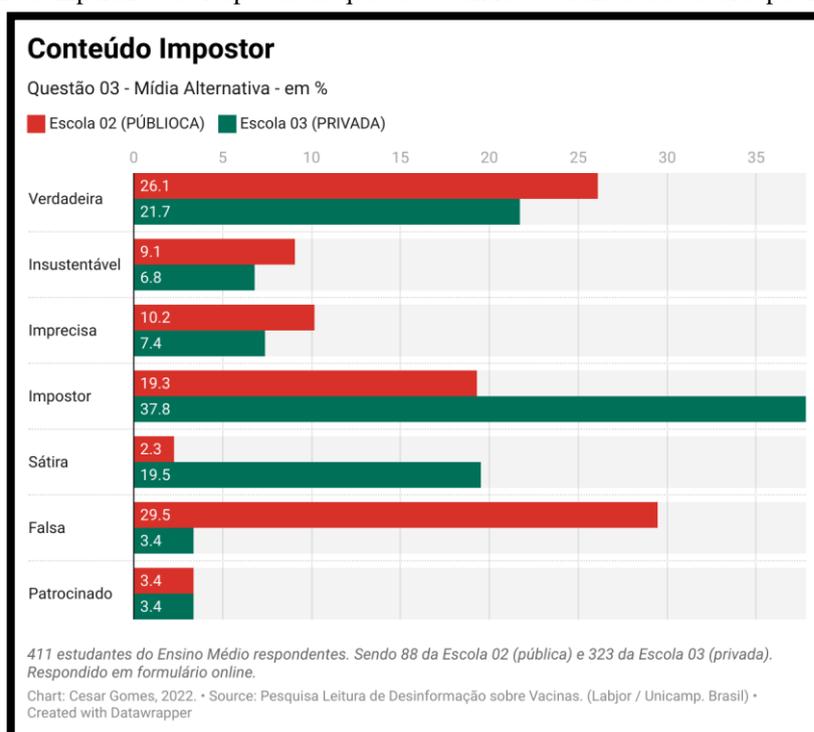
Quando se olha separadamente para as escolas pública e privada, conforme mostra o Gráfico 41 (acima), percebe-se que apenas 17% dos estudantes da Escola 02 (pública) conseguiram identificar a publicação como sendo uma sátira (a resposta esperada), enquanto na Escola 03 (privada) esse número foi de 53,9%, o mais díspar de todas as análises, até aqui, ou seja, cerca de 2/3 dos estudantes da escola pública não conseguiram compreender o tom irônico do texto. A alternativa conteúdo impostor (que é também uma Desnotícia) foi assinalada por 3,4% da rede pública e por 1,9% da rede privada. Consideraram a publicação como falsa 21,6% dos estudantes da escola pública e 6,8% da privada, o que não deixa a resposta totalmente errada, até porque ela não é factual, no entanto, isso demonstra falta de conhecimento do tipo

textual, isso é inegável. Preocupa, no entanto, o número de estudantes que consideraram a publicação factual: 30,7% da escola pública e 14,2% da privada tiveram essa percepção.

Na escola pública, dos 88 estudantes participantes, apenas 26 justificaram a questão (30% dos respondentes). Optaram pela alternativa sátira, 09 deles, sendo que 04 o fizeram porque enxergaram no texto um tom humorístico e 03 identificaram que o veículo (Sensacionalista) é um veículo de humor. Dentre os que cravaram falsa, as justificativas foram: fonte não confiável (01), falta de contexto (01) e falta de coerência (01). Entre os 04 estudantes que acreditaram ser o texto verdadeiro, a explicação foi de que as fontes são verdadeiras e refletem o que está de fato ocorrendo na sociedade.

Na escola privada, 170 estudantes justificaram suas escolhas (53% dos respondentes). Entre os que justificaram a escolha da sátira, 25 reconheceram o tom humorístico do texto; 23 identificaram que o Sensacionalista é um veículo de humor; 30 viram críticas ao Movimento Antivacinas e; outros 20 enxergaram a ironia do texto. Dentre os que entenderam ser o conteúdo insustentável, 08 acreditam que faltam dados para dar veracidade ao texto; 02, que não há argumentos; 01, que faltam evidências; 01, que o veículo não é confiável; e para 01 a linguagem é inadequada. Dentre os que assinalaram que as informações são verdadeiras, 06 justificaram que os fatos informados são verídicos; 02, o veículo é confiável; 01, a vacina é importante; 02, a linguagem do texto é adequada; e 01, a fonte é verdadeira.

Gráfico 42: Comparativo de respostas da questão 03 entre estudantes das escolas pública e privada.



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Na questão 03 (Gráfico 42, acima), verifica-se uma grande diferença entre as escolhas dos estudantes da Escola 02 (pública) e da Escola 03 (privada). A resposta esperada, conteúdo impostor, mostra 19,3 % x 37,8%, respectivamente; a resposta possível, sátira, 02,3% x 19,5%; e a resposta aceitável, falsa, 29,5% x 3,4%. Foi bem próximo, no entanto, o número de estudantes que consideraram a publicação verdadeira, 26,7% x 21,7%; insustentável, 9,1% x 6,8%; imprecisa, 10,2% x 7,4%; e patrocinada 3,4% x 3,4%

Na escola pública, novamente 26 estudantes justificaram suas respostas (30% dos respondentes). Dentre os que optaram por conteúdo impostor, 07 deles observaram que a publicação falsifica as fontes do jornal *Folha de S. Paulo* e 02 questionaram o nome “Falha de S. Paulo”. Dentre os que marcaram a opção falsa, 08 justificaram de maneiras variadas, com destaque para 02 que disseram o nome da publicação estar escrito de maneira errada, além de outros 02 terem citado a falsificação de fontes. Houve 04 estudantes que acreditaram ser a publicação verdadeira justificando que a informação era comprovadamente correta e que aqueles fatos são verdadeiros.

Na escola privada, 151 estudantes justificaram suas escolhas (47% dos respondentes). Dentre os que cravaram conteúdo impostor, 56 identificaram que a publicação falsifica fontes; 06 que a *Falha de S. Paulo* é um veículo humorístico; 02 observaram a estruturação da página; e 02 entenderam que a publicação errou o nome do jornal. Dentre os que assinalaram sátira, 14 destacaram o tom humorístico da publicação; 05 entenderam se tratar de uma piada; 03 viram na publicação uma crítica ao jornal *Folha de S. Paulo*; e 02 identificaram que a sátira se deu pelo nome do jornal.

Dentre os que entenderam a informação ser verdadeira, 14 disseram que o veículo é confiável; 05 que a pesquisa da manchete é verídica; e 02 que as informações também são verídicas. Dos que entenderam ser um conteúdo patrocinado, 02 entenderam que a publicação é patrocinada por empresas; 01 que faltam dados; 01 que não tem contexto; 01 disse não confiar na notícia; e 01 que a publicação quer vender algum produto.

5.3.3.2. Análise dos resultados sobre Desnotícias

Em princípio, não se pode considerar o conteúdo humorístico que circula nesses tipos textuais como desinformação, no entanto, a configuração das mídias sociais faz com que eles passem a ser de fato desinformativos em duas circunstâncias: a) quando é reproduzido ou compartilhado nas mídias sociais sem a identificação da fonte, impossibilitando ao leitor menos atento a condição de entender e deduzir que se trata de conteúdo satírico; b) quando é

reproduzido ou compartilhado com a informação da fonte, mas atinge um leitor com baixo repertório e que desconhece a finalidade de sites como o *Sensacionalista*.

Isto posto, é provável que esses estudantes em algum momento da vida escolar já tenham estudado ou tido contato com esse tipo textual em diversas situações de comunicação, no entanto, a terminologia não parece familiar para a maioria deles. Os “tipos de *fake news*” são classificações acadêmicas, conceitos que, possivelmente, os respondentes tiveram contato na hora do exame. Toda notícia satírica é uma notícia falsa, mas nem toda notícia falsa é uma notícia satírica. A grande diferença está na intencionalidade de quem produz e na redação do texto. Enquanto o humorista da sátira quer divertir, usando de sagacidade e do repertório que circula no imaginário da sociedade, o integrante do Ecossistema da Desinformação tem a clara intenção de enganar e obter dividendos financeiros e/ou políticos com sua criação.

Evidentemente, para o senso comum, ou a informação é falsa ou é verdadeira. Quando no pré-teste foi informado que há nuances, senti um clima de estupefação e de novidade. Então, nos testes, deduzindo por analogia, é possível que muitos tenham colocado a alternativa falsa por ser a mais simples. Ainda assim, mesmo sem ter tido uma única aula sobre o assunto, 46% dos estudantes assinalaram sátira na questão 01 e 34%, conteúdo impostor na questão 03. Isso demonstra que é possível utilizar os Tipos de Desinformação como conteúdo de ensino para que se leia mais criticamente as informações que circulam na web.

Aqui também o número de estudantes que classificam os textos como verdadeiros gravita em torno de 20% (17,8% na questão 01 e 22,6% na questão 03), o que reforça minha percepção (já identificada nas questões anteriores) de que 1/5 das pessoas tendem a acreditar naquilo que lhes é apresentado. Poder-se-ia dizer que falta a elas letramento para compreender as questões, no entanto, por tudo que apresentei nos capítulos anteriores essa hipótese me parece pouco provável porque acreditar ou não nesses conteúdos não é apenas uma questão escolar.

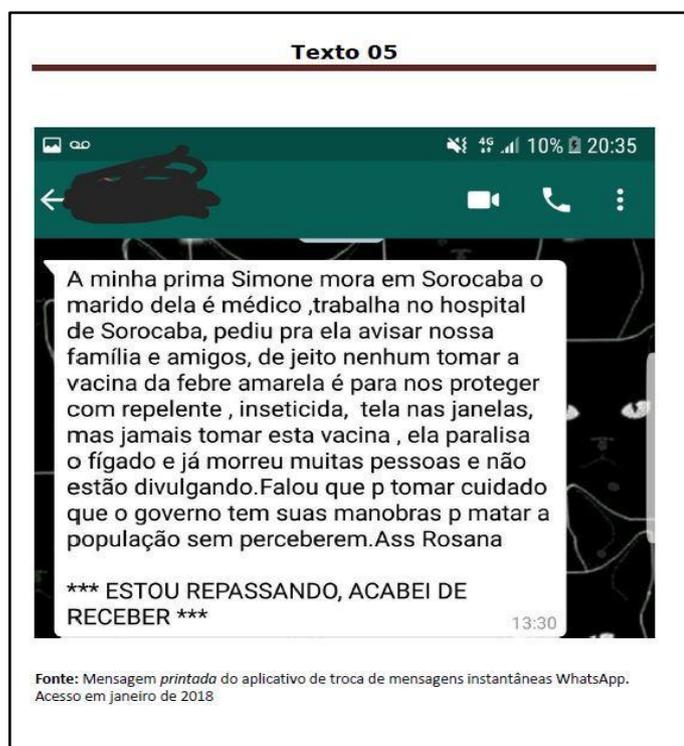
A grande disparidade entre escola pública e escola privada que ocorre em algumas das respostas, como na questão 01, entre os que assinalaram sátira (17% x 53,9%) e na questão 03, entre os que assinalaram conteúdo impostor (19,3% x 37,8) faz supor que os estudantes dessa escola pública não retiveram nem se apropriaram deste conhecimento, embora, possivelmente tenham-no visto nos anos de vida escolar. Estudar apenas para fazer a prova e depois esquecer do que foi visto é uma constatação já feita pelo, então Secretário da Educação do Estado de São Paulo, José Roberto Nalini (citado na página 25 da Introdução) para quem as escolas estaduais – então sob sua responsabilidade – adestram os estudantes e depois os avalia, em lugar de desenvolverem outras habilidades para melhor interpretação da realidade.

Isso pode ser constatado hoje, se você pisar numa escola estadual. Não é uma suposição. Como professor que atua no chão da escola, tenho presenciado os absurdos pedagógicos em torno das avaliações cometidos pela Secretaria Estadual, onde, a pretexto de avaliar os estudantes, imprime-se uma carga desumana de avaliação neles que estão semana sim, semana não na sala de informática fazendo Sequencias Digitais, Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) e respondendo a questionários socioemocionais. O que presencio são estudantes desmotivados, respondendo por obrigação e “chutando” todas as respostas, como por exemplo um estudante que presenciei responder a uma prova de matemática com 26 questões em cinco minutos. Ele demorou mais tempo para fazer o login na plataforma da prova do que para respondê-la.

Em que pese o fato de a leitura crítica não ser o único fator de combate à desinformação, ensinar a ler com criticidade é papel da escola. Mas essa escola hoje (e aqui falo especificamente da escola pública em que trabalho), além da conhecida falta de estrutura e baixos salários de seus profissionais, está refém de metas e cobranças, sem possibilitar que esse estudante tenha de fato uma boa aula ou que tenha condições de superar essa defasagem.

5.3.4. Notícias 100% fabricadas em aplicativos mensageiros

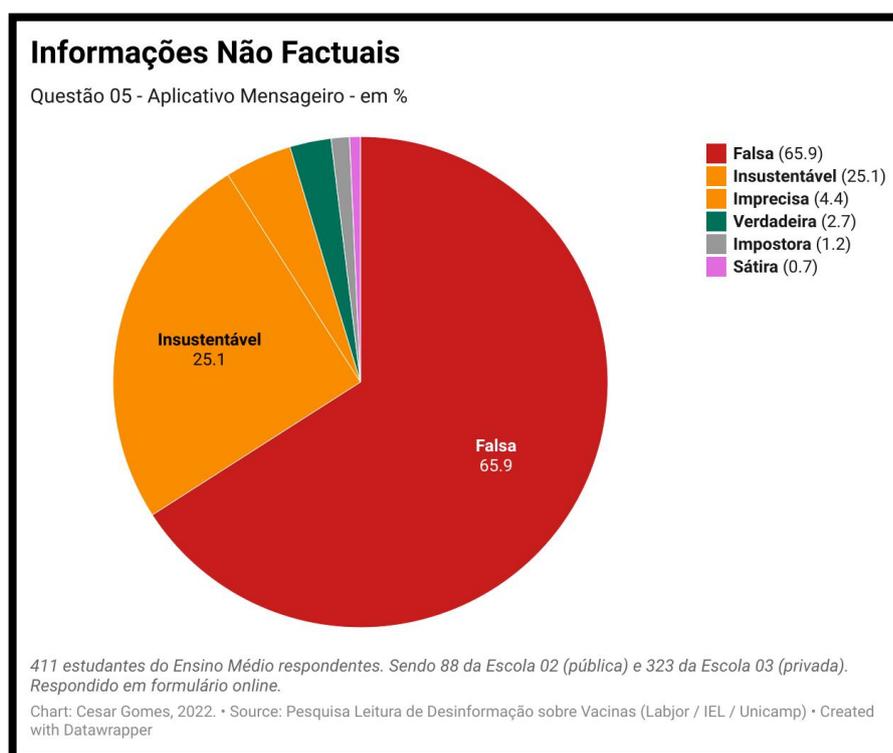
Figura 72: Captura de tela do texto 05, retirada dos testes dos estudantes



Fonte: Mensagem capturada de aplicativo de conversação e troca de mensagens *WhatsApp* que circulou em janeiro de 2018.

O Conteúdo 100% Fabricado é aquela informação totalmente inverídica, elaborada com a clara intenção de enganar (WARDLE e DERAKHSHAN 2017). A produção desse tipo de desinformação demonstra o total desprezo e falta de comprometimento com os fatos, fundamentando-se em teorias da conspiração e crenças individuais, sem nenhuma comprovação científica. O texto 05 (Figura 72, acima) pertence ao gênero Relato Pessoal e circulou em aplicativos de mensagens por volta de janeiro de 2018. Nele, um narrador feminino, que assina Rosana, conta uma história de um marido de uma prima que seria médico, trabalharia “num hospital de Sorocaba” (mas não diz o nome do médico nem do hospital) e recomenda para que ninguém se imunize contra a Febre Amarela porque a vacina paralisaria o fígado, além de dizer que “já morreu muitas pessoas” (*sic*) em função da vacina, fato que o governo não estaria divulgando. Observe o desempenho dos alunos na avaliação desse texto:

Gráfico 43: Resultados da questão 05, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada



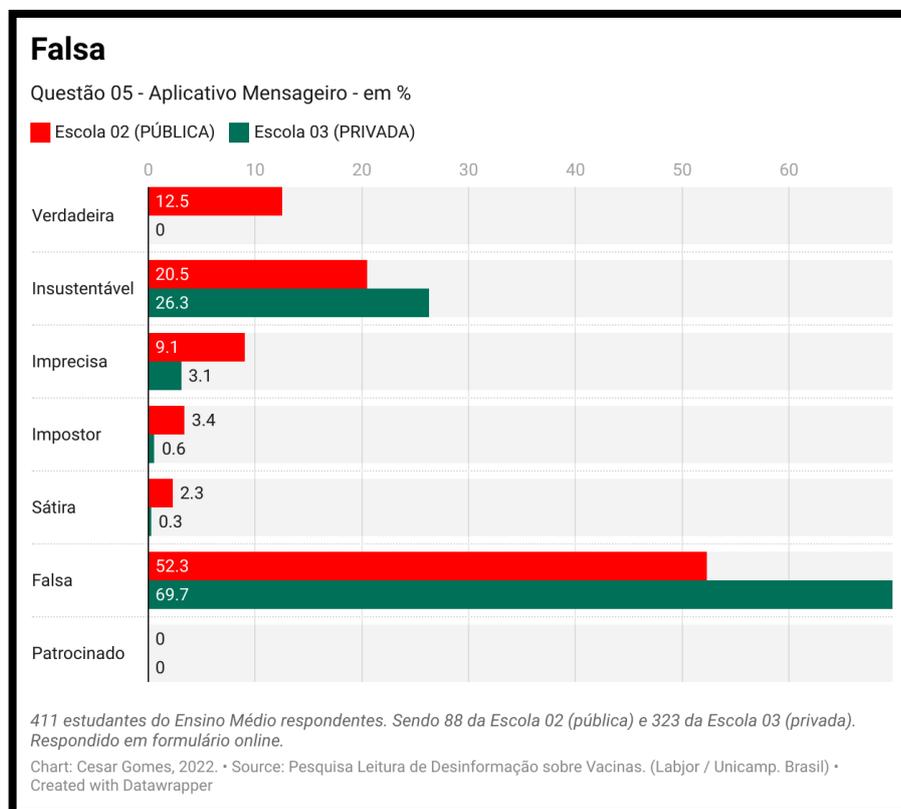
Fonte: Cesar Gomes (2022)

Conforme o Gráfico 43 (acima), 95,4% dos estudantes desconfiam dessa informação que circulou no aplicativo de mensagens, sendo que 65,9% consideraram-na sendo 100% falsa (a resposta esperada), 25,1%, insustentável e 4,4% imprecisa. Menos de 3% dos respondentes (2,7% para ser exato) consideraram a publicação verdadeira. Outros 1,9% deram outras respostas: 1,2% conteúdo impostor e 0,7% sátira.

5.3.4.1. Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:

Observando os resultados das escolas pública e privada, temos o seguinte:

Gráfico 44: Comparativo de respostas da questão 05 entre estudantes das escolas pública e privada



Fonte: Cesar Gomes (2022)

Quando se olha separadamente para as escolas privada e pública (Gráfico 44, acima), percebe-se que nessa questão a diferença entre as percepções é razoável, embora não tão grande quanto nas questões anteriores. No caso dos que consideraram a informação falsa, 52,3% dos estudantes da Escola 02 (pública) e 69,7% da Escola 03 (privada); já entre os que a consideraram insustentável, aparecem 20,5% da rede pública e 26,3% da rede privada; entre os que assinalaram imprecisa, na rede pública esse percentual foi de 9,1%, enquanto na rede privada ele correspondeu a 1/3 desse resultado, ou 3,1%; na escola pública consideraram a informação como sátira 2,3% e como conteúdo impostor 3,4%, enquanto a escola privada esse número foi de apenas 0,3 % para sátira e 0,6% para conteúdo impostor; um número que chama a atenção é o de estudantes que consideraram a informação verdadeira: enquanto 12,5% dos estudantes da escola pública enxergaram veracidade no texto, nenhum estudante da escola privada deu credibilidade a ele.

Quando se observa as justificativas dessas respostas, tem-se na rede pública 18 estudantes que justificaram essa questão (20% dos respondentes). Dentre os que escolheram a alternativa falsa, 06 acreditam que o veículo (*WhatsApp*) não é confiável; 02 acreditam que a publicação foi criada intencionalmente para enganar; 01 acredita que o conjunto das informações indica manipulação; 01 que a história é inverossímil; e 01 que a informação não tem base em dados científicos. Dentre os que justificaram a opção pela alternativa insustentável, 02 disseram que o veículo não é confiável; e 01 que não há evidências para acreditar nesses fatos.

Já na rede privada, 150 estudantes justificaram suas escolhas (46% dos respondentes). Dentre os que justificaram a escolha pela alternativa falsa, 33 entenderam que o texto não tem base em fatos científicos; 31 disseram que o veículo (*WhatsApp*) não é confiável; 09 destacaram a falta de autoria do texto; 06 disseram que as fontes citadas não são confiáveis; 06, que a publicação foi criada propositadamente para enganar; 05, que faltam dados para dar veracidade à informação; 04, que a linguagem utilizada é inadequada; 02, que o texto é apenas a opinião de seu autor; 01, que falta contexto; 01, que a vacina não mata; 01 que é uma crítica ao governo; e 01, que se trata de um discurso negacionista.

Dentre os que justificaram a informação como insustentável, muitas explicações se parecem com as anteriores: 20 também entenderam que o texto não tem base em fatos científicos; 11, que o veículo não é confiável; 05, que faltam dados; 03 que faltam argumentos; e 02 que se trata apenas da opinião do autor. Dentre os que disseram ser o texto impreciso, para 03 deles, o veículo não é confiável; para 01 o texto não tem base em fatos científicos; e para outro falta contexto.

5.3.4.2. Análise dos resultados sobre notícias 100% fabricadas

É possível que o veículo da mensagem (o *WhatsApp*) com seu histórico de utilização para disseminação de informações não factuais – acentuado na eleição brasileira de 2018, levando à descrença de quase tudo o que circula nessa plataforma – tenha contribuído para esses resultados. Essa percepção dos estudantes corrobora, mais uma vez, o levantamento do Datafolha (Gráfico 25), sobre a credibilidade da mídia, no qual apenas 12% dos entrevistados dão alguma credibilidade àquilo que circula nesse mensageiro.

Reforço que, assim como argumentei na análise dos textos insustentáveis e imprecisos, a escolha do formato e do veículo são algumas das estratégias que determinam o sucesso de uma desinformação, porque é muito difícil para o leitor da era digital (em função da

rapidez que essa leitura suscita e em alguns casos por falta de letramento²⁷⁰) duvidar da credibilidade de um texto bem formatado e aparentemente sério. Por isso, é tão difícil, para a imensa maioria das pessoas, identificar uma manipulação intencional da informação quando ela é publicada por veículos da mídia tradicional (por mais que seja pontual, ela acontece), porque já há na população um certo pressuposto de que o que é publicado ali é necessariamente fato, não cabendo críticas, o que nem sempre é verdadeiro. Por outro lado, não se pode agir como os defensores do (então) Presidente da República, Jair Bolsonaro (PL) para quem absolutamente tudo o que é publicado por determinados veículos (que eles elegem como de oposição ao presidente) é manipulação, *fake news* etc. É preciso criticidade para analisar cada veículo.

Outro ponto que quero destacar é a recorrente opção pelo gênero relato pessoal feita pelos produtores de desinformação sobre vacinas. Para compreender tais escolhas, é preciso considerar dois fatores: a) estudos que mostram que, nas mídias sociais, o discurso emocional engaja mais do que o objetivo²⁷¹; b) os aplicativos mensageiros são configurados para que seu conteúdo seja compartilhado por pessoas da nossa confiança, com quem temos Laços Fortes.

Retomando Granovetter (1973) – que se baseia na Teoria dos Laços Sociais para formular a sua teoria sobre a Força dos Laços Fracos – a proximidade de quem compartilha uma informação faz com que haja uma tendência muito grande de que ela seja disseminada porque, explica o autor, as pessoas tendem a tomar decisões motivadas pelo apoio daqueles com quem estreitam laços mais próximos, com quem têm uma relação e confiança. Por isso, quanto mais próximos parecerem de alguém, maior é a chance de o interlocutor acreditar na veracidade da história e de compartilhá-la, fazendo-a prosperar e se multiplicar por seus inúmeros contatos.

Há, ainda, o constrangimento daqueles que tendem a não contestar a desinformação pelo dissabor que tal atitude provocaria. Quem já recebeu uma desinformação no grupo da família sabe do que estou falando: se você contesta, arruma briga imediatamente e arruína o Natal em família. Assim, para tentar ficar bem com todo mundo, na maioria das vezes, você é obrigado a ficar em silêncio e acaba, por isso, dando espaço para alguém menos cético acreditar na história.

²⁷⁰ Enfatizando que não é apenas por falta de letramento que se agrava o problema da desinformação, uma vez que há pessoas que compartilham esse tipo de conteúdo conscientemente e têm a exata noção das consequências que pretende.

²⁷¹ Conforme discutido nos Capítulo II (subitem 2.3.2. Mercado da Desinformação) e no IV, bem como na Análise dos textos imprecisos e/ou insustentáveis, neste capítulo.

Os produtores do Ecossistema da Desinformação sabem disso e, por esse motivo, utilizam-se dessa estratégia (dentre as outras já descritas) de privilegiar um discurso mais subjetivo e informal, ou seja, vão procurar fugir daquele discurso científico que traz dados de estudos, chegando a demonizá-lo, para dar preferência a relatos de experiência de “gente como a gente”. A inexistência de identificação do nome do médico e do hospital poderia ser entendida como uma pista para desmascarar a desinformação, no entanto, para muitos, isso pode ser visto como prova de que a pessoa fala a verdade, uma vez que não está “ligada ao sistema”, seja lá o que isso queira dizer.

Por fim, caso se confirme em pesquisas mais amplas a ocorrência de 12,5% dos estudantes da escola pública e nenhum da escola privada considerarem o texto como verdadeiro, estamos diante de um quadro que pode significar que a parte mais vulnerável da população está também mais vulnerável a ser manipulada pela desinformação do que aqueles que têm acesso e condição social privilegiada. É fato também que a maioria esmagadora desses estudantes da escola pública desconfiou da informação, o que também pode indicar que a distância entre esses dois públicos não é tão grande quanto a que se supõe, dado o contexto em que sobrevivem e (muitos) trabalham ao mesmo tempo em que estudam. Além disso, a julgar o quanto foram prejudicados pela pandemia da Covid-19, período em que – por conta do engodo que se provou a privatização da telefonia no Brasil, que prometia acesso para toda a população – não tiveram aulas remotas por falta de conectividade, sem contar os demais complicadores, os resultados são, até certo ponto, satisfatórios.

5.3.5. Conteúdo Patrocinado

No meio jornalístico, o conteúdo patrocinado é aquele em que as empresas pagam para publicar uma publicidade em formato do gênero notícia em veículos da mídia tradicional como revistas, jornais, portais de notícias e outras mídias do setor, aproveitando-se de sua credibilidade. No entanto, ele não deve ser confundido com propaganda explícita. Isto é, embora seja publicado em formato de notícia juntamente com outras de interesse público dentro do veículo, esse conteúdo foi pago por uma empresa que tem interesse que aquela informação seja absorvida subliminarmente. Deve obrigatoriamente vir acompanhada de uma mensagem indicando tal condição para que o leitor tenha consciência de que estão tentando lhe vender algo, algum produto ou uma ideia.

Outra questão a ser considerada é que o conteúdo publicitário também pode desinformar. Um exemplo claro desse desvio foi a publicação (num dos períodos mais mortais da pandemia da Covid-19) do “Manifesto pela Vida”, que defendia o chamado “tratamento

precoce” contra a Covid-19. Esse anúncio pago de meia página, ocupou simultaneamente as páginas de, pelo menos, 8 grandes jornais do país – O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de Minas, Jornal do Commercio, Zero Hora, Jornal Correio, Correio Braziliense e O Povo – conforme mostra a Figura 73 (abaixo).

Figura 73: Montagem das páginas dos jornais O Globo, O Povo, Jornal do Commercio, O Estado de Minas e Folha de S. Paulo (em sentido horário) com o manifesto a favor do tratamento precoce



Fonte: Site Poder 360. 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-publicaram-anuncio-pago-de-tratamento-precoce-contracovid-19/> Acesso em 20 jan. 2023.

Segundo o site Poder 360, o manifesto, publicado no dia 23 de fevereiro de 2021, foi assinado por 2.122 médicos da Associação de Médicos pela Vida e direcionado à sociedade brasileira, aos médicos, órgãos de imprensa, aos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) e ao CFM. O chamado tratamento precoce, defendido pela associação, é a utilização de um conjunto de medicamentos²⁷² sem eficácia comprovada contra a Covid-19. Segundo o Jornal da USP, a tal associação, com sede em Recife, foi criada no começo da pandemia para promover o “tratamento precoce da covid-19” no Brasil: “Por meio de uma forte presença nas redes sociais e de um apoio explícito do governo federal da época, essa associação tem influenciado muitos profissionais de saúde e a população leiga sobre o uso do ‘kit covid’” (FERREIRA,

²⁷² O popularmente conhecido “kit covid” é composto por alguns fármacos como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, bromexina, nitazoxanida e anticoagulantes. Além deles, suplementos de zinco também foram associados ao tratamento precoce.

2021). Como é possível concluir, ter discernimento para identificar esse tipo de publicação é fundamental, não apenas para os estudantes, mas para toda a sociedade.

Figura 74: Captura de tela do texto 09, retirada dos testes dos estudantes

Texto 09

Seções

ALERTA

Vacinação e cuidados ajudam a prevenir sintomas da gripe

Altamente contagiosa, a gripe pode ser evitada com medidas de prevenção; Mater Dei disponibiliza vacina quadrivalente contra o vírus

Conteúdo patrocinado por Rede Mater Dei de Saúde | Postado em 13/05/2019 10:57 / atualizado em 13/05/2019 11:04

Foto: Breno Pataro/EM/D.A Press



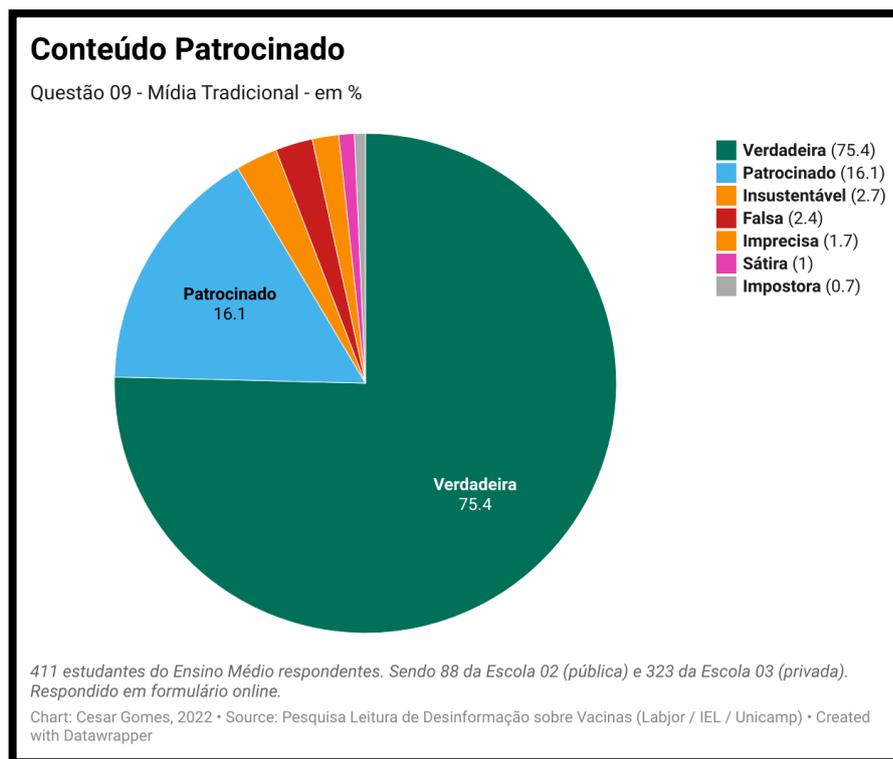
Com a chegada do outono, é necessário ter atenção para o risco de epidemia de Influenza. Segundo o Center for Disease Control (CDC), o surto da gripe nos Estados Unidos, em 2018, vitimou 128 crianças, sendo que 47 mil casos foram confirmados. Dessas crianças, entre 70 e 80% não haviam sido imunizadas. O segundo grupo mais afetado foi de pessoas acima de 65 anos.

A gripe é uma doença altamente contagiosa que afeta nariz, garganta e pulmões e pode se manifestar de forma severa, podendo causar até óbito. A transmissão ocorre por meio de gotículas que são expelidas pelas pessoas infectadas quando espirram, tosse ou falam. Também é possível contrair a doença ao tocar superfície ou objetos contaminados e, logo em seguida, levar a mão à boca, olhos e nariz.

Fonte: O Estado de Minas (2019)

O texto 09 (Figura 74, acima) pertence ao gênero notícia e foi publicado pelo jornal *O Estado de Minas*, patrocinado pela empresa Rede Mater Dei de Saúde, uma rede de hospitais localizados em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Ele informa sobre a vacinação e os cuidados para se prevenir contra os sintomas da gripe. Além disso, traz estatísticas do estadunidense CDC informando que o surto da gripe nos EUA, em 2018, teve 47 mil casos confirmados e vitimou 128 crianças, das quais entre 70 e 80% não haviam sido imunizadas. Traz também uma lista de medidas preventivas em relação à gripe e fala sobre a importância da vacinação. Ao final informa que a Rede Mater Dei de Saúde disponibiliza a venda da vacina quadrivalente contra o vírus Influenza, deixando claro o interesse mercadológico da notícia. Observe o desempenho dos estudantes ao identificar a factualidade desse conteúdo:

Gráfico 45: Resultados da questão 09, referentes ao teste com estudantes das escolas pública e privada

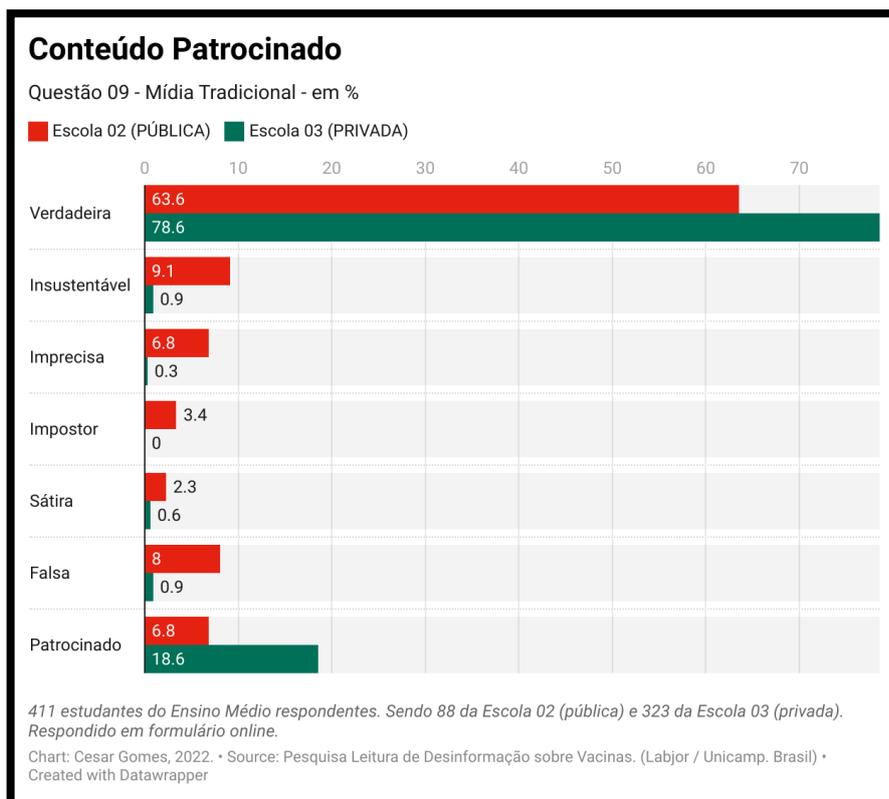


Fonte: Cesar Gomes (2022)

Conforme mostra o Gráfico 45 (acima), no geral, 75,4% dos estudantes afirmaram que a informação é verdadeira, o que não deixa de estar correto porque o texto traz informações relevantes e factuais acerca da vacina na prevenção contra a gripe; apenas 16,1% conseguiram identificar que esse conteúdo é patrocinado por um hospital privado (a resposta esperada) e que, portanto, tem um interesse claramente mercadológico, embora relacionado à saúde: a venda de vacinas contra a gripe; assinalaram que o texto é insustentável 2,7% dos estudantes e impreciso, 1,7%; Entenderam que se trata de um texto com informações falsas 2,4%; Consideraram uma sátira 1%; e que o conteúdo é impostor, 0,7%.

5.3.5.1. Comparativo pública x privada e justificativas das respostas:

Observando os resultados das escolas pública e privada, temos o seguinte:

Gráfico 46: Comparativo de respostas da questão 09 entre estudantes das escolas pública e privada

Fonte: Cesar Gomes (2022)

Conforme mostra o Gráfico 46 (acima), enquanto apenas 6,8% dos estudantes da Escola 02 (pública) identificaram o conteúdo patrocinado, na Escola 03 (privada) esse número foi de 18,6%; consideraram a questão verdadeira 63,6% da rede pública e 78,6% da rede privada; entenderam que o texto é falso 08% da escola pública e 0,9% da escola privada; identificaram o texto como insustentável 9,1% e impreciso 6,8% na rede pública, enquanto na rede privada esse número foi de 0,9% e 0,3%, respectivamente; ao observar as alternativas para Desnotícia, na escola pública 2,3% consideraram sátira e 3,4% conteúdo impostor, enquanto na escola privada esse número foi de 0,6% para sátira, não tendo nenhum estudante dessa rede considerado o texto impostor.

Ao observar como esses estudantes justificaram suas respostas, temos o seguinte cenário: na escola pública foram apenas 10 alunos (11% dos respondentes). Dentre os que assinalaram conteúdo patrocinado, apenas 01 estudante justificou sua escolha explicando que a notícia divulga uma rede de vacinação. Dentre os que assinalaram verdadeiro, 02 estudantes disseram que a notícia é verídica; 01 que a pesquisa foi feita; 01 que as informações são óbvias

e divulgadas há vários anos; 01 disse que a vacina salva vidas; e outro que a vacina evita gripe; 01 estudante que assinalou imprecisa, disse não saber justificar sua escolha.

Na escola privada, 114 estudantes justificaram suas respostas (35% dos respondentes). Dentre os que assinalaram conteúdo patrocinado, 14 disseram que o texto traz informações de compra; 12 identificaram o selo de patrocínio; e 01 entendeu que o objetivo era divulgar a empresa. Dentre os que assinalaram verdadeiro, 21 disseram que os elementos do texto comprovam sua veracidade; 14, que os dados ali apresentados são verdadeiros; 10 que as fontes são confiáveis; outros 10, que de fato a vacina evita a gripe; e 08 afirmaram que as informações ali colocadas são comprovadas pela ciência; 04 enfatizaram que no texto constam os métodos contra a gripe; 04, que o veículo (*O Estado de Minas*) é confiável; 03, que os fatos são verdadeiros; 03 destacaram ainda a linguagem informativa; 03, a boa redação da notícia; 01, a coerência do texto; e 01, que há anos essa informação sobre a vacina é divulgada.

5.3.5.2. Análise dos resultados sobre Conteúdo Patrocinado

O resultado que salta aos olhos é o de que apenas 16% dos estudantes conseguiram identificar que o conteúdo – sobre vacina da gripe – era patrocinado por um hospital privado. Para piorar, ao estratificar as respostas, observa-se que o número de estudantes da escola pública que tiveram essa percepção foi de ínfimos 6,8%. Esse é certamente um resultado preocupante, mas não surpreendente, pois ele está bem próximo daquele divulgado pelo Sheg em 2016, em seu estudo Civic Online Reasoning²⁷³:

Outra avaliação fez com que os alunos do ensino médio consultassem a página inicial do Slate. Eles foram solicitados a identificar certas partes do conteúdo como notícias ou anúncios. Os alunos foram capazes de identificar um anúncio tradicional - um com um código de cupom - a partir de uma notícia com bastante facilidade. Mas dos 203 alunos pesquisados, mais de 80% acreditavam que um anúncio nativo, identificado com as palavras “conteúdo patrocinado”, era uma notícia real (DONALD, 2016).

Guardadas as devidas proporções, penso que esses 84% de estudantes que não reconhecem o conteúdo patrocinado, na pesquisa que ora analiso, podem ter as mesmas dificuldades dos 80% de estudantes estadunidenses, hipótese que pode ser confirmada ou não em outros estudos de aprofundamento sobre o tema. Em que pese as diferenças socioeconômicas e culturais de ambos os países, parece-me que a dificuldade para discernir entre notícia “real” e notícia patrocinada afeta igualmente a estudantes brasileiros²⁷⁴ e

²⁷³ A referida pesquisa, abordada na página 30 da Metodologia desta dissertação, inclusive serve de inspiração para a realização dessa questão 09, que tinha exatamente esse objetivo de compara a performance dos estudantes pesquisados em relação aos estadunidenses.

²⁷⁴ Caso estudos mais amplos sejam similares aos de minha pesquisa para esta dissertação.

estadunidenses. Além disso, há que se considerar que os EUA estão num processo de discussão sobre letramento midiático e informacional há décadas, conforme já discutido no Capítulo IV, por meio dos trabalhos do professor Ismar Soares (2000). Também neste caso, o letramento científico e midiático possibilita aos alunos entenderem o funcionamento da mídia, a diferenciar notícia de conteúdo patrocinado, entre outras coisas.

Outro aspecto a ser abordado é o de que 75,4% dos estudantes afirmaram que a informação é verdadeira, o que está correto porque de fato a vacina atua na prevenção da gripe. No entanto, o objetivo do texto é claramente mercadológico: a venda da vacina. Pergunto: se um aluno não identifica um conteúdo como sendo patrocinado, será que vai identificar uma fonte não idônea ou um site antivacionista patrocinado por um médico ou uma empresa negacionista? Penso que ao final dessas análises fica clara a necessidade se investir pesadamente no Letramento Midiático e Informacional da sociedade, a começar por colocar esse conteúdo como grade curricular. Além disso, é preciso formar os professores para que tenham condições de fazer essa discussão em sala de aula. Pois, se há problemas em países cuja discussão está avançada, o que dizer do Brasil?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo estas considerações citando Heráclito de Éfeso, filósofo pré-socrático que viveu aproximadamente entre 500 e 450 a.C., para quem “Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio... pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem!”. Digo isso porque quando iniciei o mestrado no Labjor eu tinha uma posição em relação às chamadas *fake news* que, após ter cursado as disciplinas obrigatórias, vários cursos nacionais e internacionais, publicado artigos e participado de seminários, congressos e entrevistas, não mais sustento. Muito aprendizado neste percurso e novas dúvidas, desafios a serem enfrentados em outros trabalhos futuros.

A começar pela própria designação sobre *fake news*, termo que abandonei após compreender o mau uso que se faz dele, passando pela não confirmação da hipótese de que apenas a implantação da Educação Midiática na escola seria suficiente para decretar o fim da Desinformação na sociedade, chegando à percepção de que também a mídia tradicional (diferentemente do que eu concebia) produz um tipo de desinformação que também pode ser danosa para a sociedade e que pouca gente se dá conta. Isto posto, passo agora às considerações finais segundo os objetivos específicos desta dissertação:

- ✓ Historiar as práticas de leitura crítica da mídia, sob a perspectiva da Educomunicação

Retomo, aqui, as principais linhas teóricas que nortearam este trabalho, numa tentativa de sintetizar as percepções dos autores que nortearam esta pesquisa e a as minhas, no desenvolvimento deste trabalho. São elas:

A inter-relação comunicação/educação data de quando o pedagogo francês Célestin Freinet (1896-1966) introduziu ainda nos anos 1920 em suas aulas a técnica do jornal escolar. Mario Kaplún (1923-1998) – professor e jornalista argentino, crítico da comunicação e ávido por outro modelo – inspirado em Freinet, cria o neologismo “Educomunicador”, ao denominar aquele que realiza essa comunicação educativa²⁷⁵. A partir da concepção de Educação Bancária elaborada por Paulo Freire (1921-1997), Kaplún relaciona sua proposta à concepção de educação libertadora, defendida pelo brasileiro.

Por sua vez, Freire avalia que “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1985:46). Já o colombiano Jesús Martín-Barbero

²⁷⁵ O termo “Educomunicadores” aparece em pelo menos quatro menções nas páginas 81, 88, 158 e 221. (KAPLÚN, 1998)

(1937-2021), teórico da comunicação na América Latina, aborda o surgimento de um ecossistema comunicativo relacionando-o à comunicação e criticando a centralidade do sistema educacional no livro e na escola, defendendo que a comunicação – em função das novas tecnologias e de um ambiente de informação e conhecimento múltiplo, descentralizado em relação ao sistema educacional – não pode mais ser conduzida com uma visão linear.

Na Europa, temos importantes contribuições como a do Papa Pio XI, na década de 1930, que “promoveu produção e difusão cinematográfica, exigindo que cada escola ou paróquia católica disponibilizasse um salão exibidor de filmes” (SOARES, 2013:173) e da World Association for Christian Communication (WACC) ligada a igrejas protestantes, com sede em Londres, que apoiaram projetos de *media education* na Europa.

Na Inglaterra, merecem destaque as contribuições de Raymond Williams e Stuart Hall representados pela corrente teórica denominada de Estudos Culturais. Na França, o Centre de Liaison de l’Enseignement et des Médias d’Information (Clemi), em 2007, torna obrigatória a formação de docentes e a educação para os meios nos programas de ensino em toda França. Na Espanha há programas de graduação e de pós-graduação, destinados à formação de *profesores en médios*. Na Suécia, desde 1998, são produzidos estudos periódicos sobre a relação entre infância, juventude e mídia e, na Itália, pesquisadores como Roberto Gianatelli e Pier Cesare Rivoltella, contribuíram para criar a Associação Italiana de Educação para os Meios (MED).

Os EUA podem dividir os estudos sobre educação e mídia em três fases: 1) o *deficit model*, por volta dos anos 1970; 1.a) Embotamento, por volta dos anos 1980; 2) *acquisition model*, por volta dos anos 1990. 3) *citizenship model*, no final dos anos 1990, em que quase a totalidade dos estados estadunidenses (48 dentre os 50), desenvolviam algum tipo de trabalho pedagógico na área, no entanto, também cabe o destaque de que diversos veículos da mídia tradicional também elaboravam projetos de *media literacy*.

Segundo Soares (2013:180), na América latina, cabe destacar o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), com sede em Quito. O Equador exerceu profunda incidência na construção do conceito da Educomunicação como gestão de processos comunicativos. Na década de 1980, proliferaram pelo continente projetos de educação para a comunicação, apesar de ter havido um processo de deslegitimação do ideário defendido pela Unesco sobre o tema. Na década de 1990, os Estudos Culturais – sob a influência europeia de Raymond Williams e Stuart Hall, foi revisada na América Latina por Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco – e contribuíram para fortalecer

a perspectiva que reconhecia o papel ativo do consumidor de mídias enquanto um construtor de sentidos, descolando o objeto da análise, dos meios para os processos de mediações.

No final dos anos 1990 e início de 2000, a América Latina vivenciou vários eventos com o tema da inter-relação educação comunicação/tecnologias da informação/comunicação: na Colômbia, o Seminário Internacional sobre Comunicação e Educação; no Brasil, o MEC promoveu o Fórum sobre Mídia e Educação; na Venezuela houve a criação de leis que previam educação para a recepção crítica dos meios de comunicação; no Equador, mais de 1200 escolas Salesianas estabeleceram metas de implementação de práticas de gestão comunicativa. Mais recentemente podemos citar a contribuição do professor Ismar Soares, da professora Maria Aparecida Baccega e de José Manuel Moran, além do importante legado de José Marques de Melo.

Por fim, cabe destacar, dentre os projetos que estabelecem a relação comunicação-educação no Brasil, aqueles com foco na utilização de jornais ou revistas em sala de aula como ferramenta pedagógica desenvolvidos por diferentes veículos de comunicação, televisão, rádio e impresso, nas escolas de todo o país, com o apoio da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Associação de Revistas (Aner) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

- ✓ Examinar o fenômeno da desinformação numa perspectiva histórica

O fenômeno da desinformação não surge com o advento da Internet, tampouco das mídias sociais, muito pelo contrário, tem lugar na humanidade desde que esta começou a transmitir informações para terceiros, porque nessa configuração estão condicionadas a sua capacidade de síntese, seus vários filtros internos e sua intencionalidade. Assim, desde a Grécia Antiga, passando pela Idade Moderna, chegando à contemporaneidade é possível observar exemplos desse fenômeno que vai se agravar e ampliar, agora sim, com o advento da Internet e das mídias sociais, porque permitiram ao cidadão comum a condição de produzir, distribuir e ser lido por milhares de pessoas no mundo todo, cidadãos estes que nem sempre têm compromisso com os fatos e não conseguem fazer uma leitura crítica dos conteúdos distribuídos. Didaticamente, eu separei essas ocorrências em duas etapas: o velho e o novo no fenômeno da desinformação.

Para demarcar o que é velho na desinformação é preciso fazer uma divisão em três grupos: a) manipulações feitas para (tentar) mudar a história: cartas de Arthur Bernardes, o fictício Plano Cohen e a tentativa da seita Shindo Renmei, a Liga do Caminho dos Súditos, de dizer aos membros de sua comunidade que o Japão havia vencido a 2ª Guerra Mundial; b)

manipulações feitas pela própria mídia tradicional: tanto na ficção – como mostram *Ilusões Perdidas* (1836), do francês Honoré de Balzac, e *Os Maias* (1888), do português Eça de Queirós – quanto na realidade – com os *Canards* na França do século XVII e com a *Imprensa Amarela*, na América do final do século XIX; c) Teorias produzidas a partir de estudos da realidade que evidenciam a manipulação dos fatos realizada pela mídia tradicional, por empresas, por governos ou pelo conluio entre eles: a teoria do Agendamento (*Agenda Setting*), identificada nos anos 1970 por McCombs e Shaw (1972); os Padrões de Manipulação, descritos em 1988 por Abramo (2016); a teoria do Consenso Fabricado, (*Manufacturing Consent*), descrito também em 1988 por Chomsky e Herman (2008); e a Agnotologia (*Agnotology*), inicialmente descrita pelo historiador estadunidense Robert N. Proctor, da Universidade de Stanford, em 2005.

Já, o novo na desinformação surge com a evolução das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e com a criação e popularização das mídias sociais. Suas configurações – cuja navegação é mediada por algoritmos que formam *clusters* de usuários (bolhas), permitindo o compartilhamento por pessoas de confiança e que têm afinidades entre si – visam unicamente a engajar o usuário pelo maior tempo possível a fim de comercializá-lo com empresas de publicidade (a Economia da Atenção). Isso permitiu que se desenvolvesse um verdadeiro mercado da desinformação em que grupos se apropriaram dessa gramática e passaram a produzir e a distribuir desinformação ganhando muito dinheiro, formando um Ecossistema da Desinformação em que atuam pessoas e *bots* (robôs), numa dinâmica que se retroalimenta. Para dar um ar de legitimidade a tudo isso, esses grupos se amparam em “intelectuais” que se utilizam do negacionismo histórico e da Pós-verdade como escudos teóricos para fazer valer uma suposta “liberdade” para poder disseminar informações não factuais. Tudo isso permitiu que o volume de desinformação presente na vida das pessoas se elevasse exponencialmente, como nunca na história, a única coisa nova nesse fenômeno.

- ✓ Delinear um panorama das estratégias e elencar as principais propostas pedagógicas que têm sido desenvolvidas para a formação de professores e de alunos em leitura crítica da mídia em escolas brasileiras e estrangeiras que atentem especialmente para o contexto da atual necessidade de combater o Ecossistema da Desinformação na compreensão leitora

Conforme dito na parte final do Capítulo IV “Por que a educação midiática é uma das saídas?”, a Educação não vai conseguir sozinha combater o fenômeno da desinformação instalado nos moldes que descrevi. Apesar disso, é preciso elencar as ações que já têm sido

realizadas para superar o problema, tecendo algum caminho para que se possa seguir, com enfoque no leitor enquanto indivíduo consumidor da informação e no direito humano de receber informações apropriadas para tomar as suas decisões e exercer a sua liberdade de expressão com responsabilidade.

Um documento da Unesco (GRIZZLE et al., 2016) delinea as políticas e estratégias para a AMI²⁷⁶. A entidade divide em grupos de estratégias direcionadas para quatro atores diferentes, a saber:

- Educação Formal (professores, bibliotecários, alunos, formuladores de políticas, pesquisadores e administradores);
- Educação Não Formal e educação continuada (pais, cuidadores etc.);
- Outros atores: organizações de mídia, órgãos reguladores de mídia, bibliotecas, associações de bibliotecas, IFLA, institutos de ensino, mundo corporativo (publicidade e seu impacto, responsabilidade social corporativa), outros parceiros;
- Órgãos governamentais, em particular, ministérios e outras organizações relevantes.

Para a Educação Formal a entidade traça 27 estratégias/objetivos para a implementação da AMI para os países, dentre elas posso destacar: Reconhecer e apoiar os direitos de todos os cidadãos de ter acesso à mídia, à internet e a outros provedores de informação, além de engajá-los para avanço individual; Revisar e formular as diretrizes de políticas necessárias; Aumentar o número de educadores da AMI e líderes curriculares para guiar o processo de adaptação curricular e; Desenvolver currículos e diretrizes para profissionais, incluindo professores, com adaptação do currículo da AMI, entre outros.

Para a Educação Não Formal e educação continuada estão colocadas 07 estratégias/objetivos, dentre os quais merecem destaque: Criar grupos de mídia e informação cívica, como associação de espectadores e ouvintes, grupos de análise de mídias, estagiários de biblioteconomia, clubes de mídia e informação nas escolas; Incorporar a AMI a programas para jovens fora da escola, comunidades instáveis e programas de reabilitação com presidiários e; Incorporar a AMI como parte de programas de alfabetização para adultos e estudos continuados, entre outros.

Para as organizações de mídia, órgãos reguladores de mídia, bibliotecas e mundo corporativo estão postas 23 estratégias/objetivos, dentre os quais merecem destaque: Adaptar e testar em programa-piloto as diretrizes para a mídia impressa e de radiodifusão para promover

²⁷⁶ Destacando que aquilo que a entidade chama de Alfabetização Midiática e Informacional, eu considero Educação Midiática e Informacional, que conduz o estudante ao Letramento Midiático e Informacional, conforme explicado no Capítulo IV desta dissertação.

a AMI e o conteúdo gerado pelo usuário; Fazer com que os veículos de mídia expliquem seu trabalho ao público para promover a transparência em suas operações e; Aumentar a conscientização entre os profissionais de mídia sobre os benefícios da AMI, entre outros.

Para os órgãos governamentais estão colocadas 14 estratégias/objetivos, dentre os quais merecem destaque: Reconhecer a AMI como um investimento, não como um custo, como um potencial, não como um fardo, e empenhar-se para inserir essa realidade nas políticas, incluindo aquelas relacionadas às instituições de memória, mídia e TIC; Reconhecer que a mídia independente e o livre acesso à informação são fundamentais para a democracia e a liberdade e que a censura e o controle são prejudiciais ao melhor interesse dos cidadãos (crianças ou adultos) e; Desenvolver e distribuir ferramentas de educação midiática e informacional que estimulem o pensamento crítico e a livre expressão, inspirem a participação cívica na sociedade democrática e promovam a igualdade de gênero, entre outras.

Como sabemos que pouquíssimos países adotaram as estratégias da Unesco, passo a sintetizar o trabalho que tem sido feito em termos de Educação Midiática, trazendo alguns exemplos da área de pesquisa, de projetos desenvolvidos por atores não governamentais, principalmente no Brasil e nos EUA, bem como tentativas de implantação da Educação Midiática na grade do currículo escolar.

Na área da pesquisa – que evidencia experiências de implantação da Educação Midiática em universidades e no Ensino Médio – temos o estudo “Além do cinismo: educação para a mídia e resultados da aprendizagem cívica na universidade”, realizado em 2009 pelo professor Paul Mihailidis, com 239 estudantes de graduação da Universidade de Maryland (EUA), apontando, resumidamente, que o curso de alfabetização midiática aumentou a capacidade desses estudantes de compreender, avaliar e analisar conteúdos de mídia. Em 2017, o estudo “Educando para a Democracia em uma Era Partidária: Enfrentando os Desafios do Raciocínio Motivado e da Desinformação”, realizado por Joseph Kahne e Benjamin Bowyer, com jovens estadunidenses entre 15 e 27 anos, com inclinação partidária, mostra que os estudantes expostos à educação midiática, mesmo quando têm visões ideológicas definidas, aumentam sua capacidade de discernimento ao comparar um post que empregou desinformação e outro baseado em evidências.

Existem muitos projetos de Educação Midiática sendo desenvolvidos já a algum tempo, tanto nos EUA quanto no Brasil. Posso citar como exemplo dos EUA o Projeto Olhar Afiado, criado ainda em 1996 pela Ithaca College, de Nova Iorque, que desenvolve e provê planos de estudos, materiais, formação e apoio para a integração da alfabetização midiática no

currículo escolar em todos os níveis educacionais. Em 2008, foi criado o Projeto de Alfabetização Jornalística, que trabalha com educadores e jornalistas para ensinar estudantes estadunidenses secundaristas a distinguir fatos de ficções, buscando incorporar o que eles chamam de alfabetização jornalística nas salas de aula. Em 2018, a Associação Americana de Faculdades e Universidades Estaduais lançou uma iniciativa chamada Polarização Digital: promovendo a alfabetização cívica on-line (Digipo), na qual estudantes tornam-se checadores de notícias nas mídias sociais.

No Brasil, em 2001, na cidade de São Paulo, uma parceria entre o NCE da USP com a prefeitura de São Paulo, deu vida ao projeto Educom.radio que, utilizando princípios da Educomunicação integrados às práticas curriculares, capacitou em quatro anos aproximadamente nove mil docentes e membros das comunidades escolares de suas 455 escolas de nível fundamental, na rede municipal de ensino, tendo se transformado em lei em 2004. No mesmo ano foi criada a rede Comunicação Educação e Participação (CEP), constituída por 12 organizações, que adotou a Educomunicação, influenciando o MEC a adotar em 2007 seus projetos dentro do Programa Mais Educação, chegando a ter, no ano de 2012, cerca de 5.500 projetos em 3.500 escolas públicas de aproximadamente 500 municípios de todo o país.

Também em 2012 três instituições no país ofereciam graduação em Educomunicação: um bacharelado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), instalada em 2010; uma licenciatura na USP, instalada em 2011; e uma licenciatura à distância na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no mesmo ano. Em 2016, uma escola privada da cidade de São Paulo, o Colégio Bandeirantes, tornou-se o primeiro da América Latina a colocar a produção de comunicação dentro do currículo, a partir do primeiro ano do Ensino Médio.

Com relação às empresas de mídia, o binômio comunicação-educação há muito tempo tem sido utilizado por elas, por meio de projetos que inserem jornais ou revistas em sala de aula como ferramenta pedagógica, não só no Brasil, como no mundo. Nos EUA desde 1998 o jornal *The New York Times* desenvolve o projeto The Learning Network; em Portugal, o projeto RTP Ensina, desenvolvido pela *Rádio e Televisão de Portugal*, com o apoio da Direção-Geral da Educação, disponibiliza em seu site conteúdos audiovisuais diretamente ligados a diversas temáticas da área da Educação, inclusive sobre “Educação para os Media”.

De volta ao Brasil, inúmeros veículos da mídia tradicional desenvolveram – e alguns ainda desenvolvem – projetos nas escolas de todo o país, com o apoio da Abert, da Aner e da ANJ, colocando suas publicações à disposição de professores e estudantes. Apesar de

reconhecer a importância de tais projetos, eu vejo com ressalva tais iniciativas, uma vez que, via de regra, utilizam apenas suas publicações, não há um comparativo de visões e, por esse motivo, não fazem a crítica necessária e isenta (na medida do possível), até porque eles têm seus interesses de conquistar novos leitores e procuram preservá-los. Por experiência profissional, como professor da escola pública, participei, por volta do ano de 2012, do Projeto Correio Escola, desenvolvido pelo jornal *Correio Popular*, de Campinas, aprendendo muito com as formações oferecidas e pude vivenciar essa dificuldade estrutural.

Com relação aos programas desenvolvidos por entidades não governamentais, há alguns mais permanentes outros mais inconstantes. Entre as iniciativas que perduram estão o Lupa Educação, criado em 2017, que traz palestras e oficinas com jornalistas dessa agência realizadas em empresas e instituições de ensino de todo o Brasil e; o Programa de Educação Midiática (EducaMídia) desenvolvido desde 2019 pelo Instituto Palavra Aberta com o apoio da *Google*, composto de formações online e oficinas presenciais para professores e estudantes. Eu, inclusive, no ano de 2019 participei de um curso online sobre Educação Midiática e BNCC e avalio muito bem essa formação oferecida por eles.

Entre os esporádicos, cabe citar o projeto “Fake ou News”, desenvolvido pelo Canal Futura e pela Agência Lupa, em parceria com a *Google*, em 2018 e o curso online “Vaza, Falsiane”, iniciado no mesmo ano. Cito também o projeto MídiaMakers, realizado em parceria com as Chicas Poderosas e o Google Innovators, que disponibiliza em seu site uma gama de materiais didáticos no formato PDF para os professores trabalharem em sala de aula. Outras entidades também entraram no ramo da formação midiática, como é o caso da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) que lançou em 2021 o Movimento Empresarial Contra a Desinformação, uma iniciativa coletiva de combate à desinformação no país. Em 2022, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – com apoio da Embaixada e Consulado dos EUA no Brasil – realizou um programa on-line de educação midiática para professores, com a duração de 4 horas, o que considero insuficiente face à complexidade e desafios desta formação.

Nota-se, em boa parte das iniciativas, a forte presença da empresa *Google*, o que é bom por um lado, porque sem dinheiro esses projetos não poderiam acontecer, no entanto, é preciso ressaltar que a desinformação só atingiu os números exponenciais que atingiu na atualidade por culpa das Big Techs e seu modelo de negócios, conforme explanado no capítulo II “Por que as “fake news” estão quase vencendo a guerra?” desta dissertação, no item 2.3.2. “O mercado da desinformação”.

- ✓ Examinar *se e como* os professores das escolas selecionadas enxergam a democratização do acesso à internet, o uso de mídia na sala de aula e a Educação Midiática;

Para os docentes entrevistados nesta pesquisa, o maior acesso à internet e à dispositivos digitais de comunicação, paradoxalmente, não trouxe aos estudantes o acesso à informação confiável, tampouco os deixou mais emancipados, politizados ou críticos, porque ele não veio acompanhado de uma leitura crítica da mídia e do mundo. Criticam, ainda, a “livre produção sem um caráter editorial” que, na opinião de alguns, permite que pessoas irresponsáveis possam produzir conteúdo. Outros, menos cétricos, enxergam que há “um movimento para a politização” porque muitos de seus pupilos são seguidores de *influencers* tanto de Direita quanto de Esquerda. Além disso, eles são quase unânimes em afirmar que o simples acesso não garante autonomia de pensamento e que, por isso, pode tanto ser meio para ruptura quanto para a alienação se faltar interesse, responsabilidade e consciência.

Para eles, a tarefa de educar para o uso de dispositivos digitais e para as mídias sociais deve ser da escola porque é dela a função de suscitar “a busca pelo senso crítico, autonomia de pensamento e embasamento científico sobre fatos”. Os pais, para os docentes, não têm a necessária sabedoria para tanto, além de estarem prejudicados por serem imigrantes digitais, o que dificulta ainda mais acompanhar a geração de seus filhos. Apesar disso, outros professores acreditam que cabe aos pais o controle do acesso e o estímulo para atividades fora do mundo digital. Nesse sentido, todos os professores contam terem inserido em suas aulas, nos anos anteriores a 2020, a discussão sobre a utilização da tecnologia e suas consequências, bem como desenvolvimento do senso crítico da mídia pelos estudantes. No que tange à formação sobre uso da mídia na sala de aula, apenas um docente (da escola privada) diz ter participado de uma formação específica sobre o tema.

Por sua vez, as escolas não fazem assinatura de publicações como jornais, revistas ou sites específicos de notícias. Diante disso, o trabalho com veículos midiáticos se dá por meio de apostilas ou livros didáticos com conteúdo previamente selecionado pelos docentes em lugar de possibilitar aos alunos a descoberta desse conteúdo. Além disso, quando querem trabalhar com o texto em seu suporte original têm que comprar com dinheiro do próprio bolso, o que é um complicador, considerando os baixos salários da categoria (em especial na escola pública). Apesar dessas dificuldades estruturais, os professores relatam terem feito nos últimos anos, na escola, algum trabalho prático envolvendo o entendimento da mídia ou criação de produtos de mídia.

A maioria dos professores entrevistados dizem conhecer superficialmente o que a BNCC propõe a respeito do uso da tecnologia na educação e dizem não se sentir suficientemente informados sobre o que ela propõe. Também afirmam conhecer pouco sobre o conceito de educação midiática, mas consideram o letramento midiático como “uma habilidade essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico do estudante”. Ainda na percepção dos docentes, “a alfabetização digital e midiática pode auxiliar no desenvolvimento de competências e habilidades contempladas pela educação e conteúdos programáticos tradicionais”. Por isso, defendem sua inserção na grade curricular porque ela pode ajudar a resolver alguns dos problemas básicos da educação. Por fim, acreditam que “não se deve descartar nenhum projeto de alfabetização que seja em letramento, matemática, nas ciências em geral e na alfabetização digital e midiática”.

Apesar do otimismo de alguns, outros não vêem essa prática como possível no Brasil por conta da falta de infraestrutura da educação nacional (principalmente na escola pública), pela falta de formação para os professores e pela “interferência do juízo moral dos familiares sobre determinadas fontes, temas e assuntos”. Consideram também a desigualdade social e a defasagem da aprendizagem fatores impeditivos para atingir as habilidades propostas pela Base. Especificamente em relação a essa defasagem, os professores da escola pública culpam os estudantes, pais e políticos pelo fracasso escolar. Na escola privada, os professores culpam a alienação intencional promovida pelo sistema econômico neoliberal, o conteudismo da educação brasileira e a substituição da educação como meio de ascensão social pelo empreendedorismo.

Portanto, o que se percebe é que os professores trabalham com a tecnologia movidos mais por seus conhecimentos empíricos do que por formação. Além disso, inserem a discussão sobre tecnologia dentro da aula boa parte das vezes por iniciativa própria e não por imposição do currículo e que não contam com uma estrutura adequada para esse trabalho, seja na escola pública, seja na privada. Como se observa, não é porque uma proposta está na BNCC que necessariamente ela vai ser implementada.

- ✓ Traçar um perfil sociocultural do professor das escolas selecionadas e examinar a sua visão sobre fenômeno da desinformação, da pós-verdade e do negacionismo científico.

Os professores da escola pública pesquisada têm graduação nas áreas em que lecionam, não tiveram disciplinas ligadas à tecnologia e estão há mais de 10 anos em sala de aula. Já, todos os da escola privada têm pós-graduação na área em que lecionam e estão há mais de 09 anos em sala de aula, sendo que apenas um deles informou ter cursado na faculdade

disciplinas que tratam da tecnologia digital, tendo também realizado uma Especialização na área.

Todos os 04 professores da escola pública e apenas 01 da escola privada (dentre os 03 que aceitaram participar da pesquisa) responderam ao questionário sociocultural. Acredito que a baixa adesão se dá pelo volume de trabalho que alegaram ter em função das muitas salas em que lecionam. Três afirmaram receber entre 02 e 04 Salários Mínimos e dois entre 04 e 10 salários. A maioria possui computador de mesa, notebook, celular smartphone e TV Smart com acesso à internet. Todos declaram ter acesso à banda larga de internet em casa e pagam pacote de dados para seus celulares.

Todos afirmam utilizar o aplicativo mensageiro *WhatsApp* para se comunicar. Eles dizem ir com pouca frequência a museus, exposições, feira de livros e a bibliotecas. E com muita frequência ao cinema. No *YouTube* seus assuntos preferidos são ciências, clipes de músicas, filmes e documentários. Todos dizem participar de redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) e adicionar estudantes à sua rede de contatos, no entanto, não fazem publicações com conteúdo privado, usando esses sites como um canal de comunicação. Questionados se chamariam a atenção de algum de seus pupilos, caso postassem uma desinformação, todos foram unânimes em dizer que jamais os repreenderiam em público. No máximo, chamariam em particular ou trariam o assunto para a aula para que o grupo todo discutisse sem apontar nominalmente o autor da publicação, uma vez que é a escola o local de resolver essas controvérsias, afirmam. Evidenciam, assim, uma postura ética importante do educador.

Todos os docentes dizem se informar pelo *Facebook*, por jornais e revistas digitais e por blogs da mídia tradicional sobre o atual cenário de desinformação, a pós-verdade e o negacionismo da ciência e da história, no entanto, afirmam “confiar em parte” em todos eles. Reclamam do sensacionalismo e da manipulação da informação feita pela mídia tradicional em busca de audiência e engajamento. Todos informaram ainda estarem suficientemente capacitados para identificar uma desinformação, sendo que um deles participou de formação específica sobre *fake news* e outro ministrou um curso sobre pós-verdade. Os demais se informam sobre o tema por meio de conteúdos disponíveis na internet. Todos dizem ter liberdade de cátedra para inserir assuntos do cotidiano como *fake news*, vacina e outros temas controversos, na maioria das vezes “fazendo a ligação do currículo com a realidade de cada comunidade escolar”, sendo ótima oportunidade para explicar os conceitos científicos.

Parte dos docentes associa o negacionismo ao fundamentalismo religioso – pautado pela pós-verdade – que obtém sucesso porque se utiliza de uma linguagem simplista (que difere

da divulgação da ciência, mas não deveria) e seduz principalmente quem já tem uma tendência de acreditar nessas teorias. Sobre a controvérsia aumento do negacionismo x redução da credibilidade da ciência, um professor inverte a questão e pondera sobre o quanto a nossa falta de entendimento sobre o que é ciência contribui para o crescimento do negacionismo, questionando se estamos tomando a Ciência como verdade absoluta e não como um processo de construção de conhecimento, onde as controvérsias também estão presentes. Para ele, esse baixo letramento científico abre caminho para que os produtores de desinformação espalhem suas teorias porque a abstração dos fatos científicos (ele cita o caso da necessidade de quarentena na pandemia) faz com que duvidemos da necessidade de certas medidas.

A maioria é unânime em admitir que o negacionismo é um perigo para o trabalho do professor porque uma vez que, deslegitimados os métodos de produção da ciência, admite-se que os conhecimentos científicos e os fatos históricos podem ser substituídos ou colocados no mesmo patamar de crenças, tradições e convicções que dependem unicamente de argumentos emocionais, alegóricos, folclóricos, muitas vezes dissociados de evidências comprobatórias e contexto dos acontecimentos. Apesar disso, um dos docentes vê o momento não como perigo, mas como desafio e se propõe a “convencer o aluno sobre algo que já foi provado cientificamente”.

Quase todos os docentes já tiveram questionamentos sobre a validade da ciência, da história ou daquilo que estavam ensinando e, em alguns casos, eles mesmos trouxeram os casos, antecipando-se às dúvidas. Na maioria das vezes eles procuraram ser polidos com os estudantes e responder às indagações à luz da ciência, mesmo quando, por exemplo, filhos de médicos diziam recusar a vacina contra a Covid-19. Esta realidade mostra a importância do papel da escola e do educador em geral no negacionismo científico.

Os professores acreditam que os pais deixam de vacinar seus filhos não apenas por conta da desinformação, mas também por fatores que envolvem a hesitação vacinal: a falta de campanhas de vacinação, de esclarecimento acerca dos efeitos colaterais das vacinas por parte dos profissionais de saúde, o que deixaria, na opinião dos docentes, os pais mais confiantes para imunizar os filhos. A maioria dos professores diz receber com alguma regularidade (uma vez por mês) conteúdos que versam sobre os perigos das vacinas. Em segundo lugar eles dizem receber conteúdo que relaciona a não aceitação da vacina à liberdade individual, este também citado por professores que dizem recebê-lo pelo menos uma vez por semana. Nesse caso, a maioria dos docentes afirmou que denunciou ao site ou aplicativo, conversou com outros professores e com colegas para verificar o que pensavam daquela abordagem. Além disso,

quase todos os docentes afirmam ter trabalhado com os estudantes algum conteúdo relacionado a vacinas nos últimos anos, não por imposição do currículo nem por orientação da escola, mas por iniciativa própria.

Todos os professores concordam que a educação midiática no médio prazo pode ser uma estratégia para combater o negacionismo científico e a desinformação sobre as vacinas e que ela pode ser inserida paralelamente enquanto se resolvem os problemas estruturais da educação. Alguns professores vão além e afirmam que não só alunos, mas que as propostas deveriam envolver também seus pais.

- ✓ Traçar um perfil sociocultural dos estudantes do Ensino Médio das escolas selecionadas e verificar qual a sua compreensão sobre as controvérsias que envolvem a disseminação de informações não factuais sobre Saúde, particularmente no âmbito das vacinas;

O perfil do estudante participante desta pesquisa é adolescente, em sua maioria, tem entre 16 e 17 anos de idade (73%); o da escola pública está cursando a 2ª série do Ensino Médio (42%) e o da escola privada, a 3ª série do Ensino Médio (57%); predomina aquelas que declararam pertencer ao gênero feminino (62%); na escola pública a maioria se autodeclara pretos e pardos (60%), enquanto na escola privada essa maioria é de brancos (86%); quanto à renda familiar, a imensa maioria dos estudantes da escola pública (78%) diz ter na família uma renda na faixa de até 02 Salários Mínimos, enquanto na escola privada essa maioria está mais distribuída: 05 a 10 Salários Mínimos (44%), 02 a 04 (23%) e 11 a 20 (21%).

Em relação à conectividade, 95% desses estudantes têm acesso a aparelhos de celular e 88% à conexão de banda larga na residência. Ter um aparelho não significa, pois, ter conexão com a internet fora de casa, uma vez que apenas 19% dos estudantes da escola pública declararam utilizar o sistema pós-pago, enquanto na escola privada esse número é de 50%. Neste tópico é possível verificar bem claramente o problema do Zero Rating discutido nos capítulos anteriores deste texto. Em relação a outros *devices*, comparativamente, escola privada x escola pública: notebook: 92% x 09%; computadores 50% x 20%; tablets 60% x 09%; Smart TV, 90% x 49%. Estes dados refletem a disparidade entre o sistema público e privado, com reflexos importantes na Educação, durante a pandemia da Covid-19, que provocou uma defasagem ainda maior no processo de aprendizagem e uma lacuna importante e difícil de ser preenchida.

Em consonância com a percepção dos professores, os estudantes acreditam que a função de educar para o uso da tecnologia deve ser uma tarefa tanto da escola quanto dos pais.

A estes cabe conscientizar seus filhos, orientá-los sobre o uso da internet, ensinar sobre como se comportar na rede, quais sites evitar, que atitudes tomar ou não. Entendem que cabe à escola ensinar sobre o uso das plataformas educacionais, interpretação de conteúdo, identificação de *fake news* e como evitá-las, os perigos da internet, entre outras coisas. Nesse sentido, relatam que seus professores discutem com eles a questão do uso da tecnologia, como ela está impactando no cotidiano, seus avanços, o uso do celular na sala de aula e a vida fora da internet. Na maioria das vezes, essa discussão foi feita nas aulas de Redação, mas não apenas, pois as disciplinas de Sociologia, Geografia e Atualidades (esta na rede privada) também trouxeram o tema em diversos momentos. Dizem ainda que o uso que se faz da tecnologia em sala de aula se restringe a um uso mais funcional, ou seja, apenas como meio de acesso ao conteúdo e raramente como de produção.

Em termos de comunicação pessoal, o mensageiro mais utilizado pelos estudantes é *WhatsApp* (92%) e a rede social que eles preferem é o *Instagram* (63%). Outras duas redes sociais têm preferência inversa. Enquanto o *Facebook* foi abandonado pelos estudantes da rede privada (apenas 03% dizem utilizá-lo ainda), o site ainda goza de prestígio entre os estudantes da rede pública (38% ainda dizem utilizá-lo). O fenômeno oposto ocorre com o *Twitter*, rede praticamente desconhecida pelos estudantes da escola pública (09%) e bastante citada pelos da escola privada (41%). Pelo menos 54% dizem permanecer diariamente mais de 3 horas nas redes sociais, o que contraria as recomendações médicas, que estimam ser de apenas 30 minutos por dia o período ideal para se estar conectado a esses sites, recomendação seguida por apenas 12% dos estudantes.

Para se informar, a maioria dos estudantes da escola privada (40%) preferem o *Twitter*, enquanto os da escola pública dão preferência ao *WhatsApp* (56%) como principal fonte de informação. O meio de comunicação que eles mais confiam ainda é a televisão (41%) e o que menos confiam são as mídias sociais: na escola privada figura o *WhatsApp* (68%), quase com o mesmo percentual, o *Facebook* (67%); na escola pública, o *Facebook* aparece como menos confiável para 31%; os sites de notícias da Mídia Tradicional (29%); e o *WhatsApp* com 28%.

Nas afirmações do senso-comum sobre a mídia, os estudantes da escola pública concordam totalmente com a afirmação de que “a mídia é esquerdista” e concordam em parte que “a mídia é comprada”; eles discordam em parte de que “a mídia é o 4º poder” e que “quem está na mídia está no topo”; discordando totalmente de que “a mídia fala a verdade”. Entre os estudantes da escola privada, alguns concordam totalmente que “a mídia é comprada”;

concordam em parte que “a mídia mente”; discordam em parte de que “a mídia é esquerdista”, “a mídia fala a verdade” e que “quem está na mídia está no topo”; A maioria discorda totalmente da afirmação “se está na mídia, é verdade”.

Entre os assuntos que mais despertam interesse estão Cultura, Ciência, Tecnologia, Inovação, Esporte e Moda. Entre os temas que menos interessam está a Política para os estudantes da escola pública e a Religião para os da privada. 50% dos estudantes da escola privada dizem frequentar o cinema, mas apenas 18% da escola pública têm o mesmo hábito. As demais atividades culturais não atingiram percentuais significativos para serem destacadas aqui. No *YouTube* eles veem em sua maioria canais de humor, vídeos de músicas, curiosidades, conteúdos voltados para ciências, além de filmes e desenhos animados.

Em relação à leitura, 72% dos estudantes da escola privada afirmam ter lido algum livro nos últimos 3 meses, já entre os da escola pública esse percentual é de 57%. A principal motivação para se ler um livro para ambos os grupos é por conhecimento geral (48% e 47%, respectivamente); atualização cultural vem em 2º lugar (17% e 18%) e atualização profissional (5% e 2%). Os motivos das escolhas das leituras são variados: tema/assunto (78% e 50%); pelo título (02% e 20%); pelas redes sociais (01% e 10%). Apenas 2% de ambos os grupos dizem escolher seus livros por dicas de professores. O principal motivo para não ler é que para eles ler é cansativo; falta-lhes tempo e aparece também a questão do preço do livro. Alguns dizem ainda não ter paciência para ler, ter dificuldade em leitura e não gostar mesmo de ler.

Em termos de leitura da mídia, todos os estudantes julgam importante distinguir fatos de opiniões, embora os da escola pública digam não se lembrar de terem tido aulas sobre texto jornalístico na escola. A maioria de ambos os grupos diz não se lembrar de ter feito nos últimos anos algum trabalho prático envolvendo o entendimento da mídia ou a produção de conteúdo de mídia. Porém, alguns estudantes da escola privada relatam a tradicional produção de texto (redação) e a produção de jornais escolares. Apesar disso, a maioria se considera bem-informada para identificar um conteúdo desinformativo e procura sempre verificar a credibilidade da fonte, o conteúdo, ver se outras mídias estão com a mesma informação, consultar sites ou pessoas confiáveis. Isso porque a maioria afirma ter participado de alguma formação ou aula sobre o tema *fake news* e sobre como identificá-las, na maioria das vezes em aulas de redação sobre o tema.

Quanto à criação de leis que regulamentam as redes sociais para fins de tentar coibir a disseminação da desinformação, eles se mostram divididos: uma parte acredita que isso poderia limitar a liberdade de expressão; para outros, no entanto, favoráveis à regulação, essa

liberdade de expressão deve respeitar os direitos humanos, embora acreditem que uma mudança nesses moldes deveria ser feita com cuidado, porque caso contrário pode gerar o efeito inverso, trazendo menos democracia. Na escola pública os estudantes acreditam que é a questão financeira que mais impulsiona a disseminação de conteúdo desinformativo, já na escola privada a percepção é de que é a disputa política. Outros atribuem o problema à pouca formação dos leitores, talvez pelo fato de desconhecerem ou não se atentarem que pessoas muito esclarecidas disseminam desinformação, exatamente pelos motivos citados anteriormente.

Quanto à visão científica, esses estudantes afirmam que em diversos momentos das aulas houve questionamentos sobre se “a Terra é plana”, o que não chega a ser uma controvérsia, no entanto, em todos esses momentos seus professores trouxeram evidências científicas e todos se deram por satisfeitos. Mais de 75% deles acreditam plenamente na ciência ou que um conhecimento científico permanece válido até que outro apareça. Especificamente sobre a questão das vacinas, os estudantes da escola pública acreditam que os pais deixam de vacinar seus filhos por influência da desinformação e de teorias da conspiração. Essa ignorância, principalmente em relação aos materiais dos quais são feitas as vacinas, leva ao medo de reações adversas. Já na escola privada, além da desinformação e medo de reações adversas, os estudantes citaram a influência dos movimentos antivacina e negacionista. Aparece também o fator idade: para alguns a hesitação vacinal pode se dar pelo fato de pessoas mais velhas terem pouco conhecimento sobre o tema.

Quando receberam conteúdos desinformativos sobre vacina, a maioria dos estudantes da escola pública disseram ter ignorado a publicação e nada ter feito a respeito, enquanto alguns, para confirmar a veracidade, checaram-na, perguntaram a professores, pais ou responsáveis. Já na escola privada a maioria disse checar a informação para confirmar sua veracidade, alguns também fazem o caminho de conversar com colegas, denunciar a publicação no site ou aplicativo ou de ignorar a publicação. Poucos disseram perguntar aos pais, responsáveis e professores sobre o assunto.

Quase todos os estudantes da escola pública dizem não ter tido nenhuma aula sobre conteúdo relacionado às vacinas nos últimos anos, enquanto na escola privada 07 (dos 09 respondentes) disseram ter tido aulas sobre o assunto nas aulas de Redação, Biologia e Atualidades. Em relação ao conteúdo desinformativo sobre vacinas – em geral e sobre a da Covid-19 – que circula atualmente, os estudantes da escola pública acreditam que “estamos regredindo” e que ele “é extremamente perigoso”. Os estudantes da escola privada dizem repudiar esse tipo de conteúdo e consideram-no desnecessário e destrutivo porque

atrapalham a vacinação. Outros tecem críticas aos políticos que disseminam desinformação: “Acho um absurdo, principalmente o próprio presidente espalhar besteiras como a que tornaria as pessoas em jacaré”, afirma um dos estudantes.

Poucos estudantes da escola pública dizem ter ouvido falar em movimento antivacina ou de outros que pregam o negacionismo científico, sendo que apenas um deles se manifestou taxativamente contrário a eles e disse que estão equivocados, apesar disso, acrescenta que a escola pouco o influenciou nesse tipo de conhecimento, pois “a maioria das coisas que aprendi sobre foram fora da escola”. Já na escola privada todos dizem ter ouvido falar de tais movimentos e se dizem contra eles, por diversas razões, entre as quais: “a ciência já salvou milhares de vidas”; “as pessoas que propagam esse tipo de desinformação se baseiam muito em *fake news*” e “esses movimentos não têm base científica para seus questionamentos”. Muitos atribuem ainda a origem desses movimentos ao desconhecimento e à falta de estudo, o que, por tudo que já discuti nesta dissertação, efetivamente não é realidade, mas é a percepção deles, diga-se.

- ✓ Examinar se e como os alunos das escolas selecionadas, objeto deste estudo, ao ler uma informação, avaliam a factualidade ou não da mesma, a credibilidade dessa fonte, quais ferramentas utilizam para isso e como justificam suas escolhas.

Considerando a distribuição dos tipos de texto para análise, é possível sintetizar como os estudantes avaliam a factualidade ou não da informação, a credibilidade das fontes e que ferramentas utilizam para isso da seguinte forma:

Quando estão diante de notícias factuais veiculadas pela mídia tradicional, a maioria esmagadora dos estudantes apontam as informações como factuais (o que está correto) com a justificativa da credibilidade dos veículos, resultado que dialoga com os dados nacionais sobre credibilidade da mídia, divulgados pelo Instituto Datafolha. Essa constatação apresenta duas situações: por um lado, na luta contra a desinformação sobre as vacinas (mas não apenas) é importante saber que a maioria dos estudantes ainda enxergam a mídia tradicional como fonte confiável de informação, porque ela ainda tem responsabilidade e compromisso com os fatos; por outro lado, embora essa hipótese precise ser mais bem testada em pesquisas mais aprofundadas, é preocupante constatar que podemos estar diante de um cenário em que os estudantes confiam demais numa informação pelo simples fato de ela estar publicada num veículo da mídia tradicional, dado o fato – constatado na pandemia da Covid-19 – de que nem todos os veículos da mídia tradicional estão comprometidos com as evidências científicas, uma

vez que nota-se engajamento de algumas mídias como a Rede Jovem Pan, com negacionismo científico, com viés político.

Quando estão diante de notícias com dados imprecisos e/ou insustentáveis, constata-se que os estudantes tendem a considerar como factual a informação que está mais adequada ao tipo textual notícia jornalística²⁷⁷ (muito utilizado pela mídia tradicional) do que a que vem expressa por meio de relatos. Além disso, dão mais credibilidade ao que é publicado pelos veículos de comunicação estabelecidos, do que por blogs alternativos ou sites de redes sociais e aplicativos mensageiros. Os estudantes justificam ter apontado a factualidade desses textos porque eles apresentariam dados e estudos. A questão é que, pelo menos no caso dos textos apresentados na pesquisa, esses dados e esses estudos não são confiáveis, porque suas fontes têm viés negacionista, o que nem sempre é facilmente identificável. Isso demanda um tipo de leitura e de pesquisa que nem todos conseguem realizar, especialmente a parte mais vulnerável da população, que tem acesso restrito para navegar fora dos sites de redes sociais porque seus planos de dados não comportam esse acesso, chamado comercialmente de *zero rating*. Então, posso concluir que a resolução desse problema passa, não só pelo letramento midiático e informacional, ou seja, ter ferramentas cognitivas para sair do site e pesquisar a factualidade daquilo que está sendo dito, mas também, passa por políticas públicas para criar condições econômicas para que as pessoas tenham acesso à internet como um todo.

Quando estão diante de desnotícias, em média, 40% dos estudantes conseguem identificar esse tipo textual reconhecendo seu tom humorístico, identificando o veículo como sendo de humor e a ironia do texto. Outros 20% classificam-no como verdadeiro, justificando que os fatos são verídicos, que o veículo é confiável, que a linguagem é adequada e que as fontes são verdadeiras. Nestas questões (01 e 03) houve uma disparidade maior entre os estudantes das escolas pública e privada, o que pode denotar uma ingenuidade maior na leitura do estudante da escola pública (talvez por falta de instrumentos/ferramentas ou acesso a outras leituras/debates etc.) que demonstra dificuldade para diferenciar um texto irônico de um não irônico. É preciso lembrar que os “tipos de *fake news*” são tipologias acadêmicas e como toda tipologia pode ter significados diversos para diferentes pessoas, do que se pode concluir que o fato de não reconhecer uma desnotícia não significa que esses estudantes não têm essa capacidade, pois, uma vez, formados com tais ferramentas, é possível que tenham um desempenho diferente, mais acurado.

²⁷⁷ Que utiliza o lead jornalístico como referência de produção: o que aconteceu, com quem, quando, como, onde e por quê?

Quando estão diante de notícias 100% fabricadas que circulam em aplicativos mensageiros, a maioria dos estudantes tendem a considerar essa informação como sendo falsa, imprecisa ou insustentável e somente uma ínfima parcela (menos de 03%) consideram-na como verdadeira. Pode ter pesado nessa avaliação a má reputação do veículo, o mensageiro *WhatsApp*, com seu histórico de utilização para disseminação de informações não factuais, que levou parte dos estudantes a justificar suas respostas dizendo que ele não é um veículo confiável. Pode ter pesado o tipo textual relato de experiência, mas não só, porque muitos estudantes destacaram o fato de que o texto não tem base em fatos científicos, que as fontes citadas não são confiáveis e que há falta de autoria no texto.

Podemos dormir tranquilos? Evidente que não. Sabemos que quem frequenta esses “grupos de zap” são pessoas ideologicamente alinhadas com aquilo que é publicado e esse tipo de desinformação serve apenas para confirmar as suas crenças (conforme discutido no Capítulo IV). Por isso, os membros do Ecosistema da Desinformação privilegiam um discurso mais subjetivo e informal, fugindo do científico dando preferência a relatos de experiência de “gente como a gente”. Por outro lado, não se pode cair na tentação de classificar tudo que circula nesse veículo como sendo falso, até porque existem atualmente muitos grupos que circulam informações de extrema importância e veracidade. Novamente, mostra-se necessário letramento midiático e informacional como ferramenta para realizar uma leitura crítica que permita ao estudante discernir a informação, seu formato, sua intencionalidade e tomar decisões corretas a partir dela.

Quando estão diante de conteúdo patrocinado, 84% dos estudantes não conseguem identificá-lo. Apenas 16% dos 411 participantes dos testes (65 estudantes) identificaram que o texto trazia informações de compra, o selo de patrocínio e que o objetivo era vender uma vacina. Quando se olha separadamente para as duas escolas, os que identificam cai para 6,8% (ou 05 estudantes, dos 84 respondentes da escola pública). Mas afinal, isso é um problema? Na verdade, é mais um sintoma da dificuldade que apareceu nas demais questões: o estudante leva em conta muito o formato do texto (ou o tipo textual, para falar de maneira mais técnica) para julgar a factualidade da informação. Nesse caso específico, era um veículo da mídia tradicional, tipo textual notícia jornalística, não teve muito o que pensar, cravou verdadeira. Então o grande desafio, parece-me é formar o estudante para que tenha, inicialmente, uma visão cética de todos os textos, não apenas os dos blogs, das redes sociais ou dos mensageiros. Bom lembrar que na pesquisa de Stanford em 2016, embora mais ampla e completa, os resultados foram bem parecidos com as obtidas no Brasil, com minha pesquisa de campo realizada em 2021.

Evidentemente, é necessária uma pesquisa mais ampla e representativa da realidade nacional, o que não é possível no escopo de uma pesquisa de Mestrado, em seus limites amostrais.

Do que se pode depreender que não podemos mais ficar dependentes de uma leitura crítica que se faz apenas pela iniciativa isolada do professor, mas ser resultado de uma política pública nacional para garantir aos docentes a formação necessária e ferramentas para este trabalho. Isso precisa estar expresso com clareza nas diretrizes e nos currículos, para que possa fazer parte do cotidiano do ensino de leitura do professor, sob pena de condenar o estudante a uma leitura superficial, como esperam os produtores do Ecosistema da Desinformação. Ao mesmo tempo, é necessário que os professores tenham acesso a cursos de formação sobre letramento midiático e informacional para melhorar a sua competência sobre o tema da desinformação em diferentes escalas.

✓ *Por fim...*

Diante de tais resultados – e após a vivência nesses (excepcionalmente) quatro anos de mestrado, cursando as disciplinas, escrevendo artigos, participando de seminários e congressos – estou plenamente convencido de que a implementação da educação midiática é condição *sine qua non* para, no médio prazo, minimizar a desordem informacional produzida pelo Ecosistema da Desinformação, instalada na sociedade mundial, e em especial no Brasil. Conforme já afirmei no Capítulo IV, ela sozinha não cumpre esse papel porque outros fatores relevantes concorrem para o atual estágio do problema, tampouco podemos pensar no letramento midiático e informacional como uma solução única e imediata, dado a questão educacional ser um processo em construção.

A partir do que discuti sobre a importância do debate público e do que discorre Orlandi (1992) sobre os silenciamentos, proponho que se traga para a *Ágora Virtual* um debate realmente sério sobre as razões da hesitação vacinal na sociedade e métodos mais eficazes para mitigá-las. Se, por um lado, não se deve subestimar os antivacionistas em sua capacidade de sabotar os sistemas nacionais de saúde, por outro, não se pode supervalorizá-los, porque eles, embora barulhentos, são poucos. Nesse sentido, é importante pautar as dúvidas sobre a importância e a eficácia das vacinas, além de produzir uma boa comunicação em saúde, trabalho que pode ser feito por governos e universidades. Esse caminho não é novo e já foi indicado por historiadores dos movimentos antivacina:

O historiador Martin Kaufman, escrevendo sobre movimentos antivacinação na América do século 19 e início do século 20, concluiu seu trabalho com este comentário: “Com as melhorias na prática médica e a aceitação popular do papel dos governos estaduais e federais na saúde pública, os antivacionistas desapareceram

lentamente de vista e o movimento entrou em colapso”. Esperamos que um breve exame histórico dos sentimentos antivacinação ofereça aos profissionais médicos uma melhor perspectiva sobre os grupos que se opõem às imunizações e seus argumentos. (WOLFE e SHARP, 2002: 430)

Assim, estigmatizar as pessoas que hesitam em se vacinar não vai contribuir para amenizar o problema da queda na cobertura vacinal, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo. A solução está em reconhecer a relevância das questões dessas pessoas, discuti-las e propor caminhos para que a informação a esse respeito chegue à sociedade com o mínimo de ruído. E isso é parte importante do combate às denominadas “*fake news*”.

Ao iniciar o mestrado em 2019, tinha a convicção de que esse conteúdo (de leitura crítica da mídia, de produção de produtos de mídia etc.) deveria ser inserido no bojo das disciplinas já existentes. E notem que aqui eu não estou falando de usar a tecnologia na educação (*media education*), cuja implementação durante as aulas ainda sou favorável, mas de letramento midiático mesmo, conforme exposto também no Capítulo IV desta dissertação. As respostas dos estudantes e professores por mim entrevistados – transcritas no Capítulo V – dão conta da complexidade do problema e de que as discussões (quando ocorrem) giram em torno do papel da tecnologia na sociedade atual, de seu uso e dos problemas que ela causa ou pode vir a causar. Quando muito, a discussão sobre desinformação aconteceu nas aulas de Redação, esgotando o tema ao fim dos referidos trabalhos. E é natural que isso aconteça porque, como citado por alguns professores, o conteudismo ainda toma conta da educação brasileira, o que significa que o docente tem que dar conta do rol de assuntos impostos pelo currículo, sob pena de repreensão pela direção da escola e até pelos pais dos alunos.

Sendo assim, para que se possa discutir com seriedade sobre o papel da comunicação, da mídia, seus vieses e uma produção utilizando as ferramentas de mídia de forma cidadã, ou seja, para capacitar os estudantes com as ferramentas cognitivas do letramento midiático, o caminho mais efetivo é a inserção de disciplinas específicas na grade escolar, como mostram experiências tanto no exterior quanto no Brasil, descritas nesta dissertação. Isso pode ser feito na escola pública realizando alguns ajustes a propostas como à do Governo do Estado de São Paulo, que desde 2020 introduziu uma disciplina eletiva de tecnologia que aborda o pensamento computacional, a cidadania digital, a cultura digital e o uso de diferentes mídias e tecnologias. Como profissional em atividade nessa rede percebo que o maior obstáculo para que tal iniciativa atinja com mais efetividade seus propósitos está na falta de professores qualificados para realizar tais discussões, dado ao fato de que qualquer docente de qualquer disciplina pode ministrar tais aulas fazendo um cursinho online de 30 horas.

A minha proposta é que se utilize toda a estrutura da universidade pública já existente, como a do Labjor / IEL / Unicamp, para criar uma linha de pesquisa em Educação e Comunicação, com cursos de especialização em educação midiática e formação de professores, jornalistas e comunicadores para assumir tais disciplinas na escola pública, elevando assim, o nível das discussões em sala de aula e propondo trabalhos aos estudantes que os levem a utilizar as ferramentas de tecnologia disponíveis, o conhecimento em ciência acumulado sobre mídia e a criatividade em favor de si e da sociedade. Nesse sentido, os Estudos Culturais, conforme Stuart Hall et al. (1980), se apresentam como uma área importante para a construção desse lugar na universidade, por sua dimensão multidisciplinar e alternativas com a transdisciplinaridade, conforme entende Renato Ortiz (2004).

Esta pesquisa não tem a pretensão de ser a última palavra sobre o assunto, tampouco de indicar receitas ou fórmulas prontas. Ela se propõe, isso sim, a partir dos resultados encontrados, a refletir sobre a importância de pensarmos no letramento midiático e informacional como mais uma ferramenta de leitura crítica e autônoma dos fatos e das opiniões, que pode contribuir, juntamente com outras medidas já discutidas no texto, para garantir às pessoas o direito à informação adequada, necessária para que elas possam tomar decisões fundamentais para sua vida, como por exemplo em relação ao uso da tecnologia, às vacinas e à Democracia.

Este trabalho representou um crescimento, um amadurecimento intelectual e científico importante ao longo do percurso. Indica também a importância de novos desafios e desdobramentos desta pesquisa, que pretendo dar continuidade, investigando métodos para trabalhar com esses estudantes que não conseguem identificar informações não factuais, como a *Leitura Lateral (Lateral Reading)*, que aprendi num curso online de curta duração na Universidade de Stanford e que apresentei num projeto para o Doutorado no Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática (PECIM) da Unicamp, onde acabo de ser aprovado para desenvolvê-lo a partir do próximo ano de 2023.

REFERÊNCIAS

ABERJE. Aberje lança movimento empresarial de combate às fake News. **Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)**. São Paulo. 06 mai. 2021. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/aberje-lanca-movimento-empresarial-de-combate-as-fake-news/>. Acesso em 11 jul. 2022.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. Com colaborações de Laura Caprigliole [et al.]. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; **Indicador de Alfabetismo Funcional: Inaf Brasil 2018**. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>. Acesso em: 5 out. 2019.

ACHBAR, Mark; WINTONICK, Peter (Diretores). **Consenso Fabricado: Chomsky e a Mídia (Noam Chomsky And The Media: Manufacturing Consent)**. Austrália, Canadá, Noruega, Finlândia. 1992. Canal Noam Chomsky em português. YouTube. 07 jun. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/dOLsIX9mqRA>. Acesso em 25 de out. de 2021.

ADICHIE, Chimamanda. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. **Canal TED**. YouTube (19 min. 16s). 07 out. 2009. Disponível em: <https://youtu.be/D9Ihs241zeg>. Acesso em 12 out. 2021

AJWRB. Poisoning, stupefying and robbing mankind. **Advocates for Jehovah's Witnesses Reform on Blood**. Tucson, Arizona. 07 jun. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/ajwrb/status/1004916758132559872>. Acesso em 15 abr. 2020.

ALLEN, Arthur. Vaccine: the controversial story of medicine's greatest lifesaver. **Journal of the Royal Society of Medicine**. Londres. Vol. 100. Norton & Company, mai. 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/014107680710000515>. Acesso em 20 abr. 2020.

ALMEIDA, Virgílio. Seminário Pós-Verdade - Quem são os algoritmos? **Canal Instituto de Estudos Avançados Unicamp**. YouTube. 15 out. 2018. (16 min 30s a 35 min 33s). Disponível em: <https://youtu.be/o8KWfugjXUs>. Acesso em 01 jun. 2020.

ALTARES, Guillermo. A longa história das notícias falsas. **El País**. Madrid. 18 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM. Acesso em 14 jun. 2022.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980, apud FERRARO, José Luís Schifino. Althusser, educação, Estado e (re) produção. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 9, n. 17. 2014. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11847/2/Althusser_educacao_Estado_e_re_producao.pdf. Acesso em 08 set. 2020.

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1951 – morre William Hearst, magnata da imprensa que inspirou ‘Cidadão Kane’. São Paulo. **Opera Mundi**. 14 ago. 2014. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/historia/37446/hoje-na-historia-1951-morre-william-hearst-magnata-da-imprensa-que-inspirou-cidadao-kane>. Acesso em 08 jul. 2021.

ALVES, Emanuele Amorim; GUIMARÃES, Anna Christina Rosa. Cultivo celular. In: CAPUTO, L. F. G.; AMENDOEIRA, MRR. **Conceitos e Métodos para a Formação de Profissionais em Laboratórios de Saúde**. v. 2. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 215-253, 2010.

AOS FATOS. Nosso Método. São Paulo. 2015. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/nosso-m%C3%A9todo/>. Acesso em 20 set. 2020.

ARMENTIA, Javier. Ciencia vs pseudociencias. **Mediatika: cuadernos de medios de comunicación**, n. 8, 559-571. 2002. Disponível em: <http://ojs.eusko-ikaskuntza.eus/index.php/mediatika/article/view/127>. Acesso em 26 mar. 2020.

ASIAONE. Thai police bust Chinese 'click farm', seize 400,000 SIM cards. Singapura. 13 jun. 2017. Disponível em: <https://www.asiaone.com/asia/thai-police-bust-chinese-click-farm-seize-400000-sim-cards>. Acesso em 11 jul. 2022.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 1998, apud BRASIL. **Introdução à Educação Digital - Guia do Cursista**. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica – MEC. Brasília, 2013.

ASSOCIAÇÃO CHICOS.NET. Curso Virtual Cidadania Digital: Apostila Semana 1. Buenos Aires, Argentina. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1cj3N4qMk4ESBYAekvXsaYNB8T3aJYHEG/view?usp=sharing>. Acesso em 21 out. 2021.

ASSOCIATED PRESS, The. Gore takes aim at corporately funded climate research. Nova Iorque. 07 ago. 2007. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/world/gore-takes-aim-at-corporately-funded-climate-research-1.678882>. Acesso em 08 set. 2020.

AUGUSTO PINTO, Geraldo. Qualificação e organização flexível do trabalho: elementos para um olhar crítico. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 49-71, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650325004.pdf>. Acesso em 19 ago. 2021.

AUGUSTO, Otávio. Fake news ameaçam a vacinação no Brasil e ressuscitam doenças. **Correio Braziliense**. Brasília, 30 jul. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/07/30/interna_politica,698273/fake-news-ameacam-a-vacinacao-no-brasil-e-ressuscitam-doencas.shtml. Acesso em 10 out. 2019.

BARBEIRO, Heródoto. Revolução Francesa e o perigo do texto falso. São Paulo. **Portal Comunique-se**. 05 set. 2017. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/revolucao-francesa-perigo-txt-falso/>. Acesso em 12 jul. 2021.

BARBOSA, Bia; MARTINS, Helena; VALENTE, Jonas. Fake News: Como as Plataformas Enfrentam a Desinformação. **Intervozes**. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/fake-news-como-as-plataformas-enfrentam-a-desinformacao/>. Acesso em 12 jul. 2022.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil-1900-2000**. Mauad Editora Ltda, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2UFNARf>. Acesso em 13 jun. 2020.

BARBOSA, Mariana. Número de leitores por exemplar de jornal aumenta 7,5% nos EUA. São Paulo. **Folha de S. Paulo**. 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2004201021.htm>. Acesso em 13 jun. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARKER, Chris. Cultural Studies - Theory and Practice. Los Angeles/London: Sage, 3rd. 2008, apud BAPTISTA, Maria Manuel. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets** [Online], Première Série - 1 Numéro Spécial. p. 451–461, 01 jun. 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/carnets/4382>. Acesso em 20 fev. 2020.

BARTHEL, Michael; MITCHELL, Amy; HOLCOMB, Jesse. Many Americans Believe Fake News Is Sowing Confusion. **Pew Research Center**. Washington. 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.journalism.org/2016/12/15/many-americans-believe-fake-news-is-sowing-confusion/>. Acesso em 01 mar. 2020.

BARTHEL, Michael; MITCHELL, Amy; SHEARER, Elisa; GOTTFRIED, Jeffrey. The Evolving Role of News on Twitter and Facebook. **Pew Research Center**. Washington. 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.journalism.org/2015/07/14/the-evolving-role-of-news-on-twitter-and-facebook/>. Acesso em 02 mar.2020.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMEISTER, Roy F. & LEARY, Mark R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, 117(3), 497-529, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210206> apud GASTAL, Camila Azevedo; PILATI, Ronaldo. Escala de necessidade de pertencimento: adaptação e evidências de validade. **Psico-usf**, v. 21, p. 285-292, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/VnsBqwhLRbknDZ9k3jPS9MS/abstract/?lang=pt>. Acesso em 05 jun. 2022.

BAUMGRATZ, Heloisa. Site usa falsa fala de Donald Trump para desacreditar vacinas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 06 jun. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/site-usa-falsa-fala-de-donald-trump-para-desacreditar-vacinas/>. Acesso em 20 ago. 2019.

BAZIN, Hervé. **The eradication of smallpox**. London: Academic Press, 2000.

_____. The ethics of vaccine usage in society: lessons from the past. **Endeavour**, v. 25, n. 3, p. 104-108, 2001.

BECKER Howard S.; GEER, Blanche. Participant Observation and Interviewing: a Comparison, *Human Organization*, 16 (3): 28-32.1997, apud BAUER, Martin. W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEEDE, Benjamin R. **The War of 1898 and U.S. Interventions, 1898–1934**. Taylor & Francis. An encyclopedia, 1994.

BELÉM, Euler de França. IVC: Circulação média diária de O Popular em 2013 não chegou a 32 mil exemplares. **Jornal Opção**. Edição 2045. Goiânia. GO, 13 set. 2014. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/ivc-circulacao-media-diaria-de-o-popular-em-2013-nao-chegou-32-mil-exemplares-15159/>. Acesso em 20 jun. 2020.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação?** Campinas, SP. Autores Associados, 2001.

BERELSON, Bernard; STEINER, Gary A. Human behavior: An inventory of scientific findings. Harcourt, Brace & World. 1964 apud KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la Comunicación**, Madrid, Editorial De La Torre. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3iI94XF>. Acesso em 18 set. 2020.

BÉRGAMO, Mônica. Conselho Federal de Medicina processa médica em R\$ 100 mil por danos morais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 25jul. 2019. Disponível em: <https://folha.com/axtb578v>. Acesso em 28 set. 2020.

BERMESOLO, Francisco. El Origen del Periodismo Amarillo. Madrid: Ediciones Rialp, 1962, apud SANTOS, Macelle Khouri. **Um olhar sobre o jornalismo [dissertação]: análise da representação do jornalismo no cinema hollywoodiano de 1930 a 2000**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93428/272126.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 08 jul. 2021.

BETTADAPUR, Arjun Narayan. TikTok partners with fact-checking experts to combat misinformation, **TikTok, Asia Pacific**. 01 out. 2020. Disponível em: <https://newsroom.tiktok.com/en-au/tiktok-partners-with-fact-checking-experts-to-combat-misinformation>. Acesso em 09 jul. 2022.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>. Acesso em 07 mai. 2020.

BIG DATA. In: **ORACLE BRASIL**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/big-data/what-is-big-data/>. Acesso em 12 set. 2021.

BOAS, Rafael Villas. **The Campus Experience: Marketing para Instituições de Ensino**. Grupo Editorial Summus. 2008.

BOLIGAN, Angel. Raízes. **Instagram @angelboligan**. 24 fev. 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BfmJ4lil92j/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 20 jul. 2022.

BOLTER, J. David; GRUSIN, Richard; GRUSIN, Richard A. **Remediation: Understanding new media**. MIT Press, 2000.

BONET, Pilar. Dentro da fábrica russa de mentiras. **El País**. Madrid. 25 fev. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519505033_056776.html. Acesso em 01 mar. 2020.

BONFIM, Ricardo. Carteira gráfica da XP sobe 0,6% e analista troca 3 ações; veja as mudanças. **InfoMoney**. São Paulo. 31 mai. 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/carteira-grafica-da-xp-sobe-06-e-analista-troca-3-aco-es-veja-as-mudancas/>. Acesso em 11 de nov. de 2021.

BORGES, Emerson Alves. **Tudo o que você sempre quis saber sobre as Testemunhas de Jeová, mas tinha medo de perguntar**. Joinville - SC. Editora Clube de Autores. 2014.

BOTA-ABAIXO. In: **DICIONÁRIO DA POLÍTICA FLUMINENSE**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo>. Acesso em 20 mai. 2021.

BOTÃO, Alexandre. O universo fake que alimenta as Fake News. **Canal TEDx Talks**. YouTube, (14m 57s) 20 mai. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/06uVMoDV1jQ>. Acesso em 11 jul. 2022.

BOTTINI, Flávio. Em resposta a @GFiuzo_Oficial. **Twitter.com/Flavio_Bottini**. 10 nov. 2018. Disponível em: https://twitter.com/Flavio_Bottini/status/1061407501562847232. Acesso em 10 ago. 2019.

BOUSADA, Guilherme Mateus; PEREIRA, Erlon Lopes. Produção de Vacinas Virais – Parte I: aspectos bioéticos. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações (MG)**, v. 15, n. 1, p. 333-354, 2017.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of computer-mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. Acesso em 12 jun. 2020.

BOYD, Robert W. A final disaster: the 1862 smallpox epidemic in coastal British Columbia. **The Coming of the Spirit of Pestilence: Introduced Infectious Diseases and Population Decline Among Northwest Coast Indians. 1774–1874**. Seattle: University of Washington Press. p. 172–201, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília, MEC / CONSED / UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 27 fev. 2020.

_____. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Lei nº 12.965. 23 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm Acesso em 01 jul. 2020.

_____. **Introdução à Educação Digital - Guia do Cursista**. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica – MEC. Brasília, 2013.

_____. **Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação**. LEI nº 5.250. 09 de fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em 30 jun. 2020.

_____. **Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revaccinação contra a variola**. Lei Federal nº 1.261. 31 out. 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>. Acesso em 26 set. 2021.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lúcia (Org.). Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1996, apud AUGUSTO PINTO, Geraldo. Qualificação e organização flexível do trabalho: elementos para um olhar crítico. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 49-71, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650325004.pdf>. Acesso em 19 ago. 2021.

BUCCI, Eugênio. TV, mídia e espaço público mundial na guerra dos EUA contra Bin Laden, apud PEREIRA, Wellington; MESQUITA, Tarcineide. As teorias do jornalismo e a leitura do espaço público. **Cultura Midiática**, João Pessoa. Ano IV, n.7 – jul.- dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/11654>. Acesso em 16 jun. 2021.

BUCKINGHAM, David. **Media education: Literacy, learning and contemporary culture**. John Wiley & Sons, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2CIZLwl>. Acesso em 20 mai. 2020.

BUNGE, Mario. Seudociencia e ideologia. Madrid: Alianza Editorial, 1989, apud LEE, Paulo Sen. **Ciências naturais e pseudociências em confronto: uma forma prática de destacar a ciência como atividade crítica e diminuir a credulidade em estudantes do Ensino Médio**. orientadora, Dulce Márcia Cruz. – Florianópolis, 213 f. 2002.

CAESAR, Gabriela. Como funciona uma das fábricas de fake news no Brasil. **G1 – Globo.com**. Rio de Janeiro. 25 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/marcela-ross-nao-existe-pesquisa-nao-mostra-94-de-apoio-a-intervencao-militar-e-pais-nao-esta-em-estado-de-sitio-como-funciona-uma-das-fabricas-de-fake-news-no-brasil.ghtml>. Acesso em 01 mar. 2020.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. **Revista Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 27, n. 44, p. 85-101, 2o. sem. 2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3942>. Acesso em 12 ago. 2019.

_____. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 117-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/122>. Acesso em 12 jul. 2019

CAMBRICOLI, Fabiana; FERNANDES, Matheus. Divulgadores de fake news de saúde têm por trás loja de produtos naturais. São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, Ed. 46.064. p. A22, 30 nov. 2019.

CASTELLS, Manuel. - **A Sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ruy. O sol nas bancas de revista. São Paulo. **Folha de S. Paulo**. 03 nov. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0311200705.htm>. Acesso em 05 mai. 2021.

CHADE, Jamil – ‘Ainda há material de impacto sobre EUA’, diz fundador do WikiLeaks. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 23 dez. 2010. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ainda-ha-material-de-impacto-sobre-eua-diz-fundador-do-wikileaks,657464>. Acesso em 20 nov. 2020.

CHARLEAUX, Lupa. TikTok começa a notificar usuários sobre vídeos com desinformação. **Tecmundo**. 03 fev. 2021. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/210413-tiktok-notificar-usuarios-videos-desinformacao.htm>. Acesso em 09 jul. 2022

CHARO, R. Alta. Fetal tissue fallout. **New England Journal of Medicine**, v. 373, n. 10, p. 890-891, 2015.

CHAVES, Eduardo. **Pilares da Educação Digital - Informação: a busca**. Microsoft Informática - Gerência de Educação. São Paulo, SP. 2010b. Disponível em <https://www.institutoparamitas.org.br/pilares/>. Acesso em 10 jan. 2021.

_____. **Pilares da Educação Digital - Introdução**. Microsoft Informática - Gerência de Educação. São Paulo, SP. 2010a. Disponível em <https://www.institutoparamitas.org.br/pilares/>. Acesso em 10 jan. 2021.

CHOMSKY, Noam & HERMAN, Edward S. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. Londres: The Bodley Head, 2008.

CHOMSKY, Noam. Quem manda no mundo? São Paulo, Planeta. 2017, apud GASTALDI, Fernanda Castro. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2018.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **RuMoRes**, Volume 12, nº 23: p. 56-82, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229>. Acesso em 26 jun. 2022.

CNJ. Tem perna curta, mas chega longe. **Conselho Nacional de Justiça**. Brasília/DF. 19 mar. 2018. Facebook: cnj.oficial. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/cnj.oficial/posts/1961608993911851/>. Acesso em 20 ago. 2020.

COLL, Liana. Ferramenta desenvolvida na Unicamp auxilia em pesquisas sobre fake news no Whatsapp. **Portal Unicamp**. Campinas, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/07/26/ferramenta-desenvolvida-na-unicamp-auxilia-em-pesquisas-sobre-fake-news-no>. Acesso em 11 jul. 2022.

COLLINS DICTIONARY. Word of the Year. 02 nov. 2017. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/word-lovers-blog/new/collins-2017-word-of-the-year-shortlist,396, HCB.html>. Acesso em 04 jan. 2019.

CORIAT, Benjaminp. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Tradução de Emerson S. Da Silva. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994, apud SABIÁ, Glerger Alcantara. Entre a terceirização toyotista e a dignidade humana.: Análise crítica dos sistemas de organização do trabalho. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 4044, 28 jul. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28961>. Acesso em: 28 mai. 2022.

_____. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Tradução de Emerson S. Da Silva. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994, apud AUGUSTO PINTO, Geraldo. Qualificação e organização flexível do trabalho: elementos para um olhar crítico. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 49-71, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650325004.pdf>. Acesso em 19 ago. 2021.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. Verbete. LETRAMENTO DIGITAL. In: **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores** / Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Maria da Graça Costa Val, Maria das Graças de Castro Bregunci (orgs). Belo Horizonte: UFMG / Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento-digital>. Acesso em 19 mai. 2020.

COSTA, Mariana Timóteo da. Fake news tiveram influência na vacinação contra a febre amarela no Brasil, diz chefe da OMS. **G1 Globo.com**. Rio de Janeiro. 22. mai. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/fake-news-tiveram-influencia-na-vacinacao-contr-a-febre-amarela-no-brasil-diz-chefe-da-oms.ghtml>. Acesso em 20 fev. 2019

COX, Robert Warburton. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. in Smith, S. et al. Gramsci, Historical Materialism and International Relations, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 49-66.1993, apud GASTALDI, Fernanda Castro. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2018.

CP GEOGRAFIA. Entenda a Educomunicação. [Entrevista a Ismar Soares]. **Revista Conhecimento Prático Geografia**. Escala Educacional. São Paulo. 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/?wcp=/novidades/informe,7,1159>. Acesso em 19 set. 2020.

CREIGHTON, Charles. **Jenner and Vaccination: A strange chapter of medical history**. London, 1889.

_____. **The Natural History of Cowpox and Vaccinal Syphilis**. London: Cassell, 1887

CURAS NATURAIS. A fraude da Febre Amarela - relato de uma enfermeira que pensa. 28 mar. 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181211233832/http://curasnaturais.net/a-fraude-da-febre-amarela-relato-de-uma-enfermeira-que-pensa/>. Acesso em 04 jul. 2019.

DA SILVA, Carlos Eduardo Lins. Morte e vida da imprensa. **Revista de Jornalismo ESPM/Columbia Journalism Review**, São Paulo, p. 36-38, 2017. Disponível em: <https://arquivo.espm.edu.br/revista/jornalismo/2017-jan-jun/38-39/>. Acesso em 03 mar. 2021

DALLI, John. Perguntas Parlamentares: resposta dada por John Dalli em nome da Comissão Parlamento Europeu. **Parlamento Europeu**. 25 mai. 2010. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/sides/getAllAnswers.do?reference=E-2010-2247&language=PT>. Acesso em 22 abr. 2020.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. [tradução Carlos Szlak]. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2017.

DARNTON, Robert. A verdadeira história das notícias falsas. **El País**, Madrid. 30 abr. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em 14 jun. 2022.

DATASENADO. Pesquisa Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade Dados na Internet. Brasília. Novembro/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datsenado/arquivos/mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opiniao-das-pessoas>. Acesso em 21 jun. 2020.

DE MEIS, Leopoldo; DE CARMO, Diucênio Afonso Rangel. O método científico. Autor, 2000, apud LEE, Paulo Sen. **Ciências naturais e pseudociências em confronto: uma forma prática de destacar a ciência como atividade crítica e diminuir a credulidade em estudantes do Ensino Médio**. orientadora, Dulce Márcia Cruz. – Florianópolis, 213 f. 2002.

DE SOUZA, Eduardo Ferreira. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. Annablume, 2004.

DENIAL. Direção de Mick Jackson. EUA, Reino Unido: Participant Media, BBC Films, (110 min.) 2016.

DESVIO COLETIVO. Performance Cegos HD. **Canal Bagagem Cultural Oficial**. YouTube (09m 07s), 21 de jan. de 2016. Disponível em: <https://youtu.be/VyiO8wADt4Y>. Acesso em 20 abr. 2020.

DEUTSCHE WELLE. Pela 1ª vez, Twitter alerta para fake news em posts de Trump. Bonn. 27 mai. 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3cpM8>. Acesso em 20 set. 2020.

DI SPAGNA, Julia. Entenda o que é o movimento antivacina. São Paulo. **Guia do Estudante**. Grupo Abril. 17 out. 2019. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/entenda-o-que-e-o-movimento-antivacina/#:~:text=Em%20resumo%2C%20quanto%20mais%20pessoas,rebano%20ou%20imunidade%20de%20grupo>. Acesso em 20 abr. 2020.

DIAS, Nic. How to begin to monitor social media for misinformation. **First Draft / Medium.com**. 14 jul. 2017. Disponível em: <https://medium.com/1st-draft/how-to-begin-to-monitor-social-media-for-misinformation-bd2f4b2d9417>. Acesso em 03 jul. 2022.

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond?. **The European Journal of Public Health**, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckn139>. Acesso em 10 abr. 2020

DINIZ, Thais Carvalho. Movimento antivacina: como surgiu e quais consequências ele pode trazer? São Paulo. **Uol**. Universa. 05 dez. 2017. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/12/05/o-que-o-movimento-antivacina-pode-causar.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso 20 fev. 2020.

DONALD, Brooke. Stanford researchers find students have trouble judging the credibility of information online. **Stanford Graduate School of Education**. Santa Clara (EUA). 22 nov. 2016. Disponível em: <https://ed.stanford.edu/news/stanford-researchers-find-students-have-trouble-judging-credibility-information-online>. Acesso em 15 fev. 2019.

DUARTE, Jesús; GARGIULO, Carlos; MORENO, Martín. **Infraestructura Escolar y Aprendizajes en la Educación Básica Latinoamericana: Un análisis a partir del SERCE**. Banco Interamericano de Desarrollo. División de Educación (SCL/EDU). mai. 2011. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36201660>. Acesso em 15 set. 2020.

DUBÉ, Eve; LABERGE, Caroline; GUAY, Maryse; BRAMADAT, Paul, ROY, Réal; BETTINGER, Julie A. Vaccine hesitancy: an overview. **Human vaccines & immunotherapeutics**, Londres, v. 9, n. 8, p. 1763-1773, ago. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.4161/hv.24657>. Acesso em 23 ago. 2021.

DUBOIS, Thomas David. Hegemony, Imperialism, And The Construction Of Religion In East And Southeast Asia. **History and Theory**, v.44: p.113-131. 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2303.2005.00345.x>. Acesso em 10 abr. 2020.

DUKE UNIVERSITY. **Historians Respond: Denial Denounced as Academic Fraud**. History Department. Durham (Carolina do Norte), 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110110210836/http://www.adl.org/holocaust/academic.asp#>. Acesso em 24 mar. 2020.

DUNLAP, Riley. E.; JACQUES, Peter J. Climate Change Denial Books and Conservative Think Tanks. *American Behavioral Scientist*, Vol. 57, p. 699-731, 2013, apud GASTALDI, Fernanda Castro. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2018.

DURÃO, Andréia Gomes. Macron impõe vacina para profissionais de saúde e passe sanitário na França. Paris (França). **Rádio França Internacional (RFI)**. 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20210712-macron-imp%C3%B5e-obrigatoriedade-de-passe-sanit%C3%A1rio-e-vacina-para-profissionais-da-sa%C3%BAde-na-fran%C3%A7a>. Acesso em 18 jul. 2021

EFE. Juiz de Nova York rejeita ação de pais por vacina obrigatória contra sarampo. São Paulo. Agência EFE. 19 abr. 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/destacada/juiz-de-nova-york-rejeita-a-o-pais-por-vacina-obrigatoria-contrasarampo/50000238-3956650>. Acesso em 19 abr. 2020.

EKOS RESEARCH ASSOCIATES INC. Survey of Parents on Key Issues Related to Immunization. Ottawa: **Public Health Agency of Canada**, 2011. Disponível em: <https://immunize.ca/sites/default/files/resources/1792e.pdf>. Acesso em 23 ago. 2021

ELY, Débora. Hashtags que acusam Twitter de omissão no combate a desinformação somam 87 mil menções. **Aos Fatos**. 6 jan. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/bipe/hashtags-que-acusam-twitter-de-omissao-no-combate-a-desinformacao-somam-87-mil-mencoes/>. Acesso em 10 jul. 2022.

EMERY, Edwin. História da Imprensa nos Estados Unidos – Uma interpretação da história do jornalismo. Rio de Janeiro, Lidador: 1965, apud SANTOS, Macelle Khouri. **Um olhar sobre o jornalismo [dissertação]: análise da representação do jornalismo no cinema hollywoodiano de 1930 a 2000**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93428/272126.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 08 jul. 2021.

EQUIPE LUPA. Como a Lupa faz suas checagens? Rio de Janeiro. 15 out. 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens/>. Acesso em 20 set. 2020.

ERBOLATO, Mário. Dicionário de propaganda e jornalismo. Campinas: Papyrus, 1985, apud CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **RuMoRes**, Volume 12, nº 23, p. 56-82, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229>. Acesso em 26 jun. 2022.

FACTOIDE. In: **OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE**. Oxford: Oxford University Press, 2022. Disponível em: <https://abrir.link/ils0P>. Acesso em 14 jul. 2022.

FARR, Robert M. Interviewing: The Social Psychology of the interview. In: F. FRANSELLA (ed.). *Psychology for Occupational Therapists*. London. Macmillan.1982, apud BAUER, Martin. W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FAVA, Rui. Educação 3.0: aplicando o PDCA nas instituições de ensino. São Paulo: Saraiva, 2014, apud PASSOS, Marize Lyra Silva. **Da Educação 1.0 a Educação 4.0: os caminhos da educação e as novas possibilidades**. Página Marize Passos, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.marizepassos.com/post/educação-1-0-a-educação-4-0-os-caminhos-da-educação-e-as-novas-possibilidades-para-a-educação>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FELLETT, João. Pandemia desmascara ‘arrogância da ignorância’ de governantes, diz historiador. **BBC News Brasil**. São Paulo. 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52250448>. Acesso em 13 set. 2020.

FERRAZ, Lucas. Movimento antivacina: como combater essa onda que ameaça sua saúde? Rio de Janeiro. Editora Globo. **Revista Galileu [online]**. 02 out. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2019/10/movimento-antivacina-como-combater-essa-onda-que-ameaca-sua-saude.html>. Acesso em 22 out. 2021.

FERREIRA, Ivanir. “Tratamento precoce” e “kit covid”: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil. São Paulo. **Jornal da USP**. 14 out. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/>. Acesso em 20 jan. 2023.

FERREIRO, Emilia. Alfabetización digital. ¿De qué estamos hablando? Actas de las 12ª Jornadas de Bibliotecas Infantiles y Escolares. Fundación Germán Sánchez Ruipérez, Salamanca, pp. 13-32;2007. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.2, p. 423-438, mai./ago. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28293>. Acesso em 05 mai. 2018.

FIGUEIRA, Filipo. Dos usos (e abusos) da cenografia jornalística: as desnotícias e as fake news. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 4, p. 01-28. 2020.

FIGUEIREDO, Mauro. **Processos Históricos: A Revolta da Vacina**. Justiça Federal: Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Maio de 2019. Disponível em: <https://www10.trf2.jus.br/memoria/wp-content/uploads/sites/48/2019/05/resenha-a-revolta-da-vacina.pdf>. Acesso em 26 set. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Empresa que ajudou Trump roubou dados de 50 milhões de usuários do Facebook. São Paulo. 17 mar. 2018. Disponível em: <https://folha.com/evgt1pxc>. Acesso em 01 mar. 2020.

FOLHA DO ACRE. No Acre, médica perita indica que vacina HPV pode casar graves sequelas em garotas. 22 out. 2019. Disponível em: <https://folhadoacre.com.br/cotidiano/no-acre-medica-perita-garante-que-vacina-hpv-e-responsavel-por-graves-sequelas-em-garotas/?fbclid=IwAR%E2%80%A6>. Acesso em 10 nov. 2019.

FONSECA, Cláudia Chaves; TOSTA, Sandra Pereira. O campo da comunicação no pensamento educacional de Célestin Freinet: uma abordagem comparada. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. esp., p. 629-643, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9668/0>. Acesso em 19 set. 2020.

FORTSON, Danny. Moral majority take on GSK and Merck over cancer drugs. Londres, **The Independent**. 11 jun. 2006. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/business/news/moral-majority-take-on-gsk-and-merck-over-cancer-drugs-481844.html>. Acesso em 20 abr. 2020.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Verbete. ALFABETIZAÇÃO DIGITAL. In: **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores** / Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Maria da Graça Costa Val, Maria das Graças de Castro Bregunci (orgs). Belo Horizonte: UFMG / Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/alfabetizacao-digital>. Acesso em 19 mai. 2020.

FREINET, Célestin. **O jornal escolar**. Tradução de Filomena Quadros Branco. São Paulo: Estampa, 1974.

FREIRE, Leonidas. Guerra Vaccino-obrigateza! **O Malho**. Edição nº 111. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional. 29 out. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300_1904_00111.pdf. Acesso em 13 set. 2020.

FREIRE. Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIXO, Marcelo. Entrevista a Igor 3K e Monark. Edição nº 476. **Canal Flow Podcast**. YouTube. 4 out. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/EhaSRmwRl7Y>. Acesso em 31 out. 2021.

G1.GLOBO.COM. TikTok lança atualização com checagem de fatos para conteúdos compartilhados na plataforma. Rio de Janeiro. 03 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/02/03/tiktok-lanca-atualizacao-com-checagem-de-fatos-para-conteudos-compartilhados-na-plataforma.ghtml>. Acesso em 09 jul. 2022.

_____. Vacina contra o HIV é testada em 5 países e protege mais de 67% dos macacos. Rio de Janeiro. 06 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/vacina-contr-o-hiv-e-testada-em-5-paises-e-protege-mais-de-67-dos-macacos.ghtml>. Acesso em 20 out. 2019.

G17. Bolsonaro pede ao Governo que importe a vacina anti-gay. 23 fev. 2016. Disponível em: <http://www.g17.com.br/noticia.php?id=97>. Acesso em 10 nov. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Historia de las ideas pedagógicas**. Siglo XXI, 2002.

GALLUP. Wellcome Global Monitor How does the world feel about science and health? Londres. 2019. Disponível em: <https://wellcome.org/sites/default/files/wellcome-global-monitor-2018.pdf>. Acesso em 21 ago. 2021.

GAMIFICAÇÃO. In: **LUDOSPRO**, São Paulo, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://abrir.link/4mgWw>. Acesso em 12 jul. 2022.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; **CORRÊA**, Vilma Reche (orgs.). **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

GARCIA, Rafael. 7% dos brasileiros afirmam que Terra é plana, mostra pesquisa. São Paulo. **Folha de S. Paulo**. 14 jul. 2019. Disponível em: <https://folha.com/2c8uj9m5>. Acesso em 08 set. 2020.

GAROFALO, Débora. Que habilidades deve ter o professor da Educação 4.0. **Nova Escola**. São Paulo. 26 abr. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11677/que-habilidades-deve-ter-o-professor-da-educacao-40>. Acesso em 24 mai. 2022.

GARRETT, Neil. **LAZZARO**, Stephanie C. **ARIELY**, Dan. **SHAROT**, Tali. The brain adapts to dishonesty. **Nature Neuroscience**. Vol. 19, nº 12, 1727–1735, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nn.4426>. Acesso em 02 jun. 2022.

GASTALDI, Fernanda Castro. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/viewFile/39247/29943>. Acesso em 20 abr. 2020.

GERAÇÃO Z. In: **PORFÍRIO**, Francisco. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/geracao-z.htm>. Acesso em 26 nov. 2022.

GEZAIRY, Hussein Abdel-Razzak Al. **World Health Organization, Regional Office for the Eastern Mediterranean**. 17 jul. 2001. Disponível em <https://www.immunize.org/talking-about-vaccines/porcine.pdf>. Acesso em 19 abr. 2020.

GILLRAY, James. **The Cow Pock or the Wonderful Effects of the New Inoculation**. Wellcome Collection. 1802. Disponível em <https://wellcomecollection.org/works/jh8pftqz/images?id=b3zbs6t3>. Acesso em 11 set. 2020

GLACKENS, Louis M. **The yellow press**. Published by Keppler & Schwarzmann, Puck Building. Washington. Library of Congress. 12 out. 1910. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2011647630/>. Acesso em 08 jul. 2021.

GOFFEY, Andrew. Algorithm. In: **Software studies: a lexicon**. **FULLER**, Matthew. 1st ed. MIT Press, Cambridge, pp. 15-20, 2008. Disponível em: <https://eprints.mdx.ac.uk/id/eprint/5522>. Acesso em 08 ago. 2019.

GOMES, Cesar Augusto. Escola Glória Viana: antes e depois do Correio Popular. **Canal Cesar Gomes**. YouTube. 20 nov. 2009. Disponível em <https://youtu.be/Xjk5YD3AVGI>. Acesso em 02 mai. 2020.

_____. Fake News, Vaccine and the Types of Disinformation. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 4, p. 01-20, 25 fev. 2021. Disponível em <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/267/359>. Acesso em 03 jun. 2022

GRABENSTEIN, John D. What the world's religions teach, applied to vaccines and immune globulins. **Vaccine**, v. 31, n. 16, p. 2011-2023, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264410X13001898>. Acesso em 14 abr. 2020.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, v. 2 — Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, apud MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas. v. 22, n. 3, p. 131-148, 2011.

_____. **La costruzione del Partito Comunista (1923-1926)**. Torino: Einaudi, 1971.

GRANATI, Simona. A Causa. Corbis/Getty Images. **Revista Veja**, São Paulo: Grupo Abril. 02 mar. 2018. Disponível em <https://veja.abril.com.br/revista-veja/um-surto-vergonhoso/>. Acesso em 20 abr. 2020.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRIZZLE, Alton et al. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias** – Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. In: PEREIRA, Wellington; MESQUITA, Tarcineide. As teorias do jornalismo e a leitura do espaço público. **Cultura Midiática**, João Pessoa. Ano IV, n.7 – jul.- dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/11654>. Acesso em 16 jun. 2021.

HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andrew; WILLIS, Paul. (orgs.) **Culture, Media, Language: Working papers in cultural studies**. London/New York: Routledge/CCCS. 1980.

HERRIOTT, Robert E.; FIRESTONE, William A. Multisite qualitative policy research: Optimizing description and generalizability. *Educational researcher*, v. 12, n. 2, p. 14-19, 1983, apud YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. – 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOBBS. Renée. The seven great debates in the media literacy movement. **Journal of Communication**. Volume 48, Edição 1, p. 16-32, mar. 1998, apud SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social, o caso dos Estados Unidos. **EccoS Rev. Cient.**, UNINOVE, São Paulo: (v.2 n.2): 61-80 – dez. 2000b. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/225/221>. Acesso em 22 jun. 2020

HOLIDAY, Ryan. **Acredite estou mentindo: confissões de um manipulador das mídias**. Companhia Editora Nacional. 2012.

HORTON, Alex. New York City orders mandatory shots in toughest U.S. action to date against measles. **The Washington Post**. Washington, D.C. 09 abr. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/health/2019/04/09/new-york-orders-measles-vaccinations-brooklyn-amid-outbreak-mayor-says/>. Acesso em 19 abr. 2020

HUNT, Melissa G.; MARX, Rachel; LIPSON, Courtney; YOUNG, Jordyn. No more FOMO: Limiting social media decreases loneliness and depression. **Journal of Social and Clinical Psychology**, v. 37, n. 10, p. 751-768, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1521/jscp.2018.37.10.751>. Acesso em 20 abr. 2021.

HUTCHEON, Linda. Uma teoria da paródia: Ensino das formas de arte do Século XX. Lisboa: Edições 70, 1989, apud FIGUEIRA, Filipo. Dos usos (e abusos) da cenografia jornalística: as desnotícias e as fake news. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 4, p. 01-28. 2020

IAMARINO, Átila. Aquecimento Global. **Canal Nerdologia**. YouTube. (09min. 19s). 01 jun. 2017. Disponível em <https://youtu.be/8sovsUzYZFM>. Acesso em 08 set. 2020.

IAPA. Declaration of Salta of Principles on Freedom of Expression in the Digital Era. **Inter American Press Association**. Salta / Argentina, 22 out. 2018. Disponível em: <https://media.sipiapa.org/adjuntos/186/documentos/001/838/0001838168.pdf>. Acesso em 14 jul. 2022.

_____. Legal Restrictions. **Inter American Press Association**. Miami/EUA, 26 out. 2020. Disponível em: <https://en.sipiapa.org/notas/1214190-legal-restrictions>. Acesso em 13 jul. 2022.

IBGE. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em 24 jul. 2022.

_____. Grupos de nível de instrução das pessoas de 14 anos ou mais de idade. Tabela 7267. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2019. Rio de Janeiro. 15 jul. 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7267#resultado>. Acesso em 30 ago. 2020.

_____. Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, Tabela 7113. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2019. Rio de Janeiro. 15 jul. 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>. Acesso em 30 ago. 2020.

IFLA. How To Spot Fake News. **The International Federation of Library Associations and Institutions**. The Hague, Países Baixos. 27 jan. 2017. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/167>. Acesso em 20 set. 2020.

INFORMAÇÃO. In: **Dicionário Michaelis UOL**. Editora melhoramentos. Disponível em: <https://abrir.link/J3jML> Acesso em 06 nov. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da Leitura no Brasil – 4ª edição. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/retratos-da-leitura/>. Acesso em 05 out. 2019.

INTERVOZES; REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor Brasil). São Paulo, SP. 2017. Disponível em <https://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 03 nov. 2021.

ISKANDER, John; VELLOZZI, Claudia; GIDUDU, Jane; CHEN, Robert T. Vaccine Safety. In: Morrow WJW, Sheikh NA, Schmidt CS, et al. (eds) **Vaccinology: Principles and Practice**. New Jersey, Blackwell, p.509-524, 2012. Disponível em: https://courses.edx.org/asset-v1:UQx+AVAXX101x+1T2021+type@asset+block@Vaccine_Safety.pdf. Acesso em 30 ago. 2021.

IWASSO, Simone. 'Nota mais alta não é educação melhor'. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 02 ago. 2010. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor-imp-,589143>. Acesso em 02 mar. 2020

JACOBI, Pedro. Transformações do Estado contemporâneo e educação. In: BRUNO, Lúcia (Org.). Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996, apud AUGUSTO PINTO, Geraldo. Qualificação e organização flexível do trabalho: elementos para um olhar crítico. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 49-71, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650325004.pdf>. Acesso em 19 ago. 2021.

JENNER, Edward. An Inquiry into the Causes and Effects of the Variolae Vaccine. In: BUCK, Carol; LLOPIS, Alvaro; NÁJERA, Enrique; TERRIS, Milton. **The Challenge of Epidemiology: Issues and Selected Readings**. Pan American Health Organization. v. 505, p. 31, 1988.

KAHNE, Joseph. BOWYER, Benjamin. Educating for Democracy in a Partisan Age: Confronting the Challenges of Motivated Reasoning and Misinformation. **American Educational Research Journal**, Vol. 54 (1), p. 3–34. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/0002831216679817> Acesso em 02 jun. 2022.

KAISER, Katrina. Sorry We're Not Sorry: Interview with Lino Bocchini of Falha de S. Paulo. **Electronic Frontier Foundation**. São Francisco (EUA). 25 mai. 2012. Disponível em: <https://www.eff.org/pt-br/deeplinks/2012/05/sorry-were-not-sorry-interview-lino-bocchini-falha-de-s-paulo> acesso em 20 nov. 2019

KAPA, Raphael. Metade dos colégios brasileiros não tem rede de esgoto. Rio de Janeiro. **Jornal O Globo**. 22 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/metade-dos-colegios-brasileiros-nao-tem-rede-de-esgoto-23541918#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Censo,26%25%20n%C3%A3o%20possuem%20acesso%20a>. Acesso em 15 set. 2020.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la Comunicación**, Madrid, Editorial De La Torre. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3iI94XF>. Acesso em 18 set. 2020.

KARNAL, Leandro. As FAKE NEWS surgiram bem antes da internet. Série 'Fake News' #1. **Canal Prazer, Karnal**. YouTube. 09 dez. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/ekmmvqWHTYA>. Acesso em 13 jun. 2022.

KELTO, Anders. Why A Court Once Ordered Kids Vaccinated Against Their Parents' Will. Washington. **National Public Radio – NPR**. 19 fev. 2015. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/health-shots/2015/02/19/386040745/why-a-court-once-ordered-kids-vaccinated-against-their-parents-will>. Acesso em 19 abr. 2020.

KEMP, Simon. Digital 2022: April Global Statshot Report. **DataReportal**. Singapura. 21 abr. 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-april-global-statshot>. Acesso em 09 jul. 2022.

KENNER, Robert. **Merchants of Doubt**. Participant Media. EUA. 96 min. 30 ago. 2014.

KIELY, Eugene; ROBERTSON, Lori. How to spot fake news. **FactCheck.org**. Philadelphia. 18 nov. 2016. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2016/11/how-to-spot-fake-news/>. Acesso em 01 jul. 2021.

KNOBEL, Marcelo; ORSI, Carlos. Alerta máximo contra as pseudociências. São Paulo. **Folha de S. Paulo**. 16 jan. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/01/16/alerta-maximo-contra-pseudociencias>. Acesso em 31 mar. 2020.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Vozes, 2016.

KUCZYNSKI, Pawel. Armadilha. **Instagram @pawel_kuczynski1**. 04 set. 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BnTRz6wgVkC/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 20 ago. 2021.

LAGO, Lucas & MASSARO, Heloisa. **Bots ou não? Um estudo preliminar sobre o perfil dos seguidores dos pré-candidatos à Presidência da República no Twitter** (33 p.). São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Relat%c3%b3rio-Bots-ou-n%c3%a3o.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

LARSON, Edward John. **Evolution: The remarkable history of a scientific theory**. Random House Digital, Inc., 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3bAOrtr>. Acesso em 07 set. 2020.

LEE, Paulo Sen. **Ciências naturais e pseudociências em confronto: uma forma prática de destacar a ciência como atividade crítica e diminuir a credulidade em estudantes do Ensino Médio**. orientadora, Dulce Márcia Cruz. – Florianópolis, 213 f. 2002.

LEITE, José Corrêa. Controvérsias científicas ou negação da ciência? A agnotologia e a ciência do clima. **Scientiae Studia**, v.12, nº 1, p179-189, 2014.

LEMKE, Jay L. Hypermedia and higher education. In: Harrison, T. M.; Stephen, T. D. (ed.) *Computer Networking and Scholarship in the 21st Century University*. Albany: SUNY Press, p. 215-232. 1996, apud LEMKE, Jay L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 49, n. 2, p. 455-479, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/09.pdf>. Acesso em 10 mai. 2020

_____. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 49, n. 2, p. 455-479, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/09.pdf>. Acesso em 10 mai. 2020

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução: Carlos Irineu da Costa, 2ª ed. Editora 34, Rio de Janeiro – RJ, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3eEA0o2>. Acesso em 22 jun. 2020;

_____. Revolução virtual: A cibercultura é hoje herdeira legítima das ideias progressistas do iluminismo. São Paulo. **Folha de S, Paulo**. 16 ago. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs16089803.htm>. Acesso em 23 ago. 2020

_____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999. 264 p; (Coleção Trans).

LIMA, Everton. Covid-19: Fiocruz divulga resultados do estudo VacinaKids. **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)**. Rio de Janeiro. 18 jan. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-fiocruz-divulga-resultados-do-estudo-vacinakids>. Acesso em 28 ago. 2022

LINHARES, Carolina. Desmentir não abala crença em fake news, aponta estudo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/correcao-nao-abala-crenca-em-fake-news-aponta-estudo.shtml>. Acesso em 20 fev. 2022.

LIPSTADT, Deborah E. **History on trial: my day in court with a Holocaust denier**. Harper Collins, 2006.

LIRA Carol. Enfermeira alerta que ninguém deve tomar a vacina contra febre amarela #boato. **Boatos.org**. 20 jan. 2018. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/enfermeira-vacina-febre-amarela-farsa.html>. Acesso em 12 nov. 2019.

LITTLE, Olivia; RICHARDS, Abbie. TikTok's algorithm is amplifying COVID-19 and vaccine misinformation. **Media Matters for America**. Washington, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://www.mediamatters.org/tiktok/tiktoks-algorithm-amplifying-covid-19-and-vaccine-misinformation>. Acesso em 09 jul. 2022.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdades e controle: uma genealogia política da internet**. Editora Vozes Limitada, 2018.

LUKE, Carmen. Cyber-schooling and technological change: Multiliteracies for new times. In B. Cope and M. Kalantzis (Eds), **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures**. 2000, apud BUCKINGHAM, David. **Media education: Literacy, learning and contemporary culture**. John Wiley & Sons, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2CIZLwl>. Acesso em 20 mai. 2020.

MAGENTA, Matheus. As lições da vacina que chegou de 'braço em braço' ao Brasil em 1804. **BBC News Brasil**. Londres. 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53533707>. Acesso em 13 set. 2020.

MANJOO, Farhad. **True Enough: Learning to Live in a Post-Fact Society**. Nova Jersey: John Wiley & Sons. 2008, apud SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Morte e vida da imprensa. Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo. 15 jun. 2017. Disponível em: <https://arquivo.espm.edu.br/revista/jornalismo/2017-jan-jun/38-39/>. Acesso em 14 fev. 2021.

MARGETTS, Helen; JOHN, Peter; HALE, Scott; YASSERI, Taha. **Political turbulence: How social media shape collective action**. Princeton University Press, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3htPqOS>. Acesso em 11 jun. 2020.

MARQUES, José. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**. Ed. 33.228 – p.A5. São Paulo. 23 mar. 2020. Disponível em: <https://folha.com/jt8kxli>. Acesso em 26 set. 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Retos culturales: de la comunicación a la educación. **Nueva sociedad**, v. 169, p. 33-43, 2000. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f253/5f2cfe0ff735e08a57db4145d8d499d2dad0.pdf>. Acesso em 22 jun. 2020

MARTINS, Alexandra. Na web, 12 milhões difundem fake news políticas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 17 set. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,na-web-12-milhoes-difundem-fake-news-politicas,70002004235>. Acesso em 01 mar. 2020.

MARTINS, Anita Grando. Trump não falou que “vacinas contra gripe são a maior fraude da medicina”. **UOL**. São Paulo. 08 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2019/01/08/trump-nao-falou-que-vacinas-contragripe-sao-a-maior-fraude-da-medicina.htm>. Acesso em 20 ago. 2019

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas. v. 22, n. 3, p. 131-148, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000300010&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 15 abr. 2020.

MARTINS, Reinaldo Menezes; MAIA, Maria de Lourdes de Souza. Eventos adversos pós-vacinais e resposta social. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, p. 807-825, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/C4CyNSmbKD3dDM5ZsXSHtFz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 ago. 2021.

MARXISMO. In: **OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE**. Oxford: Oxford University Press, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/PaVxv>. Acesso em 04 jun. 2021.

MASSEY, Edmund. **A sermon against the dangerous and sinful practice of inoculation**. William Meadows, 1722. Disponível em: encurtador.com.br/bwR46. Acesso em 14 abr. 2020

MATSUKI, Edgard. Senhor morre em posto de saúde esperando ser atendido #boato. **Boatos.org** 09 mai. 2016. Disponível em: <https://www.boatos.org/brasil/senhor-morre-em-posto-de-saude.html>. Acesso em 12 nov. 2019

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**; tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/HISTORIA%20DA%20AGRICULTURA/Historia_das_agriculturas.pdf. Acesso em 20 mai. 2022.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e opinião pública**. Petrópolis: Vozes. 2009.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda setting function of mass media, In: **Public Opinion Quarterly**, Vol. 36, nº 2, p. 176-187, Summer, 1972.

McLUHAN, Herbert Marshall. **Understanding Media: The Extensions of Man**. New York: The New American Library, 1964.

MCNEIL JR, Donald G. *Worship Optional: Joining a Church To Avoid Vaccines*. Nova Iorque. **The New York Times**. 14 jan. 2003. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/01/14/science/worship-optional-joining-a-church-to-avoid-vaccines.html>. Acesso em 19 abr. 2020.

MELLO, Guiomar Namó. *Magistério de 1º grau. Da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Cortez, 1982 apud SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2 ed. - São Paulo: Cortez - Autores associados, 1991.

MERCK & CO. *Vioxx – 2000 Commercial*. **Canal Long Forgotten Videos**. YouTube. 28 ago. 2019. (0m 59s). 2000. Disponível em: https://youtu.be/deIoiJ_rX24. Acesso em 15 abr. 2020.

MESSIAS, Johnatan; BENEVENUTO, Fabrício; OLIVEIRA, Ricardo. *Bots Sociais: Como robôs podem se tornar pessoas influentes no Twitter?* **Revista Eletrônica de Iniciação Científica em Computação**, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/reic/article/viewFile/46796/47009>. Acesso em 27 jun. 2022.

MÍDIA NINJA. *Performance Cegos na Avenida Paulista*. São Paulo. 30 out. 2016. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/vote-consciente/>. Acesso em 08 set. 2020.

MIHAILIDIS, Paul. *Beyond cynicism: Media education and civic learning outcomes in the university*. **International Journal of Learning and Media**, v. 1, n. 3, p. 19-31, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/2246374/Beyond_cynicism_Media_education_and_civic_learning_outcomes_in_the_university. Acesso em 19 set. 2022.

MITLIN, Diana; SATTERTHWAITE, David. **Urban poverty in the global south: scale and nature**. Routledge, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3hLDN4y>. Acesso em 17 set. 2020

MOHAN, Neal. *Perspectivas: Combatendo a desinformação no YouTube*. **YouTube Official Blog**. 25 ago. 2021. Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/inside-youtube/combateando-desinformacao-no-youtube/>. Acesso em 03 jul. 2022

MONTANARO, João. [O Movimento Antivacina]. **Revista Galileu** [online]. 02 out. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2019/10/movimento-antivacina-como-combater-essa-onda-que-ameaca-sua-saude.html>. Acesso em 11 set. 2020.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *O Revisionismo Negacionista*. In: SANTOS, Ricardo Pinto dos (org.) **Enciclopédias de Guerras e Revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos: a história da Shindo Renmei**. Editora Companhia das Letras. 2000.

MOREIRA, Matheus. *Convenção em São Paulo reúne quem duvida de que a Terra seja redonda*. São Paulo. **Folha de S. Paulo**. 11 nov. 2019. Disponível em: <https://folha.com/8nomkpyx>. Acesso em 08 set. 2020.

MOSELEY, Benjamin. **A Treatise on Sugar, with Miscellaneous Medical Observations**. 2 ed. London: Printed by John Nichols, 1800. Disponível em: <https://repository.library.northeastern.edu/files/neu:m0410983s>. Acesso em 29 ago. 2021.

NEPARENT, Liz. What Aborted Fetuses Have to Do With Vaccines. **ABC News**. Nova Iorque. 17 fev. 2015. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Health/aborted-fetuses-vaccines/story?id=29005539>. Acesso em 11 abr. 2020

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NEWSWEEK. Global Warming Deniers Well Funded. Nova Iorque. 12. ago. 2007. Disponível em: <https://www.newsweek.com/global-warming-deniers-well-funded-99775>. Acesso em 08 set. 2020.

NIEDERHUBER, Matthew. The fight over inoculation during the 1721 Boston smallpox epidemic. **Science in the News**, 2014. Disponível em: <http://sitn.hms.harvard.edu/flash/special-edition-on-infectious-disease/2014/the-fight-over-inoculation-during-the-1721-boston-smallpox-epidemic/>. Acesso em 31 jan. 2021.

NIZAN, Paul. Les chiens de garde. Rieder, 1932, apud PEQUENO, António Branquinho. Por ocasião do centenário de Paul Nizan (1905-1940) “Cães de guarda” de ontem e de hoje. **Revista Finisterra**, Lisboa, nº 51/52, p. (71-93), set. 2004. Disponível em: <https://fundacaopublica.pt/wp-content/uploads/2021/04/Revista-Finisterra-51-e-52-Os-Desafios-Actuais-da-Esquerda-Portuguesa.pdf>. Acesso em 28 mar. 2020.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 223-238, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J8wr9DBrz49QQ3C7d5jyq6h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 out. 2021.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA – DF. E tem pessoas emocionadas com a passagem da tocha olímpica ...!!!. Brasília – DF. 04 mai. 2016. Facebook: NoticiasBrasiliaDF. Disponível em: https://www.facebook.com/NoticiasBrasiliaDF/posts/1713605155561431?__tn__=H-R. Acesso em 12 nov. 2019.

NYHAN, Brendan, REIFLER, Jason. When Corrections Fail: The Persistence of Political Misperceptions. **Political Behavior**, Vol. 32, 303–330, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s11109-010-9112-2>. Acesso em 12 out. 2020.

O ESTADO DE MINAS. Vacinação e cuidados ajudam a prevenir sintomas da gripe. Belo Horizonte. 13 mai. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/patrocinado/materdei/2019/05/13/noticia-patrocinado-materdei,1053313/vacinacao-e-cuidados-ajudam-a-prevenir-sintomas-da-gripe.shtml>. Acesso em 20 ago. 2019

O ESTADO DE S. PAULO. Menos de 5% das escolas no Brasil possuem infraestrutura adequada. São Paulo. 19 dez. 2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/menos-de-5-das-escolas-no-brasil-possuem-infraestrutura-adequada/>. Acesso em 15 set. 2020.

O'BRIEN, Thomas C.; PALMER, Ryan; ALBARRACIN, Dolores. Misplaced trust: When trust in science fosters belief in pseudoscience and the benefits of critical evaluation. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 96, p. 104184, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2021.104184>. Acesso em 03 de jun. 2022.

OMS. Ten threats to global health in 2019. **Organização Mundial da Saúde**. Genebra. 19 jan. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Acesso em 21 out. 2020.

OPAS. Conheça alguns dos principais mitos e fatos sobre vacinação. **Organização Pan-Americana da Saúde**. 06 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HsSzkq>. Acesso em 10 ago. 2020.

_____. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19. Washington. Departamento de evidência e inteligência para ação em saúde. 01 mai. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documents/understanding-infodemic-and-misinformation-fight-against-covid-19>. Acesso em 25 jun. 2020.

OPAS/OMS. Uma jornada de vacinação contra o HPV no Brasil. Brasília. **Organização Pan-Americana da Saúde – Brasil**. 28 jan. 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5861:uma-jornada-de-vacinacao-contra-o-ppv-no-brasil&Itemid=812. Acesso em 12 set. 2020.

OPEL, Douglas J. MANGIONE-SMITH, Rita; TAYLOR, James A.; KORFIATIS, Carolyn; WIESE, Cheryl, CATZ, Shery; MARTIN, Diane P. Development of a survey to identify vaccine-hesitant parents: the parent attitudes about childhood vaccines survey. **Human vaccines**, Londres, v. 7, n. 4, p. 419-425, abr. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4161/hv.7.4.14120>. Acesso em 23 ago. 2021.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. Bloomsbury Publishing USA, 2011.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio – no movimento dos sentidos**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

ORSI, Carlos. Raciocínio motivado: acreditamos no que confirma nossas esperanças e preconceitos. **Revista Galileu**. 06 out. 2014. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/olhar-cetico/noticia/2014/10/raciocinio-motivado-acreditamos-no-que-confirma-nossas-esperancas-e-preconceitos.html>. Acesso em 02 jun. 2022

ORTIZ, Renato. Estudos culturais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 119-127, jun. 2004.

O'SHEA, Paul. **A cross too heavy: Pope Pius XII and the Jews of Europe**. Springer, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/35d87CH>. Acesso em 25 mar. 2020.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

PATTILLO, Charles A. The Sacredness of Human Blood: reasons why vaccination is unscriptural. **The Golden Age**. Nova York. Woodworth, Knorr & Martin, Volume XII. n. ° 297, 04 fev. 1931.

PAUL, Christopher; MATTHEWS, Miriam. The Russian “firehose of falsehood” propaganda model. **Rand Corporation**, v. 2, n. 7, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html>. Acesso em 04 abr. 2022.

PEREIRA, Joseane. Negacionismo Histórico: Por que estamos negando os fatos? **Aventuras na História**. São Paulo. 08 mai. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/negacionismo-historico-no-brasil-atual-por-que-estamos-negando-os-fatos.phtml>. Acesso em 25 mar. 2020.

PESSOA, Daniela. Estudante lança app para combater fake news e chama a atenção de Malala. **UOL – Universa**. São Paulo, 11 set. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/09/11/estudante-lanca-aplicativo-para-combater-fake-news-e-recebe-apoio-de-malala.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PIETERSE, Jan Nederveen. O fim do império americano? Os Estados Unidos depois da crise, São Paulo, Geração Editorial. 2009, apud GASTALDI, Fernanda Castro. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2018.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Sapienza Editora, 2005.

PODER 360. Jornais no Brasil perdem tiragem impressa e venda digital ainda é modesta. 26.nov.2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-brasil-perdem-tiragem-impressa-e-venda-digital-ainda-e-modesta/>. Acesso em 20 jun. 2020.

POPPER, Karl Rudolf. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975, apud KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Vozes, 2016.

PORTELLI, Hugo. Gramsci e o Bloco Histórico, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977, apud GASTALDI, Fernanda Castro. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, 2018.

PORTER, Dorothy; PORTER, Roy. The politics of prevention: anti-vaccinationism and public health in nineteenth-century England. **Medical history**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 231-252, 1988. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/medical-history/article/politics-of-prevention-antivaccinationism-and-public-health-in-nineteenthcentury-england/160A0FE00C0D60AC0AF87DCC3D444523>. Acesso em 31 jan. 2021.

POST-TRUTH. *In*: **OXFORD DICTIONARIES**. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em 05 abr. 2019.

PRENSKY, Marc. Nativos digitais, imigrantes digitais. **On the horizon**. NCB University Press, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001. Disponível em: <http://poetadasmoreninhas.pbworks.com/w/file/fetch/60222961/Prensky%20-%20Imigrantes%20e%20nativos%20digitais.pdf>. Acesso em 15 jun. 2020.

PROCTOR, Robert N.; SCHIEBINGER, Londa. **Agnotology: The making and unmaking of ignorance**. Stanford University Press, 2008.

QUESADA, Beatriz. BTG prevê alta de 1,5 p.p. para Selic no próximo Copom; taxa iria a 7,75%. **Exame Invest**. São Paulo. 22 out. 2021. Disponível em: <https://invest.exame.com/me/btg-preve-alta-de-15-selic-copom>. Acesso em 11 nov. 2021.

R7. Folha de S. Paulo tira do ar, na Justiça, site que a criticava. São Paulo. 05 out. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160110050655/http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/justica-tira-do-ar-site-que-criticava-a-folha-de-s-paulo-20101005.html>. Acesso em 05 nov. 2019.

RAMIREZ, Fábio. Abaixo o funil, educação pública e gratuita para todos já! **Blog do Ramirez**. 26 jan. 2012. Disponível em: <https://blogdoramirez.wordpress.com/2012/01/26/abaixo-o-funil-educacao-publica-e-gratuita-para-todos-ja/>. Acesso em 17 mar. 2022.

RATIER, R. Educar na Cultura Digital [entrevista de Pierre Lévy]. **Revista Nova Escola**. abr. 2013.

RECUERO, Raquel. As Redes Sociais na Internet e a Conversação em Rede. **Colóquio**, CISECO, 2012. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/ciseco.pdf>. Acesso em 20 jul. 2019.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Contracampo**, Niterói, v. 40, n. 1, p. XX-XX, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611>. Acesso em 01 jun. 2022

REVOLTA DA VACINA. In: **WIKIPEDIA**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_da_Vacina. Acesso em 20 mai. 2021.

RFI. Governo francês perto de impor obrigatoriedade da vacina a profissionais de saúde. São Paulo. Notícias UOL. 05 jul. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/07/05/governo-frances-cada-vez-perto-de-impor-obrigatoriedade-da-vacina-anticovid-a-profissionais-de-saude.htm>. Acesso em 20 jul. 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e Espírito: O Poder (Des) Organizador dos Meios de Comunicação. In: PIQUET, R. & Ribeiro, A.C.T. Brasil, Território da Desigualdade. Rio de Janeiro, Zahar, p. 44-55, 1991, apud SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIEFFEL, Rémy. Sociologia dos Media. Porto: Porto Editora, 2003, apud PEREIRA, Wellington; MESQUITA, Tarcineide. As teorias do jornalismo e a leitura do espaço público. **Cultura Midiática**, João Pessoa. Ano IV, n.7 – jul.- dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/11654>. Acesso em 16 jun. 2021.

ROBSON, David. How to make wiser judgements about the future. **BBC.COM**. Londres, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/article/20190411-how-to-make-wiser-judgements-about-the-future>. Acesso em 02 jun. 2022.

RODRIGUES, Felipe. Glossário de publicações alternativas. **Revista Imaginário!** Paraíba, v2, Nº 16, pp.136-161, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ingn/issue/view/2446/399>. Acesso em 14 jun. 2022.

ROGERS, Everett. Diffusion Networks. In E. Rogers, Diffusion of Innovations (4th ed), (pp. 281-334). Free Press, 1995, apud RECUERO, R. As Redes Sociais na Internet e a Conversação em Rede. **Colóquio**, CISECO, 2012. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/ciseco.pdf>. Acesso em 20 jul. 2019.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROSS, Dale-L. Leicester and the anti-vaccination movement, 1853-1889. Transactions-The Leicestershire Archaeological and Historical Society. **Leicestershire Archaeological and Historical Society**, v. 43, p. 35, 1967. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11636858/>. Acesso em 20 abr. 2020

RYDLEWSKI, Carlos. Inteligência artificial garante potencial destrutivo às “deepfakes”, nova categoria das “fake news”. **Valor Econômico**. São Paulo. 24 mai. 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/6272493/inteligencia-artificial-garante-potencial-destrutivo-deepfakes-nova-categoria-das-fake-news>. Acesso em 28 jun. 2022

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SALDAÑA, Paulo. Bônus a professor pode perpetuar desigualdade, diz secretário de Alckmin. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 07 mar. 2018. Disponível em: <https://folha.com/Oyau8ks>. Acesso em 03 mar. 2019.

SALM, Cláudio. Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.) **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas: CESIT/IE; Unicamp, 1998, apud AUGUSTO PINTO, Geraldo. Qualificação e organização flexível do trabalho: elementos para um olhar crítico. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 49-71, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4966/496650325004.pdf>. Acesso em 19 ago. 2021.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação Ubíqua - Repercussões na cultura e na educação**. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Paulus, 2013.

SANTANA, Crisley. Cientistas da USP investigam a polarização política no meio digital brasileiro. São Paulo. **Jornal da USP**. 12 jun. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/cientistas-da-usp-investigam-a-polarizacao-politica-no-brasil/>. Acesso em 24 ago. 2020.

SANTOS, Macelle Khouri. **Um olhar sobre o jornalismo [dissertação]: análise da representação do jornalismo no cinema hollywoodiano de 1930 a 2000**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93428/272126.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 08 jul. 2021.

SANTOS, Marcelo. Colégio Bandeirantes insere a educomunicação no currículo. **Abpeducom**. São Paulo. 31 jul. 2016. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/colégio-bandeirantes-insere-a-educomunicacao-no-curriculo/>. Acesso em 22 set. 2022

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. 1999.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Roda Viva Retrô - Milton Santos - 1997. Entrevista a Roda Viva. **Canal Roda Viva**. YouTube. 4 ago. 2015. Disponível em: <https://youtu.be/xPfkiR34law>. Acesso em 01 ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2 ed. - São Paulo: Cortez - Autores associados, 1991.

SCHERER, Michael. Can President Trump Handle the Truth? **Revista Time**. Nova York. 23 mar. 2017. Disponível em: <https://time.com/magazine/us/4710599/april-3rd-2017-vol-189-no-12-u-s/>. Acesso em 17jun. 2022.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCUDELLARI, Megan. State of denial. **Nature Medicine** 16, 248. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nm0310-248a>. Acesso em 16 abr. 2020.

SEMPRE QUESTIONE. Trump alerta: “Vacinas contra a gripe são a maior 'fraude' na história da medicina”. 26 nov. 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181126033953/http://www.semprequestione.com/2018/11/trump-alerta-vacinas-contragripe-sao.html>. Acesso em 20 ago. 2019

SENADO FEDERAL. O perigo das fake news e da manipulação de dados. Brasília/DF. 11 out. 2018. Facebook: SenadoFederal. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/SenadoFederal/photos/o-perigo-das-fake-news-e-da-manipula%C3%A7%C3%A3o-de-dados-httpbitly2etwxjtalguas-dicas-p/2428743847141456/>. Acesso em 20 ago. 2020.

SENRA, Ricardo. ‘Checava se alguém se mataria ao vivo’: a rotina do brasileiro que moderava posts denunciados no Facebook. **BBC Brasil**. Washington. 08 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-41912670>.amp. Acesso em 01 jul. 2022.

SENSACIONALISTA. De olho em quem não quer se vacinar, empresário lança o bungee jump sem corda. São Paulo. **Site de Veja e Revista Veja**, ed. nº 2710. São Paulo. 23 out 2020 e 28 out. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/sensacionalista/de-olho-em-quem-nao-quer-vacina-empresario-lanca-o-bungee-jump-sem-corda/>. Acesso em 03 fev. 2021.

SGRECCIA, E. Moral reflections on vaccines prepared from cells derived from aborted human fetuses. **Pontifícia Academia Pro Vita (Pontifical Academy for Life), Vatican City**, v. 9, 2005. Disponível em: <https://drgreenmom.com/wp-content/uploads/2014/01/Vatican-Statement-on-Vaccines-Derived-from-Human-Fetal-Tissue-PDF.pdf>. Acesso em 16 abr. 2020.

SHARIA. *In*: **OXFORD DICTIONARIES**. Oxford: Oxford University Press, 2015. Disponível em: <https://www.oxforddictionaries.com/definition/english/sharia>. Acesso em 10 set. 2020

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007, apud PEREIRA, Wellington; MESQUITA, Tarcineide. As teorias do jornalismo e a leitura do espaço público. **Cultura Midiática**, João Pessoa. Ano IV, n.7 – jul.- dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/11654>. Acesso em 16 jun. 2021.

SILVA, Roberto Jose Carvalho da et al. HPV-related external genital lesions among men residing in Brazil. **Brazilian Journal of Infectious Diseases**, v. 21, n. 4, p. 376-385, Salvador. jul/ago 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413867016302458?via%3Dihub>. Acesso em 18 abr. 2020.

SIMÃO, Renan Borges. Firehosing: por que fatos não vão chegar aos bolsonaristas? **Le Monde Diplomatique Brasil**. Cajama/SP. 14 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/firehosing-por-que-fatos-nao-vao-chegar-aos-bolsonaristas/>. Acesso em 18 jun. 2022.

SIMÕES, Nataly. Lei de ensino da história africana faz 18 anos com desafios para sair do papel. São Paulo. **Folha de S. Paulo**. 21 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/11/lei-de-ensino-da-historia-africana-faz-18-anos-com-desafios-para-sair-do-papel.shtml?origin=folha>. Acesso em 12 out. 2021.

SMITH, William. **A smaller dictionary of Greek and Roman Antiquities: abridged from the larger dictionary**. Twelfth Edition. London. 1884. Disponível em: <https://archive.org/details/smallerdictionar00smitiala/page/14/mode/2up>. Acesso em 16 jun. 2021.

SOARES, Felipe. SALGUEIRO, Igor. BONOTO, Carolina. VINHAS, Otávio. YouTube as a source of information about unproven drugs for Covid-19: The role of the mainstream media and recommendation algorithms in promoting misinformation. **Preprint**. 08 set. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/2021/09/08/preprint-youtube-as-a-source-of-information-about-unproven-drugs-for-covid-19-the-role-of-the-mainstream-media-and-recommendation-algorithms-in-promoting-misinformation/>. Acesso em 06 jun. 2022

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. p. 169-202. In: LIMA, João Cláudio Garcia R. et al. **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil: 2012/2013**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2269>. Acesso em 21 set. 2020.

_____. Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social, o caso dos Estados Unidos. **EccoS Rev. Cient.**, UNINOVE, São Paulo: (v.2 n.2): 61-80 – dez. 2000b. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=225&path%5B%5D=221>. Acesso em 22 jun. 2020

_____. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo, nº19: 12 a 24, set./dez. 2000a. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934>. Acesso em 27 abr. 2020

_____. Entrevista com Dr. Ismar de Oliveira Soares (Completa). Entrevista a Luiz Quarentani. **Canal Luiz Quarentani**. YouTube (22 min. 21s). 18 de jul. de 2012. Disponível em: <https://youtu.be/VPjSDiu9ZLo>. Acesso em 19 set. 2020.

_____. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, nº 23: p. 16-25, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012/39734>. Acesso em 20 set. 2020

SOARES, Marcelo. Seminário Pós-Verdade - Quem são os algoritmos? **Canal Instituto de Estudos Avançados Unicamp**. YouTube. (02 min 19s a 15 min 45s). 15 out. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/o8KWfugjXUs>. Acesso em 27 jun. 2022.

SOLL, Jacob. How Think Tanks Became Engines of Royal Propaganda. Nova Iorque. **Tablet**. 01 fev. 2017. Disponível em: <https://www.tabletmag.com/sections/history/articles/think-tanks-jacob-soll-propaganda>. Acesso em 09 set. 2020.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume. 2004.

SOUZA, Marina Duarte de. Bolsonaro e seus robôs: como funciona a propagação de fake news sobre o coronavírus. **Brasil de Fato**. São Paulo. 03 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/03/bolsonaro-e-seus-robos-como-funciona-a-propagacao-de-fake-news-sobre-o-coronavirus>. Acesso em 27 jun. 2022

SPECTER, Michael. Denialism: How irrational thinking harms the Planet and threatens our lives. Penguin, 2009, apud MASLIN, Janet. Firing Bullets of Data at Cozy Anti-Science. Nova Iorque. **The New York Times**. 04 nov. 2009. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/11/05/books/05book.html>. Acesso em 24 mar.2020

SPRIGG, Peter. Pro-Family, Pro-Vaccine - But Keep It Voluntary. Wasington D. C. **The Washington Post**. 15 Jul. 2006. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/07/14/AR2006071401532.html>. Acesso em 19 abr. 2020

SRCYR16. **First vaccine process in 1796 by Edward Jenner**. 13 jan. 2017. Disponível em: <https://imgur.com/gallery/P6c0x>. Acesso em 11 set. 2020

SRINIVASAN, Ramesh; FISH, Adam. **After the Internet**. Malden, MA. Polity Press, 2017.

STAPLETON, Shannon. New York declares measles emergency, blasts misinformation fueling outbreak. Nova Iorque. **Reuters**. 09 abr. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-measles/new-york-declares-measles-emergency-blasts-misinformation-fueling-outbreak-idUSKCN1RL1YB>. Acesso em 22 abr. 2020.

SUPERINTERESSANTE. Como surgiu a expressão “imprensa marrom”? Redação de Mundo Estranho. São Paulo. Editora Abril. 18 abr. 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiu-a-expressao-imprensa-marrom/> Acesso em 08 jul. 2021.

TAFURI, Silvio. MARTINELLI, Domenico; PRATO, Rosa; GERMINARIO Cinzia. From the struggle for freedom to the denial of evidence: history of the anti-vaccination movements in Europe. **Annali di igiene: medicina preventiva e di comunita**, Roma, v. 23, n. 2, p. 93-99, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21770225/>. Acesso em 19 abr. 2020.

TANSLEY, Arthur G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. **Ecology**, v. 16, n. 3, p. 284-307, 1935.

TAVARES, Joelmir. Datafolha: Cai desconfiança no que Bolsonaro diz, mas 82% ainda duvidam. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 25 mar. 2022. Disponível em <https://folha.com/35nvx0ub>. Acesso em 28 ago. 2022.

TAYLORISMO. *In*: SOUSA, Rafaela. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>. Acesso em 23 de maio de 2022.

TESSLER, Leandro; TÓFOLI, Luís Fernando. O Conselho Federal de Medicina precisa respeitar a ciência. **Portal Unicamp**. Campinas. 28 jan. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/01/28/o-conselho-federal-de-medicina-precisa-respeitar-ciencia>. Acesso em 30 ago. 2021.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ. *In*: **WIKIPEDIA**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Testemunhas_de_Jeov%C3%A1. Acesso em 12 set. 2021.

THE NEW YORK TIMES. The New York Times Company Reports 2018 Third-Quarter Results. Nova York. 11 jan. 2018. Disponível em: <https://investors.nytyco.com/news-and-events/press-releases/#data-item=The-New-York-Times-Company-Reports-2018-Third-Quarter-Results>. Acesso em 30 ago. 2020.

THE WATCHTOWER. Questions from Readers. The Watch Tower Bible & Tract Society. Nova Iorque. Volume LXXIII. nº 24. 15 dez. 1952.

THINK TANK. *In*: **OXFORD LEARNER'S DICTIONARY**. Oxford: Oxford University Press, 2020. Disponível em: https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/american_english/think-tank. Acesso em 09 set. 2020.

THOM, Robert Alan. Jenner: smallpox is stemmed. The History of Medicine. **U.S. National Library of Medicine**. 1960. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog.nlm.nlmuid-101651402-img>. Acesso em 11 abr. 2020.

TIME MAGAZINE. Is Truth Dead? Nova Iorque (EUA). 03 abr. 2017. Disponível em: <https://time.com/magazine/us/4710599/april-3rd-2017-vol-189-no-12-u-s/>. Acesso em 18 jul. 2021.

TOKOJIMA MACHADO, Dayane Fumiyo, DE SIQUEIRA, Alexandre Fioravante, GITAHY, Leda. Natural stings: selling distrust about vaccines on Brazilian YouTube. **Frontiers in Communication**, Volume 5, p. 91. 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcomm.2020.577941/full>. Acesso em 03 jul. 2022.

TOLEDO JR, Antonio Carlos de Castro. História da varíola. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 58-65, 2005. Disponível em: <http://www.rmmg.org/exportar-pdf/1461/v15n1a16.pdf>. Acesso em 11 abr. 2020

TOLEDO, Karina. Negacionismo científico: a produção política e cultural de desinformação. **Agência FAPESP**. São Paulo. 02 set. 2020. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/negacionismo-cientifico-a-producao-politica-e-cultural-de-desinformacao/34028/>. Acesso em 19 jun. 2022.

TOPOL, Eric J. Failing the public health—rofecoxib, Merck, and the FDA. **New England Journal of Medicine**. v. 351, n. 17, p. 1707-1709, 2004. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmp048286>. Acesso em 20 abr. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2 ed., Florianópolis: Insular, 2005.

TREVER, John. The Scientific Method and the Creationist Method. **Albuquerque Journal**. Albuquerque, Novo México (EUA), 1998. Disponível em: https://www.talkorigins.org/indexcc/CA/CA230_1.html. Acesso em 10 nov. 2021.

TRINDADE, Rodrigo. Será o fim dos boatos? Robô do WhatsApp vai desmentir fake news para você. **UOL – Tilt**. São Paulo. 04 ago. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/08/04/robo-que-tira-duvidas-sobre-fake-news-no-whatsapp-e-lancado-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 11 jul. 2022.

TUCKER, Jonathan B. **Scourge: the once and future threat of smallpox**. Grove Press, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/33oAXNK>. Acesso em 11 set. 2020

TV BRASIL. Saiba o que é a “Fake History”. **Canal TV Brasil**. YouTube, 11 out. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/14f6gqSLrsw>. Acesso em 02 jul. 2021.

TYNER, Kathleen. Literacy in a digital world: teaching and learning in the age of information. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998, apud SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: As múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. p. 169-202. In: LIMA, João Cláudio Garcia R. et al. **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil: 2012/2013**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2269>. Acesso em 21 set. 2020.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Media Education**. Paris, 1984. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000062522>. Acesso em 10 jun. 2020.

UNITED NATIONS. **Universal declaration of human rights**. UN General Assembly, v. 302, n. 2, 1948. Disponível em: http://www.verklaringwarenatuur.org/Downloads_files/Universal%20Declaration%20of%20Human%20Rights.pdf. Acesso em 30 jun. 2020.

VALE, João Henrique do. Alerta na saúde: mais um caso de sarampo é registrado em Minas Gerais. **O Estado de Minas**. Belo Horizonte. 04 set. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/04/interna_gerais,1082424/alerta-na-saude-mais-um-caso-de-sarampo-e-registrado-em-minas-gerais.shtml. Acesso em 20 out. 2019.

VALLONE, Robert P. ROSS, Lee. and LEPPER, Mark R. The hostile media phenomenon: biased perception and perceptions of media bias in coverage of the Beirut massacre. **Journal of personality and social psychology**. Vol. 49, nº 3, 577-585, 1985. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/05/hwang.pdf>. Acesso em 04 jun. 2022.

VERGUEIRO, Alice. Organizado pelo Desvio Coletivo. **Folha Press**. São Paulo. 30 out. 2016. Disponível em: <https://folhapress.folha.com.br/foto/8636903>. Acesso em 08 set. 2020.

VEYNE, Paul. Os gregos acreditavam em seus mitos?: ensaio sobre a imaginação constituinte. **Trad. Mariana Echalar**. São Paulo: Unesp, 2014.

- VICENTE, Renato. **Ciência e Pseudociência**. Capítulo 5 do manual para a aula de Tratamento e Análise de Dados e Informações (*TADI*) 04. Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2008. Disponível em: http://www.each.usp.br/rvicente/TADI04_CienciaPseudociencia.pdf. Acesso em 28 mar. 2020.
- VILLEN, Gabriela. O ecossistema da desinformação. **Portal Unicamp**. Campinas. 20 ago. 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/08/20/o-ecossistema-da-desinformacao>. Acesso em 30 ago. 2020.
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de. Letters on the English: letter XI-On inoculation. **The Harvard Classics**, v. 34, 1910. Disponível em: <https://www.bartleby.com/34/2/11.html>. Acesso em 06 abr. 2020.
- VOSOUGHI, Soroush. ROY, Deb. & ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, 359 (6380), p. 1146-1151. 2018. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146/tab-article-info>. Acesso em 20 mai. 2021.
- WALKER, Mason; MATSA, Katerina Eva. News Consumption Across Social Media in 2021. **Pew Research Center**. Washington. 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/journalism/2021/09/20/news-consumption-across-social-media-in-2021/>. Acesso em 24 jul. 2022.
- WALTER, Nathan. COHEN, Jonathan. HOLBERT, R. Lance. MORAG, Yasmin. Fact-Checking: A Meta-Analysis of What Works and for Whom, **Political Communication**, 37:3, 350-375, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10584609.2019.1668894>. Acesso em 20 jun. 2022.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder – Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe. Estrasburgo, França. 27 out 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em 04 jun. 2019.
- WHORISKEY, Peter. For Bezos, The Post represents new frontier. **The Washington Post**. 10 ago. 2013. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/economy/for-bezos-the-post-represents-new-frontier/2013/08/10/ba7cfeb6-013c-11e3-9a3e916de805f65d_story.html. Acesso em 11 nov. 2021.
- WILLIAMSON, Stanley. **The vaccination controversy: the rise, reign, and fall of compulsory vaccination for smallpox**. Liverpool University Press, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/32kqbsD>. Acesso em 20 abr. 2020.
- WOLF, Eric Robert. **Cultura, ideologia, poder e o futuro da antropologia**. Mana, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 153-163, abr. 1998.
- WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2003, apud DALMÁZ, Mateus. Comunicação, teorias e história: referências de pesquisa para o estudo da revista o cruzeiro. **Signos**, ano 33, n. 2, p. 163-171, 2012.
- WOLFE, Robert M.; SHARP, Lisa K. Anti-vaccinationists past and present. **BMJ**, v. 325, n. 7361, p. 430-432, 2002. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1123944/#B5>. Acesso em 19 abr. 2020.

WOLTON, Dominique. Pensar a comunicação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, apud PEREIRA, Wellington; MESQUITA, Tarcineide. As teorias do jornalismo e a leitura do espaço público. **Cultura Midiática**, João Pessoa. Ano IV, n.7 – jul.- dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/11654>. Acesso em 16 jun. 2021.

WU, Jiliang. In: FIOCRUZ. **Fake News e Saúde**. Série Relações da Saúde Pública com a Imprensa Fundação Oswaldo Cruz. Gerência Regional de Brasília. Brasília – DF, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42586/2/Fake%20news%20e%20sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em 25 set. 2020.

XAVIER, Manassés Moraes; NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. **Jornalismo digital na escola: narrativas de uma prática educacional**. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande. mar. 2011. Disponível em: <http://bocc.ufpb.pt/pag/xavier-nascimento-jornalismo-digital-na-escola.pdf>. Acesso em 22 set. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. – 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YOUNG. Presidential Media Coverage. Londres. 24 a 28 nov. 2016. Disponível em: https://d25d2506sfb94s.cloudfront.net/cumulus_uploads/document/6jvy0ooq9i/tabs_HP_Presidential_Media_Coverage_20161128.pdf. Acesso em 01 jun. 2022.

ZALASIEWICZ, Jan. **O fardo insuportável da Tecnosfera**. Correio da Unesco. Paris, França. 2018. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-2/o-fardo-insuportavel-da-tecnosfera>. Acesso em 01 nov. 2021.

ZEIFMAN, Igal. Report: Bot traffic is up to 61.5% of all website traffic. **Imperva**. Redwood City, California. 2013. Disponível em: <https://www.imperva.com/blog/bot-traffic-report-2013/>. Acesso em 20 abr. 2021.

ANEXOS

1. Pré-Teste

1.1. Caderno 1



Pesquisa

Fake News, Vacina e Saúde

no Ensino Médio

Caderno 01

Veracidade da informação nos sites noticiosos,
redes sociais digitais e aplicativos de mensagens

Mestrando: Cesar A. Gomes

Professora Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graça Caldas

Texto 01



Bolsonaro pede ao Governo que importe a vacina anti-gay

O Deputado Jair Bolsonaro pediu para que o Ministério da Saúde faça a importação da vacina Anti-Gay para o Brasil. Esta vacina, conforme mostrada com exclusividade pela reportagem de G17, muda a opção sexual da pessoa. Se for gay vira homem; se for homem vira gay. O mesmo feito serve também para as mulheres.



Deputados contrários a ideia perguntaram o que Bolsonaro faria se tomasse a vacina e virasse gay

A proposta de Bolsonaro é que o Brasil faça um cadastro de pessoas homossexuais para receber a referida vacina. A ideia repercutiu mal e outros parlamentares argumentaram que tal vacina deve ser mantida longe do Brasil.

“Bolsonaro, sua excelência não tem medo que alguém por maldade, aplique a vacina em sua pessoa, enquanto você dorme, e no outro dia você acordar gay?” perguntou um deputado que defende a não utilização da vacina. Bolsonaro com jeito de enfurecido, respondeu que não havia porque temer, pois caso acontecesse, ele tomaria outra vacina, para voltar a ser homem.

O Governo Federal ainda não se pronunciou sobre a decisão de importar a vacina que muda a opção sexual das pessoas.

G17 ouviu a opinião de algumas pessoas sobre a utilização da vacina, e entre os sexos, as mulheres gostaram da ideia mais que os homens. A estudante Aline de Melo Dionísio Rocha Coelho da Silva disse que homem nenhum presta, e que seria uma felicidade para si passar a gostar de mulher. “Eu já tentei gostar de mulher, e essa vacina iria me servir muito, penso até em ir à Portugal toma-lá”, disse.

Para saber mais sobre a vacina, leia a reportagem: [Cientistas criam vacina que transforma gay em homem](#)

Adaptado para fins de impressão. Não houve alteração do conteúdo original. Disponível em: <<http://www.g17.com.br/noticia.php?id=97>> Acesso em 10 nov. 2019.

Texto 02

 **Notícias de Brasília-DF**
4 de mai de 2016 às 16:18 •  

E tem pessoas emocionadas com a passagem da tocha olímpica ...!!!

Senhor morre em pleno espera no posto de saúde, esperou mais de 3 horas para ser atendido, divulga para que acaba com isso!!!
#compartilhe...!!!



 Curtir  Comentar  Compartilhar

Fonte: Postagem *printada* da Rede Social Digital Facebook. Disponível em: <<https://bit.ly/2q85dgn>> Acesso em 12 nov. 2019

TEXTO 03

FALHA DE S. PAULO

Desde 1921

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FREITAS VELHO

ANO 88 • DOMINGO, 3 DE SETEMBRO DE 2010 • Nº 34.148

EDIÇÃO SÃO PAULO • CIRCULAÇÃO 83.000 • R\$ 4,00

Brasil precisa mudar tributos para crescer, diz investidor

Mikhael El-Erian, presidente-executivo da Pimco, maior administradora de fundos do mundo, diz em entrevista a *Folha* que o Brasil precisa reformar o regime tributário para melhorar o investimento privado.

Para El-Erian, o país já é visto pelo mercado como país desenvolvido. "A diferença entre industrializados e emergentes está se tornando irrelevante." Pág. 10

Excesso de exames expõe os brasileiros à radiação

Estudo mostra que os brasileiros estão sendo

50% dos brasileiros preferem ovos mexidos no café da manhã



Falha no cálculo da chamada tarifa social de energia, criada no governo FHC, provocou um gasto adicional de um fundo de compensações de todos os anos.

Segundo o *Folha* de Contas da União, o desperdício foi de R\$ 969 milhões no tempo em que Dilma Rousseff era ministra de Minas e Energia (2009-2010).

O TCU alertou Dilma três vezes antes e ela não tomou providências.

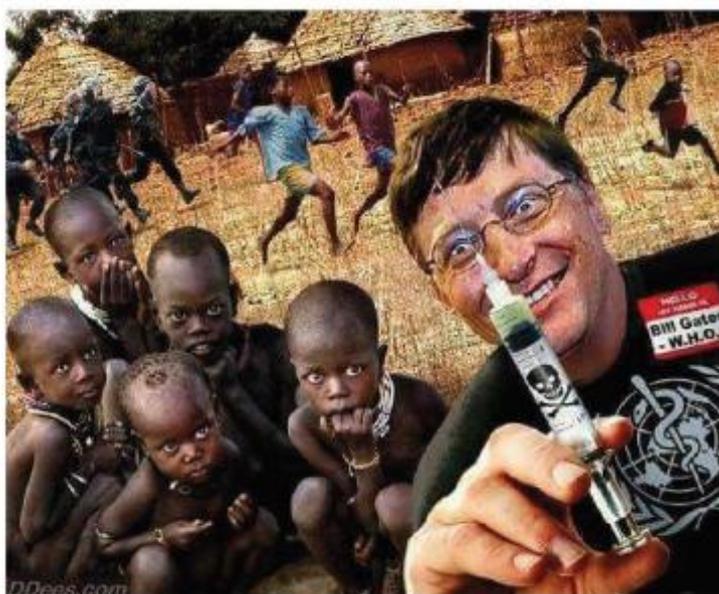
Um dos críticos para definir o benefício era o então ministro, então *Rubens Valentim*. O TCU concluiu que o benefício que deveria gerar não era necessariamente melhor. Podia ser uma casa de praia, por exemplo.

Em 2006, já depois de a ministra ir para o *Corcovado*, houve providências. A lei mudou em 2007. Anos mais tarde que, mesmo em sua gestão, Dilma corrigiu o erro. Pág. 10

PREVISTO 40
Eleições 2010

A partir de hoje, nossa e-timela trazendo o conteúdo

TEXTO 04



A FRAUDE DA FEBRE AMARELA – Relato de uma enfermeira que pensa
Deixem-me dizer o que eu penso sobre esse tal "surto" de febre amarela.

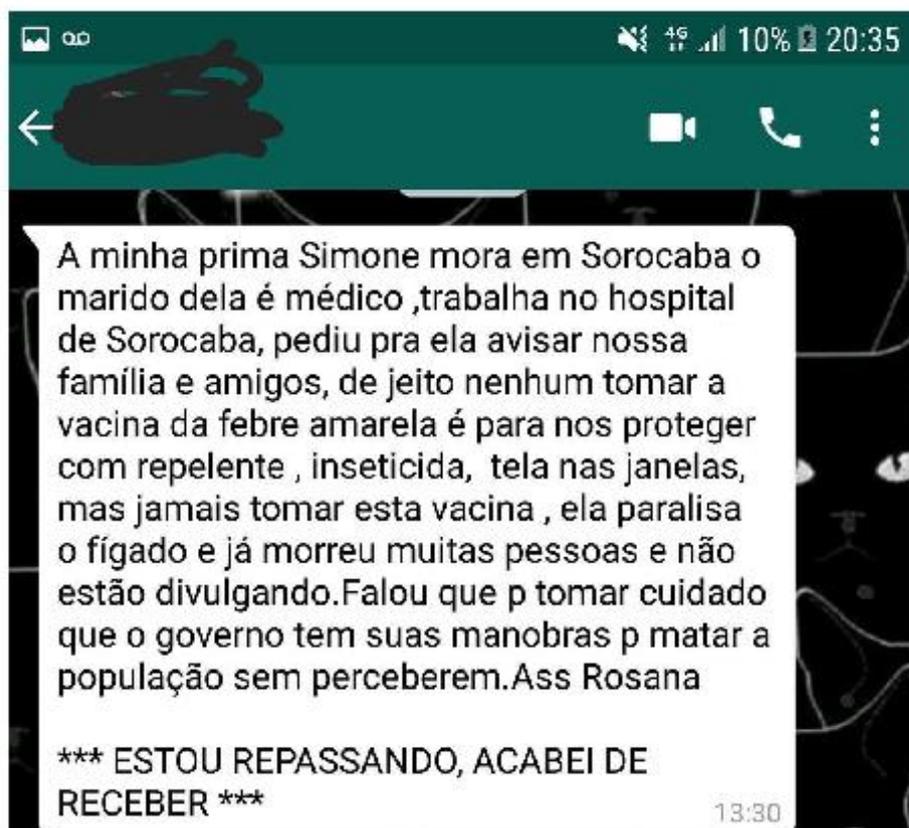
Estudei enfermagem há quase 20 anos e na literatura sempre falou que: a forma grave da febre amarela é raríssima. Trabalho há 17 anos em dois dos maiores hospitais de Belo Horizonte.

Não me lembro, em todos esses anos, de um só paciente internado pela forma grave da doença.

Pergunto: que história é essa de "surto" de febre amarela, na forma grave, pelo país??? **Porque ninguém fala sobre o que aconteceu para que a forma rara se tornasse tão 'popular'?**

Eu faço minhas conclusões: **primeiro, não acredito nas estatísticas divulgadas pela mídia.**

Texto 05



Fonte: Mensagem *printada* do aplicativo de troca de mensagens instantâneas WhatsApp. Acesso em janeiro de 2018

Texto 06



Vacina contra o HIV é testada em 5 países e protege mais de 67% dos macacos

Estudo foi publicado na revista científica 'The Lancet' e traz resultados positivos para proteção contra diferentes cepas do vírus.

Por G1
06/07/2018 19h30 - Atualizado há um ano

Uma equipe de pesquisadores de Israel avaliou a resposta de uma nova vacina em pacientes humanos e fizeram testes em macacos rehsus em cinco países: Ruanda, África do Sul, Tailândia, Uganda e Estados Unidos. No caso dos pacientes voluntários, a aplicação levou a "respostas imunes robustas" contra o vírus. Os resultados foram publicados na revista "The Lancet".

Célula infectada por partículas do vírus HIV, anexas à superfície.
Foto: National Institute of Allergy and Infectious Diseases



A vacina é um "mosaico". É uma colcha de retalhos com sequências genéticas encontradas em diferentes cepas do HIV. No caso dos humanos, a equipe liderada pelo pesquisador Dan H. Barouch fez a aplicação de uma dose padrão em 393 pessoas saudáveis - a ideia era testar a segurança, a tolerância e a capacidade de desencadear respostas imunológicas.

"Este estudo demonstra que esse mosaico candidato à vacina induziu respostas imunes robustas e comparáveis em humanos e também macacos", disse Barouch, que também é professor da Faculdade de Medicina de Harvard. A mesma vacina foi testada em macacos rehsus. Eles foram infectados após o uso da vacina, e apresentaram 67% de proteção contra o HIV. De acordo com os especialistas, esta é a 5ª ideia de vacina que é testada quanto à eficácia em humanos, em 35 anos de história do vírus. Resultados mais conclusivos devem ser apresentados em 2021 ou 2022, avaliam os autores.

Adaptado para fins de impressão. Não houve alteração do conteúdo original. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/vacina-contr-o-hiv-e-testada-em-5-paises-e-protege-mais-de-67-dos-macacos.ghtml?utm_sou> Acesso em 10 nov. 2019.

TEXTO 07



Trump alerta: "Vacinas contra a gripe são a maior 'fraude' na história da medicina"

by Adm on 11:41 in Eua, Saúde



Segundo o presidente Trump, a vacina contra a gripe é a maior fraude na história da medicina, criada pela grande indústria farmacêutica para ganhar dinheiro com pessoas vulneráveis e deixá-las doentes.

Vacinas contra gripe são "totalmente ineficazes"

Em uma entrevista com Opie e Anthony em Sirius XM, Trump criticou as vacinas contra a gripe dizendo que elas são "totalmente ineficazes" e declarou que nunca tomou.

Sua citação exata

"Eu nunca me vacinei. E até agora eu nunca tive gripe. Eu não gosto da ideia de injetar coisas ruins em seu corpo. E isso é basicamente o que eles fazem. E esta (a mais recente vacina contra a gripe) não tem sido muito eficaz para começar". Disse durante entrevista à rádio.

TEXTO 08

FOLHA DO ACRE Início Política Política Cidades Esportes Vídeos Opinião

Cotidiano

No Acre, médica perita indica que vacina HPV pode causar graves sequelas em garotas

Por Redação Folha do Acre - 22 de outubro de 2019

0



Os deputados acreano que compõem a Comissão da Saúde da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) receberam na manhã desta terça-feira (22) a visita da médica Maria Emília Gadelha, perita médica com verticaliza da vacina do HPV, para tratar sobre as inúmeras denúncias de problemas de saúde enfrentados por adolescente que tomaram a vacina no Acre.

Maria Emília é especialista e apresentou estudos sobre eventos adversos das vacinas de HPV em todo o Brasil. Ela veio ao Acre para ajudar a descobrir se as sequelas causadas nas adolescentes foram motivadas pela vacinação.

A **Folha do Acre** chegou a publicar várias matérias jornalísticas com denúncias de mães que garantiam que suas filhas apresentaram efeitos colaterais devastadores após tomarem a vacina HPV nos postos de saúde do estado.

Texto 09

Seções

ESTADO DE MINAS Rede Mater Dei de Saúde

ALERTA

Vacinação e cuidados ajudam a prevenir sintomas da gripe

Altamente contagiosa, a gripe pode ser evitada com medidas de prevenção. Mater Dei disponibiliza vacina quadrivalente contra o vírus

Postado em 13/05/2019 10:37 / atualizado em 13/05/2019 11:04

Mater Dei

Conteúdo patrocinado
Rede Mater Dei de Saúde

Foto: Breno Petaro/EM/D.A Press



Com a chegada do outono, é necessário ter atenção para o risco de epidemia de Influenza. Segundo o Center for Disease Control (CDC), o surto da gripe nos Estados Unidos, em 2018, vitimou 128 crianças, sendo que 47 mil casos foram confirmados. Dessas crianças, entre 70 e 80% não haviam sido imunizadas. O segundo grupo mais afetado foi de pessoas acima de 65 anos.

A gripe é uma doença altamente contagiosa que afeta nariz, garganta e pulmões e pode se manifestar de forma severa, podendo causar até óbito. A transmissão ocorre por meio de gotículas que são expelidas pelas pessoas infectadas quando espirram, tosse ou falam. Também é possível contrair a doença ao tocar superfície ou objetos contaminados e, logo em seguida, levar a mão à boca, olhos e nariz.

Fique atento às medidas de prevenção contra a gripe:

- Proteja o nariz e a boca. Cubra-os enquanto espirra ou tosse e use lenços descartáveis;
- Evite tocar a boca e o nariz;
- Lave as mãos com água e sabão e use álcool gel 70% regularmente, especialmente depois de tocar o nariz e a boca ou superfícies que possam estar contaminadas;
- Melhore a circulação de ar abrindo as janelas;

Texto 10

Seções

ESTADO DE MINAS Gerais

Alerta na saúde: mais um caso de sarampo é registrado em Minas Gerais

Adolescente morador de Juiz de Fora, na Região da Zona da Mata, foi confirmado com a doença, segundo a Prefeitura da cidade

Por João Henrique do Vale –

Postado em 04/09/2019 13:30 / atualizado em 04/09/2019 16:44

Vacinação continua nas unidades de saúde do SUS

(foto: Jair Amaral/EM/D.A Press)

O sarampo avança por Minas Gerais.

Mais um caso da doença foi confirmado, subindo para cinco os diagnósticos neste ano. A situação pode ser ainda pior, pois já são cinco pacientes com confirmação preliminar da moléstia. Com isso, o estado pode estar prestes a [passar o número de contaminações registrado em 1999](#), último ano com casos autóctones – de transmissão ocorrida dentro do próprio território – que registrou nove casos. A vacina contra a doença pode ser encontrada, gratuitamente, em todas as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).



O novo caso da doença foi registrado em Juiz de Fora, na Região da Zona da Mata. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, o paciente com a doença é um adolescente de 16 anos que tinha somente uma dose da vacina tríplice viral. Ele vivia no Bairro Novo Horizonte. “Durante a investigação, foi constatado que o adolescente esteve em outra cidade e esteve em contato com parentes que residem em São Paulo, região onde há surto da doença”, informou a pasta.

A cidade ainda investiga um outro caso, em uma garota de 1 ano e nove meses, do Bairro Morro da Glória. A paciente também tem apenas uma dose da vacina tríplice viral – que protege, ainda, contra a caxumba e a rubéola. “O caso está em investigação. Uma amostra de sangue foi colhida e enviada para a Funed, a fim de descartar ou comprovar o caso por meio de exames mais complexos, como o de sorologia”, afirmou a prefeitura. (...)

Últimos dados divulgados pela pasta mostram que são quatro casos confirmados e outros cinco pacientes com exames preliminares positivos. No levantamento anterior, de 22 de agosto, eram três pessoas com diagnóstico inicial para sarampo. Esses pacientes apresentaram sintomas compatíveis com a suspeita, tiveram contato com pessoas ou são moradores de São Paulo e já tinham exames iniciais reagentes.

“Após coleta e liberação de resultado da segunda coleta de amostra de soro e análise minuciosa das investigações, os mesmos serão classificados. Vale ressaltar que em ambos os casos o bloqueio vacinal foi realizado, contribuindo para a interrupção da cadeia de transmissão e não aparecimento de casos secundários”, informou a pasta.

Adaptado para fins de impressão. Não houve alteração do conteúdo original. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/04/interna_gerais,1082424/alerta-na-saude-mais-um-caso-de-sarampo-e-registrado-em-minas-gerais.shtml> Acesso em 11 nov. 2019

1.2. Caderno 02



Mestrando: Cesar A. Gomes

Caderno 02

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graça Caldas

Pesquisa Fake News, Vacina e Saúde no Ensino Médio

Informação nas Redes Sociais Digitais

1. Qual dos posts foi produzido pela página oficial do Corinthians?

Imagem A



Imagem B



2. Qual das postagens tem uma maior chance de ser verdadeira?

Imagem A



Imagem B



3. Qual das informações é aparentemente mais verdadeira?

Imagem A



Imagem B



4. Qual dos tweets parece ser da conta oficial do atual Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes?

Imagem A



Imagem B



1.3. Formulário do gabarito do Caderno 1

Pesquisa Fake News, Vacina e Saúde no Ensino Médio

Escola Estadual xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - 1º ano - turma _____

Gabarito Caderno 01

Texto	Veracidade da informação	Justificativa
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		

1.4. Formulário do gabarito do Caderno 2



Pesquisa Fake News, Vacina e Saúde no Ensino Médio

Escola Estadual xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - 1º ano - turma _____

Gabarito Caderno 02

Questão	Imagem	Justificativa
01		
02		
03		
04		

1.5. Amostra de Gabarito corrigido Caderno 1



Pesquisa Fake News, Vacina e Saúde no Ensino Médio

Escola Estadual

1º ano - turma A

01

Gabarito Caderno 01

Texto	Veracidade da informação	Justificativa
01	falsa X	porque não tem nada que prova que é verdade
02	insustentável X	no há dados que prova
03	conteúdo patrocinado X	conteúdo patrocinado para outros sites
04	verdadeira X	verdadeira porque a fonte é segura
05	Falsa X	falsa, porque o governo não tem nada ver com isso
06	verdadeira X	verdadeira porque a vacina tem grande chance de funcionar.
07	falsa X	fonte 100% falsa.
08	verdadeira X	pois a verdade está espalhada em um site seguro.
09	verdadeira X	tudo que diz é a verdade procede
10	imprecisa X	sem responsabilidade em publicar.

1.6. Amostra de Gabarito corrigido Caderno 2



Pesquisa Fake News, Vacina e Saúde no Ensino Médio

Escola Estadual [REDACTED] 1º ano - turma C

Gabarito Caderno 02

Questão	Imagem	Justificativa
01	B	A conta está verificada.
02	A	A data é mais antiga e é do site G1.
03	A	A conta está verificada.
04	B	A conta também está verificada.

1.7. Amostra da tabulação manual feita no Pré-teste

JOB

Questao 01

Verdadeira	<input type="checkbox"/>
Insustentável	<input checked="" type="checkbox"/>
Imprecisa	<input type="checkbox"/>
Conteúdo Impostor	<input checked="" type="checkbox"/>
Sátira	<input type="checkbox"/>
Falsa	<input checked="" type="checkbox"/>
Conteúdo Patrocinado	<input type="checkbox"/>
Não respondeu	<input type="checkbox"/>

59.

Questao 02

Verdadeira	<input checked="" type="checkbox"/>
Insustentável	<input checked="" type="checkbox"/>
Imprecisa	<input type="checkbox"/>
Conteúdo Impostor	<input type="checkbox"/>
Sátira	<input type="checkbox"/>
Falsa	<input checked="" type="checkbox"/>
Conteúdo Patrocinado	<input type="checkbox"/>
Não respondeu	<input type="checkbox"/>

59.

Questao 03

Verdadeira	<input checked="" type="checkbox"/>
Insustentável	<input type="checkbox"/>
Imprecisa	<input checked="" type="checkbox"/>
Conteúdo Impostor	<input type="checkbox"/>
Sátira	<input type="checkbox"/>
Falsa	<input type="checkbox"/>
Conteúdo Patrocinado	<input type="checkbox"/>
Não respondeu	<input type="checkbox"/>

59.

2. Testes

2.1. Página dos testes da Escola 02 (pública)



Testes: Fake News, Vacina e Educação

Escola Estadual [REDACTED]

 c190374@dac.unicamp.br (não compartilhado) [Alternar conta](#) 

Bem-vindo(a),
As questões a seguir fazem parte da pesquisa "Fake News, Vacina e Educação: Um olhar sobre o Letramento Midiático e Informacional na escola", como parte do desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural, do Lajor/IEL/Unicamp, sob a orientação da professora Graça Caldas.

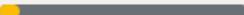
Com a ocorrência da pandemia da Covid-19, em virtude da quarentena e suspensão temporária das aulas, esta pesquisa de campo será realizada exclusivamente online.

Todas as informações são sigilosas e nenhum participante terá os seus dados expostos, sendo estes utilizados apenas para fins de divulgação científica.

Para que as informações sejam todas coletadas, não feche a janela da pesquisa até clicar na opção "Enviar".

Desde já, agradecemos muito sua participação!

Cesar Augusto Gomes (Pesquisador)
Prof.^a Graça Caldas (Orientadora da pesquisa)

[Próxima](#)  Página 1 de 12 [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

2.2. Página dos testes da Escola 03 (privada)



Testes: Fake News, Vacina e Educação

Escola [REDACTED]

 c190374@dac.unicamp.br (não compartilhado) [Alternar conta](#) 

Bem-vindo(a),
As questões a seguir fazem parte da pesquisa "Fake News, Vacina e Educação: Um olhar sobre o Letramento Midiático e Informacional na escola", como parte do desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural, do Lajor/IEL/Unicamp, sob a orientação da professora Graça Caldas.

Com a ocorrência da pandemia da Covid-19, em virtude da quarentena e suspensão temporária das aulas, esta pesquisa de campo será realizada exclusivamente online.

Todas as informações são sigilosas e nenhum participante terá os seus dados expostos, sendo estes utilizados apenas para fins de divulgação científica.

Para que as informações sejam todas coletadas, não feche a janela da pesquisa até clicar na opção "Enviar".

Desde já, agradecemos muito sua participação!

Cesar Augusto Gomes (Pesquisador)
Prof.ª Graça Caldas (Orientadora da pesquisa)

3. Entrevistas

3.1. Página da entrevista para os professores



FAKE NEWS, VACINA e EDUCAÇÃO

A percepção dos professores da escola [REDACTED] sobre Ciência, Vacina e Negacionismo

c190374@dac.unicamp.br [Alternar conta](#)

*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail _____

Professor e professora, sejam bem-vindos.
Esta entrevista é parte da pesquisa "Fake News, Vacina e Educação: Um olhar sobre o Letramento Midiático e Informacional na escola", como parte do desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural, desenvolvida no Labjor/IEL, da Unicamp, sob a orientação da professora Graça Caldas.

O objetivo central desta pesquisa, que inclui alunos e professores de escolas públicas e

1.1. Página da entrevista para os alunos



Premir **F11** para sair do ecrã inteiro

Letramento Midiático e Desinformação

A percepção dos alunos da Escola Estadual [REDACTED] sobre Ciência, Vacina e Negacionismo

 c190374@dac.unicamp.br (não compartilhado) [Alternar conta](#) 

Bem-vindo(a),

Esta entrevista é parte da pesquisa “Fake News, Vacina e Educação: um olhar sobre o Letramento Midiático e Informacional na escola”, como parte do desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural, da Unicamp, sob a orientação da professora Graça Caldas.

O objetivo central desta pesquisa, que inclui alunos e professores de escolas públicas e privadas de Campinas, é verificar SE e COMO a Escola tem preparado o estudante para a leitura crítica da mídia.

Essa pesquisa de campo já foi iniciada, porém interrompida, em função da pandemia da Covid-19. E passa a ser realizada online em virtude da suspensão temporária das aulas.

Todas as informações prestadas aqui são sigilosas e nenhum participante terá os seus dados ou opiniões expostos, sendo estes utilizados apenas para fins de divulgação

2. Questionário Sociocultural

2.1. Página do questionário para os professores



Questionário sociocultural (professores)

Fake News, Vacina e Educação - [REDACTED]

c190374@dac.unicamp.br [Alternar conta](#) 

*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail

Bem-vindo(a),

A pesquisa "Fake News, Vacina e Educação" desenvolvida no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) / IEL / Unicamp, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Graça Caldas, procura investigar como a escola tem lidado com o fenômeno da desinformação (trazido por fake news, entre outros) e se a educação midiática tem se constituído como uma alternativa para conscientizar os alunos sobre a questão.

Abaixo encaminho o questionário sociocultural da pesquisa para melhor compreensão/entendimento e contextualização das respostas dos professores.

2.2. Página do questionário para os alunos



Questionário sociocultural e de conectividade - [REDACTED] (alunos)

Pesquisa Fake News, Vacina e Educação: queremos conhecer um pouco da sua realidade

 c190374@dac.unicamp.br (não compartilhado) [Alternar conta](#) 

Bem-vindo(a),

A Pesquisa “Fake News, Vacina e Educação” desenvolvida no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) / IEL / Unicamp, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Graça Caldas, procura investigar como a escola tem lidado com o fenômeno da desinformação (trazido por fake news, entre outros) e se a educação midiática tem se constituído como uma alternativa para conscientizar os alunos sobre essa questão.

O conteúdo dos testes está centrado nas notícias sobre Vacina e Saúde que circularam nas Redes Sociais Digitais e em veículos das mídias tradicional e alternativa. Para melhor entender quem é o aluno do Ensino Médio (o que lê, como está conectado etc) encaminhamos a seguir um questionário sociocultural, que nos ajudará a compreender melhor os resultados dessa pesquisa.

Desde já, agradecemos pela participação.

Grata A. Caldas

3. Amostra de tabulação das justificativas

Entre os alunos que responderam Falsa (resposta correta era Falsa)			
Nº	Justificativas Questão 05	Tipo de resposta	
1	Querem ir contra a vacina e, juntamente atacar o governo.	Crítica ao governo	
2	A informação é falsa, pois não traz informação sobre quem escreveu a mensagem, nem o médico em questão (sem nenhum tipo de maneira de identificar com entrar em contato com os indivíduos), trazendo informações sobre a vacina trazendo um suposto malefício, e indicando que a informação não está sendo divulgada (pois ela é falsa, em comparação com dados do Ministério da Saúde). Provavelmente, um indivíduo negacionista da ciência criou a mensagem com o intuito de convencer as pessoas a não tomarem a vacina.	Autoria não identificada	
3	Apesar da morte de muitas pessoas chocar o leitor da mensagem, a falta de evidências da morte dessas pessoas leva a crer que a notícia é falsa, além da falta de explicação em como a vacina paralisa o fígado, além da falta de dados comprovando essa paralização. Há inclusive, a falta de sobrenomes, como "minha prima Simone, tem um marido médico: Ass. Rosana" o que		

17	A mensagem não possui nem uma comprovação com dados ou pesquisas, é apenas uma suposição, isto a torna insustentável de ser propagada.	Sem base em fatos científicos	
18	A notícia é insustentável, uma vez que não apresenta fatos plausíveis que acarretariam o malefício da vacina, e consequentemente, a morte.	Sem base em fatos científicos	
19	é insustentável, já que não há comprovação científica, ou dado do governo que comprovam que essa corrente de whatsapp(que tendem, por si só, a serem falsas) seja verdadeira.	Sem base em fatos científicos	
20	é insustentável, pois não a nem um estudo científico que comprove isso.	Sem base em fatos científicos	
21	Essa informação está sendo passada como uma fofoca, não tem dados e nada que comprove ser verdadeira.	Sem base em fatos científicos	

Entre os alunos que responderam Insustentável (resposta correta era Falsa)		
Nº	Justificativas Questão 05	Tipo de resposta
1	Não só é uma experiência anedótica sem qualquer dado, como também nem se sabe o verdadeiro emissor da mensagem, uma vez que é uma corrente virtual, tipo textual, na maioria das vezes, feito propositalmente com informações vagas e infundadas para atrair mais compartilhamentos.	Autoria não identificada
2	A informação tem características de fake news, como a falta de dados e o apelo ao emocional.	Criado para enganar
3	A pessoa nem tem argumento	Faltam argumentos
4	Novamente, não tem argumentos sustentados no assunto.	Faltam argumentos
5	O texto não tem argumentos, e é falso pois já foi comprovado a eficácia e segurança da vacina por uma série de testes.	Faltam argumentos
6	Falta dados para que a informação seja mesmo verdadeira.	Faltam dados
7	Não explica porque o porque das pessoas estarem morrendo ao tomar a vacina e não da números provando a grande quantidade de mortos.	Faltam dados

QUESTÃO 05												
CATEGORIA	Entre os que acertaram			Entre os que erraram							Subtotal 2	TOTAL GERAL
	FALSA	Subtotal	###	INSUSTENTÁVEL	IMPRECISA	VERDADEIRA	SÁTIRA	PATROCINADO	IMPOSTOR			
Sem base em fatos científicos	33	33	###	20	1	0	0	0	0	0	21	54
Veículo não confiável	31	31	###	11	3	0	0	0	0	0	14	45
Autoria não identificada	9	9	###	1	0	0	0	0	0	0	1	10
Fonte não confiável	6	6	###	1	0	0	0	0	0	0	1	7
Criado para enganar	6	6	###	1	0	0	0	0	0	0	1	7
Faltam dados	5	5	###	5	0	0	0	0	0	0	5	10
Linguagem Inadequada	4	4	###	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Opinião do autor	2	2	###	2	0	0	0	0	0	0	2	4
Sem contexto	1	1	###	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Vacina não mata	1	1	###	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Crítica ao governo	1	1	###	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Discurso Negacionista	1	1	###	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Falácia	1	1	###	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Faltam argumentos	0	0	###	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Total	101	101	###	44	5	0	0	0	0	0	49	150

4. Documentos

4.1. Anuência do Labjor para a realização da pesquisa – 11 set. 2019



Campinas, 11 de setembro de 2019,

À Coordenadora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural,
Labjor/IEL/Unicamp
Profa. Dra. Marta Mourão Kanashiro

Assunto: Anuência para realização de pesquisa

Prezada Coordenadora,

Solicito autorização institucional para realização da pesquisa, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Graça Caldas, intitulada "Fake News e Saúde no Ensino Médio". A pesquisa de campo envolve entrevistas semiestruturadas com professores das disciplinas de Língua Portuguesa e de Biologia e com alunos do primeiro ano do Ensino Médio de 02 (duas) escolas públicas e 02 (duas) privadas da cidade de Campinas, bem como a aplicação de testes escritos com esses mesmos alunos. Em anexo, segue o modelo de questionário sociocultural a ser usado nas entrevistas com professores e alunos. Além disso, pretendo, mediante autorização dos professores e coordenadores pedagógicos das unidades, observar os planos de ensino dos referidos componentes curriculares, verificando a existência ou não de conteúdo relacionado à educação midiática e / ou às Fake News.

As escolas do centro e periferia de Campinas, previamente selecionadas segundo a concordância da Direção em participar da pesquisa e com base no critério de terem no mínimo 20 alunos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) já estão sendo contatadas, tendo a anuência das diretoras das escolas públicas Professor Carlos Alberto Galhigo, localizada no bairro Santa Clara, Distrito do Campo Grande, e João Lourenço Rodrigues, localizada no bairro Cambui, que, inclusive, solicitou como contrapartida que eu ministrasse curso/workshop para professores e alunos para identificação de fake news. Se necessário será solicitado autorização dos pais para as entrevistas com os jovens.

Os participantes (professores e 10% dos alunos escolhidos por sorteio) responderão a um questionário sociocultural por escrito com um total de 40 perguntas no tempo de aproximadamente 01 (uma) hora. Os testes para identificar as notícias não factuais sobre Saúde Pública serão aplicados em sala de aula, à totalidade dos alunos. Este contato com professores e alunos e realização de entrevistas e aplicação de questionários é essencial para o desenvolvimento da dissertação de mestrado em questão que visa analisar as formas de produção, de disseminação e de



consumo/compreensão das notícias no mundo contemporâneo e particularmente na área de vacinação, objeto de grande polêmica, atualmente, em prejuízo da cobertura vacinal com riscos para a saúde pública.

Os participantes serão convidados a participar da pesquisa por meio de conversas com a Direção das unidades escolares, seus professores e alunos com a explicação detalhada dos objetivos e métodos do trabalho. Somente participarão os indivíduos que tenham assinado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados da pesquisa deverá ser iniciada no 2o. semestre de 2019, sendo conduzida pelo pesquisador responsável.

Ressalte-se, ainda, que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Serão publicados de maneira a não identificar os participantes e somente se iniciará a coleta após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Na expectativa de cooperação, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cesar Augusto Gomes
 Mesnando em Divulgação Científica e Cultural
 Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor)
 Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Prof. Dra. Marta Mourão Kanashiro
 Coordenadora da Submissão de Pós-Graduação
 em Divulgação Científica e Cultural
 Matrícula 284892

4.2. Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – ago. 2020

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: FAKE NEWS, VACINA E SAÚDE NO ENSINO MÉDIO:Um olhar sobre leitura crítica da mídia na escola

Pesquisador: CESAR AUGUSTO GOMES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 35268720.7.0000.8142

Instituição Proponente:Instituto de Estudos da Linguagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.241.477

Apresentação do Projeto:

INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO PESQUISADOR VIA PLATAFORMA BRASIL CONFORME O DOCUMENTO

"PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1338851.pdf" de 10/08/2020.

Resumo:

O objetivo central desta pesquisa é verificar se e como a Escola está enfrentando o fenômeno da pseudociência na formação do leitor crítico e tem preparado o estudante do Ensino Médio para a leitura crítica da mídia, tendo como corpus o resultado de testes aplicados a alunos de quatro escolas da cidade de Campinas, sendo duas da rede pública de ensino e duas da rede privada. Esses testes consistem em um conjunto de 10 textos do gênero notícia, mesclando informações factuais e não factuais (popularmente chamadas de fake news) sobre vacinas e temas correlatos que circularam nos veículos de imprensa tradicionais e nos sites redes sociais, entre 2016 e 2019. Complementam a pesquisa entrevistas qualitativas com alunos, professores e especialistas em Educação que atuam nas referidas escolas. O presente projeto se caracteriza como um Estudo Múltiplo de Caso (YIN, 2001), de natureza qualitativa, está ancorado na Teoria dos Estudos Culturais (HALL et al., 1980) e na perspectiva da Educomunicação (SOARES, 2000). A produção dos testes utiliza é inspirada na pesquisa Civic Online Reasoning – do Stanford History Education

Group, da Universidade de Stanford –, o método de checagem das informações é inspirado nas etiquetas

Agência Lupa, nos selos da plataforma Aos Fatos e no infográfico da International Federation of Library

Associations and Institutions (IFLA) – que têm como base os princípios estabelecidos pela International Fact

-Checking Network (IFCN) –, além dos Sete Tipos de Desinformação descritos por Wardle e Derakhshan (2017). A análise dos resultados, a partir da pesquisa de campo prevê as seguintes categorias: Visão científica e cultural; Letramento dos alunos; Percepção sobre fake news: fatos e não fatos; Vacinação: crenças e evidências e Educação crítica e cidadã. O resultado esperado é, a partir da pesquisa de campo, um conjunto de reflexões, com base em um sólido referencial teórico que possam servir como base para elaboração de políticas educacionais públicas que visem a melhorar a educação midiática no Brasil e como consequência diminuir os problemas sociais causados pela disseminação de informações não factuais.

Hipótese:

A leitura e os leitores mudaram a partir da inserção das TDIC na sociedade, que, em tese, deveria estar preparada para essa mudança, inserindo a leitura crítica da mídia nos currículos escolares para educar o olhar desse novo leitor. No entanto, uma pesquisa da Universidade de Stanford, realizada entre 2015 e 2016, em escolas e universidades dos EUA (DONALD, 2016), mostra, entre outros resultados, que os estudantes se concentraram mais no conteúdo das postagens de mídia social do que em suas fontes, além de terem muita dificuldade em identificar um conteúdo patrocinado. Sabendo que as fake news, na imensa maioria das vezes, são originadas de fontes com pouca ou nenhuma credibilidade e que o letramento (não apenas midiático) da população brasileira está aquém do necessário, a hipótese do pesquisador é que os alunos brasileiros encontrarão dificuldade para identificar a diferença entre informações factuais e não factuais. Uma segunda hipótese parte da premissa que o modelo educacional adotado pelo Brasil, não está funcionando bem, percepção corroborada pelos dados do Inaf Brasil 2018 e pela entrevista do ex-secretário da Educação de S. Paulo, já citados neste texto. Soma-se a isso, a fala da pesquisadora de educação da Universidade de Nova York, Diane Ravitch, que em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo afirmou que o modelo americano baseada em metas, testes padronizados e responsabilização do professor pelo desempenho do aluno – que serviu de inspiração para outros países, entre eles o Brasil – em vez de melhorar a educação, está formando apenas alunos treinados para fazer uma avaliação (IWASSO, 2010). Assim, a segunda hipótese é a de que não haverá diferenças substanciais entre os resultados dos testes das escolas com diferentes

pontuações em avaliações externas, localizadas em diferentes regiões da cidade.

Metodologia Proposta:

Os testes para os alunos são inspirados no Civic Online Reasoning – Raciocínio Cívico Online , em português – metodologia de avaliação utilizada pelo Stanford History Education Group (Sheg), da Universidade de Stanford, EUA (DONALD, 2016). Foram confeccionados dois cadernos de questões: o primeiro abordando a credibilidade e a factualidade das informações e o segundo credibilidade das fontes. Os alunos utilizarão para classificar as notícias uma “Ficha de Avaliação” produzida pelo pesquisador a partir dos métodos de checagem das agências de fact-checking. A partir das etiquetas Agência Lupa (2015), dos “selos” da plataforma Aos Fatos (2016) e do infográfico da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA, 2016) – que têm como base os princípios estabelecidos pela International Fact-Checking Network (IFCN) – além dos Sete Tipos de Desinformação de partir dos critérios Wardle e Derakhshan (2017), criamos Etiquetas de Checagem que serão usadas pelos alunos para classificar as informações do Caderno 1 de testes.

Critério de Exclusão:

A pedido do participante.

Objetivo da Pesquisa:

INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA PESQUISADORA VIA PLATAFORMA BRASIL CONFORME O DOCUMENTO

"PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1338851.pdf" de 10/08/2020.

Objetivo Primário:

Investigar se e como a Escola está enfrentando o fenômeno da pseudociência na formação da leitura crítica e tem preparado o estudante do Ensino Médio para a leitura crítica da mídia, por meio de análise estudos existentes e da observação direta em escolas públicas e privadas de Campinas, tendo como corpus o resultado de testes contendo notícias factuais e não factuais sobre vacinas e temas correlatos que circularam nos veículos de imprensa tradicionais e nos sites de redes sociais entre 2016 e 2019, além de entrevistas com alunos, professores e especialistas

em Educação.

Objetivo Secundário: Verificar qual a compreensão dos alunos sobre as controvérsias que envolvem a disseminação de notícias falsas sobre Saúde, particularmente no âmbito das vacinas; Examinar se e como os alunos das escolas selecionadas, objeto deste estudo, ao ler uma informação, avaliam a factualidade ou não da mesma, a credibilidade dessa fonte, quais ferramentas utilizam para isso e como justificam suas escolhas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o(a) pesquisador(a), os riscos e benefícios são:

Riscos:

Para a integridade dos alunos e professores não há riscos previsíveis.

Benefícios:

Não há benefícios diretos para os participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este protocolo se refere ao Projeto de Pesquisa intitulado “FAKE NEWS, VACINA E SAÚDE NO ENSINO MÉDIO. Um olhar sobre leitura crítica da mídia na escola”, cujo Pesquisador responsável Cesar Augusto

Gomes. A Instituição Proponente é o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Segundo as Informações Básicas do Projeto, o projeto de mestrado conta com financiamento próprio, a pesquisa tem orçamento estimado em R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) e o cronograma apresentado contempla início do estudo para setembro de 2020 e término em outubro de 2020.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- 1 - Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos: Foi apresentado o documento “etica_cesargomes0001.pdf” de 23/06/2019 devidamente preenchido, datado e assinado.
- 2 - Projeto de Pesquisa: Foram analisados os documentos "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1338851.pdf" de 10/08/2020 e "FAKE_VACINA_EM_02.pdf" de 10/08/2020. Adequados.
- 3 - Orçamento financeiro e fontes de financiamento: Informações sobre orçamento financeiro incluídas nos documentos "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1338851.pdf" de

10/08/2020 e "FAKE_VACINA_EM_02.pdf" de 10/08/2020. Vide o item “Recomendações”.

- 4 - Cronograma: Informações sobre o cronograma incluídas nos documentos "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1338851.pdf" de 10/08/2020 e "FAKE_VACINA_EM_02.pdf" de 10/08/2020. Adequados.

- 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Foi apresentado o documento “TCLE_02.pdf” de 10/08/2020 e "TALE.pdf" de 10/08/2020. Vide o item “Recomendações”.

6 - Currículo do pesquisador: Consta endereço do Currículo Lattes na página 2 projeto detalhado "FAKE_VACINA_EM.pdf" de 08/07/2020.

7 - Declaração de Instituição e Infraestrutura: Foram apresentados os documentos "instituicao_020001.pdf" de 08/07/2020, "autorizacaoinstitucional0001.pdf" de 08/07/2020 e "instituicao0001.pdf" de 13/02/2020.

8 - Outros documentos que acompanham o Protocolo de Pesquisa:

- AtestadoMatricula.pdf
- CARTA_RESPOSTA.pdf

Recomendações:

- Em relação ao documento "FAKE_VACINA_EM_02.pdf" de 10/08/2020, verificou-se que o valor do orçamento está discrepante do apresentado no documento

"PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1338851.pdf" de 10/08/2020, respectivamente R\$ 500,00 e R\$ 540,00. Sugere-se a correção.

- Quanto ao documento "TALE.pdf" de 10/08/2020 referente ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido conforme o documento sugerem-se adequações:

1) Onde se lê: "Os resultados vão ser publicados pela Unicamp, mas, sem identificar as pessoas que participaram. Essa pesquisa é considerada segura, não havendo riscos previsíveis, da mesma forma que não há benefícios diretos para você. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos endereços eletrônicos e telefones que estão no começo do texto".

Substituir por: "Os resultados da pesquisa serão apresentados em eventos científicos, publicados em formato de artigos/ papers e por meio da defesa de dissertação de tese na Unicamp, mas, sem identificar as pessoas que participaram."

"Ao participar da pesquisa, não há riscos previsíveis, da mesma forma que não há benefícios diretos para você".

"Caso você se sinta desconfortável ou não estiver à vontade com a pesquisa, você pode nos

procurar pelos endereços eletrônicos e telefones que estão no começo do texto".

2) Na frase final do TALE, onde se lê "Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa." Alterar "Recebi uma via (...)".

Como o TALE será assinado pelo pesquisador e pelo participante da pesquisa, trata-se de uma via e não cópia do documento.

- Quanto ao documento "TCLE_02.pdf" de 10/08/2020 sugerem-se adicionar endereço completo da unidade de vínculo:

1) No item Contato, informar o DDD do telefone e o endereço completo – logradouro, número, CEP, Cidade e Estado do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências quanto aos riscos, benefícios e contato foram atendidas conforme os documentos "TCLE_02.pdf" de 10/08/2020.

Foi apresentado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido conforme o documento "TALE.pdf" de 10/08/2020.

O protocolo foi considerado aprovado neste CEP e, caso não tenha autorizações institucionais pendentes ou centros co-participantes, pode ser iniciado.

Não estão sob o escopo deste parecer

- Eventuais alterações documentais realizadas sem aviso prévio e/ou não solicitadas pelo CEP em forma dependência ou de recomendação;
- Dados coletados sem as adequações descritas acima (se aplicável);
- Dados coletados em data anterior a este parecer;
- Caso, eventualmente, os dados sejam coletados com autorizações institucionais pendentes (senecessário);
- Caso, eventualmente, os dados sejam coletados sem a aprovação/autorização do centro co-participante(se necessário).

Considerações Finais a critério do CEP:

- Vale lembrar que a interação com os participantes de pesquisa só pode ser iniciada a partir da aprovação desse protocolo no CEP. Os cronogramas de geração/coleta de dados deve acompanhar

o relatório final de pesquisa

- Cabe enfatizar que, segundo a Resolução CNS 510/16, Art.28 Inciso IV, o pesquisador é responsável por“(…) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa”.

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. (Res.510/16, Cap.III, Art.9, inciso II)
 - A responsabilidade de obtenção de registro de consentimento, bem como o de sua guarda, é de inteira responsabilidade da equipe de pesquisa. Tais documentos podem ser solicitados a qualquer momento pelo sistema CEP-CONEP para fins de auditoria, bem como servem de proteção para os próprios pesquisadores em caso de eventuais denúncias por parte dos participantes.
 - Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa.
 - Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data de parecer de aprovação e ao término do estudo.
 - Caso a pesquisa seja realizada ou dependa de dados a serem observados/coletados em uma instituição (ex. empresas, escolas, ONGs, entre outros), essa aprovação não dispensa a autorização dos responsáveis.
- Caso não conste no protocolo no momento desta aprovação, estas autorizações devem ser submetidas ao CEP em forma de notificação antes do início da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1338851.pdf	10/08/2020 20:01:35		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	10/08/2020	CESAR AUGUSTO	Aceito

Página 07 de

Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	19:56:15	GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	10/08/2020 19:39:12	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_02.pdf	10/08/2020 19:33:22	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	FAKE_VACINA_EM_02.pdf	10/08/2020 19:30:19	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	instituicao_020001.pdf	08/07/2020 12:55:09	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito
Declaração de concordância	autorizacaoinstitucional0001.pdf	08/07/2020 12:39:55	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito
Outros	AtestadoMatricula.pdf	27/05/2020 17:01:32	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	instituicao0001.pdf	13/02/2020 20:23:17	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito
Folha de Rosto	etica_cesargomes0001.pdf	23/06/2019 22:47:01	CESAR AUGUSTO GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 27 de Agosto de 2020

**Assinado por:
Thiago Motta Sampaio
(Coordenador(a))**

5. Material de Apoio

5.1. Folder de Apresentação nas escolas – 01 out. 2019



FAKE NEWS E SAÚDE NO ENSINO MÉDIO

ORIENTADORA:
Professora **Dr.ª**
Graças Caldas

MESTRANDO:
Cesar Augusto
Gomes



01/10/2019

Uma análise da leitura crítica da mídia em
escolas de Campinas

A Pesquisa Fake News e Saúde no Ensino Médio procura investigar como a escola tem lidado com o fenômeno da desinformação (trazido por fake news, entre outros) e se a educação midiática tem se constituído como uma alternativa para a questão.

Os testes com estudantes do 1º ano do Ensino Médio de escolas públicas e privadas de Campinas será o corpus desta pesquisa, cujo conteúdo estará centrado nas notícias sobre Vacinas e Saúde que circulam nas Redes Sociais Digitais e veículos de mídia tradicional e alternativa.

Fake News, Vacina e Saúde no Ensino Médio

UMA ANÁLISE DA LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA EM ESCOLAS DE CAMPINAS

JUSTIFICATIVA

Com o advento da internet, que Lévy (2013) chamou de “a 4ª Revolução da Comunicação Humana”, o cidadão comum passa a ser produtor e distribuidor ativo de conteúdo, a competir com o jornalismo na tarefa de agendar o debate na sociedade e a fabricar consenso (CHOMSKY; HERMAN, 1994). Apesar das inúmeras regulações existentes, tanto no campo da legislação quanto no da engenharia de software, esse protagonismo do cidadão comum tem possibilitado a proliferação de fake news, termo que, neste momento histórico, não dá conta tanto da natureza quanto da escala do problema da desinformação na sociedade (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). Elas têm sido usadas para disseminar e legitimar crenças sobre a eficácia e necessidade das vacinas, em detrimento de fatos científicos, fenômeno denominado de Pós-fato (MANJOO, 2008) ou Pós-verdade (OXFORD, 2016), cuja distorção tem provocado mudanças importantes na percepção da realidade.

Alfabetização Midiática

Alfabetização Midiática não significa, simplesmente, levar as mídias para a aula. Conforme Caldas (2006: 122) para realizar uma leitura crítica dos meios é preciso “aprender sobre o mundo editado pela mídia, a ler além das suas aparências, a compreender a polifonia presente nos enunciados da narrativa jornalística (...) capacitar professores e alunos para entender os sentidos, o significado do implícito no discurso da imprensa”.

METODOLOGIA

Utiliza como metodologia central de avaliação os testes inspirados no *Civic Online Reasoning*, do *Stanford History Education Group*, da Universidade de Stanford e como método de checagem das notícias, objeto dos testes, as etiquetas Agência Lupa, os “selos” da plataforma Aos Fatos e o infográfico da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), que têm como base os princípios estabelecidos pela *International Fact-Checking Network* (IFCN).

REFERENCIAL TEÓRICO

Tem como aparato teórico a Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (2008), a Educomunicação, de Ismar de Oliveira Soares (2000), a Pedagogia dos Multiletramentos, de Roxane Rojo (2012), a Comunicação Ubíqua, de Lúcia Santaella (2013) e a Midiatização da Cultura e da Sociedade, de Stig Hjarvard (2014) entre outros.

PERGUNTA QUE FUNDAMENTA A PESQUISA

O aluno do ensino médio das escolas de Campinas consegue, a partir de sua leitura de mundo distinguir um conteúdo factual de um não factual?

QUEM É O PESQUISADOR?

Especialista em **Educomunicação e Midialogia** – Unisal (2016); **Extensão universitária em Multiletramentos na Escola Pública** – Unicamp (2017); **Extensão Universitária em Letramento em Pensamento Computacional** – USF (2016); graduado em **Letras**, PUCCamp (2001). Docente efetivo de Língua Portuguesa e suas Literaturas no ensino público do Governo do Estado de S. Paulo (desde 2004) e no município de Valinhos (desde 2006). Coordenador de Projetos de Educomunicação e Formação de Professores em Tecnologias Aplicadas à Educação, na Secretaria da Educação de Valinhos (2013 - 2016). Coordenador da equipe de TI da Secretaria da Educação de Valinhos (2015 - 2016). Formador contratado pela prefeitura de Campinas, para ministrar cursos no CEFORTEPE (2016-2018).

NOTAS DE FIM DE DOCUMENTO

^I Segundo a escala Inaf, o grau de domínio das habilidades de leitura, escrita e matemática demonstrado pelos participantes do estudo permitem a identificação de dois grupos: (1) **Analfabetos Funcionais**: (1.1) **Analfabeto** - Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.); (1.2) **Rudimentar** - Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou um bilhete), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica; (2) **Funcionalmente Alfabetizados** Até a edição de 2011, este grupo era subdividido nos níveis Básico e Pleno. A partir de 2015, buscando aprimorar a interpretação dos resultados, os respondentes passam a ser classificados em 3 níveis: (2.1) **Elementar** - As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, resolvem problemas envolvendo operações na ordem dos milhares, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e compreendem gráficos ou tabelas simples, em contextos usuais. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações; (2.2) **Intermediário** - Localizam informações em diversos tipos de texto, resolvem problemas envolvendo percentagem ou proporções ou que requerem critérios de seleção de informações, elaboração e controle de etapas sucessivas para sua solução. As pessoas classificadas nesse nível interpretam e elaboram sínteses de textos diversos e reconhecem figuras de linguagem; no entanto, têm dificuldades para perceber e opinar sobre o posicionamento do autor de um texto; (2.3) **Proficientes** - Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos de maior complexidade, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações e distinguem fato de opinião. Quanto à matemática, interpretam tabelas e gráficos com mais de duas variáveis, compreendendo elementos como escala, tendências e projeções. Disponível em: <<https://ipm.org.br/inaf>>. Acesso em 05 out. 2019

^{II} Cultural Studies is not, however, a 'discipline', but an area where different disciplines intersect in the study of the cultural aspects of Society. (Hall 1980: VI)

^{III} **COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1:** Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo; **COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2:** Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza; **COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 7:** Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2017: 491,492, 497)

^{IV} O **E-farsas.com** é um blog criado e mantido por um Analista de Sistemas, desde 1º de abril 2002, cujo objetivo é “usar a própria internet para desmistificar as histórias que nela circulam”. Já foi eleito o quarto melhor blog de língua portuguesa do mundo pela agência alemã Deutsche Welle!, colabora na Rádio Bandeirantes, no programa Você é Curioso, do jornalista Marcelo Duarte e tem um espaço na Justtv. Desde 2011 faz parte do portal R7. Disponível em <<http://www.e-farsas.com/>>. Aceso em 03 jun. 2018.

^V **Boatos.org** é um blog criado em junho de 2013 por um jornalista de tecnologia que atua no Uol e na EBC, cujo objetivo é “compilar as mentiras que são contadas online (...) prestar um serviço para o usuário da internet”. Disponível em <<http://www.boatos.org/>>. Acesso em 03 jun. 2018.

^{VI} O **Truco 2014** foi um projeto de checagem e cobertura eleitoral da Agência Pública que checava os dados mais relevantes apresentados pelos presidentiáveis durante os programas exibidos na TV e distribuía a eles as “cartas” correspondentes, deixando claro ao leitor até que ponto o que os candidatos dizem na propaganda era verdadeiro, se o contexto correto mudava a informação, ou se o que diziam era simplesmente um blefe. Disponível em <<https://apublica.org/especial/truco2014/>>. Acesso em 03 jun. 2018

^{VII} A **Agência Pública** foi fundada em 2011 por repórteres mulheres, a Pública é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil. É uma agência de jornalismo investigativo e independente. Foi fundada

em 2011 pelas repórteres Marina Amaral, Natalia Viana e Tatiana Merlino. Atualmente é dirigida por Marina Amaral e Natalia Viana. Multiplamente premiada por ter produzido grandes reportagens sobre temas de interesse público, assume publicamente os objetivos de fortalecer o direito à informação, qualificar o debate democrático e promover os direitos humanos. A agência distribui seu conteúdo gratuitamente, inclusive para outros sites e veículos republicarem suas reportagens, sob a licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações.

^{viii} **Truco no Congresso** foi uma parceria entre a Agência Pública e o blog Congresso em Foco, entre agosto de 2015 e dezembro de 2016. Nele, os jornalistas checam as frases mais relevantes apresentadas pelos congressistas dentro e fora do plenário, cruzam os dados referentes ao que foi dito e verificam os projetos de lei apoiados pelas bancadas. Disponível em <<https://apublica.org/especial/truco-no-congresso/>>. Acesso em 03 jun. 2018

^{ix} A **Agência Lupa** – cujo portal está hospedado no site da revista Piauí – foi a primeira agência de checagem de fatos brasileira, isto é, com uma equipe de jornalistas que produz conteúdo e pode revendê-lo a parceiros e outros veículos de informação. Surgiu em novembro de 2015 e faz a checagem de notícias sobre política, economia, educação, saúde, cultura, entre várias outras. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>>. Acesso em 03 jun. 2018

^x **Aos Fatos** é a primeira plataforma no Brasil que se dedica exclusivamente à checagem de fatos e foi criado em julho de 2015. Disponível em <<https://aosfatos.org/>>. Acesso em 03 jun. 2018

^{xi} **Uol Confere** é uma editoria criada em janeiro de 2017, que conta com uma equipe de repórteres especiais cujo objetivo é, não apenas desmentir as fake news, mas também contextualizar fatos, com dados, números, mostrando seus desdobramentos. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/confere>>. Acesso em 03 jun. 2018.

^{xii} **Estadão Verifica** é uma editoria criada em junho de 2018 com o objetivo de “monitorar redes sociais e checar se alguns dos textos, vídeos e fotos mais compartilhados são inverídicos, distorcidos ou descontextualizados”. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/>>. Acesso em 03 jun. 2018.